



UNIVERSIDADE TÉCNICA DE LISBOA

-

INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS SOCIAIS E POLÍTICAS

ANÁLISE DA ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO DA UNIÃO AFRICANA: - UMA
ABORDAGEM GEO-SOCIAL APLICADA A SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

(Tese elaborada para obtenção do grau de Doutor em Ciências Sociais,
especialidade de Desenvolvimento Sócio-Económico)

Doutorando: **Esterline Gonçalves Género**

Orientadora: **Professora Doutora Carla Guapo da Costa**

Constituição do Juri:

Presidente: Reitor da Universidade Técnica de Lisboa

Vogais: Doutora **Carla Margarida Barrosos Guapo da Costa**, professora associada com agregação do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Técnica de Lisboa; Doutor **António Jorge Duarte Rebelo de Sousa**, professor associado com agregação do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Técnica de Lisboa; Doutor **Carlos Manuel Piteira**, professor auxiliar com agregação do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Técnica de Lisboa; Doutor **Augusto Manuel Saraiva do Nascimento Diniz**, investigador auxiliar do Instituto de Investigação Científica Tropical; Doutor **Karl Gerhard Seibert**, investigador do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa; Doutor **Augusto Manuel Nogueira Gomes Correia**, como especialista

Novembro, 2012



UNIVERSIDADE TÉCNICA DE LISBOA

-

INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS SOCIAIS E POLÍTICAS

ANÁLISE DA ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO DA UNIÃO AFRICANA: - UMA
ABORDAGEM GEO-SOCIAL APLICADA A SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

(Tese elaborada para obtenção do grau de Doutor em Ciências Sociais,
especialidade de Desenvolvimento Sócio-Económico)

Doutorando: **Esterline Gonçalves Género**

Orientadora: **Professora Doutora Carla Guapo da Costa**

Constituição do Juri:

Presidente: Reitor da Universidade Técnica de Lisboa

Vogais: Doutora **Carla Margarida Barrosos Guapo da Costa**, professora associada com agregação do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Técnica de Lisboa; Doutor **António Jorge Duarte Rebelo de Sousa**, professor associado com agregação do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Técnica de Lisboa; Doutor **Carlos Manuel Piteira**, professor auxiliar com agregação do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Técnica de Lisboa; Doutor **Augusto Manuel Saraiva do Nascimento Diniz**, investigador auxiliar do Instituto de Investigação Científica Tropical; Doutor **Karl Gerhard Seibert**, investigador do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa; Doutor **Augusto Manuel Nogueira Gomes Correia**, como especialista

Novembro, 2012

Dedicatória:

Ao André e à Érica

Agradecimentos

Esta não é a tese dos meus sonhos. Contudo, é o resultado de um trabalho que só foi possível graças a Deus, à contribuição de muita gente, de persistência e de sofrimento. Cada uma dessas pessoas constitui as vírgulas, os pontos, as palavras, as frases que compõem o presente trabalho. Por esse motivo, e sob pena de cometer uma grande injustiça em referir-me a uns e olvidar dos outros, permito-me citar apenas três e uma instituição:

- O Pai - António Ferreira Género, que Deus lhe tenha.
- A Mãe - Etelvina Maria Gonçalves, muito obrigado.
- A Professora - Doutora Carla Guapo da Costa, a orientadora!
- A Instituição – Fundação Cidade de Lisboa.

Resumo

A proposta da presente dissertação de doutoramento é analisar por intermédio dos dispositivos teóricos de desenvolvimento a estratégia da União Africana, nomeadamente, a NEPAD, que tem como filosofia o desenvolvimento holístico dos países membros dessa integração africana.

Porém, transcorrida uma década sobre a data da implementação do programa, deparamo-nos com um conjunto de lacunas que se prendem com o elevado grau de assimetria existente entre os Estados, nos vários níveis, do político a económico, do social ao cultural, que sugere uma abordagem *geo-social*. Neste quadro, tomamos o exemplo de São Tomé e Príncipe, um país africano insular, a fim de testar um novo *modelo de desenvolvimento geo-social* que realça as vulnerabilidades e a mais-valia de um Estado insular que participa num processo de integração não diferenciado sem inviabilizar iniciativas globais, mas acrescentando alternativas exequíveis para o desenvolvimento e a própria integração regional.

Palavra-chave: Desenvolvimento Sócio-económico, União Africana/NEPAD, Insularidade, São Tomé e Príncipe, Desenvolvimento Geo-Social.

Summary

The purpose of this thesis for PhD is to analyze through theoretical devices of development the African Union strategy, including NEPAD, whose philosophy is an holistic development of the countries members of this African integration, for sequentially testing them in the island's economies, such as the case of Sao Tome and Principe, which have a range of particular features which, when compared geo-socially, show asymmetrical.

However, a decade after the date of implementation of the program, we face a number of gaps that arise from the high degree of asymmetry between the States, from the political to the economic, from the social to the cultural, that suggests an geo-social approach. In this context, we take the example of Sao Tome and Principe, a small insular African country, to implement a *new geo-social development model* that emphasizes vulnerabilities and capital gains of an insular State which participate in a undifferentiated process of integration without making global initiatives impracticable, but adding feasible alternatives for development and regional integration itself.

Keyword: Socio-economic development, African Union / NEPAD, insularity, Sao Tome and Principe, Geo-social Development.

Lista de abreviaturas e siglas

Abreviatura ou sigla	Significado
ACNUR	Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados
ACP	Grupo de países da África, Caraíbas e Pacífico
ADI	Acção Democrática Independente
AFDC	<i>Association for Forest Development and Conservation</i>
AFRICOM	<i>Coalition of African Communitie</i>
AHG	Conferência dos Chefes de Estados e de Governo Africanos
AMISOM	Missão da União Africana na Somália
APD	Ajuda Pública ao Desenvolvimento
APE	Acordos de Parceria Económica
APRIM/MAEP	Mecanismo Africano de Avaliação pelos Pares
Art.	Artigo
ASEAN	Associação de Nações do Sudeste Asiático
BAD	Banco Africano de Desenvolvimento
BD	<i>Balanced Diversification</i>
BIRD	Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento
CAS	<i>Country Assistance Strategies</i>
CE	Comissão Europeia
CEA	Comissão Económica para África
CECA	Comunidade Europeia do Carvão e do Aço
CEDEAO / CEEAO	Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental
CEE	Comissão Económica Europeia
CEEAC	Comunidade Económica dos Estados da África Central
CER	Comunidade Económica Regional
CGD	Caixa Geral de depósitos
CONCORD	Confederação Europeia das Organizações Não Governamentais de Ajuda ao Desenvolvimento
CPLP	Comunidade de Países de Língua Portuguesa
CPS	Conselho de Paz e Segurança
CST	Companhia São-Tomense de Telecomunicação
D.	Dom
DNA	Autoridade Nacional Designada
DOE	Entidade Operacional Designada
Dr.	Doutor
EBA	<i>Everything but Arms</i>
ECOSOC	Conselho Económico e Social da Organização das Nações Unidas
ERHC	<i>Environmental Remediation Holding Corporation</i>
EUA	Estados Unidos da América
FMI	Fundo Monetário Internacional
G-20	Grupo das vinte economias mais industrializadas do mundo
GAA	Gabinete dos Assuntos Africanos
GATT	Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio
HIPC	<i>Heavily Indebted Poor Countries</i>
HSGOC	Comité de Chefes de Estado e de Governo de Orientação da NEPAD
IBW	<i>Instituições de Bretton Woods</i>
IDE	Investimento Directo Estrangeiro
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
INE	Instituto Nacional de Estatísticas
IUCAI	Instituto Universitário de Contabilidade, Administração e Informática
MAEF	Ministério dos Assuntos Económicos e Financeiros
MDFM	Movimento para Democracia, Força da Mudança
MDRI	<i>Multilateral Debt Relieve Initiative</i>
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
MIRAB	<i>Migration Remittances Aid and Bureaucracy</i>
MLSTP/PSD	Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe – Partido Social Democrata
MNEC	Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação
MNECC	Ministério dos Negócios Estrangeiros, Cooperação e Comunidades

N.	Número
NAFTA	Tratado Norte-Americano de Livre Comércio
NEPAD	Nova Parceria para o Desenvolvimento de África
NS/NR	Não Sei / Não Respondo
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
ODM	Objectivos de Desenvolvimento do Milénio
OGE	Orçamento Geral do Estado
OMC	Organização Mundial de Comércio
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
OUA	Organização da Unidade Africana
PAE	Programa de Ajustamento Estrutural
PAL	Plano de Acção de Lagos
PCC	Política Comercial Comum
PCD/GR	Partido de Convergência Democrática – Grupo de Reflexão
PEC	Pauta Externa Comum
PEI	Pequenos Estados Insulares
PEID	<i>Petit Etat Insulaire en Développement</i>
PIB	Produto Interno Bruto
PIDA	Programa para o Desenvolvimento de Infra-estruturas em África
PNB	Produto Nacional Bruto
PNUD	Programa das Nações Unidas para Desenvolvimento
PPC	Paridade do Poder de Compra
PRSP	<i>Poverty Reduction Strategy Papper</i>
RDC	República Democrática do Congo
RDSTP	República Democrática de São Tomé e Príncipe
RASD	República Árabe Saaraui Democrática
RSD	Reforma do Sector Defesa
RSS	Reforma do Sector da Segurança
SADC	Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral
SDP	<i>Strategic Directions Paper</i>
SFP	<i>Strategic Framework Paper</i>
TOURAB	<i>Tourism, Aid and Bureaucracy</i>
TRIPS	Acordo Internacional sobre Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio
UA	União Africana
UE	União Europeia
UMA	União Magreb Árabe
UMPP	União Movimento para Progresso de Príncipe
UNCTAD	<i>United Nations Conference on Trade and Development</i>
UNECA	Comissão Económica da ONU para a África
UNICEF	Programa das Nações Unidas para Educação e Infância
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
USD	Dólar Norte-americano
ZDC	Zona de Desenvolvimento Conjunto
ZEE	Zona Económica Exclusiva

Índice geral

Assunto	Pág.
Dedicatória	i
Agradecimentos	ii
Sumário	iii
<i>Summary</i>	iv
Lista de abreviaturas e siglas	v
Capítulo I – Introdução	17
1.1 Enquadramento, justificação e relevância do estudo	18
1.2 Pergunta de partida, Objectivos e Hipóteses do trabalho	28
1.2.1 Pergunta de partida	35
1.2.2 Objectivos da investigação	35
1.2.3 Hipóteses do trabalho	36
1.3 Modelo de análise	37
1.4 Estrutura do trabalho	42
Capítulo II - Enquadramento teórico e operacionalização de conceitos	44
2.1 Enquadramento teórico: nota introdutória	45
2.2 Desenvolvimento Sócio-Económico	47
1.2.1 Políticas Públicas para o desenvolvimento	59
2.3 Integração Económica	66
2.4 Operacionalização de conceitos	76
2.4.1 O conceito de Geo-social	76
2.5 Indicadores de referência do modelo de desenvolvimento geo-social	87
2.5.1 Contextualização	87
2.5.2 Indicadores	87

2.6	Síntese	90
Capítulo III - Contextualização do (sub)desenvolvimento sócio-económico africano		91
3.1	Introdução	92
3.1.1	Dilemas do (sub)desenvolvimento – Sócio Económico de África	92
3.2	A constituição de Estado/Nação em África	94
3.2.1	Estado/Nação em África	94
3.3	A necessidade do desenvolvimento e o aparecimento das IBW	100
3.3.1	Enquadramento	103
3.3.2	Fundo Monetário Internacional	105
3.3.3	Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD	110
3.4	A integração para o desenvolvimento em África	115
3.4.1	Enquadramento	115
3.4.2	Os processos integracionistas em África	116
3.5	A cooperação para o desenvolvimento africano	123
3.6	A África e o Desenvolvimento do Milénio	127
3.7	África/UA: Paz e Segurança e os desafios na nova ordem mundial	131
3.7.1	Enquadramento	131
3.7.2	OUA: Prevenção, Gestão e Resolução de Conflitos	133
3.7.3	Tensões civis	134
3.7.4	UA: Conselho de Paz e de Segurança	136
3.8	Síntese do capítulo	138
Capítulo IV - Parceiros de Cooperação Extra Africanos		140
4.1	Parceiros de Cooperação Extra Africanos	141
4.1.1	Enquadramento	141
4.1.2	Pertinência da parceria para o desenvolvimento africano	143

4.2	Parceiros de cooperação	143
4.2.1	Matriz das possíveis áreas de cooperação	143
4.3	A tipificação da cooperação e da parceria	145
4.4	A Cooperação com os Estados Unidos da América	145
4.4.1	A mais-valia da cooperação com os EUA	145
4.4.2	Domínios de cooperação com África	145
4.5	A Cooperação com a República Popular da China	153
4.5.1	A mais-valia da cooperação com a República Popular da China	153
4.5.2	Enquadramento da cooperação da China com a África	155
4.5.3	A ofensiva chinesa à África	156
4.5.4	Domínios de cooperação sino-africana	157
4.6	A Cooperação com o Brasil	162
4.6.1	A mais-valia da cooperação com o Brasil	162
4.6.2	Uma cooperação alicerçada em heterogeneidade cultural	164
4.6.3	África na Política externa do Brasil	164
4.6.4	Domínios de cooperação Brasil – África	166
4.7	Parceria UE-África	168
4.7.1	Enquadramento	168
4.7.2	África na Política comunitária	169
4.7.3	De Yaoundé à Revisão de Cotonou, 2010	171
4.7.4	A parceria	177
4.8	A cooperação com as Instituições de Bretton Woods	182
4.8.1	Medidas de Ajustamento Estrutural	183
4.8.2	África entre a crise e o crescimento económico	187
4.9	Síntese do capítulo	189

Capítulo V - Dinâmicas de desenvolvimento africano: a UA e a NEPAD	190
5.1 Caracterização da União Africana	191
5.1.1 Introdução	191
5.1.2 O percurso da transição: da OUA à UA	192
5.1.3 Os objectivos da União Africano	198
5.1.4 O balanço de actuação da União Africana	203
5.2 A Nova Parceria para o Desenvolvimento de África	204
5.2.1 Enquadramento	204
5.2.2 A NEPAD e o renascimento africano	205
5.2.3 Objectivos estratégicos da NEPAD	209
5.2.4 Os objectivos da NEPAD e do Plano de Acção de Lagos	218
5.2.5 As seis áreas prioritárias da estratégia	222
5.2.6 Uma abordagem crítica sobre a NEPAD	231
5.3 Balanço da actuação da NEPAD	234
5.4 Síntese do capítulo	237
Capítulo VI – Análise estrutural do desenvolvimento sócio-económico de São Tomé e Príncipe	238
6.1 Introdução	239
6.2 Súmula histórico-geográfica	240
6.2.1 Os descobrimentos portugueses: o caso de São Tomé e Príncipe	240
6.2.2 Acontecimentos mais expressivos nos séculos XVI e XVII	241
6.2.3 O esplendor económico	242
6.2.4 Massacre de Batepá	243
6.2.5 A independência de São Tomé e Príncipe	244
6.3 Enquadramento Político	246
6.3.1 Primeiro República	246

6.3.2	Segunda República	250
6.4	Panorama sócio-económico	255
6.4.1	Enquadramento dos indicadores económicos	255
6.4.2	Situação sócio-económica	255
6.4.3	A Economia e o impacto dos Programas de Ajustamento Estrutural	260
6.4.4	O papel da Ajuda Externa no processo de desenvolvimento	267
6.4.5	Progresso de São Tomé e Príncipe em matéria dos ODM	274
6.5	O Petróleo	278
6.5.1	Contextualização do petróleo em São Tomé e Príncipe	278
6.5.2	A controversa questão do petróleo são-tomense	278
6.6	A necessidade de um modelo de desenvolvimento geo-social	283
6.6.1	Justificação	283
6.6.2	Elementos de participação de São Tomé e Príncipe na NEPAD	283
6.6.3	Linhas de força do modelo de desenvolvimento geo-social	285
6.6.4	Reflexão sobre a aplicabilidade do modelo à realidade são-tomense	288
6.7	Síntese do capítulo	295
	Capítulo VII - A visão dos são-tomenses perante os desafios da União Africana e suas perspectivas de desenvolvimento	296
7.1	Inquérito por questionário: Enquadramento	297
7.2	O que se pretendia	300
7.3	Metodologia utilizada	302
7.3.1	Questionário – enquadramento	303
7.3.2	Análise genérica das respostas	306
7.3.3	Resultados do questionário	321
7.4	Os desafios da União Africana e da NEPAD para São Tomé e Príncipe	323

7.4.1	Enquadramento ao método por <i>entrevista</i>	323
7.4.2	O que se pretendia	325
7.4.3	Metodologia aplicada	325
7.4.4	Análise das respostas obtidas	326
7.4.5	Análise interpretativa dos resultados	339
7.5	Conclusão parcial	341
Capítulo VIII – Conclusões e Pistas de Investigação		342
8.1	Enquadramento	343
8.2	Conclusões da investigação	344
8.2.1	Enquadramento	344
8.2.2	Conclusões da investigação	344
8.3	Limites da investigação e sugestões para trabalhos futuros	350
8.4	Considerações finais	351
Referências Bibliográficas		352
Anexos		388

Índice de Quadros, Figuras, Matriz e Gráficos

Capítulo I – Introdução	Pág.
Quadro 1.1 – Situação mundial da infância: taxas líquidas de matrícula/frequência no ensino primário e secundário	25
Capítulo II - Enquadramento teórico e operacionalização de conceito	
Quadro 2.1 – As fases do processo de integração económica	75
Figura 2.1 – Triângulo conceitual de Dahlberg	76
Quadro 2.2 – Índices de vulnerabilidade e resiliências dos Estados Insulares	84
Quadro 2.3 – Tipologia dos PEI africanos	86
Capítulo III - Contextualização do (sub)desenvolvimento sócio-económico africano	
Quadro 3.1 - Indicadores de desenvolvimento sócio-económico da África Sub Sahariana	102
Quadro 3.2 – Os acordos de integração regional em África	121
Figura 3.1 – Representação de Indicador do desenvolvimento humano	127
Figura 3.2 - Indicadores de tensões civis em África (1996 – 2009)	135
Figura 3.3 - A estrutura do Conselho de Paz e Segurança da União Africana	137
Capítulo IV - Parceiros de Cooperação africanos	
Matriz 4.1 - Domínios equacionados para uma cooperação entre a África e os parceiros julgados mais relevantes	144
Quadro 4.1 – De Yaoundé a Cotonou, 2010	171
Quadro 4.2 - Medidas de Ajustamento Estrutural das IBW	184
Capítulo V - Dinâmicas de desenvolvimento africano: a UA e a NEPAD	
Quadro 5.1 – Eventos que marcam o percurso da transição	197
Quadro 5.2 – Estrutura da União Africana	201
Quadro 5.3 – Objectivos e plano de acção para a democracia e a boa governação	213
Quadro 5.4 – Governação Económica e Social	214
Quadro 5.5 – Países da UA que aderiram ao APRIM	216

Figura 5.1 - Orgânica da NEPAD	218
Figura 5.2 – Peso total de doenças	224
Quadro 5.6 - Países com Acordos/Planos de Investimento do Programa Integrado para o Desenvolvimento Agrícola em África – Outubro de 2010	226
Capítulo VI - Análise estrutural do desenvolvimento sócio-económico de São Tomé e Príncipe	
Figura 6.1 - Indicadores de governação para São Tomé e Príncipe e para África Subsaariana	252
Quadro 6.1 - Indicadores Económicos de São Tomé e Príncipe	257
Gráfico 6.1 - Taxas de câmbio efectivas (2002 – 2010)	264
Gráfico 6.2 - PIB Real (2003 – 2013)	270
Gráfico 6.3 – Dívida externa total (percentagem do PIB) e serviço da dívida (percentagem das exportações de bens e serviços) 2012	273
Quadro 6.2 - Progressos no alcance dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio	276
Quadro 6.3 - Indicadores Básicos dos países do CEEAC	284
Quadro 6.4 - Ideias para a aplicabilidade do modelo de desenvolvimento geo-social à realidade são-tomense	293
Capítulo VII - A visão dos são-tomenses perante os desafios da União Africana e suas perspectivas de desenvolvimento	
Quadro 7.1 – Relação Questionário ensaio	303
Quadro 7.2 – Estrutura do Questionário aplicado	305
Gráfico 7.1 – Análise genérica dos inquéritos	307
Gráfico 7.2 - Grau de escolaridade	309
Gráfico 7.3 - O Plano de Acção de Lagos como o primeiro estudo de diagnóstico pós independência	311
Gráfico 7.4 – Ano em que é diagnosticado a queda da economia africana	312
Gráfico 7.5 – Economia mais saudável no contexto africano	313
Gráfico 7.6 – Processo de Integração africana de que São Tomé e Príncipe é membro	314
Gráfico 7.7 – Objectivos da NEPAD	315

Gráfico 7.8 – Ideia de existir um Governo Central Africano	316
Gráfico 7.9 – As causas do subdesenvolvimento em África	317
Gráfico 7.10 – existência de assimetrias entre os Estados membros da UA	317
Gráfico 7.11 – As decisões da UA e a opinião pública	318
Gráfico 7.12 – A relação entre a UA e os povos que representa	318
Gráfico 7.13 – A relação entre as estratégias da UA e sua influência no desenvolvimento nacional	319
Gráfico 7.14 – Nota final sobre a visão que tem do processo de desenvolvimento africano	320

CAPÍTULO I
INTRODUÇÃO

1.1 Enquadramento, justificação e relevância do estudo

Com a entrada do novo milénio, ocorrem algumas mudanças estruturais no quadro das relações internacionais. O continente africano também seguiu essa mudança com a apresentação da União Africana (UA) e com uma nova abordagem económica na esperança de inverter, desta forma, o *status quo* no continente e, particularmente, nos seus Estados membros.

Na verdade, a mudança em questão deve-se à efectivação da globalização que, segundo Giddens, “pode não ser elegante ou atractiva. Mas ninguém, absolutamente ninguém, que pretenda progredir neste final de século a pode ignorar”(Giddens, 2010:19). Por assim ser, a globalização passou a ser uma das questões centrais das novas relações internacionais na medida em que vivemos, de facto, “num mundo de transformações, que afectam quase tudo o que fazemos. Para o melhor e para o pior, estamos a ser empurrados para uma ordem global que ainda não compreendemos na sua totalidade, mas cujos efeitos já se fazem sentir em nós” (*ibidem*). Todavia, se, para Sousa (2008:8), a “globalização é a irreversibilidade das economias”, sob o ponto de vista económico e das relações internacionais, nas palavras de Costa, a “globalização económica, particularmente acelerada desde meados dos anos 1980, refere-se a um processo histórico, em resultado, fundamentalmente, da inovação, e do processo tecnológico, assentando na crescente integração das economias em todo o mundo, principalmente através do movimento de bens, serviços e capitais, numa lógica transfronteiriça” (Costa, 2010:14). Robertson (1992:8), por seu turno, defende que a globalização consiste na “compreensão do mundo e a intensificação da consciência do mundo como um todo”, ou seja, essas percepções escolhidas, dentre muitas outras, a favor da globalização como Bhagwati (2007), ou de autores que defendem o contrário, como Stiglitz (2007), Scholte (2000) e outros. Permitem-nos, no mínimo, questionar a globalização no sentido de saber ao certo em que posições ficam os países, segundo a divisão de Ronald Findlay sustentando-se da investigação de Raul Prebisch e Hans Singer, com o Norte (modelo neoclássico de Solow) industrializado, e o Sul (modelo dualista de Arthur Lewis) como o integrador do conjunto de economias menos competitivas, como é o caso das africanas.

Neste contexto, será a globalização, como questiona Giddens, “uma força promotora do bem geral?” (*ibidem*:27).

Neves (2006:160), por sua vez, afirma que “a África a sul do Saara é o único problema grave de desenvolvimento que ainda existe no planeta”. Todavia, continua o autor, “a segunda metade do século XX foi de estagnação para a generalidade dos países da região[africana]. E, pior que isso, este foi, também aqui, o melhor período económico de sempre”. Porquanto, na leitura que Neves faz “sobre os últimos dois milhões de anos de economia, termina com a referência a África”. Ele acredita, porém, que “é nela que se vai dar o futuro do desenvolvimento. Ela é o principal desafio que terá de enfrentar as próximas revoluções e as próximas globalizações”. Por isso, Stiglitz responde, em parte, à questão levantada por Giddens, dizendo que “mesmo os defensores do mercado livre reconhecem que um dos problemas da África é a falta de Estado” (Stiglitz e Charlton, 2006:55).

Independentemente da melhor resposta que se espera obter, e partindo do princípio de que a “globalização económica tem um ritmo mais rápido que a globalização política” (*ibidem*:337), o facto é que vários países africanos apresentam ainda a incapacidade para produzir alimentos suficientes para alimentar as suas populações. Porém, e ainda que seja discurso político, Julius K. Nyerere insistiu em dizer que “não existe a pobreza de ideias acerca da natureza dos problemas africanos, nem a forma como eles devem ser enfrentados – quer em África quer fora desta. Mas sentiu-se que havia falta de oportunidade para expressar, debater e testar essas ideias num ambiente de total abertura, num contexto africano e sob liderança africana dedicada a repensar sobre o futuro da África” (Adedeji, 1993:xv). Por outro lado, Mosca salienta que “parece ser aceitável que se discutam formas alternativas de desenvolvimento para os países em vias de desenvolvimento” (Mosca, 2004:20) onde a África aparece com prioridade. Não obstante, Trindade (2006:15) encontra, nessa nova abordagem, instrumentos que “servirão para que os africanos criem causas políticas maiores e mais nobres, para poderem enfrentar convenientemente os desafios para o seu desenvolvimento sócio-económico”.

É com esse espírito que a presente tese procura tipificar a análise da estratégia de desenvolvimento da UA, sobretudo no que concerne à sua vertente sócio-económica, alicerçada na Nova Parceria para o Desenvolvimento Africano – NEPAD¹, numa abordagem geo-social aplicada a São Tomé e Príncipe².

Embora o desenvolvimento constitua a finalidade de qualquer organização, não é menos verdade que, para a definição dos objectivos de uma verdadeira política sócio-económica, defendem alguns estudiosos como Colman e Nixon (1981) e Sousa (2008), constata-se, especialmente, certas condições essenciais que, segundo esses autores, reflectem condições universais e obrigatórias como:

- a) a reorganização da procura interna; a criação ou consolidação de condutas de uma economia de mercado com um forte investimento social;
- b) a implantação de uma estratégia de desenvolvimento sustentado a longo prazo, com justiça social e a devolução de poderes ou descentralização destes;
- c) o melhoramento no padrão de vida e a distribuição de rendimento(s), da riqueza e das oportunidades;
- d) o ambiente favorável ao desenvolvimento do sector privado e do investimento directo no sector produtivo nacional, a afectação satisfatória de recursos, assim como o fortalecimento, a diversificação da oferta interna, entre outros.

Não obstante a valorização desses critérios, a difícil tarefa, a nosso ver, prende-se com a ponderação dos mesmos em diferentes níveis de importância, isto é, os diferentes valores que cada um dos cinquenta e quatro Estados da UA atribui a cada item mencionado, uma vez que cada Povo terá a sua própria história. A África, como já

¹A este respeito, nos auxiliaremos de algumas obras de estudiosos da temática, nomeadamente: Quedraogo, 2007; Roque, 2001, 2002, 2005 e 2007; Monteiro, 2004; Ki-Zerbo, 1972, 1980, 2006; Keita, 2002; Torres, 1986, 1995, 1996, 1999; Nisbert, 1996; Nkrumah, 1962, 1965, 1967, 1970, 1977; Parceria Estratégica UA – África, 2008, 2009; Reader, 2002; René, 1962; Roland, 1994; Walle, 2001; Guest, 2004; Ferreira, 2005; Carvalho, 2010; Hugon, 1999, 2005; Lara, 2005; e outros.

²Sobre São Tomé e Príncipe estudaremos um número considerável de obras que, a título de exemplo, citamos. Príncipe (Romana, 1997; Espírito Santo, 2008, 2009; Cardoso, 2007; Ferreira, 1991; Seibert, 1998, 1999, 2006, 2011, 2012; Neves, 2004; Marques, 1998; Fraga, 2006; Nascimento, 2001, 2005; Alegre, 2008, 2010; Mata, 2010; Bonfim, 2001; e outros.

dissemos, contrariamente ao que se pode pensar, não é um Povo, nem uma cultura e nem sequer uma língua. Em suma, não é homogénea.

Huntington (1999), referindo-se a uma civilização africana em *O Choque de Civilizações e a Mudança na Ordem Mundial*, conclui que as sociedades africanas são diferentes e que existe uma importante heterogeneidade. Em continuação, Mosca concorda com Huntington e diz mais, que “as sociedades da África Subsariana possuem realidades complexas onde se cruzam histórias, povos, línguas, culturas, religiões, raças e etnias, que se conformam em construções políticas, económicas e sociais (des)articuladas por desenvolvimentos não naturais e influenciados por factores e interesses alheios, tornando-as vulneráveis e, sobretudo, onde o futuro é poucas vezes determinado pelos respectivos povos” (Mosca, 2002:11). Por isso mesmo, analisar a estratégia da UA sobre uma *abordagem geo-social* (que no capítulo II conhece melhor tratamento) aplicada a um dos seus membros, implica levantar algumas questões como:

- a) Pode-se equiparar o desenvolvimento e crescimento do bem-estar material nos países da UA?
- b) Que significados revestem as novas categorias ajustadas ao desenvolvimento: humano, endógeno, universal e sustentável?
- c) Que se pode esperar em África, depois de décadas de políticas, projectos, estratégias, conferências sobre o desenvolvimento, com resultados sistematicamente aquém do esperado?

Não obstante as grandes doutrinas económicas (Taylor, 2001)³, é nas tendências contemporâneas que se vêem as estratégias alternativas do desenvolvimento pelo crescimento (Chenery, 1979), desenvolvimento e alterações estruturais do processo de crescimento em que se insere o modelo de especialização primária, o de substituição de importações, o de desenvolvimento equilibrado ou o de especialização industrial e de diversificação de serviços. Segundo Sousa (2010:157), “trata-se, ao fim e ao cabo, de procurar definir os principais traços caracterizadores de experiências alternativas de

³ Como as da Antiguidade e da Idade Média, os mercantilistas, os fisiocratas, a escola clássica, as reacções contra o Liberalismo, o Socialismo, a escola histórica, as doutrinas inspiradas no Cristianismo, a da utilidade marginal e outras.

transição, atendendo-se a toda uma grande multiplicidade de variáveis explicativas do processo desenvolvimentista”.

Conquanto, e atendendo-se a estas novas perspectivas, criaram-se facilmente, numa visão salomónica do desenvolvimento sócio-económico, duas classificações de abordagem. Uma é aquela que congrega países segundo os estágios de desenvolvimento, quase maniqueísta: os de rendimento *per capita* mais elevado e que são tidos como “desenvolvidos” e os demais como “subdesenvolvidos” (Monteiro, 2004; Sousa, 2009).

Tomemos, como exemplo, países como Angola, Gabão ou República Democrática do Congo (RDC), por um lado, e Luxemburgo ou Dinamarca, por outro lado. Embora os primeiros possuam bastantes recursos naturais, são considerados subdesenvolvidos, enquanto os segundos, com uma menos significativa riqueza natural, são classificados de países desenvolvidos. Por isso, segundo a teoria de Ratzel e Vidal de La Blanche, o desenvolvimento económico só é comparável quando existe um certo intervalo de abundância de recursos naturais. Isto é, na ausência desse *intervalo*, “não é possível que um país (ou região) se desenvolva facilmente abaixo de um limite mínimo de recursos naturais, nem tão-pouco se apresenta viável que um país tenha propensão a desenvolver-se, rapidamente, acima de um limite máximo de abundância de recursos naturais” (Sousa, 2010:166).

Desta feita, tomar como “critério da comparação entre os recursos aproveitados e o potencial de recursos existente apresenta algumas limitações. Em primeiro lugar, porque nem sempre pode inferir-se do facto do país A aproveitar melhor o seu potencial de recursos do que o país B, que A é mais desenvolvido do que B. Em segundo lugar, porque o próprio desenvolvimento de um país ou uma região não depende exclusivamente da maior ou menor abundância de recursos naturais” (*ibidem*).

Por isso, tal como afirma Bhagawati (1968), “os países não estão limitados aos seus próprios recursos, pois o capital, o trabalho especializado e o conhecimento técnico movem-se através das fronteiras”. Assim, “um país com escassos recursos naturais

pode desenvolver-se, de forma acelerada, se importar capital do exterior e se puder dispor de mão-de-obra qualificada (nacional ou estrangeira) ” (*ibidem*:116).

Efectivamente, o subdesenvolvimento é também, por um lado, encontrado na literatura da especialidade com várias outras nomenclaturas, tais como: *menos desenvolvidos*, *economias periféricas*, e outras. Por outro lado, encontramos expressões equivalentes a países desenvolvidos como *economias centrais*, *avançadas* e outras. Nesse sentido, e sabendo de antemão que toda essa classificação é elaborada partindo-se do princípio de que o rendimento *per capita* possui considerável grau de correlação com o estágio de desenvolvimento, “advinha-se que conceituar e avaliar o desenvolvimento pode ser uma tarefa complexa” (Stiglitz, 2006:10), uma vez que os denominados princípios são, na verdade, a inexistência de um consenso sobre o tema e a ausência de técnicas de avaliação suficientemente eficazes. Por isso, atendendo-se à sua difícil conceitualização, são vários os autores que o ensaiam.

Colman e Nixon (1981) interpretam o desenvolvimento sócio-económico como um processo de aperfeiçoamento em relação a um conjunto de valores. Por sua vez, o desenvolvimento é abordado como o acesso físico aos bens e serviços básicos, e acesso às oportunidades, educacionais, culturais, sociais e laborais. Stiglitz (2006:54), por seu lado, diz que o “desenvolvimento é um processo que envolve todos os aspectos da sociedade, reclamando o esforço de todos: mercados, governos, Organizações Não Governamental (ONG), cooperativas, instituições não lucrativas”. Todavia, a panóplia de controvérsia sobre a “crise da Economia do Desenvolvimento e das teorias que a integram, chegando alguns ao ponto de preconizar o seu desaparecimento como disciplina científica” (Torres, 1995:83) está exactamente a definição dos *valores* que a Escola clássica, no surto do pensamento económico iniciado por Adam Smith (1723-1790) e outros notáveis representantes desta orientação, tais como, David Ricardo (1772-1823), Thomas Robert Malthus (1776-1836), James Mill (1773-1836), John Ramsay McCulloch (1789-1864), John Stuart Mill (1806-1873), John Elliott Cairnes (1823-1875) e Jean Baptiste Say (1767-1832), que propunham, para se distinguir o *valor de uso* do *valor da troca*, estudar-se a problemática do *valor económico*. Isto é, a Economia, por se tratar de uma ciência social, pode ser lida com valores que podem ser diferentes de sociedade

para sociedade, mediante costumes e culturas. No entanto, não deixa de ser verdade que, ao estudarmos o desenvolvimento *geo-social* no continente africano, se verificam, analogamente, situações contrastantes que, numa referência à pobreza nos dois milhões de anos de Economia que, levam Neves (*ibidem*:136) a afirmar que a “disparidade é, sem dúvida, a maior preocupação da actualidade”.

Todavia, “ainda que certos países tenham registado um crescimento económico considerável”, segundo o relatório anual (2009) de publicação conjunta entre o Banco Africano de Desenvolvimento (BAD), Centro de Desenvolvimento da OCDE, e a Comissão Económica da ONU para a África (UNECA), a distribuição dissemelhante da *res publica*, não só continua sendo um entrave constante para que se diga ter alcançado, na nossa opinião, um efeito positivo sobre a redução da pobreza que assola o continente. Tomemos como exemplo o caso da Namíbia, cujo nível de desigualdade é dos mais elevados no mundo (PNUD, 2006).⁴ Curiosamente, os países em *vias de desenvolvimento* como a República de Serra Leoa e a República Centro Africana e os países *mais desenvolvidos* no contexto africano como o Lesoto, o Botsuana e a África do Sul, seguem o mesmo exemplo.⁵

Outra conjuntura tida como desfavorável tem a ver com a criação de postos de trabalho, que continua a ser um dos principais desafios – no nosso entender – para a redução da pobreza e para o desenvolvimento sócio-económico do continente. De igual forma, salienta-se que, no que toca ao emprego, a preocupação persiste, sobretudo, nas classes mais vulneráveis da população, nomeadamente, as mulheres e as minorias étnicas. Todavia, a situação do desemprego está estreitamente ligada à taxa de alfabetização que tem apresentado resultados interessantes.⁶ No ensino primário,

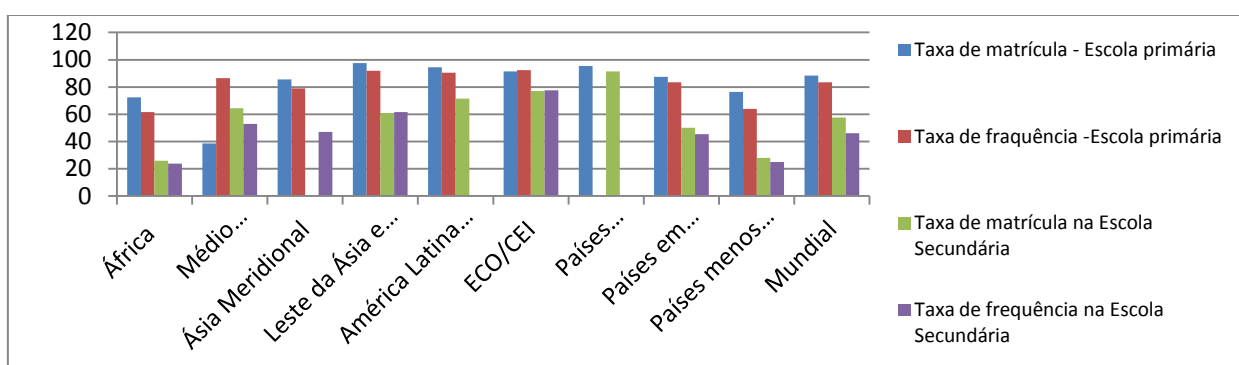
⁴ De acordo com o relatório do PNUD, datado de 2006, sobre o Índice de Desenvolvimento Humano, em 177 países, a Namíbia (posição 125) é o pior país em matéria do coeficiente de desigualdade. Em números, salienta o documento que os 10% mais ricos da população país ficam com 64,5% dos rendimentos.

⁵ Segundo o relatório do PNUD, pode-se dizer que quanto à África do Sul, se a população do país fosse colocada na escala mundial de rendimento *per capita*, os 5% mais ricos estariam entre os 10% mais ricos do mundo, enquanto os 5% mais pobres estariam entre os 10% mais pobres. Apenas 7,4% da população mundial é mais pobre que os 5% mais pobres da África do Sul (PNUD, 2006).

⁶ De acordo com o relatório mundial de acompanhamento da Educação para Todos (EPT) de 2006, divulgado pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), revela que 140 milhões de adultos na África Subsaariana estão desprovidos de instrumentos de aprendizagem básica. O relatório revela ainda que, apesar da taxa de alfabetização ter aumentado 10%, desde 1990 na

registaram-se progressos em alguns países como o Burkina Faso, o Benim e a Eritreia. Entretanto, e como se pode analisar no quadro abaixo, a taxa líquida de matrícula/frequência no ensino primário e secundário no mundo em 2009, nos países a sul do Saara é de 59% e, por isso, o mais baixo no contexto mundial (Quadro 1.1).

Quadro 1.1 – Situação mundial da infância: taxas líquidas de matrícula/frequência no ensino primário e secundário



Fonte: dados extraídos do relatório da UNICEF, 2009.

No que diz respeito ao ensino secundário, o Níger e o Chade apresentam uma taxa particularmente baixa (inferior a 10%), traduzindo a marginalização de raparigas, crianças com deficiências e órfãos das zonas rurais (segundo informações do Conselho Europeu aquando da definição da Estratégia da UE para África rumo a um Pacto Euro-Africano a fim de acelerar o desenvolvimento de África [COM (2005) 489 final – ao Parlamento Europeu e ao Comité Económico e Social, de 12 de Outubro de 2005 – versão não publicada no site oficial da UE]).

Independentemente das inquietações acima aludidas, ressalva-se o optimismo no interior da UA, na crença de um futuro melhor.

Alpha Oumar Konaré, então Presidente da Comissão Africana, discursando a 3 de Abril de 2007 na Universidade de Alcalá, Espanha, vai mais longe, proferindo que “no hay futuro sin África”, refutando as viabilidades de resolução dos problemas identificados no continente.

África, vários países do continente terão dificuldades para alcançar o objectivo da EPT relativo à alfabetização, que visa atingir 50% até 2015 (UNESCO, 2006).

Na verdade, paralelamente às suas insuficiências, a África, a UA e os africanos constituem matéria de estudo para as relações internacionais, ou seja, como assunto que pode ser abordado num prisma de Relações Internacionais (Maltez, 2002), na medida em que defende, dentre outros, a teoria da integração de Estados em união, por via pacífica, pela realização de cooperação a todos os níveis (Arenal, 1998; Pereira, 2001; Campos, 1999; Renouvin, 2000; Maltez, 2002; Moreira, 2008), um facto que ocorrerá quando os Estados transferem “parte da sua soberania” para uma organização que lhes garantisse estabilidade. É pois com esse propósito que abordaremos o estudo da UA como o instrumento susceptível dessa vontade colectiva.

Analisando, sob o prisma do subdesenvolvimento, espera-se chegar a uma apreciação, a de que uma das estratégias mais aceitáveis para alterar o *status quo* no continente poderá passar pelo fortalecimento de uma instituição que fale e cumpra em espírito de união, que a faça homogénea e que a defina como um actor geoestratégico e geopolítico determinante na esfera internacional.

Com a efectivação da NEPAD, parte-se do princípio de ter encontrado a pertinência para estudar o seu alcance, no que concerne aos grandes problemas políticos, económicos e sociais, as suas propostas fundamentadas para o desenvolvimento sócio-económico de África, no seu todo, e ensaiar a sua aplicação, de forma geo-social, aos Estados insulares, como São Tomé e Príncipe, que terá mais argumentos para moldar a consciência de países e blocos regionais mais influentes na escala global.

Associando-se à relevância do estudo, salientam-se, igualmente, algumas das razões que motivaram a escolha do tema.

Nos últimos tempos, temos vindo a dedicar esforços no sentido de aprofundar os nossos conhecimentos acerca de questões africanas, na medida em que, nas novas Relações Económicas Internacionais, predomina uma panóplia de interdependência; pensamos por isso poder contribuir com uma análise da estratégia de desenvolvimento da UA numa abordagem *geo-social* aplicada às economias insulares, como é o caso de São Tomé e Príncipe.

A elaboração desta tese diz respeito, conscientemente ou não, ainda, a dois factores, a saber: o primeiro, talvez pelo facto do investigador ser africano, e ainda pelo facto de

ter abraçado a diplomacia como carreira profissional; o segundo factor tem que ver com o âmbito de realização desta pesquisa numa das áreas de particular interesse, o Desenvolvimento Sócio-Económico.

1.2 Pergunta de partida, objectivos e hipóteses do trabalho

Assiste-se, na actualidade, nas novas relações internacionais, a uma globalizante interdependência a todos os níveis de conhecimentos e de saberes. Todavia, o tema do desenvolvimento *versus* subdesenvolvimento, constitui, paradoxalmente, uma problemática complexa, visto que, dentre os critérios que estão na base da sua definição, como o rendimento mínimo, o livre acesso ao emprego, a democracia e boa governação, a independência nacional, o aumento de produtividade e outros, encontra-se ainda a preocupação com os chamados níveis de vida que passam pela habitação, pela nutrição, pela educação e pela saúde.

Ainda em 1998, Vitoriano *et al* (1998:166) sustentavam que “mais grave ainda é o facto de o desnível entre países ricos e pobres ter tendência para continuar a aumentar”. Passada uma década e meia, aproximadamente, são vários os relatórios das agências especializadas das Nações Unidas que sublinham essa tendência (PNUD, 2009; UNICEF, 2009). Efectivamente, o resultado consiste em enormes diferenças negativas, mesmo entre os países membros de um dado processo de integração, como é o caso da UA.

Para Monteiro (2001:43), “é difícil caracterizar-se o subdesenvolvimento e não existem, segundo alguns especialistas, instrumentos suficientemente precisos para o cálculo do subdesenvolvimento”. Por outras palavras, diz-nos Sousa (2010:165) que “não se afigura fácil definir, de uma forma concisa, o conceito de subdesenvolvimento. E isto porque o subdesenvolvimento se apresenta com características diversas, consoante os casos, sendo ainda manifesta uma certa relatividade deste conceito”.

No fundo, a diferenciação concebida por Monteiro (2001:43-44) é do ponto de vista económico, diz-se que “aumenta o número de países em situação difícil ou mesmo em estado crítico, com reflexos directos nas respectivas sociedades, onde a miséria se evidencia cada vez mais, em extensão e intensidade. Como também se afirma ser cada vez maior o fosso que separa os países ricos do Norte e os países pobres do Sul”.

Na verdade, existiu no passado, e continuará a existir, a nível mundial, uma cooperação e compromisso internacionais no sentido de implementar uma parceria mundial para o desenvolvimento⁷. Porém, muitos são os Planos e Programas de Desenvolvimento Sócio-Económicos que conheceram o fracasso no continente africano na sua efectiva implementação, embora estivessem reunidas certas condições de sucesso e visassem inverter satisfatoriamente as tendências menos conseguidas na esfera africana. Por isso, questiona-se a sustentabilidade do Plano de Acção de Lagos, os Programas de Ajustamento Estrutural elaborados e executados pelo FMI e pelo BM e outros. Depois, existem outros tantos projectos que, ainda vigentes, obtêm uma avaliação aquém do esperado. É o caso dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM) que Costa (2010) adjectivou como “dramática” – na medida que foi exposta de uma forma extremamente realista – e “ambiciosa” – dado o curto período de tempo para o seu cumprimento. Na verdade, restam apenas quatro anos para o final do prazo estabelecido para o seu cumprimento, e segundo o balanço de Progresso dos ODM do BAD, Centro de Desenvolvimento da OCDE e a UNECA, “parece actualmente improvável que estes possam ser atingidos. Os governos africanos devem intensificar os progressos, com o apoio dos doadores internacionais. No entanto, estes governos deverão, igualmente, estar dispostos a realizar uma escolha difícil. Com constrangimentos temporais e recursos humanos e financeiros escassos, terão de escolher entre atingir todos os objectivos na data prevista ou atingir algumas metas que considerem de maior importância para o seu desenvolvimento a longo-prazo” (*Africaneconomicoutlook*, Novembro, 2010).

Nesse sentido, parece-nos pertinente uma reflexão acerca dessas iniciativas que, de acordo com os ensinamentos das Políticas Públicas, se poderão transformar em soluções reprimidas, isto é, o seu não cumprimento traduzir-se-á em “estado de coisas” da não-decisão.

⁷ Objectivo 8 dos 15 Objectivos de Desenvolvimento do Milénio acordados entre os Estados membros da ONU, em Setembro de 2000, constitui, no fundo, um documento internacional assinado pelos dirigentes mundiais reunidos na Assembleia Geral da ONU naquela que ficou conhecida como a “Cimeira do Milénio”, a qual reafirmou as suas obrigações comuns para com todas as pessoas do mundo, especialmente as mais vulneráveis e, em particular, as crianças a quem pertence o futuro. Comprometeram, assim, a atingir um conjunto de oito objectivos para o desenvolvimento para guiar os esforços colectivos nos próximos quinze anos no que concerne ao combate à pobreza e ao desenvolvimento sustentável.

Em boa verdade, qualquer plano de desenvolvimento sócio-económico terá os efeitos multiplicadores no contexto *geo-social*. Diz-nos Roque (2002:96) que “podem produzir determinados efeitos que devem ser alcançados”, isto é, “o êxito da realização dos objectivos sócio-económicos para qualquer país[ou região], em qualquer fase de desenvolvimento, depende da simultaneidade da aplicação e da eficácia da interligação entre eles”.

Deste modo, constituindo uma verdade irrefutável o que acima se expôs, é de esperar que essas iniciativas preencham outros objectivos sócio-económicos. Apesar do não cumprimento de vários projectos, a verdade é que, nas duas últimas décadas, o continente conheceu transformações, lograram-se progressos de formas significativas, tanto a nível da boa governação, como no crescimento económico que se tem vindo a multiplicar em números nunca antes vistos no período referido⁸.

A título de exemplo, a análise da *Africaneconomic outlook* salienta que, em 2009, a estabilidade política em África ganhou um novo ímpeto após alguns distúrbios em 2008. “Vários países realizaram com sucesso eleições democráticas justas e a responsabilização governamental aumentou. Apesar de os retrocessos ainda serem comuns, o aperfeiçoamento dos mecanismos de controlo e acompanhamento representa um bom presságio para a consolidação institucional do continente no futuro (...) Nos três anos anteriores à recessão global de 2009, África registou um crescimento anual médio de cerca de 6%, mas em 2009 a taxa reduziu-se em 3.5 pontos percentuais, para os 2.5%” (*Africaneconomic outlook*, Novembro, 2010). Por isso, ao tomarmos este exemplo, pretendemos igualmente dizer que a estratégia da NEPAD engloba todo um conjunto de factores que conferem ao continente uma agenda política e económica determinada, revertendo também aos estrategas da iniciativa o mérito de ser considerada uma nova visão e mais adequada para que o continente triunfe neste novo século.

Porquanto, cabe realçar que os relatórios oficiais das agências especializadas da ONU e de várias outras Organizações Não-Governamentais (ONG) locais e estrangeiras

⁸ Vale a pena consultar as quatro últimas publicações do PNUD sobre os países africanos, disponível na rede em <http://hdr.undp.org/es/informes/> – consulta de Novembro de 2010).

reforçam a consciência de que a África tem ainda muito a caminhar para atingir um desenvolvimento sócio-económico digno desse nome. Relatam que o continente conta, actualmente, com 40% de cidadãos vivendo com menos de um dólar por dia; que o continente conta com uma média de três em cada quatro vítimas mortais de HIV/SIDA que ocorrem no mundo; que um em cada cinco africanos vive num país afectado pela guerra ou por conflitos violentos; que (sobre)vive com um rendimento *per capita* dos mais baixos dentre dezoito (os africanos) dos vinte países mais pobres do mundo (*Oxfam International*, 2002).

O facto é que a heterogeneidade existente no continente africano é-nos apresentada pelas piores realidades no que diz respeito aos regimes políticos, vivências históricas, contextos culturais e religiosos, económicos e geográficos. Entretanto, coexistem ainda zonas de segurança precária e centros de estabilidade reduzida.

Na UA, alguns países viveram e vivem períodos de paz duradoura, de segurança, de estabilidade económica e política e de participação democrática. Como referência, existem países como o Gana, São Tomé e Príncipe, a Tanzânia, o Uganda, a África do Sul, a Namíbia, Cabo Verde, o Botsuana e outros. Paradoxalmente, alguns permanecem mergulhados em conflitos sem fim aparente. Apesar de, no decorrer da década transacta, os conflitos em países privilegiados por recursos naturais consideráveis (sobretudo, diamantes e madeira), como a Guiné, a Libéria, a Guiné-Bissau e a Serra Leoa, terem vivido numa majestosa crise que originou e até mesmo ampliou a grande afluência de refugiados (*Relatório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados – ACNUR – Junho, 2009*).⁹

Os conflitos tendem a pôr em causa, inclusive, os esforços no sentido de se alcançar a paz e a estabilidade (Bigo e Hermant, 2001). No Sudão, na zona de Darfur, a guerra é tida como “esquecida” aos olhos da sociedade internacional. Na Nigéria, na Guiné

⁹ Segundo o relatório, o número de deslocados no mundo aumentou, pela primeira vez, nos últimos cinco anos – um crescimento de 14% por relação a 2005, ou seja, mais 1,2 milhões de pessoas. Paralelamente, a organização registou uma queda no número de refugiados na África oriental (menos 31%) e na África austral (menos 18%) em virtude das repatriações voluntárias em países como a Libéria, Angola e a República Democrática do Congo, bem como de uma percentagem significativa de exilados oriundos do Burundi. Disponível em <http://www.acnur.org/t3/portugues/noticias/noticia/relatorio-anual-do-acnur-aponta-42-milhoes-de-pessoas-deslocadas-no-mundo/>.

Conacry, na Costa do Marfim, no Darfur, na RDC, no conjunto Etíope/Eritreia, ou na Somália, no Norte da Uganda, no Leste e no Norte da República Centro Africana, no Congo, há um persistente receio de que a instabilidade faça protelar, novamente, os projectos de desenvolvimento.

Conquanto, a instabilidade a que nos referimos é aquela que joga em paralelo com o aumento da criminalidade na organização transnacional, que espelha um aumento progressivo de malefícios às sociedades.

Repare-se, por exemplo, que a ameaça constante do tráfico de seres humanos, de armas, do contrabando de recursos naturais, do tráfico e do consumo de drogas, ironicamente, é crescente na imprensa internacional. Todavia, não é de descurar, entretanto, que o cenário podia ser bem diferente, de que a exploração dos recursos naturais nos países detentores de riquezas em recursos naturais justificaria um desenvolvimento sócio-económico melhor que os verificados. As economias dos países africanos alimentam-se, em grande medida, dos produtos agrícolas que podem, por sua vez, contribuir para reduzir uma das suas vulnerabilidades, intervindo sobre a tendência para a diminuição dos preços a longo prazo, e sobre uma flutuação de preços no mercado mundial. Por isso, uma das acções para o crescimento económico poderá passar pela geração do investimento fiável e atractivo. Pela conjugação de esforços no sentido de se alcançar a estabilidade e boa governação, a transparência, o diálogo, o investimento privado, a integração regional e outros, para o desenvolvimento sócio-económico dos Povos do continente.

Os laços históricos, políticos e outras afinidades entre os parceiros de cooperação contribuirão, seguramente, para o desenvolvimento sócio-económico das partes. Porém, o potencial económico que o continente africano apresenta poderá ser a causa para atrair os investimentos que, em abono da verdade, tem merecido uma nova abordagem por parte de países emergentes (o Brasil, a Índia, a China, a Rússia e a África do Sul)¹⁰ e de grupos regionais (como, a União Europeia – UE) que, por um lado,

¹⁰ Aos cinco países citados (o Brasil, a Índia, a China, a Rússia e a África do Sul), por se configurarem numa nova geopolítica das economias emergentes, é-lhes atribuída uma expressão conceitual nas Relações Internacionais conhecida como “BRICS”.

se transformam em importantes fontes de investimento de capital estrangeiro nos países africanos. Por outro lado, os parceiros de longa data da África, como os Estados Unidos da América, o Japão e mesmo a Rússia, mostram um renovado interesse no continente.

O esforço das autoridades africanas vai também no sentido de, a nível regional, encontrar mecanismos que permitam a mais eficaz interligação entre os Estados membros de modo a facilitar o acesso das populações aos mercados e a reduzir os custos das actividades comerciais. Daí a pertinência de se incluir uma abordagem às Instituições de Bretton Woods (IBW), nomeadamente o FMI e o Banco Mundial (BM), como fomentador da cooperação monetária internacional e do papel que terão no processo de integração regional manifestado pela UA no quadro da NEPAD que visa reforçar o papel desta, a todos os níveis, no contexto individual da união, nas sociedades em particular e na economia mundial.

A NEPAD surge como o instrumento económico da UA que materializa a visão holística desenvolvida pelos líderes africanos numa moldura de parceria entre os membros da união com o objectivo de promover o desenvolvimento sustentável do continente. Nesse sentido, tomou-se imperativo ver até que ponto a estratégia de desenvolvimento proposta pela NEPAD contempla as especificidades dos Estados Membros, insulares, como São Tomé e Príncipe, que é um Estado soberano há trinta e seis anos. Constituído por duas ilhas maiores e vários outros ilhéus, São Tomé e Príncipe encontra-se situado na zona do Golfo da Guiné, a cerca de 300 quilómetros da costa ocidental africana, na fronteira com a República Gabonesa.

Com a proclamação da independência nacional a 12 de Julho de 1975, “quando o Almirante António [...] Coutinho do Conselho da Revolução transferiu solenemente os poderes administrativos do arquipélago perante dezasseis membros da Assembleia Constituinte” (Seibert, 2006:102.), São Tomé e Príncipe abre um novo capítulo da sua história, confiando a assumpção deste novo Estado soberano ao Movimento para a Libertação de São Tomé e Príncipe (MLSTP). Quinze anos mais tarde, fruto das mudanças sociais e políticas no país, foi anunciada a abertura política, levando à

criação das condições institucionais necessárias para a realização de eleições legislativas, presidenciais e autárquicas tendo decorrido, desde então até ao momento presente, nove eleições legislativas, três autárquicas e regionais e quatro presidenciais.

São Tomé e Príncipe foi, na década de noventa do século passado, um dos primeiros países africanos a abrir-se ao multipartidarismo. Sob um regime político semi-presidencialista democrático e multipartidário, São Tomé e Príncipe dispõe, segundo o censo da população do ano de 2012, de um total de 187.356 habitantes, com uma taxa de alfabetização na ordem dos 70% (INE, 2010), com um PIB *per capita* na ordem de 400 USD (CPLP, 2011), e que tem, como as principais exportações, o cacau, o café, a copra, o coconote e a pimenta. Todavia, espera-se, a curto prazo, que o país venha a tirar proveitos da exploração do petróleo na sua zona conjunta com a República Federal da Nigéria.¹¹

Nos últimos quatro *rankings* do Índice de Desenvolvimento Humano do Programa das Nações Unidas para Desenvolvimento (2006, 2007, 2008 e 2009), São Tomé e Príncipe ocupou as posições 127.^o, 123.^o, 128.^o e 131.^o, respectivamente. E a respeito dos ODM, repare-se que, passados nove dos quinze anos propostos, o país mostra sinais de cumprir três dos oito objectivos¹² de desenvolvimento.

Não obstante as especificidades de cada Estado, São Tomé e Príncipe conta com, dentre outros, os efeitos da insularidade e do *geo-social* que gravitam sobre o desenvolvimento sócio-económico do país. Entretanto, decorridos 36 anos sob a data da independência do país, a instabilidade política, a deficiente governação, a corrupção, bem como o próprio modo de ser e estar da população e outros, reflectem que o país conheceu vários planos e projectos de desenvolvimento sócio-económico que tinham como objectivo-primeiro inverter a situação de subdesenvolvimento¹³ a que, na actualidade, se assiste.

¹¹ Para um melhor esclarecimento, sugerimos consultar o *web site* da Agência Nacional de Petróleo em: <http://www.anp-stp.gov.st> (consulta de Maio 2010).

¹² Os objectivos que o país tem probabilidade de atingir são os números 2, assegurar a educação primária para todos, 4, reduzir a mortalidade infantil, e 6, combater o VIH/SIDA, o paludismo e outras doenças.

¹³ Provavelmente, o projecto de maior significância estava sob a responsabilidade do FMI e do BM que levou à privatização das roças produtoras de cacau e café que eram, no fundo, as únicas fontes de receita

São Tomé e Príncipe conta também com uma considerável dependência a nível das Ajudas Públicas para o Desenvolvimento (APD). O Orçamento Geral do Estado evidencia anualmente essa dependência na ordem dos 79% e dos 85%. Partindo desse pressuposto, necessário se torna o exercício de analisar os factores geo-sociais mais significativos do país de modo a perceber-se a razão do supracitado. Por isso, é necessário, por um lado, conhecer a aplicação da estratégia da NEPAD e as características específicas de São Tomé e Príncipe e identificar, por outro lado, o modelo de desenvolvimento sócio-económico que, a nível empírico, melhor se adequa às mesmas especificidades.

1.2.1 Pergunta de partida

Neste contexto, apresenta-se a seguinte pergunta de partida: Será que a estratégia de desenvolvimento preconizada pela NEPAD é adequada às necessidades *geo-sociais* de um Estado insular como São Tomé e Príncipe?

1.2.2 Objectivos da investigação

Os objectivos da investigação, que se prendem com as acções que serão desenvolvidas com o propósito de encontrar resposta(s) à pergunta de partida, estão consubstanciados nos objectivos específicos.

Pode-se definir, assim, os seguintes objectivos específicos que deverão ser seguidos no decurso do trabalho:

- a) Analisar, no âmbito da OUA e da UA, as estratégias mais significativas propostas para o desenvolvimento sócio-económico dos Estados membros;
- b) Avaliar a estratégia de desenvolvimento proposta pela NEPAD;

do país. Porém, “o balanço feito após dez anos de execução dos PAE [Programa de Ajustamento Estrutural] não foi animadora: a receita pública manteve-se relativamente estável; as despesas conheceram apenas ligeira quebra; a saúde e a educação sofreram limitações orçamentais, etc.” (Trindade, 2006:11).

c) Indicar as especificidades dos Estados insulares, como é o caso de São Tomé e Príncipe;

d) Ensaiai a aplicação da estratégia da NEPAD a São Tomé e Príncipe através da introdução do novo conceito de desenvolvimento *geo-social*.

Numa perspectiva mais genérica, o nosso estudo tem também como finalidade ajudar a entender, no contexto africano, por que razão certos países se desenvolvem mais rapidamente, e outros apresentam um desenvolvimento aquém das expectativas.

1.2.3 Hipóteses de trabalho

Não obstante os objectivos supra, salientam-se ainda duas *hipóteses* a ter em conta no decurso dos trabalhos, a saber:

a) A existência de assimetrias no continente africano impossibilita, de forma significativa, o cumprimento da estratégia de desenvolvimento da NEPAD, uma vez que esta não precavê as especificidades dos Estados.

b) A necessidade de adaptar o modelo de desenvolvimento da NEPAD às economias insulares far-se-á por intermédio de um novo *modelo de desenvolvimento geo-social* – tende a complementar o de *insularidade*, a fim de se ter uma visão comparativa das especificidades (geo-sociais) do conjunto quando em causa estão iniciativas de desenvolvimento que envolvem países continentais e insulares.

1.3 Modelo de análise

Uma vez que o objectivo da investigação é o de reflectir acerca das razões que justificam as diferenças que surgem no desenvolvimento dos países africanos ramificaram-se, depois, outras reflexões que passam pela análise das estratégias marcantes para o desenvolvimento sócio-económico dos Estados Membros da UA, contextualizada pela avaliação da estratégia de desenvolvimento da NEPAD, pela indicação das características de São Tomé e Príncipe como Estado insular e, por fim, pela aplicação da estratégia da NEPAD a São Tomé e Príncipe, sempre que se introduz um novo *modelo de desenvolvimento geo-social*.

Reconhecendo, todavia, que alguns limites advindos de factores alheios possam desnortear o cronograma das actividades desdenhadas, espera-se um trabalho original. Neste sentido, e sempre que possível:

- a) exporemos os factos;
- b) faremos o levantamento das variáveis;
- c) analisaremos doutrinas e políticas;
- d) promoveremos linhas de interacção, com o justo propósito de compreender o papel político da UA como o instrumento supranacional dos Estados Africanos;
- e) debateremos a pertinência da NEPAD em favor de um futuro próspero para o continente; e,
- f) de forma particular, numa vertente insular, veremos as suas motivações e os seus fundamentos numa abordagem *geo-social*.

Com o intuito de averiguar as hipóteses levantadas, proceder-se-á no sentido de adoptar algumas técnicas susceptíveis de avançar o estudo através dos métodos quantitativo e qualitativo, que não se excluem mutuamente, ainda que difiram quanto à forma e à ênfase.

Particularmente, o método *qualitativo* procura trazer como contribuição ao trabalho uma mescla de procedimentos de cunho racional e intuitivo, capazes de iluminar a compreensão dos fenómenos. Assim, “pode-se distinguir o enfoque qualitativo do quantitativo, mas não seria correcto afirmar que guardam relação de oposição” (Pope & Mays, 1995:42).

Moreira (2007a) identifica, nas Ciências Sociais, posições e propostas na distinção entre os métodos quantitativos e qualitativos, empreendendo a sua análise no realce de antecedentes mais claros dessa discussão através da obra *The Polish Peasant*, de Thomas & Znaniecki, e, em geral, dos estudos da Escola de Chicago nos anos vinte e trinta, época de predomínio da perspectiva “humanista/qualitativa” e de uma metodologia centrada nas histórias de vida e na observação participante. O autor afirma, pois, que “não é portanto de estranhar que se tenha escrito profundamente sobre a polémica quantidade-qualidade, a qual, como se de uma equação irresolúvel se tratasse, encerra problemas com implicações nos planos epistemológico e técnico da investigação social” (Moreira, 2007a:47).

Contudo, segundo Bryman (1995:109), “a distinção entre investigação quantitativa e investigação qualitativa é uma questão de mero carácter técnico, sendo que a escolha entre uma e outra apenas tem que ver com a sua competência para responder ao problema específico de investigação [...] de igual modo que outras decisões técnicas [...] como a decisão sobre as modalidades de construção de uma amostra estratificada”.

Analisando em separado os dois métodos, Cardim (2008:75) descreve o método qualitativo como “a melhor adaptação a um baixo standard de qualificações (com escassez ou mesmo inexistência de informação e de dados disponíveis), proporcionando a captação de uma visão mais completa das condições do contexto”.

Repare-se, entretanto, que o emprego de ambos os métodos, quando aplicados às Ciências Sociais, visa analisar o processo social como tal e não tanto a estrutura social, isto é, há uma clara percepção pela busca do conhecimento do contexto.

É provavelmente com essa motivação que Jick (1979:602) atribui à combinação de métodos quantitativo e qualitativo o princípio de *triangulação* ou de *validação convergente e multimétodo*, para dizer a mesma coisa. No fundo, pretende-se dizer que esta combinação tende a complementar ou convergir as fontes para o mesmo objectivo.

Morse (1991:120) cita o emprego da ideia da triangulação simultânea pelo uso, ao mesmo tempo, dos dois métodos, para afirmar que, na fase de recolha de dados, a interacção entre os dois métodos é reduzida, mas, na fase da conclusão, eles se complementam. Todavia, e como salienta Duffy (1987:131), a conjugação desses dois métodos permite congregare controlar *inputs*, pelo método quantitativo, com a compreensão da perspectiva dos agentes envolvidos no fenómeno, pelo método qualitativo; congregar a identificação de variáveis específicas [pelo método quantitativo] com uma visão global do fenómeno [pelo método qualitativo]; completar um conjunto de factos e de causas associadas ao emprego do método quantitativo com uma visão de natureza dinâmica da realidade; enriquecer constatações obtidas sob condições controladas com dados obtidos dentro do contexto natural de sua concorrência. Uma reafirmação da validade e da confiabilidade das descobertas através do emprego de técnicas diferenciadas.

Desta forma, a fim de medir quantitativamente a percepção dos São-Tomenses respeitantes à UA, à NEPAD e a São Tomé e Príncipe, proceder-se-á ainda à técnica de inquérito por questionário. Numa primeira fase, por um questionário composto por três partes a saber: I – caracterização social, II – Percepção sobre a história de África e III – Percepção sobre a UA/NEPAD, num total de vinte e nove (29) perguntas destinadas aos São-Tomenses com idade igual ou superior a dezoito (18) anos de idade.

Numa segunda fase, adoptaremos técnicas de carácter qualitativo, procedendo a entrevistas seguidas de um guião bilingue – português e francês – a fim de chegarmos aos demais potenciais entrevistados.

Entrevistar-se-ão igualmente individualidades ligadas ao aparelho do Estado São-Tomense, da sociedade civil, académicas, funcionários da UA e outros agentes conhecedores da temática sob investigação. Por este motivo, as entrevistas

possibilitaram validar, também, algumas dúvidas suscitadas pelas informações recolhidas dos questionários.

Embora saibamos de antemão que não há definição que resuma um país como São Tomé e Príncipe, nem estatística que valha a verdade daquele Povo, facilmente concluímos que, estudar São Tomé e Príncipe e os São-Tomenses, nas suas mais diversificadas componentes – económica, política, social e a sua cultura específica – implica um verdadeiro exercício metodológico que passará, necessariamente, pela conjugação de todo um conjunto de métodos e técnicas do processo científico, bem como o método experimental e a imprescindível técnica de observação participante. Cabe dizer que sem eles, a cientificidade da investigação estaria comprometida.

Com efeito, embora se reconheça a mais-valia dessas valências, o nosso estudo de caso, que ocupará a terceira parte do trabalho, centrar-se-á na conjugação, através da análise de conteúdo de todos os factores acima descritos, o que nos auxiliará a avaliar a visão dos São-Tomenses face os desafios da UA e do projecto de desenvolvimento da NEPAD e suas perspectivas de desenvolvimento para o país.

É importante ainda sublinhar que, para poder analisar e entender um “novo” conceito de desenvolvimento geo-social que propomos, se deve ter em conta as dificuldades relacionadas com a concretização da palavra "sustentável" que, segundo Altvater (1995), provoca, inevitavelmente, um recuo da análise teórica frente a considerações normativas. Isto é, o desenvolvimento deve ser economicamente eficiente, ecologicamente suportável, politicamente democrático e socialmente justo.

Pode-se então dizer que este trabalho é fruto de um estudo documental que se pretende realizar o mais profundo possível, para que se possa compreender e interpretar a sua extensão. Contar-se-á ainda com as nossas experiências pessoais como leitores e autores de apontamentos sobre as temáticas africanas e, também, com contributos de individualidades profundamente conhecedoras destas matérias como referenciamos nos agradecimentos.

Por fim, resta dizer que se definiu que o trabalho será sedimentado em duas vertentes que são: a da descrição e a da explicação. Quer-se com isto dizer que, a primeira tem como propósito dar a conhecer os factos; e a segunda, na demanda de integrar e contextualizar os factos ao final de cada “capítulo”, fazendo constar, depois, espaço em aberto para as conclusões parciais.

1.4 Estrutura do trabalho

O trabalho é composto por oito capítulos, sendo o primeiro, este, confinado à *Introdução*.

O segundo capítulo apresenta o *Enquadramento teórico e operacionalização de conceito*, nomeadamente: a abordagem do desenvolvimento e de políticas públicas para o desenvolvimento; a abordagem de integração económica e do conceito *geo-social*, reflectindo os objectivos, as hipóteses e ainda a operacionalização das variáveis da investigação.

Há um terceiro capítulo – *Contextualização do subdesenvolvimento sócio-económico africano* –, em que se procurará reflectir sobre as razões que nortearam esse *status quo*, isto é, começando pela construção de Estados em África, pelos processos de integração e de outros mecanismos hoje reconhecidos como impróprios ou insuficientes para resolver os objectivos anteriormente definidos para o desenvolvimento.

No quarto capítulo, estudar-se-ão os *Parceiros de cooperação africanos*, isto é, os parceiros mais influentes da cooperação extra africana, nomeadamente: os Estados Unidos da América, a República Popular da China, o Brasil, a UE e as IBW.

Consequentemente, abordar-se-ão, no quinto capítulo, *as Dinâmicas de desenvolvimento africano: a UA e a NEPAD*. Nesse capítulo, percorrer-se-á a literatura acerca da estratégia de desenvolvimento da UA, o percurso para a assumpção desta, bem como os objectivos pretendidos nas novas relações internacionais.

Assim, sendo a NEPAD uma aposta da UA para o desenvolvimento comunitário africano, a reflexão passará também pelos seus objectivos e géneses, a moldura, as prioridades, o balanço da sua vigência e outros aspectos julgados relevantes.

No capítulo sexto, estão as abordagens referentes a São Tomé e Príncipe numa perspectiva histórica, geográfica, social, política e económica, que permitirá obter uma *caracterização* geral do país.

No capítulo sétimo estão determinadas as análises dos inquéritos por questionários, em que se procura conhecer a visão dos São-Tomenses acerca do continente, da UA e da NEPAD, por um lado. Por outro lado, analisaremos as entrevistas e os guiões desta, advindas de um público distinto da dos inquéritos por entrevistas.

Por fim, o capítulo oitavo destina-se à apresentação das conclusões e às pistas da investigação.

CAPÍTULO II

ENQUADRAMENTO TEÓRICO E OPERACIONALIZAÇÃO DE CONCEITOS

2.1 Enquadramento teórico: nota introdutória

Se, por um lado, os objectivos da investigação acima apresentados, dão ênfase ao entendimento do porquê da existência, no mesmo contexto-africano, de países que se desenvolvem mais rapidamente e outros com um desenvolvimento aquém das expectativas, por outro lado, as ideias à volta da estratégia da NEPAD e a sua aplicabilidade no contexto insular, de São Tomé e Príncipe, a contextualização da situação deste último, o enquadramento, a justificação e a relevância do estudo, bem como o modelo de análise, tendem a demonstrar o empenho, a motivação e a dedicação que atribuímos à elaboração desta investigação que, conscientemente, sabemos não resultar de fácil tarefa, mas que, pelas razões mencionadas, nos sentimos capacitados para continuar. Isto é, reflectir sobre a estratégia de desenvolvimento sócio-económico preconizado pela NEPAD no contexto das novas relações económicas internacionais, como um projecto próspero de inverter o estado de coisas em África através da UA e a sua particularização às necessidades *geo-sociais* de um Estado insular como São Tomé e Príncipe, confere-nos alguma possibilidade para esgrimirmos argumentos susceptíveis de cumprir com a tarefa a que nos propomos.

A fim de se enquadrar teoricamente a tese sobre a estratégia de desenvolvimento da UA numa abordagem *geo-social* aplicada a São Tomé e Príncipe, apresentam-se a discussão duas abordagens (a do desenvolvimento sócio-económico e de políticas públicas para o desenvolvimento e integração económica) e o enquadramento de um novo conceito (*geo-social*) que permitirão o melhor entendimento do contexto da investigação.

Concernente ao *desenvolvimento sócio-económico*, é evidente que o mesmo ocupará o desafio central do nosso estudo, uma vez que emanam deste todas as estratégias a que nós recorreremos. Por isso, o repto consiste no encarar progressos de uma realidade concreta – africana – por intermédio de uma transformação, de mudança do *status quo* com vista a proporcionar o desenvolvimento sócio-económico. Desta forma, é fundamental uma aceitável abordagem do desenvolvimento sócio-económico no contexto desta investigação. Porém, e ainda no quadro da abordagem sócio-económica, será introduzida também a de *políticas públicas para o desenvolvimento* que são

aquitomadas como normas susceptíveis de contribuir para a resolução de problemas que, de forma directa ou indirecta, atentam contra o bem-estar do Povo, que tendem a aparecer cada vez mais face aos desafios do desenvolvimento sócio-económico; por isso, as *políticas públicas* terão uma importância acrescida, na medida em que contribuirão para entender as demandas das dissemelhanças que se pensa existirem no contexto africano, das disparidades entre as taxas de analfabetismo nos diferentes países, da fraca estrutura tecnológica e de informação, o lado cultural, religioso, entre outros. Desta forma, as *políticas públicas* aparecerão como uma mais-valia no sentido de contrapor os eventuais factores que impeçam o desenvolvimento das estratégias de desenvolvimento sócio-económico na UA ou, melhor, em São Tomé e Príncipe.

Por sua vez, as abordagens sobre a *integração económica* ser-nos-ão importantes para percebermos o campo de actuação da NEPAD, na medida em que a sua estratégia se assenta na visão das integrações regionais africanas, tendo, depois, a UA que as representa, no seu todo. Através dessa filosofia, a NEPAD encontra vantagens económicas em detrimento de participações de forma isolada. E porque tomam também como certo que o seu mercado interno poderia ser insuficiente no que concerne à auto-regulamentação.

O *geo-social*, por fim, terá uma importância igualmente acrescida na compreensão da “diferenciação”, no estudo de caso, entre os Estados integrantes da estratégia da NEPAD que, em comparação, poderão apresentar particularidades insulares, *geo-sociais*. Apesar de tudo, as abordagens sobre a insularidade servirão para complementar a definição do *geo-social*, como um novo conceito, uma vez que será, no fundo, o elemento que favorecerá contributos para o estudo dessas especificidades.

Espera-se mesmo que o *geo-social* ilustre, de forma comparativa, os principais constrangimentos do desenvolvimento sócio-económico de São Tomé e Príncipe, que podem estar relacionados pelos aspectos geográficos que os caracteriza, pelo isolamento, pela dispersão, pela descontinuidade do território, pela estrutura macroeconómica, também pelas especificidades *do modus vivendi* da sua própria população.

2.2 Desenvolvimento sócio-económico

Tal como os efeitos sociais contribuem para alterar as percepções da raça humana nas suas relações com o mundo, o conceito de desenvolvimento configura-se igualmente intrínseco a esse processo histórico, actual e projectivo. Porém, o desenvolvimento como “conceito indefinido” tende a ganhar uma amplitude avassaladora na medida em que não se limita somente ao crescimento económico, humano, social, político, na garantia das necessidades básicas, mas também aos objectivos da modernização, do contínuo progresso e do bem-estar do indivíduo, do Estado, de grupos e do mundo. Sem qualquer pretensão de entrarmos no campo da Filosofia, o desenvolvimento aparece como limite o próprio acto de se desenvolver, que é infinito.

Todavia, as teorias tradicionais – isto é, as clássicas – do desenvolvimento sócio-económico iniciadas por Adam Smith, David Ricardo e outros até às mais recentes contribuições – neoclássicas – Keynesianas, as Marxistas as contribuições teóricas de Schumpeter, do modelo estruturalista, das contribuições analíticas de Arthur Lewis, da teoria de base exportação de Richardson, do modelo de desfasagem distribuída de Jorgenson, assim como as vantagens competitivas dinâmicas, possuem, como denominador comum, a relevância pela acumulação de capital para o processo decisivo que é o desenvolvimento sócio-económico.

As teorias tradicionais iniciadas por Adam Smith e David Ricardo obedecem a uma trindade de explicação assente:

- 1 – na teoria do valor e dos salários;
- 2 – na teoria da renda e função de produção; e
- 3 – na poupança, no investimento e dinâmica de crescimento da Economia.

Adam Smith começava pela classificação de *valores* que é análoga ao *preço*. No aprofundamento do trabalho científico de Smith, David Ricardo contribuiu ao incorporar as tipologias dos *bens*, que podiam ser reprodutíveis, como não reprodutíveis que tinham, ambos, um *valor* que, por sua vez, era susceptível de ser quantificado pelo número de horas de *trabalho* necessárias do *custo* da sua produção, o

salário. Deste salário, obedecendo à teoria da renda e função de produção, que consistia no aumento da produção, implicava uma poupança, contribuindo, assim, para o crescimento económico.

Importa salientar também que, por exemplo, as contribuições de Adam Smith atinentes ao desenvolvimento da *teoria das vantagens absolutas* para explicar o funcionamento do comércio internacional não se fez esperar pela “contraposição” de Ricardo que formulou a *teoria das vantagens comparativas*, segundo a qual cada país tende a se especializar nos ramos em que tem maiores vantagens. Por exemplo, a vantagem de um país importar determinados produtos, mesmo que pudesse produzi-los por preço inferior, desde que sua vantagem, em comparação com outros produtos, fosse ainda maior.

Para os Marxistas [Otto Bauer (1907), Luxemburgo (1975), Bukarine (1989), Hilferding (1973), Sweezy (1966), Henri Denis (2008), e outros], o modelo de desenvolvimento explicativo tem como base a teoria do valor e a teoria da mais-valia; a acumulação, o lucro e a proletarianização.

Partindo do princípio de que é da materialização do trabalho humano, e só, que se criam os valores, reflectindo-se depois em todas as suas abordagens que, segundo Sousa (2010:47) conclui-se que: “1) só o trabalho cria valor (o capital apenas transmite valor); 2) os rendimentos auferidos pelos capitalistas provêm somente da mais-valia; 3) o montante da mais-valia na razão directa do número de trabalhos explorados e do horário de trabalho; 4) a acumulação dos instrumentos de produção deriva da existência de mais-valia, através da aplicação de uma parte do lucro em investimentos”.

Na verdade, as contribuições marxistas do desenvolvimento dão particular ênfase ao imperialismo, à troca desigual e à exploração da classe trabalhadora em detrimento do Capitalismo que nada mais serve senão para agudizar as contradições internas. Em síntese, pode-se dizer que a análise marxista defende o investimento na produção/produktividade do trabalho humano que inevitavelmente gera lucros.

Os neo-clássicos [com particular destaque para Stanley Jevons (1871), Carls Menger (1871), Léon Walras (1898)] têm, na defesa do seu modelo, a questão da *mão invisível*, ou seja, esta está sempre presente nas suas abordagens de que, havendo a melhor afectação dos recursos existentes, a longo prazo, consubstanciar-se-á num equilíbrio da vida económica, isto é, a *eficiência*, sem que para tal sejam necessárias medidas de vulto.

Quanto às contribuições teóricas de Schumpeter, importa referir-se que é colocado o assento tónico no papel da tecnologia na sociedade, o papel das inovações no progresso técnico da dinâmica capitalista. Nesse sentido, o seu contributo para a teoria económica apresentado na sua obra *Análise da Função do Empresário*, o autor dá ênfase ao papel determinante no processo de inovação e de investimento e explica as flutuações da economia capitalista.

O modelo estruturalista [Jean Lhomme (1966), Gurvitch (1955), Marchal (1963), Akerman (1954), Bernis (1966), Furtado (1974; 2000), Sousa (1980), e outros], é entendido como o sistema em que cada um dos elementos é definido pelas relações de equivalência, isto é, pela necessária relação de “conflituosidade” entre os elementos do sistema, sintetizaremos uma *estrutura*, um *modelo* de desenvolvimento. Cada elemento, entenda-se, são os diferenciados contributos dos estudiosos da temática do desenvolvimento. Por isso, a riqueza do pensamento estruturalista reside no “pragmatismo” de “compatibilizar métodos e esquemas de integração racionalizada de diversos tipos de políticas económicas” (Sousa, 1980:241-249).

Convém referir-se, também, as contribuições de Arthur Lewis, em que a abordagem dualista/desenvolvimentista foi mais além dos trabalhos apresentados por Keynes, Harrod-Domar ou mesmo da função de produção neoclássica do pós-Solow. Porquanto, o mérito de Lewis consistiu, também, na relevância que conferiu aos países em desenvolvimento (1954), da relativa facilidade de aplicação do modelo às economias subdesenvolvidas que, em consequência disso, gerou igualmente uma vasta literatura em torno da teoria do desenvolvimento.

Ganhou igualmente pertinência a teoria da base de exportação e o modelo de ciclos económicos inter-regionais de Richardson que ainda, neste capítulo, retomaremos para estudarmos o novo *modelo de desenvolvimento geo-social* no quadro da UA e da NEPAD. Em síntese, pode-se dizer que a teoria de base económica analisa as actividades totais de uma região, país ou cidade, pela dicotomia tanto ou quanto nítida, tendo-se, por um lado, as actividades concernentes às exportações e, por outro lado, as actividades do mercado (local ou regional).

Outro modelo igualmente interessante é o de desfasagem, segundo a distribuição de Jorgenson (1966). Para o autor, os investimentos líquidos dispostos para um dado processo de desenvolvimento correspondem à diferença entre o nível pretendido de capital num dado momento e o nível do capital existente no ano anterior à distribuição. Ou seja, “o «impacto» no rendimento das ajudas exteriores é sempre positivo, embora superior se se privilegiar a incorporação das mesmas na equação do investimento à sua integração na equação do défice orçamental, numa perspectiva de «financiamento» de um défice (e não tanto numa perspectiva de manutenção do nível de défice com aumento dos gastos públicos” [(Sousa, 2010:119)].

Configuram-se também nas teorias políticas do desenvolvimento outras abordagens, como, por exemplo, a das vantagens competitivas dinâmicas, ou seja, numa altura em que a globalização pende, e cada vez mais, pelo nível da competitividade, as estratégias para o desenvolvimento sócio-económico são cada vez menos baseadas em vantagens estáticas. Por isso, o inverso deve passar pelas vantagens dinâmicas, pela criação de vantagens competitivas.

Segundo Baldwin, “todas estas [y otras] teorías buscan entender tanto el que se acumulan los bienes de capital, como los factores económicos que lo fomentan o impiden” (Baldwin, 1967:36). Para ele, a análise dos autores clássicos “se destaca porque muestra cómo el desarrollo económico puede ser desbaratado por las presiones demográficas unidas a una escasez de recursos naturales” (*Ibidem*). Nesse mesmo contexto, o autor diferencia os clássicos dos neoclássicos pelo facto destes últimos terem equacionado a importância “por su análisis del proceso de ahorro e inversión y de las repercusiones intersectoriales del desarrollo, mejor que el efectuado por la teoría

económica clásica”. Todavía, as diferenças salientadas entre os neoclássicos e marxistas, embora partilhassem os efeitos favoráveis do progresso tecnológico, os segundos “sostiene que las relaciones de producción asociadas com el capitalismo son incompatibles com el progreso tecnológico generado bajo el sistema de depresiones periódicas que lo conducirán finalmente al estancamiento económico” (Baldwin, 1967:36-86).

O *desenvolvimento* passa a ocupar, como se viu, a “preocupação” de todos os pensadores da ciência económica. Tanto assim é que, ainda sob a preponderância que caracterizava o Capitalismo como o paradigma do desenvolvimento económico nas relações económicas internacionais no século passado, Keynes, por exemplo, foi ao ponto de “romper” a tradicional lógica do pensamento económico, facultando a intervenção do Estado na Economia por via da despesa e do investimento, como forma de estimular a procura e potenciar o crescimento económico (Clark, 2007; Costa, 2010).

Por assim ser, impõe-se saber, de facto, o que significa o desenvolvimento? Haverá diferença(s) entre o crescimento e o desenvolvimento?

Na verdade, a definição de desenvolvimento sócio-económico não se esgota no fenómeno de crescimento sustentado do nível de vida de um país ou região quantificado pelo Produto Nacional Bruto (PNB) médio por pessoa. O desenvolvimento “deve incluir muitas outras dimensões humanas, culturais, sociais, psicológicas, políticas, *etc.*”. O fenómeno do desenvolvimento “é, sem dúvida, o acontecimento determinante do nosso tempo. Iniciado em meados do século XVIII, na Grã-Bretanha, com a chamada ‘revolução industrial’, esta realidade mostrou-se o mais poderoso e intenso processo de transformação social da História. Ela criou uma situação completamente nova na vida da humanidade, que a separa irredutivelmente de qualquer experiência anterior. Todos os aspectos humanos sofreram o seu impacto (...) que não só toca todos os aspectos da vida humana, como o faz rápido e continuamente” (Neves, 2004a:14-15).

No estudo das Ciências Sociais, todavia, o conceito de *crescimento/desenvolvimento* tem merecido atenção especial na discussão do desenvolvimento/subdesenvolvimento dos

Estados e das sociedades (Holland e Campbell, 2005; Bhagwati, 2007; Bury, 1971; Kindelberger, 1976; Amaro, 2003; Rodrik, 2008; Nisbet, 1996; Murteira, 1983; Cohn, 2008; Desroche, 1978; Sousa, 2008; Servaes, 1996; Easton, 1973; Baldwin, 1967; Secondi, 2008; Diniz, 2006; Costa, 2004, 2005, 2010; Krugman, 2008; Ghai, 1990; Bonaglia e Goldstein, 2006; Stiglitz, 2002, 2007a e 2007b; Singer, 2004; Furtado, 1971; Perkins, 2006; Medeiros, 2004; Amaro, 2004; Todaro, 2008; e outros.), que configura hoje, ainda, um tema pertinente do estudo da Economia do Desenvolvimento e, de forma abrangente, nos temas de Relações Internacionais na medida em que – dentre outros – persistem assimetrias entre determinadas regiões, como a seu tempo veremos, justificáveis por diferentes linhas do pensamento económico. Isto é, se, para uns, o desenvolvimento está associado ao dinamismo de certas variáveis económicas, para outros representa a condição do desenvolvimento, que se constitui no decurso de processo de transformações. *Desenvolvimento* é também, quanto à classificação morfológica, o efeito de se desenvolver. Alberga consigo alguns sinónimos, tais como: progresso, adiantamento, aumento, expansão, ampliação, crescimento e aperfeiçoamento. O acto de desenvolver, por si só, implica um processo de mudanças que é diagnosticado num tempo anterior, e os constrangimentos para a nova transformação são determinados mediante a ambição que se projecta, na qual se efectuará o desenvolvimento, tanto em quantidade, como em qualidade. Por outras palavras, o desenvolvimento é uma futurologia aplicada sob o conhecimento do passado, alicerçado pelo presente, objectivando um crescimento ainda melhor, e diferente, do que foi no anterior e do que está sendo, no presente. Por consequência, o crescimento representa uma via para o desenvolvimento. E como este, o crescimento arrasta consigo igualmente algumas “palavras similares” como engrandecimento, incremento, desenvolvimento, crescença, aumento, e outras, em que o crescimento é traduzido na problemática do desenvolvimento (Diniz, 2006), por critérios que são utilizados como factores oficiais de promoção.

O *desenvolvimento* consiste no melhor uso da riqueza material e do capital humano de um indivíduo, Estado/Sociedade ou o conjunto desses, com vista a favorecer o bem-estar geral, ou seja, a aptidão do indivíduo, nação ou conjunto delas, de satisfazer

equitativamente as necessidades da sua população e com isso facultar-lhes um nível de vida adequado.

Por seu turno, o *crescimento* pode ser o processo de natureza quantitativo que consiste no aumento regular de bens e serviços com a intenção de satisfazer as necessidades do(s) povo(s).

Entretanto, salienta Diniz que, “(...) o crescimento e o desenvolvimento caminham de mãos dadas até ao ponto em que a Economia perde a sua capacidade de adaptação a novas considerações. Há uma sintonia entre os dois conceitos, enquanto o processo se encontra a aprender a dar os primeiros passos” (Diniz, 2006:33).

Segundo este autor, é impossível “pensar-se em desenvolvimento sem crescimento económico, uma vez que qualquer alteração da função tem subjacente uma mudança de tamanho e, enquanto determinada Economia não conseguir produzir mais do que consome, através do seu crescimento, torna-se inexecutável a canalização de excedentes” (*ibidem*).

Assim, poder-se-ia dizer que, por mais ténues que sejam as diferenças conceptuais entre desenvolvimento e crescimento, ambos os conceitos convergem para o bem-estar e satisfação do indivíduo em particular e das sociedades. Portanto, os dois conceitos são multidimensionais. Todavia, salvaguardando algumas nuances do desenvolvimento, na medida em que, “apesar dos factores económicos estarem na sua origem, é um erro, como se disse, considerar o desenvolvimento apenas como uma realidade produtiva” (Neves, 2004:15), também o crescimento conhece um leque de significados que por vezes são tomados como similares.

Partindo da visão dos pensadores económicos, de Adam Smith a Keynes, as teorias e os modelos de crescimento económico marcam a bipolarização ou, até certo ponto, com o passar dos tempos, a “multipolarização” nas divergências do “fazer” e de “como fazer” que a História demonstra como confrontos sociais. Alguns desses confrontos ocorreram à luz do Capitalismo/mercantilismo que visava justificar o paradigma do desenvolvimento sócio-económico do passado. Entretanto, os seus legados remetem-

nos para três correntes que emergiram do pensamento ocidental e mundial (Bury, 1971; Nisbet, 1996; Rodinson, 1968).

Uma primeira corrente era aquela que se sustentava pela História como um progresso sucessivo e contínuo em direcção ao futuro (Bury, 1971), numa visão em muito parecida com a de Rostow, a qual defende que as sociedades devem, para o seu desenvolvimento, enfrentar cinco fases de evolução económica. Assim, a etapa última, a do “futuro” desembocaria no esperado desenvolvimento social e económico.

Uma segunda corrente tinha como defesaa de que a acumulação de riqueza significa um maior bem-estar (Nisbet, 1996) das populações em ambos os sentidos: social e económico, pelo que o caminho do desenvolvimento sócio-económico se fazia pela acumulação de riqueza. Quanto mais riquezaum país acumulasse, mais possibilidade teria de se desenvolver.

Por fim, e não menos importante, há uma terceira corrente que olhava para a “expansão geográfica da civilização europeia significar para os demais países da terra, então considerados como atrasados, a incorporação a formas superiores de vida” (Rodinson, 1968), porque, afinal, a expansão europeia dava início ao processo de industrialização que caracterizou os séculos XV, XVI e XVII e que se pretendia a globalização (Bonaglia & Goldstein, 2006; Singer, 2004)¹⁴do mundo por intermédio da então missão evangelizadora.

Tendo estas correntes sido o sustentáculo do Capitalismo que vigorou, tanto nos melhores, como nos piores momentos¹⁵ da História, chega-se a pensar que a sobrevivência do mesmo se assentou no chamamento, para si, do crescimento económico, assim como da adopção do *novo* estilo de vida marcado pelo elevado nível de consumo das sociedades (Diniz, 2006).

¹⁴ Na verdade, a temática da *globalização* é abundante em termos literários. Porém, a sua definição nem sempre é consensual. Se por um lado, a *globalização* é defendida como a intensificação das relações sociais à escala mundial, de tal maneira que faz depender aquilo que sucede a nível local de acontecimentos que se verificam a grande distância e *vice-versa* (Bonaglia & Goldstein, 2006), por outro lado, outros definem-na como uma simples versão actual do Colonialismo (Martin Khor, 1999).

¹⁵ Isto é, por um lado, atendendo a ilustrações, temos as sucessivas crises políticas e sociais que tiveram lugar na década de 1930 e que ficou marcadamente na História como a “crise do Capitalismo dos anos 30”; por outro lado, pode-se tomar a reconstrução dos Estados depois da segunda Guerra Mundial e que se estendeu ao processo de descolonização dos “novos Estados”.

Desta forma, parece-nos haver, na actualidade, a existência de uma disparidade no nível de desenvolvimento entre os indivíduos, Estados, organizações e regiões, que faz trazer à discussão a questão conceptual entre “desenvolvidos” e “subdesenvolvidos”¹⁶.

Para Myrdal (1977), a questão põe-se, sobretudo, a nível político e ideológico, ao defender que, nos países desenvolvidos, a maneira mais fácil de fazer frente à propaganda comunista nos países subdesenvolvidos é abandonar a teoria colonialista tão rápida e completamente quanto possível, e aceitar a nova teoria. Ou seja, se uma dada situação consistia na falta de desenvolvimento, o contrário, a nova teoria, teria de passar, necessariamente, pelo estímulo ao desenvolvimento. Entretanto, mesmo que os escritos de Myrdal se aparentem desactualizados no tempo e passíveis de críticas, a verdade é que, com a nova ordem instalada, vários foram os contributos académicos, institucionais e outros que apareceram por causa do desenvolvimento sócio-económico, constituindo, assim, um sólido apanágio para o desenvolvimento do bem-estar das sociedades.

Essa dicotomia persistiu (e persiste) até à actualidade com os novos paradigmas e novas abordagens de desenvolvimento, sendo as mais recentes apelidadas de *abordagens alternativas do desenvolvimento*, nomeadamente: a especialização primária, a substituição de importações, o desenvolvimento equilibrado e a especialização industrial e de diversificação de serviços, que inserem o desenvolvimento comunitário, as necessidades básicas, sustentável, participativo, local ou endógeno, humano, pontos de contacto e outros.

Como vimos no capítulo I, as definições de desenvolvimento sócio-económico, segundo Colman & Nixon (1981), Stiglitz (2006) e outros, a este nível, torna-se necessário incorporar à discussão, dada a sua importância para o estudo, a abordagem nos recente do desenvolvimento humano. Essa abordagem acontece em 1990, através da Agência das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) com a introdução do

¹⁶ Outra leitura que se costuma fazer acerca do aparecimento desta denominação é aquela, cuja autoria se atribui ao então Presidente norte-americano Harry S. Truman no seu discurso de tomada de posse, em Janeiro de 1949, em que apelava aos decisores dos países desenvolvidos uma particular atenção aos países “prósperos”. Com o andamento normal das relações internacionais, produziram-se outras nomenclaturas mais, tais como: países de desenvolvimento médio, países em vias de desenvolvimento, países periféricos, emergentes, e outros.

“Índice do Desenvolvimento Humano” (IDH) que visa medir a esperança de vida à nascença, pelo nível de escolaridade e pelo Produto Interno Bruto (PIB) por pessoa. Desta forma, o IDH mede, nessa lógica, por fim, o comportamento médio dos países (em *elevado* – sendo superior a 0,8;*médio* – entre os 0,5 e 0,79;e *baixo* – inferior a 0,5), numa escala variável entre zero (0) e um (1), tendo na base as dimensões de desenvolvimento humano como: a possibilidade de se ter uma vida longa e saudável; a faculdade em se aceder ao conhecimento e à educação, bem como a de possuir um padrão de vida aceitável (PNUD, 2004).

No fundo, e como defende Costa, “sendo o desenvolvimento humano um conceito muito mais amplo e abrangente que um índice isolado, o IDH oferece uma poderosa alternativa ao PIB *per capita* como medida sintética do bem-estar humano” (Costa, 2010:27). Contudo, com o IDH, a sociedade internacional, através do PNUD, procura, porém, ser transversal no que concerne ao objectivo de desenvolvimento de todos os Povos e culturas do mundo.

É de realçar, entretanto, a contribuição da componente da ecologia, que tem ganho relevância, tornando-se indissociável ao desenvolvimento sustentável em termos sociais. Salientamos, ainda, que a dimensão ecológica tem como tónica a utilização dos recursos em contraponto com a capacidade ambiental e, em especial, com o aspecto humano e com a subsistência da biodiversidade (Burszyn, 2001; Veiga, 2008; Sachs, 2002 e outros).

Outro facto igualmente relevante é o de que as desigualdades sociais não pararam de aparecer. Como é sabido, uma maior desigualdade na distribuição do rendimento está associada, geralmente, a uma coesão social enfraquecida e piores condições de acesso à saúde e à educação. Por outro lado, os indicadores e a evolução recente evidenciam que as desigualdades estão a fortalecer-se em países que estão a registar elevados ritmos de crescimento económico e de inovação (Secondi, 2008; Costa, 2010).

Na verdade, as situações de desigualdade no mundo têm sido amplamente reconhecidas pelas agências especializadas da ONU, que têm reportado os factos que fazem crer que, na actualidade, exista um novo “sistema de classes” estruturado e que

emerge num campo onde a reprodução social tem como modelo a globalização e que, desta forma, facilmente ultrapassa os Estados, desenvolvidos ou não, as Empresas, o indivíduo, nessa economia de mercado.

De acordo com Costa (2010:24), “as disparidades são abissais, alterando radicalmente o posicionamento dos países no *ranking* (...) para a economia mundial, o rendimento médio anual do habitante do planeta é de 9852 dólares PPC [Paridade do Poder de Compra]; no entanto, esse valor esconde, naturalmente, grandes disparidades entre os grupos de países e, mais ainda, entre países do mesmo grupo. Assim (...) um habitante médio nos países de Alto Rendimento dispõe de um rendimento cerca de 3,6 vezes superior à média mundial, e 6 vezes superior aos dois países de Médio Rendimento e 24 vezes superior à dos países de Baixo Rendimento.” Porém, adverte a autora “que estamos a utilizar dados neutralizados pela paridade do poder de compra” e que o “*ranking* individual de países ilustra, naturalmente, a realidade acima descrita”. Isso faz-nos lembrar – como umas das soluções possíveis, entre outras – o modelo de Harrod-Domar de crescimento equilibrado que, alimentando-se das contribuições neo-keynesianas, oferecem leituras adaptáveis no sentido de equilibrar as economias dos países subdesenvolvidos na medida em que abonam reflexões em torno do diagnóstico e equilíbrio das economias menos desenvolvidas, comparando-as com casos concretos e reconhecendo também o *status quo* vigente para logo verificar as probabilidades para a sua inversão (Sousa, 2010). Outra igual possível leitura encontra-se, também, nas contribuições teóricas schumpeterianas. Nos *Fundamentos do Pensamento Económico* (1968), segundo Schumpeter, o processo social constitui realmente um conjunto indivisível. Contudo, para o autor, o povo não emerge exclusivamente do seu estado económico prévio a implementação do processo de desenvolvimento, mas antes do somatório das circunstâncias económicas da vida desse país. Embora possam existir outras contribuições igualmente pertinentes para se poder estudar neste capítulo, acreditamos também que o desenvolvimento não podia deixar de ser o acto de se desenvolver. Por outras palavras, é o efeito do crescimento, de aumento ou de progresso. Um processo que transmite a ideia do alcance da maturidade, uma possibilidade realizada, o cumprimento de um planeamento, uma meta cumprida. O desenvolvimento assim analisado carece ainda da existência de uma certa

metodologia para o seu próprio cumprimento, isto é, o desenvolvimento como o processo de realização que foi anteriormente delineado, sob a lógica de transformação/mudança na expectativa de se gerar um objectivo melhor do encontrado.

O desenvolvimento sócio-económico consiste na busca da melhor interpretação dos fenómenos económicos e sociais impulsionadores do bem-estar, da sua explicação, analisando os homens nas suas relações dessa *obrigatória* interdependência nas diferentes sociedades e culturas mundiais. Quer isto dizer que o *desenvolvimento sócio-económico* tende a oferecer valências de, numa só visão, coabitar a abrangência de crescimento económico, da transformação, de modernização, de bem-estar do indivíduo, de modo particular, ou da sociedade, no geral. No fundo, o *desenvolvimento sócio-económico* fundeia a ideia do alcance social de bens de forma mais eficiente para o bem-estar.

Por essa razão, torna-se necessário equiparar o *desenvolvimento sócio-económico* ao *desenvolvimento humano* na medida em que, contrariamente ao segundo, o desenvolvimento sócio-económico não se resume apenas à expectativa de vida, da taxa de alfabetização e outros poucos mais parâmetros. Abarcará também o exaustivo conhecimento das estruturas produtivas, o padrão de vida, o progresso técnico e outros.

Desta forma, e atendendo às múltiplas facetas políticas, éticas, filosóficas, e não só, que estão subjacentes à ideia do desenvolvimento sócio-económico, há uma percepção de uma certa dificuldade na adopção de uma definição única e consensual que transcenda a elaboração, a implementação e a execução, chegando mesmo a resultados palpáveis¹⁷. Apesar de tudo, isso não invalida dizer que, no âmbito do processo de desenvolvimento, o *desenvolvimento sócio-económico* esteja também patente no princípio

¹⁷ Apesar dos esforços empreendidos pela sociedade internacional para a feitura de documentos pertinentes em prol do desenvolvimento (como a Declaração do Direito ao Desenvolvimento, a Declaração de Paris sobre as Ajudas Públicas ao Desenvolvimento, os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, a própria Parceria para o Desenvolvimento de África e outros) há uma clara percepção de que as últimas décadas ficaram marcadas por uma elevada dose de ambiguidade na execução prática desses documentos e os objectivos pelas quais foram criados.

galvanizador de alcançar um objectivo que passa, inclusivamente, pelo cumprimento de uma alternativa de desenvolvimento, ou seja, na medida em que se caminha a passos largos rumo à sociedade cognitiva, parece não existir limites para o desenvolvimento.

Terminando a nossa discussão à volta do *desenvolvimento sócio-económico*, importa ressaltar ainda que a globalização da Economia a que se vem assistindo desde os meados da década de 1980 do século passado, tende, hoje, a atingir o exponencial desenvolvimentista na medida em que existem mesmo, nas economias mais desfavorecidas, princípios capitalistas que as conduzirão em direcção ao mercado competitivo.

2.2.1 Políticas públicas para o desenvolvimento

A expressão *Políticas Públicas* (*Public Policy*) pode ser traduzida por “*is whatever governments choose to do or not to do*” (Dye, 1975:1), ou seja, é o que o governante opta por fazer ou não fazer. A abrangência desta definição está, segundo Rocha (2010), no facto de incluir, de uma só vez, os responsáveis do desenvolvimento dessas Políticas (Governo e outras entidades públicas); as escolhas que são susceptíveis de produzir resultados, tanto negativos como positivos; a acção dos actores, ao contrário do que pretendem fazer; e também o facto de, quando positivas, tomarem a forma de uma lei.

Os estudiosos da temática das Políticas Públicas, como Lasswell (1956), Herbert Simon (1957), Lindblom (1959), Easton (1965), Simon (1945), Etzionni (1967), Dror (1967), Beckman (1977), Ukeles (1977), Stockey e Zeckhauser (1978), Weimer e Vining (1989), DeLeon (1989), Rocha (2001; 2010), Boix (1991), McCool (1994), Dunn (1994), Dye (1992; 1995), Cochran e Molene (1995), Koven (1996), Peters (1999), Peixoto (1999), Shulock (1999), Birkland (2001), Bilhim (2002), Bucci (2002), Mozzicafreddo (2003), Muller (2003), Bento (2003), Pinto (2005), Mendes (2005), Hill (2005), Cardim (2006), Silva (2007), Ferreira (2008) e outros, não olvidando os frequentes ensaios de reformas nas sociedades e nas administrações ocorridas ainda no século XIX e que podem ser classificadas como parte integrante das Políticas Públicas, são unânimes na contextualização do aparecimento dessas acções colectivas com a exigência do estado

de bem-estar social nos Estados, no período pós segunda Guerra (1939-1945), fazendo surgir “as chamadas políticas sociais que irão constituir (...) a área principal do estudo das Políticas Públicas”(Rocha, 2010:15).

Porquanto, o enquadramento das Políticas Públicas das “sociedades modernas têm, como principal característica, a diferenciação social (...) e faz com que a vida em sociedade seja complexa e frequentemente envolve conflitos (...) entretanto, para que a sociedade possa sobreviver e progredir, o conflito deve ser mantido dentro de limites administrativos” (Pinto, 2005:1).

Embora as Políticas Públicas e as suas análises tenham antecedente nas antigas civilizações (Dunn, 1981), é a partir dos anos de 1970 do século XX que ganham maior relevo na investigação e produção científica. Conta-se, por isso, numa primeira hora, com as contribuições dos políticos e académicos franceses e ingleses (F. Merrien, R. Parchet e A. Kernén) e, depois, com os atributos dos académicos americanos (William James e John Dewey) que introduziram o estudo das Políticas Públicas como disciplina (DeLeon e Overman, 1989).

Todavia, tendo Hargrove (1975) como o *missing link* do processo político, é em 1973 que Pressman e Wildavsky e, posteriormente, outros autores [como Van Meter e Van Horn (1975); Mazmanian e Sabatier (1981); H. Pulzl e O. Treib (2002); Soren Winter (2002)] dão maior visibilidade ao tema da implementação, situando-o na nova abordagem.

Dando ênfase à origem e evolução dos estudos de políticas públicas, Alexandre Bento auxilia-se nas contribuições de Wayne Parsons (1991), Subirats J. (1989) e Thoening, J. e Meny, Y. (1992) para distinguir o conceito público e político inerente às políticas públicas. Contudo, e não obstante o surgimento de organizações híbridas, sobretudo no campo de desempenho social (Organizações Não-governamentais, Empresas Privadas de Segurança ou de saúde, e outras) que tendem a produzir cada vez mais similitudes entre o “público” e o “privado”, Bento fala do conceito de *publicness*, dando a ideia de que tudo é público; mesmo o sector privado tem algo de público, mas com um grau diferente (Bento, 2003:6). Apesar deste facto, a verdade é que o “processo”

conclusivo das Políticas Públicas como instrumento¹⁸ integrante de diversas ciências sociais é susceptível de oferecer duas perspectivas de abordagens distintas que são a de Análise das Políticas Públicas, por um lado, e a Teoria do Processo Público, por outro lado, [Baybrooke & Lidblom (1953) e Lidblom (1959)].

Distinguindo uma abordagem da outra, Rocha recorre a obras clássicas sobre a matéria de Stockey & Zechauser (*A Primer for Policy Analysis*, 1978), Edward Quade (*Analysis for Public Decisions*, 1975) e de outros autores [William Dunn, 1981; Dahl & Lindbjom (1953)], para demonstrar que a análise das Políticas Públicas “assume que os problemas políticos e as suas soluções podem ser definidos de forma compreensiva e racional, sujeitos a análise empírica. As soluções políticas devem ser óptimas e as consequências da acção do governo podem ser previstas com uma certeza, pelo menos probabilística” enquanto a Teoria do Processo Público [desenvolvida por J. Anderson (1975), Dye (1995), Howlwt & Ramesh (1998), Sabatier (1999), Hill (2005) e John (2006)], engloba um conjunto de abordagens teóricas, como, por exemplo, a Sistémica, a Pluralista, de Grupos e *Networks*, a das Elites e das Classes, a da Perspectiva Sócio-Económica, a Institucionalista e Neo- Institucionalista, a Racionalista, a Incrementalista, a *Mixed-Scanning*, a de Jogos, a de Abordagem, a da Escolha Pública, a da Difusão das Políticas, a de Funil de Causalidade, a de Equilíbrio, a de Estatismo, a da Economia do Bem-Estar, a de *Advocacy*, a de Fluxos Múltiplos, e a de Processo Político. Essa congregação visa esgrimir argumentos que “outros enfatizam [como sendo a] dominante entre os cientistas políticos e que abordam as fases do processo político,” (Rocha, 2010:17). Ou seja, como defendem Dahl & Lindbjom (1989), torna-se necessário, não só o conhecimento do processo político, como também a da acção governativa.

Em síntese, dir-se-ia que daquelas duas abordagens, se pensa existir, de facto, uma complementaridade entre elas, na medida em que são necessárias para explicar as decisões políticas que constituem o objectivo das Políticas Públicas (Simon, 1945; Etzionni, 1967; Rocha, 2010).

¹⁸Howlett e Ramesh (1995) classificam os instrumentos das Políticas Públicas em três: instrumentos voluntários (família e comunidade, organizações voluntárias e mercado); instrumentos mistos (informação e exortação, subsídios, leilão ou direitos de propriedade e taxa); e instrumentos compulsórios (regulação, empresas públicas e provisão directa).

Na óptica de Cardim (2006:16), as Políticas Públicas abarcam certos atributos, a saber:

- a) são públicas e, como tal, afectam um elevado número de diversidade de pessoas;
- b) são feitas em nome da causa pública;
- c) são genericamente feitas ou iniciadas pelo Governo;
- d) são interpretadas e implementadas por actores públicos e privados;
- e) correspondem ao que o Governo entende fazer ou realizar;
- f) traduzem também o que o Governo escolhe não fazer.

Desta maneira, concorrem para o processo de construção de Políticas Públicas a identificação do problema, o seu agendamento, a formulação da política que lhe corresponde, a legitimação das medidas dessa política (incluindo a sua transformação num corpo legal e/ou regulamentar), a sua implementação, a avaliação da política (Rocha, 2010).

Para que melhor se entenda a complexidade que aportam os estudos sobre as Políticas Públicas, torna-se necessário recorrer a algumas definições que lhes são atribuídas na certeza de possuírem todas um conteúdo similar, isto é, se, para Dye (1975), as Políticas Públicas “are whatever governments choose to do or not to do”, Pinto (2005:1) salienta que “compreendem o conjunto das decisões e acções relativas à alocação imperativa de valores”.

Silva, por seu turno, explica que as “Políticas Públicas são um conjunto de programas de acção governamental visando coordenar os meios à disposição do Estado e as atividades privadas, para a realização de objectivos socialmente relevantes e politicamente determinados” (Silva *et alii*, 2007:44). Outros autores, como Peixoto (2009), consideram que as Políticas Públicas são um conjunto de decisões formalizadas sobre um assunto de interesse colectivo, que é considerado importante e prioritário para o desenvolvimento social. É a expressão formalizada de diversos interesses

processados. As políticas públicas emanam do poder público que as formaliza, legitima e controla.

Ao tomarmos a definição apresentada por Dye como abrangente, a de Birkland (2001) apresentada em Cardim (2006:72) diz-nos que as Políticas Públicas são, também, “o conjunto das orientações governamentais, e decorrente quadro legislativo, que visa a resolução de problemas identificados na estrutura e no funcionamento da sociedade e das comunidades que a compõem, cujo interesse envolve os cidadãos, enquanto destinatários finais”.

Assim, conclui-se que as Políticas Públicas visam orientações susceptíveis de resolver os constrangimentos que tendem a travar o avanço das sociedades a todos os níveis, de forma particular ou como um todo. Tendo como atributos a favor da sua distinção a causa pública, afectam um considerável número de diversidade de pessoas, são feitas em nome da causa pública, são elaboradas e iniciadas pelo Governo, são interpretadas e implementadas por certos actores públicos e privados, correspondem ao que o Governo entende fazer ou realizar, traduzem também o que o Governo opta por não fazer ou realizar (Cardim, 2006:72; Rocha, 2010:26).

Desta forma, considera-se que a promoção do desenvolvimento de qualquer organização deve ser veiculada com recurso às políticas públicas, não só por serem actividades coordenadas pelos Estados ou, citando Rocha (2010), estarem tradicionalmente associadas ao conceito de Estado, mas também porque tendem a encontrar, cada vez mais, de forma preventiva, soluções diante de um quotidiano de desafios e mecanismos susceptíveis de oferecer à sociedade, que os nomeia ou elege, melhores resultados, de forma directa ou indirecta, de acordo com o seu bem-estar.

Por outras palavras, as Políticas Públicas emergem como o factor estratégico das organizações, procurando regulamentar as actividades sociais e obedecendo ao objectivo primeiro que é o de reduzir as consequências nefastas associadas às populações, em especial para as mais desfavorecidas, as mais vulneráveis. Por isso, as Políticas Públicas, para além de terem um público bem definido, ou seja, grupos ou organizações, cuja situação é afectada pelas acções que, obrigatoriamente, têm

objectivos a alcançar (Muller, 2003). Contudo, essas acções não se confinam, de forma restrita, aos Estados de forma isolada, mas, também, às organizações em geral. Por isso, as políticas públicas, advindas de qualquer modelo de análise, aspiram fornecer um posicionamento vantajoso que permite concorrer de forma mais correcta e consciente rumo a realizações que, aqui, chamamos de desenvolvimento sócio-económico.

Por se tratar de uma ciência aplicada, a área das Políticas Públicas é “diferente de outros paradigmas e abordagens, uma nova área, que recorre ao uso de métodos quantitativos para prever as políticas mais ajustadas a solucionar problemas sociais, políticos e económicos” (Dror, 1967; Weimer & Vining, 1989; Rocha, 2010:51).

Atribuindo-lhe, por exemplo, um contexto como o da UA, em que predominam diferentes estádios de desenvolvimento entre os membros, da complexidade em que se apresenta as vertentes políticas, sociais, geográficas, económicas, naturais e outras, não obstante as assimetrias internas dos próprios Estados, maior importância deve ser conferida às Políticas Públicas, na medida em que contribuirão para a melhor identificação e compreensão real de medidas a serem aplicadas em prol do desenvolvimento colectivo. Na verdade, as Políticas Públicas apontam igualmente em direcção a uma visão de totalidade, numa coordenação de realidades díspares. Por isso, uma vez que os tipos das Políticas Públicas são de variadas formas e feitios, os constrangimentos à sua eficácia passam do industrial ao educacional, de monetária a assistência social e outras técnicas que a sua aplicabilidade – na prática – de (re)construir, de (re)distribuir, de regulamentar, entre outros, dependerá grandemente da própria formulação, execução, seguimento e avaliação das fases ou ciclos dessas políticas (Wollmann, 2007; Vedung, 2006; Weimer & Vining, 1989; Greffe, 1997).

Poder-se-ia inclusive sugerir, num paralelismo com a UE, a “africanização” das Políticas Públicas, na medida em “que não se trata de um conceito unívoco e são poucos os trabalhos empíricos que operacionalizam o mesmo conceito” (Rocha, 2010:175), isto porque, não obstante as questões de índole social, acreditamos que a UA necessitaria, para o desenvolvimento dos Estados membros, da aplicação das Políticas

Públicas em várias vertentes, que vai desde a penetração e difusão do sistema de governação da União até aos projectos políticos destinados a unificar e fortalecer politicamente a UA. Isto é, no mesmo paralelismo contextual, o conceito de africanização das Políticas Públicas que nos interessa pode definir-se como aquela que vai para além da “adaptação das estruturas políticas e administrativas nacionais aos imperativos da [União Africana] de modo a que as suas políticas mais facilmente se difundam e sejam adoptadas pelos Estados-Membros” (*ibidem*:175-176).

Cabe assim, nesse esforço, que os actores públicos e privados integrantes duma sociedade – mormente, indivíduos, grupos de interesses e instituições [Howlett & M. Ramesh (1995), Egeberg (1999), Pross (1992)] – envidem esforços, uma vez que actuam em conjunto, após o estabelecimento de um projecto a ser desenvolvido onde estão claras as necessidades e obrigações das partes que chegam a um estágio de harmonia que viabiliza a Política Pública (Ferreira, 2008).

Assim sendo, e em consonância com as complexas realidades de um mundo em constante mutação, as Políticas Públicas não devem ser vistas com um fim em si mesmo, mas antes como uma estratégia de apoio susceptível de simplificar os factores que eventualmente impedem o desenvolvimento sócio-económico de uma comunidade.

2.3 Integração Económica

A Integração Económica é o “factor fundamental de organização e estabilidade num sistema internacional caracterizado pela difusão do poder e pela impossibilidade de qualquer país (...) manter alianças estáveis a partir de alinhamentos estratégicos assentes em antagonismos consistentes. Ela é também a forma mais eficaz de conduzir a uma nova inserção regional e internacional dos países que, durante a guerra fria, encontraram no não-alinhamento e na gestão dos antagonismos das superpotências uma via peculiar de afirmação internacional que hoje perdeu motivação e sentido prático” (Martins & Vasconcelos, 1995:19).

Verifica-se que a opção pelo processo da Integração Económica, como uma das saídas privilegiadas para o desenvolvimento comunitário, tem sido um facto incontornável, mesmo para as economias centrais. De uma forma ou de outra, a inserção dos países nos processos integracionistas, confere-lhes melhores condições para manter ou ampliar o seu nível de desenvolvimento. Neste sentido, o conceito de integração, empregado nesta investigação, extravasa, em boa verdade, o “mero” processo de ultrapassar, em união, os obstáculos políticos, físicos, económicos e sociais que separam as organizações dos seus vizinhos e em colaborar na gestão de recursos comuns e de bens comuns numa dada região. Vai igualmente no sentido de precaver e resolver os conflitos, de garantir a estabilidade política e económica, cultural e outros que, no seu todo, implica uma melhoria de vida e de bem-estar na integração.

Porquanto, o tema da Integração Económica e do Regionalismo (Reuter, 1981; Braillard, 1990; Margarida & Afonso Martins, 1996; Moreira, 1999; Campos, 1999; Ferreira, 1983; Balassa, 1962; Lopes, 1963; Martins & Vasconcelos, 1995; Vanek, 1965; Kemp, 1969; Ribeiro & Saldanha, 1995; Robertson, 1992; Silva, 1996; Teixeira & Tavares-Lehmann, 2007; Medeiros, 1998; Velascos, 1999; Krugman & Obstfield, 1994; Kol, 1996; Costa, 2004; Trindade, 2006; Fraga, 1995; Murteira, 1997; More, 1998; e outros), como tema de relevância de estudo, acontece nos finais do século passado, tendo conquistado um considerável destaque nas *Teorias das Relações Internacionais* (Arenal, 1998; Pereira, 2001; Campos, 1999; Renouvin, 2000; Maltez, 2002; Moreira, 2008).

Todavia, cientes de que, apesar de interessante, mas que o tema em si não constitui, no seu todo, a discussão central do nosso estudo, focalizar-nos-emos apenas no essencial

das Organizações Internacionais para, depois, particularizar o estudo da Integração Económica e/ou do Regionalismo que, na verdade, constitui uma das suas vertentes.

Aquando da anúncio do fim da *guerra dos trinta anos*¹⁹, uma parte considerável de decisores políticos mundiais consideraram que era urgente inverter a maneira de pensar e agir a vida em sociedades politicamente organizadas. Essas considerações comumente partilhadas levaram, anos depois, à realização da chamada *paz de Westefalia*²⁰, em que se começaram a empreender significativas mudanças geoestratégicas e geopolíticas a nível mundial. É desta forma que, ao separar os poderes vigentes para um poder temporal, se fez nascer o princípio das Relações Internacionais (Moreira, 1999). E é exactamente através desses princípios que as Relações Internacionais chamam para si, em complemento, com as demais ciências, o enfoque das Organizações Internacionais.

Porém, e atendendo ao supracitado, as Organizações Internacionais foram-se pautando pelo princípio de “manter a paz e a segurança internacionais e para esse fim: tomar medidas colectivas eficazes para prevenir e afastar ameaças à paz e reprimir os actos de agressão, ou outra qualquer ruptura da paz e chegar, por meios pacíficos, e em conformidade com os princípios da justiça e do direito internacional, a um ajustamento ou solução das controvérsias ou situações internacionais que possam levar a uma perturbação da paz”, como reza a Carta da Organização das Nações Unidas no seu primeiro articulado.

Neste sentido, percebe-se melhor a razão pela qual as Organizações Internacionais *anteciparam* a abordagem sobre a globalização como o fenómeno da uniformização das economias, da cultura e da comunicação, desempenhando um papel de relevante importância no quadro da promoção da estabilidade interna dos países, nas estratégias de desenvolvimento regional e global, como actor regulador das Relações Internacionais.

¹⁹É a denominação de uma série de guerras ocorridas a partir de 1618, especialmente na Alemanha, por motivos variados, como, por exemplo, as rivalidades religiosas, as dinásticas, territoriais e comerciais.

²⁰ Designa um conjunto de Tratados que encerrou a Guerra dos Trinta Anos e que reconhecia, igualmente, de forma oficial, as Províncias Unidas e a Confederação da Suíça.

A conceitualização de *Organização Internacional* pode ser entendida como uma associação de Estados instituída por um tratado, que impõe objectivos comuns aos Estados membros e que possui órgãos próprios para a satisfação das funções específicas da Organização (Pereira & Quadros, 1995); todavia, pouco difere do entendimento por parte de outros autores para quem as *Organizações Internacionais* se consubstanciam em associações voluntárias de Estados estabelecidas por acordo internacional, dotadas de órgãos permanentes, próprios e independentes, com objectivo de gerir os seus interesses colectivos e que sejam capazes de expressar uma vontade juridicamente distinta da dos seus membros (Velasco, 1999).

No entanto, como definição, *Organização Internacional* é apresentada como “uma associação de Estados soberanos, criada na base de um tratado multilateral chamado «carta», «estatuto» ou «acto constitutivo», e dotada de órgãos permanentes encarregados da realização dos objectivos da realização da referida organização”(Boniface, 1996:247).

No entretanto, dentre as inúmeras propostas de conceito sobre as Organizações Internacionais oferecidas pelos distintos estudiosos da temática, verifica-se, em todas elas, a imposição da doutrina internacional, na qual é realçado o carácter da permanência/estabilidade, vontade própria dos seus Membros, e a sua própria criação pela vida do Direito Internacional.

De notar, porém, que a origem e o desenvolvimento, bem como o conceito das Organizações Internacionais, sua pertinência na sociedade globalizante, transparecem a caminhar rumo a uma sociedade cognitiva. Por outras palavras, dir-se-ia que o mundo atravessa, de facto, um período de profundas transformações no contexto da actividade económica e das relações sociais, que poderá estabelecer nos próximos tempos uma fase mais acelerada dessa transição, para uma *nova* mundialização das relações e de informação, a qual vislumbra o progresso científico e técnico aparecer como o principal sustentáculo dessa visão. Por isso mesmo, a estrutura orgânica principal mais divulgada e que tende a abranger três órgãos principais, segundo Margarida & Afonso Martins (1996:246-247) ou Campos (1999:107-112) é o seguinte: um órgão deliberativo ou directivo, um órgão executivo e um órgão administrativo.

Assim, são as Organizações Internacionais os sujeitos do Direito Internacional, na medida em que constituem uma entidade intergovernamental estabelecida por um acordo internacional e que expressa, entretanto, uma vontade jurídica distinta dos seus membros. Igualmente, e a respeito da sua classificação, importa realçar que, pela multiplicidade e pela diversidade das organizações internacionais existentes, difícil se torna a sua classificação.

Tanto Martins (*ibidem*:67-86), como Campos (*ibidem*:36-42) defendem, por outras palavras, que, quanto à classificação das Organizações Internacionais, se deve entretanto olhar para a “qualidade dos seus membros, a missão proposta, o ângulo da sua funcionalidade, a distribuição geográfica a que respeita e, por fim, os objectivos de sua criação”.

De facto, o estudo sobre as Organizações Internacionais é amplo e sugestivo. Todavia, indo ao encontro dos objectivos centrais do nosso estudo, convém conhecer a tipologia das Organizações Internacionais que se distinguem, num primeiro momento, pela vocação universal e pela vocação regional. Uma segunda tipologia distingue as Organizações de Cooperação das Organizações de Integração. “Enquanto a cooperação acciona a colaboração entre Estados que não cedem qualquer das suas prerrogativas de Estados soberanos, a integração implica que algumas das atribuições que são inerentes, em princípio, aos poderes do Estado, sejam transferidas para a organização” (Boniface, 1996:247).

Cunha (1993:75) contextualiza-nos acerca das primeiras definições de Integração Económica. O surgimento do termo deu-se em “1954 quando Tinbergen definiu o conceito como a criação da estrutura económica internacional mais desejável, pela remoção de barreiras artificiais à realização óptima do livre-câmbio e pela introdução de todas as formas desejáveis de cooperação e unificação”, ou seja, a Integração Económica como o objectivo de coordenação de uma determinada área, geográfica e previamente delimitada.

A pertinência das temáticas ligadas à Integração Económica estriba-se na teoria neoclássica do comércio internacional (Harper, Douglas, 2001; Clark, 1998; Davis, 2006;

Samuelson & William Nordhaus, 2004, e outros), na medida em que o seu propósito é o de explicar as trocas internacionais com base numa análise susceptível de se generalizar a qualquer País e em qualquer estágio de desenvolvimento a participação no comércio internacional com uma validade universal, contrapondo-se, porém, às concepções proteccionistas dos mercantilistas. Por isso mesmo, os antecedentes que servem como contributo para o desenvolvimento dessa análise são atribuídos a autores clássicos – nomeadamente Adam Smith e David Ricardo.

Chamando para si a teoria neoclássica do comércio internacional, a teoria da integração “vai somente por em causa os efeitos de prosperidade para certas situações ao introduzir o conceito de criação de comércio/desvio de comércio” (Ferreira, 1983:69), incentivando a criação de comércio que tende sempre a ser superior à percentagem do comércio exterior entre os países que pretendem essa integração, comparando-os com a produção interna. Isto é, tanto a designação do efeito de *criação de comércio* quanto o de *desvio de comércio no contexto dos efeitos de produção* da análise estática da integração económica internacional foram inicialmente desenvolvidos por Viner (1950). Segundo este autor, a ideia de *criação do comércio* refere-se à substituição da produção nacional considerada menos eficiente pela de um membro da integração considerado igualmente mais eficiente, ou seja, a ineficiência interna dá lugar à troca/importação no espaço da integração, anteriormente ausente. O *desvio de comércio*, por sua vez, “consiste na transferência das importações de uma de uma fonte de produção de custos mais baixos – o mais eficiente produtor mundial – para uma fonte de produção de custos mais elevados – um país parceiro da união” (Ferreira, 1997:34).

Como diferença entre os conceitos, poder-se-ia dizer que “ainda que o conceito de criação de comércio tenha sido usado apenas no âmbito da Teoria da Integração Económica, este efeito de produção não é seu exclusivo. Verifica-se também quando a abolição das barreiras aduaneiras é geral e não tão só regional; neste caso é ainda mais expressivo, pois, sendo não discriminatória, abrange o mais eficiente produtor mundial.” (*ibidem*), enquanto o “desvio de comércio verifica-se sempre que a diferença de preço entre os dois produtores (...) seja inferior ao nível dos direitos aduaneiros que se impõem no país em causa, após a constituição da união, face ao exterior (...).

Odesvio de comércio não produz uma alteração na estrutura produtiva do País que o sofre, mas antes na sua estrutura comercial, a qual piora com a alteração da origem das suas importações” (Ferreira, *ibidem*).

Já Balassa, na sua contribuição para o estudo da Integração Económica, apresenta uma nova abordagem ao separar a integração como processo e como situação. Isto é, do lado do processo a integração é descrita como “o conjunto de medidas tendentes a abolir a discriminação”, enquanto do lado da situação, Balassa (1962:12) defende que “a integração corresponde a ausência de formas diversificadas de discriminação entre economias nacionais”.

Ainda há que ter em conta as interpretações que são atribuídos ao tema, pois a integração demonstra que “do ponto de vista económico, o conceito varia de acordo com o enfoque acentuado pelos diversos autores” (Raposo, 1996:569).

No seu apontamento sobre a *Integração Económica Internacional*, More tem uma abordagem quiçá mais acessível sobre a *Integração*, através da noção de união de diversas partes num todo. Isto é, “o processo de integração económica, nesta perspectiva simplista, pode ser comparado mais a um ‘mosaico’, que à distância faz desaparecer as imperfeições das justaposições das partes que o compõe, e menos a um ‘quebra-cabeças’, onde a necessidade de perfeição dos encaixes é imprescindível para o resultado do jogo. Integrando-se peças, interesses, regulamentos, tem-se o desenho mosaico que tão bem caracteriza os processos de integração” (More, 1998:2).

Assim, fazendo um apanhado sobre alguns conceitos que se atribui à integração económica internacional chega-se, por exemplo, às ideias de Myrdal (1977) que justifica a integração como um processo sócio-económico capaz de destruir as barreiras sociais e económicas existentes entre os participantes nas actividades económicas, não estabelecendo qualquer distinção entre a integração nacional e internacional. Não obstante, Peter Robson (1985) aborda o conceito geral de integração económica como um termo essencialmente ligado à eficiência do uso dos recursos, com particular referência ao processo espacial, incluindo, como conteúdo, a liberdade de circulação de bens, factores de produção e a ausência de discriminação.

Nesse conjunto de referências, cabe citar, igualmente, a interpretação de Lopes (1963:13), que justifica não se interessar “muito [por] apresentar exemplos das várias definições que documentam as divergências de ponto de vista acerca do significado da expressão ‘integração económica’. Bastará referir que, de uma maneira geral e descontadas as diferenças de pormenor, as várias classificações que se pudessem apresentar poderiam reduzir-se essencialmente a dois tipos básicos: as que assentam num conceito liberal e as que assentam num conceito de natureza intervencionista”.

Acerca das caracterizações que assentam num conceito liberal ou funcional, Lopes (1963) justifica-a através das concepções da *teoria económica clássica* pelos pressupostos da abstenção de intervenção dos Estados num livre jogo concorrencial que conduziria ao bem-estar económico.

Do lado daquelas que assentam num conceito de natureza intervencionista, em oposição ao conceito funcional, a leitura baseia-se no facto da Integração Económica não resultar “automaticamente do funcionamento dos mecanismos de mercado e terá de ser construída através de um planeamento consciente pelos poderes públicos” (*ibidem*), pelo que a razão de ser e os fundamentos do conceito intervencionista está na influência directa do Estado na vida económica (Kalecki, 1953; Keynes, 1936; e outros).

Na verdade, as distintas contribuições levam-nos a considerar, ainda que de forma simplificada, que a Integração Económica visa orientar a inclusão de economias na perspectiva de formar um bloco económico único e coeso. Pretendem, assim, estimular o crescimento do comércio interno na Comunidade de Integração e revitalizar o crescimento das economias no seu todo (Relatório OMC, 2007).

Repare-se que, na actualidade, as economias com maior peso a nível mundial estão todas elas inseridas, de uma forma ou de outra, num processo de integração económica e/ou regional. São os casos dos EUA no NAFTA – *Tratado Norte-Americano de Livre Comércio*, da Alemanha na UE, do Japão na ASEAN – *Associação de Nações do Sudeste Asiático*, Brasil no Mercosul – *Mercado Comum do Sul* – e outras. Ainda que essa integração tenha lugar porque os Estados entendem que, com as medidas administrativas e legislativas, arrecadarão mais vantagens económicas participando

numa integração económica e/ou regional, em vez de concorrerem de forma isolada, aqueles interpretam igualmente que o seu mercado interno poderá ser insuficiente no que concerne à auto-regulamentação.

Contudo, cabe ainda salientar para o efeito a importância que certos autores concedem à conceitualização de integração económica e à temática da regionalização.

Tanto Medeiros & Silva como Kol têm uma leitura mais ou menos similar a respeito do regionalismo na medida em que vêem como “um processo de associação de um certo número de países, geograficamente próximos [e Correia acrescenta – embora esta não seja uma condição imperativa] que, por vontade política, decidem estabelecer compromissos económicos e comerciais mútuos” (Medeiros, 1998:94; Silva, 1996:40; Kol, 1996:17).

Pelo que acima foi exposto, a nossa opinião é a de que a diferenciação que é atribuída à regionalização está no facto desta última representar um compartimento desse amplo espaço que é a *integração económica*, que poderá, eventualmente, ser uma exigência prévia à integração regional.

A regionalização, em efeito, procura eliminar de forma gradual as diferenças económicas e sociais entre as partes²¹, ao passo que a integração económica poderá obedecer ou não ao primado da regionalização para a sua efectivação. Repare-se, entretanto, que os fundamentos da regionalização induzem-nos a dizer que o processo não tem de, necessariamente, culminar numa integração económica. Nesta perspectiva, ainda que de forma breve, importa aludir à participação dos Estados nos processos de integração económica internacional *formal* ou *informal* (negativa ou positiva, como defende Timbergem, 1965), na medida em que a primeira – formal - se restringe à formalidade do processo por intermédio de acordos escritos genéricos e complexos, como, por exemplo, a remoção das barreiras *aduaneirae*; e a segunda – informal - se limita à grande cooperação comercial entre os Estados, pela modificação estrutural das

²¹ Tomamos como exemplo o GATT que se baseava numa visão de “harmonizar”, à partida, as políticas aduaneiras, à semelhança da OMC, no sentido de congregar um conjunto de normas e concessões tarifárias.

instituições legais, técnicas, administrativas e outras, em que as suas directivas são vinculativas.

Retomando entretanto o fenómeno do regionalismo, é de notar, por exemplo, que Correia (2005:49) sugere que o mesmo “surge não só devido aos efeitos negativos do multilateralismo mas porque, em muitos casos, encerra em si a solução para alguns problemas”. Ao passo que, numa integração económica, o critério de “especificidades” pode não ser relevante. Desta forma, colocaríamos talvez a UE e a UA como exemplos opostos em questão de participação, uma vez que o critério para adesão, na primeira (formal), se prende com o respeito das condições impostas pelo artigo 49.º e os princípios do n.º 1 do artigo 6.º do Tratado da UE.²² Por seu turno, a UA (informal) não precisou de critérios talvez pelo facto de se ter baseado numa estrutura já existente, a da Organização da Unidade Africana (OUA) e que está baseada em princípios de *união* e de *solidariedade* para um objectivo concreto que era o da autodeterminação dos Povos.

Por fim, deve-se reter que, a *Teoria da Integração Económica* procura promover a aproximação económica e, porque não, políticas e sociais, de um conjunto determinado de economias de forma faseada. Por isso, Balassa (1962), Lopes (1963) e Ferreira (1983) identificam (como se expõe no Quadro 2.1) as fases do processo de integração económica bem como os efeitos, ganhos e perdas que as distinguem.

²² Os três critérios mencionados, conhecidos como “Critérios de Copenhaga” (1993) e que são mantidos com o Tratado de Lisboa são: (1) o critério político: existência de instituições estáveis que garantam a democracia, o Estado de direito, os direitos do Homem, o respeito pelas minorias e pela sua protecção; (2) o critério económico: existência de uma economia de mercado que funcione efectivamente e capacidade de fazer face às forças de mercado e à concorrência da União; (3) o critério do acervo comunitário: capacidade para assumir as obrigações decorrentes da adesão, incluindo a adesão aos objectivos de união política, económica e monetária.

Quadro 2.1 – As fases do processo de integração económica

As fases do Processo de Integração Económica	Fases do processo	Justificação dos efeitos, os ganhos e as perdas
	Zona de comércio livre	Os obstáculos ao comércio de mercadorias entre os territórios que a constituem são integralmente abolidos, pelo que cada território pode seguir uma política comercial diferenciada em relação ao exterior (mantendo, por exemplo, direitos aduaneiros e restrições quantitativas diferentes dos restantes territórios da zona).
	União aduaneira	Tal como a <i>zona de comércio livre</i> , os obstáculos ao comércio de mercadorias entre os territórios que a constituem é integralmente abolido, mas onde, diferentemente do que acontece na zona de trocas livres, os diversos territórios seguem uma política comercial comum em relação ao exterior (o que implica, nomeadamente, a adopção de uma pauta exterior comum).
	Mercado comum	Com os contributos consolidados da <i>União aduaneira</i> , há também a liberdade de movimentos de factores produtivos, isto é, de trabalho e capital.
	União aduaneira	Tendo, entretanto, <i>a priori</i> as realizações do processo do <i>Mercado comum</i> , há um certo grau de harmonização das políticas económicas de cada território, a fim de remover a discriminação que era devida às disparidades nessas políticas.
	Integração económica	Implica a adopção de uma única política monetária, fiscal, social e de desenvolvimento económico para o conjunto dos territórios integrados e a existência de órgão central com poderes para elaborar e fazer aplicar essa política em todos os territórios em questão.

Fonte: Balassa (1962), Lopes (1963) e Ferreira (1983)

É de salientar que, de acordo com as realidades sócio-económicas dos países membros de um dado processo de integração económica, pode não ser necessário obedecer-se às fases do processo de integração económica tal como acima se apresentou (Lopes, 1963).

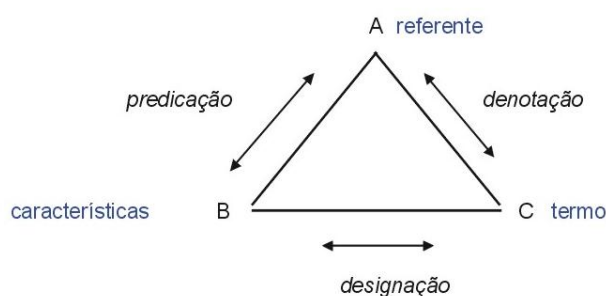
2.4 Operacionalização de conceitos

Um conceito pode ser traduzido numa ideia ou num conjunto de ideias que servem para dar sentido a algo em concreto. É, de facto, uma representação intelectual (ideia) do que há de essencial num objecto. O conceito representa aquilo que há de permanente, imutável e comum a todos os objectos da mesma espécie (Branquinho e Murcho, 2001; Russ, 2000). Assim, qualquer conceito tem como objectivo reflectir as propriedades significativas e relevantes atribuídas a um objecto ou a uma classe de objectos e expressar comumente um signo linguístico.

Para Dahlberg, a identificação de um conceito (Figura 2.1) obedece à existência de:

- ❖ A – referente: um pensamento;
- ❖ B – características: uma comunicação; e
- ❖ C – termo: um conhecimento (Dahlberg, 1976, 1978, 1978a).

Figura 2.1 – Triângulo conceitual de Dahlberg



Desta forma, o objectivo de operacionalizar o *Geo-social* passa pela busca de indicadores que transmitam a clarividência em termos de comportamentos directamente observáveis entre os países e economias insulares com as continentais.

2.4.1 O conceito de Geo-social

Com o advento da “extinção da quase totalidade dos impérios europeus, construídos e consolidados ao longo de mais de quatro centenas de anos, dos séculos XV a XIX, as mudanças daí decorrentes representam talvez a mais rápida transformação da História

da Humanidade, tal a profunda repercussão nas mentalidades e nas culturas dos povos descolonizados e na política e nas atitudes dos novos Estados” (Monteiro, 2001:21-22).

No que concerne aos *novos Estados*, independentemente das motivações que estão por detrás dos seus surgimentos, e obedecendo à configuração do legado de Berlim²³, a verdade é que esses Estados foram erguidos sob o signo de certas especificidades susceptíveis de estudo em vários quadrantes do saber. Assim, o nosso objectivo passa por estudar e forma especifica os Estados africanos insulares, que (como qualquer outro Estado insular) foram totalmente formados por Ilhas ou arquipélagos, que estão por sua vez desvinculados da massa terrestre, do continente, como é o caso de São Tomé e Príncipe.

A temática da insularidade é, todavia, uma questão/definição em construção, embora algumas organizações a utilizem tendo como ideia a reunião de características relacionadas com os aspectos geográficos (isto é, isolamento, dispersão, descontinuidade do território, e outros), a estrutura macroeconómica, mas também as especificidades do *modus vivendi* da sua população, como definição.

O Banco Africano de Desenvolvimento (BAD), num *Estudo sobre a insularidade e os custos da insularidade em São Tomé e Príncipe*, datado de Junho de 2010, caracteriza, os Pequenos Estados Insulares (PEI) como se segue:

“(…) terras cercadas por água em todos os lados, uma titularidade única, uma dimensão até 10.000 km² e uma população inferior a 1 milhão de habitantes’. E consideram-se ainda os ‘Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento’ ou simplesmente ‘PEI em desenvolvimento’, também chamados SIDS (*Small Island Development State*) ou PEID (*Petit Etat Insulaire en Développement*), segundo as siglas inglesa e francesa, respectivamente (BAD, 2010:5).

²³ Aludindo-se à Conferência de 15 de Novembro de 1884 a 26 de Fevereiro de 1885 entre os líderes europeus, em que se consagrou a ocupação efectiva do litoral africano e determinou que os direitos de propriedade de descobrimento perderiam a sua validade.

Efectivamente, *insularidade* é um conceito de relevância analítica, na medida em que Hernández e Godenau (1996:1) advogam que “Los pequeños territorios insulares han sido un objeto frecuente de estudio para las Ciencias Sociales. La existencia de determinados atributos característicos de estos territorios ha propiciado la utilización del concepto de insularidad como factor explicativo. No obstante, es necesario cuestionarse si la insularidad es un concepto analíticamente válido para las Ciencias Sociales en general y la Economía en particular”. Quer isto dizer que os territórios insulares foram objecto frequente de estudo para as Ciências Sociais. A existência de determinados atributos característicos desses territórios propiciou a utilização do conceito de *insularidade* como factor explicativo. No entretanto, torna-se necessário questionar se a *insularidade* é, de facto, um conceito analiticamente válido para as Ciências Sociais, em geral, e o Desenvolvimento Sócio-Económico, em particular.

O conceito de insularidade tende a contribuir, de forma argumentada, para o facto de que os PEI têm algumas especificidades que, ao não serem tidas em conta, poderão por em causa o normal desenvolvimento desses países.

No estudo anteriormente citado, o BAD manifesta um claro reconhecimento das especificidades dos PEI ao caracterizá-los como “países mais vulneráveis do que outros, em especial no que respeita ao nível e instabilidade dos seus rendimentos”(BAD, 2010:14).

Salientando as principais causas identificadas pelo Secretariado da *Commonwealth* sobre os PEI, e que pensamos existir correlação com a realidade de São Tomé e Príncipe, temos:

- a) insuficiência em termos da diversificação económica;
- b) dependência em relação às exportações (peso no PIB);
- c) o impacto persistente dos desastres naturais (população afectada).

Do mesmo modo, acrescentou-se ainda outros três indicadores que devem ser tomadas em conta:

- a) distanciamento em relação aos principais mercados internacionais;

b) elevado coeficiente de concentração das exportações;

c) falta de recursos e menor crescimento em geral.

De facto, a abordagem em torno dos PEI “é bastante recente, tendo-se desenvolvido apenas a partir de finais da década de 1980, o que justifica alguma insuficiência teórica, apesar dos muitos contributos nos anos mais recentes” (Cardoso, 2007:117).

Não é de descurar, entretanto, que, em contextos similares, haja um incontestável antagonismo de contributos para a construção do mesmo objectivo, que é, no fundo, fazer vincar um conceito que seja comumente aceite. Todavia, para Cardoso (2007:117-118), os PEI são “formados por uma ou mais ilhas dispersas geograficamente, apresenta[ndo] reduzida população, mercado, território, recursos naturais, incluindo água potável e, em grande número dos custos, baixo nível de actividade económica, factores que em conjunto dificultam o aproveitamento de economias de escala e de aglomeração”.

Em referência ao estudo de Martín& Godenau (1996), estes citam duas referências a autores distintos que poderão ser úteis para a nossa discussão. Um deles, Philippe Pelletier (1997), define a *insularidade* como uma relação dinâmica que se constrói entre um espaço insular e a sociedade que ali reside, e que a questão dadimensão é apenas uma opção menos importante que a da ocupação humana. Outro, François Doumenge (1982), define a *insularidade* como a intenção de desenvolver e enriquecer esta aproximação quantitativa e qualitativa da insularidade. Para este autor, a insularidade afirma-se tanto mais quanto mais isolada for a posição das outras ilhas, e sobretudo de um continente; no fundo, a insularidade não é real senão quando representa um conjunto de consequências de falhas internamente que facilita o isolamento.

Neste caso, a insularidade em construção restringe-se ao conjunto de fenómenos geográficos característicos das ilhas ou ilhéus, conceito ao qual, na actualidade, se acrescentam os aspectos socioeconómicos e geopolíticos.

Ao acrescentar à definição esses aspectos considerados “factores permanentes”, a leitura evidente é que são susceptíveis de gerar atenuantes que facilitem o desenvolvimento desses Estados. Na mesma linha de pensamento, repare-se que as

referências afectas ao conceito da insularidade estão directamente relacionadas com o território, isto é, a localização, a dimensão, o clima, a orografia, e com os recursos naturais concernentes à matéria-prima, reservas de água, riqueza do solo e do mar. A estes, associam-se ainda as questões demográficas (quanto à distribuição no território, da organização social, e outros), os aspectos que interagem com as populações, os recursos e a criação de riqueza e, também, as questões relacionadas com os aspectos geopolíticos do território, isto é, a localização geográfica, a forma de governo e de governação, a integração nacional, regional, mundial e afins.

A esse nível, introduziu-se para o presente estudo a ideia de *geo-social* como o complemento da *insularidade*, na medida em que o primeiro tende a oferecer uma visão de conjunto, precisando-se da *insularidade* para chegar ao efeito da diferenciação entre os demais Estados comparáveis em termos de desenvolvimento sócio-económico. Esta ideia ganha projecção na medida em que se procura entender as características geográficas dissemelhantes, as quais se pensa existirem no conjunto dos cinquenta e quatro²⁴ Estados que compõem o figurino da UA e da sua estratégia de desenvolvimento, a NEPAD.

Achou-se igualmente pertinente discutir, ainda nessa face introdutória do estudo, que a temática da *insularidade* e do *geo-social* como facilitadores de certas particularidades nem sempre tidas em conta na hora de abordagem acerca dos PEI, no caso concreto que é São Tomé e Príncipe.

Nesta óptica, crê-se que os principais constrangimentos para o desenvolvimento sócio-económico dos PEI poderão estar relacionados com os aspectos geográficos que os caracterizam, pelo isolamento que necessariamente enfrentam, pela dispersão e descontinuidade do território a que às vezes se assiste, pela estrutura macroeconómica, mas também pelas especificidades e o *modus vivendi* da sua própria população²⁵. São

²⁴ Com a aprovação do referendo sobre a independência do Sul do Sudão, que se realizou entre 9 e 15 de Janeiro de 2011, 96% dos Sudaneses votaram a favor da autodeterminação, pelo que a ONU e a UA deverão tornar-se (tornar-se o quê?), em breve, com a adesão de mais um membro.

²⁵ Para Espírito Santo (2009:21-44), “o leve-léve [a mais típica expressão] dos São-Tomenses poderá traduzir-se por uma atitude de desprezo pelo trabalho, e que remete para a má memória dos tempos de escravatura”.

alguns argumentos que, a nosso ver, poderão, em conjunto, contribuir para justificar a ideia deste novo conceito.

Cabe, entretanto, referir que a terminologia *geo-social* a que nos referimos se alimenta também na síntese entre a *geografia/localização* e *asociedade* nalguns aspectos, de forma comparativa, ou seja, no estudo comparativo de indicadores de desenvolvimento sócio-económicos de diferentes sociedades politicamente organizadas da UA em contraposição com os de São Tomé e Príncipe.

Relembra-se, portanto, que a conceitualização da *insularidade* está, todavia, em construção, pelo que se testemunha a escassez de referências bibliográficas, sobretudo em língua portuguesa, que se debrucem sobre esta matéria, da sua importância, limitações e outros (Cardoso, 2007).

Na verdade, os PEI estão inseridos nas relações internacionais num conjunto de iniciativas de reuniões e conferências que, a título de exemplo, se poderiam enumerar algumas que tiveram um maior realce, como: (1) a *Conferência de Ramsar*, de 1971, que está na origem da *Convenção de Ramsar* sobre as “zonas húmidas”; (2) a *Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente*, realizada em Estocolmo em Dezembro de 1972 – foi a partir daqui que se assumiu, pela primeira vez na história das relações internacionais, a temática dos PEI; (3) a *Conferência do Rio de Janeiro sobre o Ambiente e Desenvolvimento*, realizada em 1992 e a consequente aprovação da Agenda 21. Poder-se-á acrescentar ainda, entre outros, o aparecimento, em 1991, de uma Aliança dos PEI no qual passa a desempenhar um papel importante da descrita vontade de se impor na agenda internacional a problemática dos PEI. Essas iniciativas vieram a culminar, em 1994, com a realização da *Conferência de Barbados*, organizada pelas Nações Unidas na Ilha de Barbados sobre o lema do Desenvolvimento Sustentável dos PEI, de 25 de Abril a 6 de Maio de 1994²⁶. No fundo, estas iniciativas pretendiam alertar a comunidade internacional para a necessidade de se atribuir uma abordagem diferenciada no concerne aos programas de desenvolvimentos nos PEI's.

²⁶Porquanto, não invalida dizer que outros notórios acontecimentos surgiram a posteriori e que foram susceptíveis de relançar a discussão nesse sentido.

Atendendo à caracterização dos PEI, embora se reconheça a pertinência de debates no sentido de oferecer uma melhor compreensão, desenvolvimento e consciencialização do estudo, o facto é que os PEI se deparam, por um lado, com “escassos meios de que se dispõe com vista a dar uma resposta eficaz, em termos socioeconómicos dos factores endógenos e resiliência”.²⁷ Essa *resiliência*, segundo Cardoso, demonstra, também, em simultâneo, “o potencial para absorverem e minimizarem o impacto de choques, apresentando uma estrutura que lhes permita ser pouco afectados por eles, uma parte dos estudos disponíveis, datado da década de [19]90, indicam [que os PEI] são mais vulneráveis que os outros países em desenvolvimento” (*ibidem*).

Nessa óptica, os estudos do BAD reafirmam que os PEI representam, pela sua natureza, constrangimentos que “as pequenas economias suportam custos de transporte mais elevados devido ao volume relativamente reduzido de mercadorias transportadas, com necessidade frequente de fraccionamento, e particularmente quando os transportadores tiram proveito de situações de monopólio. O transporte internacional aumenta o custo das exportações dos PEI, reduz a sua competitividade e limita as receitas de exportação” (BAD, 2010:8).

Para Reis (2005:134), nos PEI, podem-se “identificar duas categorias principais de vulnerabilidades: a económica e a ambiental”²⁸. A económica prende-se com a susceptibilidade das economias dos PEI a choques externos [da qual são dependentes] – do elevado grau de abertura económica, do escasso capital humano, a dependência de importações estratégicas, a dependência de um limitado conjunto de exportações²⁹, e outros, enquanto as vulnerabilidades ambientais se traduzem na “sensibilidade dos ecossistemas insulares ao impacto quer da acção humana quer de desastres naturais”.

²⁷ É, por exemplo, o caso da *South Pacific Applied Geoscience's Commission* (1999) que, para Cardoso (*ibidem*:120), difere da “resiliência” no contexto da Psicologia sobre o qual preferimos não nos alongarmos por não se tratar do objectivo central deste trabalho.

²⁸ Reis afirma que, em 2004, havia duas diferentes abordagens para a determinação do índice de vulnerabilidade: os índices desenvolvidos por especialistas ligados ao Secretariado da Comunidade Britânica e à Universidade de Malta, como Atkins, Easter, Crowars e Lino Briguglio, e o índice proposto pelo Comité para a Política do Desenvolvimento (ECOSOC) (*Ibidem.*).

²⁹ Para Ballantyne (1998:3), os PEI, do ponto de vista económico, estão muito dependentes dos mercados externos, por vezes remotos, têm um capital humano escasso, e frequentemente estão muito dependentes de um conjunto limitado de exportações tais como bananas, açúcar ou turismo.

Ainda sobre as vulnerabilidades ambientais, Ballantyne (1998:3) acrescenta: “as ameaças por fenómenos globais tais como a mudança climática e a subida do nível de mar”. Porquanto, o BAD adiciona a estes os constrangimentos que se prendem com “os ganhos de troca [que] são menores nos PEI em função dos custos de transporte uma vez que estes agravam o preço local dos produtos importados e o preço final dos produtos exportados. A teoria do comércio internacional prevê por isso uma diminuição das trocas comerciais quando aumenta a distância e os custos de transporte. Mas por outro lado, o distanciamento constitui uma espécie de protecção natural que encoraja os PEI a produzir localmente mesmo a preços relativamente superiores aos preços no exterior. Paradoxalmente[como veremos no caso de São Tomé e Príncipe], mais de metade dos PEI em desenvolvimento são apesar disso países importadores de alimentos, o que demonstra até que ponto são dependentes e vulneráveis”. Outro constrangimento justifica que “os PEI são muito dependentes dos mercados e dos recursos externos e são também prejudicados por outras desvantagens estruturais e competitivas. Na sua maioria especializaram-se numa gama reduzida de produtos destinados a um mercado limitado. Muitos exportam um único produto e dependem totalmente das receitas de exportação. Esta dependência externa aumenta a sua vulnerabilidade relativamente às ameaças e aos choques económicos que os atingem do exterior” (BAD, 2010:8-9).

Assim, os índices de vulnerabilidade e resiliência desses tipos de Estados que vão desde os aspectos estritamente económicos, passando pelo climático, até aos humanitários, são deveras importantes, uma vez que devera partir desses “índices” que se estruturariam os projectos/programas de desenvolvimentos desses países; e que, por sua vez, deviam servir para comparar *geo-socialmente* o Índice de Desenvolvimento Humano.³⁰

Deste modo, se a vulnerabilidade de um território, em termos clássicos, é tida como um território susceptível de sofrer prejuízos, quer pela sua fragilidade natural, razões políticas, sociais ou económicas, quer ainda por razões conjunturais; a resiliência é

³⁰ Segundo o PNUD, está em elaboração uma série de estudos que visam avaliar a possibilidade de melhorar os critérios de avaliação com a inclusão de novos factores que melhor qualificarão o estágio de desenvolvimento humano.

definida como “a qualidade de quem dispõe de suficiente robustez para recuperar rapidamente de danos sofridos” (Reis, 2005:135). Todavia, Reis adverte que “a palavra portuguesa mais ajustada é resistibilidade” (*ibidem*). A vulnerabilidade baseava-se, neste caso, em factores variáveis sobre os quais é possível e necessário agir, transformando a situação precária numa situação de sentido favorável, isto é, dando a impressão de que a insularidade pode também ser vista como benéfica para o desenvolvimento sócio-económico e nem sempre prejudicial. Desta forma, fica a percepção de que a correlacção existente entre a insularidade e a vulnerabilidade aparenta ser frágil, visto que há uma estreita ligação entre os dois conceitos e uma verdadeira interacção entre as consequências da insularidade e a origem e consequências da vulnerabilidade de um território (Quadro 2.2) que estão sintetizados em quatro estudos de referência internacional sobre a temática, e que, em traços gerais, apresentam elementos tanto ou quanto opostos, mas que concorrem todos para a justificação da insularidade e do geo-social.

Quadro 2.2 - Índices de vulnerabilidade e resiliências dos Estados Insulares

Estudo	Índice
Doumenge (1998)	<p>Indicadores de vulnerabilidade por intermédio de indicadores positivos: (1) disponibilidade de terras cultiváveis por habitante; (2) superfície lagunar e de mar explorável; (3) volume de exportações alimentares e marinhas; (4) percentagem de mão-de-obra no sector secundário; (5) exportações minerais; (6) recursos do sector turístico e dos serviços; (7) população do território; (8) taxa de crescimento demográfico; (9) percentagem de população urbana; (10) taxa de escolarização secundária e superior; (11) localização dos equipamentos religiosos e associações filosóficas; (12) transferências brutas privadas.</p> <p>Indicadores de vulnerabilidade por intermédio de indicadores negativos: (1) consequências das catástrofes naturais; (2) importações alimentares; (3) importações energéticas; (4) emigração; (5) tensões radicais; (6) dispersão insular; (7) afastamento dos grandes centros geográficos.</p>
Nações Unidas (1997)	<p>Índice de vulnerabilidade composta:</p> <p>A – Índice de vulnerabilidade económica: exposição da economia ao comércio externo (exportações e importações de mercadorias e serviços em percentagem do PIB); índice de concentração das exportações (percentagem das três principais exportações de mercadorias e serviços); periferidade (percentagem de fretes e seguros relativamente às mercadorias importadas); dependência da energia importada (percentagem das importações de fuel relativamente ao PNB) e dependência dos recursos financeiros externos (percentagem da dívida externa em relação ao PNB).</p> <p>Índice de vulnerabilidade ecológica/ambiental: impacto dos desastres naturais num número de indicadores económicos como exportações, importações, índice de preços no consumidor</p>

	e dívida externa
Commonwealth (1998)	<p>Índice de vulnerabilidade composto:</p> <p>Instabilidade dos termos de troca (valor médio das exportações/importações); instabilidade dos fluxos de entrada de capital em relação ao PIB e vulnerabilidade aos desastres naturais. As três variáveis mais o PIB: diversificação das exportações; abertura ao capital e vulnerabilidade aos desastres naturais, estimada em termos de percentagem de população afectada por esses desastres.</p>
South Pacific Applied Geosciences's Commission (1999)	<p>Vulnerabilidade ambiental:</p> <p>Alguns dos mais importantes: meteorológicos, geológicos, antropogénicos, mudanças climáticas e subida do nível do nível das águas do mar.</p> <p>Ao todo, o índice de vulnerabilidade ambiental contou com 57 indicadores, distribuídos por 3 sub-índices: sub-índice de exposição ao risco com 39 indicadores, sub-índice de resiliência intrínseca com 5 e, último, sub-índice de degradação ambiental com 13 indicadores.</p>

Fonte: Dados colhidos de Reis (2005) e de Cardoso (2007).

Tipologia dos Pequenos Estados Insulares

Os PEI apresentam três tipologias susceptíveis de se assinalar que são os *Migration Remittances Aid and Bureaucracy* (MIRAB), *Tourism, Aid and Bureaucracy* (TOURAB) e *Balanced Diversification* (BD).

Os MIRAB, sigla da autoria de Bertram & Watters (1986), pretendia “designar todo um conjunto de ilhas da Polinésia e da Macronésia, com características similares, mas cuja subsistência e modelo de desenvolvimento estavam intimamente ligados à emigração e respectivas remessas, à ajuda internacional e onde o sector público se apresentava como o principal empregador” (Cardoso, 2007:129; Bertram, 2006:1-13). Posteriormente, apareceram os modelos TOURAB e BD, em que o primeiro “alimenta-se” dos MIRAB acrescentando-se “os factores de base da estratégia com o desenvolvimento turístico” enquanto os BD compreendem o “conjunto de países em que o contributo do sector industrial para o PIB está entre os 26 e os 30% [McElroy, 2002]. Combinam a produção agrícola com o desenvolvimento da actividade turística e a exportação de produtos manufacturados” (*ibidem*:131). As diferenças constantes nessas três tipologias (Quadro 2.3) prendem-se, essencialmente, com as dimensões territoriais que apresentam os PEI.

Quadro 2.3 – Tipologia dos PEI africanos

Tipologia	PEI africanos
MIRAB	Cabo Verde, São Tomé e Príncipe, Comores, Mayotte (França)
TOURAB	Maldivas
BD	Seychelles e Maurícias

Fonte: McELROY, 2002

Pelo exposto, os países BD são caracterizados como ilhas maiores do que o conjunto, tanto das MIRAB, como dos TOURAB. Seguindo a mesma lógica, a “definição” das TOURAB terá de constar um considerável número de ilhas para a sua composição. Por fim, temos os MIRAB que são caracterizados por um número limitado de ilhas ou ilhéus e que se compaginam, por exemplo, com São Tomé e Príncipe, que é o nosso caso de estudo. Pode-se assim ainda questionar se as especificidades dos PEI têm moldado as opções de desenvolvimento dos países insulares quando são analisados sob uma abordagem *geo-social*.

2.5 Indicadores de referência do *modelo de desenvolvimento geo-social*

2.5.1 Contextualização

Através do conceito *geo-social*, definido como a valorização de programas de desenvolvimento por intermédio de políticas públicas num contexto de integração regional a favor da igualdade de oportunidades de desenvolvimento nos Estados insulares. Assim, pretende-se à continuação aludir a certos indicadores de referência que se pretende representar o *modelo de desenvolvimento geo-social*. Importa salientar que esses indicadores são construídos com base no conceito de *insularidade* aqui entendido como o Estado formado essencialmente por ilhas ou arquipélagos.

2.5.2 Indicadores

Como referência aos indicadores do *modelo de desenvolvimento geo-social*, estes estão divididos em (1) indicadores de custo da insularidade, (2) indicadores de custo de transporte, (3) indicadores de produção e (4) indicadores da localização geográfica. No fundo, os quatro indicadores tendem a demonstrar os índices de vulnerabilidade e resiliência desses tipos de Estados considerados *geo-sociais* que vão desde os aspectos estritamente económicos, passando pelo climático, até aos humanos. Isto é, a elevada dependência desses Estados em matéria das ajudas externas, as desvantagens estruturais e competitivas existentes num processo de integração, a limitação nesse mesmo mercado, a reduzida produção interna e, de forma resumida, a interessante vulnerabilidade “relativamente às ameaças e aos choques económicos que os atingem do exterior” (BAD, 2010:9).

Quanto aos *indicadores de custo da insularidade*, estes “cobrem o conjunto de desvantagens económicas dos [Estados geo-sociais] as quais correspondem a custos adicionais (sobrecustos) e podem agrupar-se em três grandes categorias: custos do transporte de bens, de pessoas e de informação (tudo o que reduz a interacção com outras economias), custos de produção que reflectem a ausência de economias de escala nos processos de produção e custos que afectam a distribuição de bens e serviços” (BAD, 2010:5).

Por seu turno, os *indicadores de custo de transporte* “trata-se da componente de sobrecusto mais facilmente identificável, a mais invocada e também a que se confunde por vezes com os custos globais da insularidade. Inclui, na realidade, três custos distintos: (i) custos de transporte das mercadorias, (ii) custos de transporte das pessoas e, no limite, (iii) custos que dizem respeito à circulação da informação. No total dos bens transportados, os sobrecustos afectam particularmente as mercadorias pesadas ou de grande volume como os materiais de construção. A circulação da informação é cada vez mais a mola real do crescimento económico” (*ibidem*).

No que concerne aos *indicadores de produção* de “bens e serviços nos [Estados geo-sociais] é afectada por uma série de factores em que intervém a insularidade. Podem ser enumerados assim: reduzida extensão do território e escassez dos factores de produção; fraca dimensão do mercado interno, logo ausência de economias de escala e custos unitários elevados; maiores custos de transporte na exportação, o que se traduz numa competitividade reduzida; custo elevado da terra, com um mercado fundiário perturbado pelo turismo; pouca mão-de-obra disponível para actividades agrícolas ou industriais; falta de recursos financeiros para o investimento (BAD, 2010:5).

Por último, o *indicador de localização geográfica* tende a incorporar certos dados igualmente relevantes em matéria da “dupla insularidade”, isto é, na medida em que adiciona custos aos três anteriores indicadores. Este *indicador* encontra um primeiro fundamento (a nível interno) no passado histórico do país em questão, normalmente, das condições infra-estruturais (aeroportos, escolas, estradas e outros) existentes ou não, os simples hábitos e costumes (tais como a língua, a história, a migração, as tradições e outros), que tendem a influenciar o desenvolvimento do país. Essas condições são submetidas a uma visão externa, do ponto de vista da localização geográfica desse Estado, no sentido de se saber se ao facto de se ter quedado geograficamente mais próximo (ou mais distante) de um país ou de um zona de países desenvolvidos, tenderá a acrescentar mais ou menos custos de forma particular as razões de índole histórica, turística, ideológica, segurança, ambiente, geoestratégica ou outras.

A título exemplificativo, a localização do arquipélago de Cabo Verde (um país MIRAB) faz baixar os custos de localização geográfica mediante as mais-valias geoestratégicas que apresenta no quadro de segurança da UE; Cuba, por seu turno, podia ser enquadrada numa análise histórico-ideológica para com os EUA e a NAFTA, na medida em que o seu posicionamento ideológico tenderá a acrescentar custos de localização partindo de uma visão oposta à sua; por seu turno, Seychelles e Maurícias (como Estados insulares BD), embora fizessem parte do espaço SADC (que pouco interfere na nossa opinião para baixar os custos de localização), podem ser enquadrados, não pela proximidade, mas pela distância/localização que apresentam, mas que fazem desses Estados um destino turístico de excelência. É desta forma, pois fazem baixar de forma significativa os custos de localização para os respectivos desenvolvimentos. Assim, também, pelas razões turísticas e mesmo históricas, se enquadrariam as Maldivas (TOURAB) e outros.

Embora não constitua, para já, esgotar os objectivos específicos desta investigação, poder-se-ia questionar a respeito de argumentos que enquadram (ou enquadrariam) entre os indicadores acima explanados para o desenvolvimento dos países da Comunidade Económica dos Estados da África Central (CEEAC), integração sub-regional africana de que São Tomé e Príncipe é parte, se encontram assimetrias de várias ordens?³¹

³¹ Este assunto será desenvolvido no capítulo VI da presente tese no seu ponto 6.6 - A necessidade de um modelo de desenvolvimento aplicável à realidade são-tomense.

2.6 Síntese

Este capítulo tem uma importância capital no decurso de toda a investigação, pois que dele emanam as abordagens e conceitos teóricos que constituem os pilares da investigação.

Salienta-se ainda, numa vertente mais prática, que a abordagem do *desenvolvimento* tem tido uma contínua aplicabilidade prática ao longo dos séculos, na medida em que um dos seus sinónimos é o bem-estar particular ou colectivo. Aqui, e no campo da colectividade, poder-se-ia enquadrar, por exemplo, a NEPAD, que nada mais é senão um projecto de *desenvolvimento* comunitário africano.

Ainda no enquadramento do *desenvolvimento*, estudaram-se Políticas Públicas como o instrumento do processo do desenvolvimento, isto é, compaginaram-se as decisões políticas que têm impacto no desenvolvimento na vida do cidadão, do país e das organizações.

Por serem de competência exclusiva dos Governos e das autoridades públicas, as Políticas Públicas são “incluídas” no desenvolvimento onde os actores que a elaboram, executam ou avaliam são inúmeros. Porém, o objectivo da abordagem de Políticas Públicas no desenvolvimento prende-se também com o facto de se tratar de uma escolha voltada para a obtenção de resultados e/ou à avaliação dos decisores.

Outra abordagem tida em conta é a da *integração* económica/regional. Repare-se que o estudo assenta na UA que é, por conseguinte, um processo de integração que, desde o final da Segunda Guerra Mundial, tem ganho bastante relevância nas relações internacionais, não apenas pela interdependência crescente no sistema sócio-económico internacional, mas sobretudo pelas vantagens que, segundo os estudiosos da temática, advogam ser largamente superiores se compararmos o *desenvolvimento* dos países fora de um processo de integração.

Por último, apresentou-se um conjunto de ideias a volta do conceito – *geo-social* – que se serve da insularidade para melhor perceber as assimetrias na realidade política, económica e social, servindo, desta feita, para testar as hipóteses da investigação quanto à introdução de um novo *modelo de desenvolvimento geo-social*.

CAPÍTULO III

CONTEXTUALIZAÇÃO DO (SUB)DESENVOLVIMENTO SÓCIO-ECONÓMICO

AFRICANO

3.1 Introdução

Neste capítulo, procura-se fazer uma contextualização do subdesenvolvimento africano, reflectir sobre as razões que levaram a que o continente africano fosse o continente marcado pelo subdesenvolvimento à escala global. Desta forma, começar-se-á pela reflexão em torno dos dilemas do seu subdesenvolvimento sócio-económico e pela constituição dos Estados/Nações no continente.

De seguida, ver-se-ão os processos integracionistas em África, os mecanismos de cooperação para o desenvolvimento e o quadro africano em matéria de paz e de segurança internacionais.

3.1.1 Dilemas do (sub)desenvolvimento – sócio-económico de África

Um dos temas centrais que tem suscitado inquietude nos grandes *fora* internacionais de há um tempo a esta parte, prende-se com o direito ao desenvolvimento, especialmente no que respeite aos países menos competitivos, quando em paralelo se assiste à concepção de programas de desenvolvimento homogéneos para todos, garantindo, por isso, a irreversibilidade da globalização.

Com este efeito, a Organização das Nações Unidas apoia o direito ao desenvolvimento dos indivíduos, dos povos e das sociedades, reconhecendo e determinando que o “direito ao desenvolvimento é um direito humano inalienável, em virtude do qual toda pessoa e todos os povos estão habilitados a participar do desenvolvimento económico, social, cultural e político, a ele contribuir e dele desfrutar, no qual todos os direitos humanos e liberdades fundamentais possam ser plenamente realizados” e que o “direito humano ao desenvolvimento também implica a plena realização do direito dos povos de autodeterminação que inclui, sujeito às disposições relevantes de ambos os Pactos Internacionais sobre Direitos Humanos, o exercício de seu direito inalienável de soberania plena sobre todas as suas riquezas e recursos naturais” (Resolução n.º 41/128 da Assembleia Geral das Nações Unidas, de 4 de Dezembro de 1986, art. 1º).

O facto é que este apelo, quando adaptado às realidades africanas e dos países membros da UA, ganha um sentido tanto ou quanto paradoxal, na medida em

que se julga que, tanto os africanos, como a comunidade internacional contribuem bastante para a perpetuação do fosso existente entre os “subdesenvolvidos” e os “desenvolvidos” referenciado nas obras de Holland e Campbell (2005), Bhagwati(2007), Kindelberger (1976), Secondi (2008), Cohn (2008), Desroche (1978), Sousa (2008), Servaes (1996), Costa (2010), Krugman (2008), Bonaglia e Goldstein (2006), Stiglitz(2002, 2007a e 2007b) e de muitos outros autores.

Não obstante, ainda que seja nítida a contradição, avançar-se-á com uma reflexão na esperança de aprofundar mais sobre este assunto, passando por alguns temas julgados relevantes para o entendimento, nomeadamente:

- a) a constituição do Estado/Nação em África e os eventuais factores que impedem o normal desenvolvimento do continente;
- b) a cooperação económica e financeira empreendida pelos parceiros de cooperação africanos, com particular destaque para as IBW e dos seus Programas de Ajustamento Estrutural, que ao longo dos tempos vêm empreendendo nos países africanos;
- c) os processos integracionistas em África como via para o desenvolvimento do continente;
- d) a cooperação e a ajuda externa para o desenvolvimento, a paz e a segurança, e os desafios na nova ordem mundial.

Como veremos, “o paradoxo africano reside no facto de o desafio ser amplo, ao passo que os conceitos nos quais se poderia basear qualquer política para o ultrapassar são difíceis de apreender” (Kissinger, 2003:193).

3.2 A constituição do Estado/Nação em África

3.2.1 Estados/Nação em África

Para Lara (1987:64-65) “a definição de Estado atende à existência de três componentes essenciais que preenchem o conceito atribuindo-lhe um significado preciso e livre de equívocos. O primeiro deles é um território próprio sobre o qual exerce poder absoluto; uma população própria sujeita à mesma autoridade ou jurisdição, com características próprias que as poderão distinguir das restantes comunidades; um poder soberano, sendo aqui soberania entendida como o poder que não tem igual na ordem interna nem superior na ordem externa”.

Crê-se desnecessário incorrer em citações de diferentes autores, uma vez que, com esta ou aquela concertação, tende ser consensual que o Estado, como conceito, congrega essencialmente três componentes, que são: o *espaço*, o território, o lugar onde se exerce o poder soberano (1); a *população*, o *povo*, os que habitam nesse território, que obedecem e fazem obedecer (2); o *poder* necessário para o território e para todos quanto nele habita (3). Boniface (1996:137) defende que “na ausência de um dos seus três elementos, não se pode falar de Estado” ou seja, “a condição essencial da existência do Estado é a soberania”.

Não obstante os *inputs* mais contemporâneos, verifica-se que esta leitura está entrelaçada com o processo de formação e de evolução dos Estados actuais, uma vez que, para a sua ratificação, bastará (apenas) ajustar-se aos tempos determinados. Porquanto, e “com o advento da descolonização” (Monteiro, 2004), assistiu-se nas últimas quatro décadas, em especial no continente africano, a uma “proliferação” de Estados soberanos que, devido à necessidade de sobrevivência dos mesmos, face à dependência do exterior e do incumprimento do objectivo desde a sua construção, levantou a questão de saber, de facto, o que teria acontecido com a constituição de Estados/Nações em África.

Repare-se, aliás, que “o berço do processo político de ordenação jurídica que conduziu ao Estado-Nação contemporâneo” tem como antecedente o século XVIII (Hespanha, 1997:143-168; Leal, 1999:19-34).

No contexto africano, Graça (2005) defende que “o problema da construção da nação em África começa na própria noção de construção (..) [uma vez] que se encontra em processo de definição numa dinâmica de ambivalência cultural pela interacção do legado colonial com a herança africana, ou seja, da cultura europeia ou ocidental com a cultura africana”(Graça, 2005:131).

Dissertando em simultâneo sobre o Estado, a Nação e o Nacionalismo, Fadul (2005) diz que, com “as primeiras independências negociadas para as colónias africanas, imbuídas já de inflamados discursos nacionalistas e, em grande medida, anti-liberais na vertente económica, mas politicamente apologistas do modelo de Estado-Nação postulado pelo liberalismo no que toca à coincidência necessária entre o Estado, enquanto unidade política, e a Nação, enquanto unidade histórico-moral”(Fadul, 2005:263).

Entretanto, o conceito de *Nação* pode não ter a mesma dimensão que o conceito de Estado. *Nação* é definida como a congregação de uma comunidade de indivíduos ligados social e economicamente, que compartilham um dado território, reconhecendo a existência de um passado comum – ainda que diverjam sobre alguns aspectos desse passado – compartilhando, entretanto, de uma visão de futuro e acreditando que este futuro será melhor mantendo-se unidos, ainda que alguns aspirem modificar a organização social da nação e o seu sistema político (Moreira, 1979; Caratini, 1991; Sardica, 1992; Carrilho, 1993; Serrão, 1995; Boniface, 1996; Schulze, 1997; Bayart, 2000, Graça, 2005; Guimarães, 2008).

Porquanto, Boniface (1996) salienta que, o conceito de nação é ambíguo, porque “designa em geral uma comunidade humana que possui uma certa unidade cultural, linguística, que tem consciência desta unidade e a quer preservar. Ainda que o conceito de nação se distinga do de Estado, estes dois termos estão muitas vezes ligados. O nacionalismo e a nacionalidade decorrem de uma certa ideia de nação” (Boniface, 1996:214).

Para a Comissão Europeia, “a imagem de um continente à deriva que é frequentemente atribuída a África, não reflecte, adequadamente, a realidade africana. A África não é unívoca” (Comissão Europeia, 1997:IV). Esse facto nos confere alguma certeza que os cinquenta e quatro Estados actuais africanos, de uma forma particular, congregam nos

seus limites territoriais e fronteiriços uma dimensão de *Nação*. Por esse motivo, preferiu-se, neste estudo, aludir mais ao *Estado*, embora saibamos que, algumas vezes, se aproxima ou é equiparável a *Nação*.

Evidentemente, nota-se que, com o fenómeno da *globalização*, do *regionalismo* e das *integrações*, fica patente a ideia de que os pressupostos para a definição de Estado tal como acima foi dito, isto é, no que concerne ao território, à população e ao poder político, teriam sofrido actualização, na medida em que é oferecida uma leitura de que a fronteira, por exemplo, motivadora de diversos conflitos no passado se transformou numa “metáfora e realidade” em simultâneo (Amante, 2007).

Giddens (2010) advoga que “é indiferente às fronteiras nacionais, [porque] as nações perderam uma boa parte da soberania que detinham e os políticos perderam muita da sua capacidade de influenciar os acontecimentos” (Giddens, 2010:20-21).

Independentemente disto, convém ter presente que a África e os seus povos têm uma história específica e que outras dessas especificidades vêm ou vieram de fora, lembrando que dentre elas, temos de abraçar o legado da ocupação europeia que Lara (2005), na sua contribuição, em “África: Género, Educação e Poder”, caracterizava como uma “pesada herança do colonialismo” (Lara, 2005:481-493).

Numa primeira abordagem, o autor faz a síntese comparativa dos processos de colonização moderna e contemporânea “designadamente os originados na Europa, quer do decurso da primeira onda de expansão, como foram os casos dos impérios português e espanhol, bem como, de outra forma, o holandês, inglês, e francês, bem como os da segunda onda de colonização, desta feita novecentista, com expansão jurídica na Conferência de Berlim, nos quais se convertem alguns dos mais importantes antigos impérios coloniais, como são os casos do britânico, do francês, agora, também neo-colonialistas, aos quais se juntaram outros processos paralelos, sem qualquer tradição mais antiga, como foram os casos do colonialismo alemão, do belga, e do italiano, para referir apenas os mais significativos” (Lara, 2005:481-493).

Assim, partindo do princípio de que cada um desses povos trazia e pretendia implementar as suas ideologias (Capitalismo ou Marxismo), os seus hábitos e costumes, que viria reflectir, inclusive, na própria forma de descolonização, de mulheres e homens libertos que, por inerência, foi-se contribuindo para o aparecimento de um conjunto de Estados/Nações *sui generis*, de Governos e de governação nem sempre democráticas, mais ou menos dependentes das ajudas externas.

Por razões endógenas e exógenas, esses Estados/Nações experimentaram subversões políticas, militares e outras. Esses são, no fundo, alguns factos que tendem a demonstrar que a constituição dos Estados africanos, em grande medida, obedeceu muito mais a uma visão ocidental de Estado (com eleições livres e transparentes, com a justiça social, e outros) sustentada por uma submissão extemporânea da mesma assim como, ainda, por parte dos Africanos, de um certo amadorismo estratégico a todos os níveis.

Uma leitura conseguida sobre a matéria é de autoria de Moreira (1979:350) ao afirmar que “os programas nacionalistas dos aparelhos do Poder instalados, em substituição da soberania colonial expulsa, não exprimem mais do que um projecto nacional, isto é, a intenção de vir a amalgamar os grupos numa unidade mais vasta que corresponda ao conceito ocidental de nação”. O autor faz equivaler os “novos” Estados africanos a um “projecto nacional”, que Graça (2005:24) interpretou que “juntamente com a acção das elites, a dinâmica de interacção sociocultural dos vários grupos etnolinguísticos existentes” permanece. Em vista disto, o fim do Estado que, no fundo, nunca chegou a ser Estado, seria sim um *projecto nacional*. Isto é, por outras palavras, o “projecto nacional” poder ser considerado um Estado frágil.

Ainda Graça sugere a hipótese de poder “ser visto sob vários ângulos, de acordo com as várias escolas africanas e as respectivas tendências” (*ibidem*). Porém, ao retomar o tema, o autor, ainda antes de levantar a questão se se deve falar da construção ou da reconstrução da nação em África (até porque, como se sabe, poder-se-ia colocar a questão de saber se, tradicionalmente, existiram Estados em África), a verdade é que, percorrendo a sua obra, se encontra um trecho que, de certa forma, resume o assunto,

quando diz que “é possível afirmar que nem em África nem em qualquer outro lado, mesmo historicamente, ocorreu qualquer construção da nação fruto de uma fórmula matemática” (Graça, 2005:131).

Encontra-se nas investigações de Bayart (2000) que todo o Estado, não só em África, é um lugar privilegiado para o engendramento de iniquidades. Isto, para Fadul (2005:268), “se não for regrado por normas democráticas que o responsabilizem socialmente, a sua nomenclatura pretenderá banir a competição política e a reivindicação social, sempre – é claro! – em nome do desenvolvimento que se arroga promover e tentará dominar a economia em seu proveito, pois que pretenderá, com a acumulação, cristalizar no poder a(s) sua(s) rede(s) de influência ou centros de poder – que não somente os de ordem étnica”.

Por isso, é importante reter que o debate sempre inacabado em torno da construção do Estado/Nação em África não tem como objectivo averiguar se faltou um dos “pilares” dessa construção, mas antes realçar as especificidades que os diferenciam de outros Estados/Nações não africanos que, para Carvalho (2010:63-64), podem ser sintetizadas “no tema geral da frustração das expectativas formadas no período da descolonização: os pressupostos essenciais, em que esta se justificava, vieram a ter uma evolução imprevista e acabaram por provocar uma situação complexa, onde a acumulação de factores negativos se adicionou à falta de preparação dos agentes políticos e das populações para os enfrentar nos termos concretos em que eles se colocam.”. Para o autor, “esta fase é, assim, marcada pela formação de Estados nacionais africanos independentes que vão ser confrontados com a alteração significativa das condições em que esperavam operar”.

A seguir, por esta linha de pensamento, defende Fadul (2005:264) que, “após o acesso generalizado à independência política, o factor histórico-moral que cimentará a identidade e a unidade dos povos africanos colonizados e os propulsará à reivindicação das suas independências e soberanias, pareceu ter-se diluído ou corroído ante múltiplas evidências de tensão e desagregação social, geralmente matizadas,

sobretudo nos *media* europeus e americanos – com ligeireza, como de origem em conflitualidades inter-étnicas”.

Um dos dilemas do (sub)desenvolvimento sócio-económico de África é a própria constituição de Estado/Nação como consequência da *Conferência de Berlim* que ditou a colonização efectiva de África e, posteriormente, os regimes ditatoriais que se lhe seguiram, após as independências. Resulta, porém, que, já independentes, esses Estados/Nações se depararam com dificuldades de afirmação, entre outros, pelo facto das suas “estruturas económicas e sociais” estarem configuradas sob os princípios dos regimes coloniais de então.

Mosca (2002:28) salienta ainda que as crises que caracterizam os países africanos dependentes da Ajuda Externa, com particular destaque para as IBW, são “as consequentes naturezas das relações externas, os termos de troca de mercado no mercado internacional desfavoráveis a longo prazo para os países em desenvolvimento e a divisão internacional do trabalho”.

3.3 A necessidade do desenvolvimento e o aparecimento das IBW

Depois de séculos de ocupação, um número considerável de Estados e Nações africanos alcançou a respectiva independência nos finais da década de 1950, e até aos primeiros anos da década de 1970. Com a chegada das independências, vivia-se no continente o que se podia chamar de “esperança do desenvolvimento”. Contudo, essa esperança advinha da evolução positiva das economias africanas que detinham o excesso de liquidez no sistema financeiro mundial, bem como os fluxos de cooperação e de ajudas existentes. Do lado interno, a abordagem prende-se com os resultados decisivos que foram alcançados nesse intervalo de vinte anos após as independências. Um desses exemplos tem que ver com a esperança média de vida à nascença, que passou de 39 para 47 anos, e a taxa de mortalidade infantil, que decresceu de 38% para 25% nesse mesmo intervalo de tempo (Mosca, 2002).

Em termos de recursos humanos, a percentagem de crianças escolarizadas (em relação ao total escolarizável) passou, entre 1960 e 1980, no ensino primário, de 3,6% para 63%; no ensino secundário, de 3% para 13%; e, no ensino superior, de praticamente 0 para 1%, o que implica dizer, também, que as políticas sociais aumentaram de forma significativa (Banco Mundial, 1981:16-17; Torres, 1986:2).

Não menos importante, registaram-se melhorias no que concerne a redes infra-estruturais, de forma notável, nomeadamente, os portos, os caminhos-de-ferro, as estradas, na construção civil e outros (Torres, 1986).

A título de exemplo, a dívida pública total do conjunto de países da África Subsaariana correspondia a 6000 milhões de dólares e as exportações cresciam, em volume, em média, a 6%, e, em particular, os produtos agrícolas em 2%/ano. O PIB, enquanto valor agregado final dos bens e produtos finais produzidos nos países da região, para o mesmo período, contabilizava um incremento na ordem dos 3,4% ao ano. A produção agrícola subia em média 2,7% ao ano (Banco Mundial, 1981; Mosca, 2002). Perante tal cenário, não se vislumbrava qualquer transformação estrutural do pós-independência, embora a situação fosse visivelmente descontextualizada com a realidade. Nos finais dos anos de 1970, sérios obstáculos começaram a aparecer na progressão de qualquer optimismo.

Uma das causas dessa desaceleração estava no facto de grande parte desses países ter um modelo de desenvolvimento sustentado pelas economias agrícolas, com um plano tecnológico reduzido e com infra-estruturas produtivas frágeis.

Uma vez que essas mesmas causas/estrangulamentos eram compostas por duas vertentes (interna e externa) e por haver “interacção entre os elementos internos e externos e só os separamos por comodidade da exposição” (Torres, 1986:3), associando-se ainda a pouca desenvoltura dos governos em definir alternativas para lidar com os interesses e pressões alheias, o aparecimento de fricções internas ou mesmo guerras e com a “coincidência” da crise de petróleo³², determinaram o fracasso das políticas proteccionistas que tinham como objectivo responder à crise vigente (Jeanneney, 1978; UNCTAD, 1985). Isto é, quando no início dos anos 1970 a procura internacional de petróleo começou a exceder a produção, os preços do crude quadruplicou. Na década seguinte, 1980, voltou-se a conhecer uma nova alta de preços num valor cifrado em mais do dobro registado na década anterior. Com efeito, esta política (empreendida pelos países produtores) criou grandes problemas de inflação nos países em desenvolvimento.

Com isso, a diminuição do volume das exportações (Quadro 3.1), o aumento das taxas de juros e da dívida pública (de 1965 a 1988), o aumento da inflação (1980 a 1988), o crescimento populacional não controlado (1973 a 1988), bem como outros indicadores, suscitaram a pobreza e a miséria, as instabilidades políticas e governativas que servem, na actualidade, como antecedente, não apenas para a intervenção das IBW com os *Programas de Ajustamento Estrutural*, mas, também, para justificação dos males sociais que predominam no continente.

³² Do lado africano, segundo o Banco Mundial, o conjunto de países importadores correspondia à variação desfavorável de termos de troca na ordem de -1,5% por ano (Banco Mundial, 1981:22).

Quadro 3.1 - Indicadores de desenvolvimento sócio-económico da África Sub Sahariana

Indicadores da África Subsaariana em variação média anual, em percentagem			
Conceito	Anos correspondentes		
	De 1965 a 1973	De 1973 a 1980	De 1980 a 1988
PNB <i>per capita</i>	3	0,1	-2,8
Crescimento populacional	2,6	2,8	3,2
Inflação	7,5	6,8	15,5
Investimento	9,8	4	-7,3
Produção agrícola	2,2	-0,3	1,8
Exportação de mercadorias	15,1	0,2	-0,7
Importação de mercadorias	3,7	7,6	-0,5
Indicadores da África Subsaariana em percentagem do Produto Nacional Bruto			
Conceito	Anos correspondentes		
	De 1965 a 1973	De 1973 a 1980	De 1980 a 1988
Dívida pública externa	13	70	78
Serviço da dívida	1,1	2,1	4,3
Serviço da dívida	5,3	7,2	16,5
Investimento	14	20	15
Poupança interna	14	22	12
Consumo público	10	13	15

Fonte: adaptado do Banco Mundial (1989) e Mosca (2002)

O primeiro estudo de fundo acerca da situação da crise africana, bem como das possíveis saídas no sentido de contornar essa conjuntura foram apresentadas pelos próprios africanos no *Plano de Acção de Lagos*, em Abril de 1980, no quadro da OUA. Após discussões e acusações de parte a parte (Benachenhou, 1982; Amin, 1982; Torres, 1986, Comissão Económica para África, 1982; 1983; Banco Mundial, 1982, 1983, 1984), acabou-se por concordar que a falta de alternativas e de capacidade de importação tornar-se-iam insuficientes para a reprodução das economias em vias de desenvolvimento, e que se tratava de uma condição *sine qua non* para a recuperação dessas mesmas economias (Green, 1988; Fitzgerald e Rob Vos, 1989), o que motivou “a

entrada no Fundo Monetário Internacional e no Banco Internacional como a única possibilidade para a negociação da dívida e o acesso a novas fontes de financiamento” (Mosca, 2002:138).

É nesse em particular que se inserem os *Programas de Ajustamento Estrutural* como pacotes de reforma de políticas com o objectivo de alcançar a estabilidade macro-económica e um modelo de crescimento baseado nas exportações, assumindo-se que esta receita poderia reduzir a pobreza. Dentre as medidas avançadas, constam o corte nos gastos públicos, a adopção de políticas monetárias e fiscais restritivas, a liberalização da Economia, a desregulamentação dos preços internos e a privatização das empresas estatais e da provisão de alguns serviços públicos essenciais, como condições para acesso ao crédito, as chamadas *condicionalidades* (Macuane, 2005).

Nesse sentido, a intervenção das IBW tinha como objectivo liberalizar e facilitar os pagamentos internacionais, através do FMI, e, para fomentar as economias, tendo em vista a liberalização das trocas comerciais, o Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) (Campos *et alii*, 1999).

3.3.1 Enquadramento

O aparecimento das IBW nasce, no fundo, da necessidade do desenvolvimento africano, das consequências dos maus resultados económicos e dos nacionalismos exacerbados a que tinha levado a falta de abertura entre as economias, pelo que era necessário lançar, de imediato, as bases de reconstrução sócio-económica.

Para o estudo, a referência sobre as IBW é sinónimo do FMI e do BIRD. Porquanto, essas instituições, de forma separada ou não, têm uma importância acrescida para a *reconstrução* económica e social dos países membros, sobretudo dos devedores, onde se perfila a quase totalidade dos países membros da UA. Todavia, para que esta afirmação seja mais bem entendida, impõe-se começar por enquadrá-la por intermédio de algumas questões, quiçá, pertinentes:

- a) o que são as IBW?
- b) que objectivos preconizam?

c) como é o seu funcionamento e que relação existe (ou existiu) com o continente africano ao ponto de lhes ser atribuída importância bastante no “renascimento” do bem-estar dos povos de África?

Com o alastramento de repercussões da Segunda Guerra Mundial nos princípios dos anos 1943, anteviam-se consequências de várias ordens nas sociedades de todo o mundo, com particular destaque para a Europa, a Ásia e a África. A nível económico-financeiro, sentia-se a necessidade de uma reforma susceptível de evitar o agravamento da depressão económica mundial. Assim, aproveitando-se de algumas iniciativas empreendidas no quadro da Sociedade das Nações³³ e das experiências adquiridas da *grande depressão*, foram “apresentadas na Conferência de *Bretton Woods* propostas sobre o relacionamento entre os países no domínio monetário-cambial” (Labisa, 2003:187).

Cabe referir que os países cujas moedas maior peso tinham nos pagamentos internacionais eram os EUA e o Reino Unido e, por consequência, os mais interessados na apresentação e liderança de iniciativas. Há quem defenda, entretanto, que “estas agências especializadas das Nações Unidas (desde 15 de Novembro de 1947) continua[m] a ser largamente dominada pelos países industrializados ocidentais, mas viu[rem]-se obrigada[s] a adaptar-se aos factos, que é como quem diz, aos problemas do Terceiro Mundo. Isso faz com que [as IBW] apresentem elementos contraditórios” (Bélanger, 1997:67). Com efeito, o tesouro britânico apresentou, em Abril de 1942, um “projecto de um programa de acção do pós guerra” e, posteriormente, foi igualmente apresentado um projecto para a criação da *União Internacional de Clearing* da autoria de Keynes, que pretendia, “por um lado, facilitar a concessão de crédito dos bancos credores aos bancos devedores e, por outro lado, emprestar aos bancos devedores os fundos que ainda assim se revelassem necessários. A União seria, pois, um verdadeiro banco universal” (Labisa, 2003:187). Cabe todavia dizer que a aprovação desta proposta procurava responder ao tempo difícil que se vivia; procurou-se, por isso, um

³³ Repare-se que, ainda antes da Segunda Guerra Mundial, e na senda da Sociedade das Nações, se empreenderam iniciativas de criação de mecanismos de cooperação financeira interestatal. Algumas anteriormente sugeridas na sequência das discussões sobre os problemas monetário-cambiais, como o projecto de instituições de uma *Central Corporation e de National Corporations*, a cooperação na área dos transportes e comunicações, iniciativas em matéria de direito dos Estados sobre os recursos dos mares, e outros (Labisa, 2003).

mecanismo capaz de “fomentar a cooperação monetária internacional e a expansão do comércio, contribuindo assim para elevar o nível de emprego e melhorar as condições económicas de todos os países membros” (Rocha & Santos, 1988:5).

No nosso entender, é de capital importância a existência das IBW, tanto para a África, como para o mundo, visto que seria impensável conceber o funcionamento de um sistema económico internacional onde a moeda não constituísse a “chave” das transacções (Eichengreen, 2008; Costa, 2010), ou seja, o papel da moeda nas relações económicas internacionais, como refere Costa (2010:256), nasce da própria necessidade dos Estados, na medida em que em a sua “actuação (...) exige a definição de agregados monetários e financeiros (...), embora não seja o único activo que assume essa função, a moeda desempenha o papel de reserva de valor”.

É, entretanto, através da moeda que se estuda e compara as balanças de pagamentos das transacções comerciais e financeiras realizadas entre os residentes de um país e o resto do mundo, o conjunto de países com quem mantém relações, comerciais, de investimento ou financeiras, durante um determinado período de tempo, geralmente um ano. É também através da moeda que é possível perceber a necessidade ou não de se ajustar os desequilíbrios da balança de pagamentos, a evolução do sistema monetário internacional, o regime de câmbios, entre outros.

Desta forma, pela pertinência do assunto em debate, a nossa reflexão passa a centrar-se no entendimento do que é o *Fundo Monetário Internacional*, por um lado, e do *Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento*, por outro lado.

3.3.2 Fundo Monetário Internacional

Como acima ficou demonstrado, o FMI, como uma das IBW, é a agência das Nações Unidas guardiã das regras de todo o sistema monetário internacional das economias de mercado (Campos, 1999; Labisa, 2003; Bélanger, 1997), e que funciona segundo os seguintes objectivos:

- a) promover a cooperação monetária internacional por meio de uma instituição permanente que forneça um mecanismo de consulta e colaboração no que respeita a problemas monetários internacionais;

- b) facilitar a expansão e o crescimento equilibrado do comércio internacional e contribuir, assim, para o estabelecimento e manutenção de níveis elevados de emprego e de rendimento real, e para o desenvolvimento dos recursos produtivos de todos os membros, como objectivos primordiais da política económica;
- c) promover a estabilidade dos câmbios, manter regulares arranjos cambiais entre os membros e evitar desvalorizações cambiais competitivas;
- d) auxiliar a instituição de um sistema multilateral de pagamentos respeitantes às transacções correntes entre os membros e a eliminação das restrições cambiais que dificultam o desenvolvimento do comércio mundial;
- e) proporcionar confiança aos membros, pondo à sua disposição os recursos do Fundo sob garantias adequadas, dando-lhes, assim, possibilidade de corrigirem desequilíbrios das suas balanças de pagamento sem recorrerem a medidas destrutivas da prosperidade nacional ou internacional;
- f) de acordo com o que precede, abreviar a duração e diminuir o grau de desequilíbrio das balanças internacionais de pagamentos dos membros.

No fundo, segundo Campos (1999:482-483), o que se pedia ao FMI era a “originalidade”, uma vez que “não tinha possibilidade de criar moeda”; originalidade na “intervenção conjuntural a uma intervenção estrutural”; originalidade como “árbitro de um sistema de câmbios estáveis” para passar a “árbitro de um sistema estável de câmbios”.

Como refere Bélanger, “o FMI é uma ideia americana (...) e sua estrutura é dominada pelos países ocidentais” (1997:66-67), pelo que os “arquitectos” dessa instituição financeira mundial são, entretanto, o então Secretário Adjunto Principal do Tesouro Americano – Harry Dexter White – através da sua iniciativa voluntarista de cooperação internacional e que, por sua vez, foi incorporada ao projecto de criação da *União Internacional de Clearing* / “Bancor” de autoria de Keynes, que é, no fundo, o antecedente do *consenso de Washington*³⁴, que permitiu a admissão, tanto de países desenvolvidos, como, também, de países em vias de desenvolvimento. Uma premissa que fez com que o FMI fosse visto como se de um Banco Central se tratasse.

³⁴ Este assunto constitui matéria de desenvolvido no subcapítulo “Os dilemas do (sub)desenvolvimento – Sócio Económico de África”, número 3.2).

Formou-se ainda a percepção de que, embora o FMI tivesse um carácter universalista³⁵, era dominado pelos países industrializados, por um órgão restrito.

Todavia, a importância que se acresce ao grupo está “em matéria de votação. No seio do Conselho de Administração, o órgão restrito da organização, os países que detenham as cinco quota-partes mais importantes têm direito, cada um, a um Administrador Permanente que (...) com a reforma de 1992, sofreu uma reforma na sua composição (...) passou a contar com 24 membros não permanentes [dos quais] 5 são nomeados directamente (Estados Unidos, França, Japão, República Federal da Alemanha e Reino Unido) e 3 são nomeados de facto (Arábia Saudita, China e Rússia), sendo os restantes 16 eleitos pelos grupos de países constituídos com os outros países membros” (Bélanger, 1997:67-68). Porém, outras reformas e solicitação de reformas foram apresentadas por Estados-Membros, conferências e Organizações Internacionais. É o caso, por exemplo, da conclusão, em Abril último, do processo de reforma da governança do BM, transferindo mais de 3,5% de quotas, aproximadamente, para os países em desenvolvimento. Ou ainda, muito recentemente, em Junho, da reunião das vinte economias mais industrializadas do mundo (G-20) de São Petersburgo, com o apelo de reduzir, pelo menos, 5% do poder de voto dos países desenvolvidos para os países em desenvolvimento.

No fundo, o espírito que se materializou na criação do FMI é a de existir uma instância monetária internacional que, pela definição de organização internacional, devesse ter um órgão permanente que atendesse os países membros numa troca aceitável em matéria de assistência técnica para fins de coordenação das suas políticas económicas e financeiras, ocupando-se, desta feita, dos problemas dos seus membros como justificação da sua própria existência, isto é, fazer equilibrar a “balança” financeira mundial à estabilidade, para que haja, permanentemente, um razoável crescimento económico mundial. Por outras palavras, exercendo duplamente o papel de regulador e financiador dos seus membros que devem, por isso, cooperar na estabilização do sistema cambial, na promoção das taxas cambiais e evitar, a todo o custo, as restrições para o seu normal funcionamento.

³⁵ O FMI conta, actualmente, com 187 países membros que equivaleu, em 2009, a cerca de 31,4% do total da produção mundial e 90% do comércio mundial (ver <http://www.imf.org/> – actualização de Abril 2011).

Cabe, por isso, a cada país membro escolher, dentro das normas de conduta da organização, as modalidades de empréstimo a que se pretende honrar/endividar, desde que, para tal, haja sustentabilidade, pois que a verificação está enquadrada nos objectivos da instituição (Labisa, 2003).

Porquanto, “as políticas do Fundo aplicam-se indistintamente a todos os países membros, industrializados ou em vias de desenvolvimento, independentemente da situação deficitária ou superavitária dos seus pagamentos ou dos sistemas económicos que tenham adoptado.” Isto é, “para que o fundo possa aplicar essas políticas, os países membros comprometem-se, ao ingressar no Fundo, a transmitir continuamente uma série de informações económicas e financeiras; ademais, o Fundo mantém consultas regulares e também em condições especiais, se necessário, com cada país membro sobre a sua situação económica” (Rocha & Santos, 1988:6-7).

Por assim ser, parte-se do princípio de que o FMI disporá de informações necessárias para uma eficaz intervenção/correção em qualquer Estado-Membro e, por conseguinte, estabilizar a Economia mundial, que é o seu fim último.

Na década de 1970, como consequência de sucessivas crises, das quais a do petróleo é a mais marcante, o FMI e o mundo viram-se confrontados com altas taxas de inflação que provocaram desequilíbrios na economia mundial. Por isso, a instituição não continuou apenas a desempenhar as suas competências em matéria de supervisão do sistema de câmbio, mas, também em nome da estabilidade e da expansão do comércio mundial, passou a intervir de forma directa através dos conceituados *Programas de Ajustamento Estrutural*³⁶ nos países membros e, sobretudo, nos países em desenvolvimento.

Por tudo o que se disse, fica hoje patente a ideia da importância da regulação, da supervisão e da estabilização do sistema monetário internacional pelo FMI, com uma estrutura que se adequa aos interesses gerais dos Estados-Membros.

³⁶ Remete-se a discussão deste assunto para o capítulo dos “Parceiros de Cooperação Africanos”, nomeadamente, na “Cooperação entre as IBW e a África”.

De notar, por exemplo, que, através das normas vigentes, em matéria de concessão de crédito, não se vislumbrará, em nossa opinião, o objectivo claro de desenvolvimento nos países subdesenvolvidos, na medida em que as condições económicas agravadas pelo depósito estrangeiro e de restrições das suas débeis economias, de pobreza extrema, impossibilitarão qualquer hipótese de recuperação económica nacional e internacional. Aliás, segundo Carvalho (2010), “o FMI é uma instituição financeira que ainda continua a conceder crédito quando mais ninguém o quer fazer”. Ou seja, embora apareça como último recurso, os empréstimos têm lugar mediante certas condições que implicam, em regra, pesados programas de ajustamento estrutural das economias envolvidas.

Por outras palavras, acredita-se que, embora os empréstimos do FMI seja, como já se disse, o último recurso para os Estados em dificuldades económica e financeira, a sua relação com o desenvolvimento dever-se-ia compaginar com certas condicionalidades não previstas (ou mais motivadoras) daquelas que existem hoje, tais como, um plano real de reescalonamento das dívidas, o perdão das mesmas, a fiscalização com uma maior comparticipação do Estado individualizado, envolvimento dos sectores sociais dos Estados nos processos de negociações e outras.

Embora pensemos que as observações suprasse justifiquem, Giraud adverte que “podem existir outros meios de alcançar o mesmo resultado. Mas um Governo que tenha outras ideias, e que proponha um plano diferente, mas credível, pode perfeitamente negociar” (Giraud, 1998:65). Aliás, é bom que se diga que são os governos que recorrem ao FMI e não o inverso, pois, havendo outras alternativas, evitar-se-iam as exigências. Contudo, poder-se-ia levantar a questão real que se prende com a margem de manobra que um Estado debilitado economicamente possui para contrapor – isto é, argumentos reais e credíveis, susceptíveis de convencer o FMI e ver, desta forma, o seu plano de desenvolvimento com realismo.

Neste exercício, importa-se ter presente que as condições do FMI – para bem e para mal – estão todas prédefinidas, o que não acontece, igualmente, para os Estados que, como se pode calcular, apresentarão situações assimétricas. Isto é, fica-se com a ideia que o FMI partilha da ideia que, aos Estados que recorrem aos seus empréstimos reconhecem

por inerência um conjunto de regras baseadas pela comunhão de interesses, em que a estabilidade monetária internacional só é alcançada por esta via.

3.3.3 Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD)

Como acima ficou demonstrado, o empreendedorismo de Keynes em muito contribuiu para o processo de criação do BIRD. Não obstante, a proposta *White*, em representação da Administração Americana, para que, contrariamente aos objectivos do FMI, o BIRD fosse visto como o mecanismo auxiliador das trocas para a reconstrução e desenvolvimento dos Estados-Membros, constituiu um facto importante para a institucionalização do mesmo.

Embora o BIRD tenha a nomenclatura de *banco* e seguir em grande medida as directrizes financeiras (naturalmente distintas das do FMI), a sua importância não se restringe apenas às aplicações financeiras. Isto é, no “decorrer dos tempos as funções de consulta e de apoio técnico ganharam uma importância igualmente muito significativa” (Ferreira, 2004:236). A esse respeito, Rotberg salientava, em 1981, que era “justo dizer que os mutuários acreditam no BM. Eles acreditam na sua objectividade e no seu empenho em simplesmente fazer as coisas correctas”. Na altura, na visão de Rotberg, os mutuários preferiam manter “um relacionamento com uma instituição que não liga[sse] laços políticos aos empréstimos e que [tivesse] um grupo de profissionais competentes, cujo papel é de tomar decisões estritamente de ordem económica e financeira”. Por isso, o autor esgrimia argumentos a favor do BIRD, dizendo que não tinha “dúvidas de que, para alguns mutuários, é essa «pool» de inteligência e a objectividade dos conselhos técnicos do Banco que contam tanto como a transferência efectiva de recursos” (Rotberg, 1981:11-12). Todavia, isso não invalida as vozes críticas ao BIRD que, como fazem em relação ao FMI, olham para os aspectos menos conseguidos pela instituição, como, por exemplo, a questão da parcialidade do BIRD, as actuações maniqueístas a favor dos países ricos/ocidentais, em contradição com as orientações estatutárias (George e Sabelli, 1999; Quereshi, 1999; Stiglitz, 2002; Ferreira, 2004).

Stiglitz (2002:93) chega mesmo a dizer que as IBW e em particular o BIRD “não são representativas dos países que servem”. Repare-se, a propósito, que o Acordo Constitutivo das IBW define que os objectivos do Grupo BM assentam nos seguintes princípios:

- I. auxiliar a reconstrução e o desenvolvimento dos territórios dos membros, facilitando o investimento de capitais para fins produtivos, inclusivamente para restaurar as economias destruídas ou desorganizadas pela guerra, readaptar os meios de produção às necessidades do tempo de paz e encorajar o desenvolvimento dos meios de produção e dos recursos nos países menos desenvolvidos;
- II. promover os investimentos privados no estrangeiro, através de garantias ou participações em empréstimos e outros investimentos realizados por capitais particulares e, na falta de capitais privados disponíveis em condições razoáveis, suprir o investimento privado, fornecendo, em condições apropriadas, meios de financiamento para fins produtivos provenientes do seu próprio capital, de fundos que reunir e dos seus outros recursos;
- III. promover o desenvolvimento equilibrado a longo prazo do comércio internacional e a manutenção do equilíbrio das balanças de pagamentos, encorajando os investimentos internacionais, com vista ao desenvolvimento dos recursos produtivos dos mercados, e auxiliar, desta forma, o aumento da produtividade, o aumento do nível de vida e a melhoria das condições de trabalho nos seus relatórios;
- IV. ordenar os empréstimos que outorgue ou as garantias que conceda aos empréstimos internacionais provenientes de outras origens, de forma a dar prioridade aos projectos mais úteis e urgentes, qualquer que seja a sua dimensão;
- V. conduzir as suas operações tendo em conta os efeitos dos investimentos internacionais sobre a situação económica dos territórios membros e, durante os primeiros anos do pós-guerra, auxiliar a transição progressiva da economia de

guerra para a economia de paz (Resolução n.º 4/89, de 24 de Fevereiro de 1989 da Assembleia da República de Portugal).

A fim de cumprir esses objectivos, o Grupo BM foi albergando, no decurso do tempo, (1) o Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (1946), a Sociedade Financeira Internacional (1956), a Associação Internacional de Desenvolvimento (1961), o Centro Internacional para a Resolução de Diferendos Relativos aos Investimentos (1966) e a Agência Multilateral de Garantia de Investimentos (1985) (Labisa, 2003).

Desta forma, e em consequência dos ambiciosos objectivos e estruturas apresentadas, outro aspecto julgado interessante de apoio ao investimento por parte do BIRD é o chamamento para si, como parte da estratégia, dos Bancos regionais³⁷ que, no caso africano, recaiu sobre o Banco Africano de Desenvolvimento (BAD), sediado em Abidjan, na Costa do Marfim.

Não obstante outras iniciativas relevantes constantes no Acordo Constitutivo, como, por exemplo, as subscrições de capitais, a utilização dos recursos, a possibilidade de fiscalização, as imunidades dos seus funcionários e outras, convém salientar as questões relacionadas com as condições para a concessão de empréstimos por parte do BIRD aos Estados membros. Mas, antes, como nos dá conta Ferreira, “a partir dos anos 80³⁸, o Banco influenciou o modelo económico dos países beneficiários da ajuda, através da exigência de uma orientação política caracterizada, no essencial, pela privatização, liberalização dos mercados e das trocas externas”. Para o autor, “a par dessa evidente forma de condicionalidade política, não se pode ignorar que o Banco tem vindo a desenvolver um conjunto de ideias força do que deverão ser as políticas de desenvolvimento” (Ferreira, 2004:270-271).

Essas ideias que apareceram nas décadas subsequentes (1990 e 2000), em que os Programas de Ajustamento Estrutural eram cada vez mais urgentes e em que se comemorava o quinquenário das IBW, da entrada no novo milénio, o BIRD concluía

³⁷ Para Soros (2003), os Bancos regionais são uma “*artificial ginástica financeira que concedia uma vantagem aos países pobres e que praticamente não envolvia custos para os países ricos*” (Soros, 2003:83).

³⁸ No quadro africano, a década de 1980 marca também o início dos trabalhos do BIRD, com a divulgação do Relatório *Berg* que melhor se desenvolverá no capítulo seguinte.

como desafio o reconhecimento da mais-valia das Organizações Não Governamentais como estrutura susceptível de participar e fomentar as políticas para o desenvolvimento integrado.

Outra evolução do BIRD prende-se com as questões ambientais que estão indissociavelmente ligadas ao desenvolvimento sustentável. O BIRD começa, em 1991, a financiar iniciativas ambientais, tanto de forma isolada, ou em parceria com outras instituições (Banco Mundial, 1991).

No capítulo dos empréstimos, salientam-se – primeiro – as normas constantes no Acordo Constitutivo, em que os empréstimos solicitados não poderiam ser superiores ao montante de reserva do país solicitador; a isenção de risco para esses países; o carácter subsidiário; condições mais vantajosas em comparação com outras instituições; ou da não exigência de garantias (Resolução n.º 4/89, de 24 de Fevereiro de 1989 da Assembleia da República de Portugal).

Porquanto, o BIRD evolui em matéria da política de empréstimos com a apresentação dos ODM com “dois documentos de estratégia – o Strategic Framework Paper (SFP) e o Strategic Directions Paper (SDP) – que envolvem uma apreciação das formas de financiamento numa perspectiva transversal, levando em conta os grandes objectivos do banco em matéria de desenvolvimento económico (...) A concessão de financiamento passou, assim, a estar condicionada por dois documentos fundamentais – o Poverty Reduction Strategy Papper (PRSP) e o Country Assistance Strategies (CAS) – que definem as perspectivas fundamentais em matéria de assistência a cada país e que vão passar a estar presentes de forma decisiva no ciclo de aprovação dos projectos” (Ferreira, 2004:244).

No sentido de diversificar a tipologia dos empréstimos, em “Agosto de 2004, um dos principais instrumentos de empréstimo do BM, os empréstimos para o ajuste, foi substituído pela nova Política de Empréstimos para o Desenvolvimento. Esta mudança de estratégia pretende adaptar o BM à nova conjuntura política e económica internacional, porém sem alterar os fundamentos e os princípios que norteiam a instituição desde os anos 80”(Vadell, 2004:1).

Para Vadell, o BIRD assume o novo papel de, junto com o FMI, “financiador dos ajustes macroeconómicos dos Estados em desenvolvimento, ou seja: 1. incrementar o apoio financeiro para fortalecer o desenvolvimento e para aliviar as dívidas dos países; 2. apoiar as reformas políticas, isto é, promover os investimentos para as políticas orientadas para o mercado (*market-friendly*) e; 3. encorajar o crescimento sustentável” (*ibidem*:2-3).

Na sequência de inúmeras solicitações de reforma das IBW atrás enumeradas, cabe citar, ainda, a de Setembro de 2006, realizada no quadro da Assembleia do FMI e do BIRD em Singapura, em que se iniciou uma ampla reforma das supracitadas instituições que, em teoria, visava ajustar a realidade actual da economia mundial, conferindo a representação dos países membros para que fossem equivalentes ao seu peso relativo na Economia global, melhorar a eficiência das instituições e aumentar a participação dos países em desenvolvimento.

O facto é que as divergências em termos de opinião acerca do funcionamento do BIRD continuam, pelo que Vadell concluiu que “o Banco Mundial continua sendo um banco e, como toda instituição dessa natureza, exige avais e impõe condições” (...); e, apesar de ter havido “uma auto-crítica da estratégia implementada, em nenhum momento o Banco se afasta dos princípios liberais económicos que defende desde os anos [19]80. Tratar-se-ia, agora, de reformas de segunda geração (...) [em que], alguns aspectos mais técnicos pouco mudam: a) para que os empréstimos sejam outorgados, exige-se que os países tenham políticas macroeconómicas satisfatórias; b) prevê-se uma estreita colaboração com o Fundo Monetário Internacional e, junto com isso, uma maior preocupação com a disciplina fiscal dos países prestatários” (*ibidem*:4).

Não obstante os países africanos serem, na sua totalidade, membros do BIRD, a fim de encontrarem mais soluções para o seu desenvolvimento, os próprios dirigentes têm apostado nos processos de integração económica e regional. Este assunto ocupará, a seguir, a nossa reflexão.

3.4 A integração para o desenvolvimento em África

3.4.1 Enquadramento

Dissertar acerca dos processos integracionistas (entenda-se, integração regional, política, social, cultural e económica) no continente africano leva-nos a ter previamente, a necessária abordagem em relação a certas realidades do continente que, de uma ou de outra forma, favoreceram os processos.

Nos seus ensaios, Hugon (1999) identificou cinco razões que dificultam o progresso das integrações em África, sendo de cariz social, históricas, de carácter geográfico, económica e política.

Servindo-nos de um critério estritamente económico, poderíamos dizer que existem várias Áfricas, “abrangendo os países de economia emergente, os países reformadores potenciais, os países de baixo rendimento e com perspectivas pobres de desenvolvimento, os países de baixo rendimento e sem perspectivas de desenvolvimento mesmo a longo prazo e, no fim da escala, os países actualmente sem perspectivas” (Pinto, 2005:182). Nesse quadro, importa igualmente sublinhar que a África conta com um legado colonial inclinada a abonar factores ao subdesenvolvimento que, em realidade, representam a acusação africana pela situação actual (Venâncio, 2000; Gobineau, 1983; Marques, 1999).

Outro aspecto relevante para a realidade dos países africanos tem que ver com as imitações, os modelos e as elites no período pós-independência que originaram conflitos entre os Estados/Nações recém-criados. Um sistema burocrático-institucionalizado responde apenas ao apelo ideológico vigente, que excluía a maioria dos cidadãos do processo de decisão e de participação nos problemas que afectam a vida das comunidades (Roque, 2002, 2005, 2007).

Destaca-se, ainda, a faceta do neocolonialismo como um modelo mais sofisticado de cooperação, na dificuldade dos decisores africanos em separar a Economia da Política e outros que, no fundo, tendem apenas a encerrar um primeiro painel de constrangimentos com que se deparam na hora de efectivar os processos de integração no continente.

Em síntese, talvez se deva concordar com Mosca (2002), quando este sugere a revisão dos paradigmas ao interpretar as realidades africanas, uma vez que o caminho ou a opção pelas integrações em África se deve também a outros obstáculos que se prendem com a emergência de novos conflitos, em questões de natureza separatista, nacionalista, étnica e outras³⁹.

3.4.2 Os processos integracionistas em África

Na sequência da abordagem sobre a integração económica, desenvolvida no capítulo II deste trabalho, pode-se dizer que qualquer processo integracionista “preconiza que os resultados da integração devem traduzir-se essencialmente numa melhoria do bem-estar económico no conjunto dos territórios integrados e devem, portanto, ter em conta todos os objectivos que influenciam esse bem-estar” (Lopes, 1963:27). Considerando as vantagens que advêm duma integração, Medeiros (1996) salienta a “fluidez das trocas no espaço envolvido pelo esforço da integração; substituição de produtos mais caros por outros mais baratos, oriundos de outros países parceiros; canalização dos recursos internos para a produção e exportação; maior facilidade de investimento; possibilidade de criação do comércio intra e inter-regional; e, também, que as economias do espaço integrado poderão ter maior competitividade e agressividade no mercado mundial” (Medeiros, 1996:584-585).

Para Martins & Vasconcelos (1995:9), a integração é entendida como “factor fundamental de organização e estabilidade num sistema internacional caracterizado pela difusão do poder e pela impossibilidade de qualquer país, inclusive os Estados Unidos, manter alianças estáveis a partir de alinhamentos estratégicos assentes em antagonismos consistentes. Ela é também a forma mais eficaz de conduzir a uma nova inserção regional e internacional dos países que, durante a guerra fria, encontraram no não-alinhamento e na gestão dos antagonismos das superpotências uma via peculiar de afirmação internacional que hoje perdeu motivação e sentido prático”.

Efectivamente, os processos integracionistas são lentos e complexos. E, como constatou Monteiro, são também marcados por dificuldades “e com fracassos e desistências pelo

³⁹ Como, por exemplo, as motivações do Referendo para a independência do Sul do Sudão; o problema de fundo que opõe Marrocos a Sahara Ocidental; os conflitos no Delta do Níger, conflitos entre a Etiópia e a Eritreia, entre outros.

meio, marcados por vários interesses económicos e políticos, a verdade é que a integração ainda é a melhor opção para a solução de muito dos problemas colocados pela necessidade do desenvolvimento dos povos e das regiões” (Monteiro, 2001:96).

Determinados no fortalecimento da *unidade* dos povos africanos, logo após as independências, os líderes africanos começaram a apostar em projectos de integração. Atentos à *teoria das integrações internacionais*, acredita-se que o método utilizado, na prática, para a realização desses processos são caracterizados, na sua maioria, por uma *integração informal ou negativa*, na medida em que “não se realiza nenhuma acção de aproximação [concreta e vinculativa] das economias positiva [no contexto de integração económica internacional], através do estabelecimento de parâmetros de enquadramento, instituições ou novas políticas, comuns ou não, para a concretização da integração” (Ferreira, 1997:21).

Para Torres (1999:122), de um modo geral, “a experiência neste domínio não regista, como já se disse, resultados animadores” no contexto africano, pelo que os motivos de estrangulamento são, na nossa opinião, os acima referenciados. Isto é, de índole assimétrico, tanto no domínio político quanto económico, geográfico e outros.

De facto, o processo de integração em África pode haver começado muito antes dos anos de 1960 (Torres, 1999). Porque os colonizados partiam do pressuposto que uma das armas susceptíveis de enfrentar o colonialismo era a união. Por isso, a lógica de integração africana partia do pressuposto de que era necessário integrar-se para vencer o “inimigo comum”, que era a colonização e os colonos. Prova disso pode ser encontrada nas “teses panafricanistas”, em que William Du Bois e Henry Williams diziam, em 1881, em Monrovia, que a “promoción de los africanos debe ser realizada por métodos que les sean propios. Ellos deben poseer un potencial distinto del potencial de los europeos (...). Debemos mostrar que somos capaces de avanzar solos, de abrir nuestro propio camino” (citado por Ki-Zerbo, 1972:387).

Não obstante o papel do então Presidente do Gana, Kwame Nkrumah, através da “tese sobre a independência total do continente” ou da criação dos Estados Unidos de África proposta pelo Presidente da Tânzania, Julius Nyerere, com vista a unir a África numa só

nação, abriram-se debates (como, por exemplo, o de Accra, em 1958, de Sanniquelli, em 1959, de Tunis, em 1960, do Cairo em 1961 e várias outras iniciativas) que pretenderam, única e exclusivamente, definir estratégias de integração no continente.

Na verdade, a década de 1960 merece maior atenção justamente porque foi quando surgiu a OUA que constituiu, de facto, o instrumento político de unidade que forçou, de forma indelével, as independências dos territórios ocupados, representando o reforço interno das primeiras comunidades económicas regionais do continente.

Anos mais tarde, recorda-se que, em termos económicos e numa comparação mundial, a expressão do continente africano é ainda insignificante, até porque são os próprios africanos os grandes instigadores dessa situação.

Para Trindade (2006:67), “os Estados africanos têm pouca experiência negocial entre si e concentram mais a sua actividade comercial com os países desenvolvidos e as antigas metrópoles do que com os seus vizinhos africanos”. O autor defende, em segundo lugar, que “há grande dificuldade dos parceiros do espaço integrado em estabelecer um entendimento quanto a novos produtos a produzir. Ou seja, dificilmente se sabe quem vai produzir o quê. Em terceiro lugar, é difícil compreender os espaços de integração sem a devida redução de tarifas. Isto é, como articular as exigências da integração com a circunstância de se estar perante economias frágeis que necessitam muito das suas receitas alfandegárias para combaterem as balanças de pagamentos negativas. Em último lugar, há grandes assimetrias dentro do mesmo bloco (como sucede na SADC [Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral] e na CEEAO [Comunidade Económica de Estados de África Ocidental]). Ou seja, é difícil harmonizar economias díspares como as da Serra Leoa e da Nigéria, para o caso da CEEAO, ou como as da África do Sul e do Lesoto, para o caso da SADC, e estabelecer devidamente os ganhos e as perdas”.

Uma vez que o propósito da integração regional africana é representar “motivos bastantes para se encarar (...) não só como uma das melhores soluções para o desenvolvimento, como a opção mais integradora para a resolução e prevenção de conflitos (...) fazendo com que a integração regional comece a ser vista como peça

importante do espírito emanando da máxima soluções africanas para os problemas africanos” (*idem*:33), não é menos verdade que essas mesmas integrações podem contribuir para a possibilidade de inverter o *estado de coisas* no continente, mesmo coexistindo certas realidades assimétricas entre os países do agrupamento.

Na obra de Torres, datada de 1999, que em abono da verdade, se afigura actual nos tempos de hoje, o autor defende que os processos de integração em África devem ser analisados, tomando três abordagens como preocupações: alternativas, recursos e obstáculos.

Diz-nos ainda Trindade (2006:34), em concreto, que “a integração regional africana pretende atingir quatro grandes objectivos:

- a) Transformar e tornar mais competitivas as economias africanas;
- b) Liberalizar a actividade industrial e comercial;
- c) Inserir a economia africana na economia mundial;
- d) Contribuir para a resolução de problemas políticos comuns, ajudar na resolução de conflitos e vencer o subdesenvolvimento”.

Com isto, a leitura que nos apraz fazer é que as pretensões africanas concernentes à integração económica caminham no sentido de alterar a natureza do próprio Estado/Nação, adaptado aos instrumentos dos chamados Estados modernos “assentes numa estrutura económica de produção de massa respondendo às necessidades reais das populações” (Torres, 1999, *ibidem*:126). Será este, de facto, o espírito dos povos e líderes africanos?

Segundo a Comissão Económica para a África (CEA), da institucionalização da OUA à NEPAD⁴⁰, contabilizam-se, em África, catorze comunidades económicas regionais e seis estruturas intermédias (Quadro 3.2)⁴¹. Porquanto, nesse percurso de, aproximadamente, quarenta anos, da institucionalização da OUA em 1963 à sua reforma que culmina com a apresentação da UA em 2001, foram-se criando

⁴⁰ Importa recordar que a estratégia/filosofia para a implementação da Nova Parceria para o Desenvolvimento de África tem como grande enfoque o aproveitamento dos processos de integração económica e regional existentes no continente.

⁴¹ Segundo a contagem da CEA, a mudança de nome - como OUA/UA, SADCC/SADC, é tido como a existencia de uma nova integração.

organizações regionais nas diferentes capitais africanas, com princípios provavelmente diferenciados, mas com o objectivo principal de encontrar saídas para o desenvolvimento do continente. Note-se, entretanto, que certos países africanos chegam a ser membros de duas, três e até quatro organizações regionais.

Quadro 3.2 – Os acordos de integração regional em África

Designação	Data de Fundação	Estados Membros	Sede	Nota
Organização da Unidade Africana (OUA)	25/05/1963	Os Estados independentes e os povos africanos	Addis Abeba	Não obstante as diferentes tentativas de criação de grupos e associações no continente, a OUA é aquela que teve a experiência mais durável e abrangente.
Comunidade Económica da África Oriental (CEAOR)	08/1965	Quénia, Uganda e Tanzânia	Arusha	
Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO)	15/05/1975	Benin, Burkina Faso, Cabo Verde, Costa do Marfim, Gâmbia, Gana, Guiné-Bissau, Libéria, Mali, Mauritânia, Níger, Nigéria, Senegal, Serra Leoa e Togo	Lagos	Muitos dos seus membros já tinham a experiência na medida em que haviam sido membros da União Aduaneira da África Ocidental (UDAO), em 1959. A 1 de Janeiro de 1974, países como Benin, Burkina Faso, Costa do Marfim, Mali, Mauritânia, Níger e Senegal empreenderam, em Abidjan, o projecto integracionista denominado “Comunidade Económica da África Ocidental” (CEAO).
Comunidade Económica dos Estados da África Central (CEEAC)	18/10/1983	Gabão, Camarões, R. C. Africana, Congo-Brazzaville, Chade, R. D. Congo, Ruanda, Burundi, Angola, São Tomé e Príncipe e Guiné Equatorial.	Libreville	Como antecedente, tem as suas raízes na antiga África Equatorial Francesa, União Aduaneira Equatorial, da União Aduaneira e Económica da África Central e Comunidade Económica dos Grandes Lagos.
Zona de Comércio Preferencial da África do Leste e da África Austral (PTA)	1981	Egipto, Etiópia, Eritreia, Comores, Djibuti, Quénia, Seychelles, Somália, Sudão, Maurícias, Burundi, Ruanda, Uganda, Moçambique, Namíbia, Tanzânia, Zâmbia, Zimbabué, África do Sul, Lesoto, Suazilândia, Madagáscar, Malawi e Angola.	-	A PTA abarcava, entretanto, cerca de metade os Estados africanos.
Mercado Comum da África Oriental e da África Austral (COMESA)	08/12/1994	Angola, Burundi, Comores, Djibuti, Eritreia, Etiópia, Quénia, Lesoto, Malawi, Maurícias, Moçambique, Namíbia, Uganda, Ruanda, Seychelles, Somália, Sudão, Suazilândia, Tanzânia, Zâmbia, Zimbabwe, Botswana, Madagáscar e África do Sul.	Lusaka	A COMESA forma, porém, um mercado de grande significância, não apenas a nível de comércio interno, como também externo.
Comunidade para Desenvolvimento da África Austral (SADC)	1980	África do Sul, Angola, Botswana, Lesoto, Malawi, Maurícias, Moçambique, Namíbia, R. D. Congo, Seychelles, Suazilândia, Tanzânia, Zâmbia e Zimbabué.	Gabarone	É transformada (SADCC para SADC) em Agosto 1992. Será, provavelmente, na actualidade, a mais conseguida experiência africana a nível de integração económica.
Comunidade dos Estados Sahelo-Saarianos (CEN-SAD)	04/02/1998	Burkina Faso, Chade, Líbia, Mali, Níger e Sudão	Tripoli	Referindo-se aos países signatários do acordo.
União Magreb Árabe (UMA)	17/02/1989	Argélia, Líbia, Marrocos, Mauritânia e Tunísia	Rabat	
Comunidade Económica Africana	05/07/1991	51 Estados participantes na 27.ª cimeira da OUA	Lagos	
União Africana (UA)	26/05/2001	Todos os Estados Africanos	Addis Abeba	
Nova Parceria para o Desenvolvimento Africano (NEPAD)	23/10/2001	Os Estados Membros da UA	Joanesburgo	A NEPAD tem como objectivo principal a promoção de uma nova dinâmica ao desenvolvimento de África, reduzir o fosso existente entre o continente Africano e os países desenvolvidos.

Fonte: dados extraídos de vários autores (Torres, 1999; Monteiro, 2001; Mosca, 2002; Trindade, 2006; Hugon, 1999 e CEA, 2002)

Todavia, e porque urge *definir a prioridade de integração regional em África* (Comissão Económica para África, 2002), tudo aponta que, não apenas pela coincidência de datas, mas sobretudo pelo conteúdo, as preocupações levantadas pela CEA são, em grande medida, acolhidas pela NEPAD, uma vez que, no capítulo das “Condições necessárias para o desenvolvimento sustentável de África”, a abordagem defendida seja a diferenciação dessa estratégia – NEPAD – com todas as demais iniciativas de desenvolvimento anteriormente implementadas no continente, que serão retomadas no capítulo IV desta tese.

3.5 A cooperação para o desenvolvimento africano

Confrontando a teoria com a prática, em matéria de cooperação para o desenvolvimento, depara-se, no mínimo, com uma leitura antagónica a este respeito. Um dos exemplos é apresentado por Silva (2003), enquanto caracteriza a *convulsão internacional*. Segundo o autor, “se a última vaga da globalização permitiu reduzir a pobreza em termos absolutos, agravou por outro lado a situação da pobreza relativa (20% da população mundial controla 80% da riqueza mundial)” (Silva, 2003:46). Cauteloso com essa interpretação, Sachs relaciona as partes do “problema” – ricos e pobres – para, depois, as caracterizar como um teatro de sombras, isto é, “muitos países pobres simulam reformas, enquanto os ricos simulam ajudá-los, levando o cinismo até um nível bastante alto” (Sachs, 2006:394). Da parte dos países ricos, Dollar, o então Director do *Development Research Group*, do BM, ao dissertar sobre a ajuda ao desenvolvimento, as reformas e a redução da pobreza em África, defende que o seu “argumento básico vai ser o de que a chave para África prosperar consiste em mais reforma económica” (Dollar, 2001:101).

A palavra “pobreza”, como significado de carência de recursos económicos e sociais, rima, em boa medida, com o subdesenvolvimento, e ao contrário parece também haver uma justaposição. Atento à pobreza, bem como aos factores para a sua melhor interpretação, Chossudovsky chegou a intitular uma das obras de referência de *A Globalização da Pobreza e a Nova Ordem Mundial* (2003).

Noutra perspectiva que não a de Chossudovsky, Dollar afirma que “nos últimos dez anos a África subsariana praticamente não teve crescimento do rendimento *per capita* nem redução significativa da pobreza. Uma vez que o resto do mundo está a crescer, isso significa que a África subsariana como um todo está a ser deixada cada vez mais para trás” (*ibidem*:101).

Francamente, a luta contra o flagelo da pobreza é uma “batalha” que as sociedades africanas vêm travando desde a proclamação da independência. Todavia, incapazes de as vencer por iniciativa própria, num mundo cada vez mais global, os parceiros de cooperação e a comunidade internacional, no seu todo, têm-se desdobrado em apelos no sentido de lograr uma conjugação de esforços, de parte a parte, a fim de se criar

uma “aliança” global para acabar com a pobreza, fazendo da redução da pobreza um objectivo central da cooperação internacional para o desenvolvimento (Sachs, 2006:390-447).

Este apelo, ou melhor, o reforço deste apelo de cooperação para uma aliança global em favor do desenvolvimento tem algum tempo. Repare-se, por exemplo, que as abordagens ao tema do desenvolvimento, no decurso da *Guerra Fria*, em pouco ou nada conduziram aos resultados esperados, na medida em que as acções eram todas bipolarizadas, obedecendo, por isso, aos preceitos de natureza geoestratégica em consequência das concepções político-ideológicas vigentes. Desta forma, a “mudança” desse paradigma ocorre, de facto, com a queda do Muro de Berlim e das inúmeras iniciativas que se lhe seguiram, com particular destaque para o *Consenso de Washington*, de 1989, que incorporava uma lista de recomendações dirigidas aos países dispostos a reformar as suas economias, nomeadamente:

- 1) disciplina fiscal – para reduzir os elevados e periódicos *deficits* fiscais que contribuem para a inflação e fugas de capital;
- 2) reforma tributária –reduzir e otimizar a cobrança de impostos sobre a produção e a circulação de mercadorias e serviços;
- 3) taxas de juros – os mercados financeiros domésticos devem determinar as taxas de juros de um país; as taxas de juros reais e positivas desfavorecem fugas de capitais e aumentam a poupança local;
- 4) taxas de câmbio – países em desenvolvimento devem adoptar uma taxa de câmbio competitiva que favoreça as exportações, tornando-as mais baratas no exterior;
- 5) abertura comercial – a redução de tarifas alfandegárias e liberalizaçãodo comércio internacional;
- 6) investimento directo estrangeiro – investimentos estrangeiros podem introduzir o capital e as tecnologias que faltam no país, devendo, portanto, ser incentivados;

- 7) privatização – reduzir o papel dos Estados como empresários nas economias nacionais;
- 8) desregulamentação– a regulação excessiva pode promover a corrupção e a discriminação contra empresas menores, por isso, deve-se favorecer a livre iniciativa;
- 9) direito de propriedade – os direitos de propriedade devem ser aplicados; sistemas judiciais pobres e leis fracas reduzem os incentivos para poupar e acumular riqueza.

A década que antecedia a entrada do novo milénio augurava, assim, uma nova visão de cooperação internacional, adaptada naquilo que certos autores chamam de “terceira revolução industrial” (Toffler, 1984; Neves, 2006), fazendo com que todos tivessem, aparentemente, as mesmas condições para cooperar em prol dos seus povos, países ou regiões.

Segundo o PNUD, das 37281 redes de ONG existentes no ano de 2000, um quinto dessas haviam sido criadas depois de 1990 (PNUD, 2002:102), isto é, depois do fim da bipolaridade. As ONG passariam a constituir, assim, mais um actor de elevada importância em matéria de cooperação, pela especialização em determinadas áreas de intervenção (Lindenberg & Bryant, 2001).

Pensa-se que a pouca projecção, tanto da OUA, como da UA, em matéria de cooperação seja um dos motivos pelas quais os seus membros preferem fazê-lo de forma isolada. Todavia, assistiu-se, igualmente em África, como resposta a este “vazio”, a uma investida de cooperação bilateral por parte dos países, ONG e organizações internacionais extra-africanas, o que leva a pensar na necessidade de um melhor posicionamento que passa pelo desempenho de um papel de mobilizador de recursos ao mais alto nível por parte das instituições africanas para o desenvolvimento africano.

Como prova disso, certos autores, como Kissinger (1995) ou Soros (2003), defendem a cooperação como parte das políticas externa e interna dos Estados. Conquanto, face

à descoordenação da cooperação⁴², Ormerod (2000) defende que a África está cada vez mais pobre, uma vez que o rendimento *per capita* do continente pouco mais excedia em 2000 a 35% se se compararmos, em período homólogo, ao da Europa ocidental. Salientando ainda que no passado os números esses já haviam correspondido a 15% e 10%, respectivamente, entre os anos de 1950 e 1992.

Se por um lado a justificação dos 15% registados na década de 1950 prendia-se com a independência dos países, como todo o processo de (re)organização que o assunto impõe, o decréscimo assentado no espaço de 42 anos para os 10% da década de 1992 é provada com um número significativo de países africanos que se abria ao multipartidarismo não por se tratar de um “caminho” errado mas, antes, pelo nível de desenvolvimento encontrado. Com efeito, outra justificação prende-se com a escalada de conflitos e guerras ocorridas na supracitada década nos países africanos.

Certos autores (Lopes, 2003; Mosca, 2004; Ki-Zebero, 2006) trazem à preocupação de saber, em matéria de cooperação entre países em vias de desenvolvimento e desenvolvidos, quem, de facto, ajuda quem.

Torres (1995) oferece a seguinte leitura a respeito da falta de informação ou desinformação, que “há na África, como noutros locais, uma opinião pública que não está tão pouco informada como alguns julgam, especialmente nos assuntos que lhe dizem directamente respeito. Quando o poder sabe dialogar com o cidadão e dá garantias de boa-fé, a opinião pública pode aceitar sacrifícios que, de outro modo, criariam forte instabilidade política. E a razão por que as reformas devem estar em consonância com a sociedade civil” (Torres, 1995:13). Isto é, há toda uma sociedade civil africana que reclama, em favor do bem-estar comum, a participação, tanto antes, como depois dos pleitos eleitorais, para que não fique a ideia de que a cooperação internacional é feita entre elites, mas com países (Henderson, 2003).

⁴² A fim de encontrar uma harmonização, apropriação, alinhamento, gestão e responsabilização das ajudas internacionais, a Organização das Nações Unidas adoptou, em Março de 2005, a “Declaração de Paris sobre a eficácia das ajudas” como um documento orientador, tanto para os países doadores, como para os receptores das ajudas externas.

A comunidade internacional, provavelmente preocupada com a situação, tomou algumas medidas que levassem o “mundo” subdesenvolvido (em que a África está inserida) a almejar o desenvolvimento no novo milénio.

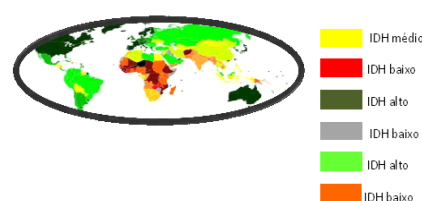
3.6 A África e o Desenvolvimento do Milénio

Em 2000, a Assembleia Geral das Nações Unidas adopta a Declaração do Milénio, relançando um processo visto como decisivo da cooperação global no século XXI, através dos ODM, com um prazo de 15 anos para o seu cumprimento. No oitavo e último compromisso, o objectivo é o de “desenvolver uma parceria global para o desenvolvimento”. A esse respeito, já decorridos 9 dos 15 anos propostos, que balanço se pode fazer, no contexto africano, a este respeito?

Segundo o Relatório de Progresso dos ODM (2010), “parece actualmente improvável que estes possam ser atingidos. Os governos africanos devem intensificar os progressos, com o apoio dos doadores internacionais. No entanto, estes governos deverão, igualmente, estar dispostos a realizar uma escolha difícil. Com constrangimentos temporais e recursos humanos e financeiros escassos, terão de escolher entre atingir todos os objectivos na data prevista ou atingir algumas metas que considerem de maior importância para o seu desenvolvimento a longo-prazo” (Relatório de Progresso dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, OCDE/BAD, 2010:1)

O posicionamento de países africanos em matéria de indicadores do desenvolvimento humano (Figura 3.1) faz menção que é no continente africano que se concentra o maior número de pobres do mundo.

Figura 3.1 – Representação de indicador do desenvolvimento humano



Segundo o relatório do PNUD (2009), cerca de 2,8 mil milhões de pessoas, 20% da população mundial, vivem com um rendimento equivalente a menos de 2 dólares por dia, dos quais 1,2 mil milhões vivem com menos de 1 dólar. Esta situação é particularmente dramática na África Subsariana, em que 87% da população do grupo de países menos desenvolvidos desta região vivia com menos de dois dólares por dia.

Procurando soluções no terreno para acabar com a pobreza, Sachs (2006), enquanto membro da missão Milénio da ONU⁴³, salientava que “o fim da pobreza exigirá uma rede de cooperação global entre pessoas que nunca se encontraram e que não confiam necessariamente uma nas outras”. Isto é, recorreu-se, entretanto, a uma problemática que viria a contextualizar a solução proposta, e que era: “se os pobres são pobres devido à preguiça ou porque os seus governos se caracterizam pela corrupção, como poderá a cooperação global ajudar?” (Sachs, 2006:335-359).

De facto, e como Sachs sublinha, em matéria de cooperação, ajuda e luta contra a pobreza, há muitas “ideias feitas [que] constituem concepções erradas, sobre a razão pela qual os pobres são pobres” (*ibidem*). Por isso, o autor ostenta que o desafio mundial que permanece não é sobretudo ultrapassar a preguiça e a corrupção, antes atacar o isolamento geográfico, as doenças, a vulnerabilidade aos choques climáticos e outros factores semelhantes por meio de novas estruturas de responsabilidade política capazes de o fazer.

Como conclusão, Sachs e a equipa da ONU convergiram na ideia de que “doadores deviam sentar-se à mesa com os líderes governamentais e dizer: gostaríamos de ajudá-los a aumentar a escala das cinco grandes intervenções nas aldeias do Quénia, para vos dar a capacidade de assegurar que todas as pessoas pobres têm acesso a factores produtivos agrícolas, saúde, educação, electricidade, transportes e comunicações, água potável e saneamento. Vamos, em conjunto, conceber um sistema orçamental e de gestão que possa chegar às aldeias e que assegure por todo o país um conjunto de intervenções que se possa fiscalizar e gerir, e cuja escala se possa ir alargando. Estamos

⁴³ A missão Milénio foi um projecto do então Secretário-Geral da ONU, Kofi Annan, que visava compreender a situação de comunidades desfavorecidas e de trabalhar com os habitantes locais para identificar formas de ajudar essas mesmas comunidades, por todo o mundo, no sentido de atingirem os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, que consistia na redução da pobreza extrema, da fome, das doenças e da falta de acesso a água potável e a saneamento (Sachs, 2006:338).

preparados para pagar se os senhores estiverem preparados para assegurar uma boa governação neste projecto histórico(Sachs, 2006:351).

Com uma abordagem noutra ângulo, Dollar, discorrendo sobre o mesmo assunto e sobre o mesmo contexto, focaliza a sua abordagem na necessidade da reforma económica como boa para o crescimento económico, ou seja, partindo do princípio de que “a estabilidade macroeconómica é importante e de que a abertura ao comércio externo e ao investimento directo estrangeiro são bons para o crescimento económico”. Todavia, antes, necessário se torna existir “o funcionamento básico do governo”. Por isso, exhibe-se o “conceito de boas políticas económicas para o desenvolvimento” (Dollar, 2001:101-109).

Socorrendo-se de exemplos concretos, o autor investigou uma realidade acerca do aparelho produtivo, com a mesma tecnologia básica, o mesmo capital, mão-de-obra e com a mesma formação, no Quénia e na Tailândia. Neste último país, a “mesma fábrica com investimento estrangeiro é 200% mais produtiva na Tailândia do que no Quénia.”. Não obstante as considerações relacionadas com a falta de “algumas funções básicas de governo”, precisou igualmente que “além disso, o nível de corrupção que é mais elevado no Quénia do que na Tailândia”. Desta forma, salienta que o conceito de “boa política económica vai para além dos macroelementos chegando ao fornecimento fundamental de serviços públicos (...) e inclui também políticas sectoriais”. Por isso, toma países como o Uganda, o Gana e Moçambique como bons exemplos de progresso na reforma macroeconómica. Por isso, como conclusão, “considerar mais importante é que há políticas a nível macro e a nível sectorial que empurram realmente os países para o desenvolvimento” (*ibidem*:101-109).

Independentemente das posições apresentadas, julga-se que não se pode descurar, entretanto, que, por exemplo, “a questão do desenvolvimento adquiriu, após os acontecimentos de 11 de Setembro, uma renovada actualidade. É certo que, nos últimos 30 anos, o crescimento económico mundial, a ajuda ao desenvolvimento e à cooperação, contribuíram para significativos avanços em muitos indicadores. A esperança média de vida, por exemplo, passou, nos países em desenvolvimento, de 60 para 70 anos, e as taxas de mortalidade infantil e de analfabetismo foram reduzidas em metade” (Silva, 2003). Todavia, com a particular atenção ao somatório dos

países africanos, Sousa (2008:26) realça que “tem vindo a registar-se uma taxa de crescimento do nível da actividade económica acima do que se convencionou designar de «tendência histórica», o que terá sido consequência das políticas macroeconómicas e estruturais implementadas, bem como da evolução favorável dos preços dos produtos primários”.

Desta forma, somos de opinião que tanto Sachs (2006) quanto Dollar (2001) se convergem no objectivo final que é o desenvolvimento. Porém, no que concerne aos procedimentos, Dollar deixa em entrelinhas a sua preferência pelas actuais práticas das IBW, que a única via para o desenvolvimento africano é a necessidade de se imprimir um maior número de reformas económicas. Sachs por seu turno procura transmitir, tal como defendemos, a ideia da necessidade das partes (África/Parceiros de desenvolvimento) se convergirem em matéria de procedimentos, propondo o envolvimento das chamadas “forças vivas do País” para o bem comum, da nação.

No quadro das *Ajudas Públicas ao Desenvolvimento* (APD), as *Perspectivas Económicas na África* da OCDE e do BAD (2011) conferiam que, na base para os compromissos de Gleneagles⁴⁴, a África tem subido gradualmente na última década, de 15 mil milhões, no ano de 2000, para 30 mil milhões, em 2004, e 48 mil milhões, em 2009.

Segundo a mesma fonte, apesar desta subida, os doadores correm o risco de não conseguirem cumprir os compromissos assumidos, uma vez que, em termos reais, a APD global para África, em 2009, alcançou os 38 mil milhões de USD e 42 mil milhões em 2010, o que faz com que estejam 13 mil milhões (ou 24%) abaixo da meta.

Mesmo assim, é possível dizer que a cooperação internacional para o desenvolvimento africano resulta ser de extrema importância. Uma vez que é entregue à NEPAD a condução desta tarefa, sobretudo no capítulo económico, há toda uma necessidade de se clarificarem os mecanismos dessa cooperação, envolvendo mais a sociedade civil como parte da captação das ajudas e de resolução dos problemas africanos. Antes, importa entender o enquadramento africano em matéria de paz e de segurança que resulta ser de capital importância para o desenvolvimento.

⁴⁴Refere-se aos compromissos assumidos pelos países industrializados, G8, na Cimeira de 2005, em Gleneagles, na Escócia, o seu cometimento rumo a assegurar que os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio da ONU sejam alcançados até 2015, como acordado.

3.7 África/UA: Paz e Segurança e os desafios na nova ordem mundial

3.7.1 Enquadramento

Como conceito, *ordem internacional* ou, se se preferir, o *sistema internacional* na sua dimensão funcional de verificação empírica, é instrumento teórico-analítico fundamentais para o estudo das relações internacionais (Moreira, 1999).

Posto isto, importa ainda recordar que o objectivo basilar e prioritário para a criação da ONU é o de facilitar a cooperação em matéria de direito internacional, segurança internacional, desenvolvimento económico, progresso social, direitos humanos e a realização da paz mundial (Santos, 1996; Moreira, 1999).

Para esse fim, e em particular no capítulo da Paz e Segurança internacionais, a ONU, como consta na sua Carta, deve: "tomar medidas colectivas eficazes para prevenir e afastar ameaças à paz e reprimir os actos de agressão, ou outra qualquer ruptura da paz e chegar, por meios pacíficos, e em conformidade com os princípios da justiça e do direito internacional, a um ajustamento ou solução das controvérsias ou situações internacionais que possam levar a uma perturbação da paz" (Carta da ONU, art. 1.º, n.º 1). Quer isto dizer que a prevenção de conflitos passaria, desta forma, a configurar-se na agenda internacional, desde o final da Segunda Guerra Mundial, através da ONU, a fim de lograr estratégias globais e coerentes de prevenção de conflitos e o objectivo último que é de promover uma paz duradoura favorável ao desenvolvimento sócio-económico dos Povos do mundo.

Com efeito, verificação empírica levou certos autores a concluir que, do intervalo temporal que vai da Segunda Guerra Mundial (1945) a 11 de Setembro (de 2001), a evolução em matéria de segurança internacional prendeu-se com a dificuldade de aceitação por partes dos diferentes actores do facto que a situação vigente não se coadunava com certas práticas que marcaram o anterior período (Sacchetti, 1996:30).

Em complemento disso, Santos (*ibidem*:81) salienta que "a evolução do contexto internacional após 1989 gerou a perplexidade generalizada dos analistas. A idealização de uma nova ordem mundial perspectivada por Bush [pai] após a Guerra do

Golfo, transformara-se rapidamente num elemento de «wishful thinking» aparentemente incompatível com as capacidades da superpotência remanescente”.

De notar que os acontecimentos de 11 de Setembro de 2001 contribuíram para redefinir a ordem internacional no que concerne à paz e à segurança, uma vez que surgiu desse acontecimento um novo actor que é caracterizado pela sua natureza imprevisível, o *terrorismo*⁴⁵.

Segundo Sacchetti, “a imprevisibilidade dos conflitos resulta não só da rápida mudança de atitude desses responsáveis [governantes e chefes de grupos nacionais mais ou menos importantes] como das dificuldades e da oposição que encontram ao tentarem concretizar as suas aspirações, ou ainda da perda de controlo de crises involuntariamente criadas durante o processo de evolução”, (Sacchetti, op. cit., p. 27-33).

Para fazer face a essa situação, a comunidade internacional apresentou como solução/resposta o apelo à união internacional na luta contra o terror que passaria a constituir, deste modo, o novo desafio à paz e à segurança internacionais⁴⁶.

Entretanto, como complemento dessas iniciativas globais, os Estados e as Organizações regionais, de forma conjunta ou isolada, protagonizaram iniciativas de resposta ao terror.

Os Estados Unidos da América, entre outros, apresentaram a *National Security Strategy*, em Setembro de 2002, e a *National Security Strategy for Combating Terrorism*, em Fevereiro de 2003. A França aprovou a *Lei de Programação Militar 2003-2008*, em

⁴⁵ Embora seja de difícil definição, Pascal Boniface analisa-o em duas dimensões. A interna e a externa. Do lado interno, o terrorismo é um preliminar ou um substituto da guerra. Pode anunciar a guerrilha ou a guerra civil. Quando externa ou internacional, o terrorismo representa, em geral, uma estratégia indirecta de pressão subtil dirigida contra alguns Estados em períodos em que a guerra não é possível (*Guerra Fria*), ou em que a paz é recusada (*Dicionário das Relações Internacionais*, 2001:318)

⁴⁶ Com isso, o Conselho de Segurança aprova a resolução 1373 que, nos termos do Capítulo VII da Carta da ONU, obriga todos os Estados Membros a adoptarem “medidas vinculativas, não contra um Estado, sob a forma de sanções, mas a todos os Estados, tendo em vista evitar actos de terrorismo a nível mundial. A resolução estabelece obrigações comuns para todos os 191 Estados Membros da ONU, indo assim mais longe do que os 12 Tratados internacionais existentes, que só se aplicam aos países que aderiram a eles. Os parágrafos dispositivos da resolução 1373 requerem dos Estados Membros que recusem todas as formas de apoio financeiro aos grupos terroristas, deixem de proporcionar refúgio seguro, sustento ou apoio a terroristas e partilhem com outros governos informações sobre qualquer grupo que pratique ou planeie actos terroristas” (Resolução 1373 do Conselho de Segurança das Nações Unidas).

Setembro de 2002. A UE, por seu turno, exibiu a *Estratégia Europeia de Segurança – Uma Europa Segura num Mundo Melhor*, em Dezembro de 2003, e a *Estratégia da União Europeia contra a Proliferação das Armas de Destruição Massiva*, em Dezembro de 2003. Estas e outras iniciativas, segundo Tomé (2005:140), “(...) referem a necessidade de prevenir e «antecipar» os ataques e controlar o tráfico de materiais susceptíveis de produzir armas nucleares, químicas e biobacteriológicas. Serviços de intelligence, vigilância, controle, prevenção, cooperação internacional e acção colectiva são, por isso, vitais. Todos reconhecem também que a ‘guerra contra o terror’ implica uma vasta gama de actividades: diplomacia, pressão política, medidas económico-financeiras, auxílio ao desenvolvimento, sendo as acções militares e secretas uma opção”.

Visto, entretanto, que as organizações internacionais podiam servir de condutor para essa nova visão em matéria de resolução de conflitos, reestruturando, desta forma, o seu paradigma no contexto internacional, impõe-se questionar, a esse respeito, que papel desempenha a África/UA em matéria de paz e segurança e os desafios na nova ordem mundial.

3.7.2 OUA: prevenção, gestão e resolução de conflitos

Numa breve referência à década de 1990, dir-se-ia que “formalmente em Junho de 1992, na sua vigésima oitava reunião em Dakar, no Senegal, a Assembleia da OUA aprovou o princípio da criação de um Mecanismo de Prevenção, Gestão e Resolução de Conflitos. Um ano mais tarde, em Junho de 1993, com a adopção da Declaração de Cairo (...) estabelecia formalmente o Mecanismo Central para a Prevenção, Gestão e Resolução de Conflitos” (Cardoso & Ferreira, 2005:40). Os autores salientavam ainda que, em 1994, “o Mecanismo criou uma Divisão de Gestão de Conflitos e formalizou um instrumento associado, o Fundo da Paz, tornando o braço operacional do Mecanismo” (*ibidem*) que passaria, deste modo, a desempenhar um papel determinante em matéria de paz e segurança no continente.

Em 1995, o plano viria a concluir-se ineficaz, segundo o subsecretário da OUA, ao afirmar que “a nossa experiência no decorrer do último ano e meio com o Mecanismo [Central] revela claramente duas deficiências: a primeira, são as nossas insuficiências para podermos operacionalizar completamente o Mecanismo para evitar que conflitos

incipientes se venham a intensificar e transformar em conflitos em grande escala devido, sobretudo, à falta de uma rápida troca de informações relacionadas com situações de conflito no seio dos Estados membros. O segundo problema que o Secretário-geral enfrenta na operacionalização do Mecanismo encontra-se na área da manutenção da paz” (*ibidem*:41). Estas palavras espelham, no fundo, um vazio estratégico na matéria em discussão. Aliás, pensa-se que a questão da paz e a segurança em África resulta ser de capital importância, na medida em que a ausência desta implica, por inerência, colocar à deriva os esforços para o desenvolvimento sócio-económico empreendidos para inverter o *status quo* no continente.

Teria sido provavelmente com essa motivação que os Chefes de Estado e de Governo africanos se reuniram em Maputo, Moçambique, em 2002, naquela que foi a primeira Cimeira após a apresentação oficial da UA, em Durban, para se proceder ao balanço de conflitos que se arrastavam para o novo milénio⁴⁷.

3.7.3 Tensões civis em África

Para Bernardino (2008:1), “actualmente a insegurança em África afecta por via da globalização a estabilidade mundial, perturbando directa e indirectamente outros espaços geoestratégicos, constituindo-se por esse motivo num permanente desestabilizador do Sistema Político Internacional”.

Segundo o Instituto Heidelberg (2009) e o Centro de Estudos da OCDE e do BAD (2010), a África constitui ainda “a região do mundo com o maior número de missões de manutenção da paz, não se tendo registado alterações em 2009. As missões actuais incluem: a UNAMID na região sudanesa do Darfur; a UNMIS no Sudão; a UNOCI na Costa do Marfim; a UNMIL na Libéria; a MONUC na República Democrática do Congo; a MINHURSO no Sahara Ocidental e em Marrocos; e a missão de construção da paz BINUB no Burundi. A missão de manutenção da paz na Guiné-Bissau – UNOGBIS – foi transformada num gabinete integrado para a construção da paz. Esta transformação deveu-se aos eventos dramáticos de Março de 2009 e à janela de

⁴⁷ Segundo o Instituto de Estudos Estratégicos Internacionais de Portugal (2005), considera-se, a título de exemplo, a lista de conflitos que foram discutidos na Cimeira da União Africana em Maputo (ainda em 2002). A nível interno: Somália e Sudão, a tensão entre o Sudão e a Eritreia, sobre a República Democrática do Congo (RDC) e sobre o Burundi, sobre o golpe de Estado na República Centro Africana, a crise na Costa do Marfim e, por último, a situação na Libéria. Contudo, uma série de outros conflitos ou situações de instabilidade marcam a actualidade africana.

oportunidade criada pelo restabelecimento da estabilidade política após as eleições presidenciais. Na República Centro Africana e no Chade, a MINURCAT assumiu a posição da EUFOR (missão da União Europeia – PESD)” (OCDE/BAD, Setembro, 2010).

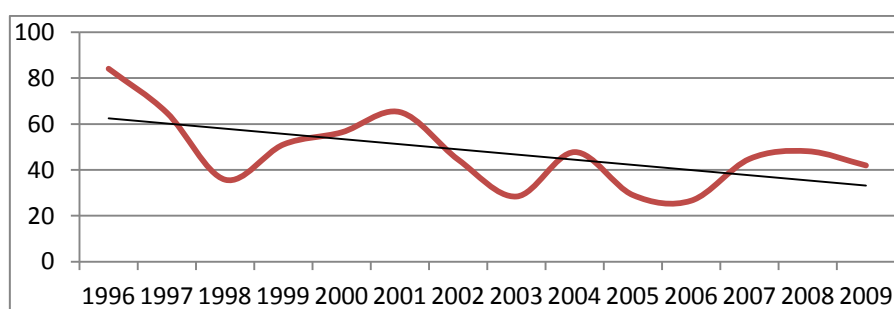
Mais recentemente, a UA prorrogou o seu mandato por um período de mais três meses sobre a missão AMISOM (Missão da UA na Somália). Não obstante isto, encontra-se activa na região de Darfur a UNAMID (Missão das Nações Unidas e da UA em Darfur) que é, no fundo, uma missão conjunta entre a ONU, a UA e a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN).

É de destacar também que, embora não seja uma missão como tal, a UA tomou posição a respeito da situação da Guiné-Conakri com a morte do então Presidente Lasana Conté (1934-2008), suspendendo o país do concerto da União e impondo sanções e um embargo de armas após o exército ter tomado o poder.

A Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental – CEDEAO – adoptou, igualmente, as medidas impostas pela UA, não apenas à Guiné-Conakri, mas também ao Níger, ao mesmo tempo que a UE aplicara sanções e um embargo de armas.

Segundo o *Indicador de Tensões Cívicas* do Instituto Heidelberg (Figura 3.2), de 1996 até ao ano de 2008, houve um aumento na ordem de cerca de 7,5%, a que se sucedeu um decréscimo que rondou os 12% em 2009, conferindo à África o segundo lugar naquele barómetro de conflitos, atrás da Ásia e da Oceânia. Há, efectivamente, um aumento de situações de instabilidade em aproximadamente metade dos 51 países incluídos na amostra de 2009, em comparação com os 18 analisados no ano anterior.

Figura 3.2 - Indicadores de tensões cívicas em África (1996 – 2009).



Fonte: Instituto Heidelberg, 2009

A esse propósito, as autoridades africanas empreenderam esforços no sentido de dotar a UA de instrumentos para a prevenção de conflitos e para a manutenção da paz e segurança no continente⁴⁸, suprimindo, desta forma, uma das lacunas apontadas à OUA que, escondida na “não ingerência nos assuntos internos dos Estados membros”, impossibilitava qualquer tipo de intervenção mesmo quando eram “circunstâncias consideradas graves: crimes de guerra, genocídios, crimes contra a humanidade, mas também ameaças contra a ordem legítima” (Cardoso & Ferreira, 2005:39).

3.7.4 UA: Conselho de Paz e Segurança

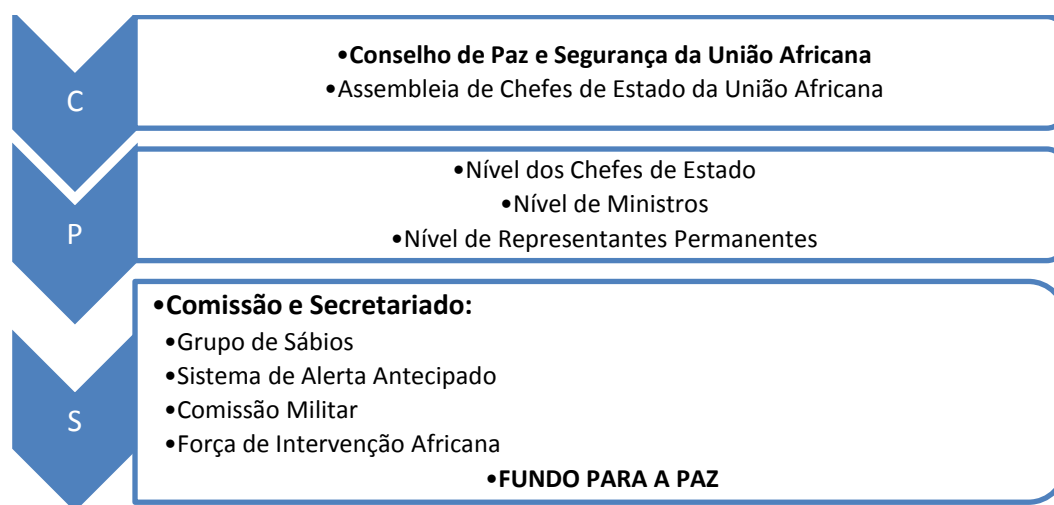
A UA, para celebrar o *Dia da África*, lançou a 25 de Maio de 2004, o seu Conselho de Paz e Segurança (CPS), uma versão regional do organismo homólogo da ONU como “um órgão permanente de tomada de decisão para a prevenção, gestão e resolução de conflitos. O Conselho de Paz e Segurança será um preparativo para a segurança colectiva e para o alerta antecipado com o objectivo de facilitar uma resposta atempada e eficaz para os conflitos e situações de crise em África”.

Para o maliano Alpha Oumar Konare, o então Presidente da Comissão da UA, a CPS constitui “um valioso instrumento para prevenir políticas que poderiam levar ao genocídio e suas decisões terão que ser aplicadas rigorosamente por todos os estados membros” (Konare, 2004).

O mesmo *Protocolo* estipulou a criação de uma nova arquitectura de paz para o continente (Figura 3.3) em que se estabelece um mecanismo de alerta antecipado de conflitos e uma força permanente para a manutenção da paz no continente assentes numa orientação política comum e num conselho de sábios que seguisse atentamente as questões de segurança.

⁴⁸ Na Assembleia dos Chefe de Estado e Governo Africanos de Durban decidiu-se, em matéria de paz e segurança, adoptar o Protocolo sobre o Estabelecimento do Conselho de Paz e Segurança, começando imediatamente o processo de ratificação de modo a entrar em vigor com a máxima urgência.

Figura 3.3 – A estrutura do Conselho de Paz e Segurança da União Africana



Assim sendo, é possível dizer que a condição primeira para o desenvolvimento africano passa pela existência de um ambiente de paz e de segurança, nos países membros da UA, no continente e, em face à imprevisibilidade dos novos desafios da paz e da segurança internacionais, no mundo. Todavia, pensa-se que a implementação efectiva da nova arquitectura do CPS da UA, agregando mecanismos para a prevenção, gestão e resolução de conflitos, assim como para a reconstrução e o desenvolvimento pós-conflitos, é uma solução que vai neste sentido. Ademais, em debate sobre paz e segurança em África, o Secretário-Geral da ONU, Ban Ki-moon, depois de ter saudado os esforços da UA para prevenir e resolver os conflitos no continente africano, congratulava-se com o desenvolvimento, nestes últimos anos, da parceria entre a ONU e a organização regional *pan-africana*.

3.8 Síntese do capítulo

- ❖ Os dados e factos disponíveis asseguram que o continente africano e a UA congregam países e economias, no seu conjunto, subdesenvolvidas, com uma panóplia de práticas internas e externas que podem dificultar a implementação e a execução de projectos de desenvolvimento no continente.
- ❖ Debateram-se, a título de exemplo, 4 “dilemas”, a saber: a construção do Estado/Nação em África; o tipo de cooperação económica e financeira empreendidas pelos parceiros, sobretudo as IBW com os *Programas de Ajustamento Estrutural*; a concepção dos processos de integração como a via para o desenvolvimento; e o papel do continente em matéria de paz e segurança, bem como os desafios na nova ordem mundial.
- ❖ Embora a definição de *Estado* (nas três componentes: território, população e soberania) seja consensual, a sua abordagem no que concerne à constituição em África tem particularidades que têm que ver com a dinâmica de ambivalência cultural pela interacção da *pesada herança* colonial com a africana, à coincidência necessária de que o Estado “promove” a unidade política, enquanto a Nação fomenta a unidade histórico-moral, a experiência das subversões políticas ainda na fase de consolidação do próprio Estado, e outros.
- ❖ Embora se reconheça a pertinência dos *Programas de Ajustamento Estrutural* das IBW para corrigir os desequilíbrios macro-económicos nos países africanos, por razões várias, pensa-se que os mesmos teriam contribuído para a manutenção do subdesenvolvimento desses países.
- ❖ A integração económica tem sido uma das estratégias para o desenvolvimento comunitário. A África dispõe de um grande número de iniciativas integracionistas (como é o caso da própria UA ou de várias outras que a NEPAD utiliza para implementar a sua filosofia de desenvolvimento). Fica-se com a sensação de que os princípios e objectivos teóricos/práticos de integração não são partilhados de igual maneira pelos diferentes países que as compõem, normalmente pelo grau de assimetria que os separa.

- ❖ Embora seja notório o esforço dos doadores, a cooperação para o desenvolvimento africano aparenta ser uma miragem, uma vez que nenhum país membro da UA conseguirá cumprir até 2015 os ODM.

Para o desenvolvimento africano, importa ter igualmente presente a questão da “paz e segurança como desafios internacionais”, uma vez que o mesmo é determinante para o desenvolvimento sócio-económico do continente africano.

CAPÍTULO IV
PARCEIROS DE COOPERAÇÃO EXTRA AFRICANOS

4.1 Parceiros de Cooperação Extra Africanos

4.1.1 Enquadramento

As relações internacionais como prática de convivência (desejavelmente pacífica) entre os actores mundiais estão numa permanente mutação. Pensa-se, entretanto, que um dos motivos dessa mutação possa estar ligado à crescente interdependência que se vem impondo com o acelerar do processo da globalização económica. Aliás, não nos parece exagerado dizer que essas mutações reclamam a contínua actualização de convenções sobre os relacionamentos entre os mais variados actores internacionais.

O exemplo da conceptualização do novo paradigma do *polilateralismo*⁴⁹, como a nova dimensão da diplomacia contemporânea, marca, na nossa opinião, a essência da interdependência dos actores face à mudada conjuntura internacional – actores esses que se apresentam cada vez mais assimétricos, como Estados que tinham, em tempos, a exclusividade das relações internacionais, passando, igualmente, pelas Organizações Intergovernamentais, Não Governamentais, Grupos de Interesses, de Pressão e do próprio *indivíduo*.

Desta forma, ao vislumbrar-se o *renascimento* de África, tendo os deciores africanos colocados à cabeça a UA em representação dos legítimos interesses africanos, com a sua estratégia de desenvolvimento voltada para a captação de ajudas externas, confere pertinência o estudo em torno dos *parceiros de cooperação extra africanos* e a razão da escolha que recai sobre uns em detrimento de outros.

4.1.2 Pertinência da parceria para o desenvolvimento africano

Na verdade, “não é possível falar de um mundo independente baseado na paz e na justiça enquanto se ignorarem os problemas do continente africano” (Kissinger, 2003:188).

Da década de 1980 ao momento actual, pode dizer-se que a “sobrevivência” de certas estruturas macroeconómicas de países da UA se deve às ajudas internacionais, pelo

⁴⁹ Segundo Gana Fofang, o representante do sistema das Nações Unidas em São Tomé e Príncipe, na sua comunicação “La Diplomatie du developpement” (Ministério dos Negócios Estrangeiros, Cooperação e Comunidades, de 20 de Abril de 2009), definia “le polylatéralisme” como “la nouvelle dimension de la diplomatie contemporaine. Il implique par essence, une prolifération des acteurs. Des multiples Etat et acteurs non-étatiques participent ainsi simultanément aux négociations. Les négociations récentes sur le changement climatique et celles sur le régime global du commerce sont quelques illustrations de la nature changeante de la diplomatie” (Fofang, 2009:2).

que se tornaria difícil a concepção de uma estratégia de desenvolvimento africano que excluísse os parceiros de cooperação.

Para Kissinger (*ibidem*:196), “o continente [africano] é uma tragédia. Também é um desafio. A diversidade africana inibe uma acção concreta. A amplitude da sua crise, contudo, exige uma resposta significativa. Todavia, sem o compromisso moral (...) da comunidade internacional, a tragédia de África transformar-se-á no desastre vivo da nossa época”.

No contexto do diagnóstico do (sub)desenvolvimento africano discutido no capítulo III (e a consequente estratégia para inverter a situação a ser desenvolvida no capítulo V), configura-se o desejo da comunidade internacional, no sentido de se criar uma parceria mundial para o desenvolvimento reflectida no Objectivo 8 dos ODM.

Embora o tema do desenvolvimento seja também debatido como o factor de justiça nas relações económicas internacionais (Kolm, 1996), isto é, da teoria da justiça à lei do povo (Rawls, 1993; Alves, 2000; Luban, 1985; Ferreira, 2004), deve-se ter igualmente em conta que os Estados são soberanos, cabendo-lhes qualquer acção susceptível da sua materialização, desde que o mesmo não interfira de forma prejudicial com os princípios internacionalmente consagrados.

Para haver cooperação, subentende-se a existência de duas ou mais partes, sendo uma denominada de “receptor” e outra de “doador”. Nesse aspecto, os países africanos aparecem normalmente como os receptores. Quando assim não acontece, ouvi-se dizer (normalmente sem apresentar provas) que a África é uma placa giratório de avultados fluxos financeiros provenientes de países doadores que acabam por retornar sem ter contribuído para o efectivo desenvolvimento sócio-económico dos seus povos e países.

Cabe frisar ainda que, nessa relação doador/receptor, contabiliza-se em África um número ilimitado de doadores/parceiros internacionais. Em simultâneo, as práticas revelam que os princípios, objectivos e filosofias nem sempre estão harmonizados como preceitos da *Declaração de Paris sobre a eficácia das ajudas* que abordámos no capítulo III e que esperamos retomar no capítulo V.

Como veremos, a NEPAD procura que, em matéria de cooperação, a UA “fale” a uma só voz com os diferentes actores das relações internacionais, justificando, por outro lado, a pertinência da temática da parceria para o desenvolvimento africano.

4.2 Parceiros de cooperação

Na verdade, a tarefa de preferir uns parceiros em detrimento de outros, no quadro do desenvolvimento africano, parece ser a todo o tempo subjectiva, uma vez que, para a causa em debate, muitos outros parceiros exercem influências igualmente relevantes. Por isso, equacionaram-se alguns parceiros, nomeadamente, Rússia, Índia, EUA, República Popular da China (China), Brasil, UE e as IBW, pelo princípio de poder reunir um aparente *consenso* dos mais “influentes” no passado e no presente.

Desses parceiros, optou-se por uma análise de conteúdo, na expectativa de que esta abordagem teórica poderá potenciar a identificação de elementos de mais-valias para o desenvolvimento africano.

4.2.1 Matriz das possíveis áreas de cooperação

Aparentemente, qualquer um dos parceiros escolhidos poderá cooperar com a UA nas dez áreas equacionadas para o desenvolvimento do continente (Matriz 5.1). Todavia, a nossa interpretação tem como justificação as possibilidades das “mais-valias”, isto é, parte-se do pressuposto de que, uma vez identificados os dilemas do subdesenvolvimento em África, a cooperação internacional para o seu desenvolvimento deve ter como “filosofia” a reunião de vários parceiros para aquela causa, disponibilizando uma cooperação nas áreas definidas e que, comparativamente, entre os parceiros, registam um desenvolvimento (mais-valia) assinalável.

Matriz 5.1 - Domínios equacionados para uma cooperação entre a África e os parceiros julgados mais relevantes

Parceiros	Defesa, Paz e Segurança	Governança democrática e Direitos Humanos	Comércio, integração regional e infra-estruturas	Objectivos de Desenvolvimento do Milénio	Energia	Perdão Dívida	Alterações climáticas	IDE	Migração, mobilidade e emprego	Ciência, sociedade da informação e espaço
EUA	X	X	X	X		X				X
UE	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
China			X	X	X	X		X	X	
Brasil			X	X		X	X	X		X
IBW		X	X	X		X	X		X	

4.3 A tipificação da cooperação e da parceria

4.4 A Cooperação com os Estados Unidos da América

4.4.1 A mais-valia da cooperação com os EUA

Os EUA são, desde o final da Guerra Fria, a única superpotência mundial. Para afirmar essa hegemonia, os EUA adoptaram uma estratégia que visou criar, promover ou redefinir uma série de instituições de cariz supranacional (como, a nível político, a ONU, a nível militar, a OTAN, nos assuntos económicos, as IBW, e outras), que lhes permitisse, mesmo na ausência de *consensos*, uma série de práticas de comportamento internacional, convergindo a segurança nacional com a segurança global (Valladão, 1998).

De forma sintética, pode-se dizer que os EUA definiram três áreas preferenciais de intervenção na arena internacional, nomeadamente, em matéria de (1) paz e segurança internacional (luta contra o terrorismo, tráfico de drogas, ajuda humanitária, manutenção de paz, defesa do meio ambiente); (2) em matéria de Economia e desenvolvimento sustentável, procurando novos mercados para a promoção e exportação de produtos americanos, a coordenação macroeconómica de forma unilateral ou através das instituições internacionais legitimamente reconhecidas; e (3) em matéria de expansão do modelo democrático numa visão pragmática no sentido de “libertar” os povos “oprimidos” (Bush, 2003; Tomé, 2005; Santos, 2006; Ribeiro, 2007; Pinto, 2007).

Ogozo de um maior protagonismo por parte dos EUA como potência das relações internacionais acontece nos finais do século XIX. Repare-se, entretanto, que, por potência, como entende Joseph Nye (2004), *hard* e *soft power*, é – *hard power* – a capacidade do detentor de poder impor a sua vontade mediante o recurso à ameaça ou força, mesmo armada, enquanto o *soft power* é o poder de convicção e de atracção da vontade alheia.

4.4.2 Domínios de cooperação com África

As linhas de força identificadas na matriz 5.1 referentes aos EUA tendem a reflectir o enquadramento da mais-valia para uma cooperação para o desenvolvimento com a

UA. Todavia, importa dizer que, a “África pesa na consciência americana”. Kissinger (2003:187) defende em parte que esta importância advém do facto de uma parte significativa da população dos EUA ser originária de lá.

Repare-se, porém, que a cooperação, a amizade, a solidariedade entre as partes tem como antecedente os contributos, particulares e institucionais, de intelectuais nacionais e residentes nos EUA⁵⁰ nos primeiros anos do último milénio, que serviram para fortalecer a ideia de criação da OUA.

Antes de recordar que, em Julho de 1958, num “ambiente triangular” de defesa dos direitos cívicos, por um lado, da Guerra Fria, pelo meio e da descolonização, por outro lado, o então Presidente americano, Dwight David Eisenhower (1953 – 1961), e Richard Milhous Nixon (1969 – 1974) criaram, no Departamento de Estado americano, um Gabinete que se ocupasse dos assuntos africanos, gabinete esse que viria a assinalar uma visão integrada da política externa norte-americana para a África (GAA, 2008:6).

Assim, alternando os decisores e as políticas, mais ou menos intensivas, a cooperação entre as partes teve a sua continuidade, almejando a prosperidade para o continente africano, por um lado, e, por outro lado, fazendo valer o *soft power* e o *hard power* dos EUA na cena internacional.

Foi, por exemplo, o que aconteceu aquando da adopção do *Foreign Assistance Act.*, em 1961, ou do *Government Performance and Results Act*, em 1993, ou, ainda, da definição, em 1997, do plano estratégico da *United States Agency for International Development*⁵¹.

⁵⁰Nomes como o de Ralph Johnson Bunche (1904-1971) e o do sueco Gunnar Myrdal que, dentre outros, foi um dos co-autores da *An American Dilemma – O dilema americano* –, obra *best-seller* que aborda o problema dos negros e a democracia moderna. Isto é, os obstáculos para a participação plena dos afro-americanos na sociedade americana. Um estudo imparcial da década de 1944 que contou grandemente com a visão que tinha do assunto e que iria concorrer significativamente para o melhor desfecho da causa africana.

⁵¹ Segundo Trindade (2006), o plano albergou seis grandes objectivos, nomeadamente, o encorajamento do crescimento económico e o desenvolvimento agrícola; o reforço da democracia e a boa gestão pública; a valorização dos recursos humanos; a preservação do meio ambiente; a ajuda humanitária e a estabilização da população mundial, e a defesa da saúde humana.

Como fim da Guerra Fria, Kissinger (2003:188) defende que “não há qualquer razão estratégica para uma nova política [em África]”. Advogando ainda que “se a expressão ‘comunidade mundial’ tiver algum significado, deverá encontrar expressão em África” (*ibidem*). Isto é, para o autor, os contornos de uma nova abordagem para África se definem pela ausência de interesses decisivos em termos de segurança, na medida em que a África é o único continente onde um programa político, económico e social genuinamente global se funde com considerações morais e práticas (*ibidem*:195).

Trindade (2006) apresenta outra abordagem de uma nova aproximação dos EUA a África, mais concretamente no consulado Clinton, e o crescente interesse norte-americano no continente africano. Para tal, o autor expõe cinco razões de “aproximação” como, por exemplo, a visita à África do Presidente Clinton, em 1998, para apresentação do reforço do *Africa Crisis Response Initiative*, que visava generalizar os apoios e impulsionar a *African Growth and Opportunity Act* para que os produtos agrícolas de origem africana pudessem concorrer no mercado europeu; ou a proposta de criar uma Universidade afro-americana no Senegal; ou a participação de intelectuais africanos residentes nos EUA nos grupos de interesses americanos em África e outros.

Do lado do “interesse crescente”, Trindade (2006) inumera seis razões que explicam a situação, nomeadamente, a consolidação por parte dos EUA no mercado mundial em oposição à UE; a detenção de importantes riquezas naturais e energéticas em África; possibilidade de a África poder ser um óptimo mercado em matéria de novas tecnologias para o crescimento económico americano; possibilidade de criar uma nova mentalidade e incentivar a produtividade por intermédio da aposta na Educação e na Saúde.

No entanto, nos mandatos do então Presidente George W. Bush (2001-2009), “as prioridades e as linhas-mestras da política norte americana para África mantiveram-se (...) apostando na continuidade do tríptico paz-democracia-desenvolvimento, que permite renovar e forçar o interesse político e militar em África” (Trindade, 2006:106).

Com a sua deslocação a África, em Julho de 2003, George W. Bush “confirmou estas mesmas preocupações: estabelecimento da paz e da segurança; combate ao vírus HIV/SIDA; e desenvolvimento do comércio africano através da ajuda e do comércio externo. Contudo, a luta da Administração norte-americana contra o terrorismo internacional, esteve sempre presente e cotou-se como uma das questões centrais” (*ibidem*).

Acrescenta-se ainda o compromisso em financiar a UA e a NEPAD de forma isolada, em mais de 60 milhões de dólares.

Não olvidando, naturalmente, a importância acrescida que a África tem para os EUA em matéria energética (petróleo), sobretudo depois dos acontecimentos do 11 de Setembro de 2001 e da Guerra do Iraque, merecem realce os investimentos americanos ao abrigo do *Pan Sahel Initiative* e em matéria de defesa, paz e segurança, em geral.

Assim, e de forma resumida, pode-se dizer que os compromissos se prendem com a (1) “assinatura de tratados de livre-troca entre os Estados Unidos e os vários organismos africanos de integração regional e/ou países; (2) assistência aos países africanos no quadro do processo de revisão das disposições da Organização Mundial de Comércio; (3) reforçar a democracia e a boa governação, designadamente aperfeiçoar os processos eleitorais e assegurar o Estado de Direito e a transparência da administração pública; (4) aprofundar os projectos de integração e de desenvolvimento regional e (5) dar sinais de garantia de segurança alimentar, de incremento da actividade agrícola, de desenvolvimento da indústria agro-alimentar e de eficácia dos mercados internos”[(*ibidem*:112-113)].

Exemplo em matéria de defesa, paz e segurança

O facto de os EUA serem uma potência a todos os níveis confere-lhes vários domínios para uma cooperação de desenvolvimento com África (Matriz 5.1), como a cooperação em matéria dos ODM, em ciência, sociedade da informação e espaço, em comércio, integração regional e infra-estruturas, em governação democrática e Direitos Humanos e em matéria de Defesa, Paz e Segurança. Tomando, por exemplo,

a cooperação para o desenvolvimento no domínio da defesa, paz e segurança, o primeiro ponto da matriz, damos conta que os EUA representam o país detentor de arsenais militares susceptíveis de garantir, talvez, a segurança e defesa a nível mundial, e constituindo esta premissa de paz um multiplicador de aspectos objectivos e subjectivos, nota-se que os EUA se têm apresentado como o país oferecedor de uma melhor e mais eficaz cooperação para a segurança internacional, na medida em que procuram aplicar um número avultado de intervenções de prevenção e de resolução de conflitos regionais à escala global.

Um exemplo disso pode ser tirado dos acontecimentos do 11 de Setembro de 2001, em que os Governos dos EUA e do mundo declararam a “guerra contra o terror”. Embora fosse um mal que a todos inquieta, os EUA, de forma unilateral, impuseram condutas internacionais (naturalmente polémicas), levantando mesmo à oposição de parte dos seus aliados europeus.

No fundo, “esses vectores polémicos da estratégia norte-americana (...) consistem na pressão coerciva sobre os “Estados Párias”; a eventual alienação dos mecanismos multilaterais formais; a doutrina das “coligações flutuantes” ou “coligações de vontade”; e um novo entendimento sobre as acções preventivas e preemptivas.⁵² Almeida (2009), partindo da visão da reforçada liderança dos EUA no mundo, não hesitou em considerar o sistema das relações internacionais como unipolar⁵³. Por isso, e tomando como exemplo os critérios militares, económicos, político-diplomáticos e territoriais, embora a UE, a China, o Japão, a Rússia e outros tendam a ser competitivos, a primazia norte-americana é evidente, podendo mesmo afirmar-se que a actual distribuição do poder é fortemente unipolar, com os EUA a ocuparem o pólo hierárquico dessa distribuição.

⁵²A estes junta-se o voluntarismo na implementação de um sistema de defesa antimíssil, que levou os EUA a abandonarem unilateralmente o Tratado ABM em 2002, três décadas depois da sua assinatura, algo que muitos europeus contestam por significar o desmantelamento dum dos pilares da dissuasão – o Tratado ABM e a inerente vulnerabilidade” (Tomé, 2005:143).

⁵³ Nas Relações Internacionais, a unipolaridade refere-se à distribuição de poder do sistema internacional, a qual uma, e só uma, potência domina todo o poder. Isto é, mesmo existindo “concorrência”, a unipolaridade pode ser mais ou menos acentuada mediante os diferentes critérios de avaliação desse poder (Almeida, 2009; Leitão, 2005; Moreira, 1999).

Vejam-se, por exemplo, os acontecimentos de 11 de Setembro de 2001. Mesmo que se considere bárbaro, essa ocorrência contribuiu fortemente para que os EUA pudessem redefinir as estratégias em matéria de Paz e de Segurança Internacionais. Neste contexto também se pode destacar a sua mais-valia em termos de cooperação com a África. Inevitável, como já se disse, o bem-estar de qualquer povo passa impreterivelmente pelo seu estado de segurança. Nessa perspectiva, e tendo presente constrangimentos para o desenvolvimento africano, a cooperação americana com a África enquadra-se nos esforços que a sociedade internacional tem empreendido no sentido de promover a Paz e a estabilidade no continente. Segundo a *Stockholm International Peace Research Institute* (2010), alguns desses constrangimentos são ilustrativos em número nas operações de Paz realizadas em África, em que se contabilizaram 16 operações de paz que envolveram 85652 efectivos.

A *Stockholm International Peace Research Institute* constatou que o número de efectivos para essas missões aumentou de forma significativa entre os anos de 2000 e 2009, sendo o pessoal civil de 886 para 13.799, enquanto o pessoal militar de 13.402 para 71.763, sendo que os EUA aparecem em todas as operações com o maior número de efectivos (*ibidem*).

Para Bernardino (2008), esses elementos que concorrem para a cooperação entre os EUA e a África em matéria de paz e segurança internacionais, visam apoiar a “Reforma do Sector da Segurança (RSS) e [a] Reforma do Sector Defesa (RSD), pelo apoio à melhoria geral das condições de segurança humana nas sociedades, pela prevenção e gestão de crises e conflitos regionais, quer ainda inovadoramente por intermédio do reforço das capacidades militares no âmbito da gestão de conflitos das Organizações Regionais Africanas”.

O exemplo do AFRICOM

Os EUA criaram, em África, um Comando Militar – AFRICOM (*Coalition of African Communitie*) – um mecanismo que tem como objectivo a centralização da responsabilidade em matéria de segurança e de defesa de múltiplos e diferenciados

comandos espalhados em África⁵⁴ (*Africom*, 2011). Pode-se, por isso, dizer que o AFRICOM visa promover a cooperação para a segurança, essencialmente no apoio à estabilização, transição e reconstrução; apoiar a edificação de capacidades; contribuir para a reforma do sector da segurança e da defesa; apoiar a profissionalização militar; garantir o apoio médico essencialmente no combate ao HIV-SIDA; assistência humanitária; reforçar as comunicações estratégicas e as operações de informação e, ainda, garantir o apoio a actividades no âmbito da cooperação técnico-militar (Bernardino, 2008)⁵⁵.

Como já se disse, a cooperação estratégica, essencialmente no domínio militar entre os EUA e a África, beneficia, em grande medida, a última, já que passa a contar como apoio directo da mais eficiente força de segurança e de defesa mundial que, para além de servir como o “mediador” dos múltiplos conflitos interestaduais e regionais, procura ainda a optimização dos programas de cooperação militar para o desenvolvimento e a contribuição para a edificação da *Arquitectura de Paz e Segurança Africana*⁵⁶.

Em síntese, poder-se-ia mencionar, tanto do lado africano, como do lado americano, algumas aparentes vantagens dessa cooperação estratégica. Do lado africano, pensa-se que esta cooperação confere atributos que concorrem para o processo de desenvolvimento dos Estados em África; e que, outro aspecto vantajoso dessa estratégia, se prende com a valorização da segurança humana, que é, no fundo, a base de todo o processo de desenvolvimento; e, por último, que o fim da estratégia

⁵⁴ O AFRICOM teve o mérito de incorporar parte dos três anteriores comandos que operavam nos territórios africanos, nomeadamente: o Comando Europeu (EUCAM), o Comando do Centro (CENTCOM) e o Comando do Pacífico (PACOM), fazendo valer a tese de que a segurança no continente reside, essencialmente, na edificação de um Sistema de Segurança Colectivo Africano.

⁵⁵ Se necessário, segundo o autor, o AFRICOM pode ainda desenvolver as condições para conduzir operações militares de objectivo limitado, tais como: *Non-Combatente Evacuation* (NEO), *Humanitarian Relief*, Operações no âmbito da *Global War on Terror* (GWOT) e, ainda, desenvolver e executar planos de contingência circunstanciais.

⁵⁶ Neste sentido, o Conselho de Paz e Segurança (Veja-se, nesta tese, o capítulo III, ponto 6 – África/UA: Paz e Segurança e os desafios na nova ordem mundial) estabeleceu o Sistema Continental de Alerta que está ligado a unidades e órgãos implantados no terreno que acompanham e monitorizam situações de tensão pré-conflitual e que funcionam em interligação com os mecanismos complementares no nível sub-regional. Note-se, por exemplo, que a nova Arquitectura de Paz e Segurança da UA é caracterizada, tanto a nível operacional, como doutrinário, por uma interligação sub-regional, pelas diferentes integrações africanas e nas suas áreas de influência, e por outra que é mais abrangente, de cariz continental, liderada pela própria UA.

está no fortalecimento da *Arquitectura de Paz e Segurança Africana* que visa alcançar a paz efectiva e duradoura. Já para os EUA, os benefícios parece-nos residir na faculdade de ter o controlo da fraqueza estratégica do continente africano no que diz respeito à defesa e à segurança, razão para se afirmar militarmente na região, instalando-se e comandando todas as acções de monitorização no domínio de prevenção e de manutenção da paz, em África, consolidando ainda mais, estrategicamente, na esfera global, o papel de superpotência.

4.5 A Cooperação com a República Popular da China

4.5.1 A mais-valia da cooperação com a República Popular da China

A República Popular da China (doravante, China) foi fundada nos anos de 1949, constituindo o terceiro maior país do mundo em dimensão (depois do Canadá e da Rússia), com cerca de 9,6 milhões de km² de superfície total. Apesar das severas políticas governamentais de controlo da natalidade, a China foi o país mais populoso do mundo em 2009, com cerca de 1.321.852.000 habitantes. Segundo as estimativas da ONU para o ano de 2050, a população chinesa crescerá de 1,3 mil milhões para 1,4 mil milhões de habitantes em 2050. Continua, assim, a liderar o *ranking* como país mais populoso do mundo. O seu posicionamento, de há um tempo a esta parte, tem merecido destaque nas relações internacionais, não apenas a nível do seu crescimento económico⁵⁷, como também da sua política internacional.

Em 2007, o FMI chegou a prever que o crescimento económico chinês fosse na ordem dos 9% nos anos seguintes (FMI, 2007). De facto, houve uma considerável evolução da balança comercial mensal chinesa a partir de 2005. Embora tenha registado uma certa oscilação no ano de 2008, verificou-se um crescimento até os primeiros 5 meses de 2009. Logo depois, a balança comercial chinesa conheceu uma significativa desaceleração até o primeiro semestre de 2010 (Bloomberg, 2011; Banco Mundial, 2005; Brookes, 2007).

Com efeito, e por via da modernização da China, em 2006, o país ultrapassou os EUA, tendo atingido a segunda posição, como o país mais exportador do mundo, crescendo, assim, na ordem dos 27% nesse ano. Três anos depois, em 2009, a Alemanha, a então número um, via-se ultrapassada pela China (Administração-Geral das Alfandegas da China, 2010).

⁵⁷Em consequência da política de abertura, a China foi lançada “num processo de crescimento económico e desenvolvimento intensivo sem paralelo, que possibilitou que o seu Produto Interno Bruto aumentasse entre 1978 e 2001 a uma taxa média anual de 9,4%, mais depressa que qualquer outra economia mundial. Isso permitiu que o PIB *per capita* se multiplicasse por 9 desde 1978, crescendo de 107 euros [1978] para 1.230 euros em 2005. Segundo o Banco Mundial [BM], este explosivo crescimento económico possibilitou retirar 400 milhões de pessoas do limiar de pobreza e baixar a percentagem das pessoas que vivem com menos de 2 dólares por dia [1.4 E], de 72,6% [1990] da população total para 32% [2004]. Trata-se de uma realização notável sob qualquer perspectiva” (Gonçalves, 2008:30).

Em paralelo com o crescimento económico, outros aspectos devem ser lembrados. A China é o país que mais cresceu desde 1980 até ao momento. Segundo Muekalia (2004:7), desde que a China se “tornou membro do Banco Mundial e da Organização Mundial do Comércio, (...) começou a actuar mais activamente no cenário internacional. A partir desse período, o país, em seu caminho de recuperação económica, empenhou-se em manter boas relações com potenciais parceiros, (...) passou a expandir seus negócios para além de suas fronteiras e virou o destino de grande parte dos investimentos internacionais”.

Nesse quadro, a China saiu de um Índice de Desenvolvimento Humano de 0,607 em 1990 para 0,762 em 2006, a maior evolução entre todos os países nesse período. Porém, mesmo com o forte desempenho, este país foi incapaz de traduzir todo o crescimento económico em ganho em diversas outras áreas. De entre os 18 países que mais rapidamente conseguiram aumentar o valor do seu IDH no mesmo período, apenas na China e no Vietname o crescimento económico foi maior que o desenvolvimento humano como um todo (PNUD, 2006).

Embora os factos evidenciem o cenário acima descrito, pode ser interessante fazer-se o paralelo com um artigo de Joseph Stiglitz, Prémio Nobel de Economia, publicado no *Project Syndicate* intitulado *The catalyst Tunisian (O elemento catalisador tunisino)*. Segundo Stiglitz (2011), não basta aos Governos proporcionarem um crescimento razoável. Afinal de contas, o PIB, na Tunísia, registou um crescimento médio de 5% nos últimos 20 anos e é referido, muitas vezes, como um dos Estados com melhor desempenho económico na região do Magreb. Contudo, seguir os ditames dos mercados financeiros internacionais também não chega. O país pode conseguir uma boa classificação das suas obrigações e agradar aos investidores internacionais, que isso não conduz, necessariamente, à criação de empregos ou a um aumento de nível de vida para a maioria dos cidadãos. De esta forma, a questão que se podia colocar é de saber como enquadrar a cooperação entre a China e a África a fim de permitir o melhor entendimento das suas acções no processo de desenvolvimento em África.

4.5.2 Enquadramento da cooperação da China com a África

A cooperação entre a China e o mundo, sobretudo com os países africanos, é marcada por um crescente pragmatismo, suscitando controversos debates a nível político, estratégico, económico, de Direitos Humanos e outros (He Wenping, 2009; Alden, 2010; Oliveira, 2010; Chris Hughes, 2010).

O facto, provavelmente consensual é que a China é, também, uma potência mundial e que o seu rápido crescimento, economicamente na ordem de 8%, (FMI, 2011; Expresso, 5 de Março de 2011) tem criado turbulências económicas e afectado as indústrias de todo o mundo. De forma específica, a parceria entre a China e a África é fundamentada em aspectos económicos, uma vez que a primeira é, actualmente, um dos principais parceiros comerciais e investidor no continente.

Neste quadro de cooperação, os princípios da China tendem a obedecer à convencional lógica da *cooperação Sul-Sul* que, para além de ser uma posição negocial, face aos países industrializados, surge como união dos povos em desenvolvimento, em prol de iniciativas próprias que visam a superação de um conjunto de procedimentos burocráticos e de avultadas penalizações económicas, financeiras, entre outras.

Uma evidência disso que é na nossa opinião discutível são as palavras do então Secretário-Geral da ONU, Kofi Annan, que, na sua mensagem na II Conferência Mundial do Fórum sobre Cooperação China-África afirmava que a China, com o seu apoio ao desenvolvimento das infra-estruturas, saúde, educação, agricultura, trocas comerciais e muitas outras áreas em África, mostra-se fiel ao seu compromisso com a cooperação Sul-Sul, e pode ajudar a África a dar passos seguros para acompanhar os *UN Millennium Development Goals* (Moreira, 2007).

Os antecedentes da cooperação entre a China e os países africanos remontam à Conferência de *Bandung*, na Indonésia, realizada entre os dias 18 e 24 de Abril de 1955, em que participaram 27 países, entre eles a China, e vários outros observadores representantes de território “ocupados”. Com o objectivo de reafirmar a autodeterminação dos Povos em detrimento do Colonialismo, essa posição conferiu

à Conferência e aos Estados, como a China, um maior protagonismo no quadro do sistema internacional vigente.

No decurso da década de 1960, o protagonismo acima referido resultava importante para a China no contexto da ONU. Porém, antes disso, é aconselhável ter presente que as intervenções da China no continente africano eram feitas tendo como pressuposto o lado particularmente ideológico que, para Moreira (2007), fazia circular o conceito de cidade planetária para abranger todo o norte rico do mundo, acompanhava de várias formas os movimentos de libertação, mas estava de facto afastada da ONU, em cujo Conselho de Segurança era Taiwan que exercia o estatuto de membro permanente”. Moreira salienta que tudo ficou mais claro quando a partir de 25 de Outubro de 1971, pela Resolução 2758 da Assembleia Geral [da ONU], o Governo da República Popular foi proclamado como o único legal representante do país. Porque este efeito se deveu particularmente ao sentido de voto de vinte e seis países africanos, que mereceu o agradecimento do então líder chinês Mao Tsé-Tung, realçando que “foram os nossos irmãos africanos que nos introduziram nas Nações Unidas” (*ibidem*).

4.5.3 A ofensiva chinesa à África

Em consequência do processo de reformas económicas, nos finais do século XX, a China protagonizou uma nova ofensiva rumo ao continente africano. A China vira-se para a África envolta numa “nova” visão assente no investimento, na construção de infra-estruturas, nomeadamente: na construção de estradas, aeroportos, linhas férreas, centrais hidroeléctricas, hospitais, escolas, habitação e, não obstante, também, em transferências de tecnologia. Contudo, como se disse, a cooperação chinesa aparenta ambiguidades na medida em que a percepção da opinião pública, sobretudo a ocidental, é que a reentrada da China na cena africana se deve única e exclusivamente ao saque de recursos naturais do continente, por não respeitar, por exemplo, os Direitos Humanos, a proliferação de certas armas e outros.

A respeito da ofensiva chinesa a África, Alden (2007, 2009) oferece-nos três interpretações da postura da China. Numa delas, a China é interpretada como um *parceiro de desenvolvimento*; noutra, a China é analisada como uma *concorrente*

económica; por último, a China é vista como *um colonizador*. Para Saldanha (2009:11), “tais interpretações simplificam demasiado as «interacções complexas e sobrepostas» de uma realidade em movimento, que levanta cada vez mais questões no que respeita às consequências normativas de um maior envolvimento da China em África”.

Provavelmente por essas razões, Gonçalves (2008) salienta que a cooperação chinesa tem um problema, porque quando “aplicando uma lente ‘realista’ à sua política externa dual, política e comercial, a China dificilmente distingue quando há lugar à negociação dos interesses sectoriais e quando está perante uma intrusão grave na sua soberania nacional”. No contexto da adesão da China à Organização Mundial de Comércio (OMC), por exemplo, diz ainda Gonçalves (2008a:28) que “a avaliação do desempenho da China tem sido dual: por um lado, mede o ‘quantum’ que as reformas económicas aproximaram às regras de funcionamento da economia do quadro institucional da OMC; por outro, avalia o muito que ainda está em conflito com os princípios da OMC e os compromissos da adesão”.

De outra forma, diz Morais (2006:43) que “durante décadas, a economia chinesa seguiu um modelo rígido de economia planificada, sem abertura à iniciativa privada ou ao capital estrangeiro. Os primeiros sinais de abertura (ainda tímida) apenas foram visíveis em 1978, com o aumento da influência das organizações não estatais a diluir parcialmente o controlo do partido no poder, a colectivização das terras a dar lugar a alguma responsabilização por parte das famílias e de organizações de âmbito local (vilas e aldeias) e o aparecimento de pequenas empresas nos serviços e nalguns sectores da indústria”.

4.5.4 Domínios de cooperação sino-africana

Em matéria de cooperação com a África, para Saldanha (2009), a China é, indubitavelmente, o país com o registo mais impressionante, tendo estabelecido uma presença forte no continente. Davies por sua vez acredita que “China could

potentially be a catalyst for the promotion of industrial activity in selected African economies where Chinese funded zones are established” (Davies, 2010:26).

Nos últimos anos, a cooperação Chinesa tem-se tornado amplamente visível nos 10 domínios possíveis de cooperação (Matriz 5.1). Todavia, seleccionaram-se seis, dentre eles, a cooperação em matéria de comércio, integração regional e infra-estruturas, em matéria dos ODM, em matéria de migração, mobilidade e emprego, e em matéria de energia.

Em matéria de energia, por exemplo, é nítida a sensação que o continente africano “é rico em recursos naturais e em reservas de petróleo e gás natural, e mais confiável como fornecedor que o Oriente Médio” (Brookes, 2007:2). Esses recursos, que são esgotáveis por definição, segundo os dados da Agência Internacional de Energia, aumentaram a nível da procura mundial. A procura do petróleo terá aumentado de 76,1 milhões de barris/dia, em 2001, para 84,9 milhões de barris/dia, em 2006, revelando um crescimento significativo num mercado em que, como é sabido, os recursos são limitados. Curiosamente, no mesmo período, a procura chinesa passou de 4,9 para 7,0 milhões de barris/dia, revelando uma taxa de crescimento média anual de 7,4%. O continente africano representava, desta forma, 29% das necessidades da China em matéria de petróleo (Morais, 2007:17).

Martyn Davies, Director do Centro de Estudos para o Desenvolvimento da OCDE apresentou como conclusão o oportuno estudo *“How China is influencing Africa’s Development”* que “Africa is proving receptive to Chinese investment with political resistance to Chinese investment in the continent’s ‘strategic assets’ absent. Whilst debate and political opposition to Chinese investment has been increasing as the pace of China Inc. moving abroad has increased in the developed western world, no such political resistance from African governments has been forthcoming. The political obstruction – however real or perceived – of Chinese SOE acquisitions in western economies is likely to further encourage these firms to seek out investments in Africa centred largely on commodities” (Davies, 2010:30).

Para a China, é vital manter o acesso às matérias-primas e, ao mesmo tempo, criar condições para garantir a segurança dos meios de transporte até aos portos chineses, principalmente quando 4/5 do petróleo importado passa pelo *Estreito de Malaca*, onde se verificam casos de pirataria marítima e onde poderão vir a ocorrer ataques terroristas (*ibidem*). Com este objectivo, tem a China vindo a desenvolver uma estratégia, designada de *colar de pérolas*, que consiste em criar relações estratégicas com vários países ao longo das linhas marítimas, desde o Médio Oriente até ao Mar da China do Sul (Roberto, 2009).

O perdão da dívida

No quadro dessa cooperação, julga-se existir um facto que não se deve descurar, que é o perdão total ou parcial da dívida pública africana divulgada pelo Ministério do Comércio chinês, em 2006. Ainda em 2000, no *I Fórum China-África*, as autoridades chinesas perdoaram dívidas de países africanos no valor de 1.3 mil milhões de USD, repetindo, como já se disse, em 2006, o perdão no montante igual ao primeiro. Um ano depois, em 2007, e por intermédio da sua estratégia para o continente africano, apresentada em Janeiro de 2006, a China voltaria a assinar novos acordos de perdão da dívida com 22 países africanos (Observatório de África, 2007:9).

De entre os países africanos beneficiados, configuram-se, entre outros, Angola, a República Democrática do Congo, o Congo e a Zâmbia. Exceptuando, naturalmente, países com a qual a China preferiu suspender as relações diplomáticas,⁵⁸ os demais lograram empréstimos com taxas de reembolso mais suaves ou nulas, a longo prazo, nomeadamente, Angola, Nigéria, Etiópia, Chade, Moçambique, Ruanda, Tanzânia, Congo, Gana e Zâmbia. Isso contribuiu também para o crescimento das economias africanas que apresentaram seis dos dez países dos chamados “top 10” do *ranking* da revista britânica *The Economist* com os melhores desempenhos económicos (*The Economist, Africa’s impressive growth*, 6 de Janeiro de 2011).

⁵⁸ É de salientar ainda, na peculiaridade da cooperação chinesa com a África, o facto de Taiwan ter sido reconhecida por parte de alguns Estados africanos, nomeadamente: São Tomé e Príncipe, Burquina Faso, Suazilândia e Gâmbia. Lyman (2005) dá-nos conta de que o interesse chinês na África era principalmente diplomático e visava garantir dos países africanos o não reconhecimento de Taiwan.

O contributo chinês para a África serviu também para alargar, em números, os centros de promoção de comércio chinês no continente que, desta forma, confere o estatuto do segundo maior importador do petróleo africano, depois dos EUA. Repare-se que, no primeiro semestre de 2006, a China contribuiu com 5,7 mil milhões USD para 800 projectos de ajuda em África. Todavia, a dificuldade na obtenção de fontes fidedignas e de dados actualizados dificultam, em grande medida, as análises (Observatório de África, 2007:9-10).

Segundo a UNCTAD, o Investimento Directo da China nos países em desenvolvimento passaram de menos de 12 mil milhões de dólares, em 1990, para 12 mil milhões de dólares, em 2005 (UNCTAD, 2010). Nesse sentido, estima-se que a China deverá fornecer um crédito, com taxas preferenciais aos países africanos, no valor de 10 mil milhões de dólares entre 2010 e 2012 (China, 2010).

Numa entrevista a Mbuyi Kabunda Badi, Professor de Políticas Africanas na Universidade de Basileia, este defendeu que "a China está mudando a fisionomia de África" e que a "diplomacia do petróleo" chinesa caminha de mãos dadas com a "diplomacia de vitrine" para servir aos seus interesses e aspirações de potência mundial. Segundo Badi, "a presença Chinesa em África obedece a uma certa lógica entre dois sócios complementares". Por um lado, a "China tem um excesso de capitais e ao mesmo tempo sede de recursos naturais para manter seu extraordinário crescimento económico". Por outro lado, "África carece de capitais e dispõe de abundantes recursos naturais. África tornou-se um verdadeiro El dorado para a China" (Badi, *Diário Liberdade* de Março de 2010).

De forma multilateral, tanto no âmbito da ONU, como da UA, a China tem colaborado nas missões de manutenção da paz, bem como nos projectos de cariz económico e social, no continente africano. Ademais, foi através disso que a China se serviu para relançar a *Cimeira China-África*, que acima se mencionou. Porém, e de forma paradoxal, outra faceta que ilustra a ambiguidade em matéria de cooperação entre ambos prende-se também com os relatos que dão conta que a China é o maior fornecedor de armas no continente (*Diário de Notícias*, 21 de Abril de 2008). Isto é, por

um lado comercializa armas e, por outro lado, faz-se presente nas operações de manutenção da paz.

4.6 A Cooperação com o Brasil

4.6.1 A mais-valia da cooperação com o Brasil

Provavelmente, a viragem da República Federativa do Brasil (doravante, Brasil) rumo ao *status quo* de um país emergente, terá beneficiado da revolução de 1930, em que se mobilizou, a nível interno, a sua classe média contra a orientação conservadora da *República Velha* e o sistema político vigente, em que os decisores políticos, apoiados pela fraude eleitoral, asseguravam a continuidade no poder de uma oligarquia político-latifundiária (Jaguarube, 2005).

Aproveitando-se, também, do aparente resignar da unipolaridade de outros tempos, era apenas uma questão de tempo até que novos pretendentes a um lugar no clube da «elite mundial» comesçassem a surgir, assinalando, assim, o início de uma nova era (Seabra, 2010).

Associam-se ainda ao conjunto de factores que contribuíram para a afirmação da *emergência* do Brasil as mais-valias naturais, nomeadamente, a dimensão territorial, o posicionamento geoestratégico, a população e outros.

Numa perspectiva geopolítica, o Brasil há muito que se estabeleceu como potência no seu próprio continente. A aposta persistente em projectos de integração regional levou ao desenvolvimento do *Mercado Comum do Sul* (MERCOSUL) e à criação da *União das Nações Sul-Americanas* (UNASUL), duas organizações onde a liderança brasileira é consensualmente aceite. Apesar dos ocasionais bloqueios institucionais e da relativa indefinição estrutural destas iniciativas, presentemente, parece inegável a preponderância do Brasil na sua zona de influência natural, ganhando, assim, credibilidade acrescida para os seus objectivos na arena internacional (Seabra, 2010).

Numa perspectiva económica, Pinto (2009), por exemplo, defende que o Brasil, através da sua economia, é um “forte candidato a transformar-se numa das maiores [potências] do Mundo, uma aposta reforçada com as sucessivas descobertas de grandes jazidas petrolíferas ao largo da sua costa e o grande investimento nos mercados accionistas brasileiros, com valorizações superiores a 150 por cento nos últimos três anos” (Pinto, 2009:30). Todavia, já em 2005, Costa dava-nos conta que, na

viragem do milénio, se poderia separar os períodos marcantes na história económica brasileira, começando pelo seu enfileiramento “como uma das dez maiores economias do mundo, contribuindo com cerca de 3% para o PIB mundial, cerca de um trilião de USD” (Costa, 2005:124). Portanto, a autora defende que o desenvolvimento socioeconómico brasileiro, nas últimas três décadas, pode ser da seguinte forma faseada: a primeira fase, que ocorre durante a década de 1970, é caracterizada pelos altos níveis de endividamento externo que correspondem à própria fase de crescimento, à semelhança de toda a América Latina; a fase dois é a de estagnação, ao longo dos anos de 1980, marcada por elevadíssimos níveis de inflação e sucessivos planos de estabilização macroeconómica; a terceira e última fase, a década de 1990, traduziu uma nova orientação para a política económica, visando a estabilização macroeconómica e um crescimento mais equilibrado.

Se em 2005, Costa falava de previsões, hoje, fala-se de factos e das tendências futuras do Brasil, isto é, o crescimento do PIB, nos últimos sete anos, tem rondado os 5,7% (2004), os 3,2% (2005), os 4 % (2006), os 5,7% (2007), os 5,1% (2008), - 0,6% (2009) e de os 7,5% (2010). Todavia, como base para a simulação de projecção para o ano de 2025, caso se tivesse desenvolvido, nos anos 1980 e 1990, já poderia estar, hoje, em 5 mil milhões de dólares, comparativamente a quase metade do PIB dos EUA. (Brown, 2003; Costa, 2005; Wilson *et al*, 2010).

O facto é que a economia brasileira tem crescido de forma sólida, contribuindo para esse desempenho o aumento, quer das importações, quero das exportações para a inserção no comércio mundial.

Assim, embora o Brasil tenha atingido um crescimento económico invejável nos últimos anos, conferindo-lhe reconhecimento a nível regional e internacional, é também um desafio a manutenção desse *status quo* e, como previsão, esperam-se mais reformas capazes “de manter o ritmo de crescimento e colocar totalmente de parte a instabilidade que marcou certos períodos da economia brasileira” (Pinto, 2009:31).

4.6.2 Uma cooperação alicerçada em heterogeneidade cultural

Realmente, a retórica política brasileira sustenta que, como o Brasil, os países africanos, no passado, foram colonizados pelo Ocidente. Aliás, desse mesmo passado, cultivou-se, nos países africanos e no Brasil, uma aproximação cultural, religiosa, económica, entre outros. Por certo, “os laços diplomáticos e a língua são factores importantes, mas não factores-chaves” (Alves, 2009:25). Porém, sob uma configuração da cooperação *Sul-Sul*, a expansão comercial brasileira definiu a África como o mercado estratégico, aproveitando-se, também, da mais-valia da heterogeneidade cultural entre as partes.

O Brasil tem procurado alicerçar a cooperação numa heterogeneidade cultural que, na prática, encontra argumentos de “convergência”. A título de exemplo, e vendo a cultura como factor de aproximação entre os povos, encontra-se, ainda que de forma residual, a essência do relacionamento de cooperação entre o Brasil e a África.

Na qualidade de Ministro de Relações Exteriores, Celso Amorim defendia que o Brasil tem uma obrigação política, moral e histórica para com a África, pois, com um total de 76 milhões de afro-descendentes, o Brasil constitui a segunda maior nação negra do mundo, atrás da Nigéria (Amorim, 2003).

Embora se trate de discurso político (que tem o seu peso e valor determinado), a cooperação entre o Brasil e a África passou a ser prioritária tal como aludiu o então Presidente Lula da Silva, na abertura da XIII Cimeira da UA, recordando que “o Brasil deseja ser o parceiro em projectos de desenvolvimento (...) [uma vez que] temos desafios similares de desenvolvimento [e que muitas] das questões sócio-económicas que mais afligem o continente estão também sendo enfrentadas no Brasil” (Silva, 2009:2).

4.6.3 África na política externa do Brasil

A África está presente, de forma particular, na política externa brasileira. Entre 2003 e 2009, o Brasil procedeu à reorganização estrutural dos seus serviços diplomáticos em África com o intuito de melhor servir a cooperação entre as partes. A esse respeito,

Vargem (2008) confere que, por exemplo, na “Divisão de África (I) e (II), o governo desmembrou o Departamento da África e do Oriente Médio para dar lugar a mais um departamento, voltado exclusivamente para o continente africano. Seguindo a mesma linha, foi criada a Divisão de África – III (DAF III). Reforçando ainda o interesse do Brasil através de sua política externa concorrem as representações diplomáticas e consulares” (Vargem, 2008:7).

Para Seabra (2010), a África é o alvo actual da diplomacia brasileira, uma vez que, com “17 novas embaixadas no terreno e as múltiplas visitas de Lula ao continente africano, os laços Sul-Sul saíram consideravelmente reforçados levando, assim, a um maior reconhecimento do «activismo político» brasileiro entre a maioria das nações menos desenvolvidas. Comércio justo, luta contra a fome e pobreza mundiais ou as alterações climáticas são só alguns tópicos que permitiram a Lula apresentar o seu país como o arauto de uma nova comunidade internacional mais exigente e assertiva” (Seabra, 2010:1).

Ainda na vertente político-diplomática, segundo o Ministério das Relações Exteriores do Brasil, existem 113 representações diplomáticas acreditadas no Brasil. Desse número, e comparativamente ao ano de 2003, cresceu em mais de 31% (35,03) o número de representações diplomáticas no país, sendo essas maioritariamente dos Estados africanos (Amorim, 2009).

No sentido inverso, o movimento acompanha o aumento de representações brasileiras, na medida em que foram criadas mais de 35, de 2003 até Março de 2009 (Silva, 26 de Setembro de 2009).

Importa considerar ainda as inúmeras visitas de Estado protagonizadas pelos dirigentes brasileiros aos países africanos, visitas essas que tinham, entre outros, o objectivo de estabelecer relações bilaterais, estudar novos mercados e rever ou ampliar acordos comerciais. Com efeito, trata-se de interesses políticos estratégicos de longo prazo que valorizam os aspectos económicos e financeiros imediatos (Vargem, 2008).

O então Presidente brasileiro, Lula da Silva, precisou no seu discurso de Syrte que “hoje, temos 34 embaixadas em países africanos [e] Brasília é uma das capitais do

mundo com maior número de Embaixadas africanas” (Silva, 2009). A esse propósito, Ribeiro (2007) procurou estabelecer uma comparação entre os Governos do Brasil nos últimos vinte anos e conclui que se elevava de 18 para 30 o número de Embaixadas, para além de dois consulados-gerais; e que, de forma inversa, entre 2003 e 2006, o número de Embaixadas africanas acreditadas em Brasília subira de 16 para 25.

4.6.4 Domínios de cooperação Brasil-África

Dos dez domínios julgados relevantes para a cooperação, atribuíram-se seis ao Brasil (Matriz 5.1), nomeadamente, em matéria de comércio, integração regional e infra-estruturas; em matéria de alterações climáticas; em matéria do investimento directo estrangeiro; em matéria de ciência, sociedade da informação e espaço; em matéria de perdão da dívida; e em matéria de ODM.

Verifica-se, de facto, que, em relação ao quarto domínio, já a Convenção de Viena sobre Relações Consulares permitia o estabelecimento de relações consulares entre Estados por consentimento mútuo (Art. 2 n.º 1), subentendendo-se a possibilidade de existir uma *parceria mundial para o desenvolvimento*.

A existência de um considerável número de representações diplomáticas brasileiras nos diferentes países africanos é revelador, no nosso entender, da efectivação de cooperação entre o Brasil e África, permitindo, aliás, o relançamento das *funções consulares* inscritas na *Convenção de Viena sobre Relações Consulares* (art. 5.º) ou dos acordos comerciais de 1968 assinados entre as partes aquando da criação da Câmara de Comércio Brasil-África.

O relançamento da cooperação entre o Brasil e a África, dizem as partes, que se enquadra, também, no esforço internacional para cumprir o objectivo 8 dos ODM, por transmissão de conhecimentos técnicos aos países em desenvolvimento.

Não menos importante, cabe, nesse contexto, abordar as acções empreendidas pelo Brasil no sentido de perdoar dívidas contraídas por alguns países africanos que rondam os mil milhões de dólares norte americanos. Desse valor, só à Nigéria, o Brasil efectuou um perdão de dívidas na ordem de cento e sessenta e dois milhões de

dólares. A título de exemplo, ainda tomamos Moçambique que tem em andamento um acordo em que o Brasil perdoou 95% da dívida do país africano no valor de 351 milhões de dólares (Ribeiro, 2007; Vargem, 2009).

4.7 Parceria UE-África

4.7.1 Enquadramento

Através do *Plano Marshall*, a Europa, devastada pela Segunda Guerra Mundial, é reconstruída. A procura da “paz douradora” incentivou a necessidade de se cooperar em vários domínios, tanto a nível regional, como mundial. Assim, seguiram-se várias acções que visaram a execução do desenvolvimento sócio-económico europeu. A mais significativa dessas acções é o próprio processo de integração europeu que começou com a *Comunidade Europeia do Carvão e do Aço* (CECA), em 1951, com a França, a Alemanha, a Itália, a Bélgica, a Holanda e Luxemburgo. Posteriormente, a 25 de Março de 1957, a CECA dava lugar à CEE – Comunidade Económica Europeia e a Euratom – *Comunidade Europeia da Energia Atómica*, num único diploma designado por *Tratado de Roma*. O objectivo principal daquele Tratado era a prevenção da guerra na Europa através do estabelecimento de instituições comunitárias.

Percorridos dezoito anos sobre a vigência da CEE, os decisores europeus assinalaram esse marco histórico com um “conjunto de transformações profundas no processo de integração, sendo a mais relevante a passagem da CEE à UE” (Costa, 2004:108), da qual o *Tratado de Maastricht*, de 1 de Novembro de 1993, é o mais significativo e emblemático, pelo facto de modificar todos os anteriores Tratados e, pela primeira vez, abraçar o objectivo económico de construção do mercado comum com uma vocação de unidade política. Aliás, o próprio Tratado definia que constituía “uma nova etapa no processo criador de uma União cada vez mais estreita entre os povos da Europa (...)” (Tratado de Maastricht, 1993, art. 2.º).

A UE passava a ser o novo instrumento para liderar o processo de integração europeu que, segundo Maltez (2009:11-12), aparecia “como um estimulante objecto político ainda não totalmente identificado, nem pelas categorias conceituais do [nosso] armazém teórico-político, provindo das revoluções atlânticas que [nos] deram o demoliberalismo, talvez tenha uma missão bem mais desafiante na presente encruzilhada, onde os complexos desafios exigem uma resposta capaz de uma nova

emergência, dado que as anteriores divergências e convergências, assumem uma complexidade crescente, onde a hierarquia dos valores não pode minorizar a liberdade nem a justiça inteira e global”.

Para Costa (2004), o Acto Único Europeu “vem, de certo modo, atenuar a frieza do plano económico, ao introduzir a Coesão Económica e Social como forma de espalhar os frutos da integração por todas as regiões comunitárias” (Costa, 2004:76).

Desta forma, a UE, como um conjunto de Estados que “partilha soberania”, aparenta constituir um processo de aprendizagem tal que ninguém pode prever o seu fim, apenas podemos constatar algumas mudanças significativas e positivas, que apontam para uma atmosfera de maior concretização do projecto europeu.

Costa *et alii* (2009:18) salientam que “nos últimos 15 anos, o que hoje entendemos por UE passou por inúmeras e profundas transformações, quer do ponto de vista da extensão do número de Estados-Membros, quer no que respeita à sofisticação crescente do seu processo de integração”. Daí o seu posicionamento como um actor global nas relações internacionais, como “a maior entidade económica individual do mundo, representando mais de 20% de toda a riqueza gerada a nível global”. É a “maior potência global do mundo, quer no que respeita às trocas de mercadorias, quer no que concerne ao comércio de serviços, ultrapassando o seu rival/parceiro, os EUA”. É a “maior fonte de ajuda pública ao desenvolvimento; o maior importador de energia do mundo; é detentora da segunda moeda mais importante do sistema monetário internacional e uma das maiores fontes produtoras de regulação” (*ibidem*:19).

4.7.2 África na política comunitária

Por ser um processo de *integração económica*, a UE dispõe na mesma, e naturalmente, de uma política económica comum de relacionamento com países terceiros. Exemplo disso, ainda na CEE, é a definição da *Pauta Externa Comum* (PEC) e, na sequência disso, a Política Comercial Comum (PCC), que, com “a expansão do comércio internacional se tornou uma das mais importantes políticas da Comunidade. Paralelamente, os sucessivos alargamentos e a consolidação do mercado comum

reforçaram a posição da Comunidade enquanto pólo de atracção e de influência nas negociações comerciais bilaterais com Estados terceiros ou multilaterais, no seio da GATT [Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio] e, mais recentemente, da Organização Mundial do Comercio” (Costa, 2004:68).

Como é sabido, alguns países membros da UE, nomeadamente, a França, o Reino Unido, a Bélgica, a Espanha e Portugal, foram, no passado, potências colonizadoras ou *colaboradoras*, em África. Este facto faz com que a UE sinta a necessidade de associar as ex-colónias e os territórios ultramarinos à política da união (Tratado de Roma, 1957).

De facto, a representação da África na política comunitária reflecte uma certa “solidariedade” europeia com o continente, com a finalidade de “assegurar o desenvolvimento e a prosperidade destes últimos”. Porém, “a definição de uma Política de Cooperação e Desenvolvimento só viria a chegar muito mais tarde, com o Tratado da União Europeia, em 1993”(Costa, 2004:70).

A controversa questão colono/colonizado, entendido pelo comportamento de “bloqueio” nas relações entre os decisores políticos dos países outrora colonizadores com os ex-colonizadores, particularmente em África, é um facto histórico. Embora seja de natureza humana, a divergência de pensamentos, faz com que o desenvolvimento, quando está assente nas pessoas, tem a faculdade de as levar a uma plataforma de entendimento. Por isso, esse imaginado *antagonismo* caracterizado pela “natural” dificuldade de se adaptar a uma nova realidade, marca a cooperação entre os *novos Estados* africanos e os *Estados em reorganização europeus*. Aliás, com maior ênfase para os países africanos, procuravam-se mecanismos de cooperação que lhes permitissem distanciar das *antigas metrópoles*, numa lógica de “afirmação”. Todavia, quando era possível a aproximação, o sentimento dominante era de exigência, de compromisso e de culpabilização, o que dificultava, ainda, um saudável acordo de cooperação ou de parceria.

Do lado europeu, para além da própria *gestão das exigências*, a questão era colocada mais a nível das influências que os Estados, nomeadamente, a França e o Reino

Unido gozavam, no seio da UE, e que estão, de certa forma, reflectidos nos acordos assinados.

4.7.3 De Yaoundé à Revisão de Cotonou, 2010

A cooperação entre a UE/Europa e a África/UA, no percurso que remonta à primeira *Convenção de Yaoundé*, de 1964, conta, até ao *Acordo de Cotonou* de 2010, com 11 iniciativas, entre convenções, um processo e um acordo (Quadro 4.1).

Quadro 4.1 – De Yaoundé a Cotonou, 2010

Convenções, Acordo e Parceria	Data
I Convenção Yaoundé	1964
II Convenção Yaoundé	1970
I Convenção Lomé	1975
II Convenção Lomé	1980
III Convenção Lomé	1985
IV Convenção Lomé	1990
Processo de Barcelona	1995
Acordo de Cotonou	2000
Acordo de Cotonou	2005
Parceria Estratégica	2007
Acordo de Cotonou	2010

Fonte: adaptado de Costa (2009)

Convenções de Yaoundé I e II

As *Convenções de Yaoundé, I e II*, são datadas de 1964 e 1970, respectivamente. Aconteceram quando a associação de Estados membros da CEE, encabeçados pela França, expressaram, em uníssono, o objectivo de se solidarizarem com as colónias, os países e os territórios ultramarinos, com o compromisso de contribuírem para a sua prosperidade, começando logo pela construção de infra-estruturas na sequência da descolonização.

Convenções de Lomé I, II, III e IV

De forma sequencial, de 1975 a 1995, seguiram-se as *Convenções de Lomé*, que conheceram quatro actualizações durante a sua vigência.

A 1.^a *Convenção de Lomé*, de 1975, demonstrava uma cooperação mais pragmática em comparação com as de *Yaoundé*, provavelmente fruto dos 13 anos de experiência e de uma “pré-consolidação” dos Estados. Importa destacar que, do lado europeu e francês, o objectivo passava pela coordenação das actividades comerciais que permitissem garantir a liberdade de acesso ao seu mercado, ao passo que, do lado dos 46 países signatários do acordo, o objectivo passava pela estabilização das receitas de exportação para o número determinado de produtos agrícolas, protegendo-os das flutuações de preços do mercado internacional. Isso levaria, segundo a Convenção, a uma cooperação industrial e financeira que permitisse a criação de instituições destinadas à gestão em comum do conjunto de acordos. Porém, deve-se ter presente que a adesão do Reino Unido à CEE, em 1973, influenciou, de forma considerável, a filosofia da cooperação entre a Europa e a África. Isto é, na 2.^a *Convenção de Lomé*, não obstante passarem de 46 Estados signatários para 58⁵⁹, trouxe também uma nova visão de cooperação para o desenvolvimento que passava pelas políticas de intervenção sectoriais. Deste modo, associava o aprofundamento dos objectivos da 1.^a *Convenção de Lomé*, bem como o estabelecimento da cooperação nos domínios mineiros, da pesca, da energia e outros.

A 3.^a *Convenção de Lomé* contou, com uma vigência de 5 anos, 1985-1990, e redobrou as atenções em torno da promoção do desenvolvimento industrial para o desenvolvimento auto-suficiente, tendo como base a segurança alimentar.

Com referência à 4.^a *Convenção de Lomé*, a mesma contou como uma vigência de 5 anos, de 1990 a 1995, e tinha como *mote* o financiamento, a inovação e melhorias, uma vez que a abordagem incidia sobre a promoção dos Direitos Humanos, a Democracia e a boa governação. Prévia também referência sobre o reforço da posição das mulheres, a protecção do ambiente, a cooperação descentralizada, a diversificação

59 As ex-colónias britânicas das Caraíbas e do Pacífico passariam a ser “reconhecidas” e beneficiárias da cooperação europeia. A nova nomenclatura dos beneficiários passaria a ser “Países de África, das Caraíbas e do Pacífico”, grupo ACP.

das economias dos países do grupo ACP⁶⁰, a promoção do sector privado e o aumento da cooperação regional.

Por outras palavras, em termos de elementos de cooperação internacional similares, por um lado, e distintos, por outro lado, poder-se-iam separar as Convenções de Lomé em duas partes. Uma incluiria as duas primeiras (similitudes) e outra incorporava as duas posteriores. A diferenciação, na nossa opinião, reside no facto das duas últimas Convenções de Lomé assumirem, contrariamente às anteriores, que a “ajuda” obedecia ao carácter “condicional; em consequência, julgamos, da própria conjuntura internacional do fim da *Guerra-Fria* e das directivas de um outro diploma internacional – *consenso de Washington*.

Em 1995, é celebrado o *Processo de Barcelona*, um processo que deve ser inserido na cooperação Europa/África, na medida em que acontece, também, como consequência do *processo de democratização e do ajustamento estrutural* empreendidos pelas IBW nos países do grupo ACP, por um lado, e pelo alargamento mais a Leste do processo de construção da UE, por outro. Nesse contexto, e tendo inclusive presente as “imposições” naturais das relações internacionais (como as novas tensões sociais, a imigração clandestina e outros), a UE cria uma parceria com o “mundo” mediterrânico, que abarca vários países africanos.

O *Processo de Barcelona*, ou *Parceria Euro-Mediterrânica*, constitui, no fundo, a política da UE que visa favorecer a paz e a estabilidade na região do Mediterrâneo, por intermédio de um diálogo político no respeito pelos valores comuns partilhados pelos parceiros, como a Democracia e o Estado de direito, pela prevenção e a resolução de conflitos, e pela prosperidade numa zona de comércio livre.

A clarividência da importância desse processo pode ser conferida nas palavras de Kaldor (2004) ao defender que “a política de segurança da UE deve assentar na segurança humana e não apenas na segurança do estado” (Kaldor, 2004:9).

⁶⁰De salientar, entretanto, que “a África do Sul é um dos membros do grupo ACP, embora não tenha assinado o Acordo de Cotonou, mas antes um acordo de comércio livre com a UE, dado o seu nível de desenvolvimento económico” (Costa *et alii*, 2009:300).

Por isso, “a Europa que se abre à sua vizinhança é assim um contínuo de estados fortes e fracos no plano doméstico, enquanto no plano externo o seu relacionamento vai da «comunidade de segurança» construída no interior da UE (ou da EEE) à anarquia mais ou menos madura que vigora em alguns pontos do sistema, como no caso da relação entre Israel e os seus vizinhos” (Ferreira, 2009:51).

Na viragem para o novo milénio, a temática Euro-Africana ficou marcada pela aposta num diálogo diferenciado que se confina à *Cimeira Europa-África*, de Abril de 2000. Nela, confirmavam-se as vontades repartidas de existência de diálogo político em várias áreas de interesse comum. Com efeito, as partes instituíram alguns mecanismos que iriam marcar uma nova etapa do relacionamento, fugindo dos tradicionais relacionamentos que se processavam a nível regional, sub-regional e nacional, passando a existir um único enquadramento para o relacionamento entre as partes.

Acordo de Cotonou

Ainda em 2000, a 23 de Junho, na cidade de Cotonou, no Benim, reuniram-se um total de 100 Estados, da UE e do grupo ACP, para assinar o *Acordo de Cotonou* com o intuito de regulamentar o comércio entre as partes, implicando, por isso, uma mudança em termos de cooperação, num horizonte temporal de 20 anos, prevendo a sua revisão em cada 5 anos (art. 95), ou seja, a primeira em 2005, a segunda em 2010, a terceira em 2015 e o provável balanço em 2020.

O *Acordo de Cotonou*, porém, tido como inovador ou, melhor, interpretado como “uma introdução às inovações” (Calzuola, 2003:1) ou de “uma renovação da Cooperação Internacional” (Laporte, 2010), pelo facto de existirem, no acordo, instrumentos susceptíveis de estabelecerem uma nova abordagem de política de cooperação para o desenvolvimento, congregando-os em cinco pilares fundamentais, nomeadamente: (1) reforço da dimensão política das relações entre os Estados do grupo ACP e a UE; (2) promoção de abordagens participativas, a abertura à sociedade civil, ao sector privado e aos outros intervenientes não estatais; (3) redução da pobreza por intermédio de estratégias de desenvolvimento; (4) estabelecimento de

um novo quadro de cooperação económica e comercial; e (5) reformulação da cooperação financeira.

Revisão do Acordo de Cotonou

Em cumprimento do art. 95.º do Acordo, em 2005, a UE e o grupo ACP procederam à revisão deste documento, conjugando-o melhor com os princípios da *Declaração de Paris* (2005) e da *Agenda de Accra* (2008) concernentes à eficácia da ajuda, no que concerne à integração formal dos princípios, por um lado, e pela apropriação, alinhamento, coordenação e harmonização, bem como da gestão orientada para resultados e prestação mútua de contas, por outro lado.

Um dos objectivos revistos, isto é, ampliado, foi o da *dimensão política*, incorporando-o nas questões de segurança, com a inclusão de disposições relativas à cooperação em matéria de luta contra a proliferação de armas de destruição maciça, e à cooperação internacional em matéria de luta contra o terrorismo (art. 11.º, alínea b).

A esse propósito, tanto Pereira (2009), como Bigo (2000) dão conta do facto de, no contexto da UE, a gestão do espaço territorial ser construída através da assunção da existência de um «contínuo de segurança transnacional». Por isso, “a cooperação no domínio de segurança assume, no contexto do processo da integração europeia, uma relevância considerável” (Pereira, 2009:192). Aliás, em consonância com a *Estratégia Europeia de Segurança* (2003), a segurança é uma condição prévia do desenvolvimento, pois os conflitos são tomados como destruidores das infra-estruturas, incluindo as de carácter social; incentivam a criminalidade; desencorajam o investimento; e tornam impossível uma actividade económica normal.

Em traços gerais, pode dizer-se que a revisão de 2005 incidiu mais sobre o pilar de *Estratégias de Desenvolvimento e Redução da Pobreza* que incorporou os seguintes elementos:

- a) uma nova referência aos ODM no preâmbulo do acordo, que reafirmasse o empenho dos parceiros nesses objectivos;

b) introdução de uma referência à promoção da luta contra as doenças ligadas à pobreza e à protecção da saúde sexual e reprodutiva e dos direitos das mulheres;

c) no que respeita à cooperação regional, a simplificação dos procedimentos relativos aos pedidos de financiamento e à introdução de medidas que facilitem a cooperação entre os Estados ACP e outros países em desenvolvimento numa base de reciprocidade;

d) introdução de uma disposição sobre o desenvolvimento e a utilização do conteúdo local no que se refere às tecnologias da informação e da comunicação;

e) inclusão de uma disposição relativa à promoção da participação dos jovens na vida pública e ao incentivo dos intercâmbios e da interacção entre as organizações de juventude dos países ACP e da UE;

f) a promoção dos conhecimentos tradicionais, no âmbito do desenvolvimento económico sectorial;

g) o reforço das disposições existentes relativas aos Estados ACP insulares, sublinhando a sua vulnerabilidade perante os novos desafios económicos, sociais e ecológicos, e promovendo uma abordagem harmonizada a esse respeito (Decisão 2005/599/CE do Conselho de 21 de Junho de 2005).

De forma particular e intencional, destaca-se este último *pilar*, na medida em que estão presentes na cooperação UE-África as preocupações atinentes ao objectivo central desse estudo.

4.7.4 A Parceria

Entre os dias 8 e 9 de Dezembro de 2007, naquela que é conhecida como *Cimeira de Lisboa*, (anexo 5), a UE e a África decidiram, no ano em que se celebravam os cinquenta anos da integração europeia e, simultaneamente, os cinquenta anos do início das independências em África, mudar o estilo e o conteúdo tradicional de *cooperação* para a elevar às especificidades de *parceria*, estabelecendo, assim, uma relação de forma complementar e em pé de igualdade.

Não obstante os sinais de mudanças no plano estratégico e económico mundial, de forma particular, em África, a UA apresentava como projecto para o desenvolvimento do continente a NEPAD, como o suporte económico que conduziria a esse desiderato. Do lado da UE, o projecto visava o aumento da sua influência como actor global. Ou, como referem Meunier & Nicolaidis (2005), uma parte do poder da UE, nas negociações internacionais, reside, não só na capacidade de defender os seus interesses nas negociações comerciais internacionais, mas também na exportação do seu modelo regulatório e práticas para o resto do mundo, e na utilização do comércio para a promoção internacional dos seus próprios valores e políticas.

Domínios da parceria

Em rigor, uma *parceria* não se restringe a esta ou àquela matéria em específico, mas em todas julgadas pertinentes, neste caso, para o desenvolvimento, pelo que, na *parceria* entre a UE e a África, se equacionaram os 8 domínios de cooperação (Matriz 5.1), que marcam igualmente o testemunho das ambições das partes de que “tudo o que hoje partilhamos e partilhámos no passado, estamos decididos a construir uma nova parceria política estratégica para o futuro, ultrapassando a tradicional relação doador- receptor e partindo de valores e objectivos comuns, na via da paz, da estabilidade e do Estado de direito, do progresso e do desenvolvimento” (Parceria Estratégica África, 2008:9).

Como consequência da *parceria*, as partes acordaram em enfrentar os desafios políticos necessários, com vista a obter o sucesso (Parceria Estratégica África, 2008). Esses desafios podem ser resumidos da seguinte forma:

- a) distanciar-se de uma relação tradicional e forjar uma verdadeira parceria, caracterizada pela igualdade na realização de objectivos comuns;
- b) procurar tirar partido das experiências e lições positivas adquiridas a partir da relação passada, em que mecanismos e instrumentos bem sucedidos foram aplicados em domínios de acção específicos, e colher os ensinamentos das deficiências verificadas noutros domínios;
- c) promover um retrato de ambas as partes mais rigoroso do que o actual, que substitua o dominado por estereótipos negativos herdados do passado e que ignore a evolução avassaladoramente positiva verificada em ambos os continentes;
- d) encorajar a compreensão mútua entre os povos e as culturas de ambos os continentes e promover uma melhor e mais sistemática utilização da nossa herança cultural e social comum e da nossa diversidade cultural, bem como da riqueza e das oportunidades económicas existentes na Europa e em África;
- e) reconhecer e apoiar sem reservas a liderança africana, tendo em vista a criação de condições favoráveis a um desenvolvimento social e económico sustentável e à efectiva execução de programas de desenvolvimento apoiados pelos parceiros, e sublinhar, neste contexto, a importância de um forte empenho e responsabilidade política de África no apoio dos objectivos e prioridades da parceria;
- f) procurar trabalhar em conjunto para adaptar gradualmente as políticas e os quadros jurídicos e financeiros relevantes, bem como os mecanismos e instrumentos de cooperação pertinentes, às necessidades e objectivos da parceria, e criar uma estrutura que tenha mais em conta os interesses mútuos;
- g) garantir que as relações bilaterais, o diálogo e a cooperação entre um ou mais países europeus e africanos contribuam para a realização dos objectivos fixados na presente *Estratégia Conjunta*;
- h) integrar nas respectivas agendas respostas comuns aos desafios mundiais e

intensificar o diálogo e cooperação no contexto multilateral.

Balanço da parceria

A *parceria* centra-se numa arquitectura institucional susceptível de provocar o diálogo, como se pretende, à volta dos interesses comuns e através de actores diferenciados. Todavia, está patente também a estreita articulação centrada na UA e na UE, que exercem o poder de avaliar periodicamente o ponto da situação do andamento das acções, de modo a garantir-se a efectiva implementação dos projectos. É desta forma que se definiu um conjunto de actividades como, por exemplo, a realização de cimeiras periódicas entre as partes, as *tróikas*, a sociedade civil, e outros.

Desta forma, e percorridos quatro anos, aproximadamente, do estabelecimento da *parceria*, o que chamamos de “balanço” recai sobre o cumprimento (ou não) do primeiro plano de acção (2008-2010), descrevendo as oito acções prioritárias, nomeadamente, governação democrática e Direitos Humanos; comércio, integração regional e infra-estruturas; ODM; energia; alterações climáticas; migração, mobilidade e emprego e ciência, sociedade de informação e espaço; e vinte e duas actividades para responder às referidas acções.

A UE apresentou, em 2009, um relatório intitulado “*Um ano após Lisboa: a Parceria África-UE em acção*” que procurava “medir” o estado da implementação e da execução efectiva da parceria. De entre as inúmeras sugestões, não obstante “solicitações” e “considerações” que vão desde a *arquitectura África-UE*, passando pelo *papel dos parlamentos*, pela *sociedade civil e intervenientes não estatais*, pelos oito pontos das *acções prioritárias*, bem como outros aspectos da *parcerias*, vislumbra-se, entre “congratulações”, “exortações” e “reiteraões”, que o documento manifesta um verdadeiro optimismo, (Resolução do Parlamento Europeu, de 24 de Março de 2009) que pode ser discutível, na prática, se atermos, por exemplo, ao compromisso de Ajuda Pública ao Desenvolvimento.

O documento *Os membros da UE continuam a falhar na Ajuda Pública ao Desenvolvimento* (APD), de 2011, espelha em muito o conteúdo, demonstrando que os níveis de APD estagnaram em 2009 e estão muito aquém dos montantes prometidos para 2010, e

que o conjunto de países da UE foi de 49 mil milhões de euros, ou seja, 0.42% do PIB Europeu, representando, em termos absolutos, menos mil milhões de euros do que os níveis de APD de 2008 (CONCORD, 2011).

Segundo o documento, as quebras com maior significância de APD foram registadas em 14 Estados Membros da UE. De forma particular, na Áustria (-31.2%), Itália (-31.1%), Irlanda (-18.9%), Eslováquia (-17.8%), Portugal (-15.7%), Bulgária (-12.7%), Alemanha (-12.0%) e Grécia (-12.0%).

Revisão do Acordo de Cotonou, 2010

Em Março de 2010, as partes concluíam a revisão do *Acordo de Cotonou*, prevendo honrar, da melhor forma, o compromisso estipulado para 20 anos. A cerimónia de assinatura formal foi realizada em Ouagadougou, Burkina Faso, a 23 de Junho de 2010, aquando da 35.^a Sessão do Conselho de Ministros conjunto ACP-UE. Teve lugar, também, quase que em simultâneo, a 91.^a Sessão do Conselho de Ministro do Grupo ACP como objectivo de traçar estratégias para a cooperação futura, ACP-UE (MNEC, 22 de Junho, 2010).

Tendo entrado em vigor em Novembro de 2010, a 2.^a revisão do Acordo de Cotonu “constitui um momento oportuno para se proceder a ajustamentos, tendo em conta as crises actuais e passadas, nas quais se incluem as alterações climáticas, o forte aumento dos preços dos produtos alimentares e do petróleo, a crise financeira e a extrema miséria em África; considerando que a abordagem das causas profundas destas crises não constitui uma opção mas sim uma necessidade”(Parlamento Europeu, Resolução de 20 de Janeiro de 2010:2).

Nessa revisão, não obstante a ênfase atribuída à promoção da integração regional, prevendo a integração da UA e demais integrações regionais, como actores da cooperação na gestão e resolução de conflitos, a revisão enquadrou, também, os aspectos ligados às mudanças ocorridas na última década, incluindo (1) a incidência sobre a interdependência entre segurança e desenvolvimento, e as ameaças à segurança; (2) o redobrar de esforços no sentido de atingir os ODM; (3) os esforços para mitigar a mudança climática e adaptar-se a eles; (4) a necessidade de envolver vários actores nacionais (sociedade civil, sector privado, e outros) nos objectivos

traçados; (5) e o apelo ao melhor cumprimento das normas internacionais em matéria da eficácia e da coordenação das ajudas (Comissão Europeia, 2010).

Porém, dez anos passaram sobre a entrada em vigor do acordo de Cotonou, e o que vigora, de facto, desde Março de 2001, é a iniciativa *Everything but Arms* (EBA), da UE, em que as importações com destino à mesma a partir dos países em desenvolvimento são permitidas, com excepção de armas.

É igualmente interessante recordar que a implementação dos *Acordos de Parceria Económica* (APE), que eram considerados como *vitais* e urgentes pela UE e pelos países do grupo ACP para promover a integração dos segundos na Economia mundial e partilhar as oportunidades oferecidas pela globalização económica, não passam de uma miragem, na medida em que, até ao presente, apenas um APE foi relativamente conseguidos, o CARIFORUM⁶¹, em 2008.

⁶¹ O APE entre a UE e o CARIFORUM beneficia países como: Antígua e Barbuda, Bahamas, Barbados, Belize, Dominica, República Dominicana, Granada, Jamaica, São Cristóvão e Nevis, Santa Lúcia, São Vicente e Granadinas, Suriname, Trinidad e Tobago. Guiana posteriormente assinado em Outubro de 2008. O Haiti assinou em Dezembro de 2009 e o acordo só entrará naturalmente em vigor depois da ratificação de todos os Estados signatários.

4.8 A cooperação com as Instituições de Bretton Woods

Na sequência da análise da necessidade do desenvolvimento e do aparecimento das IBW (capítulo 3.3), subentende-se que essas instituições são de importância acrescida para o processo de *reconstrução* económica e social dos Estados membros da UA. Todavia, para que esta afirmação seja mais bem entendida, impõe-se conhecer a cooperação/relação que existe (ou existiu) entre as IBW e os países membros da UA ao ponto de determinar o grau de importância.

A cooperação entre as IBW e África é justificada pela necessidade de se ajustarem, de forma estrutural, as economias dos respectivos países a um nível capaz de se integrarem de forma competitiva na Economia mundial, e que podem ser superiores aos domínios identificados na *Matriz 5.1*.

Por não existir uma política uniforme africana que permita cooperar a uma só voz com as IBW ou com outros parceiros, o processo é feito de forma isolada. Porém, esse isolamento, no nosso entender, podia ser uma mais-valia, caso as medidas a serem implementadas servissem as realidades igualmente assimétricas de cada Estado.

Uma vez que a cooperação entre as partes assenta no princípio do *Ajustamento Estrutural*, entendido como um conjunto de acções propostas por essas instituições com o objectivo de estabilizar os desequilíbrios económicos e sociais dos países em situação de crise estrutural, as citadas acções são sempre seguidas por um igual conjunto de reformas políticas, geridas por negociações periódicas entre as IBW e os respectivos Governos beneficiados.

Desta forma, as actividades das IBW em África tiveram interesse, segundo Mosca (2002), pelo facto das “variadas estratégias de desenvolvimento praticadas antes e depois das independências não evitarem que as crises dos países africanos se aprofundassem” (Mosca, 2002:26), ou, se se preferir, os países africanos estavam/estão num processo de desenvolvimento marcadamente inferior ao nível das tendências da nova era da globalização. Assim, restam-lhes duas saídas. Uma, que é a de aceitarem as intervenções das IBW na certeza de um desenvolvimento

capaz de mudar o *status quo* vigente. Os mais cépticos justificam o seu posicionamento com as abordagens de Nilsson & Abrahamsson (1995:18), defendendo que “o objectivo para manter o nível da ajuda externa à África no futuro, embora os interesses estratégicos clássicos tenham mudado, baseia-se na necessidade de encontrar formas que vão ao encontro do desejo dos países ocidentais e os problemas africanos se manterem em África”.

O facto é que, para o bem e para o mal, as economias africanas têm sobrevivido sustentadas pelas IBW, numa dependência tal que, em certa medida, poder-se-ia questionar até que ponto as estratégias das IBW, por intermédio dos PAE, influenciam a (in)dependência económica dos países africanos, uma vez que as condições impostas tendem a promover a dependência económica e financeira.

Recorrendo à abundante bibliografia publicada sobre a temática (Banco Mundial, 1981, 1988, 1989 e 1990; Samir, 1982; FAO, 1999; OUA, 1980, 1985; Bélanger, 1997; Comissão Económica para África, 1982, 1983; Torres, 1986; Lelart, 1997; Ferreira, 2002; Tarp, 1993; Morisson, 1996; Stiglitz, 1998; Hugon, 1999; Walle, 2001; Mosca, 2002; Rocha, 2006; e outros), procurar-se-á ilustrar de forma sucinta as visões tanto ou quanto controversas defendidas pelas IBW, por um lado, e pelos países signatários dessas ajudas, por outro. Concorrem igualmente para o fortalecimento dessa controvérsia os distintos estudiosos da teoria económica, com particular destaque para os neoclássicos e os neokeynesianos, que esgrimem argumentos susceptíveis de sustentarem os principais temas de debate (veja-se o número 3 do capítulo III desta tese).

4.8.1 Medidas de ajustamento estrutural

Entende-se que os objectivos das IBW com a PAE em África extravasam a vertente económica, chegando, pois, à vertente social e a afins (Wutys, 1989) na proporção em que os PAE e os efeitos esperados desse programa têm como prioridade, não apenas “a estabilização do equilíbrio externo”, como também a “reforma da administração central e local” (PNUD, 1989:20) que têm implicações directas na vida das populações.

As medidas de ajustamento acordado assentam sobre cinco áreas, nomeadamente: o sector externo, administrativo central e local, o sector empresarial do Estado, o sector financeiro e nos preços e comércio (Quadro 4.2).

Quadro 4.2 - Medidas de ajustamento estrutural das IBW

MEDIDAS DE AJUSTAMENTO ESTRUTURAL	EFEITOS DESEJADOS
<p>SECTOR EXTERNO</p> <ul style="list-style-type: none"> Desvalorização da taxa de câmbio real Eliminação dos subsídios das importações e redução dos impostos sobre exportações Liberalização das importações 	<ul style="list-style-type: none"> Aumento da competitividade externa, diminuição das importações; aumento das exportações Diminuição das despesas públicas, incentivo da exportação, diminuição das receitas públicas e, consequentemente, do peso do Estado na Economia Aumento da concorrência e da eficiência na utilização dos recursos; possibilidades das empresas nacionais acederem aos <i>inputs</i> importados
<p>ADMINISTRAÇÃO CENTRAL E LOCAL</p> <ul style="list-style-type: none"> Despedimento e reforma de pessoal excedentário Contenção de salários Redução dos investimentos públicos Aumento do preço dos serviços públicos 	<ul style="list-style-type: none"> Redução das despesas públicas e da procura Redução das despesas públicas Redução do défice do sector público através do aumento das receitas e diminuição das despesas; diminuição da procura global Aumento da rentabilidade das empresas públicas
<p>SECTOR EMPRESARIAL DO ESTADO</p> <ul style="list-style-type: none"> Redução dos efectivos <p>SECTOR FINANCEIRO</p> <ul style="list-style-type: none"> Limitação do crédito ao Estado, às empresas públicas e aos sectores não exportadores (política selectiva de crédito) Fixação (aumento) de taxas de juro reais positivas para as operações passivas e activas <p>PREÇOS E COMÉRCIO</p> <ul style="list-style-type: none"> Liberalização do comércio e dos preços Fim dos preços subsidiados 	<ul style="list-style-type: none"> Controlo da oferta da moeda, diminuindo a procura e, especialmente, as importações Incentivo à poupança; controlo da procura agregada através da diminuição do investimento Restabelecimento do sistema de mercado <i>Idem</i>; diminuição da procura e das despesas públicas

Fonte: Serra (2002)

No ano de 1999, as IBW criaram o processo do *Plano Estratégico de Redução da Pobreza* com vista a reforçar o aspecto da redução da pobreza na sua assistência aos países em vias de desenvolvimento. Porquanto, a estratégia das IBW passava pelo

acompanhamento da transformação do *Programa Reforçado de Financiamento para Ajustamento Estrutural*, que é o mecanismo de empréstimos em condições concessionais no *Programa de Financiamento para Redução da Pobreza e Crescimento*, com vista a conferir uma importância mais central à redução da pobreza e ao crescimento dos países pobres (FMI, Julho de 2004).

Embora tenha alcançado resultados positivos, é sabido que a “capacidade de a África acelerar e manter o crescimento depende essencialmente dos seus avanços para a diversificação das fontes de crescimento e sucesso na mobilização dos recursos financeiros internos e externos para incrementar a procura interna em geral e a procura de investimento em particular” (ECOSOC, 2008:7).

A esse respeito, talvez seja pertinente uma abordagem acerca dos domínios específicos dessa cooperação, socorrendo-nos de um estudo sobre as *Condições Económicas e Sociais em África em 2007*, discutido na quadragésima primeira Sessão da Comissão Económica para a África (ECOSOC, 2008:20-22). Chegou-se às seguintes conclusões:

- ❖ No capítulo da aceleração e sustentação do crescimento, os países africanos registaram um grande desempenho económico pelo terceiro ano consecutivo [2006, 2007 e 2008], com uma taxa média de crescimento de 5,8%. O bom desempenho é devido a uma série de factores, incluindo a procura a preços elevados dos produtos de base e aumento de produção nos sectores essenciais, como a agricultura e os serviços. Contudo, o crescimento em África continua a ser volátil em virtude da diversificação económica limitada e o investimento nos sectores sociais permanece baixo em relação aos objectivos do desenvolvimento social de África. Entre outras medidas políticas, o continente africano deve aumentar o investimento nas infra-estruturas e desenvolvimento do capital humano, e promover o investimento privado com vista a diversificar as fontes de crescimento e alcançar taxas de crescimento estáveis e elevadas.
- ❖ No capítulo da optimização dos benefícios e da abordagem dos desafios dos elevados preços de petróleo—continuarão a ser um desafio importante para o crescimento e estabilidade macroeconómica a médio prazo,o aumento do

custo de energia está a restringir o investimento e o crescimento em muitos países africanos importadores de petróleo que estão também confrontados com outros desafios para a estabilidade macroeconómica, incluindo a intensificação de pressões inflacionárias, e crescentes défices fiscais e das operações correntes. Além da boa gestão macroeconómica, os países importadores de petróleo necessitam de maior apoio externo para manter o crescimento e reduzir a volatilidade do crescimento. Os países exportadores de petróleo devem gerir as receitas petrolíferas para garantir a diversificação das fontes de crescimento e principais exportações, e evitar a valorização excessiva da moeda e a acumulação de reservas.

- ❖ No capítulo da transformação dos compromissos de financiamento para o desenvolvimento em actos, foram reconhecidos progressos muito limitados. Que a supervisão dos compromissos feitos pelos países africanos e pelos seus parceiros de desenvolvimento é essencial para a realização dos objectivos do *Consenso de Monterrey*(2002). Os líderes africanos reconheceram isso e criaram um mecanismo para o controlo dos progressos na implementação dos seus compromissos, bem como dos seus parceiros de desenvolvimento. A recente institucionalização de uma *Conferência Ministerial Africana sobre o Financiamento para o Desenvolvimento* é uma iniciativa audaciosa levada a cabo pelos líderes africanos neste domínio. Convém realçar que, na Décima Conferência dos Chefes de Estado e de Governo da UA, realizada em Adis Abeba, na Etiópia, em Janeiro de 2008, os líderes tomaram uma decisão no sentido de solicitar aos países africanos a sua participação activa na *Conferência Internacional de Seguimento sobre o Financiamento para o Desenvolvimento*. A comunidade internacional estabeleceu um mecanismo para fazer o acompanhamento do desempenho dos doadores. Por exemplo, foi estabelecido um *Fórum sobre a Parceria Africana* e um *Painel sobre os Progressos Africanos*, os quais controlaram os progressos na implementação dos principais compromissos sobre o financiamento para o desenvolvimento.
- ❖ No capítulo da transformação do crescimento económico em desenvolvimento social – dava-se conta que o bom desempenho económico

em África, nos últimos anos, não se traduziu em ganhos significativos em termos de desenvolvimento social. Os Governos africanos devem aumentar os investimentos nos sectores sociais, particularmente na Educação e na Saúde, e também melhorar a eficácia das despesas do sector social. Ao mesmo tempo, há necessidade de aumentar os ganhos do crescimento através de uma melhor definição de objectivos na criação de emprego por meio de estruturas macroeconómicas e políticas sectoriais mais gerais e mais flexíveis.

- ❖ No capítulo das políticas a favor de grupos socialmente excluídos – os Governos africanos e os parceiros devem desenvolver estratégias para garantir que o crescimento económico beneficie os grupos mais desfavorecidos, incluindo mulheres, jovens, pessoas idosas, e pessoas portadoras de VIH/SIDA. Além do aumento do investimento público nos serviços sociais que visam esses grupos, os Governos africanos devem considerar políticas que promovem o seu acesso à Educação/Saúde e serviços de saúde, sua participação no mercado de trabalho, e em geral, os seus Direitos Humanos. Ao mesmo tempo, os parceiros de desenvolvimento devem usar os seus programas de assistência para apoiar esses objectivos. A longo prazo, uma sociedade mais inclusiva ajudará os países a permanecerem estáveis, a nível político e social, e a melhorarem o seu potencial de crescimento.

4.8.2 África entre a crise e o crescimento económico

Em 2009, a Directora do Departamento de África do FMI, Monsio Sayeh, comentando o impacto da crise financeira mundial nos países africanos, assegurava que a procura pelas exportações africanas havia abrandado e que os preços de vários produtos de base haviam conhecido uma redução acentuada. Para Sayeh, “a escassez mundial do crédito e a aversão dos investidores ao risco conduziram a uma reversão dos fluxos de carteira, inibiram o investimento estrangeiro e encareceram o financiamento do comércio. Existem sinais de que os fluxos das remessas estejam a abrandar. O impacto sobre os sistemas financeiros da região tem sido limitado até à altura, mas a desaceleração económica provavelmente aumentará o risco de crédito e os créditos

mal parados, além de enfraquecer os balanços das instituições financeiras e das sociedades” (FMI, 24 de Abril de 2009). Segundo ainda a Directora, “as perspectivas para África sofreram uma deterioração acentuada em consequência da crise financeira mundial. As projecções para a África Subsariana apontam um crescimento de 1,5 por cento em 2009, com uma pequena recuperação para quase 4 por cento em 2010, o que ainda se situa abaixo dos níveis anteriores à crise. Essas projecções implicam uma forte desaceleração do crescimento em comparação a 2008, e uma correcção significativa para baixo em relação às projecções publicadas em Outubro de 2008” (*ibidem*). Por isso, “a expectativa agora é de que as posições das finanças públicas e da balança de pagamentos sofram um enfraquecimento substancial até 2010. De ressaltar que os países exportadores de petróleo e produtos de base serão duramente atingidos. Enquanto as perspectivas mundiais permanecerem incertas, os riscos continuarão a pender para a deterioração da conjuntura” (*ibidem*).

Por outras palavras, Sayeh apelava os países africanos a priorizarem a contenção das despesas que, por si, são consequência das ajudas externas, uma vez que o impacto da crise aumentará o fosso da pobreza, bem como colocaria à prova os avanços de estabilização macroeconómica alcançados nos últimos anos.

Os dados previsionais mais recentes das IBW revelam que a economia da África Subsaariana cresceu em 5% no ano de 2010 e que crescerá em 5,5% no ano de 2011. Note-se, entretanto, que, no início do ano, a estimativa era de que o crescimento em 2011 pudesse alcançar 5,9% (FMI, Abril, 2010) e 5,7% para 2012 (FMI, 2011).

Nesse último relatório, Olivier Blanchard, economista-chefe do FMI, defende que a recuperação económica continua a fazer-se a um ritmo mais lento nas economias avançadas, e muito mais rápido nas economias emergentes. Todavia, importa frisar que, com o processo de reforma do BM, os países emergentes e em vias de desenvolvimento, com particular incidência para os africanos⁶², têm beneficiado com uma maior percentagem de voto em nome do equilíbrio no comércio mundial.

⁶² Importa salientar que a África do Sul, um dos membros da UA, é parte dos chamados BRICS.

4.9 Síntese do capítulo

- ❖ O capítulo IV procurou enquadrar os parceiros de cooperação africanos no processo de desenvolvimento de África, pela sua pertinência, uma vez que o continente conta com uma grande dependência de ajudas externas.
- ❖ Na verdade, as ofensivas asiáticas, europeias e americanas aos países africanos e a África, no seu todo, têm-se destacado no contexto da crise financeira mundial como uma nova fronteira no mercado de investimentos internacionais, pelo que se assiste a uma vigorosa disputa entre os parceiros de cooperação africanos no acesso preferencial às fontes de abastecimento de petróleo e dos recursos naturais, em geral.
- ❖ Em consequência das inúmeras assimetrias entre os países membros da UA, o entendimento é que deve existir uma selecção de parceiros, pela mais-valia que cada um detém sob as necessidades previamente identificadas, do lado africano.
- ❖ Assim, o compromisso da parte africana poderá passar pelo levantamento exaustivo das suas necessidades, por intermédio de uma *Matriz* séria, consensual e por uma avaliação de conteúdo.
- ❖ Dessa *Matriz*, foram identificados 10 domínios para a cooperação, nomeadamente: IDE, perdão da dívida, ODM, defesa, paz e segurança, governação democrática e Direitos Humanos, energia, comércio, integração regional e infra-estruturas, alterações climáticas, migração, mobilidade e emprego e, por último, ciência, sociedade da informação e espaço. Quanto a parceiros, foram escolhidos 5, a saber: Estados Unidos da América, República Popular da China, República Federal do Brasil, UE e as IBW.
- ❖ Após reflexão, cada um dos parceiros ficou com a sensação de que, para o desenvolvimento africano, é necessária uma estratégia de cooperação assente na mais-valia dos parceiros em compaginação com as causas do subdesenvolvimento.

CAPÍTULO V

DINÂMICAS DE DESENVOLVIMENTO AFRICANO: A UA E A NEPAD

5.1 Caracterização da União Africana

5.1.1 Introdução

A nível internacional, várias iniciativas sociais, económicos e políticas foram preparadas para simbolizar a entrada no novo milénio. Em África, pensa-se que o marco mais emblemático foi a criação da UA, na medida em que se esperava uma instituição capaz de proporcionar um novo quadro continental que abordasse as questões de desenvolvimento do continente e que fosse uma voz activa e respeitada do mesmo (Declaração de Lisboa, 2007). Na prática, pretende-se uma instituição que não significasse apenas a mudança de denominação em relação, mas uma mudança de pensamento (Diallo, 2008).

A esse respeito, recordam-se as palavras de Amílcar Cabral (1924-1973) que, de entre outros, defendia a existência de uma estrutura política africana (como era o caso da OUA) capaz de reclamar a legitimidade anti-colonial e que fosse conduzida pelos líderes africanos, em direcção à independência dos seus respectivos países (Cabral, 1975).

Após as independências, essa legitimidade política foi interpretada, por parte de certos líderes africanos, como a possibilidade de se perpetuarem no poder. Ainda antes, “decompondo” a OUA e “compondo” a UA, de facto, ficou com a sensação de que a transição acontece nos termos em que a “organização” permanece e a “unidade” dá lugar à “união”.

Na sua comunicação, Cravinho (2010) contribui para o melhor entendimento da questão dos *mesmos autores do passado* ao trazer um exemplo concreto. Isto é, segundo o autor, “basta referir que o mais populoso país do continente, a Nigéria, restaurou um regime democrático em 1999 depois da morte de um ditador temível, Sani Abacha, e que no final de 2002 foi finalmente derrubado o partido que governava o Quénia ininterruptamente desde 1964, embora nestes últimos anos num contexto semi-democrático. Há portanto indicações que vão em sentidos diferentes ou mesmo contraditórios”. Ou seja, uma vez que a estrutura opositora é débil ou inexistente, “a pressão ocidental [é] exercida por via do controle sobre recursos da cooperação

internacional – a chamada condicionalidade política – obrigava a eleições, mas empenhava-se pouco na democratização mais profunda do país”(Cravinho, 2010:2).

A génese da UA como realidade, como uma integração económica e política dos Estados africanos, com ambições de uma organização internacional, pode ser adaptada à da UE que, citando Maltez (1996:539), foi e é “um projecto que, (...), procura construir uma nova entidade política, dotada de instituições e de um novo centro político. Uma nova entidade em processo de integração política e, portanto, dotada de um centro para o qual se transferem lealdades, expectativas e interesses, embora mantendo-se em simultâneo, os velhos centros estaduais de poder político”. Em razão da sua caracterização, para compreender aUA, necessário se torna o conhecimento prévio da sua antecessora, a OUA. Isto é, o contexto da sua criação, objectivos preconizados e a sua vigência, para que se possa justificar a razão da transição.

Consequentemente, para que a caracterização aparente completa, proceder-se-á ao levantamento do percurso que culmina com a apresentação formal da UA, na África do Sul, destacando as principais cimeiras, conferências e eventos afins que contribuíram para a definição de objectivos que se almejam alcançar. E, como não podia deixar de ser, levanta-se a questão de fundo da nossa investigação que ade saber até que ponto o projecto da UA é exequível num contexto tão assimétrico como é o africano.

5.1.2 O percurso da transição: da OUA à UA

Na verdade, o fim da colonização significava, também, o início da OUA, criada formalmente a 25 de Maio de 1963, em Addis Abeba, na Etiópia, que nada mais era senão o culminar de um processo de há quatro décadas (Keita, 2000; Lara, 2005) num instrumento político de reivindicação dos povos africanos contra o colonialismo. Essa reivindicação, que determinava uma nova fase de renovação de esperanças

africanas, consubstanciava, em suma, a luta pela independência por parte dos Estados africanos (Nkrumah, 1967; Ki-Zerbo, 1972, 1980; Almeida, 1994; Lara, 2002)⁶³.

Ao que parece, o marco da transição, no que se refere à partida para a UA, em consequência da conjuntura interna africana e internacional, não é de todo consensual. Porquanto, a abordagem mais comum é aquela que tem com ponto de partida a 35.^a *Sessão Ordinária dos Chefes de Estado e de Governo da OUA* que teve lugar na cidade de Argel, em Junho de 1999 (anexo 2). O evento teria acontecido nesta cidade, provavelmente, pela importância histórica de que a mesma se reveste. Por isso, empenhados em fechar uma etapa caracterizada pelo neocolonialismo e pelas guerras civis, a cimeira teve como ponto alto a apresentação do *diagnóstico* do continente africano e a sua situação comparativa na sociedade global, trazendo à recordação a apresentação do *Plano de Acção de Lagos*, facto que contou, de imediato, com reacções diferenciadas por parte dos Chefes de Estado e dos Governos africanos presentes que, posteriormente, acordaram, por unanimidade, que “estamos profundamente convencidos de que a OUA teve um papel insubstituível no processo de afirmação da identidade política e na realização da unidade do continente. Saudamos os fundadores da Organização, os pioneiros da Unidade Africana, e comprometemo-nos em prosseguir com esta tarefa e continuar a fazer da OUA um instrumento vital das nossas acções colectivas dentro de África e nos nossos relacionamentos com o resto do mundo” (Declaração de Argel, 1999).

Os líderes e representantes africanos presentes concordaram ainda que, apesar da esperança que renasce com o fim da Guerra Fria e das tendências de Paz que emergiam, dando espaço ao desenvolvimento e à integração económica mundial, notava-se um “novo tempo” repleto de renovadas incertezas, sérios riscos e novos desafios que colocavam inúmeras ameaças ao continente, que podemos sintetizar da seguinte forma:

⁶³Na sequência do processo que justificou a criação e vigência da OUA impõe-se, previamente, o breve conhecimento da história de África, da colonização europeia, dos princípios da *Conferência de Berlim* de 1885, da descolonização e de todo um período que se inicia com as teses *pan-americanistas*, de nomes como William Du Bois, Henry Williams, Kwame Nkrumah, Ato Ketema Yufro, Félix Houphouët Boigny, Leopoldo Sédar Senghor e de várias outras individualidades da luta em favor da autodeterminação. Todavia, e centrando-nos nos *efeitos da transição* da OUA para UA, julga-se pertinente salientar, isso sim, o culminar do próprio processo, bem como o objectivo final que consistiu na institucionalização da UA.

- a) os novos desafios da Globalização;
- b) a crescente marginalização de África;
- c) a necessidade de se continuarem os esforços no sentido de existir uma aceitável representatividade nas instituições internacionais, particularmente o Fundo Monetário Internacional, o BM;
- d) a proliferação das armas ligeiras e nucleares;
- e) o surgimento de novas ameaças como o terrorismo, o tráfico de drogas, o crime organizado, entre outros;
- f) a prevalência do Sistema Económico Internacional, o qual faz com que as tendências actuais na esfera económica reduz no espaço de manobra dos países em desenvolvimento (*ibidem*).

Por estes motivos, pode-se concluir que esta cimeira principia, de forma indelével, a “viragem”, com um fim um tanto ou quanto imprevisível. Tanto é que a única certeza era a continuação do processo, meses depois, em Setembro do mesmo ano, na cidade líbia de Syrte. Na verdade, através da Declaração de Syrte, “voltava a reconsiderar-se os desafios inadiáveis do desenvolvimento económico dos seus Estados Membros e povos, principalmente no contexto da incontornável globalização” (Picasso, 2003:14). Ao que parece, a proposta do Presidente da Líbia, Muammar Qadhafi, de transformar a África numa região desenvolvida em pouco menos de dois anos, passava, antes, pelo “renascimento de África (...) pela criação de uma nova organização panafricana no lugar da OUA” (Kadafi, 2004:1).

A esse propósito Almeida salienta que, “quando a 9 de Setembro de 1999, o líder líbio Muammar Qadhafi propôs a criação da tal União Africana, fê-lo no pressuposto, e isto deve ser bem salientado e não esquecido, que a mesma deveria ser só – repete-se e sublinha-se só! – para os países da África Negra abaixo do Deserto do Saara. Ou seja, havia aqui uma manifesta vontade de separar as duas Áfricas que, apudoradamente, os líderes africanos parecem ter já esquecido: a África de

predomínio Árabe-caucasiana, a Norte, e a África de maioria Negra, a Sul” (Almeida, 2009:148).

Como mais tarde afirma Almeida, ainda no contexto da união, o que “sobressaiu, no fim, foi a criação de uma União Pan-Africana onde todos os estados africanos fossem incluídos tendo em consideração que começava a se vislumbrar a emergência de uma Comunidade Económica Africana e que vinha sendo proposta por algumas comunidades sub-regionais” (ibidem). Aliás, pode-se dizer que se efectivava a tese do então Presidente do Gana, Kwame Nkrumah, de “consolidação das Independências à luta contra todas as formas de neocolonialismo incidentes no continente, portanto, só traria efeitos positivos se fossem vistos e combatidos como movimentos pan-africanos, com uma «África Unida» ” (Nkrumah, 1967:41).

Num paralelismo com a OUA, nota-se com a UA também nasceu em consequência de uma sentida necessidade de adaptação a uma nova conjuntura interna – africana – e internacional, fazendo reflectir a dicotomia do passado/presente e futuro, em que almeja viver o Homem Africano.

Na verdade, a história das relações internacionais é abundante nos factos em que a definição da ordem internacional se assemelha à *lei da selva*⁶⁴, em que as vantagens pendem, normalmente, para os actores socialmente mais fortes.

Após 1945, o fim da descolonização trouxe à luz das relações internacionais novos Estados, sobretudo africanos, que contaram para a definição da própria ordem mundial de então. Assim se continuou no período da bipolaridade e, anos depois, com o fracasso do bloco socialista, novos actores internacionais, que não apenas os Estados. Em África, de forma isolada, os Estados não têm grande expressividade nas relações internacionais. Por isso, impunha-se, para o bem da região, a existência de um actor que desempenhasse este papel; de importância indiscutível nas relações internacionais, partindo de uma perspectiva de realismo político, que Maltez (2002:163) define como participante de uma “acção e [que] têm objectivos ou interesses comuns no tocante a realização dessa actividade”.

⁶⁴ É uma das expressões em que os pensadores da escola realista utilizam para reflectir acerca da anarquia que representa as relações internacionais (Kissinger, 2002).

Por seu turno, Besa (2001) e Santos (2007) defendem que esse “actor” deve ser um grande Estado ou uma instituição contextualmente definida pelo seu grau de autonomia em relação ao ambiente relacional, bem como pelo seu grau de complexidade organizacional interna.

Como se sabe, o actor inicial foi a OUA que, durante os seus 40 anos de vigência, enfrentou uma “guerra” assimétrica em diversas frentes. Assim, dá-se o aparecimento da UA como um novo projecto que se adapta ao século XXI, com uma maior intervenção no xadrez político internacional e que concorre, simultaneamente, para o “estabelecimento de relações comerciais (...) com outros centros de decisão” mundial (Bessa, 2001:76).

No fundo, esse actor enquadra-se no processo de integração africana que, como os demais processos, se depararam, normalmente, com a necessidade de resolverem certas questões de fundo. Aliás, Costa (2004), dissertando sobre um dos *actores extra africano*, concretamente, sobre a passagem da Comissão Económica Europeia para a UE, salienta que “o processo de integração comunitária sofreu modificações que transformaram substancialmente a sua essência e tornaram obsoleta a maior parte dos dilemas que caracterizaram os quarenta anos anteriores” (Costa, 2004:77).

Estabelecendo um paralelismo entre o *Acto Constitutivo da UA* e o da OTAN, depara-se que o *Acto Constitutivo da UA* faz fé de que a organização adoptou o princípio de *assistência mútua* que, como a OTAN, representa o alicerce daquela instituição⁶⁵.

Por isso, o projecto da UA é seguramente ambicioso e não se esgota nos preceitos económicos (que nos ocuparão o subcapítulo II deste capítulo) senão, também, aos aspectos de índole social, político, educacional, sanitário, de segurança e outros, ilustrando, deste modo, o interesse de todos os Estados, em parte como resposta aos desafios do novo milénio.

⁶⁵ Segundo o *Tratado do Atlântico Norte*, a *assistência mútua* significa dizer que “as Partes concordam em que um ataque armado contra uma ou várias delas na Europa ou na América do Norte será considerado um ataque a todas, e, consequentemente, concordam em que, se um tal ataque armado se verificar, cada uma, no exercício do direito de legítima defesa, individual ou colectiva, reconhecido pelo artigo 51.º da Carta das Nações Unidas, prestará assistência à Parte ou Partes assim atacadas, praticando sem demora, individualmente e de acordo com as restantes Partes, a acção que considerar necessária, inclusive o emprego da força armada, para restaurar e garantir a segurança na região do Atlântico Norte (Tratado do Atlântico Norte de 24 de Agosto de 1949, artigo 5.º).

A UA (cujo processo começara em Argel, em 1999) seria efectivada na África do Sul, em 2002, “quando a Cimeira de Durban anunciava a entrada em vigor da UA em substituição da OUA” (Picasso, 2003:13)⁶⁶.

Na verdade, o processo em questão, em muito se assemelhou ao que havia culminado em Addis Abeba, há 39 anos, com a institucionalização da OUA. Neste, o começo era marcado pela existência de duas percepções em torno da reforma da OUA. Enquanto uns defendiam o princípio da continuidade/permanência da OUA como o símbolo máximo da unidade africana, outros defendiam uma nova estrutura, com novos objectivos e filosofia, uma reforma no verdadeiro sentido da palavra. Foi necessário o consenso para que o processo de transição não significasse a eliminação da OUA, nem tão-pouco da criação de uma nova organização. Tratava-se no fundo de um “ajustamento estrutural”, em que o problema, em grande medida, passava pela forma e não pelo conteúdo do processo de integração pan-africana. Precisava-se, portanto, de uma estrutura susceptível de responder aos novos desafios, tanto que se abria um período de negociações (Quadro 5.1), de cedência de posições e de convicções, de consultas, numa concertação de três anos sensivelmente (1999 a 2002), procurando, ao fim ao cabo, um ambiente de concórdia necessário para levar a bom porto a instituição que orquestraria o futuro da África. Salienta Picasso (2003:150) que “todo esse exercício testemunha o grande desafio dos africanos e constitui a prova inequívoca de aprendizagem e de maturidade africana na condução do próprio destino a que se propõe”.

Quadro 5.1 – Eventos que marcam o percurso da transição

Argel, de 12 a 14 de Julho de 1999

- Diagnosticou-se o sistema internacional e o seu impacto para África;
- Avaliou-se o papel desempenhado pela OUA durante o sistema bipolar;
- Tomou-se consciência da incapacidade deste instrumento africano na condução dos destinos africanos no sistema internacional do pós-guerra.

Syrte I e II, Setembro de 1999

⁶⁶A respeito, veja o anexo número 3 desta tese.

- Marcaram o arranque de todo o processo de transformação da OUA para a UA;
- Com a Declaração de Syrte: estabeleceu-se uma matriz/umadirecção assente no consenso africano sobre a necessidade premente e urgente de reverter a imagem actual africana.

Lomé, de 6 a 8 de Julho de 2000

- Reforçou-se a matriz a adopção do Acto Constitutivo;
- Clarificou-se a natureza da visão africana;
- Houve encorajamentopara prosseguir, sem reservas, as iniciativas em curso.

Lusaka, de 9 a 11 de Julho de 2001

- Tomaram-se decisões concretas, criando mecanismos que possibilitassem os africanos a traduzir convicções (teóricas) em acções (práticas);
- Redimensionou-seo Acto Constitutivo;
- Operacionalizou-se o apelo deLomé.

Durban,de 9 a 10 de Julho de 2002

- Do que se acordou em Syrte, lançava-se a UA;
- Confirmava-se o cumprimento efectivo dos objectivos políticos da OUA;e
- Reafirmava-se o novo pensamento Africano de que o desenvolvimento económico do continente era um processo endógeno.

Fonte: dados recolhidos de Picasso, 2003:150-151

5.1.3 Os objectivos da União Africana

A efectivação da UA como uma estrutura moderna configura-se em argumentos susceptíveis de melhoria de modo a permitir a inversão do *status quo* dos seus Estados-membros e Povos, e possibilitar que o novo milénio seja o da *viragem africana*.

Segundo a *Acta Constitutiva* da UA (2002:7-8), chega-se à conclusão de que estão definidos catorze (14) objectivos para que a África encontre as rédeas do desenvolvimento, a saber:

- a) realizar maior unidade e solidariedade entre os países e povos da África;

- b) respeitar a soberania, integridade territorial e independência dos Estados Membros de África;
- c) acelerar a integração política e sócio-económica do Continente,
- d) promover e defender posições africanas comuns sobre as questões de interesse para o Continente e para os seus povos;
- e) encorajar a cooperação internacional, tendo, devidamente em conta, a *Carta das Nações Unidas* e a *Declaração dos Direitos do Homem*;
- f) promover a paz, a segurança e a estabilidade no Continente;
- g) promover os princípios e as instituições democráticas, a participação popular e a boa governação;
- h) promover e proteger os Direitos Humanos e dos povos, em conformidade com a *Carta Africana dos Direitos do Homem e dos Povos* e outros instrumentos pertinentes relativos aos Direitos Humanos;
- i) criar as necessárias condições que permitam ao Continente desempenhar o papel que lhe compete na Economia mundial e nas negociações internacionais;
- j) promover o desenvolvimento duradouro nos planos económico, social e cultural, assim como a integração das economias africanas;
- k) promover a cooperação em todos os domínios da actividade humana, com vista a elevar o nível de vida dos povos africanos;
- l) coordenar e harmonizar as políticas entre as Comunidades Económicas Regionais existentes e futuras, para a gradual realização dos objectivos da União;
- m) fazer avançar o desenvolvimento do Continente através da promoção da investigação em todos os domínios, em particular em ciência e tecnologia;
- n) trabalhar em colaboração com os parceiros internacionais relevantes na erradicação das doenças susceptíveis de prevenção e na promoção da boa saúde no Continente.

Na verdade, a capacidade de resposta demonstrada pela OUA conferia uma deficiente resposta aos desafios em prol do desenvolvimento sócio-económico

africano. Nesse sentido, impunha-se aos africanos a (re)criação de uma estrutura que fosse capaz de responder a nova conjuntura internacional e interna africana.

É nesse contexto que Balão (2001) se apontava para a UA, motivadora do espírito de vontades congregadas para cumprir os objectivos da sua criação que passa, também, pela disposição necessária para responder às expectativas e de unir os Africanos à volta desses mesmos objectivos.

A fim de cumprir esses objectivos, a UA adoptou, através do art. 5.º do *Acto Constitutivo*, os dez órgãos que definem a estrutura da instituição (Quadro 5.2).

Quadro 5.2 – Estrutura da União Africana⁶⁷

N.	Órgão da UA	Termo de Referência	Nota
1	A Conferência da União	<p>A Conferência é composta pelos Chefes de Estado e de Governo, ou seus representantes devidamente credenciados.</p> <p>A Conferência é o Órgão Supremo da União.</p> <p>A Conferência reúne-se, pelo menos, uma vez por ano em sessão ordinária. A pedido de qualquer Estado Membro e mediante aprovação de uma maioria de dois terços dos Estados Membros, a Conferência reúne-se em Sessão Extraordinária.</p> <p>O mandato do Presidente da Conferência deve ser exercido, por um período de um ano, por um Chefe de Estado ou de Governo eleito após consultas entre os Estados Membros.</p>	Segundo o artigo 9.º do Acto Constitutivo, conferem-se poderes à Conferência da UA no sentido de estabelecer outros órgãos que vierem a ser necessários.
2	O Conselho Executivo	<p>O Conselho Executivo é composto pelos Ministros dos Negócios Estrangeiros ou outros Ministros ou Autoridades que forem designados pelos Governos dos Estados Membros.</p> <p>O Conselho Executivo reúne-se, pelo menos, duas vezes por ano em sessão ordinária. Poderá igualmente reunir-se extraordinariamente a pedido de qualquer Estado Membro, após aprovação por dois terços de todos os Estados Membros.</p>	
3	O Parlamento Pan-Africano	<p>Com vista a garantir a plena participação dos povos africanos no desenvolvimento e na integração económica do Continente, é estabelecido um Parlamento Pan-Africano.</p> <p>A composição, poderes e organização do Parlamento Pan-Africano serão definidos num Protocolo a ele aferente.</p>	
4	O Tribunal de Justiça	<p>É estabelecido um Tribunal de Justiça da União.</p> <p>O estatuto, composição e funções do Tribunal de Justiça serão definidos num Protocolo específico</p>	
5	A Comissão	<p>É estabelecida uma Comissão que é o Secretariado da União.</p> <p>A Comissão é composta pelo/a Presidente, pelo/a(s) seu(s)/sua(s) Vice-Presidente(s) e pelo/a(s) Comissários/as. Eles/as são assistidos/as pelo pessoal necessário ao normal funcionamento da Comissão.</p> <p>A estrutura, funções e regulamentos da Comissão são determinados pela Conferência.</p>	
6	O Comité de Representantes Permanentes	<p>É estabelecido um Comité de Representantes Permanentes. Ele é composto por Representantes Permanentes junto da União ou outros Plenipotenciários dos Estados Membros.</p> <p>Compete ao Comité de Representantes Permanentes a responsabilidade de preparar o trabalho do Conselho Executivo e agir</p>	

⁶⁷ Veja a respeito o anexo número 1 da presente tese.

		no quadro das instruções do Conselho. Ele pode estabelecer Sub-Comités ou Grupos de Trabalho que considera necessários.	
7	Os Comitês Técnicos Especializados	<p>Cada Comité, na sua respectiva área de competência:</p> <ul style="list-style-type: none"> a) prepara projectos e programas da União e submete-os ao Conselho Executivo; b) garante a supervisão, seguimento e avaliação da implementação das decisões adoptadas pelos Órgãos da União; c) garante a coordenação e harmonização de projectos e programas da União; d) submete ao Conselho Executivo, por sua própria iniciativa ou a pedido do Conselho Executivo, relatórios e recomendações sobre a implementação das disposições deste Acto; e e) realiza quaisquer outras funções a ele atribuídas com o objectivo de garantir a implementação das disposições deste Acto. 	
8	O Conselho Económico, Social e Cultural	<p>O Conselho Económico, Social e Cultural é um órgão consultivo constituído pelas diferentes camadas sócios-profissionais dos Estados Membros da União.</p> <p>As atribuições, poderes, composição e organização do Conselho Económico, Social e Cultural são definidos pela Conferência.</p>	
9	As instituições financeiras	<p>A UA é dotada das seguintes instituições financeiras, cujos estatutos e regulamentos são definidos em Protocolos a elas referentes:</p> <ul style="list-style-type: none"> a) O Banco Central Africano, b) O Fundo Monetário Africano, c) O Banco Africano de Investimento. 	
10	O Conselho para a Paz e Segurança	<p>Promover a paz, a segurança e a estabilidade do continente. Um órgão estruturalmente idêntico ao modelo do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas.</p>	<p>Veja a este respeito o capítulo III, ponto 1.5 – “África/UA: Paz e Segurança e os desafios na nova ordem mundial”</p>

Fonte: Acto Constitutivo da União Africana, 2002

5.1.4 O balanço de actuação da UA

Embora a vigência da UA seja por tempo indeterminado, decorridos nove anos sobre a apresentação formal da instituição (de Julho de 2002 a Julho de 2011), e, mesmo não havendo qualquer documento oficial sobre o assunto em epígrafe, pensa-se poder fazer uma resenha sobre alguns pontos de actuação dessa instituição até a actualidade.

Pensa-se que a UA tem tido uma participação um tanto ou quanto paradoxal, em matéria de alcançar os objectivos definidos no seu *Acto Constitutivo*. Com efeito, um desses actos paradoxais pode ser o seu posicionamento nos recentes conflitos no continente. A título de exemplo, podia-se tomar o impasse na Costa do Marfim a retirada do então Presidente Laurent Gbagbo⁶⁸ sob o comando do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas, ou das *transições democráticas no norte de África*⁶⁹.

Esse posicionamento, que (in)directamente promove objectivos contrários, faz-nos recordar as palavras que teria dito, uma vez, o Presidente Yoweri Museveni, do Uganda, que a UA se pode tornar um “sindicato de ditadores sem poder real para impor o acatamento de um conjunto de normas e procedimentos” (Ngugi, 18 de Julho, 2002).

Na verdade, é escassa a bibliografia que permite um enquadramento mais acabado da situação; porém, não se exclui, ainda que de forma sintética, uma análise factual do paradoxalismo do posicionamento da UA. Isto é, o número reduzido de matérias para promover o balanço real da actuação da UA é por si só um reconhecimento que a

⁶⁸Após a segunda volta das eleições presidenciais de 28 de Novembro de 2010, na Costa do Marfim, em que se opunha o Presidente cessante, Laurent Gbagbo, a Alassane Ouattara, sendo o primeiro reconhecido vencedor pelo Conselho Constitucional, com 51,45% dos votos, enquanto segundo pela Comissão Eleitoral Independente, com 54,1% dos votos, respectivamente. Alassane Ouattara é, por sua vez, reconhecido pela Comunidade Internacional como vencedor do escrutínio (Resolução 1911 do Conselho de Segurança em sua 6.267.^a reunião, em 28 de Janeiro de 2011). Por sua vez, Laurent Gbagbo recusa-se a abandonar o poder, reclamando a recontagem dos votos pelas anomias ocorridas no norte do país. Ambos se autoproclamaram presidentes, metendo o país numa crise política que se vinha arrastando desde 1998.

⁶⁹A transição democrática no Norte de África tem sido marcada por uma série de manifestações de rua, protestos e actos de desobediência civil contra os regimes ditatoriais que, através do efeito de “contágio”, de Janeiro a esta parte, tem vindo a alastrar-se nos países do Norte de África, membros da UA, nomeadamente: a Tunísia, o Egipto, a Líbia, Marrocos e, mesmo ao Sul, o caso de Angola, e as manifestações ou a “marcha da paz” de 5 de Março organizado pelo Partido MPLA e a desistência da do dia 7 do mesmo mês anunciada por cidadãos anónimos na internet contra o Presidente José Eduardo dos Santos, há 32 anos no poder.

instituição e os seus dirigentes não têm governado para os cidadãos; que a letargia que determinou o fim da OUA tem estado de certa forma na UA; etc.

5.2 A Nova Parceria para o Desenvolvimento de África (NEPAD)

5.2.1 Enquadramento

Como o actor global das aspirações africanas, a UA tem desenvolvido esforços no sentido de protagonizar uma nova fase para o desenvolvimento do continente. Para esse fim, a instituição integrou os aspectos da Democracia, da governação, da política económica e social numa única estratégia denominada por NEPAD – Nova Parceria para o Desenvolvimento da África⁷⁰.

Desta forma, centraremos a nossa reflexão sobre a natureza, os propósitos e os objectivos dessa estratégia. Debater-se-ão as seis áreas prioritárias da NEPAD, nomeadamente: as infra-estruturas, o desenvolvimento nas vertentes dos recursos humanos e a “fuga de cérebros”, a agricultura, o ambiente, a cultura e, por último, a ciência e a tecnologia.

Veremos também o suporte financeiro dessa estratégia, uma vez que poderá servir como um ponto para avaliar os resultados esperados. Assim, a reflexão passará, tanto pelos fluxos de capitais, como do acesso aos mercados africanos, no contexto da integração económica africana.

Após a reflexão sobre o balanço da actuação da NEPAD, far-se-á, por último, uma leitura no sentido de procurar entender a aplicabilidade da NEPAD às diferentes realidades africanas.

⁷⁰ Embora a Nova Parceria para o Desenvolvimento de África tenha surgido como uma iniciativa empreendida pela OUA e transferida para a sua sucessora, a UA, Jauch (2003:17) defende que o seu estatuto não é claro quanto à legitimidade “em muitos documentos como a iniciativa/projecto da OUA” ou “o mecanismo de implementação de UA”. Para o autor, “isto sugere que a NEPAD e as suas estruturas de implementação estão quanto tanto numa relação secundária com a UA”. A esse respeito, Ohiorhenuan (2002) salienta que a cooperação entre as duas instituições (UA/Nova Parceria para o Desenvolvimento de África) pode ser entendida como uma relação de igualdade entre as duas entidades (Ohiorhenuan, 2002:15), porque não está claro que a condição de membro na UA significa, por inerência, a participação na Nova Parceria para o Desenvolvimento de África.

5.2.2 A NEPAD e o renascimento africano

O então presidente do Gana, Kwame Nkrumah, um acérrimo panafricanista, teria dito aquando da independência do seu País, em 1957, que “devemos medir o nosso progresso pela melhoria da saúde dos povos; pelo número de crianças na escola, pela qualidade de água e electricidade nas nossas cidades e aldeias, e pela alegria vivida pelo nosso povo por ser capaz de gerir as suas próprias vidas. O bem-estar do nosso povo é o nosso primeiro orgulho, e é por isso que o meu governo pede que seja julgado” (Ejime, 2004:1).

O *desenvolvimento* enquanto efeito de se desenvolver é, também, o fenómeno de crescimento sustentado do nível de vida de um País ou região, quantificado pelo PNB médio por habitante (Neves, 2004) e que é o objecto de estudo dos pensadores da ciência económica (Diniz, 2006; Stiglitz, 2006; Clark, 2007; Costa, 2010).

Por isso, decorridos cinquenta e quatro anos sobre a data da proclamação desta citação, parece-nos a actualização da mesma, na actual realidade africana, para estabelecer a “ponte” que permite compreender a natureza e os propósitos da NEPAD.

Uma das insuficiências da OUA prende-se com a cooperação internacional para o desenvolvimento pelo facto da Organização não ter possuído uma estrutura determinada para o fazer. Provavelmente por isso, os Chefes de Estado e Governo africanos conceberam a UA e propuseram a NEPAD como um quadro para uma nova relação de parceria entre a África e a comunidade internacional, na perspectiva de que a NEPAD seja transversal na matéria em debate.

Segundo o Secretariado da NEPAD, a parceria deve ser entendida em duas dimensões. Uma, no plano interno, entre Africanos, trata-se de indivíduos, de Estados ou de organizações económicas regionais. Porque, o que se pretende, neste plano, é convidar os líderes africanos a pensarem África como um todo integrado, de modo que sejam criadas as condições e o ambiente de confiança essenciais para o cumprimento dos objectivos definidos.

Outra, no plano externo, pretende-se recolocar África na comunidade e no comércio internacionais, de forma a captar as ajudas externas necessárias. Destacando-se, neste

segundo plano, desde 2000, iniciativas da NEPAD com o G8, a UE, os Países Nórdicos, as Nações Unidas e o Fundo Monetário Internacional (Dogonyaro, 2002).

Desta forma, a NEPAD aparece como uma aposta ao desenvolvimento que implica necessariamente, para a sua efectivação, uma cooperação/parceria com países e blocos regionais africanos e estrangeiros, fundamentada no conceito de justiça económica distributiva (Dupuy, 2001; Nunes, 2004).

Assim, e pelo facto do direito ao desenvolvimento ser inalienável, (Carta da ONU, artigos 1.º a 3.º), Andrade (2008:11) serve-se desse pressuposto para defender que “o processo de desenvolvimento não é um resultado natural de livre jogo das forças de mercado, mas deve ser planejado e dirigido pelos poderes públicos, com participação do povo”.

Acerca ainda do direito ao desenvolvimento, Piovesan (2006:20) defende que “é nada mais que o direito a uma repartição equitativa concernente ao bem-estar social e económico mundial, pois reflecte uma demanda crucial de nosso tempo, na medida em que quatro quintos da população mundial não mais aceitam o fato de 1/5 da população mundial continuar a construir suas riquezas com base em sua pobreza. Assimetrias globais revelam que a renda dos 1% mais ricos supera a renda dos 57% mais pobres na esfera mundial”.

É deste pressuposto que Sen (2003) concebe o desenvolvimento como um processo de expansão das liberdades reais que as pessoas podem usufruir. Todavia, Roque defende que, “para a concretização da visão estratégica proposta, os líderes legítimos, actuais e futuros, terão de enfrentar com determinação e patriotismo o desafio histórico de definir para os seus países um caminho que transcenda a herança recente e os conduza à satisfação dos objectivos-chave da NEPAD, no âmbito da UA, e ao cumprimento dos ODM estabelecidos na Cimeira do Milénio das Nações Unidas” (Roque, 2007:176)

Impõe-se dizer que a NEPAD resulta da aglutinação de três planos distintos para o desenvolvimento de África. De entre estes, destaca-se o *Plano Ómega*, do então Presidente sul-africano, Thabo Mbeki. O seu objectivo era o de se conceber um plano para o desenvolvimento de África que se adequasse ao renascimento do continente

que, em suas palavras, recordava Edward Blyden (1832-1912), intelectual africano altamente respeitado, que advogava que os africanos deviam tomar as rédeas do seu próprio desenvolvimento. Desta forma, os Africanos deviam mostrar que eram capazes de avançar e desbravar o seu próprio caminho (*Report on the NEPAD*, Janeiro, 2002).

Concorreram igualmente para a criação da NEPAD as ideias do então Presidente nigeriano, Olusegun Obasanjo, e do Presidente da Argélia, Abdelaziz Bouteflika, de se criar um plano susceptível de catapultar o desenvolvimento do continente. Daí a necessidade de encontrar novas saídas descritas no *Millenium African Plan* (Trindade, 2006; Ouedraogo, 2007; Roque, 2007).

Importa salientar ainda que, na mesma época, por coincidência ou não, o Presidente líbio, Muamar Kadhafi, que sempre defendeu o renascimento de África por uma nova organização panafricana no lugar da OUA, teria entendido o surgimento da NEPAD como um plano para enfraquecer os seus propósitos de renascimento. Isto é, “os autores da NEPAD desmentiram reiteradamente este argumento e a ideia de que a NEPAD visasse rivalizar com a UA, fazendo muitos esforços para fundir os dois projectos” (Ejime, 2004:2).

Como vimos no capítulo IV, a primeira fase do Acordo de Cotonou, iniciada em Fevereiro de 2000, estava vigente. Nesse mesmo ano, os ODM da ONU foram aprovados na sua Assembleia-Geral da terceira semana de Setembro, com uma vigência de quinze anos, objectivosesses que viriam a tomar o continente africano como um dos fiéis signatários.

Nessa mesma linha de pensamento, Ouedraogo e Jauch dão conta que o primeiro *draft* de documentos sobre a NEPAD haviam sido apresentados em Março de 2001 “en dos documentos (...) en la cumbre extraordinária de la Organización de la Unidad Africana (OUA) en Sirte (Líbia). Se constituyó un grupo de expertos com el mandato de estudiar los dos planes. Se trata de los representantes de los cuatro países iniciadores antes citados, además de Egipto, incorporado a este núcleo, y los de instituciones clave como la CEA (Comisión de las Naciones Unidas para África) y la BAD (Banco Africano de Desarrollo). Al término de varias reuniones de trabajo se realizo la fusión de los dos

planes en uno único, bajo el nombre de Nueva Iniciativa Africana (NIA)” (Ouedraogo, 2007:75; Jauch, 2003:10).

É nesse contexto que, os Chefes de Estado e de Governo africanos se comprometeram em Lusaka, na Zâmbia, na última Conferência da OUA, de Julho de 2001, em promover nos seus países, na sua região e em toda a África, a paz, a segurança, a Democracia, a boa governação, o respeito pelos Direitos Humanos e uma saudável gestão económica, como uma estratégia para orientar o desenvolvimento de África no século XXI.

Em Outubro do mesmo ano, “el Comité de Puesta en Marcha de la NIA reunido en Abuja (Nigeria) considero que se debía cambiar el nombre del plan e intituyó a partir de entonces el Nuevo Partenariado para el Desarrollo de África, cuyo acrónimo inglés se mantuvo como sigla única: New Partnership for Africa’s Development (NEPAD) [porque] debía encarnar, más allá de los aspectos técnicos, una nueva visión del desarrollo de África”(Ouedraogo, *op. cit.*:76).

A NEPAD, segundo o primeiro parágrafo da declaração da sua institucionalização, “é uma promessa dos líderes Africanos, baseada numa visão comum e convicção firme e compartilhada que tem um dever urgente de erradicar a pobreza e colocar os seus países, não só individualmente, mas também colectivamente no caminho de crescimento e desenvolvimento sustentável e ao mesmo tempo, participar activamente na economia e na conjuntura da política mundial. Este programa está firmado na determinação dos Africanos de se libertarem eles mesmos e o continente, do mal-estar do subdesenvolvimento e da exclusão num mundo globalizado”(NEPAD, 2001, parágrafo 1). Por isso, a NEPAD, na teoria, dá ênfase às reformas institucionais como a utilização de meios de avaliação que permitem instaurar a boa governação nas estruturas dos Estados. É de ressaltar que os seus fundamentos passam necessariamente pelo fortalecimento da democracia, da boa governação, da governação económica e da governação das empresas, dos privados e da sociedade civil.

5.2.3 Objectivos estratégicos da NEPAD

Enquadramento

Constituindo a África um conjunto complexo de heterogeneidade que vai de povos até os ambientes naturais e geográficos, passando naturalmente pelo cultural, linguístico, histórico e outros (Roque, 2007), ainda antes de se desenhar objectivos, julga-se imperativo salientar que, para se alcançar qualquer desenvolvimento digno do nome nesse continente, devem-se antes equacionar certas condições para o sucesso desses objectivos.

No nosso entender, para o sucesso dessa estratégia, torna-se imprescindível que o *desenvolvimento* constitua verdadeiramente o objectivo superior de todos, tanto dos decisores como dos comuns cidadãos. Porém, esse envolvimento baseado num quadro conceptual definido pela *integração*, orientado pelas *políticas públicas*, tenderá mais facilmente a atingir os objectivos traçados. É importante que a iniciativa seja, de facto, comunitária e que as mais-valias encontradas das assimetrias de cada um sejam entendidas *geo-socialmente* por todos, tornando, desta forma, possível o almejado *desenvolvimento*.

Os objectivos da NEPAD

A *Association for Forest Development and Conservation* (AFDC), sintetiza os objectivos da NEPAD como o “empenho dos líderes Africanos para colocar o continente numa trajectória acelerada de desenvolvimento económico, social e tecnológico” (AFDC, 2002:36). Repare-se que, em matéria de paz, segurança, Democracia e governação política, por exemplo, os decisores africanos teriam, provavelmente, aprendido com os erros do passado, que essas ferramentas constituem condições basilares para o desenvolvimento sustentável do continente. Por essa razão, incluem-se três elementos nesta iniciativa, a saber:

- 1) a criação de condições de segurança a longo prazo;

- 2) a criação de instituições africanas especializadas no aviso prévio de conflitos, bem como a elevação da capacidade de prevenção, gestão e resolução de conflitos;
- 3) a institucionalização dos compromissos para com os valores fundamentais da parceria.

Embora a disponibilidade de fundos para empreender projectos seja uma das causas normalmente apresentadas, reconhece-se, porém, que existem outras limitações para a melhor implementação de programas de desenvolvimento. Uma delas é o nível da assimetria entre os Estados signatários da NEPAD, o nível sócio-económico e outros. Seja como for, pensa-se ser possível que certas limitações podem ser supridas mediante o grau de importância/interesse que é atribuído pelos decisores, pela estratégia definida, através de uma abordagem de *políticas públicas* para o desenvolvimento. Isto é, os decisores africanos da NEPAD devem implementar medidas capazes de produzir resultados; fazer conjugar as ideias de desenvolvimento com os melhores princípios democráticos através de um *modelo de desenvolvimento geo-social*, e torná-las vinculativas para o desenvolvimento comunitário.

Desta forma, e como cabe à UA (à NEPAD) a tarefa de, em consonância com os Estados membros, perspectivar o crescimento e desenvolvimento sócio-económico africano, reduzindo a pobreza e almejar o bem-estar colectivo, uma atenção particular deve ser atribuída ao desenvolvimento de recursos humanos, como a “ponte” para o exercício do poder governativo nos diferentes países. Assim, a nova iniciativa africana equaciona, para o seu sucesso, o reforço de cooperação com as estruturas económico-financeiras dos diferentes Estados-membros da UA, nomeadamente, com os Ministérios que tutelam as Finanças e com os Bancos Centrais a fim de promoverem um planeamento credível e exequível que permita melhorar a qualidade da gestão económica e financeira pública, assim como a governação corporativa que, por consequência, implica também o fortalecimento dos projectos integracionistas no continente e uma maior competitividade na Economia mundial.

Partindo dessa visão, a NEPAD foi transformada em Agência de Planificação na 24.^a *Reunião do Comité de Chefes de Estado e de Governo de Orientação da NEPAD*, a 29 de Janeiro de 2011, em Addis Abeba, traduzindo-se num importante resultado para a integração da NEPAD nas estruturas e processos da UA (NEPAD, 2011:1).⁷¹

O Director Executivo da NEPAD, Ibrahim Mayaki, dava conta disso, ao dizer que “o propósito da transformação da NEPAD em Agência de Planificação era de forma a facilitar a execução de programas e projectos de alta qualidade para promover o desenvolvimento e integração regional de África”(Oje, 16 de Agosto de 2010). Porquanto, o antecedente desta transformação é datado de Julho de 2003, aquando da Segunda Cimeira da UA realizada em Maputo, em Moçambique, em que se acordou na necessidade de promover uma melhor gestão da nova arquitectura africana de políticas para o desenvolvimento, a fim de engendrar um desempenho mais coeso e efectivo. Na mesma conformidade, os líderes africanos mandataram o Presidente da Comissão da UA para, em consulta com o Comité de Implementação de Chefes de Estado e de Governo da NEPAD, operacionalizar a integração da NEPAD nas estruturas e nos processos da UA. Todavia, a desejada integração não se materializou, apesar dos inúmeros esforços exercidos até à 18.^a Sessão do Comité de Implementação de Chefes de Estado e de Governo e à 10.^a Cimeira da UA, de Janeiro/Fevereiro de 2008, que adoptou a [Decisão Assembly/AU/10(X)] de se avançar com a integração da NEPAD imediatamente e de forma expedita.

Decidiu-se também que as conclusões de 13 pontos da Cimeira de Reflexão de Argel, de 2007, deviam servir de base para o processo de integração a fim de assegurar coerência entre o trabalho do Secretariado da NEPAD e o da Comissão da UA (Termos de Referência para o Estudo sobre a Integração da NEPAD nas estruturas e nos processos da UA, 2008).

Segundo os *Termos de Referência para o Estudo sobre a Integração da NEPAD* nas estruturas e nos processos da UA, a Cimeira de Argel, entre outros aspectos, apelava

⁷¹Cabe dizer que esta transformação se deveu em grande medida às críticas apontadas à Nova Parceria para o Desenvolvimento de África por parte de vários autores e políticos, como, por exemplo, Chikezie (2002).

para um estudo sobre a transformação da NEPAD numa Autoridade de Planificação e Coordenação da NEPAD, e determinara a sua estrutura e o seu perfil. Essas decisões foram reforçadas, ainda mais, pela *Cimeira de Revisão de Dakar*, de 15 de Abril de 2008, em cuja ocasião várias propostas foram feitas em torno das disposições institucionais da NEPAD. Estas incluíram, entre outros: a necessidade de um estudo para informar a integração da NEPAD na UA; a manutenção do quadro filosófico subjacente à NEPAD; a harmonização das funções da NEPAD para evitar duplicação com outros Órgãos da UA; e a transformação da estrutura de gestão e de governação da NEPAD. Foi também colocada ênfase na necessidade da identificação de mecanismos sustentáveis de financiamento para o trabalho da NEPAD a fim de se evitar a dependência de doadores.

Independentemente disso, equacionadas as potenciais acções susceptíveis de inviabilizar novas iniciativas, os Chefes de Estado e de Governo dos Estados Membros da Conferência inaugural da UA, de 8 de Julho de 2002, em Durban, na África do Sul, na sua *Declaração sobre a Democracia, a Governação Política, Económica e Social* criaram, oficialmente, a NEPAD e concordaram em (OUA, AHG/235:3) trabalhar juntos em matéria de políticas e de acções para a materialização dos objectivos preconizados, nomeadamente: a Democracia e a Boa Governação Política, a Governação Económica e Social, o Desenvolvimento Sócio-económico e o Mecanismo Africano de Avaliação pelos Pares que passamos a abordar em separado.

A Democracia e a Boa Governação Política

Sobre a *Democracia e a Boa Governação Política*, a NEPAD definiu, em síntese, cinco objectivos e um plano de acção (Quadro 5.3) com vista à democratização e suas melhores práticas nos países membros da UA.

Quadro 5.3 – Objectivos e plano de acção para a Democracia e a Boa Governação

A Democracia e a boa governação	Objectivos	Plano de acção		
	Promover a Democracia e os seus valores essenciais	Estar atentos para que as constituições nacionais respectivas reflectam as ideias democráticas e garantam uma governação manifestamente responsável; encorajar a representação política; permitir, desta feita, a todos os cidadãos a participação no processo político num ambiente político livre e justo; aplicar a adesão rigorosa à posição da UA sobre as mudanças de governos anticonstitucionais e outras decisões da nossa organização constitucional, que visem a promoção da Democracia, da boa governação, da paz e da segurança; reforçar e, se necessário for, implementar uma administração eleitoral adequada e órgãos de vigilância nos países respectivos e disponibilizar os recursos necessários à capacidade de organização de eleições livres, justas e credíveis; <u>reavaliar e</u> , se possível, reforçar os mecanismos e as normas de acompanhamento das eleições sub-regionais e da UA; fortalecer a tomada de consciência do público sobre a <i>Carta Africana</i> , sobre os Direitos Humanos e dos Povos, particularmente nas instituições educativas” (OUA, AHG/235:4-5).	Adoptar normas claras, medidas e indicadores claros de boa governação aos níveis nacional, sub-regional e continental; uma função pública responsável, eficiente e efectiva; velar para o bom funcionamento dos parlamentos e de outras instituições de responsabilidade nos nossos países respectivos, incluindo os comités parlamentares e os órgãos contra a corrupção; e garantir a independência do sistema judicial que possa prevenir os abusos de poder e a corrupção” (<i>idem</i> :5).	Facilitar a implantação de organizações da sociedade civil dinâmicas, incluindo o reforço de instituições de Direitos Humanos aos níveis nacional, sub-regional e regional; apoiar a Carta, a Comissão e o Tribunal Africanos sobre os Direitos Humanos e dos Povos, como instrumentos cruciais para garantir a promoção, a protecção e o respeito pelos Direitos Humanos; reforçar a cooperação com o Alto-Comissário das Nações Unidas para os Direitos Humanos; e garantir a liberdade de expressão responsável, incluindo a liberdade de imprensa (<i>idem</i>).
	Combater e erradicar a corrupção			
	Restabelecer a estabilidade, a paz e a segurança no continente africano			
	Avançar com a causa dos Direitos Humanos			
	Garantir que as mulheres tenham todas as oportunidades de dar o seu contributo em termos de igualdade			

Fonte: dados recolhidos na OUA, AHG/235:4-5

A Governação Económica e Social

Acerca da *Governação Económica e Social*, são reconhecidos os requisitos essenciais para a promoção do crescimento económico e da redução da pobreza. Aprovaram-se, por isso, oito medidas prioritárias para promover a eficácia do mercado e três normas de transparência e de gestão financeiras, perfazendo onze objectivos específicos (Eyene MBA, 2003) que traduzem uma exigência mínima, para o funcionamento cabal da boa governação económica e social (Quadro 5.4).

Quadro 5.4 – Governação Económica e Social

Governação Económica e Social	Medidas prioritárias	Normas de transparência e de gestão financeira
	<i>Melhores Práticas nos domínios Monetário e Financeiro</i>	<i>Princípios de Sistemas de Pagamento</i>
	<i>Melhores Práticas no domínio da Transparência Fiscal</i>	
	<i>Melhores Práticas no domínio da Transparência Orçamental</i>	
	<i>Orientações para uma Boa Gestão da Dívida Pública</i>	<i>Recomendações sobre o Branqueamento de Capital</i>
	<i>Princípios de Boa Governação na Sociedade</i>	
	<i>Princípios de Contabilidade Internacional</i>	
	<i>Princípios de Auditoria Internacional</i>	<i>Princípios essenciais de regulamentação de títulos e de seguros</i>
	<i>Princípios Fundamentais de Controlo Bancário Efectivo</i>	

Fonte: Dados recolhidos na OUA, AHG/235:6

O Desenvolvimento Sócio-Económico

Na sequência do que se disse acerca do *Desenvolvimento Sócio-Económico* (Capítulo II), não restam dúvidas de que, utilizando os mesmos critérios para medir os principais indicadores do desenvolvimento sócio-económico nos diferentes países membros da UA, o resultado será naturalmente assimétrico. Nessa lógica, a NEPAD tem o mérito de equacionar o facto da pobreza só poder ser oficialmente debatida pela via da: “democracia, boa governação, paz e segurança; desenvolvimento de recursos humanos e físicos; igualdade entre o homem e a mulher; abertura ao comércio internacional e ao investimento; disponibilidade de fundos adequados para o sector social; e novas parcerias entre os governos, o sector privado, e a sociedade civil” (OUA, AHG/235:6-7). Assim sendo, a NEPAD afirma a convicção de que o desenvolvimento da África começa pelo trabalho em prol da melhoria dos recursos humanos, através da melhor educação e formação, pelos melhores cuidados de saúde e priorizando a erradicação do HIV/SIDA e de outras doenças pandémicas. Por conseguinte, o desenvolvimento socioeconómico do continente passa, como não podia deixar de ser, uma vez mais, pelo reconhecimento de igualdade de género, pelo encorajamento de novas parcerias entre o Governo e o sector privado, pelo fortalecimento das integrações económicas regionais africanas e da própria UA, pelo incentivo de uma nova forma de cooperação

internacional à altura dos objectivos da NEPAD, facilitando, desta forma, um ambiente económico igualmente inovador, susceptível de proporcionar um maior acesso ao mercado dos produtos de exportação.

O Mecanismo Africano de Controlo pelos Pares

O *Mecanismo Africano de Avaliação pelos Pares* (APRIM ou MAEP, nas siglas em inglês e em português, respectivamente), segundo a declaração da NEPAD e com base numa adesão voluntária, “procura promover a adesão aos compromissos contidos nesta Declaração e a sua devida consideração. O Mecanismo define as instituições e os processos que nortearão os futuros contornos dos pares baseados nas medidas e normas mútuas de democracia, governação, política, económica e social” (OUA, AHG/235:8).

O *mecanismo* funciona como uma estrutura “de auto-monitorização africana, baseado num modelo de revisão paritária, de forma a assegurar que as políticas e as práticas de Estados participantes se conformem aos valores, aos códigos e aos padrões de governação democrática, política, económica e corporativa concordados no âmbito da assinatura do memorando de entendimento” (Semedo, 2010:22).

Num total de 53 Estados que compunham o figurino da UA, dois anos após a implementação da NEPAD, em 2003, 16 países⁷² haviam acedido ao APRIM. Actualmente, isto é, 10 anos decorridos sobre a data da implementação da iniciativa, contabilizam-se 28 adesões das quais apenas 13 foram efectivamente avaliadas (Quadro 5.5).

⁷²Nomeadamente: Argélia, Burquina Faso, Camarões, Congo, Etiópia, Moçambique, Nigéria, Gana, Quénia, Ruanda, Senegal, Uganda, Gabão, Ilhas Maurícias, Mali e África do Sul.

Quadro 5.5 – Países da UA que aderiram ao Mecanismo Africano de Avaliação pelos Pares

N.º	País	Região	Admissão
1	Camarões	África Central	29.08.2006
2	Gabão		29.08.2006
3	Congo		29.08.2006
4	Ruanda		29.08.2006
5	São Tomé e Príncipe		Sem informação
6	Etiópia	África do Este	10-14.06.2008
7	Quénia		26-27.07.2004
8	Maurícias		28-30.06.2004
9	Sudão		Solicitou
10	Tanzânia		24.07.2010
11	Uganda	África do Norte	Solicitou
12	Argélia		07.11.2007
13	Egipto	África do Sul	Solicitou
14	Angola		Solicitou
15	Lesoto		Solicitou
16	Malawi		Solicitou
17	Moçambique		Solicitou
18	África do Sul		09-11.11.2005
19	Zâmbia	África do Oeste	Solicitou
20	Benim		--.02.2008
21	Burquina Faso		Solicitou
22	Gana		04-16.04.2005
23	Mali		Solicitou
24	Mauritânia		Solicitou
25	Nigéria		21-24.03.2005
26	Senegal		Solicitou
27	Serra Leoa		Solicitou
28	Togo		Solicitou

Fonte: Dados recolhidos da APRIM, 2011

Segundo Kanbur (2004), o “Mecanismo Africano de Avaliação pelos Pares foi apresentado como um elemento chave da Nova Parceria para o Desenvolvimento de África”⁷³, pelo que “é importante que haja um debate intensivo sobre o MAEP quanto aos conceitos e ao plano”. Por isso, o autor argumenta que o Mecanismo Africano de Avaliação dos Pares, “embora seja uma adição bem-vinda à estrutura institucional pan-Africana, o seu design terá que ser melhorado para que se torne realmente bem-sucedido. Em primeiro lugar, O Mecanismo Africano de Avaliação dos Pares deveria reduzir drasticamente o campo de acção das suas avaliações, se pretende emitir avaliações competentes. Em segundo lugar, a NEPAD deveria designar recursos significativos para permitir que as sociedades civis dos países a serem avaliados façam

⁷³ A respeito, veja o anexo 4 desta tese.

as suas próprias avaliações e que possam também fazer uma crítica da avaliação do Mecanismo Africano de Avaliação dos Pares” (Kanbur, 2004:2).

Efectivamente, o processo de adesão à UA tem particularidades. Por assim ser, é nossa opinião que o MAEP deveria ser mais rigoroso e obrigatório. Aliás, para Diallo (2008:76), “o programa da NEPAD é um acordo de cavalheiros, pois não compromete o Estado, comprometendo somente a pessoa do signatário. A consequência da violação do programa é política, pois o acordo envolve pessoalmente o mandatário, não gerando responsabilidade internacional”.

A NEPAD conta, igualmente, com um Comité de implementação de Chefes de Estado e de Governo da UA que dá corpo aos objectivos dessa iniciativa e que “irá ter um nível de gestão e acompanhamento à escala nacional, regional e continental (...) responsável pelo apoio técnico e político, em matéria de definição de políticas e de linhas de actuação” (Trindade, 2006:61).

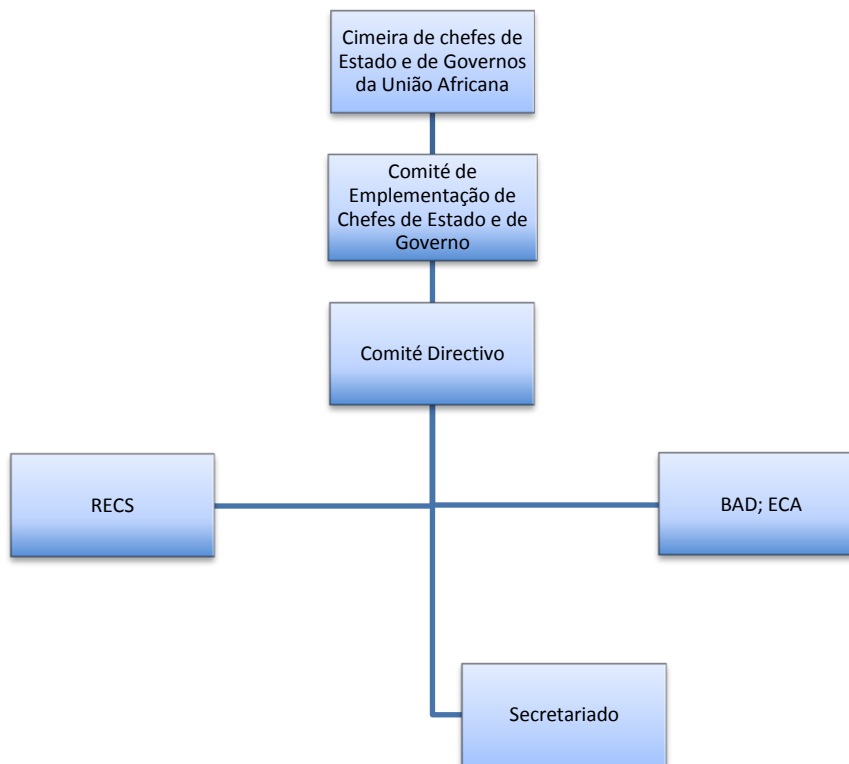
O mencionado Comité tem como atribuições:

- a) a identificação de questões estratégicas que carecem de investigação, planificação e gestão ao nível continental;
- b) o estabelecimento de mecanismos encarregue de rever o progresso na realização de metas e observação de padrões mutuamente acordados;
- c) a revisão do progresso feito na implementação de anteriores decisões e adopção de medidas apropriadas para resolver problemas e atrasos.

A orgânica de funcionamento da NEPAD é constituída pela (1) *Cimeira dos Chefes de Estado e de Governo da União Africana* – órgão máximo que delibera e dirige as iniciativas programáticas da NEPAD; (2) *Comité de Implementação dos Chefes de Estado e de Governo* – o órgão responsável pela preparação das estratégias de acção e os programas de implementação da NEPAD; (3) *Comité Directivo* – o órgão de supervisão dos trabalhos do Comité, prepara as agendas de reuniões e dirige as acções do Comité de Implementação; e o *Secretariado* – que prepara os trabalhos do Comité Directivo, as agendas de reuniões, os documentos técnicos, servindo de ligação com os diversos membros dos países que formam o Comité de Implementação, e velando pelo bom

desempenho do Comité Directivo, promove a ligação entre as cinco sub-regiões que constituem a UA(Figura 5.1).

Figura 5.1 - Orgânica da NEPAD



Fonte: Mucavele (2003)

5.2.4 Os objectivos da NEPAD e do Plano de Acção de Lagos

Ainda no preâmbulo da declaração sobre a NEPAD, os Chefes de Estado e de Governo africanos reconheciam que, “com o passar dos anos, as sucessivas Cimeiras da OUA tomaram decisões que visa[va]m garantir a estabilidade, a paz e a segurança promovendo uma integração económica mais estreita, pondo termo às mudanças anticonstitucionais do Governo, apoiando os direitos do homem e preservando o estado de direito e da boa governação” (OUA, AHG/235:1).

Dessas decisões, o Plano de Acção de Lagos (PAL) é a primeira e, provavelmente, a mais significativa iniciativa para o *renascimento africano*. Porquanto, outras iniciativas como o *Sistema Alternativo Africano ao Reajustamento Estrutural para a Transformação sócio*

– económica, 1989; os *Programas Prioritários de África para a Recuperação Económica*, 1986 – 1990; o *Programa de Acção das Nações Unidas para a Recuperação Económica e Desenvolvimento*, 1986 – 1990; a *Carta Africana para a Participação Popular para o Desenvolvimento*, 1990; ou a *Nova Agenda das Nações Unidas para o Desenvolvimento de África*, dos anos de 1990 e 1991, todas elas pretendiam o desenvolvimento de África. Além disso, como alude Jauch (2003:12), “os líderes Africanos através da OUA, concordaram respeitar e proteger os direitos colectivos e individuais através da adopção da Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos, no dia 23 de Outubro de 1986. Portanto não é correcto colocar factualmente a NEPAD como a primeira tentativa continental para responder aos problemas económicos e políticos em África”.

A questão que se podia colocar é a de saber em que difere, depois de tudo o que já se escreveu acerca da NEPAD dos grandes princípios do Plano de Acção de Lagos? Segundo Ouedraogo, a originalidade da NEPAD, como marco lógico e operacional do desenvolvimento africano, assenta em três aspectos específicos: “El NEPAD preconiza una nueva organización; El NEPAD pone la mira en superar el retraso africano en el plano del desarrollo; El NEPAD pone la inversión privada en el centro del desarrollo” (Ouedraogo, *op. cit.*:76). Todavia, no seu programa de acção – *Estratégia para a realização do desenvolvimento sustentável no século XXI* – lê-se que a NEPAD “difere, na sua abordagem e estratégia, de todos os anteriores planos e iniciativas de apoio ao desenvolvimento da África, embora os problemas a serem resolvidos permaneçam, em grande medida, os mesmos” (NEPAD, 2001:15). De forma resumida, a originalidade da NEPAD é defendida segundo a visão de uma nova vontade política dos líderes africanos (Jauch, 2003;Roque, 2007).

Pode dizer-se que, entre os anos de 1960 e 1975, os países africanos, na sua esmagadora maioria, alcançaram as respectivas independências. A prosperidade que fortificou com as proclamações das independências fora atenuada, não apenas pelos constrangimentos internos, senão, também, com os externos, com grande ênfase para as crises da década de 1970. Em Abril de 1980, os chefes de Estado e de Governo africanos reuniram-se em Lagos, na Nigéria, e adoptaram o PAL para o desenvolvimento económico e social de toda a África.

Em traços gerais, o PAL pretendeu diagnosticar o período que ia das primeiras independências (1960) até à actualidade (1980), não obstante traçar perspectivas para os próximos vinte anos (2000), num projecto, diríamos, a longo prazo. Propunha a completa reestruturação das economias dos países africanos assentes numa autonomia colectiva susceptível de provocar o desenvolvimento autónomo e autocentrado que teria como consequência o estabelecimento ulterior de um mercado comum africano, prelúdio de uma comunidade económica africana nesse período de tempo (OUA, 1980; Torres, 1981).

Segundo Torres, “o quadro desenhado pelo PAL não é optimista sobre a obra realizada no período 1960-1980: estagnação das produções, agravamento dos défices das balanças de pagamentos, deterioração dos termos de troca em prejuízo das economias africanas, desemprego. E verifica que nenhum dos grandes objectivos do período imediatamente após as independências foi realizado: a auto-suficiência, a eliminação da pobreza, a redução do desemprego, a repartição equitativa dos rendimentos, o crescimento económico, a maior participação nos processos internacionais de decisão” (Torres, 1981:7).

A OUA acabaria por reconhecer, por via do PAL, que “a África foi incapaz de atingir qualquer taxa de crescimento significativa ou um nível de bem-estar satisfatório durante esses vinte anos” (Declaração dos Chefes de Estado e de Governo da OUA, 1980:31).

A nível sectorial, e como prioridade, o PAL pretendia “cobrir os principais sectores de actividade; alimentação e agricultura, indústria, recursos naturais, ciência e tecnologia, transportes e comunicações, questões comerciais e financeiras, cooperação, energia, planificação, reservando igualmente um capítulo ao papel da mulher no desenvolvimento económico africano”(Torres, 1986:7).

Guiados a responder à questão de encontrar diferenças ou semelhanças entre a NEPAD e o PAL, é nítida, na Declaração dos Chefes de Estado e de Governo da OUA de 1980, o desejo do renascimento africano, da vontade de constituir um projecto *de Africanos e para Africanos*, da preocupação em matéria do mercado interno e da

integração económica, das interpretações a respeito das políticas agrárias, a sobrevivência das indústrias artesanais, a fuga de cérebros⁷⁴, a preocupação em matéria financeira ligadas ao FMI e ao BM e outros. Mas, talvez se deva concordar com Torres (1986) quando refere que, embora sejam indispensáveis estratégias do PAL que vão das ciências e tecnologias à agricultura, “traçam-se grandes linhas de acção, mas não há uma avaliação concreta das situações ou uma reflexão sobre, por exemplo, os meios de financiamento aut centrado”(Torres, 1986:8).

Importa sublinhar que o PAL fez inaugurar um período de debates a nível internacional a respeito do desenvolvimento africano. Por um lado, o debate confinou-se aos Estados (colonos *versus* colonizados) e as IBW que, pela primeira vez, proferiram análises acerca das políticas económicas no continente africano (nomeadamente, *Relatório Berg*, 1981). Por outro lado, relançava-se, no *campus* científico-académico, o debate em torno da Economia do Desenvolvimento.

No ano de 1985, os dados da Conferência das Nações Unidas sobre o Comércio e o Desenvolvimento, e do Relatório do FMI reflectiam as preocupações em torno das produções agrícola e alimentar em África. Por esse motivo, os Chefes de Estado e de Governo da OUA adoptaram uma posição comum que visava o total compromisso com os princípios e objectivos do PAL, reconhecendo, no entanto, algumas insuficiências a respeito (UNCTAD, 1985).

Retomando a reflexão em torno da NEPAD, considera-se interessante para o estudo as palavras de um dos arquitectos da iniciativa, o Presidente do Senegal, Abdoulay Wade. Em 2004, procedia-se à revisão da NEPAD, na sua sede em Joanesburgo, na África do Sul, quando o Presidente Wade, na sua intervenção, disse “estou decepcionado. Tenho muita dificuldade em explicar o que já fizemos quando as pessoas em casa ou noutro lugar me colocam esta questão”. Segundo o Presidente senegalês, a NEPAD tornou-se “confusa e um pouco sem direcção”, advogando que “estamos a gastar muito dinheiro

⁷⁴Pretende-se justificar com a “fuga de cérebros” o facto dos mais especializados profissionais africanos serem atraídos por trabalhos no estrangeiro, tendo melhor remuneração, benefícios e reconhecimento, em troca de desenvolverem pesquisa, tecnologia e outros para os países que os contrataram.

e, sobretudo, a perder tempo com repetições e conferências que terminam sem se saber que resultados foram produzidos” (Ejime, 2004:2).

A NEPAD é o programa africano que assenta na ideia de recuperar o tempo perdido em matéria de governação. É, em suma, um plano que transporta a esperança para “despertar” o continente excluído do desenvolvimento. Nesse sentido, impõe-se o conhecimento das prioridades definidas nessa estratégia.

5.2.5 As seis áreas prioritárias da estratégia

A NEPAD, ciente da necessidade de estabelecer prioridades para o desenvolvimento africano, definiu as seguintes áreas de intervenção: infra-estruturas, desenvolvimento dos recursos humanos e fuga de cérebros, a agricultura, a iniciativa ambiental, a cultura, e a ciência e tecnologia.

Infra-estruturas

De facto, são poucos os países da África que contam com infra-estruturas (tanto de transporte, como de sistemas de comunicação no geral) capazes de proporcionar um desenvolvimento sócio-económico para o século XXI (Torres, 1995).

Sabendo de antemão que as infra-estruturas são cruciais para o desenvolvimento do continente, a NEPAD equaciona esta mais-valia, embora deficiente na nossa opinião, uma vez que incide apenas sobre as infra-estruturas sub-regionais ou continentais (NEPAD, 2001:64), olvidando, naturalmente, os notáveis desequilíbrios no desenvolvimento interno.

No Relatório do Presidente do Comité de Chefes de Estado e de Governo de Orientação da NEPAD (HSGOC), de Janeiro de 2011, tomou-se em conta a “Decisão da 15.^a Conferência, que definiu o Subcomité de Alto Nível do HSGOC relativo à promoção do desenvolvimento de infra-estruturas regionais através da liderança política, com base no Plano de Acção da UA/NEPAD de 2010-2015 e no Programa para o Desenvolvimento de Infra-estruturas em África (PIDA)” (NEPAD, Assembly/AU/7(XVI):2).

Nesse mesmo documento, no seu ponto 7, lia-se que o Presidente Sul-africano, Jacob Zuma, apresentara o Relatório sobre a Iniciativa Presidencial de Liderança no Sector de Infra-estruturas, destacando as actividades do Subcomité de Alto Nível do HSGOC, enaltecendo o trabalho realizado e os progressos registados, especialmente os critérios de selecção dos projectos e líderes. Nesse sentido, o HSGOC tomou devida nota do relatório e aprovou os projectos recomendados e líderes para implementação, com cobertura nas cinco (5) regiões da UA, como se segue:

- i. *Elementos em falta da Auto-estrada trans-saariana e Projecto de Fibra Óptica – Argélia;*
 - ii. *Projecto da Estrada e Caminho-de-Ferro Dacar-Ndjamena-Djibuti – Senegal;*
 - iii. *Projecto do Corredor Rodoviário e Ferroviário Norte-Sul – África do Sul;*
 - iv. *Projecto da Estrada e Caminho-de-Ferro Kinshasa-Brazzaville – República do Congo;*
 - v. *Projectos de gestão de recursos hídricos, transportes fluviais e ferroviários – Egipto;*
 - vi. *Gaseoduto Nigéria – Argélia – Nigéria;*
 - vii. *TIC em Banda larga e ligação ao projecto de fibra óptica nos estados vizinhos – Ruanda*
- (NEPAD, Assembly/AU/7(XVI):2).

Desenvolvimento dos recursos humanos

Na verdade, o *capital humano* é, geralmente, uma vantagem relevante em matéria do desenvolvimento (Lucas, 1990; Ozawa, 1992; Dunning, 1993; Ram e Zhang, 2002; Teixeira e Tavares-Lehmann, 2007).

Aliás, num exercício com vários países em desenvolvimento, Lucas (1990) concluía que a falta de recursos humanos qualificados, por exemplo, era uma das causas do subdesenvolvimento.

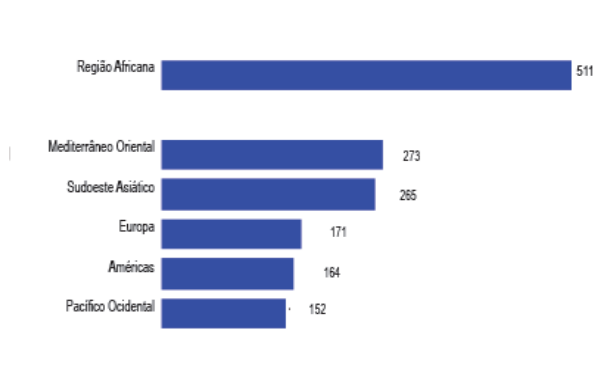
Provavelmente, à luz disso, a NEPAD aborda o objectivo do *desenvolvimento dos recursos humanos* em paralelo com a questão da “*fuga de cérebros*”, priorizando, por isso, as matérias afectas à Educação. Igualmente, a NEPAD conta com a iniciativa relativa à redução das *Dívidas dos Países Pobres Altamente Endividados* (HIPC) das IBW, inscrito no quadro do desenvolvimento global.

De notar ainda que este ponto ganha igualmente relevância no quadro da NEPAD pelo facto desta última ter considerado fundamental a temática da “fuga de cérebros” para o renascimento do continente, chamando, desta forma, os filhos e amigos de África para constituir a massa crítica necessária para impulsionar o desenvolvimento. Efectivamente, está patente a visão de que a utilização do conhecimento e as capacidades científicas e tecnológicas da diáspora acrescentariam uma mais-valia para o desenvolvimento do continente.

Repare-se que a temática da “fuga de cérebros” é transversal no que toca ao desenvolvimento. Tomando, por exemplo, a área da Saúde, um relatório da Organização Mundial da Saúde dava conta que “o estado de saúde das populações na Região Africana continuou a ser motivo de preocupação [e que] a maioria dos países da Região Africana não fez progressos suficientes no sentido da consecução das metas dos ODM [Objectivo de Desenvolvimento do Milénio], e a Região continuou a suportar um fardo elevado de doenças transmissíveis e não transmissíveis” (Relatório Bienal do Director Regional, África, 2010:x).

Das 5 regiões geográficas analisadas, a Região Africana tem 511 doenças por 100 habitantes, contra 273 do Mediterrâneo Oriental, 265 de Sudoeste Asiático, 171 da Europa, 164 das Américas e 152 do Pacífico Ocidental (Figura 5.2).

Figura 5.2 – Peso total de doenças (por 1000 habitantes)



Fonte: OMS, 2010:3

A NEPAD salienta ainda, como prioridade, a articulação com a Organização Mundial do Comércio e suas congéneres o acordo em matéria do *registo da propriedade intelectual*,

propondo como solução, nas suas principais acções, encontrar, nesta área, a participação do continente no processo de aquisição de medicamentos acessíveis, incluindo os que envolvem companhias farmacêuticas internacionais e a sociedade civil internacional, e explorar a utilização de sistemas alternativos de prestação de serviços para medicamentos e aprovisionamentos essenciais, implementando, desta forma, acordo *Internacional sobre Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio*, TRIPS.

Agricultura

No domínio da Agricultura, importa ter em conta que, desde o Colonialismo até à Economia de Mercado, passando naturalmente pelo período de “Economia Socialista” até à queda do muro de Berlim, este sector de actividade económica em muito contribuiu para o “desenvolvimento” de África. Por isso, e uma vez que a maioria das populações africanas vive nas zonas rurais e, por razões conjunturais⁷⁵, “a segurança alimentar constitui a prioridade para a agricultura. O melhoramento no desempenho agrícola é um pré-requisito para o desenvolvimento económico do Continente. O incremento no poder de compra das populações rurais poderá melhorar a procura efectiva de produtos industriais africanos. A dinâmica induzida constituiria uma importante fonte de crescimento económico” (Mucavele, 2003:23).

Contudo, algumas das razões conjunturais podem ser melhoradas a fim de permitir uma maior produtividade no sector. Uma dessas razões é a de responsabilidade dos diferentes governos africanos, no sentido de uma melhor definição das suas políticas agrícolas (Quadro 5.6) que passe pelo melhoramento das infra-estruturas rurais essenciais, para tal recolocando a agricultura como prioritária para o desenvolvimento. Todavia, “embora tenha havido um aumento significativo (75%) no volume de despesas no sector agrícola (de 2000 a 2005), a meta de 10% está longe de ser cumprida. Até 2009, apenas 8 países tinham alcançado ou ultrapassado a meta de atribuição de 10% do seu orçamento à agricultura; 9 países atribuíram entre 5%-10%; e 28 países

⁷⁵Razões de ordem natural, as políticas económicas associadas ao sector, a variação de preços de produtos agrários no mercado internacional, entre outros.

atribuíram menos de 5% do seu orçamento total à agricultura” (Agência da NEPAD, 2011:6).

Quadro 5.6 - Países com Acordos/Planos de Investimento do Programa Integrado para o Desenvolvimento Agrícola em África – Outubro de 2010

CER	Países que assinaram Acordos	Datas da assinatura dos Acordos	Países cujos Planos Nacionais de Investimento na Agricultura e Segurança Alimentar foram desenvolvidos e revistos
COMESA	1 – Burundi	24-25 de Agosto de 2009	Revisto
	2 – Etiópia	27-28 de Setembro de 2009	Revisto
	3 – Malawi	19 de Abril de 2010	Revisto
	4 – Ruanda	30-31 de Março de 2007	Revisto
	5 – Uganda	30 - 31 de Março de 2010	Revisto
	6 – Quénia	23-24 de Julho de 2010	Revisto
CEDEAO	7- Burkina Faso	22 de Julho de 2010	Em desenvolvimento
	8 - Gâmbia	27-28 de Outubro de 2009	Revisto
	9 – Gana	27-28 de Outubro de 2009	Revisto
	10 – Benim	15-16 de Outubro de 2009	Revisto
	11 – Cabo Verde	10-11 de Dezembro de 2009	Revisto
	12 – Guiné	6-7 de Abril de 2010	Revisto
	13 – Libéria	5-6 de Outubro de 2009	Revisto
	14 – Mali	12-13 de Outubro de 2009	Revisto
	15 – Níger	29-30 de Setembro de 2009	Revisto
	16 – Nigéria	12-13 de Outubro de 2009	Revisto
	17 – Togo	29-30 de Julho de 2009	Revisto
	18 – Serra Leoa	17-18 de Setembro de 2009	Revisto
	19 – Senegal	9-10 de Fevereiro de 2010	Revisto
	20- Costa do Marfim	26-27 de Julho de 2010	Em desenvolvimento

SADC	21 – Suazilândia	3-4 de Março de 2010	Em desenvolvimento
	22 – Tanzânia	6-8 de Julho de 2010	Em desenvolvimento

Fonte: Agência da NEPAD, Janeiro 2011

Por assim ser, a NEPAD definiu como pretensão alcançar 11 objectivos no sector agrícola, a saber:

1. melhorar a produtividade da agricultura, com particular atenção para agricultores de pequena escala e mulheres;
2. garantir segurança alimentar para todos e incrementar o acesso dos pobres à alimentação e nutrição adequadas;
3. promover medidas contra a degradação de recursos naturais e encorajar métodos de produção ambientalmente sustentáveis;
4. integrar os pobres rurais na Economia do Mercado e proporcionar-lhes melhor acesso aos mercados de exportação;
5. transformar a África num continente exportador líquido de produtos agrícolas;
6. transformar a agricultura num actor estratégico da ciência e tecnologia agrícolas;
7. incrementar a segurança do abastecimento da água para a agricultura, através do estabelecimento de facilidades de irrigação de pequena escala, melhorando a gestão local de águas, e aumentando o intercâmbio de informações e de conhecimento técnico com a comunidade internacional;
8. melhorar a segurança da posse de terras ao abrigo de formas de aquisição tradicionais e modernas e promover a necessária reforma de terras;
9. forjar a segurança alimentar regional, sub-regional, nacional e do lar através do desenvolvimento e da gestão da produção, transporte, armazenagem e comercialização de produtos alimentares, pecuários e pesqueiros;
10. estimular regimes de crédito e financiamento agrícolas, e melhorar o acesso a crédito dos agricultores de pequena escala e mulheres;
11. reduzir o pesado fardo de preferência urbana dos gastos públicos em África, transferindo recursos das actividades urbanas à rurais.

Para o cumprimento dessas pretensões, a NEPAD desenvolveu ainda uma série de parcerias, ao nível internacional, que incentivassem a capacitação de investigação no domínio da agricultura, de promoção do acesso a mercados e que proporcionasse, também, a capacitação nacional e regional a negociações comerciais multilaterais, e a sanidade alimentar e outros regulamentos agrícolas comerciais, como a produção de bio-combustível e não só.

Iniciativa ambiental

A prioridade da NEPAD com a iniciativa ambiental tem merecido uma atenção particular da sociedade internacional e dos países africanos, em particular. No contexto africano, a iniciativa começou a ser discutida na *Conferência sobre Financiamento da NEPAD* na capital senegalesa, no Dakar, em Abril de 2002. O objectivo do encontro passava pela aplicação de algumas iniciativas ambientais incluídas na *Agenda 21*, adoptada na Conferência do Rio em 1992, nomeadamente: “reforçar as posições comuns africanas em negociações internacionais sobre temáticas ambientais; facilitar a definição de estratégias e programas de acção ambiental coerentes com os programas de desenvolvimento económico e social; reforçar os processos de integração e de cooperação regional no domínio da gestão durável dos recursos naturais transfronteiriços; desenvolver as capacidades institucionais, humanas e materiais dos países africanos e favorecer sinergias entre eles” (Trindade, 2006:61).

Definiu-se ainda que, as áreas prioritárias seriam: “a luta contra a desertificação e a degradação dos solos; a gestão integrada da água; a biodiversidade, a gestão do meio marinho e costeiro; a poluição e o ambiente urbano” (*ibidem*).

A “iniciativa ambiental” da NEPAD identificou, para intervenções prioritárias, do ponto de vista da administração ambiental, a reunião de requisitos institucionais, legais, de planificação, formação e capacitação dos países para administração do ambiente e centralização de forma estruturada e justa tudo o que se refere ao financiamento.

A NEPAD propôs ao Grupo Consultivo de Alto Nível para a Mobilização de Recursos para as Alterações Climáticas do Secretário-Geral das Nações Unidas, em Novembro

de 2010, a criação de um *Plano de Acção Africano de Prontidão* para responder às Alterações Climáticas, “uma equipa técnica para preparar o processo de negociações, e a prestação de apoio para o desenvolvimento de programas estratégicos continentais, sub-regionais e nacionais. Além disso, foram assegurados recursos para levar a cabo um Programa Regional de Reforço de Capacidades em Financiamento no contexto do Sistema de Carbono. Isto irá reforçar a capacidade das DNAs [Autoridade Nacional Designada] de modo a ter actores mais profissionais e pró-activos, para planificar e desenvolver o potencial das DOEs [Entidade Operacional Designada] em África, desenvolver um currículo para as DOEs locais, e apoiar o desenvolvimento de infra-estruturas” (Agência da NEPAD, 2011:13)⁷⁶.

Cultura

A Cultura constitui igualmente uma prioridade da NEPAD, pois a sua transversalidade faz com que seja parte integrante dos esforços de desenvolvimento africano.

Segundo Salum, “de fato, a história dos povos africanos é a mesma de toda Humanidade: a da sobrevivência material, mas também espiritual, intelectual e artística, o que ficou à margem da compreensão nas bases do pensamento ocidental, como se a reflexão entre Homem e Cultura fosse seu atributo exclusivo, e como se Natureza e Cultura fossem factores antagónicos” (Salum, 2005:1).

Por esse motivo, a NEPAD pretende, por intermédio de legislação adequada, estabelecer parcerias com a *Organização Internacional da Propriedade Intelectual*, a fim de conferir uma atenção particular à protecção e nutrição de conhecimento indígena, que inclui alfabetização baseada na tradição, obras artísticas e científicas, invenções, descobertas científicas, desenhos, marcas, nomes e símbolos, informações não reveladas e todas outras inovações e criações baseadas na tradição resultantes da

⁷⁶As DNA (*Designated National Authority* – Autoridade Nacional Designada) são Instituições Nacionais dotadas de capacidades técnico-jurídicas para avaliar projectos de redução de emissão de gases no quadro do CDM (*Clean Development Mechanism*) Mecanismo de Desenvolvimento Limpo, criado no quadro desse Protocolo enquanto DOE (*Designated Operational Entity* – Entidade Operacional Designada) que são Entidades seleccionadas pelo *Mecanismo de Desenvolvimento Limpo* para certificar a redução efectiva de emissão de gases nesses projectos implementados.

actividade intelectual nas esferas industrial, científica, artística e de alfabetização, incluindo também recursos genéticos e conhecimento afim.

Ciência e Tecnologia

Não menos importante, a NEPAD incorpora à estratégia a questão da “ciência e tecnologia”, numa visão que passa por facilitar, de forma barata, a ligação do continente nas trocas comerciais, sociais e culturais.

A África, pensa-se, na sua maioria, convive na era crescente da globalização com um fosso assolador em termos da ciência e de novas tecnologias. Esse facto confere aos povos africanos o isolamento, senão exclusão desta ferramenta. Não obstante, o elevado custo das comunicações e a difícil acessibilidade quanto à conectividade, a fiabilidade e a qualidade, entre os países, particularmente, da integração, põem em causa os mais elementares princípios de uma integração económica.

Assim, a NEPAD definiu para a área da ciência e tecnologia os seguintes objectivos:

- a) promover a cooperação regional africana (no sentido de desenvolver os sistemas de informação geográfica, de redes entre os diferentes centros existentes, permitindo a interactividade do povo africano, para apoiar os cientistas e investigadores com destaque para o estabelecimento de parcerias com as Agências das Nações Unidas para a Educação e Cultura e Alimentação e Agricultura e com outras organizações internacionais no sentido de investigar, tanto a biotecnologia, como a geo-científica, para estimular o aproveitamento de produtos africanos e produzir conhecimento) no continente;
- b) desenvolver e adaptar a capacidade de recolha e análise de informações para apoiar actividades produtivas e de exportação;
- c) gerar uma massa crítica de perícia tecnológica em áreas visadas que oferecem um alto potencial de crescimento, particularmente na biotecnologia e nasciências naturais; bem como assimilar e adaptar as tecnologias existentes no sentido de diversificar a produção de manufacturas.

5.2.6 Uma abordagem crítica sobre a NEPAD

A NEPAD começou por suscitar uma reacção positiva na comunidade internacional. Uma das razões prendeu-se com os objectivos e metas de curto e médio prazo da NEPAD que eram os de realizar e sustentar uma média da taxa de crescimento do PIB acima dos 7% anuais até 2026, e de assegurar que o continente realizasse as metas de desenvolvimento do milénio.

Resulta, porém, que, concernente ao acesso aos mercados, as economias africanas são vulneráveis por causa da sua dependência a sectores de produção primária baseados nos recursos e também nas suas limitadas bases de exportação. Há toda uma necessidade de se diversificar a produção e aumentar a exploração dos recursos naturais africanos. O valor acrescentado no processamento agrícola e a beneficiação mineral devem ser incrementados e o sector de bens capitais deve ser ampliado, usando estratégias de diversificação económica baseada em ligações inter-sectoriais. O empresariado privado deve ser apoiado, incluindo as micro-empresas do sector informal, bem como as empresas de pequeno e médio portes, no sector da manufactura, que são os principais instrumentos de crescimento e desenvolvimento (Mucavele, 2003).

Não obstante, considera-se existirem, na NEPAD, aspectos considerados críticos, nomeadamente: em matéria de cooperação e financiamento, em matéria de participação dos cidadãos e em matéria de avaliação pelos pares, no sentido de se equacionarem possibilidades para perspectivar o *modelo de desenvolvimento geo-social*.

A cooperação e o financiamento

Em matéria de cooperação e financiamento, necessários para sustentar a iniciativa da NEPAD, é importante recorrer ao seu conceito, na medida em que o documento está fundamentalmente dependente da benevolência de doadores estrangeiros.

Repare-se, portanto, que o discurso de *benevolência* é muitas vezes recorrente na relação entre a África e o Ocidente e *vice-versa*. Uma benevolência que surge numa dicotomia colonizador/colonizado, dos mais ricos/mais pobres, responsabilização do passado/actual estado do subdesenvolvimento, etc., que leva a parte africana, inclusive,

a defender que é o dever do ocidente e da comunidade internacional contribuir para a prosperidade do continente africano.

Em 2004, Olusegun Obasanjo, enquanto Presidente em exercício da UA, embora considerasse optimista a revisão da NEPAD, admitiu cepticismo em matéria de financiamento da iniciativa. Segundo o então Presidente, “ao não terem [a Comunidade Internacional] respeitado as suas promessas de ajudar a NEPAD, os nossos parceiros estarão inconscientemente a confirmar as dúvidas levantadas no início por alguns observadores. Para que se atinja os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, deverá criar-se a vontade política necessária para sustentar a NEPAD e África” (Ejime, 2004:30).

Era, no fundo, a resposta a um incumprimento de um dos objectivos da NEPAD, o de angariar 64 mil milhões de dólares em *Investimento Directo Estrangeiro* para suportar o processo de revisão pelos pares que não se realizava.

Independentemente disto, e na sequência dos defensores da NEPAD acreditarem na originalidade da iniciativa e, melhor, na sua mais-valia para o renascimento de África, é nossa opinião de que um plano que dependa da benevolência dos doadores, sobretudo num contexto de crise económica e financeira mundial, seja capaz de cumprir os seus objectivos.

O ex-presidente de Moçambique, Joaquim Chissano, relativiza a questão da benevolência, dizendo que “a mobilização de recursos é dos principais constrangimentos dos esforços para o desenvolvimento de África. Contudo, antes de pensar nas fontes externas, África deve fazer o máximo aproveitamento sustentável dos seus próprios recursos, numa coordenação de sinergias em volta de diversas parcerias” (Roque, 2007:9).

Segundo Trindade, “os contributos prometidos pelo G8 praticamente não têm passado das declarações de intenção, feitas aquando das respectivas cimeiras”. Por esse motivo, o autor advoga como solução, em matéria de cooperação e o financiamento, “os financiamentos Sul-Sul e a poupança interna africana”. Continua “que cerca de 40% da poupança africana está colocada no exterior (contra 3% na Ásia e 17% na América

latina) e que os lucros das empresas africanas e ocidentais são investidos no Norte” (Trindade, 2006:63).

A África não é totalmente pobre, sabe-se. Repare-se, por exemplo, que as avultadas somas citadas no quadro das ajudas bilateral e multilateral, em 1999, e o fluxo de capital entre a África e os países industrializados é bem maior que o fluxo de capital dos países industriais para os países em desenvolvimento (Jauch, 1999). Por isso, acredita-se que a questão de financiamento da NEPAD deve antes passar pela exigência por parte dos seus líderes, pelo melhor aproveitamento dos seus inúmeros recursos naturais e humanos.

Como afirma Ejime, “se os problemas da corrupção e da má gestão pudessem ser ultrapassados e os líderes africanos criassem vontade política para liderar e usar, por exemplo, as várias Comunidades Económicas Regionais (CER), como a máquina de desenvolvimento, África passaria facilmente a depender menos da ajuda externa”. Todavia, segundo o autor, a “África pode ser levantada e reposicionada na equação global mundial se a UA oferecer a liderança política necessária. Para que a NEPAD caiba nesta equação, os seus arquitectos devem repensar o seu conceito e a sua estratégia”(Ejime, *op. cit.*:4).

A participação dos cidadãos

Embora fosse desejável, não se pretende defender, aqui, que o sucesso da NEPAD passa pela participação de todos os cidadãos africanos. Ainda que esta transpareça o compromisso de uma agenda virada para africanos, na verdade, a população africana, na sua esmagadora maioria, desconhece os objectivos da NEPAD⁷⁷.

A ideia dos decisores africanos que se traduz no conhecimento dos seus respectivos povos e por isso poderem fazer a NEPAD em seus nomes (Jauch, 2003) levanta questões de legitimidade dessa iniciativa, porque a participação desses cidadãos é questionada por parte de alguns activistas (Mbikusita-Lewanika, 2002).

Para Mbikusita-Lewanika, ainda, o assunto é sério e problemático pelo facto da NEPAD estar mais orientada para o exterior (doadores e investidores) e, por isso, a

⁷⁷Este assunto conta com um melhor desenvolvimento nos capítulos VII e VIII desta tese.

participação dos cidadãos, a atenção que merecem, as respostas às suas exigências para o desenvolvimento, e outros, tendem a ser negligenciados pelos respectivos decisores políticos.

Cida (2002:27) adverte que, apesar de esta iniciativa ter colhido um amplo diálogo em toda a África, ela carece de uma consulta permanente com a sociedade civil africana.

A avaliação pelos pares

Em alguns processos de integração, como é o caso da UE, a adesão de um novo membro acontece depois de preencher certos requisitos/exigências que permitem uma razoável concorrência. No caso da integração da UA, há uma espécie de “uniformização” que é empreendida pela NEPAD através da *avaliação por pares*, um mecanismo de avaliação recíproca através da qual os Estados solicitam uma “auditoria externa” do seu desempenho político, social, económico, e outros (Taylor, 2002).

Essa avaliação só é possível caso os Estados se dispuserem ao acto de forma voluntária. O primeiro teste à insuficiência dessa medida aconteceu em 2002, na chamada crise zimbabueana, em que “este compromisso teve de passar por sérios testes (...), especialmente durante as eleições presidenciais de 2002 altamente contestadas, as quais asseguraram ao Presidente Robert Mugabe, um outro mandato de cinco anos”. Nesse particular, “o clube da elite africana [de avaliação da NEPAD] optou por ignorar as questões de boa governação, corrupção, violência e as alegações de fraude de voto e apressou-se a declarar as eleições de livres e justas” (Jauch, 2003:22).

O desafio sobre a NEPAD, segundo Jauch (2003), reside no conceito de avaliação recíproca (dos protagonistas). Embora esperar resultados contrários, havendo, por exemplo, um número considerável de regimes e lideranças democraticamente contestáveis, mais difícilse torna o cumprimento dos objectivos almejados.

5.3 Balanço da actuação da NEPAD

Como já se disse, a NEPAD é um programa da UA, que confina a sua visão no desenvolvimento holístico do continente. Em suma, é um modelo de desenvolvimento africano através do qual a UA acredita poder erradicar a pobreza e promover o crescimento económico dos países membros independentemente das assimetrias e especificidades *geo-sociais* de cada um dos seus membros.

A NEPAD tem como “filosofia” o desenvolvimento de parcerias a dois níveis: uma que é a intra-africana, isto é, no quadro das integrações económicas regionais africanas, e outra, com a sociedade internacional. Ambas as parcerias são, pelo menos no quadro teórico, extensíveis aos sectores privados, à sociedade civil, onde a partilha de responsabilidade e obrigações mútuas aparecem como “palavras-chave”.

Decorridos dez anos da apresentação da NEPAD, verifica-se uma considerável escassez de documentos oficiais à disposição da opinião pública acerca do balanço das suas actividades. Porquanto, pensa-se que os objectivos preconizados estejam aquém das expectativas, uma vez que é o próprio Presidente do Comité de Chefes de Estado e de Governo de Orientação da NEPAD, no seu relatório de Janeiro de 2011, a reconhecer que “o ano de 2011 marca o 10.^o aniversário da adopção da NEPAD como o programa socioeconómico emblemático da União Africana (UA), em Lusaka, em 2001. Esse marco histórico dá a oportunidade de uma reflexão mais profunda, a todos os níveis, sobre os factores de sucesso e de dificuldades para a actualização da agenda de transformação de África, incluindo a essência de mobilização de recursos domésticos e externos” (NEPAD, 2011:4).

Nesse sentido, os Estados signatários da NEPAD, com particular destaque para as economias insulares, como é o caso de São Tomé e Príncipe, sentem dificuldades acrescidas para uma implementação efectiva da iniciativa, do desenvolvimento comunitário.

Porém, e embora se reconheça que a NEPAD consagra a visão da incorporação da sociedade civil, de abertura aos investimentos privados, de avaliação, e outros, somos da opinião de que a iniciativa está, todavia, confinada às palavras dos líderes políticos, aos governantes, a uma panóplia de ideias que não são seguidas com acções

concretas. Um dos exemplos disso pode ser a inexistência de um Plano de Acção *geo-socialmente* diferenciado para cada um dos Estados parte; ou, ainda, o desconhecimento por parte da maioria dos cidadãos⁷⁸.

Resume-se, então, que a NEPAD é um programa politicamente relevante para o desenvolvimento do continente africano. Todavia, na prática, é notório o desfasamento no que tange aos diferenciados níveis de desenvolvimento – que são assimétricos – entre os Estados membros. Nesse sentido, pensa-se que a incorporação de uma nova abordagem comprometida com o desenvolvimento *geo-social*, em que se possa tratar de igual o que é igual e diferente o que é diferente, numa mesma estratégia, poderia contribuir para suprir as carências que se identificarão no decurso da caracterização de realidades insulares, como São Tomé e Príncipe.

⁷⁸Este facto será desenvolvido no capítulo VII, inquérito por questionários, em que se analisará a visão dos São-Tomenses a respeito das estratégias da UA, da NEPAD e do desenvolvimento nacional.

5.4 Síntese do capítulo

- ❖ O aparecimento da UA em Julho de 2002 é fundamentado no fraco poder de resposta da OUA, institucionalizada em Maio de 1963, na altura em que se perspectivava a entrada para um novo milénio marcado pela globalização económica, pela necessidade da democratização, pela urgência em responder às novas ameaças como o terrorismo e para garantir uma maior competitividade no sistema económico mundial;
- ❖ A UA definiu 14 objectivos com vista a mudar o *status quo* africano. Todavia, analisou-se, em vários contextos, que esses objectivos têm resultado paradoxais na prática.
- ❖ Com vista a protagonizar o desenvolvimento africano, a UA integrou os aspectos da Democracia, da governação, da política económica e social numa (única) estratégia denominada NEPAD.
- ❖ A NEPAD é definida como o programa capaz de livrar o continente da pobreza e do subdesenvolvimento. Para tal, a proposta conta com quatro objectivos (nomeadamente: a promoção da Democracia e da boa governação política; da governação económica e social; da transversalidade do desenvolvimento sócio-económico e da implementação de um mecanismo de avaliação pelos pares) e seis áreas prioritárias (a saber, infra-estrutura; desenvolvimento dos recursos humanos e fuga de cérebros; agricultura; ambiente; cultura e ciência e tecnologia);
- ❖ Nessa estratégia, foram considerados alguns aspectos críticos, susceptíveis de melhoramento através de uma abordagem das políticas públicas. Contudo, a cooperação e o financiamento devem, no nosso entender, sofrer um melhoramento significativo no que concerne à argumentação estratégica dos parceiros e da sua importância, que desenvolvemos no capítulo IV.
- ❖ A NEPAD foi concebida de forma a ser aplicável indistintamente a todos os países membros da integração africana, independentemente do seu nível de desenvolvimento, da existência de governos legítimos ou ditatoriais.

CAPÍTULO VI

**ANÁLISE ESTRUTURAL DO DESENVOLVIMENTO SÓCIO-ECONÓMICO DE
SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE**

6.1 Introdução

É nossa opinião que não há definição que resuma um país, nem estatística que demonstre a verdade de um Povo. Inferimos, por isso, que caracterizar São Tomé e Príncipe e os São-Tomenses nas suas variadas componentes – política, económica e na sua cultura *específica*–, implica um verdadeiro exercício metodológico, que passará, necessariamente, pela conjugação de todo um conjunto de métodos e técnicas do processo científico. Assim é, pois São Tomé e Príncipe e suas gentes são fruto da sua própria história, desde o achamento das ilhas, no século XV, o povoamento, a colonização, a descolonização, as nacionalizações (roças e factores de produção) e, mais recentemente, a democratização do Estado. Por isso, São Tomé e Príncipe é uma *sociedade crioula* e constitui um universo atípico e os seus habitantes uma cultura própria, muito específica. Nesse contexto, propomos, com este capítulo, discutir a “caracterização de São Tomé e Príncipe”, partindo de uma sùmula histórico-geográfica de maneira a contextualizarmos o país, desde a chegada dos Portugueses até à descolonização. Após isso, far-se-á o enquadramento político que se divide em duas partes: a primeira e a segunda República.

No quarto ponto deste capítulo, reflectiremos acerca do panorama sócio-económico, em que incidiremos nos aspectos de natureza económica, nas iniciativas para a recuperação económica e para o desenvolvimento do país.

Ver-se-á, igualmente, o progresso de São Tomé e Príncipe no que concerne ao cumprimento dos ODM.

Quanto à temática do petróleo, optamos por abordá-la em separado (ponto 5), pois, no nosso entender, poderá concorrer, também, para o desenvolvimento sócio-económico são-tomense.

Ainda antes da síntese do capítulo, será feita uma reflexão em torno do modelo de desenvolvimento são-tomense, que ocupa o ponto seis deste capítulo, a fim de se perspectivar saídas possíveis para o desenvolvimento deste país.

6.2 Súmula histórico-geográfica

6.2.1 Os descobrimentos portugueses: o caso de São Tomé e Príncipe

A história dos descobrimentos portugueses, quando debatida sobre certos factos em concreto, demonstra, todavia, existir alguma incompreensão.

Segundo Fraga (2006:1), “ainda hoje não estão clarificadas as razões que levaram D. João I de Portugal a apoiar e, até, incentivar a actividade dos descobrimentos marítimos no começo do século XV. Para uns, foi o desejo de expandir a religião católica em áreas onde nunca se tinha ouvido falar de Cristo; para outros, foi o grande interesse em ampliar o território para compensar a pequena dimensão peninsular ao lado da grandeza de Castela sempre ameaçadora; por fim, há os que centram a actividade marítima portuguesa no desejo de, fazendo comércio, enriquecer o reino. Em nossa opinião, quando analisadas em separado, todas as justificações são verdadeiras, mas, paradoxalmente, todas contêm uma parcela de mentira se olhadas em conjunto”.

Independentemente das diferentes razões apresentadas para justificar a História, a verdade é que, nas suas digressões marítimas para Sul, os navegadores portugueses chegaram ao Equador, ao Golfo da Guiné. E, na intersecção das linhas do Equador e do Meridiano de Greenwich, entre os paralelos 3º 45' N. e 1º 30' S, ou, se se preferir, no centro do mundo geograficamente falando, teriam achado quatro ilhas do “arquipélago da Guiné”, nomeadamente: São Tomé, Príncipe (inicialmente chamou-se Santo António), Ano Bom e Fernando Pó (que também se chamava de Formosa). Ao chegarem aí, e pela necessidade de se instalarem, os Portugueses procederam ao processo de povoamento (Albuquerque, 1985; Peres, 1992) e de colonização durante cerca de quinhentos anos.

Pensa-se que os navegadores portugueses teriam achado os supracitados arquipélagos nos anos de 1470 e 1471, respectivamente. Aliás, são vários os autores que precisam que não há certeza absoluta dos anos em que as ilhas foram descobertas, nem qual a ordem por que foram descobertas. Nem mesmo se sabe com rigor quem foi o descobridor das ilhas. De concreto, sabem-se os dias em que foram avistadas, porque correspondem aos dos santos patronos. Assim, São Tomé foi descoberta a 21

de Dezembro e a ilha do Príncipe a 17 de Janeiro. Os descobridores terão sido João de Santarém e Pêro ou Pedro de Escobar. Hoje, parece consensual — embora Damião Peres considere que o descobrimento tenha sido feito, efectivamente, em data posterior — que a ilha de S. Tomé, a primeira a ser avistada, foi no ano de 1471, e a do Príncipe, dias depois, no ano de 1472 (Fraga, 2006:2; Albuquerque, 1985:48; Peres, 1992:166-168).

Seguiu-se-lhe depois, ainda no século XV e no seguinte, o já mencionado processo de povoamento, de adaptação aos novos hábitos, tradições, clima e outros, tudo em prol do comércio e da economia.

6.2.2 Acontecimentos mais expressivos nos séculos XVII e XVIII

Não obstante o percurso de decadência até ao ressurgimento económico que caracteriza os arquipélagos nos finais do século XVI, tanto Nascimento (2001) como Fraga (2006) partilham da opinião de que não há grande relevância histórica nos acontecimentos registados. Todavia, é conveniente ter em linha de conta o facto de Portugal ter perdido a independência em 1580, por ter passado a constituir uma Monarquia com um rei espanhol como soberano (Fraga, 2006). Não obstante isso, realça-se a invasão holandesa de 1599 (Cortesão, *op. cit.*), assim como a controversa “revolta dos angolares” ou “a revolta dos escravos libertados por Amador”⁷⁹ de 1595 que só em 1596, um ano depois, foram capturado e condenado à morte (*idem*:443-447). Estando em extrema decadência, a produção do açúcar em São Tomé, outro registo que se guarda do século XVII para São Tomé e todo o império é a restauração da independência de Portugal.

Quanto a São Tomé e Príncipe, o arquipélago só conseguiu viver completamente em paz nos finais da década de 1640, altura em que Salvador Correia de Sá reconquistou Luanda e os portos de Angola (Cortesão, *op. cit.*:750-751; Santos). Porquanto, não se descarta as situações de conflitualidade interna entre a Câmara e o Governador, pelo que, acompanhando a paz, embora de forma lenta, nascia o relançamento económico. São Tomé voltaria a servir de entreposto onde os escravos aguardavam a chegada dos

⁷⁹ Sobre este assunto existe uma considerável bibliografia. Todavia, aconselha-se as mais recentes discussões em torno do tema, como a Conferência na CACAU – Casa das Artes Criação Ambiente e Utopias, (Seibert, 2011).

navios de Portugal, do Brasil ou de outras partes do continente americano. Esta actividade fez florescer todo o comércio nas duas Ilhas (Azevedo, *op. cit.*:257-258).

Outro aspecto relevante dos finais do século XVII é a elevação, em 1753, da povoação de Santo António, na ilha do Príncipe, à categoria de cidade e capital do arquipélago, em consequência da importância do comércio aí praticado.

6.2.3 O esplendor económico

O esplendor económico das Ilhas tem relação com certos marcos históricos importantes, na qual os séculos XIX e XX apresentam como balizas desse mesmo esplendor económico, por um lado, e a independência das ilhas, por outro lado. Todavia, o percurso é caracterizado por alguns feitos que merecem ser salientados. Um desses feitos é a conferência de Berlim, de 1884-1885, que vulgarmente se tomou como a “repartição da África”, que fez com que Portugal redefinisse o seu posicionamento. outro efeito tem a ver com a independência do Brasil e o facto de São Tomé e Príncipe passar a assumir a introdução de culturas agrícolas com mais-valia, entre outros bem como o fim do tráfico de escravos.

Introdução das culturas da quina, do café e do cacau

Após a independência do Brasil em 1822, São Tomé e Príncipe passou a ter uma importância tal que nos dizeres de Fraga, “basta referir que durante a primeira metade do século XIX as ligações a Lisboa pouco mais eram do que as resultantes da nomeação do governador, ficando este entregue a si próprio e às manobras e interesses dos importantes locais. Era uma situação de grande precariedade, visto que existia nas Ilhas um conjunto de personalidades desejosas de não verem afectado o estatuto que usufruíam. Verdade seja que, com a abolição da escravatura esse estatuto foi sendo cada vez mais reduzido”(Fraga, *op. cit.*:11). É nessa altura que se introduz o cultivo da quina (ou cinchona) e, em especial, do café, em São Tomé (Almeida, 1935:574).O café, em particular, foi introduzido nas ilhas, em 1853, por João Maria de Sousa e Almeida ou, como mais tarde se chamou, barão de Água-Izé, que era natural da ilha do Príncipe

e ex-governador interino de Benguela (Alexandre, 1998:147-149)⁸⁰. Décadas antes, em 1822, introduzira-se, igualmente, o cacau, pelo que São Tomé e Príncipe, a nível económico, entraria na fase do esplendor económico, como acima se referenciou. Como salienta Nascimento (2001), era na ilha do Príncipe onde se concentravam os grandes investimentos e com um reposicionamento dos colonos ou, se se preferir, “a segunda colonização” (Seibert, 2001:47).

6.2.4 Massacre de Batepá

Com o *boom* económico dos arquipélagos, Portugal passaria a sofrer pressões por parte de outras potências coloniais, particularmente, a Inglaterra, pois era sabido que, afinal, a escravatura tinha apenas outra roupagem legal (Nascimento, 2001), vindos de Moçambique, Angola, Cabo Verde e de costa africana.

Assim, outro marco importante dos finais do século XX em São Tomé e Príncipe está relacionado com as revoltas sociais que mereceu, como resposta, uma bárbara actuação por parte de governador de então, em Fevereiro de 1953.

De facto, de todas as províncias ultramarinas de Portugal, São Tomé e Príncipe eram aquelas que não registavam “conflitos armados”, se compararmos com Angola, Guiné-Bissau e Moçambique. Porém, foi em São Tomé e Príncipe que os escravos decidiram revoltar em várias localidades, levando à intervenção maciça da repressão policial, autorizada pelo governador-geral das ilhas, Carlos de Sousa Gorgulho, abrindo, assim, entre 3 e 8 de Fevereiro desse ano, o grande e sangrento episódio de confronto entre colonos e naturais das ilhas, no chamado *Massacre de Batepá* (Eyzaguirre, 1986; Nunes, 1994; Nascimento, 2001; Fraga, 2006).

No *Massacre de Batepá*, como teria dito Pinto da Costa, “apesar das repressões e manobras divisionistas, os colonialistas portugueses jamais puderam sufocar o espírito

⁸⁰É de referir que as datas da introdução das culturas de café e do cacau nas Ilhas de São Tomé e Príncipe não são comumente aceites pelos diferentes estudiosos da temática. A este respeito, salienta-se os *Novos elementos para a história da introdução do cacau em África* de autoria de Seibert, 2007. Segundo este autor, o café foi introduzido em 1787 e o cacau em 1820 por João Baptista Silva Lagos.

de revolta e o desejo de liberdade do povo de S. Tomé e Príncipe. Um exemplo desta firme determinação de ser livre nos é dado pelos acontecimentos de 1953” (Seibert, 2001:133). Todavia, é bom recordar que, nos anos de 1953, se vivia, em Portugal, o sistema do *Estado Novo* que era encabeçado pelo Dr. António de Oliveira Salazar.

6.2.5 A independência de São Tomé e Príncipe

Com a determinação da ONU ao cumprimento do primado da autodeterminação dos territórios, todavia sobre o judo colonial, bem como os acontecimentos de 25 de Abril de 1974, em Lisboa, em que começava uma “revolução que, para além de pretender derrubar o regime ditatorial sobre o qual assentava o Estado Novo, queria também abrir as portas à democratização em Portugal, caminhar para o fim da guerra em África e avançar para a descolonização” (Fraga, 2006:16).

Chegavam, desta forma, ao fim, a 12 de Julho de 1975, os aproximados cinco séculos de ocupação portuguesa e ocidental de São Tomé e Príncipe, com a declaração de independência, com o nome de República Democrática de São Tomé e Príncipe (doravante, São Tomé e Príncipe), “quando o Almirante António Alva Rosa Coutinho do Conselho da Revolução transferiu solenemente os poderes administrativos do arquipélago perante dezasseis membros da Assembleia Constituinte” (Seibert, 2002:102).

Geografia

Com uma área total de 1001 km², São Tomé e Príncipe é composto “pelas ilhas de São Tomé e do Príncipe, pelos ilhéus das Rolas, das Cabras, Bombom, Boné Jockey, Pedras Tinhosas e demais ilhéus adjacentes, pelo mar territorial compreendido num círculo de doze milhas a partir da linha de base determinada pela lei, pelas águas arquipelágicas situadas no interior da linha de base e o espaço aéreo que se estende sobre o conjunto territorial atrás definido” (Constituição da República Democrática de São Tomé e Príncipe, art. 4.º n.º 1). Tem como fronteira mais próxima a República do Gabão, que está a cerca de 300 km.

No que concerne à divisão político-administrativa, o país foi subdividido em sete distritos, nomeadamente: Água Grande – onde está, também, a cidade do país, São Tomé –, Mé-Zochi – a segunda cidade do país, Trindade –, Cantagalo – cidade de Santana –, Lembá – cidade das Neves –, Lobata – cidade de Guadalupe –, Caué – cidade de Angolares – e Pagué – na região autónoma do Príncipe, que tem como capital a cidade de Santo António⁸¹.

Para que melhor se percebam as divisões no quadro político são-tomense, necessário se torna, antes, enquadrá-lo.

⁸¹ A esse respeito, veja-se a Lei da Divisão Política e Administrativa de 21 de Novembro de 1980.

6.3 Enquadramento político de São Tomé e Príncipe

Com a proclamação da independência nacional, São Tomé e Príncipe abria o primeiro capítulo da sua história, confiando a assumpção deste novo Estado soberano ao Movimento para a Libertação de São Tomé e Príncipe (MLSTP) que era “o único representante do povo” (Espírito Santo, 2008:20). Fruto das mudanças sociais e políticas no país, 15 anos mais tarde é anunciada a abertura política, levando à criação das condições institucionais necessárias para a realização de eleições legislativas, presidenciais e autárquicas.

Com a queda do *Bloco Socialista*, e dada a previsibilidade da democratização quase inevitável dos Estados, São Tomé e Príncipe tornava-se, “assim, o primeiro Estado do Golfo da Guiné [e dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa] a adoptar um sistema democrático multipartidário”(Costa, Outubro de 2010, ponto 10.^o).

Desta forma, optou-se por chamar *Primeira República* ao período que começa com a proclamação da independência das Ilhas até à realização do Referendo de 22 de Agosto de 1990, em que o povo são-tomense decidiu abrir-se ao multipartidarismo, consagrando, assim, o aparecimento da nova constituição política (Diário da República n.º 13, de 20 de Setembro de 1990). *Segunda República*, por seu lado, denomina o período que começa com as primeiras eleições legislativas de 1991.

6.3.1 A Primeira República

A relação jurídico-política

A *Primeira República* começa com a proclamação da independência a 12 de Julho de 1975 e termina 15 anos depois (Fernandes, 1997). Prova disso reflectem os documentos de 1978 em que se defende que “o MLSTP, como vanguarda revolucionária, é força política dirigente da nação cabendo-lhe determinar a orientação política do Estado”(Seibert, 2001:146).

Segundo a *Lei fundamental* de 17 de Julho de 1975, no seu articulado 3.º, o “Bureau” político do MLSTP constituía “o mais alto órgão político garantindo a independência e

a unidade nacional, a construção do Estado democrático e a realização da política definida no programa do MLSTP” (Diário da República, n.º 1).

A então *Lei fundamental*, necessária, tinha como objectivo assegurar a fase de transição da proclamação da independência até à entrada em vigor da Constituição Política, como tal, que foi aprovada a 5 de Novembro de 1975 (Diário da República, n.º 39 de 15 de Dezembro de 1975)⁸².

A Constituição Política de 1975 definia, como estrutura de poder, os seguintes órgãos: Assembleia Popular (art. 19.º), Comissão Permanente da Assembleia Popular (art. 29.º), Chefe do Estado (art. 30.º), Governo (art. 33.º a 37.º) e Justiça (art. 41.º).

Segundo Espírito Santo (2008), “o MLSTP não só foi constituído na base de um sentimento nacionalista como, também, era defensor do princípio político segundo o qual a unidade nacional deve corresponder à unidade política e vice-versa” (2008:21).

Quadro de formação

Aquando da independência, a taxa de analfabetismo estava na ordem dos 85% (Seibert, 2001:140). Por isso mesmo, foram incentivadas políticas de cariz social e educacional, apostando na formação de quadros em países de ideologia comunista (com particular destaque para Cuba, para a República Democrática Alemã e para a URSS). Nas palavras de Nascimento (2005), após a independência, “a contribuição do pensamento científico foi desvalorizada pelo projecto transformista dos novos dirigentes. O pensamento científico foi quase totalmente condicionado, facto sobre o qual os intelectuais são-tomenses ainda hoje se pronunciam com cautela, revelando uma espécie de um laço afectivo em relação ao regime fundador do país” (Nascimento, 2005:23).

Todavia, essa tendência não era uma inovação do MLSTP. Recorde-se, por exemplo, que, no ano lectivo de 1958/1959, Oliveira (1993) dava conta que “S. Tomé e Príncipe é,

⁸² Ainda na *Primeira República*, a Constituição Política sofreu 3 revisões, nomeadamente: a de 1980 (Lei n.º 1/80, publicada no Diário da República n.º 7, de 7 de Fevereiro do mesmo ano); a de 1982 (Lei n.º 2/82 de 31 de Dezembro) e, por último, a de 1987 (Lei da Emenda Constitucional n.º 1/87 de 31 de Dezembro).

depois de Timor, a nossa Província ultramarina que se encontra em pior situação” (Oliveira, 1993:175)⁸³.

Nascimento (*op. cit.*) reafirma ainda que “logo, após a independência, malgrado os chavões atinentes à consciencialização política, prevaleceu o horror a um efectivo debate de ideias. A conjuntura internacional e as circunstâncias da chegada ao poder do MLSTP favoreciam a radicalização política. Neste contexto, a inexistência de figuras de reconhecida craveira intelectual e política – Salustino da Graça do Espírito Santo falecera em 1965 – desobrigou os dirigentes oriundos do exílio do ‘diálogo’ com um determinado património cultural, por exemplo, uma imaginada idiossincrasia da população são-tomense. Tais condicionalismos facilitaram muito a hegemonia do MLSTP e, numa fase inicial, os intentos de modelação dos são-tomenses e de criação do homem novo”(Nascimento, *op. cit.*:23).

Preferência para a política externa

A preferência atribuída à política externa de então, e de toda a orientação inicial em direcção ao desenvolvimento, concentrava-se no fortalecimento de relações bilaterais com países da órbita socialista, acatando a estratégia do *não-alinhamento*. Todavia, os dirigentes, por razõesoutras, optaram pela abertura da primeira Embaixada em Lisboa e também, depois, de um Centro de Negócios em Londres.

O sector económico

Quiçá, a falha do sistema de governação do *Partido único* esteja associada, sobretudo, à dificuldade na diversificação da Economia. Dito de outra maneira, o insucesso do sistema socialista implicou, por inerência, o falhanço da Economia nacional, que é alicerçada pela agricultura⁸⁴, no sector primário. Os objectivos da “luta” pela independência não se compadeciam – em consequência da deficiente interpretação da realidade – que os nacionais e outros residentes nas Ilhascontinuariam

⁸³ A título de exemplo, repare-se que, num total de 1455 bolsas atribuídas às Províncias Ultramarinas, a distribuição era de: 134 para Cabo Verde, 21 para Guiné-Bissau, 17 para São Tomé e Príncipe, 643 para Angola, 409 para Moçambique, 170 para o Estado da Índia, 51 para Macau e 10 para Timor (Oliveira, 1993).

⁸⁴ De produtos como: cacau, caju, copra, óleo da palma, café, banana, fruta-pão, matabala, inhame, milho e hortaliças.

“colonizados”, desta vez, pelos próprios nacionais, isto é, renegando-os à agricultura e ao trabalho agrícola.

Como refere Bonfim (2001), “após a independência em 1975, praticamente todas as actividades económicas passavam para a mão do Estado: as autoridades santomenses optaram por uma economia de gestão centralizada (...). Paralelamente o Estado adquiriu o monopólio dos sectores de exportação e importação, através das empresas públicas ECONEX e ECOMIN” (Bonfim, 2001:49). Caracterizando a estrutura da economia são-tomense durante o período do *Partido único*, nas palavras de Espírito Santo (2009:82-115), os resultados foram catastróficos, uma vez que, entre os anos de “1975 e 1985, o processo de desenvolvimento económico foi fundamentado num modelo de ‘centralismo tecnocrático’ baseado numa economia agrária das grandes plantações, que falhou totalmente”. Por isso, a característica que se apresenta é a “de uma economia muito pobre e fundamentada na agricultura do tipo tradicional, em crise há várias décadas. O sector primário é arcaico, o subsector agro-industrial quase inexistente e a manufatura rudimentar” (*Ibidem*).

O cacau

Como vimos, mesmo em decadência, a cultura de *cacau* era aquela que, de facto, entre todos os produtos agrícolas, mais expressão tinha na economia são-tomense. Porém, é no período pós-independência que se assiste à decadência da cultura do cacau para uma situação de quase insignificância na economia nacional.

Em 1997, a exportação do cacau representava 6,7% do PIB nacional. Aproximadamente uma década depois, em 2006, o PIB desse mesmo produto era de 3,0% (Instituto Nacional de Estatística, 2006). Ou seja, “a diminuição da exportação de cacau em volume está directamente relacionada com a queda da sua produção” (Espírito Santo, 2009:58).

6.3.2 A Segunda República

A *Segunda República* é o sinónimo, no contexto são-tomense, da abertura à Democracia, ao multipartidarismo, à separação de poderes.

Quadro político

As primeiras eleições livres são datadas a 20 de Janeiro de 1991. Nesse escrutínio, de cariz legislativo, foi eleito o Partido da Convergência Democrática – Grupo de Reflexão (PCD/GR) e, aproximadamente 3 meses depois, a 3 de Março de 1991, com a realização das primeiras eleições Presidenciais de 3 de Março de 1991, por sufrágio universal, directo e secreto, Miguel Trovoada foi eleito como o primeiro Presidente da Segunda República que é, por inerência, o Chefe do Estado e o Comandante Supremo das Forças Armadas. Fez dois mandatos consecutivos. Impossibilitado de dar continuidade ao cargo, uma vez que “não é admitida a reeleição para um terceiro mandato consecutivo, nem durante o quinquénio imediatamente subsequente ao termo do segundo mandato consecutivo” (Constituição da República, art. n.º 79), foi sucedido, nas eleições de 29 de Agosto de 2001, pelo então Presidente Fradique de Menezes que, igualmente, exerceu dois mandatos, tendo saído vencedor das eleições de 30 de Julho de 2006 como o mais alto magistrado da Nação são-tomense.

As crises de governação

Uma das características da *Segunda República* é, também, as sucessivas crises de governação do país. Note-se, por exemplo, que, num período de 20 anos (1991-2011), São Tomé e Príncipe conheceu 16 Primeiros-Ministros e Chefes de Governo, que, em condições normais, isto é, cumprindo as legislaturas, deveria ter tido só um terço, ou seja, 5 Primeiros-Ministros.

Salientam-se ainda duas tentativas de golpe militar, a de 15 de Agosto de 1995 e a de 16 de Julho de 2003. Antes, no mesmo ano de 2003, a 29 de Janeiro, São Tomé e Príncipe conheceu a primeira revisão Constitucional, em 1991, em que se procedeu a uma

transição do *Regime Semi-Presidencial* de pendor Presidencial para um regime *Semi-Presidencial* de pendor Parlamentar (Lei n.º 1/2003).

Eleições: o caso das autárquicas e regionais

Na Democracia representativa, as eleições, enquanto processo de livre escolha do/a(s) dirigente(s) por parte dos cidadãos, representam uma actividade necessária para regular o normal funcionamento democrático. No caso de São Tomé e Príncipe, as primeiras eleições *Autárquicas e Regional*, na ilha de São Tomé, tiveram lugar a 6 de Dezembro de 1992 e a 26 de Março de 1995 na região autónoma do Príncipe.

Nessas eleições, o partido MLSTP ganhou as sete (7) Câmaras distritais do país. Porém, decorridos 14 anos em São Tomé e 11 anos no Príncipe, respectivamente, o Povo era chamado a participar, a 27 de Agosto de 2006, nas eleições *Autárquicas e Regionais*, em que a coligação *Movimento para Democracia, Força da Mudança e o Partido de Convergência Democrática* (MDFM/PCD) venceu as 6 Câmaras de São Tomé, enquanto a *União Movimento para Progresso de Príncipe* (UMPP) venceu a Câmara de Pagué, na região autónoma do Príncipe (Archer e Tavares, 2006).

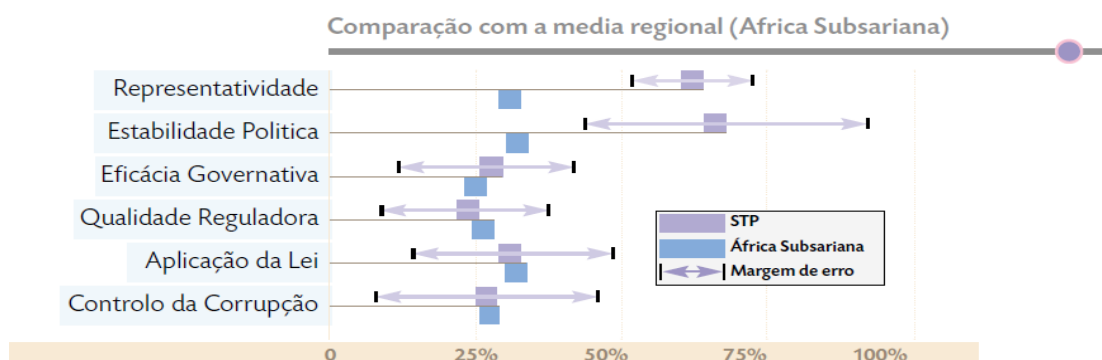
Nas eleições *Autárquicas e Regionais* de 25 de Julho de 2010, o MLSTP/PSD⁸⁵ venceu 3 Câmaras na ilha de São Tomé (nomeadamente, nos distritos de Lobata, Lembá e Caué) contra 2 da *Acção Democrática Independente* (ADI), a saber, a de Água Grande e a de Mé-Zochi, as duas maiores cidades do país e as mais populosas (Tribunal Constitucional, 2010).

Curiosamente, quando se compara São Tomé e Príncipe com os demais países africanos a sul do Saara, em matéria de governação (Figura 6.1), “quer em representatividade e responsabilidade, quer em estabilidade política, São Tomé e Príncipe regista um desempenho bastante superior ao da região em geral. Consegue também resultados significativamente melhores no que se refere à garantia do Estado de direito. Por outro lado, a qualidade do quadro regulamentar, que reflecte a escassez

⁸⁵ No Congresso do MLSTP de 1992, sob a liderança de Carlos Graça, os militantes decidiram acrescentar, na designação do Movimento, o sufixo “PSD” – Partido Social Democrata.

de recursos anteriormente referida, é fraca mesmo segundo os padrões africanos, que estão longe de se encontrarem entre os mais exigentes” (Guia do Investidor para São Tomé e Príncipe, 2008:9).

Figura 6.1 – Indicadores de governação para São Tomé e Príncipe e para a África Subsaariana



Fonte: Guia de Investidor para São Tomé e Príncipe, 2008

“Fenómeno banho”

O objectivo específico da Ciência Política, segundo Lara (1990), compreende o estudo dos fenómenos, por um lado, e os factos políticos em todas as suas implicações, por outro lado. Isto é, como definição, o *facto político* “é todo o acontecimento implicado na luta pela aquisição, manutenção e exercício do Poder na Sociedade” (Lara, 1990:89).

Por outras palavras, diz o autor que o *facto político* – como consequência – nasce numa concorrência entre determinados grupos e/ou pessoas para a conquista duma posição preponderante, demandando efectivo e duradouro, no meio de uma sociedade organizada (*ibidem*:90).

Aqui, introduz-se o *fenómeno banho* que consiste na prática disfuncional do poder legal e legítimo em que certas organizações políticas são-tomenses, indivíduos e afins se promovem nos períodos eleitorais, satisfazendo, de forma directa, com dinheiro, promessa de emprego, viaturas, electrodomésticos e outros, aos cidadãos eleitores em troca de votos favoráveis. A título de exemplo, Veiga (2011) informa que “no período da campanha eleitoral, para além do dinheiro que é distribuído porta a porta, até a boca de urna, as chapas de zinco também funcionam como um dos produtos para

compra de consciência, o famoso banho. As famílias mais pobres, que vivem praticamente sem tecto, recebem de bandeja dezenas de chapas de zinco, como ‘estímulo’, para o voto” (Veiga, Tela Non, 16 de Agosto de 2011).

Na maior parte dos regimes políticos, em que o São-Tomense não é excepção à regra, desde 1990 a esta parte, “o voto é o acto de participação política mais frequente, e muitas vezes o único, da maioria dos cidadãos. Eleições livres, competitivas, realizadas em prazos previamente estabelecidos pela Constituição, nas quais podem participar todos os cidadãos com a única excepção dos que não cumprem os limites de idade, constroem, mantêm, sustentam e fazem funcionar os regimes democráticos” (Pasquino, 2002:117).

Quiçá, sob uma outra roupagem, o *fenómeno banho* seja ironicamente praticado noutras paragens do mundo, mas as constatações é que, em São Tomé e Príncipe, a “experiência” ganhou proporções preocupantes.

Um estudo recente indica que "a maioria absoluta da população não vendeu a sua consciência" nas eleições Autárquicas, Regional e Legislativa de 2010, e que "mais de 60% de eleitores recebeu o dinheiro de campanhas eleitorais, mas votou livremente de acordo com a sua consciência" (Associação São-Tomense de Benevolência, Fevereiro, 2011).

Ao que tudo indica, e segundo as 6 mil pessoas inquiridas, "o efeito de tentativa e manipulação do eleitorado por parte dos políticos", o *banho* tem perdido a eficácia que tinha nas eleições anteriores. Porém, de Fevereiro a Julho, as evidências contrariam o estudo acima referenciado, na medida em que uma reportagem de uma rádio internacional dava conta que haveria mais *banho* na segunda volta das presidenciais em São Tomé e Príncipe (Deutsche Welle ÁFRICA, 26 de Julho de 2011). Aliás, como salienta Castro (2011), o *banho* “continua firme e hirto e faz já parte do ADN dos nossos processos eleitorais” e pensa-se que, “actualmente, ninguém em STP [São Tomé e Príncipe] consegue sequer conceber a ideia de uma campanha eleitoral sem o ‘banho’”. Nenhum partido ou candidato pode ter a veleidade de querer ganhar eleições em STP sem dar ‘banho’ (Castro, 10 de Agosto de 2011).

Tendo sido realizada a primeira volta das eleições presidenciais a 15 de Julho de 2011, a *Lei Eleitoral Nacional* determina que o segundo sufrágio é realizado no vigésimo primeiro dia posterior à primeira votação (Lei Eleitoral, art. 14, n.º 3), justificando, desta forma, o chamamento do Povo às urnas a 7 de Agosto último, na qual saiu vitorioso o Doutor Manuel Pinto da Costa como o Presidente da República Democrática de São Tomé e Príncipe.

Na verdade, esses actos vieram a provar que o *fenómeno* ganhou novos contornos, ao ponto de um dos candidatos ter publicamente assumido que o *fenómeno banho* seria o eixo central da campanha do partido que o apoiava (Tela Non, 1 de Agosto de 2011; RTP África, Reporter, 1 de Agosto de 2011). Portanto, essa manifestação era, também, uma espécie de resposta às manifestações do seu adversário, que teria sido fotografado a praticar o *banho* (Revista online, 22 de Julho de 2011).

Em jeito de conclusão, dir-se-ia que o *fenómeno banho* é uma prática que aniquila o poder democrático, é incompatível com as normas da manutenção e exercício e, por conseguinte, deve ser preterida no verdadeiro jogo de luta pelo poder em São Tomé e Príncipe.

6.4 Panorama sócio-económico

6.4.1 Enquadramento dos indicadores económicos

Num dicionário de referência, os *indicadores económicos* são definidos como as grandezas de carácter económico, expressos em valor numérico, cuja principal utilidade consiste na aferição dos níveis de desenvolvimento de países, regiões, empresas, e outros – permitindo, também, como é evidente, quantificar o grau de assimetrias em termos *geo-sociais*. No caso dos “indicadores” referentes a países, regiões ou grupos de pessoas, dentro de uma classificação ampla de indicadores económicos, também se utilizam outros de carácter social ou demográfico (Infopédia, 2003).

6.4.2 Situação sócio-económica

Num estudo recente, São Tomé e Príncipe era caracterizado pela escassez de recursos naturais e grande vulnerabilidade económica, acentuada ainda mais pela gestão inadequada da crise, incluindo o peso da dívida externa, os constrangimentos do mercado interno e a fraca integração do País na Economia global e mesmo regional (CPLP, 2011:77).

No entanto, comparativamente, reconhece-se que São Tomé e Príncipe apresenta um nível bastante considerável em matéria de Índice de Desenvolvimento Humano e Sustentável, comparativamente a muitos dos países africanos⁸⁶, ao proporcionar à sua população melhores condições de vida do que aquilo que, aparentemente, poderiam levar a crer os indicadores de carácter económico.

De facto, São Tomé e Príncipe apresenta um interessante quadro de indicadores sócio-económicos (Quadro 6.1), susceptíveis de uma abordagem *geo-social*, como abaixo se verá.

Segundo os indicadores sanitários do INE, em 2004, São Tomé e Príncipe, apresentava dados preocupantes, como, por exemplo, a nível da taxa de mortalidade (8,3 por 1,000 habitantes) e, especificamente, a mortalidade materna era de 96/100,000 e infantil de

⁸⁶ Numa lista de 51 países africanos, em que se excluiu Zimbabué e Somália, São Tomé e Príncipe é classificado como um país de desenvolvimento humano médio, ocupando a posição número 14 (PNUD, 2007).

59/1,000 nascidos vivos, respectivamente. Em 2009, a taxa de mortalidade de crianças com menos 5 anos registava uma subida situando-se nas 63 mortes por mil crianças nascidas vivas⁸⁷.

Sendo um país insular, com um PNB e PIB *per capita* de 400 dólares, respectivamente, uma taxa de desemprego na ordem dos 17%, tendo as principais actividades económicas ligadas, todavia, ao sector primário, um desenvolvimento humano baixo (na medida em que ocupa o 127 lugar num total de 175 países), registando uma esperança média de vida, à nascença, de 66 anos, São Tomé e Príncipe constitui a economia mais pequena dos países membros da UA.

Em termos ecológicos, São Tomé e Príncipe apresenta uma maior fragilidade no que concerne à poluição ambiental, às pescas e ao turismo. Em suma, são fragilidades que contribuem para dificultar (ainda mais) o seu processo de aceleração do desenvolvimento. Por isso, pensa-se ser pertinente que exista uma abordagem diferenciada a favor dos países insulares, no sentido de ajustar as suas especificidades a um melhor posicionamento num mundo em crescente competitividade ditado pela globalização (Quadro 6.1).

⁸⁷ Este assunto será retomado ainda neste capítulo, quando se discutir o progresso de São Tomé e Príncipe em matéria dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio.

Quadro 6.1 - Indicadores Económicos de São Tomé e Príncipe

Indicador	Unidade	Números	Fonte	Observação
Nome oficial	-	República Democrática de São Tomé e Príncipe		Capital, São Tomé
Localização	-			Golfo da Guiné, ao largo da costa centro-ocidental africana
Área	km ²	1001	Assembleia Nacional, 2011	São Tomé – 859 Km2; Príncipe – 142 Km2
População	Habitantes	163000	ONU, 2009	O último censo foi realizado em 2001
Língua	-	5	Constituição da República, 2003	Oficial – Português. Fala-se também Fôrró, Angolar, Lunguê e crioulo de Cabo Verde
Unidade monetária	Dobras	Bbs.		Dobrs (Dbs.), a moeda que substituiu em 1977 o Escudo Português. Dbs 24500 equivale a 1 Euro
Religião dominante	-	Católica	Assembleia Nacional, 2011	Estão igualmente representadas outras religiões, como evangélicos, neoapostólicos, adventistas, e não só.
PIB	Milhões de USD	97,6	USD <i>Economist Intelligence Unit</i> , 2009	
PIB <i>per capita</i>	USD	400	CPLP, 2011	
PIB taxa de crescimento real	%	4,4	Africaneconomicoutlook, 2012	2010 – 4,5% (estimativa); 2011 – 4,3% (projecção); 2013 – 4,6% (projecção).
Produto Nacional Bruto	Milhões de USD	295	INE, 2010	
Valor de IDH de não-rendimento		0,553	PNUD, 2010	
Taxa de actividade	%	35	INE, 2006	
Principais actividades económicas	Unidade	4	Guia de Investidor, 2008	Cacau, café, pesca e turismo
Taxa de Desemprego	%	16,70	Banco Central, Ano 2008	Dados do INE dão conta que em 2006 a taxa era de 23,5%
Salário mínimo mensal	Dobra	800000	INE, 2005	
Dívida Externa	Milhões USD	138,70	Gabinete da Dívida/Banco Central, 2010	
Balança Comercial – importação	Percentagem PIB	41,9	Africaneconomicoutlook, 2012	2010 – 44,9% (estimativa); 2011 – 45,4% (projecção); 2013 – 38,2% (projecção).
Balança Comercial – exportação	Percentagem PIB	4,4	Africaneconomicoutlook, 2012	2010 – 5,3% (estimativa); 2011 – 4,7% (projecção); 2013 – 4,3% (projecção).
Balança corrente	Percentagem PIB	-30,8	Africaneconomicoutlook, 2012	
Taxa de cobertura Imp. e Exp	%	4,9	Banco Central, Ano 2008	
Reservas Internacionais Líquidas	Milhões USD	38	Banco Central, Dezembro 2010	
Inflação medida pelo IPC	%	6,5	Africaneconomicoutlook, 2012	2010 – 12,9% (estimativa); 2011 – 9,2% (projecção); 2013 – 8,1% (projecção).
Seguradoras	Unidade	2	Banco Central, Ano 2008	
Saldo Orçamental	% PIB	-14,7	Africaneconomicoutlook, 2012	2010: –11,1% (estimativa); 2011: –15,9% (projecção); 2013: –17,6% (projecção).
Portos	Unidade	2		Um em São Tomé e outro no Príncipe
Aeroportos	Unidade	2		Um em São Tomé e outro no Príncipe
Comunicação:serviço fixo	Habitante	7593	INE, CST, 2006	
Comunicação:serviço móvel	Habitante	18424	INE, CST, 2006	
Internet	Habitante	18424	I INE, CST, 2006	
Companhia aérea	Unidade	1	STP Airways, 2008	Companhia de bandeira nacional, constituída a 23/06/2008 entre o Estado São-Tomense e mais 3 parceiros privados.
Esperança média de vida	Anos	66,1	PNUD, 2010	À nascença
Medida de anos de escolaridade	Anos	4,2	PNUD, 2010	
Anos de escolaridade esperados	%	10,20	PNUD, 2010	
Taxa de alfabetização	%	87,9	Comissão Europeia/São Tomé e Príncipe, 2010	Relatório Final de avaliação das finanças públicas a São Tomé e Príncipe
Pobreza/Bem-estar	-	-	PNUD, 2010	53% da população vive c/ 0,5€ dia
Índ. Desen. Humano	-	127	PNUD, 2010	Com uma pontuação de 0,534, São Tomé e Príncipe faz parte do grupo de países de desenvolvimento humano baixo

Infra-estruturas: transportes e comunicações

Pelo facto de São Tomé e Príncipe ser um país insular, o sector dos *Transportes* e da *Comunicação* ganha uma importância acrescida.

Um dos problemas manifestamente reconhecido no quadro do subdesenvolvimento dos países membros da UA, e de São Tomé e Príncipe em particular, prende-se com a inexistência, ou da estrutura obsoleta ou ainda da destruição de meios e infra-estruturas, tanto de transportes terrestre, marítimo e aéreo, como de outros sistemas de comunicação, provocando consideráveis desequilíbrios no desenvolvimento interno (Estêvão, 1992; Torres, 1995; Tostensen & Vaa, 2001; Fielding, 2001).

Para esses autores, a pertinência da questão está no facto de, na prática, não permitir uma adequada circulação de pessoas, bens e serviços intra-africanos, que permitam o mercado comum e promovam a integração económica e a implementação da NEPAD.

Uma vez que o processo de desenvolvimento consiste, também, “na remoção de vários tipos de restrições que deixam às pessoas pouca escolha e pouca oportunidade para exercerem a sua acção racional (...), requer [igualmente] a eliminação das principais fontes de restrições: da pobreza (...), da mingua de oportunidades económicas como da sistemática privação social, da incúria dos serviços públicos”. Noutra perspectiva, “o desenvolvimento pode ser encarado como um processo de alargamento das liberdades reais de que uma pessoa goza [porque] a efectividade do desenvolvimento está rigorosamente dependente da acção livre das pessoas” (Sen, 2003:14-20).

No caso particular de São Tomé e Príncipe, “a vertente das telecomunicações e dos transportes internacionais assume particular relevância na medida em que permite lançar a ponte de ligação ao mundo exterior e reduzir ou romper o seu isolamento” (Espírito Santo, 2008:73).

Os dados mais actuais sobre a comunicação (telefone e internet) datam de 2006. Curiosamente, e na chamada era da globalização, apenas 10% da população total são-tomense dispunha daqueles meios de comunicação (CST, 2006).

Não obstante isso, concorrem para a baixa utilização dessa ferramenta o custo da comunicação, tanto nacional como internacional, como a própria qualidade do serviço prestado.

O país dispõe ainda de uma televisão e rádio pública e 3 rádios privadas nacionais, e 3 internacionais.

A nível das *infra-estruturas rodoviárias* (estradas), a constatação é a de uma estrutura colonial carente de manutenção, tanto na ilha de São Tomé, como na do Príncipe. Aliás, constata-se mesmo um elevado isolamento entre as ilhas, que são “ligadas” duas vezes por semana, por avião, e uma vez, mensalmente, por via marítima. Em relação aos transportes rodoviários, Espírito Santo (2008) refere a “má gestão da empresa pública Transcolmar, que conduzia a paralisações frequentes da frota por períodos mais ou menos prolongados (...); mais tarde o governo adquiriu algumas unidades de ‘mini-autocarros’ que fazem a ligação entre a capital e outras localidades”(Espírito Santo, 2008:74-75). Por razões de conforto e pontualidade, o autor justifica a preferência dos utentes pelos táxis que são “veículos ligeiros de passageiro de particulares [que] circulam em condições muito precárias: são degradados e fazem o percurso superlotados” (ibidem:75).

São Tomé e Príncipe é servido 2 vezes por semana com a Europa (Portugal) e 10 com a África, nomeadamente, Angola (2), Cabo Verde (2), Guiné Equatorial (2), Gabão (2) e Nigéria (2) (Neto, 2011; Espírito Santo, 2008).

6.4.3 A Economia e o impacto dos Programas de Ajustamento

Estrutural

Enquadramento

As primeiras intervenções das IBW em São Tomé e Príncipe datam dos anos de 1987 a 1989, depois de 2 anos de negociações. Entretanto, essas intervenções tinham como objectivo corrigir os défices orçamental e comercial do país, criar estímulos às exportações, privatizar empresas públicas, melhorar a produtividade na administração pública, captar investimentos estrangeiros, explorar os potenciais nos sectores da pesca e do turismo, entre outros. Como se viu anteriormente, na vigência da *Primeira República*, por razões de vária natureza, o MLSTP começava a imprimir sinais de reforma. Atendendo as directrizes dos PAE, a Economia são-tomense passou a obedecer aos ditames políticos, económicos e financeiros dessas instituições.

Primeira fase do Programa de Ajustamento Estrutural

A abertura ao multipartidarismo, em 1991, assinala, também, o retomar das actividades dos PAE em São Tomé e Príncipe. Importa salientar que, de 1991 a 1993, foram interrompidas as actividades do PAE, a fim de se prepararem, executarem e concluírem, as primeiras eleições legislativas, presidenciais e autárquicas no país (PNUD, 1995:17). Esse interregno contou negativamente para as contas nacionais, visto que o Governo de então, de entre outros, desrespeitou o compromisso da reforma, tendo inclusive contraído empréstimos avultados para executar actividades extra PAE (PNUD, 1995; Seibert, 1999; Espírito Santo, 2008).

Na visão dos parceiros ocidentais que representavam as IBW, uma vez que os resultados não se confirmavam, persistindo os desequilíbrios macroeconómicos anteriormente equacionados, impunha-se a afirmação da necessidade de aplicação dos PAE como a única saída para o desenvolvimento sócio-económico são-tomense, por um lado, e para o equilíbrio do sistema financeiro mundial, por outro lado. Porém, “desde a sua introdução, muitas peripécias aconteceram e contribuíram para a ineficácia das suas acções” (Espírito Santo, 2008:87).

Segunda fase do Program de Ajustamento Estrutural

A segunda fase de intervenção do PAE teve lugar entre os anos de 1993 e 1995 (PNUD, 1995:17). Desta vez, os objectivos do PAE passaram por retomar o enquadramento do crédito no sentido de limitar a inflação e os desequilíbrios macroeconómicos, incentivar a poupança em detrimento do consumo e acelerar a privatização das empresas públicas. São um conjunto de acções em que se destacam “a reabilitação da cultura do cacau, a diversificação da agricultura, o desenvolvimento das pescas, do turismo e de outras iniciativas geradoras de riqueza. Privatização de empresas Públicas, distribuição de terras a pequenos e médios agricultores locais, concessão de gestão privada a operadores privados estrangeiros e nacionais, desenvolvimento do sector privado da economia, liberalização das trocas comerciais, introdução de mecanismos de preços livres, e câmbios flexíveis, (...) as reformas do sistema fiscal, financeiro e monetário e do sector público administrativo, bem como uma melhor gestão da dívida externa” (Espírito Santo, 2008:98).

Projectou-se, então, um crescimento da economia na ordem de 6% e 7% / ano, entre 1990 e 1995, que, na verdade, ficou entre os 1,5% e 3,5% (PNUD, 1998:4).

O balanço negativo e a viragem

De acordo com os dados do então Ministério dos Assuntos Económicos e Financeiros (MAEF) analisados por Espírito Santo, “as infra-estruturas económicas e sociais necessárias ao arranque da economia não tinham sido construídas, enquanto o desequilíbrio estrutural que era um dos obstáculos a ser ultrapassado com a implementação do PAE no decorrer das suas primeiras fases agravou-se” (Espírito Santo, 2008:90-91). As políticas sectoriais da Administração Pública, por exemplo, eram (e continuam a ser) suportadas financeiramente, nos OGE, através do “Programa de Investimento Público [que a menos] deveria reflectir as necessidades [reais] do país em termos de investimento, apresentadas sob a forma de projectos”. Ademais, continua Espírito Santo (2008:88), “de uma forma geral, os recursos obtidos para o financiamento do PAE orientam-se para dois vectores: uma parte destina-se a apoiar a

balança de pagamentos, isto é, a financiar as importações no âmbito deste programa enquanto outra parte é efectuada ao programa de investimento público”.

Em abono da verdade, e pelo que tende a reunir consenso, tanto do lado dos parceiros (PNUD, BM), como do lado nacional (Ministério dos Assuntos Económicos e Financeiros), o insucesso do PAE em São Tomé e Príncipe deve-se ao seguinte: a “inadequação de algumas medidas executadas; fraca capacidade institucional para assegurar a realização cabal dos compromissos assumidos. Neste caso, estavam os avultados montantes de empréstimos contraídos há vários anos para serem investidos em projectos concretos mas que até então não tinham sido utilizados. E isto é consequência do seguinte: descoordenação e falta de capacidade de absorção que gera má gestão dos recursos externos e fraca capacidade de realização dos investimentos em relação aos montantes programados; [e, por último, o] elevado custo social do PAE” (*ibidem*:93).

Partindo desse pressuposto, o Estado são-tomense, através do *Comité de Supervisão* das reformas económicas do Ministério dos Assuntos Económicos e Financeiros propôs às IBW outras modalidades para cooperar em matéria económica e financeira (MAEF, 1995:18) tendo recebido, em 1996, o aval do BM. Todavia, tendo como base as mesmas políticas do passado, os problemas sem solução de fundo ficaram latentes.

Os PAE iam sendo apresentados e, com os anos passando, a desvalorização da *dobra* face ao *dólar* fazia-se sentir de forma penosa para os cofres nacionais. Ademais, a deficiente cobrança de impostos concorria igualmente para que o desenvolvimento fosse adiado.

Novas medidas (insuficientes) de correcção

Em 1996, por exemplo, a cooperação entre as IBW e São Tomé e Príncipe em matéria de PAE teve uma abordagem interessante. Do lado são-tomense, as sucessivas crises políticas contribuía para o não crescimento. Essa leitura, do lado das IBW, levou a que fossem impostas certas medidas de austeridade para corrigir o desequilíbrio macroeconómico do país. Essas medidas passavam pela política fiscal, concretamente, para lograr o aumento das receitas públicas, reduzir as despesas, controlo das

importações e outros. Por sua vez, o Governo são-tomense propunha medidas (de reforma administrativa, privatização no sector agrícola, reduzir a taxa de inflação e não só) que constituíam, no fundo, o desejo das IBW. Mas tudo isso se revelou insuficiente, pelo que as IBW ameaçaram retirar, em Fevereiro de 1997, os apoios concedidos a São Tomé e Príncipe, caso o país não refreasse a sua taxa de inflação, assim como a contenção da desvalorização da *dobra* e do *deficit* orçamental dentro de 1% do PIB, indo ao encontro das necessidades descritas para a qualificação do país à iniciativa *HIPC*. Apesar dos esforços encetados, as despesas do Estado continuavam crescentes, pelo que as IBW suspenderam os desembolsos devido à fraca resposta governamental e às reformas. Advogavam a persistência dos desequilíbrios orçamentais, que as receitas seguiam sendo diminutas. Desta forma, era negada a qualificação de São Tomé e Príncipe ao perdão da dívida externa nesse ano, adiando até “para 2007 uma nova avaliação do desempenho das recomendações feitas e, caso ela fosse desfavorável, S. Tomé e Príncipe ficaria, em definitivo, excluído daquele programa para os países altamente endividados. Isto é, a dívida não mais seria objecto de perdão” (Espírito Santo, 2008:104; PNUD, 1998:13).

Candidatura à iniciativa HIPC

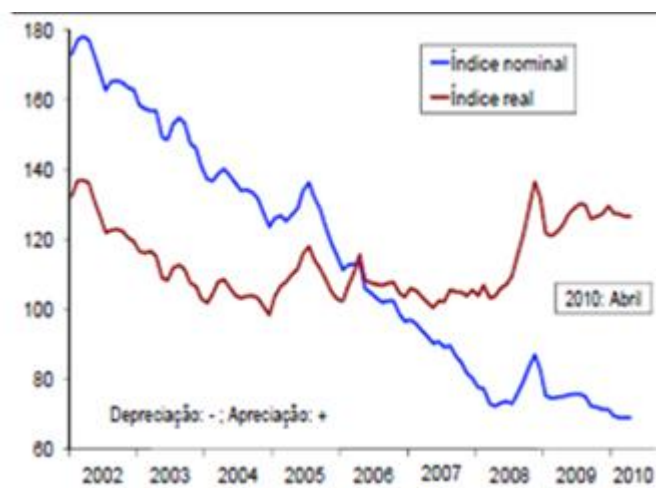
As autoridades são-tomenses, provavelmente cientes do incumprimento das *medidas de correcção*, empreenderam esforços e conseguiram renegociar com as IBW a assinatura de um Programa Trienal (1998, 1999 e 2000) de *Crescimento e Redução da Pobreza (Poverty Reduction Growth Facility)* e, posteriormente, a candidatura à iniciativa *HIPC*, no montante de 200 milhões de dólares.

O Estado são-tomense comprometia-se a tornar mais restritiva a política macroeconómica, alargar a base de tributação, reduzir a inflação, aumentar as prestações sociais para a Educação e Saúde e ainda a levar a cabo reformas estruturais que ajudassem a promover o crescimento económico e o desenvolvimento do sector privado (CGD, 2006).

Os dados macroeconómicos desse triénio apresentaram melhorias. De facto, a inflação média anual passou dos 68,5% para os 42,3%. Houve também aumento de

investimento no sector privado e a taxa de câmbio oficial melhorou consideravelmente nos anos seguintes, como reflecte o gráfico 6.1.

Gráfico 6.1 – Taxas de câmbio efectivas (2002-2010)



Fonte: Banco Central de São Tomé e Príncipe, 2010

Uma vez que as IBW se apresentavam persistentes nas reformas, a única saída encontrada pelos dirigentes são-tomenses era a de se redobrar os compromissos para a prossecução dessas reformas. Deu-se início à privatização de grande parte das empresas estatais, seguida da apresentação, por parte do Governo, de um “Plano de Acção Prioritário e uma Estratégia de Desenvolvimento para o período 2000-2005 que incluiu a promoção do sector privado e diversificação de actividades produtivas, a colocação da agricultura de pequenos proprietários no centro do crescimento estratégico, a reforma e fortalecimento das instituições públicas e a formação dos recursos humanos”(Empis, 2010:23). No entanto, “considerados insuficientes os progressos no cumprimento de alguns objectivos fixados, designadamente no âmbito da política monetária e fiscal, no aprofundamento das reformas na administração pública e na consolidação orçamental, o FMI também suspendeu em 2001 os desembolsos programados” porque foram considerados insuficientes os progressos no cumprimento de alguns objectivos fixados, designadamente no âmbito da política

monetária e fiscal, no aprofundamento das reformas na administração pública e na consolidação orçamental (*ibidem*)⁸⁸.

Alguns sinais positivos

As IBW concluíam que o Governo são-tomense tinha conseguido um avanço substancial na reforma da governação económica, embora não tão rapidamente como esperado (FMI, Julho, 2007). Na sequência disso, “no início de 2007, foi adoptada uma nova lei orgânica (SAFE) que introduzia uma maior transparência a nível orçamental. O Governo tenciona intensificar os recentes progressos alcançados na estabilização macroeconómica e reduzir ainda mais a taxa de inflação, que se situa agora nos 17% face a 24% um ano antes” (Guia do Investidor para São Tomé e Príncipe, 2008:16).

Essa década é tida, também, como a *era das mudanças*, tanto no contexto político, como no económico e social.

Do ponto de vista político, importa salientar que foi com esse *slogan* que foram eleitos, tanto o Presidente Fradique de Menezes (2001-2011), como os partidos vencedores das últimas eleições legislativas, MDFM/PCD (2006) e Acção Democrática Independente – ADI – (2010); enquanto do lado económico, os estudos dão conta que, nos últimos anos, a economia tem estado estável, mantendo-se as políticas de promoção da estabilidade macroeconómica, e que a autoridade monetária, através da aplicação dos diversos instrumentos da política monetária e cambial, associados a medidas de consolidação fiscal, conseguiu reduzir a inflação e mantém as reservas internacionais líquidas a níveis sustentáveis (Banco Central, 2008:2).

Não obstante a crise financeira mundial, que terá afectado de forma directa ou não, o progresso sócio-económico de São Tomé e Príncipe, a verdade é que o seu impacto “reflectiu-se no arrefecimento do turismo, no decréscimo das entradas de IDE (o motor do crescimento num passado recente) e nos atrasos de desembolsos de donativos. Estes factores concorreram, por sua vez, para o decréscimo das receitas públicas, já

⁸⁸ Ou seja, por não haver outros produtos susceptíveis de competir no mercado internacional, uma vez que, tanto a pimenta, como a baunilha não representam produções suficientes, o cacau continua a ser, na primeira década do segundo milénio, o produto mais exportado do país.

prejudicadas pela baixa das taxas de impostos. Como consequência, a execução dos projectos de investimento público sofreu uma redução”. O exemplo disso foi que, em “2009 [e 2010], a baixa dos preços mundiais do petróleo e a queda brutal do IDE traduziram-se numa baixa das importações superior à verificada nas exportações, o que determinou a melhoria da balança comercial e, em consequência, da posição exterior do país”(OCDE, 2009).

Porquanto, contrariamente à OCDE (5,1%) ou ao FMI (5%), o Banco Central de São Tomé e Príncipe espera um crescimento económico na ordem dos 5% para 2011, justificando-se com a redução da inflação anual para níveis de 10 e 11%, assim como de manter as reservas internacionais num mínimo de 4 meses de importações de bens e serviços (Sousa, 2010).

Por seu turno, o Governo são-tomense, por intermédio do Ministro das Finanças e da Cooperação Internacional, refutava os valores acima apresentados, apontando para um crescimento na ordem de 4,5%, porque, segundo o mesmo dirigente, haverá um período “morto em termos de actividade económica”, referindo-se às eleições presidenciais de 17 de Julho de 2011(Tela Non, 10 de Janeiro de 2011).

Segundo a OCDE/BAD (2011), São Tomé e Príncipe terá uma taxa de crescimento do PIB real e do PIB *per capita* de 5,1% e 2176 dólares norte americanos, respectivamente.

Todavia, o mais recente compromisso estabelecido com as IBW é um acordo trienal (2009-2011), no âmbito da *Facilidade para a Redução da Pobreza e para o Crescimento*, que visa assegurar, uma vez mais, o bom funcionamento do sistema financeiro são-tomense e mundial. Embora seja positiva, é manifestamente insuficiente para a *reconstrução* da economia são-tomense, pelo que as autoridades nacionais devem reforçar a opção pela política externa vocacionada para a captação de ajudas para o seu desenvolvimento sócio-económico.

6.4.4 O papel da Ajuda Externa no processo de desenvolvimento

Os objectivos

A *política externa* de um determinado Estado pode ser o conjunto de objectivos políticos, previamente definidos por ele, com vista a alcançar nas suas relações com os demais actores internacionais. No caso de São Tomé e Príncipe, acreditamos existir uma nítida percepção de que, face à sua dependência das ajudas internacionais, que a política esteja conscientemente ou não vocacionada para a captação de apoios junto dos seus parceiros para o desenvolvimento sócio-económico do país. Porém, deve-se ter em linha de conta que no quadro político-jurídico são-tomense, cabe ao Presidente da República a competência de dirigir a *política externa* e de representar o Estado nas relações internacionais (Constituição da República, 2003, art. 80.º, alínea d).

Note-se entretanto que, um estudo de meados de 2009 dava contasque, no âmbito do programa de governação, os princípios orientadores e intenções da política externa “ao longo dos anos, (...) são influenciadas pela conjuntura internacional e perseguem objectivos e metas consentâneas com esse tipo de contextos; [que] o Estado de São Tomé e Príncipe tem desenvolvido a sua política externa baseada nos seguintes princípios fundamentais:

- (i) “respeito da Carta das Nações Unidas;
- (ii) da Declaração Universal dos Direitos Humanos;
- (iii) pela defesa dos princípios de boa vizinhança e coexistência pacífica baseada no respeito pela soberania e na não ingerência nos assuntos internos”(MNECC, 2009:7).

Todavia, as “prioridades da política externa são estabelecidas no Programa do Governo e nas Grandes Opções do Plano” (*Ibidem*). Isto é, na medida em que existe uma frequente alternância governamental nem a devida obediência à continuidade do Estado, a política externa do País sofre igualmente dessa alternância uma vez que cada Governo apresenta o seu Programa e as suas Opções de Plano.

Paradoxalmente, osupracitado documento dava conta ainda de que “embora tivéssemos constatado que existe um documento orientador ou seja os princípios plasmados no Programa do Governo para a condução da política externa, os mesmos

carecem de um desdobramento em forma de um Quadro Conceptual que seja mais um instrumento de orientação operacional contendo não só os objectivos como também as estratégias, a referência de onde captar os recursos para a implementação dessa política externa, o relacionamento entre os diversos actores e respectivo quadro de competências, e os resultados que se espera da execução em si da política” (*ibidem*). Ou seja, a omissão desta vez identificada no estudo tem a ver com o conteúdo e não a forma.

Parafraseando Clausewitz (1780-1831), e num paralelismo à realidade são-tomense, dir-se-ia que essas constatações nos dizem, no fundo, que a política externa são-tomense pode ser considerada como a expressão da sua política interna, que, em consequência das sucessivas crises registadas nas últimas décadas, necessitará também de uma certa clareza quanto aos seus objectivos. Aliás, como é sabido, na construção de bases conceituais de uma política externa nacional, torna-se necessário existir clareza das intenções porque “representa dispor de objectivos expressamente definidos para a diplomacia nacional e, como tal, claramente descritos, não de modo vago e genérico, mas de maneira objectiva, tocando nos pontos relevantes do que se pretende fazer. Todo e qualquer governo precisa ter uma ideia clara de como o país se insere no chamado ‘cenário internacional’, quais são os limites impostos à acção internacional do país e quais são os seus objetivos de política externa” (Almeida, 2009:228).

Almeida (2009) dá conta ainda que o conhecimento dos “limites da acção diplomática permite quantificar os meios a serem mobilizados, o que, por sua vez, ajuda no processo de definição de um conjunto de objetivos nacionais estrategicamente viáveis” (*ibidem*).

As opções políticas

Seja de que modo for, a verdade é que, com a independência do país e na vigência da *Primeira República*, os dirigentes são-tomenses começavam a estabelecer relações com certos parceiros que, provavelmente, melhor serviriam os interesses nacionais. Um desses parceiros, a nível multilateral, foi a Organização das Nações Unidas, a qual São Tomé e Príncipe aderiu em 16 de Setembro de 1975, constituindo o 140.^o membro

dessa organização (ONU, Fevereiro de 2011). Dois anos mais tarde, em 1977, o país aderiu igualmente às IBW, à Convenção de Lomé e à Comunidade Económica dos Estados da África Central, em 1983. De facto, “o estabelecimento de relações, de variada natureza, com o exterior, bem como de cooperação internacional passaram, com o tempo, a ser entendidos, pelas diferentes instâncias políticas [são-tomenses], como uma necessidade” (Brito, 2004:94).

Por isso, atendendo ao sistema bipolar que caracterizava as relações internacionais nas décadas anteriores à independência de São Tomé e Príncipe até ao fim da *Primeira República*, e, em consequência da opção que o país teria feito, os relacionamentos privilegiados foram concedidos a países como Cuba, União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, República Democrática da Alemanha, Coreia do Norte e República Popular da China. Portanto, resulta difícil precisar as contribuições exactas desses parceiros (ou mesmo de Portugal, como ex-potência colonizadora) para o desenvolvimento do país, na medida em que o próprio sistema vigente na altura impossibilitava o acesso a essas informações.

Dependência das ajudas internacionais

Um estudo apresentava uma relação de desembolsos de fluxos de ajuda externa a São Tomé e Príncipe que, começando em 0,8 milhões de dólares norte-americanos, nos anos de 1975 (continuando em 1976, com 11,7 milhões; 3,2 milhões, em 1977; 4,2 milhões, em 1978; 3 milhões, em 1979; 3,9 milhões, em 1980; 6,1 milhões, em 1981; 9,9 milhões, em 1982; 11,7 milhões, em 1983; 11,4 milhões, em 1984; 12,5 milhões, em 1985; e 12,4 milhões, em 1986) ilustra bem o contexto da dependência do País em matéria de ajudas internacionais (OCDE – *Répartition Géographique des Ressources Mises à la Disposition des Pays en Développement*; Espírito Santo, 2008:162).

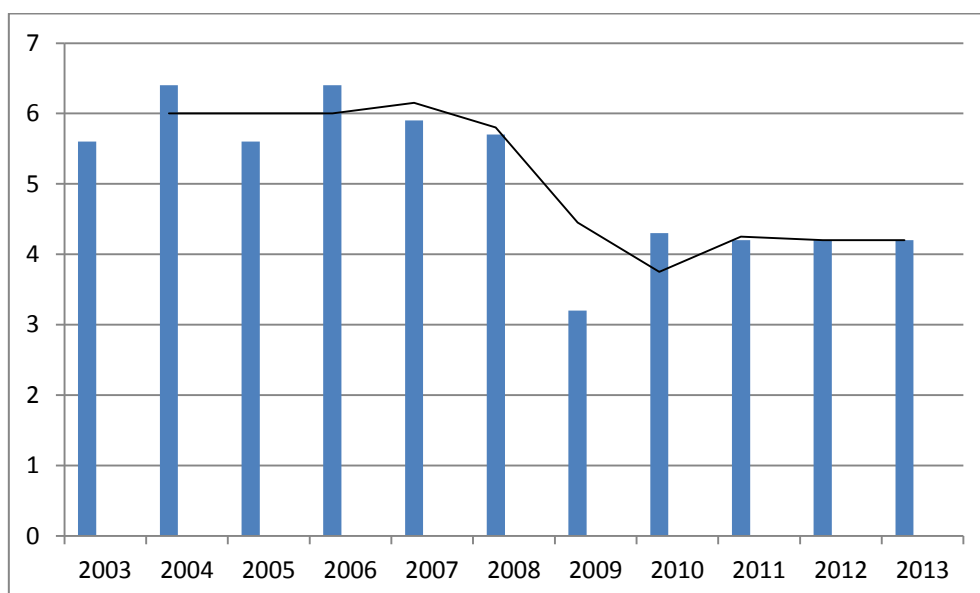
A nível das contribuições da APD no PIB no mesmo período, oferecem para São Tomé e Príncipe 8,2%, 17,3%, 26,2%, 30,3%, 29,5% e 19,2%, respectivamente.⁸⁹ A partir de então, as IBW “instalaram-se”. Houve a abertura ao multipartidarismo e a relação

⁸⁹ Pela dificuldade de obtenção de dados fidedignos, Espírito Santo afirma a inexistência de dados que confirmem o PIB para o ano de 1985 (Espírito Santo, 2008:94).

entre as ajudas externas ao desenvolvimento e o PIB apresentavam valores mais avultados⁹⁰, tendo apenas desacelerado em 1998 (37,3%).

A partir de 1999, durante uma década aproximadamente, os números das *ajudas externas ao desenvolvimento* mantiveram-se mais ou menos estáveis⁹¹. Todavia, deve-se ter presente que, numa outra perspectiva, São Tomé e Príncipe aparenta uma certa disparidade no que concerne ao crescimento real do PIB na década analisada (2003 – 2013), começando, entretanto, a dar sinais de uma certa estabilização em 2010 – estimativas - e 2011 e 2012, respectivamente – projecções - (Gráfico 6.2).

Gráfico 6.2 – Crescimento real do PIB (2003-2013)



Fonte: africaneconomicoutlook, 2012

O relançamento da cooperação

No panorama sócio-económico, a *Segunda República* serviu, também, para “liberalizar” as opções da política externa, virando-a sobretudo para o ocidente, para os países vizinhos da costa africana, como o é o caso do Gabão, e fortaleceu laços de amizade e de cooperação com os países lusófonos.

Em 1997, São Tomé e Príncipe “decidiu reconhecer a República da China Taiwan”

⁹⁰ A título de exemplo: 95% em 1990; 126,2% em 1992 e 140% em 1995.

⁹¹ Os dados de PNUD (de 1993 a 2008), INE (2005) e Espírito Santo (2008) são de 32,1% em 1999; 35,6% em 2001; 27,1 em 2003 e 29,3% em 2006.

(MNECC, 2009, Nota n.º Ref.^a /1303) que tem sido um dos parceiros de maior destaque na cooperação bilateral, contribuindo com uma ajuda na ordem dos “19% do total de desembolso de APD em 1997 e 48,2% em 2005 e tem sido o principal doador de S. Tomé e Príncipe desde 1999” (Espírito Santo, 2008:166).

A ajuda internacional tem sido uma componente fundamental no atenuar das vulnerabilidades socioeconómicas e políticas e na criação de condições mínimas para a adopção de uma estratégia de desenvolvimento sustentado nacional (Romana, 1996). Repare-se que, desde a sua independência, São Tomé e Príncipe tem vivido quase que exclusivamente da ajuda internacional. Sobretudo por razões internas, pensa-se existir uma certa dificuldade para inverter essa tendência. Por isso, importa salientar, também, que todo esse processo de captação, implementação e execução dessas políticas, segundo vários autores (Seibert, 2001; Espírito Santo, 2008, 2009; Nascimento, 2005; Romana, 1996, Empis, 2010) ocorre sob a existência da corrupção que Huntington (1968) descrevia como o fenómeno humano que existe em maior ou menor grau em todos os países do mundo.

Uma das certezas é que as ajudas internacionais têm servido, no geral, para minorar o subdesenvolvimento de uma parte da sociedade São-Tomense.

De notar que, numa relação entre as APD e o PNB, ou deste último com a dívida externa, conclui-se que, de todos os países africanos de expressão oficial portuguesa, São Tomé e Príncipe é aquele que mais depende das ajudas externas (PNUD, 2000; BAD, 2002; Espírito Santo, 2008).

Novo paradigma

A ideia de *novo paradigma* no contexto da política externa são-tomense virada para o desenvolvimento deve partir da realidade de que os diferentes Orçamentos Gerais de Estado são financiados entre 85% e 93% pelas ajudas externas.

Num Termo de Referência do PNUD local (2008) constava que a estimativa de APD, para São Tomé e Príncipe, representa cerca de 85% do Programa de Investimento Público. O mesmo documento salientava ainda que, apesar da sua “importância estratégica da APD para a política de desenvolvimento do país, as autoridades de S. Tomé e Príncipe (STP) não dispunham de uma estrutura organizada

com dados e informações que lhes permitam analisar e ter o domínio da APD” (Termos de Referência, PNUD, Outubro 2008).

De entre várias constatações, salienta-se (1) o facto de não haver documentos oficiais que estabelecessem uma política da APD; (2) a inexistência de instituições com a responsabilidade de publicar as estatísticas da ajuda; (3) a sua distribuição em relação às prioridades expressas na Estratégia Nacional de Redução da Pobreza serem pouco conhecidas, tanto no Plano de Acções Prioritárias, como no Programa do Governo; (4) a capacidade de absorção da ajuda ser fraca (60% de execução do Programa de Investimentos Públicos); (5) a falta da eficácia da ajuda não ser posta em causa e não haver um escalonamento que permitisse medir os progressos alcançados; e, finalmente, (6) não se saber como é que a ajuda concedida ao país se situava em relação às melhores práticas internacionais. Há todo um conjunto de temáticas e questões que permanecem sem resposta(*idem*).

Porém, a “boa nova” que se reflecte no *novo paradigma* tem que ver com o aval das IBW referente ao *Programa de Ajustamento Trienal* que dá conta que São Tomé e Príncipe conheceu avanços na condução da política macroeconómica, pelo que o país chegou mesmo, em Março de 2007, ao ponto da conclusão da *HIPC*, pelo facto de ter cumprido, igualmente, os critérios de convergência exigidos ao abrigo desta iniciativa, bem como da *Multilateral Debt Relieve Initiative* (MDRI)⁹². Assim, foi concedido ao País uma redução de 91% da sua dívida externa multilateral, sendo 314 milhões de USD no âmbito da iniciativa HIPC/MDRI e 24 milhões de USD por parte do Clube de Paris(Gráfico 6.3).

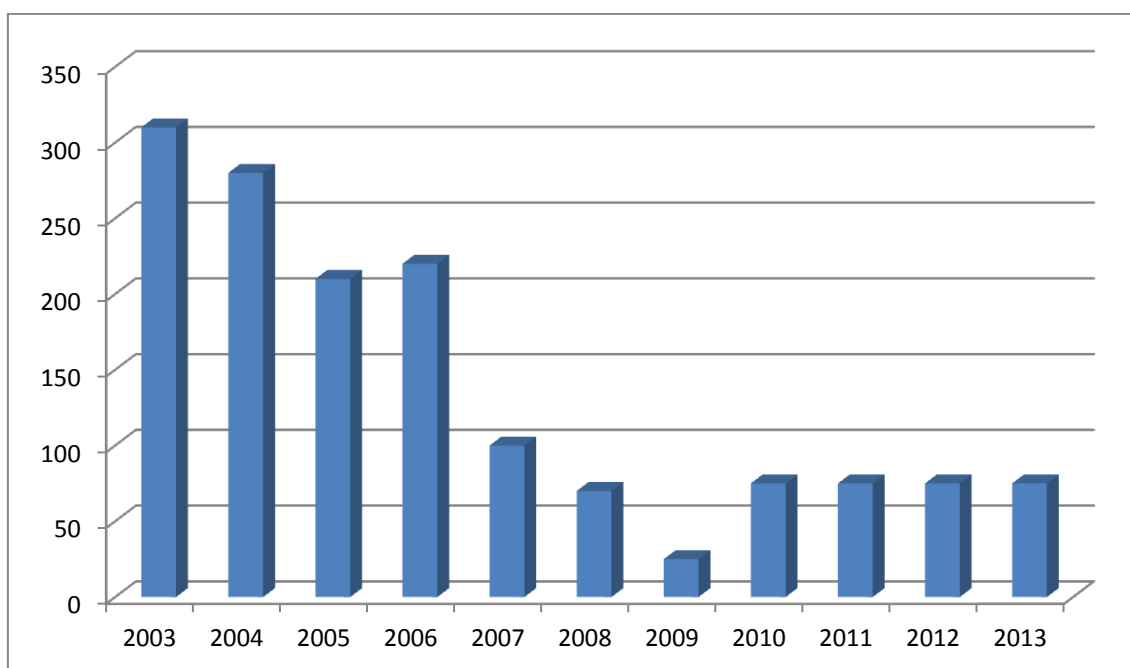
Apesar disso, a *africaneconomicoutlook*, (2012:8-9) diz sobre o assunto que “a dívida permanece um desafio para STP. Em 2011, a dívida externa total da STP foi estimada em 75.8% do PIB, contra 71.5% do PIB em 2010. A dívida bilateral foi responsável por

⁹²Contudo, importa frisar a adopção da Lei SAFE (Sistema de Gestão das Finanças Públicas) que, no quadro jurídico de política da dívida do País, muito contribui para esse desfecho. Aliás, uma das imposições da Lei SAFE é de não permitir às autoridades contrair empréstimos bancários superior a 10% da receita nacional do ano anterior.

cerca de 76.8% da dívida total em 2011, contra 41% em 2005, com os financiamentos multilaterais a representarem apenas 23.2% em 2011, que compara com 59% em 2005.⁹³

A conclusão da avaliação conjunta das IBW sobre a análise de sustentabilidade da dívida para HIPC confere que, apesar de ter beneficiado de alívio da dívida, o País corre o risco de constrangimento a nível da dívida a curto e médio prazo. Prevê-se que o valor actual líquido (VAL) do rácio da dívida/exportações supere o limite de 50% durante o período de 2012-2014, e diminua até ao início da produção de petróleo em 2016 (*Ibidem*).

Gráfico 6.3 – Dívida externa total (percentagem do PIB) e serviço da dívida (percentagem das exportações de bens e serviços) 2012



Fonte: Africaneconomic outlook, 2012

⁹³A nível bilateral, o Governo assinou acordos bilaterais com todos os seus credores do Clube de Paris, com excepção da Rússia que começou a discussão com vista ao alívio possível da dívida, estando prevista a conclusão de um acordo em 2012. Na mesma linha, o País ainda aguarda o alívio da dívida por parte dos seguintes países, como parte do compromisso no contexto do ponto de conclusão da Iniciativa HIPC: República Popular da China, Itália, Jugoslávia e Angola. Este último, juntamente com a Nigéria e Portugal, estão entre os credores bilaterais mais activos do País (*Africaneconomicoutlook*, 2012:9).

Acordo de cooperação económica

Em 1977, as autoridades são-tomenses e portuguesas procedem à troca do *Escudo* (moeda portuguesa) pela *Dobra* (a são-tomense), com igual paridade entre ambas. Em face a sistemática depreciação da *dobra*, e após todo um conjunto de iniciativas com a cooperação portuguesa, a 1 de Janeiro de 2010, entrava em vigor o *acordo de cooperação económica* entre a UE e São Tomé e Príncipe, visando a sustentabilidade e a paridade cambial entre a *Dobra* e o *Euro*, que, para o então Governador do Banco Central, Luiz de Sousa, viria a conceder uma maior confiança, estabilidade e oportunidades para a Economia são-tomense e contribuiria também para os objectivos da política macroeconómica definidos pelo Governo (Sousa, 2009).

6.4.5 Progresso de São Tomé e Príncipe em matéria dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio

Uma das leituras extraída do modelo schumpeteriano de desenvolvimento é a existência de condições objectivas, nomeadamente, a possibilidade de recurso ao crédito e condições subjectivas que se assentam num conjunto de factores (liderança, ambiente social e outros) que se conjugam para objectivar o desenvolvimento.

Os ODM podem ser enquadrados, na nossa opinião, como as condições objectivas encontradas pela “comunidade internacional”, não apenas para projectar o desenvolvimento mundial, mas, também, para reconhecer (de forma implícita) o fracasso dos inúmeros projectos, programas e iniciativas empreendidas no anterior milénio.

De forma aglutinada, os 8 ODM mexem com todas as áreas essenciais de desenvolvimento, tanto de países ditos desenvolvidos, como dos em vias de desenvolvimento. Porém, o “tratamento específico” deve ser concedido aos países em vias de desenvolvimento, uma vez que o objectivo passa pelo “nivelamento por cima” de assuntos como a erradicação da pobreza, a generalização do ensino, a igualdade de género, redução da mortalidade materna e infantil, garantir a sustentabilidade ambiental e outros.

Não menos importante está a abordagem conferida aos países desenvolvidos, pois deles é o comprometimento de financiar, através das contribuições dos seus cidadãos, o cumprimento desses objectivos.

Embora se reconheçam ou imaginem as eventuais dificuldades, de parte a parte, para o cumprimento cabal desses objectivos até 2015, importa salientar que, em diferentes paragens do mundo, se devem equacionar dificuldades acrescidas, na medida em que os ODM visam, também, globalizar certos *modus vivendi* dos Povos.

Com o particular destaque para a África, nomeadamente, a África Subsaariana, pelo nível do desenvolvimento e assimetrias descritas no capítulo III desta tese, a *atenção redobrada* bem podia constituir uma preocupação específica.

Estando em 2011, a questão que se coloca é a de saber que progressos foram alcançados até ao momento.

Embora o optimismo do Secretário-Geral da ONU, de que os ODM já ajudaram a retirar milhões de pessoas da pobreza, a salvar vidas de inúmeras crianças e a assegurar que possam ir à escola, de ter reduzido a mortalidade materna, de ter expandido as oportunidades para mulheres, de ter aumentado o acesso à água potável e de ter libertado muitas pessoas de doenças mortais e debilitantes, como mencionado, a previsão é que nenhum dos Estados membros da UA consiga cumprir, na totalidade, os ODM. Por outras palavras, salienta-se que a imposição da assimetria dita os diferentes níveis de progresso dos países. A esse respeito, coloca-se a questão de conhecer o progresso dos ODM de São Tomé e Príncipe.

Importa ainda dizer que, tal como São Tomé e Príncipe, todos os países se submeteram, de forma voluntária, ao cumprimento dos ODM. Porém, pensa-se, por um lado, que São Tomé e Príncipe poderá, de acordo com os diversos indicadores disponíveis, alcançar 4 dos 8 objectivos até 2015. Porém, e por outro lado, os mesmos indicadores dão conta que "apesar da difícil conjuntura económica internacional, STP está a avançar razoavelmente bem rumo aos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio. A taxa do progresso actual na maior parte dos indicadores é superior a taxa do progresso requerido para atingir a meta, se as tendências correntes prevalecerem até 2015"(PNUD, 2008:4).

Três anos depois, um estudo da CPLP (2011:77) dava contas que o ritmo de progresso de São Tomé e Príncipe mantém-se lento e com reduzidas hipóteses de alcançar a maioria dos ODM no escasso período de 4 anos, apesar do quadro macroeconómico favorável, reconhecido em 2008 como uma oportunidade e factor catalisador para o alcance dos Objectivos (Quadro 6.2). Isto é, o optimismo registado em 2008 teria sofrido um revés face a avaliação de 2011. Contudo, no primeiro semestre de 2008 houve a "crise política" que determinou a queda do XII Governo Constitucional e o empossamento do XIII. Será esta a justificação do abrandamento do progresso em matéria dos ODM?

Quadro 6.2 – Progressos no alcance dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio

N.º	Objectivo	Cumprimento
ODM1	Reduzir a extrema pobreza e a fome	Improvável
ODM 2	Alcançar o ensino primário universal	Provável
ODM 3	Promover a igualdade de género e empoderar as mulheres	Improvável
ODM 4	Reduzir em dois terços a mortalidade infantil	Provável
ODM 5	Reduzir em 75% a mortalidade materna	Provável
ODM 6	Combater o VIH/SIDA, a malária e outras doenças graves	Provável
ODM 7	Garantir a sustentabilidade ambiental	Improvável
ODM 8	Fortalecer uma parceria global para o desenvolvimento	Improvável

Fonte: Dados colhidos do Relatório dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, ONU, 2011

Por um lado, as documentações de avaliação disponíveis (nomeadamente, relatórios da ONU e da CPLP) revelam que é *provável* que os ODM 2, 4, 5 e 6, nomeadamente, em matéria de educação e saúde sejam atingidos em 2015, pelo facto dos dados se apresentarem muito; por outro lado, os mesmos documentos destacam que os ODM 1, 3, 7 e 8, concernentes à pobreza, à igualdade e da equidade de género, à sustentabilidade ambiental e ao estabelecimento de parcerias para o desenvolvimento, aparentam ser *improváveis* de serem alcançados por não dependerem do País em si, mas pelo cenário actual ou porque visam uma melhoria significativa dos níveis de desempenho actuais ou ainda porque a resposta necessária das autoridades aparentam ser insuficientes.

Embora os ODM tenham sido elaborados à medida de cada Estado, isto é, definindo metas susceptíveis de se alcançar até 2015, fica-se com a sensação que parte de São Tomé e Príncipe certos *Objectivos* seriam logo vistos pelos agentes políticos e sociais do País como sendo de “improváveis cumprimento”. Repare-se que no Relatório do Desenvolvimento Humano 2002 para São Tomé e Príncipe - *As Mudanças de 1990 a 2002 e o Desenvolvimento Humano*—estão as legações de que a evolução dos indicadores de desenvolvimento humano durante aquele período era heterogénea, pondo em evidência importantes avanços na eliminação do analfabetismo e no aumento da escolaridade e, também, expondo os avanços muito modestos na esperança de vida. Alertando que a economia continuava a ser muito vulnerável e portanto os seus níveis de crescimento eram pouco satisfatórios perante as demandas sociais da sua população. Que os altos níveis de cooperação externa como componentes importantes do investimento público se mantiveram. Que a estratégia de luta contra a pobreza deve necessariamente ser associada a um plano integrado de desenvolvimento humano e vice-versa. Em 2008 é apresentado um novo Relatório de Desenvolvimento Humano – *A problemática da terra e o desenvolvimento humano* – no qual se podia entender a estagnação dos *objectivos improváveis* a serem atingidos, nomeadamente, os números 1, 3, 7 e 8.

De forma directa (Capítulo II), colocam-se as seguintes questões aos agentes políticos e sociais de São Tomé e Príncipe: o que revelam as tendências do Índice de Desenvolvimento Humano e os seus componentes desde o Relatório de 1998 até 2000? Como estão o desenvolvimento humano e a pobreza no contexto dos ODM? Irá São Tomé e Príncipe atingir as metas fixadas nos mesmos?

Três anos depois, em 2011, e em jeito de resposta, o *Quadro* de progressos no alcance dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio de São Tomé e Príncipe (ONU, 2011; CPLP, 2011) apenas confirmam o ceticismo revelado nos Relatórios de 2002 e 2008 sobre os *improváveis* objectivos a serem cumprir até o período pré-estabelecido.

6.5 O Petróleo

6.5.1 Contextualização do petróleo em São Tomé e Príncipe

O *petróleo* é normalmente considerado uma fonte de energia não renovável, de origem fóssil e é matéria-prima da indústria petrolífera e petroquímica. Porém, a sua pesquisa envolve elevados custos e complexidade de estudos. O *petróleo* é a causa de muitas guerras, talvez pelo facto de ser, também, a principal fonte de receita de muitos países.

A pertinência da abordagem do tema “petróleo” no contexto da *Caracterização de São Tomé e Príncipe* prende-se com a percepção de que a descoberta dessa substância no país poderá contribuir para o seu desenvolvimento sócio-económico. É importante referir que, nas relações internacionais, abundam exemplos e, com particular destaque nos Membros da UA, de países que conheceram (e conhecem na actualidade) instabilidades de vária ordem, depois da descoberta do petróleo.

Num documento aprovado pelo XII Governo Constitucional de São Tomé e Príncipe, na sua sessão de Conselho de Ministros de 16 de Abril 2008, intitulado *Estratégia do Sector Petrolífero na RDSTP*, é realçado que a primeira evidência sobre a presença de hidrocarbonetos no País é datada de 1876, quando uma carta foi enviada por uma entidade oficial do então para o *Ministro do Ultramar*, pedindo a presença duma equipa para avaliar a *potencialidade do petróleo na Ilha*, pois havia sinais de existência de hidrocarbonetos, e que essa preocupação poderia ter sido devido à existência de pequenas erupções de petróleo nas localidades de Uba-Budo e de Pinheira.

6.5.2 A controversa questão do petróleo são-tomense

Em 1974, a administração colonial portuguesa pretendeu assinar um acordo de concessão com uma companhia anglo-americana (*Ball & Collins*) para a exploração e extracção do petróleo nas ilhas de São Tomé e Príncipe. Devido à independência de 12 de Julho de 1975, o processo foi suspenso.

Em 1980, as autoridades são-tomenses retomaram contactos com a companhia anglo-americana e, posteriormente, com *Premier Consolidate*, sem resultados significativos.

Todavia, por razões desconhecidas, de 1980 até 1997, o assunto não mereceu qualquer importância visível por parte da opinião pública são-tomenses.

Num *Boletim de Informação Popular* datado de 2004, as autoridades enquadraram o assunto dizendo que, em 1990, os “furos de exploração em Uba-Budo e Cecílio Gonçalves 1 foram efectivamente re-perfurados mais profundamente por Esperança 1 e os furos de Uba-Budo foram perfurados por Island Oil Corporation”. Salientaram também que, através das pesquisas sísmicas, em 1994, “cientistas descobriram que talvez existia petróleo no oceano entre São Tomé e Príncipe e a Nigéria” (*Boletim de Informação Popular*, 2004:2).

A então área em que se julga existir petróleo chama-se *Zona de Desenvolvimento Conjunto* (ZDC), que “é gerida pela Nigéria e por São Tomé e Príncipe através de uma organização chamada Autoridade Conjunta de Desenvolvimento” (*Boletim de Informação Popular*, Junho, 2004:3). Porém, e em consequência da própria dependência que caracteriza o sistema internacional, associando-lhe ainda a falta de recursos generalizados que assistem várias economias subdesenvolvidas, como é o caso de São Tomé e Príncipe, as autoridades são-tomenses estabeleceram com a Nigéria, em 2001, um *desenvolvimento conjunto*, confiando desta forma a exploração às empresas e partilhar, de 40% para São Tomé e Príncipe e de 60% para Nigéria, os *bónus* do processo de/para a exploração do petróleo.

O primeiro acordo, assinado em 1997, foi renegociado em 2003 com a empresa *Environmental Remediation Holding Corporation* (ERHC) o acordo assinado em 2001, num processo de adjudicação de blocos petrolíferos que foi rodeado de irregularidades (Seibert, 2006), em consequência de opiniões críticas que se levantaram por considerar que eram excessivas as benesses concedidas à então empresa em detrimento dos interesses de São Tomé e Príncipe.

Nessa sequência de ideias, houve a necessidade de se legislar sobre o petróleo, em que o país passou a contar com documentos importantes sobre a matéria, nomeadamente: a *Estratégia do Sector Petrolífero na RDSTP*, o *Decreto de Delimitação dos Blocos ZEE*, a *Lei Tributária do Petróleo*, a *Lei-Quadro das Operações Petrolíferas*, o *Modelo Contracto Partilha Produção*, a *Lei-Quadro de Receitas Petrolíferas*, a *Lei que Cria Agência Nacional de Petróleo*, a *Lei Base do Ambiente*, e a *Lei Base da Segurança Marítima*.

A *Lei-Quadro das Receitas Petrolíferas* tem como objectivo orientar uma eficiente utilização das receitas financeiras, com base em duas ideias fundamentais. A primeira “centra-se no pagamento e gestão das receitas petrolíferas”, em que “procurou-se dar resposta às principais preocupações que a experiência internacional tem revelado, tomando em linha de conta a realidade nacional e a necessidade de ser o povo são-tomense a tomar as decisões estratégicas relativamente ao seu futuro” (Diário da República 13 de 30 de Dezembro de 2004). Para efeito, lê-se no mesmo documento que, “cria-se uma conta – a Conta Nacional do Petróleo – onde deverão ser directamente depositadas todas as receitas petrolíferas e introduzem-se mecanismos destinados a assegurar que as receitas não irão ser utilizadas indiscriminadamente. Para isso, são previstas limitações à sua utilização, mas sem com isso excluir a necessidade de tomar decisões acerca dos sectores prioritários onde irão ser concentradas as despesas e a respectiva repartição de valores” (*ibidem*).

Outras considerações fazem fé de que o petróleo seja uma “bênção” em São Tomé e Príncipe. Por exemplo, o Legislador previu mecanismos para evitar que as receitas fossem canalizadas para outras contas, antevendo que “as receitas apenas poderão ser depositadas nas Contas do Tesouro do Estado ou em contas abertas para o efeito, com a autorização da Assembleia Nacional em nome do Estado”. Acredita-se ser com esse espírito que se introduziram “mecanismos que assegurem a gestão e o investimento eficazes das receitas petrolíferas, estabelecendo distintas prioridades em função da sua afectação”.

Outra ideia tida como fundamental, que norteia a Lei-Quadro das Receitas Petrolíferas, prende-se com os “mecanismos de auditoria, publicidade e fiscalização da gestão das receitas petrolíferas, que se consideram da maior importância para assegurar que a presente lei seja executada de acordo com os seus objectivos”. Esta Lei, que foi elogiada nos vários *fora* internacionais, “clarifica que as suas disposições aplicam-se à Zona de Desenvolvimento Conjunto; estabelece um leque de incompatibilidades ao exercício de cargos nos órgãos criados pela lei; e agrava de um terço, nos seus mínimos, as sanções previstas em lei geral para punir condutas que violem as disposições da presente lei” (Diário da República 13 de 30 de Dezembro de 2004).

Porém, o enquadramento da *controversa questão do petróleo* em São Tomé e Príncipe pode começar com a própria *Lei-Quadro das Receitas Petrolíferas*, no sentido de se saber se essa lei será suficiente para proteger os direitos de todos os São-Tomenses quanto aos eventuais benefícios do desenvolvimento sócio-económico.

A esse respeito, Menezes (2005) afirma que “quer se queira quer não, a problemática de petróleo entrou decisivamente na vida de cada um dos são-tomenses, seja qual for a sua condição social, a sua cor política, o seu credo religioso, seja qual for o local no planeta onde esteja” (Menezes, 2005:2). Isto é, se ainda antes da produção do petróleo propriamente dita o sentimento dos são-tomenses é este, como enquadrar, em hipótese, um eventual fracasso da produção, de uma crise, da corrupção, do mal-entendido ou outro?

A 2 de Março de 2010 foi lançado o primeiro leilão de Blocos da Zona Económica Exclusiva, simultaneamente em Londres e São Tomé, conhecendo o seu término no dia 15 de Novembro, data limite para submissão de propostas pelas empresas interessadas no desenvolvimento das operações petrolíferas na supracitada zona. Porém, e embora a legislação petrolífera são-tomense imponha que as autoridades devam manter informada a opinião pública sobre todo o processo a volta do petróleo, o facto é que os sucessivos governos têm optado pelo sigilo. Talvez por isso, “o selo” de irregularidade pela discrepância entre os critérios de exigências para a participação das empresas e a verificação, na prática, que eram suspeitas de serem companhias especulativas que revenderiam os blocos leiloados posteriormente a verdadeiras companhias petrolíferas (Seibert, 2006; ANP-STP, 2012) bem como outros falares poucos abonatórios as práticas de um Estado de Direito tenham acolhimento da Opinião Pública nacional e estrangeira.

Deve-se ter ainda presente que, ainda em 2008, a posição do Governo da República quanto a questão petrolífera era proferida em seguintes termos:

“(...) para além de estar no centro da discussão política santomense, também está a perturbar a estabilidade no pequeno arquipélago lusófono, uma vez que surgem, por um lado, notícias contraditórias sobre os reais valores das reservas existentes, e por

outro, devido à polémica sugestão de se fazer as atribuições dos diversos blocos directamente sem recorrer a concurso” (Boletim, 2008:12).

Embora se tenha presente o “sentimento nacional” acerca do petróleo, e na sequência do supracitado parecer do Governo, poder-se-ia também questionar o período desde quando se pode falar da perturbação da estabilidade em São Tomé e Príncipe? Isto é, a perturbação da estabilidade terá como causa única o petróleo?

Foi assim que, ano após ano, assucessivas quedas de Governo, envolvendo a Agência Nacional de Petróleo, o Conselho Nacional de Petróleo da Assembleia Nacional, os Deputados, os Presidentes de São Tomé e da Nigéria, os Assessores Especiais, a ZDC, o Procurador-Geral, as Empresas, entre outros, o Ministério Público são-tomense anunciava o bloqueio de uma investigação em curso que tinha como objectivo a clarificação do alegado escândalo dos 30 mil barris de petróleo (Tela Non, 24 de Fevereiro de 2011). Isto é, reforçando uma vez mais a controversa questão do petróleo são-tomense.

6.6 A necessidade de um modelo de desenvolvimento aplicável à realidade são-tomense

6.6.1 Justificação do modelo *geo-social*

A pertinência de um *novo* modelo, neste caso, *geo-social de desenvolvimento* para São Tomé e Príncipe, é o reflexo da desactualização do modelo vigente que, por sua vez, é tomado pela NEPAD para projectar o desenvolvimento de todo o continente Africano.

Como ficou demonstrado ainda no quadro da *operacionalização de conceitos*, São Tomé e Príncipe, por ser um País insular e subdesenvolvido, apresenta particularidades significativas em termos *geo-sociais*, nomeadamente, sócio-económico. Não obstante isso, é de notar também que São Tomé e Príncipe sofre inclusive de um “duplo isolamento insular”, na medida em que as constatações das suas vulnerabilidades face ao seu actual *modelo* confere, em simultâneo, elementos que sustentam as razões do seu subdesenvolvimento. Isto é, esse isolamento dificulta a promoção e o progresso interno e, conseqüentemente, a inserção do País nos processos de integração mundial e regional⁹⁴, olvidado pela NEPAD, demonstrando uma autêntica desarticulação com a realidade interna e particular de São Tomé e Príncipe.

6.6.2 Elementos de participação de São Tomé e Príncipe na NEPAD

Ao partilharmos das mais-valias do processo de *integração* como factor necessário para o desenvolvimento sócio-económico das sociedades, pela importância que está patente na vida dos cidadãos, do progresso económico, do encontrar respostas ao desenvolvimento, à paz e à segurança, ao respeito pelo meio ambiente, entre outras, leva-nos a propor com alguma certeza este caminho para o desenvolvimento de São Tomé e Príncipe.

É por isso relevante mencionar que, atendendo às características acima citadas, e tomando como exemplo a CEEAC, das identificadas assimetrias identificadas face a

⁹⁴ Repare-se que São Tomé e Príncipe faz parte de outros processos de integração universal e regionais, como é o caso da ONU, da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), da UA, da Comunidade Económica e Monetária da África Central (CEMAC) ou da Comunidade Económica dos Estados da África Central.

realidade são-tomense, (ADE, 2008), nos confere a certeza da necessidade de se imprimir um maior engajamento de abordagem *geo-social*. Isto é, referências guiadas pelos princípios das *políticas públicas*, da necessária conjugação entre a realidade insular e específica do País, os princípios da integração regional (CEEAC) e os objectivos estratégicos da NEPAD enquanto mecanismo que se pretende orientar o desenvolvimento colectivo de todos os países africanos. Contudo, e a título ilustrativo, importa-se recordar que a Economia são-tomense é a mais pequena das economias da CEEAC (Quadro 6.3), com um PIB de 190 milhões de dólares em 2009, o equivalente a 1160 dólares por habitante, e com um ritmo de crescimento baixo, de 4.1% em 2009 contra 5.8% de 2008 e com o aumento registado em 2010 de 4.6%, prevendo, para o ano de 2011, um crescimento de 5.1% (ADE, 2008; OCDE, 2009). Quanto aos ramos de actividades mais expressivos, o documento destaca os sectores da construção e obras públicas e do comércio, na medida em que mais contribuem para o aumento de actividade nos últimos anos. Porém, e compensando a queda do *Investimento Directo Estrangeiro* e do turismo, provocada pela crise internacional, salienta-se que os preços de importação do petróleo e dos produtos alimentares são largamente responsáveis pela inflação em São Tomé e Príncipe, assim como as importantes entradas de divisas decorrentes da *Ajuda Externa* e das actividades de pesquisa petrolífera (OCDE, 2009).

Quadro 6.3 - Indicadores Básicos dos países do CEEAC

	População (M)	Área (M/km ²)	Dens. Pop. (pop / km ²)	PIB PPP (Milhões de USD)	PIB <i>per capita</i> (Valorização PPP em USD)	Crescimento anual do PIB real (2001-2009)
Angola	18 498	1 247	15	100 459	5 431	11,6
Burundi	8 303	28	298	2 853	344	3,0
Camarões	19 522	476	41	46 347	2 374	3,3
Rep. Centro-Africana	4 422	623	7	3 471	785	1,9
Chade	11 206	1 284	9	17 067	1 523	8,4
Congo	3 683	342	11	15 614	4 239	4,5
Rep. Democr. Congo	66 020	2 345	28	21 304	323	4,7
Guiné Equatorial	676	28	24	21 188	31 331	20,5
Gabão	1 475	268	6	21 951	14 886	1,9
São Tomé e Príncipe ⁹⁵	163	1	169	339	2 083	6,1
África	1008 354	30 323	33	2 825 691	2 802	5,3

Fonte: BAD, 2010

⁹⁵ Importa aqui alertar sobre a disparidade das diferentes fontes no que concerne ao valor do PIB per capita de 2009 para São Tomé e Príncipe. Para a CPLP são 400 USD enquanto o BAD cita 2083 USD

No estudo da NEPAD “para a Prosperidade de África” datado de 2011 são relatados as actividades programáticas mais relevantes no período de Julho a Dezembro de 2010. Concluem entretanto haver um significativo progresso da iniciativa, de realizações e desempenho, tanto nas actividades programáticas baseadas nas áreas temáticas e prioritárias (como a agricultura e a segurança alimentar, integração regional e infra-estruturas, alterações climáticas e gestão de recursos humanos, desenvolvimento humano, governação económica e empresarial e questões transversais), como as linhas de prestação de serviços institucionais (em que engloba, dentre outros, as principais questões relativas ao desenvolvimento, implementação e coordenação da NEPAD), bem como os desafios e oportunidades. Entretanto, há um facto incontornável que tem a ver com a nulidade de referências concretas no que concerne aos desafios da insularidade, dos mecanismos para colmatar as assimetrias, visando por último a uma melhor adequação da NEPAD nos Estados insulares, como é o caso de São Tomé e Príncipe.

Pensa-se porém que o desfasamento prático existente entre a implementação da NEPAD em São Tomé e Príncipe pode estar, também, do lado interno são-tomense, na medida em que a ausência da promoção da iniciativa nos diplomas ligados à cooperação para o desenvolvimento e o desconhecimento generalizado por parte dos responsáveis políticos e afins, tendem a confirmar essa visão de divergência (Bertrand et Lima, 2007).

6.6.3 Linhas de força do modelo de desenvolvimento *geo-social*

A inclusão de São Tomé e Príncipe no processo de integração da CEEAC obedece, exclusivamente, a uma definição geográfica emanada da UA.

Não obstante os benefícios decorrentes de uma integração económica, coloca-se a questão de saber se a localização geográfica é o único elemento determinante para validar um projecto de tamanha complexidade.

Como se sabe, São Tomé e Príncipe é o único país membro da CEEAC constituído essencialmente por Ilhas. Que vantagens tem a CEEAC/CEMAC/NEPAD em definir políticas específicas para o processo de desenvolvimento de São Tomé e Príncipe? De

outra forma, que mais-valias apresenta SãoTomé e Príncipe para que tenha um “tratamento especial” no quadro da CEEAC/NEPAD? Uma vez membro, que políticas existem para o desenvolvimento comunitário em matéria de importação, exportação, transporte, turismo, ambiente e outros?

Embora o *direito ao desenvolvimento* seja universal e inalienável, exige, por isso, aos países insulares, como São Tomé e Príncipe e à sua classe dirigente, em concreto, equacionar linhas de orientação que definam um modelo de desenvolvimento ajustado à sua realidade. Desta forma, e para o caso em particular, pensa-se ser igualmente necessário - dentre outross - o envolvimento activo da comunidade migrante no processo de desenvolvimento do país⁹⁶. Aliás, a proposta de desenvolver incentivo e apoio a “iniciativas empresariais das comunidades em São Tomé e Príncipe, prestando particular atenção à melhoria e clarificação de incentivos dentro de uma política global e coerente de promoção dos investimentos” (Programa do XIV Governo, 2010:24) devem traduzir-se em projectos ambiciosos e concretos, pois, na verdade, essa preocupação tem constado nos Programas dos sucessivos Governos e tem carecido de uma efectiva implementação, de ir um pouco mais além, passando de palavras aos actos, de uma mudança de mentalidades, de se alterarem as estruturas obsoletas, de se traçarem propostas coerentes e exequíveis para o desenvolvimento.

De salientar ainda que, não obstante o declínio da produção da cultura do cacau (Ferreira, 1991), os inúmeros insucessos económicos registados, de forma marcante, na *Primeira República*, as crises políticas e governamentais, que de igual forma concorrem para o subdesenvolvimento na *Segunda República*, fizeram de São Tomé e Príncipe umpaís economicamente frágil. Por isso, nessa equação de *linha de força* de um eventual *modelo geo-social de desenvolvimento*, alguns outros factores de reconhecida relevância devem constar, nomeadamente:

1) a ponderação na implementação do ecoturismo de alto nível e a prestação de serviços no sector dos transportes, bem como as actividades de pesquisa e de produção

⁹⁶Não existem dados concretos. Conquanto, sabe-se da existência de um elevado número de nacionais são-tomenses na diáspora - sobretudo em Portugal - com formações, conhecimentos e práticas que poderiam contribuir de forma significativa para o processo de desenvolvimento do País.

petrolíferas, que têm conferido algum alento à economia nacional (OCDE/BAD, 2009) e que possam merecer atenção dos investidores público e privado;

2) implementação dos mecanismos que atenuem, a curto prazo, a dependência face à importação de alimentos, da expansão da base produtiva e da diversificação de fontes de rendimento em paralelo com o crescimento do sector não-petrolífero(*ibidem*), ou, no quadro da integração, intensificar a concorrência mediante a equação das vantagens comparativas;

3) promover o País através de uma visão que englobaria o lazer, o turismo, de mediação de conflitos regionais e do reforço da capacidade de negociação, da biodiversidade e diversidade cultural;

4) apostar numa agricultura inteligente, competitiva e sustentável, porque, na verdade, deve-se ter em linha de conta que o problema da Economia são-tomense está “sobretudo, no tipo da sua estrutura produtiva que é preciso alterar rapidamente. Consequentemente, não é mudança da estrutura fundiária em si que conduz ao desenvolvimento do arquipélago (...), [mas] a promoção da transição da agricultura de forma sustentada para a economia de serviços de exportação e, em segundo lugar, uma melhoria substancial no funcionamento das instituições locais” (Espírito Santo, 2008:106).

Ao que tudo indica, as autoridades nacionais são-tomenses partilham da ideia de inverter o *status quo* vigente ao assumirem que, “assim que a produção de petróleo arrancar, dentro dos próximos cinco a dez anos, seguramente que a economia do país sofrerá transformações. Mesmo que os preços do petróleo se mostrem consideravelmente inferiores aos actuais (...), a economia da ilha ver-se-á injectada por consideráveis somas de capital” (Guia do Investidor, 2008:12).

Pensamos, porém, que, pelo carácter esgotável do *petróleo*, a estratégia de desenvolvimento para São Tomé e Príncipe não deve confinar apenas ao recurso do petróleo, na medida em que a “canalização dos novos recursos financeiros que advirão do petróleo para a sustentabilidade do desenvolvimento em todas as suas vertentes,

seria uma meta desejável, mas sobre a qual ainda pairam muitas interrogações” (Cardoso, 2004:10).

Tendo de facto o “diagnóstico” feito, vamos agora proceder à reflexão propriamente dita sobre a aplicabilidade do referido modelo de desenvolvimento *geo-social* à realidade são-tomense.

6.6.4 Reflexão sobre a aplicabilidade do modelo à realidade são-tomense

O modelo de desenvolvimento *geo-social* tende a valorizar um programa de desenvolvimento por intermédio de políticas públicas num contexto de integração regional em favor da igualdade de oportunidade de desenvolvimento aos Estados insulares.

Desta forma, a eventual aplicabilidade deste modelo à realidade são-tomense visaria, em particular, encontrar, através de certos indicadores de referência, mecanismos que moldariam as iniciativas constantes na estratégia de desenvolvimento da NEPAD em benefício do País. Assim sendo, importa frisar que, numa das hipóteses apresentadas nesta investigação inclina-se com o pressuposto de que é necessário adaptar a NEPAD a um novo modelo de desenvolvimento para São Tomé e Príncipe, na medida em que, na sua estratégia, a NEPAD tem um tratamento pouco diferenciado, de forma positiva, tanto para os países membros continentais, como para os insulares.

Tomemos, por exemplo, a partida, o indicador dos transportes. Se no quadro da NEPAD quiséssemos partir da cidade do Cairo ao do Cabo, a estratégia definida seriam os transportes terrestres, mediante o reforço de construção e restauração de infra-estruturas rodoviárias e ferroviárias. Porém, e embora possa ser uma estratégia, quiçá, menos onerosa, de proximidade terrestre e outras, pouco ou nada serviria para os países parte da NEPAD insulares, como São Tomé e Príncipe. Para São Tomé e Príncipe, tornar-se-ia necessário equacionar os dispositivos de transportes aéreo e/ou marítimos, que são neste casos três ou quatro vezes superiores em termos comparativos a uma deslocação terrestre, partindo da cidade de Luanda a de Joanesburgo, por exemplo, do que uma distância naturalmente inferior, aérea ou marítima, da cidade de Libreville a de São Tomé.

Por outras palavras, Jauch (2003) apresentou alguns retratos da NEPAD que traduzem o seu carácter abrangente, filosófico ou, se se preferir, ignorando as especificidades dos Estados dessa integração numa perspectiva de desenvolvimento comunitário. Um desses retratos refere que estrategicamente, a NEPAD é integral e holística para o desenvolvimento económico de África, numa visão em que são identificados e expostos todos os problemas que dificultam o desenvolvimento no continente africano; e que a NEPAD é, desta forma, um programa de acção para resolvê-los, colocando a África numa trajectória de um crescimento sustentável.

Na verdade, e como ficou demonstrado, os países africanos são caracterizados pelas assimetrias, tanto no domínio social, como político, cultural, geográfico, de desenvolvimento e vários outros. Contudo, impossibilitados em mudar certos ditames da natureza, a NEPAD poderia ser vista como a estratégia que visasse transformar as assimetrias em pontos estratégicos de desenvolvimento. Para que tal aconteça, torna-se necessário equacionar, de forma prévia, certas normas transversais aquando da tomada de decisão.

Referindo-nos, por exemplo, ao *indicador de localização geográfica* deparamos que, do conjunto dos Estados membros, apenas em São Tomé e Príncipe a questão da dupla insularidade/isolamento se faz sentir com maior nível de preocupação, na medida em que a sua situação de insularidade (entre Estados) conhece ainda outra dificuldade de índole interna, de pouca ou de total deficiência no sector das infra-estruturas, de acessos condicionados aos centros de produção, de elevado custo de transporte para ligar, primeiro, a(s) ilha(s) e, depois, aos outros Estados da integração/mercado.

De notar ainda que, embora a questão do “passado histórico” seja normalmente secundarizado quando se aborda a temática da insularidade, julgamos que este factor está deveras patente na realidade são-tomense e que, de forma directa, faz reflectir no seu processo de desenvolvimento. Na verdade, e de uma forma geral, toda a África tem um passado colonial. Porém, o nível da colonização é, também, dissemelhante. Pelo facto de São Tomé e Príncipe ter sido, no passado, um entreposto de comércio de escravos, e os efeitos da insularidade determinarem, no presente, uma maior união social (nação), julgamos que não se deve descurar o facto da representatividade do

“mosaico cultural” nele existente, que, pela abertura tardia do regime faz, de uma forma ou outra, haver todavia vestígios, de hábitos, de costumes e práticas que interferem no ser e no estar característico desse povo e que, ainda, poderá interferir no processo de desenvolvimento comunitário (Espírito Santo, 2008).

A título exemplificativo, salienta-se que a questão da localização do arquipélago de Cabo Verde, um país igualmente MIRAB, que, face a São Tomé e Príncipe, faz baixar os custos de localização geográfica se se compararmos os custos de passagens aéreas, marítimas bem como o crescimento de volume de vendas do sector de turismo (Cardoso, 2007).

Acontece, entretanto, que, a avaliação feita pelos são-tomenses e conhecedores da realidade são-tomense (capítulo VII), não apenas evidencia as lacunas acima apresentadas, como, também, sugerem um novo modelo de desenvolvimento susceptível de valorizar os *pontos fracos* da NEPAD a favor de São Tomé e Príncipe na qualidade de um país subdesenvolvido e insular. Nesse sentido, introduziu-se o *modelo de desenvolvimento geo-social*, na medida em que nos permite estudar, através do conceito de *insularidade*, de forma comparada, certos indicadores assimétricos de desenvolvimento sócio-económico de forma diferenciada dos Estados africanos e propor, por intermédio de políticas públicas, medidas de *união* geradora de oportunidade de desenvolvimento num quadro à partida de integração negativo e assimétrico.

Efectivamente, num processo de integração regional como o da NEPAD, em que a adesão dos Estados acontece de forma aglutinada, que não há uma diferenciação dos Estados continentais e insulares, nem dos respectivos sistemas políticos, níveis de desenvolvimento económicos, culturais e sociais, importa encontrar uma linha de convergência para o desenvolvimento dos países dessa integração (Quadro 6.4), pelo que a contribuição do *modelo de desenvolvimento geo-social*, aplicado à realidade são-tomense, favorecerá, logo, à partida, a compreensão das especificidades insulares e assimétricas de São Tomé e Príncipe, a fim de garantir a auto-sustentabilidade e a projecção a nível nacional e o impacto sócio-económico a nível regional e internacional. Aliás, emresumo, pode dizer-se, com certeza, que NEPAD é uma espécie de fato de

modelo único, de medidas únicas, disponibilizado pela UA, para vestir os seus membros independentemente do tamanho do seu corpo, do clima que é variável nesses Estados, do conforto, da disponibilidade ou outros, com o objectivo de todos se apresentarem, opcionalmente, na festa da família.

Em contrapartida, o *modelo de desenvolvimento geo-social* realça as vulnerabilidades e as mais-valias de uma “estratégia não diferenciada” para um Estado insular sem inviabilizar iniciativas globais, mas acrescentando alternativas exequíveis para o desenvolvimento e a própria integração regional.

Efectivamente, como sugere o novo modelo de desenvolvimento *geo-social*(Quadro 6.4), os indicadores de referência traduzem a possibilidade de minorar os constrangimentos do processo de desenvolvimento de países insulares como a reduzida dimensão do mercado (interno), da falta de recursos financeiros para o investimento, da existência da dupla insularidade, da localização geográfica dos centros de decisão mundial e outros. Ou seja, o modelo presenteia elementos susceptíveis de ajustar o desenvolvimento nas realidades insulares, tais como: os custos da insularidade, de transporte, de produção e de localização geográfica.

Com particular destaque pelo indicador da “localização geográfica” (Quadro 6.4), estendendo a acrescentar algumas mais-valias de diferenciação positiva não equacionadas pela NEPAD que, inclusive, existem, nos países insulares, como, por exemplo, São Tomé e Príncipe, Maldivas ou Seychelles que correspondem à classificação dos MIRAB, TOURAB e BD, respectivamente.

É pertinente sublinhar que certos países herdaram algumas infra-estruturas do período colonial que na actualidade lhes são estratégicos. Igualmente, souberam adoptar desde muito cedo, por razões várias, certos aspectos da vida sócio-económica como, por exemplo, a emigração que lhes tem permitido contribuir para o processo de desenvolvimento através de remessas. Porquanto, estes e outros factos correm igualmente para afirmar comparativamente a mais-valia no que respeita a posição geoestratégica, para o desenvolvimento. Essa comparação demonstra que, no caso concreto de São Tomé e Príncipe, o “processo” de emigração acontece de forma

tardia, não apenas pela abertura do regime, em 1990 ou “do desenvolvimento das actividades turísticas e petrolíferas” (Sousa, 2004:3), mas, também, pela imposição do facto insular que determinam os avultados custos de transporte (Cardoso, 2007), fazendo refém o cidadão na lógica da prisão que é a insularidade na era da globalização.

Pode-se então por fim dizer-se que, a aplicabilidade do modelo de desenvolvimento geo-social à realidade são-tomense far-se-ia pela conjugação de um conjunto de factores, em que são realçados as linhas mestras do modelo em questão, os 4 indicadores de referência, a definição dos sectores de intervenção prioritária tanto da NEPAD como do país, São Tomé e Príncipe, a qual, de forma prévia é apresentado um diagnóstico avaliativo da situação actual. Mediante os padrões de aplicação do modelo de desenvolvimento geo-social, é confinado, por fim, a avaliação do progresso da aplicação do modelo através dos intervenientes de todo o processo (Quadro 6.4).

Quadro 6.4 – Ideias para a aplicabilidade do modelo de desenvolvimento geo-social à realidade são-tomense

Linhas mestras do Modelo	Indicador de referência	Intervenção da NEPAD	Ideias para a aplicação do modelo	Indicadores de progresso ou de resultados
Assente nos processos de integração	Custo da insularidade	Infra-estruturas	Aceitação do princípio de diferenciação entre o desenvolvimento idealizado para os Estados continentais dos Estados insulares.	<ul style="list-style-type: none"> - Aumento do nível do desenvolvimento comunitário por intermédio da eficiência de serviços; - Assegurar a existência de um plano de desenvolvimento consensual; - Assegurar uma maior participação dos cidadãos nas actividades institucionais, de lazer e outros no quadro comunitário;
Aplicável às realidades insulares		Desenvolvimento dos Recursos Humanos	Aposta na estratégia da mais-valia do processo de integração económica por intermédio de políticas públicas.	
		Agricultura		
		Iniciativa Ambiental		
		Cultura		
		Ciência e Tecnologia		
Transforma as assimetrias em pontos de convergência	Custo de transporte	Infra-estruturas	Existência de um plano de desenvolvimento comunitário que respeita as realidades continentais e insulares	<ul style="list-style-type: none"> - Promover o maior fluxo de transporte entre os países da integração em prol do desenvolvimento;
		Desenvolvimento dos Recursos Humanos	Definição de estratégias que visem a transformação das assimetrias ligadas ao sector dos transportes em pontos de convergência/desenvolvimento	
		Ciência e Tecnologia	Aposta na estratégia da mais-valia do processo de integração económica visando garantir a unidade da iniciativa	

Promove o desenvolvimento comunitário	Produção	<p>Infra-estruturas</p> <p>Desenvolvimento dos Recursos Humanos</p> <p>Agricultura</p> <p>Iniciativa Ambiental</p> <p>Cultura</p> <p>Ciência e Tecnologia</p>	<p>Aceitação do princípio de diferenciação entre o desenvolvimento idealizado para os Estados continentais dos Estados insulares</p> <p>Existência de um plano de desenvolvimento comunitário que respeita as realidades continentais e insulares</p> <p>Definição de estratégias que visem a transformação das assimetrias ligadas ao sector da produção/desenvolvimento</p> <p>Aposta na estratégia da mais-valia do processo de integração económica por intermédio de políticas públicas</p>	<p>- Melhorar o nível de eficiência dos serviços;</p> <p>- Potenciar os mecanismos de cooperação para o desenvolvimento comunitário;</p>
	Localização geográfica	<p>Infra-estruturas</p> <p>Desenvolvimento dos Recursos Humanos</p> <p>Ciência e Tecnologia</p>	<p>Aceitação do princípio de diferenciação entre o desenvolvimento idealizado para os Estados continentais dos Estados insulares</p> <p>Existência de um plano de desenvolvimento comunitário que respeita as realidades continentais e insulares</p> <p>Definição de estratégias que visem a transformação das assimetrias ligadas ao sector da produção/desenvolvimento</p> <p>Aposta na estratégia da mais-valia do processo de integração económica por intermédio de políticas públicas</p>	<p>- Atingir um reforçada considerável de amizade e cooperação entre Estados e Povos africanos;</p> <p>- Impulsionar a aplicação dos princípios de integração económica;</p> <p>- Promoção do país; impulsionar o ecoturismo</p>
Garante a unidade da iniciativa				

6.7 Síntese do capítulo

- ❖ As ilhas de São Tomé e Príncipe teriam sido achadas pelos navegadores portugueses nos anos de 1470 e 1471, respectivamente. Os portugueses instalaram-se aí, povoando e colonizando as Ilhas durante cinco séculos aproximadamente. Nesse período, promoveram particularmente a agricultura, cultivando, entre outros, o café e o cacau que, embora com a queda de produção, são, na actualidade, os únicos produtos com maior expressividade na exportação e na Economia do país.
- ❖ As Ilhas de São Tomé e Príncipe acabariam por se tornar independentes a 12 de Julho de 1975, com um Governo dirigido pelo MLSTP, num regime de partido único (Primeira República). Com o referendo de 1990, os São-Tomenses preferiram o multipartidarismo (Segunda República).
- ❖ São Tomé e Príncipe é um país em vias de desenvolvimento ou, se se preferir, de desenvolvimento baixo. O país é caracterizado por uma panóplia de especificidades que começa com a própria dimensão territorial, o número de habitantes, a insularidade, as crises políticas, a significativa dependência das ajudas externas.
- ❖ No quadro estritamente económico, assinala-se a presença significativa das IBW e das suas linhas de orientação que determinaram a vida económica do país e que, nos últimos cinco anos, tem tido bom desempenho económico, devido em grande medida ao perdão da sua dívida externa, em 2007, em mais de 80%.
- ❖ A esperada exploração do petróleo poderá contribuir para o desenvolvimento do país que, a nível teórico, dispõe de Leis reconhecidas internacionalmente como suficientes para assegurar a melhor execução das receitas petrolíferas. Todavia, na prática, a condução do processo tem merecido notas de falta de transparência e de irregularidades por parte da opinião pública nacional e internacional.
- ❖ Uma vez que as evidências transmitem que o modelo de desenvolvimento sócio-económico do País deve ser melhorado, começou-se por dissertar sobreum novo *modelo de desenvolvimento geo-social*.

CAPÍTULO VII

A VISÃO DOS SÃO-TOMENSES PERANTE OS DESAFIOS DA UNIÃO AFRICANA E SUAS PERSPECTIVAS DE DESENVOLVIMENTO

7.1 Inquérito por questionário: Enquadramento

Apresenta-se neste capítulo, uma reflexão em torno da visão dos São-Tomenses perante os desafios da UA e, de forma específica, ao NEPAD, utilizando técnicas de recolha de dados de *inquérito por questionário*, na medida em que a manifesta aceitação de que o comportamento verbal é uma fonte explorável fiável da realidade social, particularmente, o caso são-tomense. Aliás, “a estratégia de recolher informações estruturadas perguntando directamente e de modo uniforme às pessoas implicadas nos fenómenos sociais estudados, abarca situações muito diversas (...) mas nela está sempre presente um procedimento padronizado de questionário (embora esta técnica de obtenção de dados não seja exclusiva do inquérito podendo ser aplicada noutras estratégias de pesquisa)” (Moreira, 2007:231).

Como salienta Quivy (2008:188), o “inquérito por questionário” consiste “em colocar a um conjunto de inquiridos, geralmente representativo de uma solução, uma série de perguntas relativas à sua situação social, profissional ou familiar, às suas opiniões, à sua atitude em relação a opções ou a questões humanas e sociais, às suas expectativas, ao seu nível de conhecimentos ou de consciência de um acontecimento ou de um problema, ou ainda sobre qualquer outro ponto que interesse os investigadores”.

Não obstante os testemunhos seculares que demonstram a tradição desta técnica de recolha de dados nas Ciências Sociais (Fowler, 1988; Sudman & Bradburn, 1987; Converse & Presser, 1994; Cicourel, 1964; Moreira, 2007; Lazarsfeld & Berelson, 1944; Stouffer, 1949; Quivy, 2008; Lazarsfeld & Oberschall, 1965; Newell, 1993; Nachmias & Nachmias, 1996; Shuman & Presser, 1981; Procter, 1993; Nunnally, 1978; Bogardus, 1925; Osgood, 1952; Osgood, Suci & Tannenbaum, 1957; Berthier & Berthier, 1978; Babbie, 1992; Bowen, 1973; Eco, 2007; Saris, 1991, 1994; England & Arnold, 1986; Bourke & Clark, 1994; Kiecolt & Nathan, 1985; Ghiglione, 1987; Ghiglione & Matalon, 1978; Javeau, 1992), é a partir da Segunda Guerra Mundial que o método se afirma na vertente universitária, entre outros, através das contribuições de Lazarsfeld e Berelson – *The People's Choice*, em 1944, e as de Stouffer – *The American Soldier*, em 1949.

Numa perspectiva sociológica, o *inquérito por questionário* distingue-se da “simples sondagem de opinião pelo facto de visar a verificação de hipóteses teóricas e a análise das correlações que essas hipóteses sugerem. Por isso, estes inquéritos são geralmente muito mais elaborados e consistentes do que as sondagens. Dado o grande número de pessoas geralmente interrogadas e o tratamento quantitativo das informações que deverá seguir-se, as respostas à maior parte das perguntas são normalmente pré-codificadas, de forma a que os entrevistados devem obrigatoriamente escolher as suas respostas entre as que lhes são formalmente propostas” (Quivy, 2008:188).

Por outro lado, o *inquérito por questionário* assenta também em algumas outras premissas, nomeadamente, a possibilidade de comparar entre si as perguntas dos diferentes inquiridos, o facto da natureza das respostas não influenciarem *per se* as respostas ou ainda pelo facto das respostas reflectirem o entendimento dos inquiridos (Moreira, 2007).

O inquérito por questionário, quando preenchido pelo próprio inquirido, é denominado de *administração directa*, que difere da *indirecta*, que é preenchida por terceiro, segundo as informações do inquirido.

Segundo Moreira (2007:232), “o inquérito por questionário apresenta, porém vantagens indiscutíveis e daí certamente a sua longa tradição na história da investigação social”. Por seu turno, Quivy (2008:189) advoga que as principais vantagens do *inquérito por questionário* estão na “possibilidade de quantificar uma multiplicidade de dados e de proceder, por conseguinte, a numerosas análises de correlação; o facto de a exigência, por vezes essencial, de representatividade do conjunto dos entrevistados poder ser satisfeita através deste método. É preciso sublinhar, no entanto, que essa representatividade nunca é absoluta, está sempre limitada por uma margem de erro e só tem sentido em relação a um certo tipo de perguntas – as que têm um sentido para a totalidade da população em questão”.

Como outros, este método conhece também limites e problemas. Quivy (2008) salienta quatro, nomeadamente, o elevado custo (1), a superficialidade das respostas (2), a

individualização dos entrevistados (3) e o carácter frágil da credibilidade do dispositivo (4).

O primeiro é justificado pelo *peso e o custo geralmente elevado do dispositivo*. Isto é, a escolha deste método implicará, necessariamente, a existência de meios financeiros e logísticos como garantia dos objectivos preconizados; o segundo está relacionado com *a superficialidade das respostas*. Segundo o autor, este facto impossibilita a análise de certos processos, como a evolução do trabalho clandestino ou a das concepções ideológicas profundas. Por conseguinte, os resultados apresentam-se muitas vezes como simples descrições, desprovidas de elementos de compreensão penetrantes. Na maior parte das vezes, no entanto, esta lacuna está menos ligada ao próprio método do que às fraquezas teóricas ou metodológicas daqueles que o aplicam; em terceiro, *a individualidade dos entrevistados*, que são considerados independentemente das suas redes de relações sociais; por último, *o carácter relativamente frágil da credibilidade do dispositivo*, que completa os quatro limites e problemas do inquérito por questionário. Neste, o autor advoga que, para que o método seja digno de confiança, devem ser preenchidas várias condições: rigor na escolha da amostra, formulação clara e unívoca das perguntas, correspondência entre o universo de referência das perguntas e o universo de referência do entrevistado, atmosfera de confiança no momento da administração do questionário, honestidade e consciência profissional dos entrevistadores. Se qualquer destas condições não for correctamente preenchida, a credibilidade do conjunto do trabalho resente-se. Na prática, as principais dificuldades provêm, geralmente, da parte dos entrevistados e motivados para efectuarem este trabalho exigente e, muitas vezes, desencorajador (Quivy, 2008:189-190). Porém, convictos de que este método poderá melhor contribuir para responder à transversalidade e complexidade da realidade social constantes no nosso estudo, depois do presente *enquadramento*, o presente capítulo abará ainda o *objectivo pretendido*, a *metodologia utilizada*, o *público inquirido* e o *questionário* propriamente dito. Sequencialmente, analisaremos a generalidade das *respostas* obtidas fraccionadas nas diferentes partes, para finalizar o capítulo com algumas *conclusões parciais*.

7.2 O que se pretendia

Como defende Quivy, o objectivo que se pretende de uma investigação é a “função [de] alargar a perspectiva de análise” (Quivy, 2008:109). Isto é, que o investigador possa inspirar e contribuir para a causa através do “confronto” entre o conhecimento e o pensamento dos distintos autores. Por assim ser, o nosso objecto de estudo será a NEPAD que, decorrida uma década sobre a sua implementação, pensamos ser oportuno “medir” o nível de satisfação ou, melhor, o grau de execução do mesmo e os prováveis resultados registados até ao presente nos países signatários desse programa que são, por conseguinte, membros da UA. Pelo facto de considerarmos, por hipótese, que a NEPAD é um programa pensado para o desenvolvimento de todos os Estados africanos, mas que, por razões desconhecidas, não teria equacionado as especificidades de cada um, de maneira a evitar os eventuais entraves que, de uma forma ou de outra, dificultam o desenvolvimento comunitário entre países, sobretudo entre os continentais e os insulares, faz com que a nossa questão de pesquisa seja a necessidade de testar a NEPAD a um país, particularmente insular, por intermédio de um novo *modelo dedesenvolvimentogeo-social*.

Neste capítulo, a nossa pretensão é a de priorizar o estudo de países africanos que apresentam um maior nível de vulnerabilidades no contexto da insularidade, nomeadamente, os aspectos de caracterização social, geográfica, de desenvolvimento e de demais áreas que concorrem para esse fim. São países que, por razões citadas, sentem com maior impacto as crises financeira e económica, as alterações climáticas e outras.

Nesse sentido, o País definido para efectuar o *estudo de caso* é São Tomé e Príncipe que, como vimos, apresenta indicadores de desenvolvimento sócio-económico deveras particulares e, quiçá, susceptíveis de conhecer o contributo da NEPAD em cada um deles.

Neste contexto, esperamos que essas abordagens contribuam para responder ao *objectivo pretendido*, mediante o referencial teórico desenvolvido no *enquadramento do inquérito por questionário* de pesquisas desenvolvidas por vários autores, como Quivy,

que destaca o facto de obter uma multiplicidade de dados e de proceder, por conseguinte, a numerosas análises de correlação, “de um conjunto de inquiridos, geralmente representativos de uma população, de perguntas relativas às suas opiniões, à sua atitude em relação a opções ou a questões humanas e sociais, às suas expectativas, ao seu nível de conhecimento ou de consciência de um acontecimento ou de um problema, ou ainda sobre qualquer outro ponto de interesse dos investigadores” (Quivy, 2008:188).

Porquanto, nesta imensidão de contributos sobre a matéria, não obstante os ensinamentos de Umberto Eco (2003), uma outra contribuição, a de Moreira (2007:231), enaltece a “desejabilidade social das respostas” que advêm do comportamento verbal dos inquiridos que constitui, em consequência, uma fonte fiável de realidade social.

É desta forma que as abordagens a serem tratadas neste capítulo concorrerão no sentido de responder à nossa pergunta de partida e, em simultâneo, oferecer tópicos que facilitarão o teste das hipóteses do mesmo.

7.3 Metodologia utilizada

Em traços gerais, a metodologia a ser utilizada neste *estudo de caso* compreende a observação de métodos aplicados por etapas, neste processo de investigação, que servem para conduzir e avaliar o alcance dos resultados quando comparados com os indicadores anteriores e posteriores à entrada em vigor da estratégia da NEPAD.

Desta forma, os passos seguintes consubstanciarão a abordagem em relação ao *público* inquirido, ao *questionário* (quanto à sua estrutura) e à *análise de forma genérica das respostas*.

Acerca da *amostra*, os estudiosos de metodologia de investigação, entre os quais Quivy (2008), defendem que as informações úteis são normalmente obtidas junto dos elementos que constituem o conjunto. Isto é, socorrendo-se de exemplos, diríamos que, “para conhecer o modo de funcionamento de uma empresa será necessário, na maior parte das vezes, interrogar os que dela fazem parte, ainda que o objecto do estudo seja constituído pela própria empresa, e não pelo seu pessoal. Para estudar a ideologia de um jornal será necessário assinalar os artigos publicados, ainda que estes artigos não constituam, em si mesmos, o objecto da análise” (Quivy, 2008:159). Por isso mesmo, para estudar o impacto da NEPAD em São Tomé e Príncipe, importa interrogar os São-Tomenses e conhecedores da realidade são-tomense do país e as diferentes individualidades peritas das questões africanas. É ao conjunto de cada uma dessas pessoas que chamamos *público*.

Como refere Quivy (2008:159), “é possível obter uma informação digna de confiança sobre uma população de várias dezenas de milhões de habitantes interrogando apenas alguns milhares deles”.

Desta forma, ocupamo-nos, num primeiro momento, com um *público inquirido – ensaio*, em 2008, mais concretamente no ano lectivo 2007/2008, numa das aulas duplas (das 18h às 19h50) de segunda-feira no mês de Maio. Foram testados 12 dos 32 alunos finalistas (do 5.º ano) do curso de licenciatura em Economia do Instituto Universitário de Contabilidade, Informática e Administração (IUCAI) de São Tomé e Príncipe,

presentes, naquele dia, na lição de disciplina de *Economia e Política Africana* leccionada pelo autor (Quadro 7.1).

Quadro 7.1 – Relação questionário-ensaio

Questionários	Total público distribuído	Total público Inquirido
	32 (100%)	12 (37,5%)

Não obstante a *avaliação contínua* e o posterior debate interactivo de “correção” das questões constantes no teste, aproveitou-se, em simultâneo, para “colher” contributos com vista ao melhoramento de um questionário a ser aplicado a um público considerável.

Público inquirido – aplicado

Com base nos resultados do *ensaio*, partimos para um segundo momento do estudo em relação ao *público inquirido*. Os resultados conduziram-nos ao “triângulo” das possibilidades das amostras em que temos, de um lado do vértice, o *estudo da totalidade da população*, do outro, o *estudo da representatividade da população* e, por último, o *estudo das componentes não estritamente representativas, mas características da população* (Quivy, 2008).

7.3.1 Questionário – enquadramento

Como já foi referido, o instrumento escolhido para a recolha de informação é o *questionário*, que pode ser definido como um conjunto de questões organizadas de forma idêntica e com uma ordem literalmente aceite.

Segundo Moreira (2007:233), “um questionário pode parecer, aos iniciados na investigação ou aos menos prevenidos, uma simples e banal sequência de perguntas e a sua redacção, uma operação elementar. Na verdade, porém, a construção de um questionário é uma tarefa complicada, que exige esforço e atenção”.

Em concreto, para este exercício, o questionário está subdividido em duas estruturas distintas. Uma primeira é o *questionário ensaio* (teste) e a segunda é o *questionário aplicado* (versão melhorada do anterior).

Questionário – ensaio

O *questionário ensaio* (anexo 6) apresenta como conteúdo a história, a actualidade e as perspectivas de desenvolvimento sócio-económico africano. Concernentes à história, apresentaram-se 10 questões de resposta sucinta, 3 questões para escolher² (de reflexão) sobre a *actualidade* e 1 sobre *perspectiva*, para proceder à sua análise de forma desenvolvida.

Não obstante a utilidade do próprio teste para o fim que a investigação necessitaria, introduzimos dois critérios:

- 1) avaliar o grau de interesse sobre as questões africanas, as fontes de informação, a actualidade e a sua relação com o (sub)desenvolvimento de São Tomé e Príncipe;
- 2) avaliar o grau de dificuldade ou facilidade do *público-alvo* referentes ao conhecimento da temática de desenvolvimento africano, história, actualidade e perspectiva.

Questionário – aplicado: estrutura e objectivo

O *questionário aplicado* (anexo 7) consistiu no melhoramento do *questionário ensaio*, em que se apresentou uma versão (final) composta por 48 perguntas e um espaço para sugestões.

A nível estrutural, o *questionário aplicado* foi subdividido em 3 partes, nomeadamente, a “caracterização social”, com 7 perguntas; as “noções sobre a História de África”, com 15 perguntas e as “percepções sobre a UA”, com 26 perguntas (Quadro 7.2).

Quadro 7.2 – Estrutura do questionário aplicado

Questionário aplicado	Parte	N.º de Perguntas	%
	Caracterização social	7	15
	Noções sobre a História de África	15	31
	Percepções sobre a UA	26	54

Os questionários visavam a obtenção de informação nos seguintes aspectos:

- a) o conhecimento de questões africanas de uma forma generalizada;
- b) a reforma da OUA e o surgimento da UA, seus propósitos e objectivos;
- c) os planos e programas de desenvolvimento empreendidos no passado para o desenvolvimento comunitário de África;
- d) o conhecimento da NEPAD;
- e) as integrações económicas africanas e a Comunidade Económica dos Estados da África Central;
- f) noções sobre a insularidade, a vulnerabilidade de São Tomé e Príncipe, em particular, e de África, em geral;
- g) o conhecimento suficiente sobre os países africanos com vista a apurar as eventuais assimetrias;
- h) o interesse pelas questões africanas em correlação com o (sub)desenvolvimento de São Tomé e Príncipe;
- i) os planos e programas para o desenvolvimento de São Tomé e Príncipe.

Idealizados esses objectivos que nos levarão ao conhecimento da visão dos São-Tomenses e dos conhecedores da realidade nacional são-tomense, dos desafios da UA e da NEPAD e das suas perspectivas de desenvolvimento de São Tomé e Príncipe, a parte da *caracterização social* visa identificar os inquiridos quanto aos aspectos de

natureza social, que nos permitirão conhecer, de facto, o tipo de público, a faixa etária, o nível de escolaridade, o sexo, a ocupação e outros.

Na parte de *noções sobre a História de África*, o objectivo que se pretende é o de recolher contributos dos inquiridos que nos permitam situar, nos inúmeros, acontecimentos que marcaram o (sub)desenvolvimento do continente, os projectos, as parcerias, os conflitos, bem como as demais iniciativas congregadas nesse quadro.

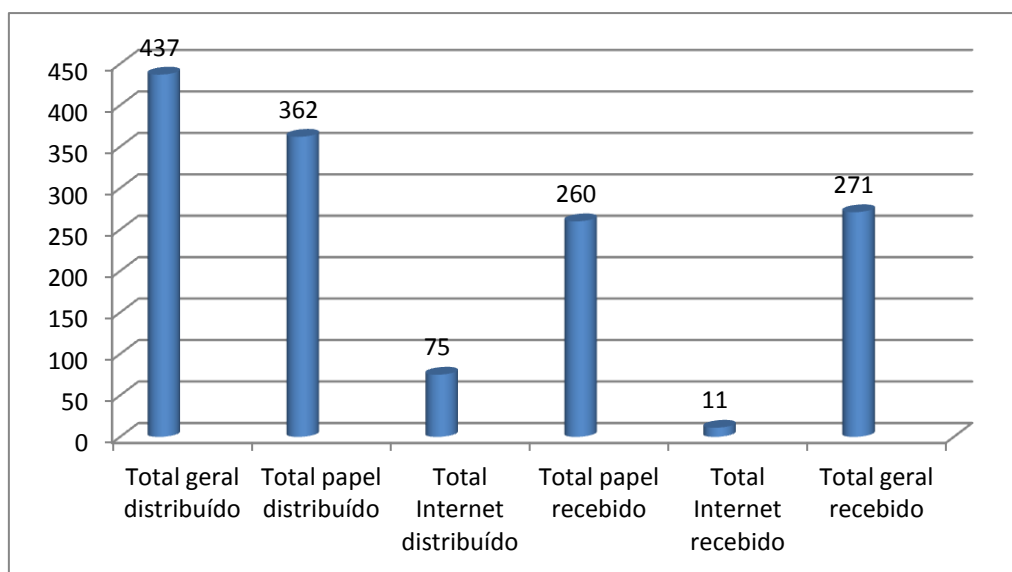
Por último, consta no questionário a parte das *percepções sobre a UA*, em que as matérias de estudo vão mais no sentido de probabilidades numa correlação entre a NEPAD e São Tomé e Príncipe.

É desta forma que se pretende chegar às indiscutíveis vantagens do *inquérito por questionário*, na sua longa tradição na história da investigação social defendida por Moreira (2007).

7.3.2 Análise genérica das respostas

Foram distribuídos um total de trezentos e sessenta e dois (362) exemplares de questionários em suporte papel e setenta e cinco (75) pela internet, perfazendo quatrocentos e trinta e sete (437) exemplares distribuídos. Em contrapartida, foram recebidos duzentos e sessenta (260) questionários em suporte papel e onze (11) pela internet. Os questionários válidos, 100%, são duzentos e setenta e um (271) (Gráfico 7.1).

Gráfico 7.1 – Análise genérica dos inquéritos



O processo de validação

Na abordagem das *etapas do procedimento*, assegura-nos Quivy (2008) que, tanto os fenómenos sociais, como os naturais são postos da mesma maneira a nível do conhecimento científico. Porém, “em ambos os casos há hipóteses teóricas que devem ser confrontadas com dados de observação ou de experimentação” (Quivy, 2008:25).

Assim, com o intuito de assegurar uma aceitável organização de conteúdo, procedeu-se a um *processo de validação* de questionário a questionário, de cada uma das 15.718 respostas obtidas e 41 sugestões. Isto é, nessa pormenorizada análise de validação, procurou-se entender as opções dos inquiridos e, quando suscitaram dúvidas, optou-se pela validação ou não das respostas, que foram todas assinaladas e rubricadas pelo autor nos respectivos documentos.

Por um lado, embora não seja o único caso, destaca-se como exemplo a questão número 2 do lote das perguntas acerca das *noções sobre a História de África*, na medida em que a resposta podia ser *validada* de forma “múltipla” e não apenas uma (única) alternativa de resposta correcta. Nesse sentido, tomou-se como válido, tanto os que assinalaram uma só opção, como duas ou mais.

Por outro lado, alude-se a um caso constatado em algumas respostas de dupla sinalização. Tomemos, como exemplo, a questão número 4, de *noções sobre a História de*

África, em que, de forma acertada, apenas 1 de 3 opções contaria como válida. Nesse caso, optou-se pela *não validação* do respectivo documento.

Caracterização social: apresentação de resultados

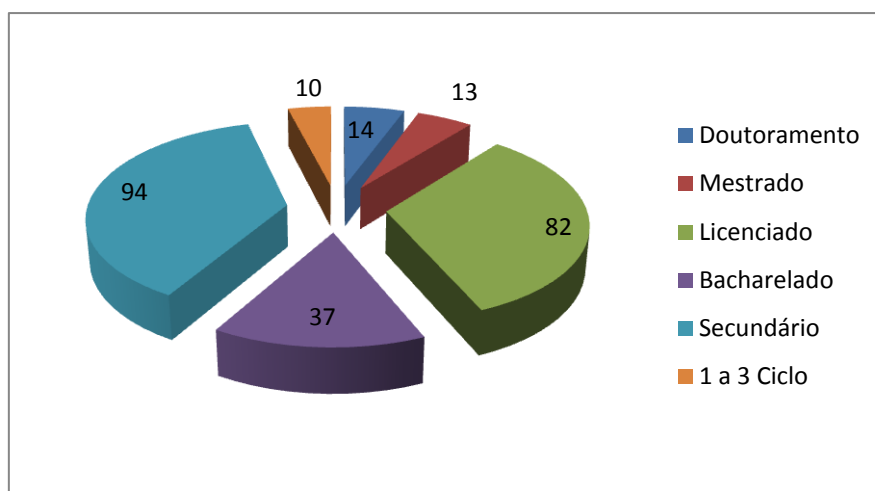
Como já referido, a *caracterização social* é composta por sete questões, em que se procuram mostrar os dados referentes ao género, idade, estado civil, grau de escolaridade, ocupação, função a nível de organismos internacionais e o conhecimento/vivência noutra país africano dos inquiridos.

Segundo os resultados, a nível do *género*, por exemplo, (pergunta 1.1) deve-se ter em conta que, dos 271 (100%) questionários recebidos, 267 (98,5%) foram validados, dos quais 61,05% (163) correspondem à participação do sexo masculino e 38,95% (104) do sexo feminino.

Em termos de distribuição etária (pergunta 1.2), foram validados 254 (93,7%) questionários num universo de 271 (100%) em que 48,03% (122) dos inquiridos têm idade compreendida entre os 18 e 25 anos, 36,61% (93) têm idade compreendida entre os 26 e 35 anos e 15,35% (39) têm idade igual ou superior aos 36 anos.

Do ponto de vista do *grau de escolaridade* (pergunta 1.4), dos 271 (100%) questionários recebidos, 250 (92,3%) foram validados, obedecendo à seguinte distribuição: 4% (10) dos inquiridos possui o 1.º e 3.º ciclo primário, 37,6% (94) possui o grau secundário, 14,8% (37) possui Bacharelado, 32,8% (82) possui Licenciatura, 5,2% (13) possui Mestrado e 5,6% (14) possui Doutoramento (Gráfico 7.2).

Gráfico 7.2 – Grau de escolaridade



Esta parte do questionário só ficaria completa com as questões número 1.5, 1.6 e 1.7 referentes à ocupação, exercício em organismos internacionais e de ter viajado para outro país africano, respectivamente.

Noções sobre a História de África: apresentação de resultados

No que tange a *noções sobre a História de África*, pretendia-se com as 15 questões encontrar nas respostas dos inquiridos contributos históricos de natureza económica, política e social.

De forma abrangente, começou-se por uma pergunta aberta, visando medir o grau de conhecimento dos inquiridos sobre a História de África. Nessa pergunta (número 2.1), dos 271 (100%) questionários recebidos, foram validados 261 (96,3%). Destes 14,56% (38) dos inquiridos disse conhecer *muito bem* a história de África, 20,3% (53) disse conhecer *bem* e 65,13% (170) disse conhecer *pouco* nas 3 opções possíveis.

Acerca das *fontes de notícias sobre África*, (pergunta 2.2), pretendia-se saber, em concreto, como é que os inquiridos detinham informações a respeito de África. Analisadas as respostas, decidiu-se criar uma alínea f) – *múltiplo* – que reflectia outra opção de uma considerável parte dos inquiridos (132), como veremos a seguir.

Assim, dos 259 (95,6%) questionários validados em 271 (100%) recebidos, 4,63% (12) dos inquiridos disse que os conhecimentos que tinha acerca de África eram obtidos através dos jornais; 5,8% (15) disse ser através da televisão; 15,1% (39) pela rádio; 18,1%

(47) pela via do ensino (Escola); 5,4% (14) assinalou *outros* meios; e, por último, introduzindo a alínea *f*, 51% (132) assinalou a opção *múltiplo*.

Questionou-se (pergunta 2.3) os inquiridos a respeito do interesse pelas questões africanas.

Foram validados 257 (94,8%) em 271 (100%) de questionários recebidos. Dos 257 questionários, 57,6% (148) dos inquiridos confirmou *muito interesse* pelas questões africanas; 41,6% (107) disseram interessar-se *às vezes*, enquanto 0,78% (2) assinalou *nunca* ter interesse pelas mesmas questões.

Após a pergunta sobre a *Conferência de Berlim* (pergunta número 2.4) e a colonização efectiva de África, que aparecia mais no sentido de confirmar as duas perguntas anteriores, seguiu-se a questão número 2.5 para apurar o *número de Estados existentes em África*⁹⁷.

Nesta questão, foram validados 244 (90%) dos 271 (100%) questionários recebidos. Distribuídos em 4 opções, 51,64% (126) dos inquiridos assinalou a opção *54 Estados*, 3,3% (8) escolheu a opção *193 Estados*, 4,1% (10) indicou *28 Estados* e, por último, 41% (100) assinalou *não saber/não responder*.

As perguntas 2.6 e 2.7 eram sobre o conhecimento dos países sem passado colonial em África e sobre países africanos não colonizados, respectivamente.

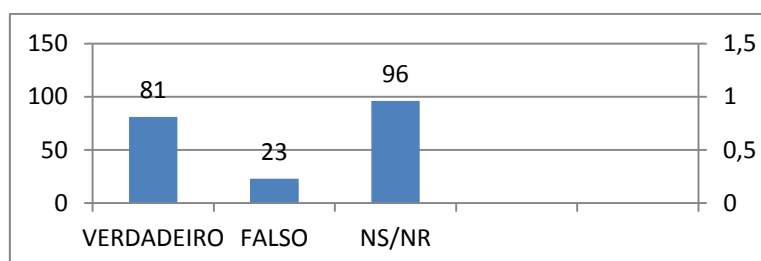
As perguntas 2.8 e 2.9 de cultura geral, pretendiam que os inquiridos citassem a capital política da Zâmbia e indicassem o antigo nome da actual República Democrática do Congo.

Pela similitude que é estabelecida entre o *Plano de Acção de Lagos* e a NEPAD, desejava-se, com a questão número 2.10, encontrar elementos através das respostas dos inquiridos que confirmassem ou não a importância que o *Plano de Acção de Lagos*, enquanto primeiro programa holístico de desenvolvimento africano do pós-independência. Nesse sentido, 40,5% (81) dos inquiridos assinalou a opção *verdadeira*,

⁹⁷De realçar que, aquando da elaboração do questionário, a questão da autodeterminação do Sul do Sudão era, todavia, indefinida, pelo que se optou em não referenciar este facto hoje consumado, de que a África passaria a contar com mais um Estado, Sudão do Sul.

11,5% (23) optou pela *falsa* e 48% (96) assinalou a opção *NS/NR*, perfazendo, ao todo, 200 questionários (73,8%) validados num universo de 271 (100%) (Gráfico 7.3).

Gráfico 7.3 – O Plano de Acção de Lagos como o primeiro estudo de diagnóstico pós-independência

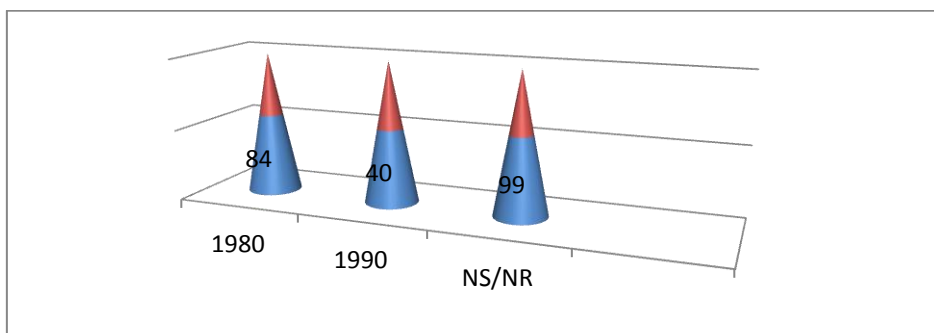


Sequencialmente, conferiu-se, na questão 2.11, os três Estados africanos independentes na década de 1930. Na questão 2.12, o exercício consistia na identificação de individualidades africanas participantes na luta pela emancipação do continente.

Não menos importante, pretendia-se com a questão 2.13 encontrar elementos relacionados com a da situação económica de África. Por esse facto, apresentou-se uma pergunta no sentido de saber, ao certo, em que ano fora diagnosticado a queda da economia africana.

O número total de participação foi de 226 (83,3%) em 271 (100%) questionários recebidos. Distribuídos em 3 opções, 37,2% (84) dos inquiridos assinalou a opção 1980; 19% (43) assinalou a opção 1990 e, finalmente, 43,8% (99) assinalou a opção *NS/NR*, (Gráfico 7.4).

Gráfico 7.4 – Ano em que é diagnosticado a queda da economia africana



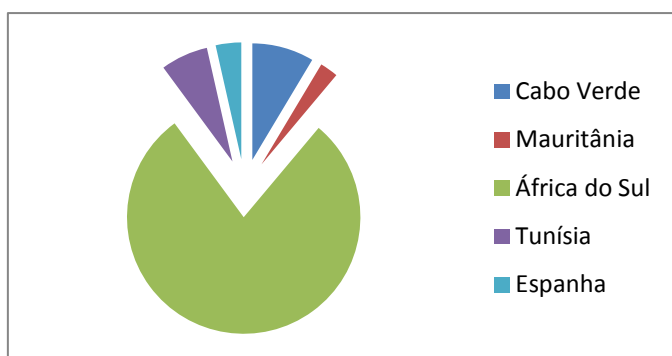
O número total de participação nesta pergunta foi de 226 (83,3%) em 271 (100%) questionários recebidos. Distribuídos em opções, 37,2% (84) dos inquiridos assinalou a opção 1980; 19% (43) assinalou a opção 1990 e, finalmente, 43,8% (99) assinalou a opção NS/NR (Gráfico 7.3).

A Economia foi tratada nas duas últimas perguntas deste grupo, na 2.14 e na 2.15, respectivamente.

Na 2.15, questionava-se a expressão da Economia africana no comércio internacional. Isto é, que justificações são apresentadas pelo facto da economia de todos os países africanos representar, no seu conjunto, apenas 1% do comércio internacional

Embora a taxa de participação, nesta questão, fosse de 224 (82,6%) inquiridos validados em 271 (100%) recebidos, a distribuição das respostas é, no mínimo, curioso, na medida em que 31,7% (71) dos inquiridos assinalou a opção *verdadeira*, 36,6% (82) *falsa* e 31,7% (71) NS/NR. Ou seja, a percentagem da opção *verdadeira* é igual à opção NS/NR e a opção *falsa* chega a ser mais 5% de cada uma das opções anteriores. Por isso, na pergunta 2.15, voltava-se a insistir na questão económica, disponibilizando 5 opções que visassem identificar a economia mais competitiva em África (Gráfico 7.5).

Gráfico 7.5 – Economia mais competitiva no contexto africano



Para os 214 inquiridos (78,9%) num total de 271 (100%), a economia mais saudável em África, aquando do preenchimento dos questionários, era: Cabo Verde 8% (17); Mauritânia 2,3% (5); África do Sul 73% (156); Angola 7,8% (16); Tunísia 7,1% (13) e Espanha 7 (3,3%).

Percepções sobre a União Africana: apresentação de respostas

Com a questão sobre as *percepções sobre a UA*, chegava-se à última parte das respostas dos inquiridos. Aqui, em particular, as 26 perguntas e o espaço de sugestão assentavam nos temas referentes à UA, seus antecedentes, objectivos, integração regional em África, a NEPAD, a participação de São Tomé e Príncipe e o “fenómeno” da globalização.

As perguntas 3.1, 3.2 e 3.3 pretendiam que os inquiridos manifestassem os conhecimentos referentes à UA, à sua antecessora (OUA), o local e ano da sua institucionalização e a cidade onde a sede da organização está sediada.

Na pergunta 3.1, dos 271 (100%) questionários recebidos, 239 (88,19%) foram validados. Em duas opções possíveis, 82% (196) dos inquiridos assinalou a opção *verdadeiro* e 18% (43) assinalou a opção *falso*.

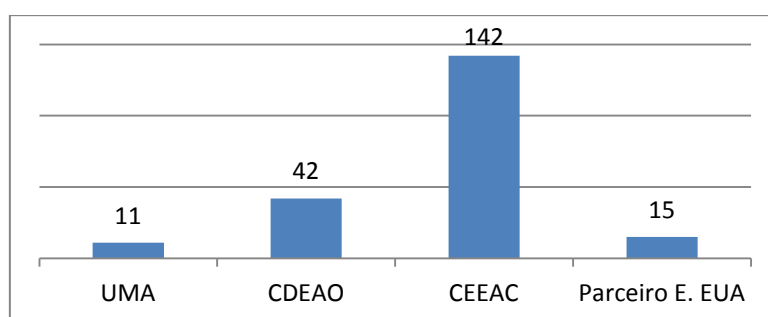
Com referência à questão acerca do *local e do ano da institucionalização da UA*, 3.2., foram validados 200 questionários (73,8%) em 271 (100%) recebidos. Entre 4 alternativas, 22,5% (45) dos inquiridos assinalou a opção 1963; 20,5% (41) indicou 1975; 52,5% (105) marcou a opção 2002 e 9 (4,5%) 4,5% (9) escolheu a opção 2007, em Lisboa.

Em alusão à *sede da UA*, pergunta 3.3, a participação válida foi de 216 (79,7%) em 271 (100%) dos questionários recebidos. Distribuídos em 6 opções, 8,3% (18) assinalou a opção *Lomé*; 11,6% (25) *Casablanca*; 46,3% (100) *Addis Abeba*; 3,7% (8) *Pretória*; 2,3% (5) *Sharm el-Sheik* e 27,8% (60) *NS/NR*.

As três perguntas seguintes, 3.4, 3.5 e 3.6, procuravam saber o conhecimento actual dos inquiridos sobre as lideranças da UA, da Comissão da UA e dos Comissários.

Na pergunta 3.7, o objectivo passava por saber, de entre 4 opções sobre a integração regional em África, de qual delas São Tomé e Príncipe era membro (Gráfico 7.6).

Gráfico 7.6 – Processo de Integração africana de que São Tomé e Príncipe é membro



Segundo a distribuição, a UMA (União Magreb Árabe) obteve 5,2% (11) do total de participação, a CEDEAO (Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental) 20% (42); a CEEAC (Comunidade Económica dos Estados da África Central) 67,6% (142); e o Parceiro Estratégico dos EUA 7,1% (15). Isto é, em 271 questionários recebidos (100%), foram validados um total de 210 que correspondem a 77,49%.

A pergunta 3.8 foi colocada da seguinte forma: “*já ouviu falar da Nova Parceria para o Desenvolvimento de África (NEPAD)?*”.

Nesta questão, apresentavam-se 2 opções possíveis, *sim* e *não*, em que a primeira foi preferida 137 vezes (63,13%) pelos inquiridos e a segunda 80 vezes (36,9%), perfazendo 217 (80%) de questionários validados em 271 (100%) recebidos.

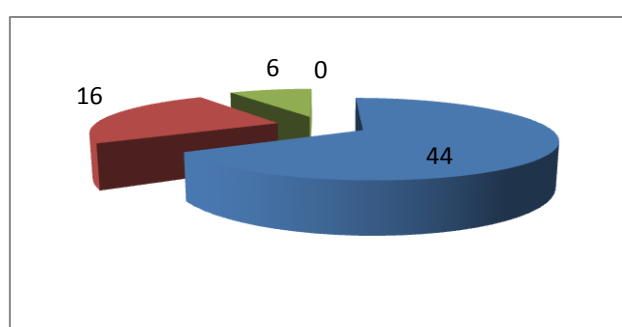
Sobre a NEPAD ainda, pretendeu-se com a pergunta 3.9 saber dos inquiridos em que anoeste programa teria sido adoptado pela UA.

Em conformidade com a distribuição, 30,67% (50) dos inquiridos indicou a opção *Outubro de 2001*, 23,92% (39) a opção *Abril de 1981*, 12,88% (21) a opção *Julho de 2008* e 32,51% (53) a opção *ONU 2000*, perfazendo, desta forma, 163 (60,14%) de questionários validados em 271 (100%) de recebidos.

Para a sua intervenção no processo de desenvolvimento de África, a NEPAD definiu 11 objectivos, pelo que se pedia aos inquiridos (na pergunta 3.10) que citassem de forma aleatória apenas um.

A questão contou com uma participação válida relativamente baixa (66 inquiridos, 24,35%) se tomarmos como referência os 271 questionários recebidos (100%), em que 66,7% (44) dos inquiridos respondeu de forma *correcta*; 24,2% (16) que respondeu de forma *incorrecta*; 9,1% (6) que optou pela terceira alternativa *NS/NR* (Gráfico 7.7).

Gráfico 7.7 – Objectivos da NEPAD



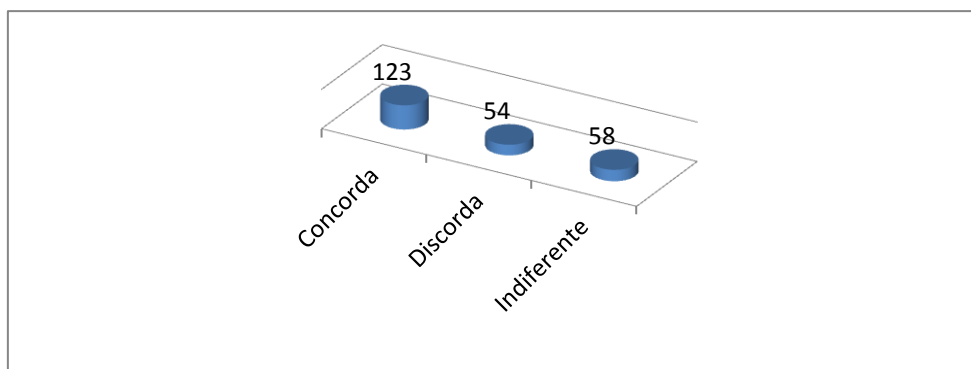
Depois da pergunta número 3.11 sobre o petróleo africano como moeda nas suas relações, apresentava-se a 3.12, os actores mais relevantes na cooperação com a África. Ou seja, pretendia-se saber, das três opções possíveis, que grupo de países consideravam os inquiridos como principais parceiros da cooperação com África.

Dos 219 (88,8%) questionários validados em 271 (100%) recebidos ficaram da seguinte forma distribuídos: 187 (85,38%) dos inquiridos assinalou a opção *a República Popular da China, os Estados Unidos da América e a União Europeia*; 12,32% (27) assinalou a opção *a República da China (Taiwan), os Estados Unidos da América e a Índia* e 3,19% (7) assinalou a opção *a Polónia, a República da China e o Azerbaijão*.

Nesta sequência, a questão número 3.13 debruçava-se sobre a opinião dos inquiridos a respeito dos Acordos de cooperação lesivos para os países africanos e a pergunta 3.14 instava sobre a ideia do Governo central africano.

A este respeito, pretendia-se conhecer a sensibilidade dos 235 inquiridos (86,7%) – participação válida – num universo de 271 recebidos (100%). Distribuídas 3 alternativas, 52,34% (123) dos inquiridos indicou a primeira (*Concorda*); 22,97% (54) assinalou a segunda (*Discorda*); e 24,68% (58) assinalou a terceira opção (*Indiferente*) (Gráfico 7.8).

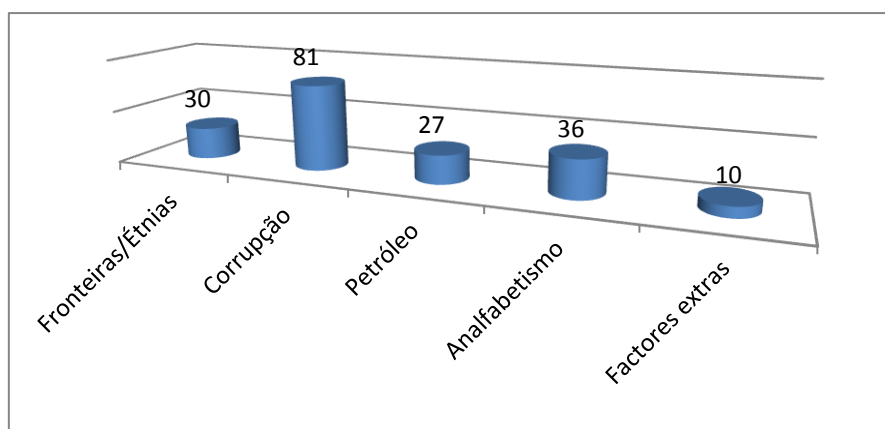
Gráfico 7.8 – Ideia de existir um Governo Central Africano



A pergunta 3.15 sobre as causas do subdesenvolvimento em África colocava um conjunto de cinco possíveis causas pretendia que os inquiridos pudessem assinalar aquela que, para si, justificasse a causa número um do subdesenvolvimento (Gráfico 7.9).

Dessas 5 possíveis causas (que eram simultaneamente as opções da pergunta), a distribuição foi de 30 (16,30%) para a opção *Fronteiras/Etnias*; 81 (44%) para a opção *Corrupção*; 27 (14,67%) para a opção *Petróleo*; 36 (19,59%) para a opção *Analfabetismo*; e 10 (5,43%) para a opção *Factores extra africanos*. Ao todo, de participação validada, foi de 184 (67,89%) em 271 (100%) questionários recebidos.

Gráfico 7.9 – As causas do subdesenvolvimento em África



A pergunta 3.16 consistia na percepção dos líderes africanos, isto é, se acreditam nas suas acções para o desenvolvimento comunitário. Na pergunta seguinte, 3.17, era no sentido de saber se, na óptica dos inquiridos, achavam existir assimetrias entre os Estados membros da UA susceptível de inviabilizar um projecto de desenvolvimento.

A pergunta era colocada da seguinte forma: “acha que existem assimetrias entre os países africanos membros da UA que podem condicionar uma estratégia conjunta?”(Gráfico7.10).

Gráfico 7.10 – Existência de assimetrias entre os Estados membros da UA



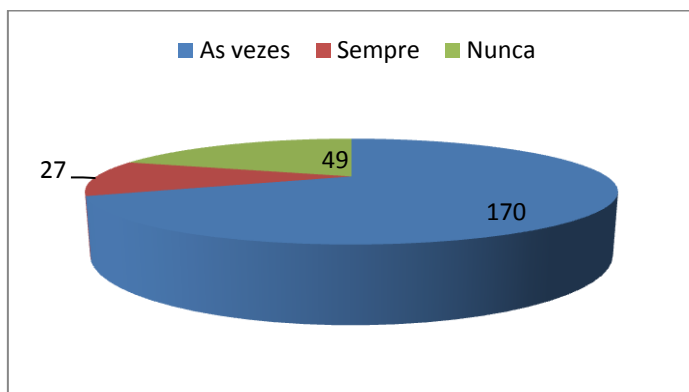
Dos 271 questionários recebidos (100%), a taxa de participação validada foi de 240 (88,56%). Das 3 opções colocadas, o *sim* contabilizou 36,25% (87) dos inquiridos; o *não* 14,16% (34); e o *talvez* 49,58% (119).

Numa relação Governo/governado, pretendia-se com a pergunta número 3.18 medir a relação entre os inquiridos com as decisões tomadas no seio da UA.

Curiosamente, segundo os dados constantes no Gráfico 7.11, numa taxa de participação validada na ordem dos 90,77% (246 questionários dos 271 recebidos), 59,04% (160) dos inquiridos revelou que as decisões tomadas lhe chegam às vezes; 10,97% (27) afirmou

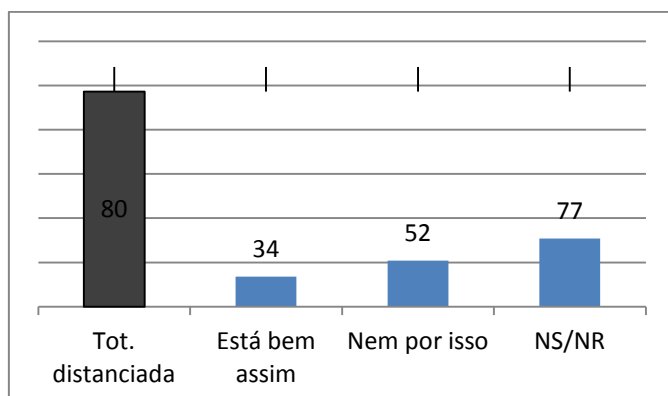
receber *sempre* as informações; e 19,9% (49) considerou *nunca* receber quaisquer informações saídas no seio da UA.

Gráfico 7.11 – As decisões da UA e a opinião pública



No sentido inverso, a pergunta anterior (3.19) instava à opinião do inquirido, relativamente à relação entre a UA e os povos que representa (Gráfico 7.12).

Gráfico 7.12 – A relação entre a UA e os povos que representa



Das 4 opções possíveis, dos 243 (89,66%) questionários validados em 271 (100%) recebidos, 32,92% (80) dos inquiridos opinou sobre a opção *Totalmente distanciada*; 13,99% (34) na *Está bem representada*; 21,39% (52) na *Nem por isso* e, por último, 31,68% (77) preferiu assinalar a opção *NS/NR*.

Uma vez que o orçamento para o desenvolvimento dos objectivos da UA é provido, na sua maioria, pelos parceiros de cooperação e, sabendo, de antemão, que essa opção podia ser discutível, questionava-se na 3.20 sobre eventuais condicionalismos.

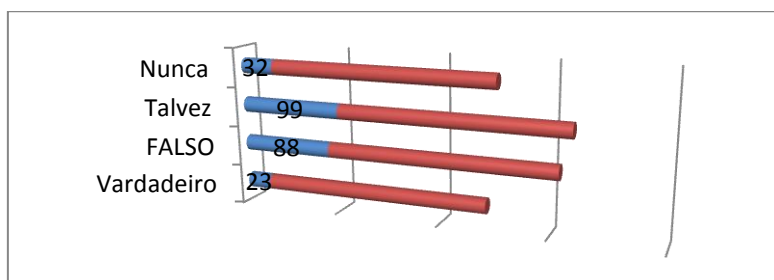
Em resposta, criaram-se três opções – *Sim*, *Não* e *NS/NR* – para um total de 234 questionários validados (86,346%) em 271 (100%) recebidos. Quanto à distribuição, a opção *sim*, que realça a opinião de que essa “prática” condiciona a estratégia de desenvolvimento, obteve 58,54% (137) dos resultados; o *não* obteve 17,52% (41); e o *NS/NR* obteve um total de 23,93% (56).

No que concerne à participação de São Tomé e Príncipe na UA (questão 3.21), sobre se o seu “peso” era suficiente para viabilizar ou não uma decisão no seio da UA, segundo a distribuição da participação dos inquiridos, 65 (27,54%) de 236 questionários validados (87,08%) em 271 (100%), nas duas opções possíveis, classificaram a primeira – *sim* – enquanto segunda – *não* – obteve 171 (72,45%). Ou seja, a participação do País não lhe confere qualquer posição relevante na tomada de decisão.

Na sequência dos números expressos na pergunta anterior, a 3.22 ganha (na nossa opinião) uma importância acrescida, uma vez que se pretendia, da posição inversa, saber em que medida as estratégias definidas no seio da UA eram fundamentais para o desenvolvimento de São Tomé e Príncipe.

A esse respeito, salienta-se que, dos 271 (100%) questionários recebidos, a participação validada foi de 219 (80,8%). Pela distribuição (em 4 opções possíveis), 10,50% (23) dos inquiridos assinalou a opção *verdadeiro*, ou seja, acredita que o desenvolvimento de São Tomé e Príncipe passa pelas estratégias da UA; ao passo que 40,18% (88) assinalou a opção *falso*; 45,20% (99) assinalou opção *talvez*; e 14,6% (32) assinalou a opção *nunca* (Gráfico 7.13).

Gráfico 7.13 – A relação entre as estratégias da UA e sua influência no desenvolvimento nacional



A reflexão sobre a realidade económica africana (questão 3.23) voltaria a estar evidenciada. Desta vez, pretendia-se saber, entre “verdadeiro”, “falso” e “NS/NR”, como interpretava a economia africana e a realidade do continente africano e o contexto internacional.

Para tal, num total de 210 questionários validados (77,49%) em 271 recebidos (100%), 46,66% (98) dos inquiridos assinalou a opção *verdadeiro*; 11,42% (24) assinalou a opção *falso*; e 41,90% (88) assinalou a opção *NS/NR*.

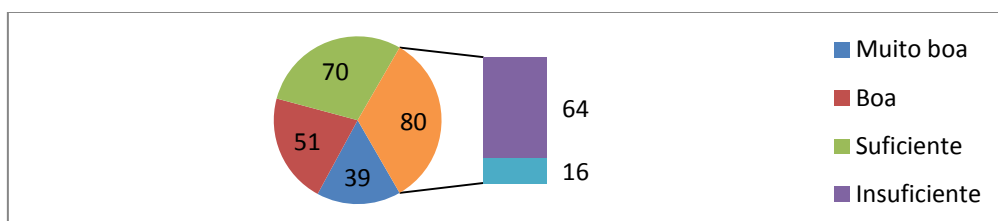
A pergunta 3.24 rebatia o assunto relacionado com as fontes de informação sobre a UA, enquanto a 3.25 contextualizava a África no quadro da globalização. Pretendia-se saber, na opinião dos inquiridos, se a África está preparada para fazer face à globalização.

Em resposta, foram validados 196 questionários (72,3%) dos 271 (100%) recebidos. Distribuídos em 3 opções possíveis, 7,14% (14) dos inquiridos assinalou a opção *sim*; 47,44% (93) assinalou a opção *não*; e 44,38% (89) assinalou a opção *talvez*.

Não obstante o espaço destinado a sugestões, o objectivo da pergunta número 3.26 era o de solicitar uma nota sobre a visão que tem relativamente a todas as perguntas constantes no Questionário sobre o desenvolvimento de África.

Desta forma, obteve-se uma participação válida de 240 (88,56%) em 271 (100%) questionários recebidos. Pela distribuição, 16,25% (39) assinalou a opção *muito boa*; isto é, atribuindo a pontuação máxima acerca da visão de desenvolvimento africano; 21,25% (51) assinalou a opção *boa*; 29,16% (70) assinalou a opção *suficiente*; 26,66% (64) assinalou a opção *insuficiente* e 6,66% (16) assinalou a opção *mediocre* (Gráfico 7.14).

Gráfico 7.14 – Nota final sobre a visão dos inquiridos acerca do processo de desenvolvimento africano



Embora opcional, os Questionários incluíam um espaço destinado a sugestões que obteve, em 271 questionários recebidos (100%), 41 (15,1%) participações que deixaram as seguintes constatações/ recomendações:

- a) dever-se-ia estudar mais sobre a História de África em São Tomé e Príncipe;
- b) o inquérito serviu para confirmar a pouca importância que se atribui às questões africanas em São Tomé e Príncipe;
- c) que a verdadeira independência da África é o desenvolvimento, pelo que deve constituir um dos objectivos da UA;
- d) que se devia, no final dos inquéritos, realizar uma palestra com vista a debater as questões pertinentes constantes no questionário.

7.3.3 Resultados do questionário

Em fase aos objectivos pretendidos, a técnica de recolha de dados de *inquérito por questionário* adequou à realidade são-tomense (insular e em desenvolvimento), pelo que os resultados obtidos em muito poderão contribuir para o estudo do desenvolvimento *geo-social*.

A respeito do *público-alvo*, o resultado é revelador de uma equidade de género. Os inquiridos são constituído maioritariamente por indivíduos solteiros/as (94,46%) e jovem (mais de 74,64%). Todavia, é de ressaltar que os valores obtidos, por exemplo, na questão número 4, da *caracterização social*, levantaram-nos algumas dúvidas, concretamente no que diz respeito ao número dos inquiridos possuidores do grau de Doutoramento e de Mestrado.

Pensa-se que alguns resultados menos conseguidos, no cômputo geral, se devem a um certo grau de dificuldade constante no *Questionário*. Porém, uma boa parte dos inquiridos (14%) apontou lacunas a nível do ensino sobre a temática no sistema curricular nacional são-tomense.

Com o intuito de incorporar mais credibilidade ao estudo, por um lado, e esclarecer certas dúvidas acima mencionadas que concorrerão no sentido de responder à nossa

pergunta de partida e, em simultâneo, oferecer tópicos que facilitarão o teste das hipóteses do mesmo, por outro lado, preferiu-se aplicar ainda nesta pesquisa um novo método de recolha de dados.

7.4 Os desafios da União Africana e da NEPAD para São Tomé e Príncipe

Na sequência dos *Resultados* obtidos através dos resultados dos questionários, neste ponto, pretende-se analisar o resultado das entrevistas dirigidas a um grupo restrito de pessoas a fim de recolher mais contributos para os nossos objectivos e hipóteses.

7.4.1 Enquadramento ao método por entrevista

Em torno da “visão dos São-Tomenses perante os desafios da UA” está a justificação deste capítulo, em que se recorre às entrevistas que, nas suas diferentes formas, se distinguem, segundo Quivy (2008:191-192), “pela aplicação dos processos fundamentais de comunicação e de interacção humana. Correctamente valorizados, estes processos permitem ao investigador retirar das entrevistas informações e elementos de reflexão muito ricos e matizados.”.

Como vimos anteriormente, o desenho da nossa pesquisa se insere num quadro metodológico de natureza quantitativa e qualitativa, por serem aquelas que melhor se adequam às análises sociais.

Não que o método por *entrevista* se sobreponha ao do *inquérito por questionário* ou *vice-versa*, porquanto, o método por *entrevista* goza da vantagem de um contacto directo entre o investigador e os seus interlocutores, procurando colher, através de uma linguagem “ajustada”, o máximo número de informações possíveis que lhe permitirá, por intermédio de análise de conteúdo sistémica, testar, não somente a qualidade das respostas obtidas, mas, por consequência, as hipóteses da investigação (Fowler, 1988).

As entrevistas pressupõem “uma verdadeira troca, durante a qual o interlocutor do investigador exprime as suas interpretações ou as suas percepções de um acontecimento ou de uma situação, as suas interpretações ou as suas experiências, ao passo que, através das suas perguntas abertas e das suas reacções, o investigador facilita essa expressão, evita que ela se afaste dos objectivos da investigação e permite que o interlocutor aceda a um grau máximo de autenticidade e de profundidade” (Quivy, 2008:192).

Por outras palavras, podia-se dizer que o objectivo para os quais o método é especialmente adequado se prende com a análise de um problema específico e de um

acontecimento em que a sociedade se vê confrontada. Porém, Quivy (2008) refere também que, nos métodos por *entrevistas* nas investigações sociais, há limites e problemas, salientando especificamente três:

- 1) a própria flexibilidade do método, que pode intimidar aqueles que não consigam trabalhar com serenidade sem directivas técnicas precisas;
- 2) o facto dos elementos de informação e de reflexão recolhidos pelo método da entrevista não se apresentarem imediatamente sob uma forma que requeira um modo de análise particular;
- 3) o facto de a flexibilidade do método poder levar a acreditar numa completa espontaneidade do entrevistado e numa total neutralidade do investigador que constitui o aspecto mais fundamental dos limites e problemas.

No que diz respeito às variantes do método por *entrevistas*, salientam-se as *entrevistas semi-directiva* ou as *semi-dirigidas*, que são caracterizadas pela não total abertura nem (totalmente) voltada para um número significativo de perguntas precisas; e as *entrevistas centradas* ou, na sua designação na língua inglesa, *focused interview*, que diferem da primeira pelo facto do investigador não dispor de perguntas “formadas”, mas sim por uns tópicos referentes ao assunto.

Assim, a *démarche* deste subcapítulo passará, de seguida, pelo entendimento do objectivo que se pretende com a necessária validação, por método, da *entrevista*. Explica-se também a metodologia em que se baseia a *entrevista*, para logo sintetizar os desafios da UA e da NEPAD para São Tomé e Príncipe.

7.4.2 O que se pretendia

Concluída a análise da visão dos São-Tomenses sobre a UA, a NEPAD e o seu desenvolvimento, pretendeu-se entrevistar um público restrito, com o objectivo de angariar mais elementos susceptíveis de contribuírem para a tarefa a que nos propusemos. Desta forma, o objectivo passa, essencialmente, pelo entendimento e confrontação com a visão anterior.

7.4.3 Metodologia aplicada

Por razões várias, existe, todavia, uma significativa resistência que se resume em constrangimentos e dificuldades para se obterem informações necessárias sobre a realidade em análise, constrangimentos e dificuldades que vão desde a informação estatística, processual até à textual/documental. Por isso, parece-nos justo referir aqui que, no decurso do presente trabalho, vivenciamos constrangimentos que não haviam sido expectáveis aquando da programação. Esse constrangimento impôs-nos, certas vezes, a criar alternativas que, para o caso em concreto, se resumem ao *público entrevistado*, ao *guião* utilizado para o mesmo fim e à possibilidade de *validar* as respostas que serão necessárias para o *Resultado da Investigação*.

O *público entrevistado* ou o *público-alvo* é um grupo restrito de São-Tomenses ou pessoas conhecedoras da realidade são-tomense, por um lado, e os estudiosos da UA e da NEPAD de diferentes países, por outro lado.

Quanto aos primeiros, entrevistou-se:

- Um economista de elevada reputação que foi em tempos Ministro da Economia e Finanças;
- Um Professor Universitário, de História de África, e que exerceu, em tempos, as funções de Ministro da Educação e Cultura;
- Uma activista dos Direitos Humanos, Directora Executiva de uma Fundação;
- Um médico de profissão, participante activo na Luta de Libertação Nacional de São Tomé e Príncipe, ex-Ministro da Saúde, Responsável e Consultor de inúmeros projectos da Organização Mundial da Saúde em África;

- E doze quadros superiores (Secretário-Geral, Director, técnicos e professores, e alunos) repartidos entre os Ministérios dos Negócios Estrangeiros e Comunidades, Plano e Desenvolvimento, Ministério da Educação, Cultura e Formação e Instituto Superior Politécnico de São Tomé e Príncipe.

Quanto aos segundos, inquiriram-se 8 funcionários superiores africanos ligados à cooperação, sendo um da UA, um do PNUD, uma de Cabo Verde, um dos Camarões, uma de Togo, um de Seychelles, um da Burquina Faso e uma da Argélia.

O Guião de entrevistas

Na sequência dos constrangimentos acima narrados, uma das alternativas encontradas às entrevistas propriamente ditas foi de elaborar, em Outubro de 2010, um *guião de entrevistas* bilingue (português/francês, anexos 8 e 9) para disponibilizar ao *público entrevistado* que, por razões pessoais e profissionais, preferiu esta modalidade. Todavia, e para os 8 quadros superiores africanos afectos à cooperação, razões de ordem económica inviabilizaram a nossa deslocação inicialmente prevista às sedes da UA, em Addis Abeba, e à da NEPAD, em Joanesburgo.

Do ponto de vista da estrutura, o *guião* conta com quatro *secções*: *A – Questão*, com informações sobre o autor; *a I – Questões sobre a UA*, compostas por onze (11) perguntas; *II – Questões sobre a NEPAD*, dez (10) perguntas e *III – Questões Sobre São Tomé e Príncipe*, dez (10) perguntas.

7.4.4 Análise das respostas obtidas

Contextualização

Como já se previa, na prática, as respostas do *público entrevistado* gerou em nós certezas de termos encontrado contributos extremamente valiosos para o objectivo que se pretendia. Na verdade, e é importante que se diga que, não obstante pequeníssimas divergências de opinião entre os *entrevistados*, se partilhou uma objectiva “onda de consensos” em torno dos factos e perspectivas individuais para o desenvolvimento dos países africanos (no quadro da integração) e de São Tomé e Príncipe, em particular.

Em referência às questões sobre a União Africana, importa salientar uma certa divergência (entre optimismo e pessimismo) nas contribuições dos entrevistados. Em relação a primeira questão sobre a importância com que os temas da UA são abordados em São Tomé e Príncipe, em particular, e nos países africanos em geral. Para uns, “advém da imposição das vontades dos parceiros de cooperação”. Para outros, deve-se “as prioridades do processo de desenvolvimento em que certos temas aparentemente menos importantes são secundarizados”. Existem outros ainda que defendem que se trata de “uma prática colonial que persiste na era pós independente”. Não menos importante, houve quem defendesse que a “realidade são-tomense não se compagina com a africana, pelo que necessário é o reforço desse afastamento”.

Quanto a questão número dois deste mesmo grupo, sobre a importância da UA nas novas relações internacionais, defendem uns, por um lado, que “a UA tem feito o possível numa lógica de pouca influência na cena internacional”. Para outros, a “UA não passa de um instrumento inoperativo, em que os recentes acontecimentos são ilustrativos”.

Segundo uma parte considerável dos inquiridos (19) a RASD (República Árabe Saaraui Democrática) de que se questionava na pergunta três “reforça a lógica da inoperância da OUA e da UA, na medida em que constitui um dos calcanhar-de-aquiles nos processos de integração africano”.

Assistiu-se também uma certa divergência nas questões 4 e 5 acerca da liderança e representatividade dos políticos junto da UA. Dizem estes “não se sentirem representados uma vez que nunca o povo havia sido contactado sobre esta matéria”.

Na questão número 10 sobre o modelo de desenvolvimento proposto pela UA, houve de facto um certo consenso entre os inquiridos que apontaram como exemplo “as diferentes realidades que não são equacionadas aquando da realização desses projectos, como a realidade insular, social e outras”. Porquanto, não existiu o mesmo consenso a respeito da ideia de criação de um Governo Central Africano (Estados Unidos de África) referenciado na questão número 11. Isto é, a maioria (18)

reconhecem “a mais-valia da iniciativa” mas defendem a “inoportunidade” da mesma uma vez que “as realidades são assimétricas”.

Síntese de respostas às questões sobre a União Africana

N.º	Objectivo pretendido	Resposta
1	Como é que se justifica a reduzida importância de temas relacionados com a UA nos distintos países membros, como São Tomé e Príncipe?	Tendo em conta a situação dos países a nível económico-financeiro, associando-se aos interesses dos Governantes, segundo os entrevistados, acabam por ser os parceiros de cooperação que determinam as prioridades que são maioritariamente das vezes seguidas.
2	Uma vez que, segundo os decisores africanos, a sucessão da UA nasce pela necessidade de dotar a instituição de valências para fazer face a uma nova conjuntura africana e internacional, na sua opinião, em que medida a UA tem cumprido este papel?	Tem feito o que pode, sobretudo nos domínios da paz, defesa e segurança, todavia, há um longo caminho a percorrer, mormente no que respeita ao índice de Desenvolvimento Humano.
3	A RASD é um Estado-membro da UA. Todavia, alguns Estados membros não lhe reconhecem esse estatuto. Até que ponto este assunto contribui para o bom funcionamento da UA?	O reconhecimento, a não ser unânime, insta a um clima que coloca em causa todo o processo da UA.
4	As estruturas das Organizações Internacionais em muito reflectem os caminhos a serem trilhados para o cumprimento dos objectivos da mesma. Em sua opinião, a UA teria dado passos maiores do que a maioria dos seus membros ou será apenas o reflexo do estilo de liderança em diferentes fases da vida da União?	São nobres os princípios da UA. Todavia, a falta de consolidação de alguns dos seus aspectos construtivos transmite os diferentes tipos de liderança.

Desde a institucionalização da UA, a instituição tem vindo a trabalhar no sentido de cumprir com os objectivos traçados na sua carta constitutiva. Um desses objectivos é o de representar os cidadãos africanos. Que comentário pode fazer da participação/contributo dos cidadãos para o fortalecimento da União?

A participação ou representatividade é praticamente inexistente pelo facto de não haver qualquer tipo de sufrágio nos diferentes países membros para a eleição de representantes do povo nas estruturas da UA.

Não descurando outros mecanismos para o efeito, pensa-se que são vários os países membros da UA que não dispõem, por exemplo, de qualquer representação junto da União nem desta nesses mesmos países. Em que medida é relevante para que os cidadãos se sintam representados?

Esta é uma fraqueza institucional, que revela a importância atribuída pelos Estados membros a UA, bem como desigualdades económicas entre os mesmos.

Um dos objectivos da UA é o de falar, a uma só voz, em todas os domínios de interesse africano. Contudo, vários episódios transmitem aos cidadãos uma ideia contrária. Será este o reflexo da falta de consolidação da União como tal, da incapacidade de se impor perante as ambições dos diferentes Estados ou simplesmente o cumprimento do respeito a soberania, integridade territorial e independência dos seus Estados Membros?

São várias as razões que se impõem à consolidação da UA; para o caso em concreto, está a falta de concertação entre as reais dimensões dos “gigantes” (grandes Estados) e “anões” (pequenos Estados).

Assiste-se, na UA, a uma assimetria a nível de desenvolvimento, da Democracia, da boa governação, e outros. Em que medida a União poderá ajustar essas dissemelhanças?

Assumindo em consenso as questões prioritárias, como a transparência, a promoção da Democracia, a reciprocidade na união, o diálogo, os objectivos comuns, e outros.

9	<p>Por razões desconhecidas, certos blocos regionais e países economicamente mais fortes têm preferido abordagens directas, isto é, bilateral, com a UA em detrimento do multilateralismo?</p>	<p>Embora pareça estranho, é normal. Esse tipo de abordagem não deve se sobrepor ao interesse comum da UA.</p>
10	<p>Em sua opinião, acha que o modelo de desenvolvimento da UA vai ao encontro das especificidades de cada Estado membro ou devem ser os Estados a adaptarem-se às estruturas da União?</p>	<p>São questões que deviam estar presentes aquando da construção (inicial) do processo, em que os Estados membros apresentam as suas especificidades que seriam, por sua vez, adaptadas às estruturas da UA; mesmo com o processo em andamento, podem-se rever os princípios que dificultam o desenvolvimento das suas acções.</p>
11	<p>Pensa-se que a UA não está totalmente consolidada. Como vê a ideia de se criar os Estados Unidos de África?</p>	<p>O projecto UA, que é uma iniciativa de valores, está longe de apresentar sinais de consolidação em termos práticos, pelo que a ideia de criação dos Estados Unidos de África é vista com reservas.</p>

Concernente às respostas obtidas no grupo das questões sobre a NEPAD, importa igualmente sublinhar alguns consensos e divergências mais significativos.

Os inquiridos, todos, são unânimes em reconhecer as inovações da NEPAD (questões 1, 2, 3, 4 e 5). Porém, são críticos quanto a divulgação da iniciativa pelos Governos, pela apropriação da iniciativa. São igualmente críticos quanto a desconhecimento quase que generalizado dos cidadãos com poder de decisão que não procuram saber mais sobre os assuntos que a todos devia dizer mais.

Deve-se realçar que nas questões 3 e 4 houve uma certa divergência de opinião. Isto é, para os inquiridos “não basta dizer que a NEPAD não serve às realidades dos países insulares, mas envidar esforços no sentido de o fazer servir”.

Concernentes ao “suporte financeiro da NEPAD”, questão número 5, os inquiridos abordaram a questão como “a velha história do pedintismo”. Isto é, de estar-se a todo o

sempre pedindo (ajudas externas) quando se poderia inovar, unir e explorar os recursos existentes no continente africano.

Quanto a questão número 6 sobre o acordo de cooperação económica assinado entre São Tomé e Príncipe “ [Cabo Verde e outros] ” com a UE, uns defendem “o pragmatismo necessário que os Estados e seus decisores devem ter no processo de desenvolvimento”. Isto é, na procura das melhores decisões para o seu desenvolvimento (Estado); outros por seu turno defendem o “enfraquecimento da integração embora não se saiba na prática o que é, como é, como funciona e por aí fora”.

As perguntas 7, 8 e 9 sobre a participação de São Tomé e Príncipe na CEEAC foram comentadas de forma quase consensual pelos inquiridos. Embora confirmem que a existência de um maior fluxo comercial e não só com a Europa enfraquece a integração de São Tomé e Príncipe na CEAC, atribuem a culpa aos decisores políticos pela falta de promoção de debates públicos e de estudos aprofundados sobre certas questões antes de se comprometerem os Estados internacionalmente.

Apenas 5 dos inquiridos responderam objectivamente a questão número 10 sobre a articulação dos Projectos do FMI e do BM com a NEPAD para o desenvolvimento de São Tomé e Príncipe. Para eles, a resposta é que “há uma falta de articulação que não deve ser atribuída ao FMI, BM, NEPAD e outros, mas aos Governos africanos e com particular destaque ao são-tomense”.

Síntese derespostas às questões sobre a NEPAD

N.º	Objectivo pretendido	Resposta
1	A NEPAD é um programa da UA que materializa a visão holística desenvolvida pelos líderes Africanos numa moldura de parceria entre os países Africanos com o objectivo de promover o desenvolvimento sustentável de África. A forma como é feita a divulgação da NEPAD nos diferentes países e em São Tomé e	A necessidade de apropriar, divulgar e testar a NEPAD.

Príncipe contribui para esse objectivo?

Em traços gerais, poder-se-ia dizer que o Não há conhecimento.

objectivo da NEPAD é o de conferir uma nova dinâmica ao desenvolvimento de países membros da UA, através da redução dos fossos existentes nos sectores prioritários, permitir que

- 2 o continente Africano alcance os níveis de desenvolvimento atingidos nos países desenvolvidos.

Que projecto desenvolvido pela NEPAD (em São Tomé e Príncipe) conhece?

Diz-se, entretanto, que a NEPAD é um bom instrumento para o desenvolvimento do continente africano, entre outros, por ter sido concebido pelos próprios africanos que conhecem a realidade do continente. Encontra na NEPAD respostas bastantes que vão ao encontro das especificidades insulares (de países como São Tomé e Príncipe)?

As respostas são abrangentes e não específicas para os países insulares.

- 4 A NEPAD é vista como a estratégia inovadora. Mas, de facto, o que terá a NEPAD em comparação com o “Plano de Acção de Lagos”, desenvolvido igualmente pelos Africanos na década de 1980?

Desconhecimento por parte de maioria (14). Outros (10) dizem que o objectivo é igual (para o desenvolvimento económico do continente).

- 5 O suporte financeiro da NEPAD é estendido aos parceiros de cooperação no sentido de promover a paz, a estabilidade, a Democracia, a óptima gestão económica e o desenvolvimento centrados no povo. Em que medida se possa falar de um desenvolvimento autónomo ou mesmo da certeza de desenvolvimento?

Não se fala de certeza de desenvolvimento pelo facto de não haver, todavia, a apropriação da NEPAD por parte dos países, como o caso de São Tomé e Príncipe.

A UA/NEPAD definiram que os países

Tendo em conta o objectivo do acordo,

-
- 6 membros devessem respeitar todo um conjunto de procedimentos com vista a restaurar e manter a estabilidade macro-económica através da definição de padrões de metas para as políticas fiscais e monetárias, bem como a introdução de quadros institucionais apropriados para o alcance desses padrões. Em que medida, em sua opinião, o acordo de cooperação económica assinado entre São Tomé e Príncipe e a UE ajuda para esse fim?
- de estabilização da moeda nacional face ao euro e da redução da inflação, muito contribui para a estabilidade macro-económica do país.

- 7 São Tomé e Príncipe faz parte da CEEAC, uma estrutura de integração económica regional igualmente delineada pela UA. Acha que a realidade “geo-social” do país se adequa a uma integração económica?
- Não há um consenso. Todavia, alguns entrevistados/inquiridos (3) são de opinião que a realidade são-tomense se distânciava da sub-região, o que dificulta uma normal integração.

- 8 Dizem as estatísticas haver uma maior articulação comercial entre São Tomé e Príncipe e países extra CEEAC. Nessas condições, até que ponto se pode falar de uma integração económica?
- Nessa discussão, importa fazer/estabelecer um estudo de custo/benefício.

- 9 Ainda no quadro da integração económica, São Tomé e Príncipe está mais bem servido em ligação aérea e marítima com a Europa do que com os membros africanos e vizinhos. Que comentário lhe sugere fazer?
- É um problema que tem que ver com os interesses comerciais dos países membros da CEEAC. Porém, não se pode descurar os factos históricos e sociais que ligam certas realidades e países. Torna-se necessário, uma vez mais, o estudo de custo/benefício.

Há, na sua opinião, articulação entre os projectos do Fundo Monetário Internacional /

Quanto ao terceiro e último grupo de questões constantes no guião de entrevistas, estas foram confinadas a São Tomé e Príncipe. Nelas, registam-se uma larga convergência de opiniões a respeito.

Nas questões 1, 2 e 3, por exemplo, em que se questionavam as causas do subdesenvolvimento são-tomense, as especificidades geo-sociais e o sistema político vigente, os inquiridos apontaram as seguintes razões: a “instabilidade política”, a “má governação” e a “falta de liderança”. Essas “razões” são de certa forma reforçadas nas respostas às questões 4, 5 e 6 em que se pretendia entender a oscilação do IDH de São Tomé e Príncipe nos últimos 4 anos, o declínio da produção do cacau na economia nacional são-tomense bem como o balanço aparentemente negativo respeito do progresso nos ODM, em que os inquiridos advogaram ser “das políticas improvisadas dos diferentes governos”.

Como solução, os inquiridos defenderam que, quanto a questão número 7, da elevada dependência do Estado são-tomense às ajudas externas para o OGE, que apostassem nos recursos existentes, estimulando a produção agricultura e na exploração do petróleo.

Sequencialmente, a questão número 8 sobre a dependência do país juntos das IBW, os inquiridos foram igualmente convergentes em afirmar que “o papel de São Tomé e Príncipe nas IBW é irrelevante”, pelo que “a dependência do país dita a sua presença”.

Na questão número 9, em que se questiona a aplicabilidade da NEPAD em São Tomé e Príncipe, para uns, os “princípios são teoricamente vantajoso”; para outros, a iniciativa “é manifestamente insignificante”, na medida em que não toma em conta a realidade do país.

Por último, questão número 10, pretendia-se conhecer as opiniões dos inquiridos a respeito do tipo de modelo de desenvolvimento para São Tomé e Príncipe. De facto, os inquiridos não definiram um modelo concreto, mas foram unânimes em defender que

este modelo deve passar pela “aposta na agricultura” e na “prestação de serviços na sub-região, tirando partido da posição geoestratégica face ao continente”.

Síntese derespostas às questões sobre São Tomé e Príncipe

N.º	Objectivo pretendido	Resposta
1	Atendendo às especificidades <i>geo-sociais</i> de São Tomé e Príncipe, qualquer plano de desenvolvimento digno do nome deverá ter em conta essas mesmas especificidades. Sendo país independente há 36 anos, acredita-se que o mesmo conhecerá vários planos de desenvolvimento. Todavia, o objectivo de desenvolvimento segue estando adiado. A que se deve?	Os principais problemas estão na deficiente adequação dos programas por parte dos decisores políticos, a instabilidade política, a má governação e a falta de liderança.
2	Em sua opinião, quais seriam as fundamentais causas do subdesenvolvimento de São Tomé e Príncipe?	A falta de um Plano Nacional de Desenvolvimento consensual e sem interferência político-partidária.
3	Admitindo hipótese de que a instabilidade política seja uma das causas do subdesenvolvimento de São Tomé e Príncipe, questiona-se se a mesma terá influência (1) do estilo individual dos seus dirigentes, do sistema político definido na constituição e/ou das influências externas?	O erro está nos homens e não no sistema político ou outro.
4	Nos últimos quatro Índices de Desenvolvimento Humano do PNUD, São Tomé e Príncipe ocupou as posições 127, 123, 128 e 131 respectivamente. Que leitura merecem essas oscilações?	Transmitem, com clareza, a degradação do nível de vida da população, a consistência e continuidade de políticas impróprias.
5	Não obstante as especificidades de cada país, São Tomé e Príncipe conhece os efeitos reais das causas da insularidade que penalizam, tanto as importações, como as exportações. O cacau, por exemplo, o produto mais exportado, depois das privatizações das roças, viu cair vertiginosamente a produção e qualidade, deixando de ter o então peso a nível da competitividade; contrastado com as importações que, pelas mesmas razões da insularidade, fazem com	Demonstra a necessidade urgente de se redefinir a política económica.

	que os preços no mercado interno sejam elevados. Que leitura faz deste assunto no quadro do desenvolvimento sócio-económico do país?	
6	A respeito dos ODM, passados 10/11 dos 15 anos propostos, prevê-se que São Tomé e Príncipe cumpra, dos 8, um total de 3 ou 4 objectivos. Uma vez que o seu cumprimento depende essencialmente dos esforços conjugados de todos os São-Tomenses, a questão que se coloca é a de saber a razão deste balanço aparentemente negativo,	A deficiente apropriação por parte dos órgãos decisores implica a indefinição de prioridades.
7	São Tomé e Príncipe conta com uma considerável dependência de ajudas externas. Os Orçamentos Gerais do Estado evidenciam anualmente essa dependência em mais de 85%. Em que medida pensa que o Governo deveria proceder para inverter este cenário?	Melhor aproveitamento dos recursos existentes, estimulando a produção interna, a agricultura e a exploração do petróleo.
8	Que papel desempenha São Tomé e Príncipe nessas organizações?	O papel de São Tomé e Príncipe nas IBW é irrelevante. Todavia, a dependência do país dita a sua presença.
9	Como vê a aplicação da estratégia da NEPAD às características específicas de São Tomé e Príncipe?	Em certos aspectos, a nível teórico, aparenta ser vantajoso; noutros, é manifestamente insignificante, na medida em que não segue a realidade do país.
10	Que tipo de modelo de desenvolvimento acha melhor adequar às especificidades de São Tomé e Príncipe?	Apostar na agricultura industrializada e nos serviços.

N.	Objectivo pretendido	Resposta
1	Atendendo as especificidades <i>geo-sociais</i> de São Tomé e Príncipe, qualquer plano de desenvolvimento digno do nome deverá ter em conta essas mesmas especificidades. Sendo país independente há 36 anos, acredita-se que o mesmo conheceria vários planos de	Os principais problemas estão na deficiente apropriação por parte dos decisores políticos, a instabilidade política, a má governação e a falta de liderança.

	desenvolvimento. Todavia, o objectivo de desenvolvimento segue estando adiado. A que se deve?	
2	Em sua opinião, quais seriam as fundamentais causas do subdesenvolvimento de São Tomé e Príncipe?	A falta de um Plano Nacional de Desenvolvimento consensual e sem interferência político-partidária.
3	Admitindo hipótese de que a instabilidade política seja uma das causas do subdesenvolvimento de São Tomé e Príncipe, questiona-se se a mesma terá influência (1) do estilo individual dos seus dirigentes, do sistema político definido na constituição e/ou das influências externas?	O erro está nos homens e não no sistema político ou outro.
4	Nos últimos quatro Índice de Desenvolvimento Humano do PNUD, São Tomé e Príncipe ocupou as posições 127, 123, 128 e 131 respectivamente. Que leitura merece essas oscilações?	Transmitem com clareza a degradação do nível de vida da população, a consistência e continuidade de políticas impróprias.
5	Não obstante as especificidades de cada país, São Tomé e Príncipe conhece os efeitos reais das causas da insularidade que penalizam tanto as importações como as exportações. O cacau por exemplo, o produto mais exportado, depois das privatizações das roças, viu cair vertiginosamente a produção e qualidade, deixando de ter o então peso a nível da competitividade; contrastado com as importações que, pelas mesmas razões da insularidade, fazem com que os preços no mercado interno sejam elevados. Que leitura faz deste assunto no quadro do desenvolvimento sócio-económico do país?	Demonstra a necessidade urgente de se redefinir a política económica.
6	A respeito dos Objectivos do Desenvolvimento do Milénio, passados 10/11 dos 15 anos propostos, prevê-se que São Tomé e Príncipe cumpra, dos 8, um total de 3 ou 4 objectivos. Uma vez que o seu cumprimento depende essencialmente dos esforços conjugados de todos os são-tomenses, a questão que se coloca é de saber a razão deste balanço aparentemente negativo?	A deficiente apropriação por parte dos órgãos decisores implica a indefinição de prioridades.

7	São Tomé e Príncipe conta com uma considerável dependência de ajudas externas. Os Orçamentos Gerais do Estado evidenciam anualmente essa dependência em mais de 85%. Em que medida pensa que o Governo deveria proceder para inverter este cenário?	Melhor aproveitamento dos recursos existentes, estimulando a produção interna, a agricultura e a exploração do petróleo.
8	A privatização das roças é uma das recomendações do Fundo Monetário Internacional e do BM. Que papel desempenha São Tomé e Príncipe nessas organizações?	O papel de São Tomé e Príncipe nas IBW é irrelevante. Todavia, a dependência do país dita a sua presença.
9	Como vê a aplicação da estratégia da NEPAD às características específicas de São Tomé e Príncipe?	Em certos aspectos, a nível teórico, aparenta ser vantajoso; noutros é manifestamente insignificantes na medida que não segue a realidade do país.
10	Que tipo de modelo de desenvolvimento acha melhor adequar as especificidades de São Tomé e Príncipe?	Apostar na agricultura industrializada e nos serviços.

7.4.5 Análise interpretativa dos resultados

De forma objectiva, salienta-se que foram obtidas 744 respostas num universo de 31 questões e de 24 *entrevistados*. Não obstante o já mencionado consenso de forma individual de mais de 90% das respostas alcançadas, mediante os objectivos esperados, constatam-se os seguintes factos:

- Notou-se uma maior tendência para o desenvolvimento das questões concernentes à UA do que a NEPAD e São Tomé e Príncipe. Ao que tudo indica, houve um certo receio em conceder informações. Isto é, embora a possibilidade de pensar de forma diferente seja uma expressão de liberdade de pensamento (Mazula, 2008), constatou-se que, do lado das respostas sobre a São Tomé e Príncipe/NEPAD, os entrevistados foram mais cautelosos. A esse propósito, Castro (2011) assegura que, “21 anos depois da instauração do regime democrático em STP [São Tomé e Príncipe], as pessoas ainda não interiorizaram os conceitos básicos que moldam esta realidade. A prática do contraditório, o debate saudável de ideias e opiniões e a liberdade de opção política ainda são exercidos de forma camuflada e contida por muita boa gente com receio das represálias a nível profissional, principalmente nos funcionários do estado” (Castro, 10 de Agosto de 2011).
- Embora se reconheça a importância da UA no processo de desenvolvimento dos Estados membros, pensa-se que a mesma é, de quando em vez, inoperativa e distante dos cidadãos que representa.
- Há um sentimento que são os parceiros de cooperação que determinam, de facto, a vida política, económica e social dos países membros da UA.
- Ficou igualmente patente que a realidade são-tomense, de insularidade, não se compagina com as demais realidades africanas e continental em consequência de uma elevada assimetria.
- O desconhecimento dos assuntos africanos por parte dos seus nacionais poderá estar ligado a uma opção política em consequência das vontades dos parceiros de cooperação que ditam as prioridades do processo de desenvolvimento.

- Certos valores teoricamente defendidos pela UA são violados pelos seus líderes e Estados, pelo que enfraquece o processo de integração.
- A NEPAD é grandemente desconhecido pelos cidadãos em consequência de uma deficitária divulgação.
- Embora a NEPAD aparente não servir às realidades insulares, pouco ou nada se faz no sentido de ajustá-lo em prol do desenvolvimento comunitário.
- A dependência financeira da NEPAD aos parceiros de cooperação é consequência do “pedintismo” e pela não opção em explorar os recursos existentes no continente.
- O elevado fluxo comercial e não só entre os países extra processo de integração africanos é consequência da falta de promoção da iniciativa, de debates públicos e de estudos aprofundados sobre essas questões.
- A falta de articulação entre os parceiros de cooperação no processo de desenvolvimento africano é consequências das instabilidades políticas, da má governação (políticas improvisadas), da falta de liderança e outros.
- Para inverter o sentido de dependência financeira de São Tomé e Príncipe, é necessário apostar-se na agricultura, no processo de integração na sub-região e na correcta exploração do petróleo.
- A presença de certos países africanos, como São Tomé e Príncipe, nas IBW é determinada pela sua dependência financeira.

7.5 Conclusão parcial

- Os métodos utilizados para avaliar a visão dos São-Tomenses, quanto ao programa de desenvolvimento proposto pela NEPAD, nomeadamente, *inquérito por questionário e entrevista* – não só se enquadraram na realidade da investigação, como também contribuíram para suprir as dificuldades para a obtenção das informações.
- Num primeiro momento, obteve-se o pretendido. Porém, apareceram certas dúvidas, como, por exemplo, o grau de escolaridade, certos contributos decisivos da NEPAD e outros, que nos incentivaram de forma a utilizar outros métodos de validação.
- Embora fosse visível certo receio dos entrevistados quanto à manifestação das informações prestadas, importa salientar que o público utilizado na investigação conferiu resultados extremamente satisfatórios e fiáveis.
- Não apenas pelo número de respostas obtidas, acredita ter-se encontrado elementos aceitáveis, tanto das questões sobre a UA e da NEPAD, como de São Tomé e Príncipe, para os objectivos da investigação, como um todo.

CAPÍTULO VIII
CONCLUSÕES E PISTAS DE INVESTIGAÇÃO

8.1 Enquadramento

Ao reconhecer a pertinência sobre a análise de desenvolvimento da UA e as ideias para a sua aplicabilidade em São Tomé e Príncipe, propusemo-nos a uma reflexão no sentido de saber se a estratégia de desenvolvimento preconizada pela NEPAD é adequada às necessidades *geo-sociais* de um Estado insular como São Tomé e Príncipe. Para tal, o objectivo da investigação prendeu-se com as acções que seriam empreendidas com o propósito de encontrar justificações, de forma específica, ao percurso, no âmbito da OUA e da UA, das estratégias mais significativas propostas para o desenvolvimento sócio-económico africano, avaliar a estratégia de desenvolvimento proposta pela NEPAD e ensaiar a sua aplicação a São Tomé e Príncipe, através da introdução do novo conceito de desenvolvimento *geo-social*.

Nesse sentido, este capítulo, o último, tende a demonstrar as *Conclusões e Pistas de Investigação*.

Nas *Conclusões da investigação* estão apresentados os resultados gerais da investigação.

Não obstante os *Limites da investigação* e algumas *sugestões para trabalhos futuros*, apresentar-se-á, por último, as *Considerações finais* desta árdua, mas estimulante tarefa.

8.2 Conclusões da investigação

8.2.1 Enquadramento

A seguir ao capítulo *Introdutório* e ao de *Enquadramento teórico e operacionalização de conceitos*, I e II, respectivamente, desenvolveram-se cinco outros capítulos, nomeadamente, *Contextualização do (sub)desenvolvimento sócio-económico africano* (capítulo III), *Parceiros de Cooperação africanos* (capítulo IV), *Dinâmicas de desenvolvimento africano: a UA e a NEPAD* (capítulo V), *Análise estrutural do desenvolvimento sócio-económico de São Tomé e Príncipe* (capítulo VI), *A visão dos São-Tomenses perante os desafios da UA e suas perspectivas de desenvolvimento* (capítulo VII) até ao presente. Como vimos, a entrada para o novo milénio influenciou significativamente mudanças estruturais no quadro das relações internacionais, tendo como a abordagem mais comentada a *globalização económica*.

Face à marginalização económica, política e social constatadas, aliás, como esperávamos, os decisores africanos procuraram enquadrar o subdesenvolvimento do continente como desafio a enfrentar a curto e médio prazo. Para tal, começou o processo de reforma da OUA que culminou em 2002 com a apresentação da UA e com uma nova abordagem política, económica e social, sob a orientação da NEPAD. Trata-se de um programa que traduz a materialização da visão holística do desenvolvimento africano, na esperança de inverter, desta forma, o *estado de coisas* no continente e, particularmente, nos seus Estados membros que, em termos do nível de desenvolvimento, apresentam assimetrias relevantes.

8.2.2 Conclusões da investigação

Atendendo ao contexto descrito no *enquadramento das conclusões*, tomou-se como pergunta de partida a possibilidade de averiguar se a estratégia de desenvolvimento preconizada pela NEPAD é adequada às necessidades dos Estados signatários, sobretudo os Estados insulares, como São Tomé e Príncipe.

Desta forma, procurou-se, no decurso da investigação, guiar pelo encontro de resposta(s) à pergunta de partida consubstanciadas em quatro objectivos específicos, nomeadamente:

- a) analisar, no âmbito da OUA e da UA, as estratégias mais significativas propostas para o desenvolvimento sócio-económico dos Estados-Membros;
- b) avaliar a estratégia de desenvolvimento proposta pela NEPAD;
- c) indicar as especificidades dos Estados insulares, como é o caso de São Tomé e Príncipe;
- d) ensaiar a aplicação da estratégia da NEPAD à realidade de São Tomé e Príncipe através da introdução do novo modelo de *desenvolvimento geo-social*.

Não obstante a estes objectivos, e numa perspectiva mais abrangente, o estudo tinha como o objectivo, por um lado, contribuir para entender, no contexto africano, algumas razões que fazem com que certos países se desenvolvem mais rapidamente e outros não. Assim, levantaram-se duas hipóteses:

- A primeira é a de que a existência de assimetrias no continente africano impossibilitava, de forma significativa, o cumprimento da estratégia de desenvolvimento da NEPAD, uma vez que este não prevê as especificidades dos Estados;
- A segunda era a necessidade de adaptar o modelo de desenvolvimento da NEPAD às economias insulares que é feito por intermédio de um novo *conceito de desenvolvimento geo-social* – que tende a complementar o de *insularidade* a fim de ser uma visão comparativa das especificidades (geo-sociais) do conjunto quando em causa estão iniciativas de desenvolvimento que envolvem países continentais e insulares.

Sobre este assunto, importa recordar Moreira (1994) quando salienta que a divulgação de resultados nas Ciências, em geral, constitui uma etapa fundamental de todo o processo de investigação, na medida em que o conhecimento tende a reflectir uma criação social. Em consequência disto, apresentam-se abaixo as seguintes

conclusões que não responde apenas a nossa pergunta de partida como, também, confirmam as hipóteses anteriormente levantadas.

- ❖ De forma generalizada, os países africanos constituem um conjunto complexo de heterogeneidade, tanto no contexto dos Povos, dos ambientes naturais, geográficos, passando, naturalmente, pelo cultural, linguístico, histórico e outros. Por assim ser, qualquer projecto de desenvolvimento para o continente deve ter em conta estes e outros factores que facilitam, ou não, o almejado desiderato.
- ❖ A definição de Estado em África tem particularidades que se prendem com a dinâmica de ambivalência cultural pela interacção da herança colonial com a realidade local. Isto é, a coincidência de que o Estado deve ser o promotor da unidade política e a Nação decorrer de unidade histórico-moral colocaram a nu as experiências de subversões políticas ainda na fase de consolidação do próprio Estado.
- ❖ Foram identificados quatro dilemas do subdesenvolvimento africano que são tanto ao quanto controversos no exercício de “apurar responsabilidades” internas e externas, a saber: a constituição dos Estados/Nação; o tipo de cooperação económica e financeira empreendidas pelos parceiros, sobretudo as IBW com os Programas de Ajustamento Estrutural; a concepção dos processos de integração como a via para o desenvolvimento; e o papel do continente em matéria de paz e segurança e os desafios para o desenvolvimento.
- ❖ A UA congrega países e economias totalmente assimétricos em matéria de desenvolvimento, de índole política, económica, social, cultural, geográfica e outros. Esses factos, no seu conjunto, constituem entraves para o desenvolvimento, uma vez que não estão reunidos os requisitos essenciais, por parte de todos os países, para um verdadeiro desenvolvimento comunitário.
- ❖ A UA, sucessora da OUA, aparece em 2002 como a resposta africana na entrada para um novo milénio marcado pela globalização económica, em resposta às

novas ameaças como o terrorismo e para garantir uma maior competitividade no sistema económico mundial.

- ❖ A UA aparece com vista a mudar o *status quo* africano. Porém, a UA enquanto organização de integração político-económica dos Estados africanos supra-estatal e internacional, representa, pelo menos em termos teóricos, a unidade africana. Quanto aos seus objectivos, a UA diz garantir a promoção da paz, da segurança e da estabilidade no continente. Os princípios e as instituições democráticas, a participação popular e a boa governação, de defender posições africanas comuns sobre as questões de interesse para o continente e para os seus povos.
- ❖ Os Parceiros de Cooperação acarretam uma importância acrescida no processo de desenvolvimento do continente, não apenas pelo nível do subdesenvolvimento em que a África está inserida, mas, também, pelo facto desse subdesenvolvimento/dessas assimetrias garantir uma grande dependência a nível das ajudas externas.
- ❖ Os parceiros de cooperação, com particular destaque para o FMI e o BM, embora procurassem corrigir os desequilíbrios macro-económicos dos Estados africanos, teriam contribuído para o subdesenvolvimento africano, na medida em que os seus planos foram incumpridos por não estarem adequados à realidade desses países.
- ❖ A filosofia da integração económica tem evidenciado mais-valias em matéria de desenvolvimento comunitário. Porém, no quadro africano, fica a sensação de que os princípios e objectivos teóricos/práticos de integração não são partilhados de igual forma pelos diferentes países que as compõem, justificando-se também pelo grau de assimetria que os separa.
- ❖ A democratização do continente deve ser o requisito necessário para que se cumpram, igualmente, os princípios de uma verdadeira integração. Porém, a UA e os seus dirigentes devem-se encontrar com o Povo, adequando as suas

ideias de desenvolvimento à sociedade civil, procurando a harmonia entre os discursos (teóricos) e as práticas (de desenvolvimento).

- ❖ A NEPAD é a estrutura da UA que integra os aspectos da Democracia, da governação, da política económica e social, pelo que a estratégia é definida como o programa capaz de livrar o continente da pobreza e do subdesenvolvimento, exibindo 4 objectivos, que são (1) a promoção da Democracia e da boa governação política, (2) a governação económica e social, (3) a transversalidade do desenvolvimento sócio-económico, e (4) a implementação de um mecanismo de avaliação por pares. Não obstante, a estratégia é completa com 6 áreas de acção prioritária que são (1) infra-estrutura, (2) desenvolvimento dos recursos humanos, (3) agricultura, (4) ambiente, (5) cultura e ciência e (6) tecnologia.
- ❖ São identificados na NEPAD certos aspectos críticos, susceptíveis de melhoramento através de uma abordagem das políticas públicas, de aplicação das medidas de uma integração económica. A título de exemplo, acredita-se que o pelouro da cooperação e do financiamento da NEPAD deve sofrer melhoramentos significativos, com uma nova estratégia, de uma cooperação argumentada pela estratégia das mais-valias, com parceiros devidamente seleccionados e para acção concreta.
- ❖ O falhanço da NEPAD ou a inoperância da UA deve-se, e tão-somente, à importância que os decisores Africanos, em primeiro, lhes concedem, pelo que se sugere um amplo e profundo debate africano e nacional no sentido de se apropriar (quem se apropria?) desses instrumentos com relevância para o desenvolvimento do continente.
- ❖ Uma das insuficiências da NEPAD prende-se com o facto de não existir, em nenhuma das suas disposições, referências específicas para o desenvolvimento dos países insulares.

- ❖ Nos escassos 4 anos restantes para o cumprimento dos *ODM*, embora haja progressos assinaláveis, pensa-se que nenhum país africano conseguirá cumprir os 8 Objectivos.
- ❖ Para além das consequências advindas das inúmeras crises políticas, São Tomé e Príncipe é um país de desenvolvimento baixo e caracterizado por uma panóplia de especialidades marcada pela insularidade e pela significativa dependência das ajudas externas.
- ❖ Com o perdão da dívida externa, em 2007, em mais de 80%, poder-se-ia projectar um crescimento da economia são-tomense superior a 4% com a esperada exploração do petróleo. Todavia, a condução do processo tem merecido notas de falta de transparência e de irregularidades por parte da opinião pública nacional e internacional.
- ❖ Constatadas inúmeras assimetrias no contexto africano, pelo que se equacionou a necessidade de ensaiar um novo modelo de desenvolvimento *geo-social* que parece melhor adequar às dinâmicas das suas especificidades.

8.3 Limites da investigação e sugestões para trabalhos futuros

Pelo facto da NEPAD ser um programa em que confina a visão de desenvolvimento holístico para cinquenta e quatro Estados assimétricos, colocando o assento tónico na redução da pobreza e da promoção da mulher nas actividades do desenvolvimento comum, e que se escolhe destes apenas um, o caso de São Tomé e Príncipe, para empreender ao estudo de balanço dos dez anos de implementação da iniciativa, admite-se que uma das limitações da investigação seja a não representatividade de dados/informações solicitadas às Instituições competentes, por um lado; e, por outro, talvez, uma abordagem mais profunda de um exemplo de um país continental que, imbuído de elementos assimétricos, nos faz acreditar na hipótese de outras lacunas da iniciativa.

Na verdade, pretendeu-se lançar algumas reflexões susceptíveis para a aplicação, na prática, do novo modelo de desenvolvimento à realidade empírica são-tomense. Porém, embora se assistisse a uma contínua mutação dos acontecimentos durante o percurso da investigação, como o aparecimento de um novo Estado africano, a realização de eleições autárquicas, legislativas e presidenciais em São Tomé e Príncipe, a mudança de filosofia da NEPAD em passar do “programa” para “agência”, a actualização do IDH por parte do PNUD e outros, admite-se, também, a hipótese de eventuais actualizações posteriores.

Na verdade, a dificuldade na obtenção de certas informações credível levou-nos a adoptar uma abordagem mais teórica em detrimento da empírica. Porquanto, diga-se que um trabalho com esta envergadura apresentará, normalmente, outras leituras e ângulos de análise, pelo que nunca está acabado. A esse respeito, a sugestão que nos apraz fazer para trabalhos futuros refere-se à implementação do *modelo de desenvolvimento geo-social* em diferentes contextos, tendo como base o mesmo modelo teórico utilizado.

No decurso da investigação, descreveu-se a metodologia como um todo, inclusive as suas fases, os seus métodos e os seus elementos, em três aplicações práticas. Porém, os resultados obtidos demonstram uma visão particular de um único Estado insular

africano, pelo que se sugere uma abrangência a restantes países insulares, a fim de conferir maior sustentabilidade ao modelo.

Sugere-se ainda que, no processo de elaboração de outras metodologias do tipo sejam tidas em conta as críticas construtivas deixadas no decurso da investigação, na medida em que poderá servir como uma contribuição válida.

8.4 Considerações finais

Pensamos ter cumprido os requisitos necessários para a elaboração da presente tese de Doutoramento, não apenas no que confere à originalidade da abordagem, mas também ao nível de contribuição teórico-prático que nela está contida.

Pensamos, igualmente, que os possíveis interessados desta pesquisa, nomeadamente os agentes académicos, políticos, administrativos e meros curiosos, encontrarão contributos relevantes, uma vez que o trabalho absorve certas práticas pouco desenvolvidas no contexto são-tomense e africano, isto, da forma como se estruturou a pesquisa, a metodologia utilizada, o modelo teórico e o próprio conteúdo. Aliás, é nossa convicção que a investigação respeita o primado da coerência entre o desenvolvimento sócio-económico, a área de actuação das ciências sociais, e o contexto (africano, são-tomense) em que a falta de modelos teóricos explorados e consensuais dificultam e de que maneira a investigação e o desenvolvimento propriamente dito.

Segundo Moreira, “para se investigar a vida social é necessário, claro, em primeiro lugar, obter acesso às fontes de dados, que sejam pessoas ou documentos”(Moreira, 1994:53). Contudo, embora limitados no terreno em obter informações que deviam ser de domínio público, procurámos encurtar o distanciamento da realidade e dos objectivos propostos a partir da aplicação prática de uma metodologia definitiva.

Enquanto cidadãos, estudiosos do desenvolvimento e da política internacional, espera-se que este contributo tenha continuidade, a fim de se procurarem soluções exequíveis para o desenvolvimento sócio-económico são-tomense, africano e das relações internacionais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFIAS

Bibliografia

- ABRAHAMSON, Hans & NILSSON, Anders - *Ordem Mundial Futura e Governança Nacional em Moçambique: Emporwerment e Espaço de Manobra*, Maputo, Instituto Superior de Relações Internacionais, 1995
- ADEDEJI, Adebayo – *Africa Within the World: Beyond Dispossession and Dependence*, Adebayo Adedeji (editor), African Centre for Development and Strategic Studies (ACDESS), Zed Books Ltd, London and New Jersey, 1993
- AFONSO, Maria Manuela e FERNANDES, Ana Paula – *Introdução à Cooperação para o Desenvolvimento*, Revista Fórum DC, Edição, Instituto Marquês de Vale Flor, 2005
- AGUIRRE, Emiliano – *África y el origen de la humanidad*, Colegio Nuestra Señora de África, 1972
- AKINDE, Charles - *Os princípios de pan-africanismo*, tradução de Elisio Martins, Kastrup: African Studies, 197-?
- ALBUQUERQUE, Luís — *Dicionário da História de Portugal*, (dir. Joel Serrão), vol. V, Porto, Livraria Figueirinhas, 1985
- ALBUQUERQUE, Luís — *Os Descobrimentos Portugueses*, Lisboa, Publicações Alfa, 1985
- ALDEN, Christopher - *China in Africa* [paperback edition], Zed Books, London, 2007
- ALDEN, Chris e HUGLES, Christopher - *Harmony and discord in China's Africa strategy: some implications for foreign policy*, China quarterly, 2009
- ALEGRE, Francisco – *A Cidade de S. Tomé. A Cidade de Todas as Esperanças*, Dória Design, 1ª Edição, 2008
- ALEGRE, Francisco – *A Rosa dos Ventos – Subsídios para o estudo da diplomacia santomense*, UNEAS, 1ª Edição, Maio, 2010
- ALEXANDRE, Valentim - *História da Expansão Portuguesa* (dir. Francisco Bethencourt e Kirti Chaudhuri), 4.º vol, Círculo dos Leitores, Lisboa, 1998
- ALMEIDA, Paulo - *Bases conceituais de uma política externa nacional*, (Org. de Estêvão Martins e Miriam Saraiva), Brasil - União Europeia - América do Sul - Anos 2010-2020, 2009
- ALONSO, J. A., (dir), *Lecciones sobre economía mundial*, Editorial Thomson Cívitas, Madrid, 2005
- ALVES, João – *Relações Internacionais e Justiça*, - sobre “The Law of Peoples” de John Rawls” in *Estudos Jurídicos e Económicos em Homenagem ao Professor João Lembrete*, FDUL, Coimbra, Coimbra Editora, 2000
- AMARO, Ana Maria – *Uma China: Dois Regimes*, in *Conjuntura Internacional*, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Dezembro, 1996

- AMARO, Rogério - *Desenvolvimento – Um Conceito Ultrapassado ou Renovado? Da Teoria à Prática e da Prática à Teoria*, Cadernos de Estudos Africanos, Nº 4, Lisboa, 2004
- ALMEIDA, Lopes — *História de Portugal*, direcção de Damião Peres, vol. VII, Barcelos, Portucalense Editora, 1935
- ALTVATER, E - *O preço da riqueza*, São Paulo, UNESP, 1995
- AMANTE, Maria de Fátima – *Fronteira e Identidade – Construção e representação identitária na raia luso-espanhola*, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, 2007
- AMARAL, I - *A África no Limiar do Século XXI: Um continente em Crise*, Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura, separata do volume XXIII da Verbo, Lisboa, 1995
- ARCHER, Maria da Graça e TAVARES, Sónia – *Eleições da República de Democrática de São Tomé e Príncipe 1990 a 2006*, (Referendo, Presidenciais, Legislativas, Autárquicas e Regionais), Secretariado Técnico dos Assuntos para o Processo eleitoral, Ministério da Administração Interna (STAPE-MAI), 2006
- ARENAL, Celestino - *Introducción a las Relaciones Internacionales*, Tecnos, Madrid, 1998
- AZEVEDO, Lúcio - *Épocas de Portugal Económico*, 4.^a Edição, Livraria Clássica Editora, Lisboa, 1978
- BALÃO, Sandra M. Rodrigues – *A fórmula do poder: elite, partidos, democracia e corrupção política no pensamento de Moisés Ostrogorski*, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Lisboa, 2001
- BALDWIN, Robert – *Desarrollo económico. Un análisis introductorio*, Amorrortu Editores, Buenos Aires, 1967
- BALLANTYNE, Peter – *Small Islands, Big Issues – Special Treatment for the Most Vulnerable?* Maastricht, OneWorld Europe, 1998
- BAYART, J. F. – *L'Etat en Afrique – La Politique du Ventre*, Fayard, Paris, 2000
- BAUER, Otto - *La question des nationalités et la social-démocratie*, Édi/Arcantheré, Paris, 1907
- BELA, Balassa – *Teoria da Integração Económica, Estudos de Economia Moderna*, Clássica Editora, Lisboa, 1961
- BÉLANGER, Michel – *Instituições Económicas Internacionais: A Mundialização Económica e os seus limites*, Coleção Economia e Política, Instituto Piaget, Lisboa, 1997
- BERNARD, Droz e ROWLEY, Anthony – *História do Século XX*, Publicações Dom Quixote, Volumes III e IX, Lisboa, 1993
- BERNIS, Gérard Déstanne – *Industries Industrialisantes et contenu d'une politique d'intégration régionale*, Économie Appliquée, Tomo XIX, números 3 e 4, 1966

- BERTAM, G. e WATTERS, R. – *The MIRAB Process: Earlier Analysis in Context*, in *Pacific Viewpoint*, Vol. 27, London, 1986
- BESSA, António Marques – *O Olhar de Leviathan: Uma Introdução à Política Externa dos Estados Unidos*, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Lisboa, 2001
- BIGO, Didier – *When two become one: internal and external securitizations in Europe*, in “*International Relations Theory and the Politics of European Integration. Power, Security and Community*”, Routledge, Londres, 2000
- BIGO, Didier e HERMANT, Daniel – *De l'espoir a la crainte? Les lectures de la conflitté*, in *Cultures et Conflits*, Outono, 2001
- BILHIM, João - *Políticas Públicas e a Qualidade de serviço: Papel Central do Cidadão. Melhor Gestão para uma Melhor Administração*, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Fórum 2002
- BIRKLAND, Thomas – *An Introduction to the Policy Process*, M. E. Sharp, London, 2001
- BHAGWATI, Jagdish – in *Defense of Globalization*, Ed. Oxford University Press, 2007
- BHAGWATI, Jagdish - *A economia dos países subdesenvolvidos*, trad. por Armando Castro, Porto : Editorial Inova, 1968
- BLOOMBER – *China's Surprise Trade Deficit May Help Nation Parry U.S. Yuan Criticism*, de 10 de Março de 2011
- BONAGLIA, Federico e GOLDSTEIN, Andrea – *Globalização e Desenvolvimento*, Editorial Presença, 2006
- BOXER, R. C. - *O Império Marítimo Português*, Edições 70, Lisboa, 1969
- BRANQUINHO, João e MURCHO, Desidério (Org.) - *Enciclopédia de Termos Lógico-Filosóficos*, Gradiva, Lisboa, 2001
- BROWN, Lester - *Eco-Economia, Construindo uma Economia para a Terra*, Universidade Livre da Mata Atlântica, UMA – Editora, 1ª Edição, Salvador - Bahia – Brasil, 2003
- BRYMAN, A – *Quantity and Qualitative in Social Research*, Routledge, Londres, 1995
- BUKARINE – *Teoria Marxistas*, Oficina de Livros, 1989
- BURSZTYN, Marcel (org.) - *A Dificil Sustentabilidade: Política energética e conflitos ambientais*, Coleção Terra Mater, Edição Garamond Universitária, 2001
- BURY, J - *La idea del progreso*, Alianza, Madrid, 1971.
- CABRAL, Amílcar – *Filho de África: narração biográfica/ Oleg Ignatiev*, Lisboa: Prelo, 1975
- CAMPOS, João Mota – (coord.) – *Organizações Internacionais, Teoria geral, Estudo monográfico das principais Organizações Internacionais de que Portugal é Membro*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1999

- CARDOSO, Fernando e FERREIRA, Patrícia – *A África e a Europeia – Resolução de Conflitos, Governação e Integração Regional*, Instituto de Estudos Estratégicos Internacionais, Dezembro, 2005
- CARDOSO, Manuela – *Cabo Verde e São Tomé e Príncipe: Educação e Infra-estruturas como factores de Desenvolvimento*, Edições Afrontamento, Porto, Novembro, 2007
- CARMO, Hermano e FERREIRA, Manuela – *Metodologia da Investigação – Guia para auto-aprendizagem*, Universidade Aberta, 1998
- CARVALHO, Rui Moreira - *Compreender + África – fundamentos para competir no Mundo*, Temas e Debates, Circulo de Leitores, 2010
- CATARINI, Roger – *História crítica do pensamento social: da cidade antiga ao estado nação*, tradução de Ana Barradas, Lisboa, Círculo de Leitores, 1991
- CGD - CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS, São Tomé e Príncipe Olhar o Futuro, 1ª Edição, Lisboa, 2006
- CHOSSUDOVSKY, Michel - *A Globalização da Pobreza e a Nova Ordem Mundial*, tradução de Ana Saldanha, Editorial Caminho, Lisboa, 2003
- CLARK, B. - *Political-economy: A comparative approach*, Westport, CT: Preager, 1998
- CLARCK, Gregory – *A Farewell to Alms – A Brief Economic History of the World*, Princeton University Press, 2007
- COBBAN, Alfred - *A Interpretação Social Da Revolução Francesa*, tradução de Ana Falcão Bastos, 1ª Edição, Lisboa, Grávida, 1998
- COELHO, F. - *Reestruturação Económica e as Novas Estratégias de desenvolvimento local*, Rio de Janeiro, Universidade Federal Fluminense, 1995
- COHN, Theodore W. – *Global Political Economy – Theory and Practice*, Pearson International Edition, 4ª Edição, 2008
- COLMAN, D. e NIXSON, F.- *Desenvolvimento económico: uma perspectiva moderna*, Rio de Janeiro: Campus, 1981
- COMPARATO, Fabio Konder – *A afirmação histórica dos direitos humanos*, 3ª Edição revista e ampliada, São Paulo, Saraiva, 2003
- CORNEVIN, Robert - *Histoire de l'Afrique*, tome II - L'Afrique Précoloniale de 1500 à 1900, 1966
- CORTESÃO, Jaime — *História de Portugal* (dir. Damião Peres), vol. V, Barcelos, Portucalense Editora, 1933
- CORTESÃO, Jaime — *História de Portugal* (dir. Damião Peres), vol. VI, Barcelos, Portucalense Editora, 1934
- CORTES, José Luís - *La Organización para la Unidad Africana. Un sueño político para un continente dividido*, 1ª Edición, Madrid CIDAF, 1982

- COSTA, Carla Guapo – *A Cultura como factor Dinamizador da Economia: os investimentos portugueses no Brasil*, 1ª edição portuguesa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, 2005
- COSTA, Carla Guapo – *Economia e Políticas da Construção Europeia – os desafios do processo de integração*, 1ª edição portuguesa, Terramar, 2004
- COSTA, Carla et. al., – *A União Europeia como Actor Global – Dimensões Económicas e Normativas da Política Externa Europeia*, 1ª edição, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, colecção Manuais Pedagógicos, Outubro, 2009
- COSTA, Carla Guapo – *Temas de Relações Económicas Internacionais*, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Novembro, 2010
- CRIS, Alden – *Impacto da China no continente africano*, iniciativa “China no mundo em desenvolvimento”, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas e Instituto do Oriente, 17, 18 e 19 de Junho de 2010
- CRIS, Hughes – *Impacto da China no continente africano*, iniciativa “China no mundo em desenvolvimento”, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas e Instituto do Oriente, 17, 18 e 19 de Junho de 2010
- CRUZ, Maria Arlete; LUCENA, Maria Coutinho e VITORINO, José Manuel – (coord.) *Notas de História da África Ocidental*, Instituto Superior Ciências Sociais e Políticas, Edição/reimpressão, Lisboa, 1998
- CUNHA, Paulo Pitta - *in Integração Económica. Estudos de Economia, Política e Direito Comunitários*, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, Lousã, 1993
- CYPHER, James e DIETZ, James - *Measuring economic growth and development, The Process of Economic Development*, Routledge, London, 1997
- CYPHER, James e DIETZ, James - *The development imperative, The Process of Economic Development*, Routledge, London, 1997
- DAUBIER, Jean – *História da revolução cultural chinesa*, tradução de Maria Helena Lopes e Maria da Luz Cary, Editora Presença, Lisboa, 1974
- DAVIDSON, Basil - *À descoberta do passado de África*, tradução de José Maia Alexandre, Lisboa: Sá da Costa, imp., 1981
- DAVIDSON, Basil - *O Fardo do Homem Negro, os efeitos do Estado nação em África*, 1992
- DAVIDSON, Basil - *Os Africanos, Uma Introdução à Sua História Cultural*, 1969
- DAVIS, John B. - *Heterodox Economics, the Fragmentation of the Mainstream, and Embedded Individ* Universidade Autónoma de Lisboa Analysis, in Future Directions in Heterodox Economics, Ann Arbor: University of Michigan Press, 2006
- DENIS, Henri - *Histoire De La Pensée Économique*, 2ª Edição PUF, reimpressão, 2008
- DESHAIES, Bruno – *Metodologia da Investigação em Ciências Humanas, Epistemologia e Sociedade*, Direcção de António Cruz, tradução de Luísa Baptista, Instituto Piaget, Lisboa, 1997

- DIALLO, Alfa Oumar – *A nova parceria para o desenvolvimento da África*, revista Lasallista de Investigação, Janeiro – Junho, ano/vol. 5, número 001, Antioquia, Colômbia, 2008
- DIEZ DE VELASCO, M., - *Instituciones de Derecho Internacional Público*, Tecnos, 15ª Edición, Madrid, 2005
- DINIZ, Francisco - *Crescimento e Desenvolvimento Económico, Modelos e Agentes do Processo*, Edições Sílabo, 1ª Edição, Lisboa, 2006
- DOLLAR, David – *Ajuda ao Desenvolvimento, Reformas e Reformas e Redução da Pobreza em África*, in *Globalização, Desenvolvimento e Equidade*, Fundação Calouste Gulbenkian e Publicações D. Quixote, Lisboa, 2001
- DOMENGE, François - *Geografía de los mares*, Ariel, Barcelona, 1982
- DROR, Yehezkel – *Policy Analysts: A New Professional Role in Government Service*, Public Administration Review, vol. 27, n. 3, 2006
- DUFFY, Mary E. – *Methodological triangulation: a vehicle for merging quantitative and qualitative research methods*, in *Journal of Nursing Scholarship*, 19 (3), 1987
- DUNNING, J. H. – *Multinational Enterprises and the Global Economy*, Wokingham, United Kingdom, Addison Wesley, 1993
- DUPUY, Jean-Pierre – *Ética e Filosofia da Acção*, Lisboa, Instituto Piaget, 2001
- DYE, Thomas R – *Understanding Public Policy Process*, New Jersey, Prentice Hall, 1992 e 2002
- DYE, Thomas R – *Understanding Public Policy Process*, 8th Ed. Englewood Cliffs, N. J.: Prentice Hall, 1995
- EASTERLY, W. - *O Espectáculo do Crescimento*, Rio de Janeiro, Ediouro, 2004
- EASTON, David – *Esquema para el análisis político*, Amorrortu editores, Buenos Aires, 1973
- ECO, Umberto - *Como se faz uma tese em ciências humanas*, 10ª Edição, Editorial Presença, Lisboa, 2003
- EGEBERG, Morten – *The Impact of Bureaucratic Structure on Policy Making*, Public Administration, Vol. 77, n. 1, 1999
- EICHENGREEN, Barry – *Globalizing Capital: A History of the International Monetary System*, Princeton University Press, 2ª Edição, 2008
- ESCARAMEIA, Paula - *Reflexões sobre temas de Direito Internacional Público: Timor, a ONU e o Tribunal Penal Internacional*, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Lisboa, 2001
- ESPÍRITO SANTO, Armindo – *Economia de S. Tomé e Príncipe entre o regime do partido único e o multipartidarismo*, Edições Colibri, 2008
- ESPÍRITO SANTO, Armindo – *S. Tomé e Príncipe problemas e perspectivas para o seu desenvolvimento*, Edições Colibri, 2009
- EYENE MBA, Jean-Rodrigue-Elisée – *L'Afrique sur le Chemin de la Croissance et de l'Évolution. Les Défis du NEPAD*, Paris, L'Harmattan, 2003

- FADUL, Francisco José - *Nação, Estado, Democracia e Direitos Humanos em África, in África: Género, Educação e Poder*, (Excerto da tese de Mestrado), Coordenação de Óscar Barata e Sónia Piepoli, Centro de Estudos Africanos, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Universidade Técnica de Lisboa, 2005
- FERNANDES, António Teixeira – *A Sociedade e o Estado: Sociologia das Formações Políticas*, Edições Afrontamento, Porto, 1997
- FERREIRA, Eduardo de Sousa (ed.) – *Integração Económica – Teoria – CEE-A Adesão de Portugal*, Edição – chaves da Economia, Edições 70, Lisboa, 1983
- FERREIRA, Eduardo Paz – *Valores e Interesses – Desenvolvimento Económico e Política Comunitária de Cooperação*, Almedina, Coimbra, 2004
- FERREIRA, Graça Enes – *A teoria da Integração Económica Internacional e o Modelo de Integração do Espaço Económico Europeu*, Colecção Ratio ivris, Legis Editora, 1997
- FERREIRA, Marcos – *A Construção Social da Vizinhança Europeia: Identidade e Segurança*, in *A União Europeia como Actor Global – Dimensões Económicas e Normativas da Política Externa Europeia*, 1ª edição, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, colecção Manuais Pedagógicos, Outubro, 2009
- FERREIRA, Maria – *A Política Externa Europeia como um dispositivo de Segurança*, in *A União Europeia como Actor Global – Dimensões Económicas e Normativas da Política Externa Europeia*, 1ª edição, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, colecção Manuais Pedagógicos, Outubro, 2009
- FERREIRA, Patrícia Magalhães - *OS DESAFIOS DAS RELAÇÕES EUROPA-ÁFRICA, Uma Agenda de Princípio*, Instituto de Estudos Estratégicos Internacionais, Dezembro, 2005
- FERRO, Marc – *A revolução russa de 1917*, 2ª Edição, Dom Quixote, Lisboa, 1975
- FITZGERALD, E. e VOS, Rob – *Introduction, Financing Economic Development, A Structural Approach Monetary Policy*, England Hants, Gower, 1989
- FITZGERALD, E. e VOS, Rob – *The Foundations of Development Finance: Economic Development, A Structural Approach to Monetary Policy*, England, Hants, Gower, 1989
- FLEXOR, Georges e LEITE, Sérgio - *Análise de Políticas Públicas: Breves Considerações Teórico-Metodológicas*, (Subárea 4: Economia e Estado – Secção Ordinária), 2006
- FLICK, Uwe – *An Introduction to Qualitative Research*, London, Sage, 2002
- FOWLER, F – *Survey research methods*, Londres, Sage, 1988
- FRAGA, Luís Manuel - *São Tomé e Príncipe: Ilhas de Sofrimento e de Fortuna: Súmula Histórica*, 1ª edição, Apenas Livros, Lisboa, 2006
- FRIEDMANN, Jonh - *Empowerment: Uma Política de Desenvolvimento Alternativo*, Oeiras, Celta Editores, 1996
- FUKUYAMA, Francis – *Construção de Estados*, Rocco, Rio de Janeiro, 2005

- FURTADO, Celso - *Teoria e Política do Desenvolvimento Económico*, 10ª edição, Paz e Terra, São Paulo, 2000
- FURTADO, Celso – *O mito do desenvolvimento económico*, Edição Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1974
- GEORGE, Susan e SABELLI, Fabrizio – *Faith and Credit – The World Bank's Secular Empire*, Penguin Books, 1999
- GIDDENS, A. - *Sociología*, Editorial Alianza, Madrid, 2010
- GIRAUD, Pierre-Noel – *A Economia É Coisa do Diabo?*, Terramar, Lisboa, 1998
- GHAI, Dharam - *Participatory Development: Some Perspectives from GrassRoots Experiences* em K. Griffin, J. Knight (org) *Human Development and International Strategy for the 1990's*, Macmillan Press, London, 1990
- GLOBALIZAÇÃO, DESENVOLVIMENTO E EQUIDADE, Fundação Calouste Gulbenkian, série Ciências Políticas, Nova enciclopédia, Publicações Dom Quixote, 1ª Edição, Julho, 2001
- GOBINEAU, Arthur – *L'Essai sur l'Inégalité des Races Humaines*, in *CEuvres*, Dijon, Éditions Gallimard, 1983
- GRAÇA, Luís – *Elementos de História Moderna e Contemporânea*, 1ª Edição, Lisboa, 1992
- GRAÇA, Pedro Borges – *A Construção da Nação em África – Ambivalência cultural de Moçambique*, Edições Almedina, Março 2005
- GRAÇA, Pedro Borges – *O Problema do Modelo do Desenvolvimento Africano*, in AAVV, *A Reforma do Estado em Portugal. Problemas e Perspectivas*; Actas do I Encontro Nacional de Ciência Política, Editorial Bizâncio, Lisboa, 2001
- GREEN, Joshua – *El problema de la Deuda del Africa al sur del Sahara*, Finanzas y Desarrollo, Junio, 1989
- GREFFE, Xavier – *L'Évaluation des Projects Publiques*, Economica, Paris, 1987
- GUEST, R. – *África, Continente Acorrentado*, Civilizações Editora, Barcelona, 2004
- GURVITCH, Georges – *Le concept de structure sociale*, Cahiers Internationaux de Sociologie, Setembro, 1955
- HENDERSON, Hazel – *Além da Globalização. Modelando uma Economia Global sustentável*, São Paulo, Editora Cultrix, 2003
- HENRIQUES, João e CASTRO, Isabel – *A Rota dos Escravos, Angola e a Rota do Comércio Negreiro*, 1996
- HE WENPING – *China's african policy: Driving forces and features*, in Daxiyangguo, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas – Universidade Técnica de Lisboa e Instituto do oriente, 2009
- Hilferding, R. - *El Capital Financiero*, Madrid, Editorial Tecnos, 1973
- HOBSBAWN, Enric – *A era das revoluções, 1789 - 1848*, 4ª Edição, Presença, Lisboa, 1992

- HOLLAND, J. e CAMPBELL, J – (Eds) – *Methods in Development Research: Combining Qualitative and Quantitative Approaches*, Practical Action Publishers, 2005
- HOWLETT, Michael e RAMESH, M. – *Studying Public Policy: Cycles and Policy Subsystems*, Oxford, Oxford University Press, 1995
- HUGON, Phillipe – *Economia de África*, Editora Vulgata, Coleção Tempos e Espaços Africanos, 1999
- HUGON, Philippe – *Intégrations Régionales, Normes et Institutions*, Régions et Développement, número 22, 2005
- HUNTINGTON, Samuel - *O Choque das Civilizações e a Mudança na Ordem Mundial*, Grávida, Lisboa, 1999
- HUNTINGTON, Samuel – *Political Order in Changing Societies*, Yale, 1968
- INTEGRAÇÃO ECONÓMICA E DESENVOLVIMENTO, Associação Industrial Portuguesa, Coleção Intervenções do Presidente, n. 18, Outubro 1991
- JACOB, Ernst Gerhard – *Fundamentos da História de África*, Editorial Aster, Lisboa, 1965
- JAGUARUBE, Hélio – *Urgência e Perspectiva do Brasil*, Coleção Rio Branco, Instituto Rio Branco – Fundação Alexandre de Gusmão, Brasília, 2005
- JAUCH, Herbert - *Structural Adjustment Programmes. Their origins and international experiences*, Seminar paper, 1999
- JEANNENEY, Jean-Marcel – *Pour un nouveau protectionnisme*, Paris, Seuil, 1978
- JEVONS, William Stanley - *The Theory of Political Economy*, 1871
- JICK, Todd D. – *Mixing qualitative and quantitative methods: triangulation in action*, in *Administrative Science Quarterly*, Vol. 24, no 4, December, 1979
- JORGENSON, D. - *Rational distributed lag functions*, *Econometrica*, 1966
- KALECKI, M - (1963) *Introduction to the theory of growth in a socialist economy* in J. Osiatynsky, ed., *Collected Works of Michal Kalecki*, Vol. IV Oxford: Oxford University Press, 1993
- KEITA, AL-Maamoun - *Union Africaine: Ressorts Historiques et Perspectives*, AdisAbeba, Ethiopie, 2002
- KEYNES, John Maynard - *The General Theory of Employment, Interest and Money*, Macmillan Cambridge University Press, for Royal Economic Society, 1936
- KISSINGER, Henry – *Diplomacia*, 2ª edição, Grávida, Lisboa, 2002
- KISSINGER, Henry – *Precisará a América de uma política externa? Uma diplomacia para o século XXI*, 1ª edição, Grávida, Lisboa, 2003
- KI-ZERBO, Joseph - *Entrevista com René Holenstein: Para quando África?*, tradução de Carlos Aboim de Brito, Edição: Campo das Letras, 1ª edição, Porto, Março, 2006
- KI-ZERBO, Joseph – *História de África negra*, Publicações Europa-América, Coleção Biblioteca Universitária, Lisboa, 1972

- KI-ZERBO, Joseph – *Historia del África negra: Del siglo XIX a la época actual*, versão espanhola de Carlos Caranci, Alianza Editorial, Madrid, 1980
- KOL, Jacob - *Regionalization, Polarization and Block formation in the World Economy* in Revista de Integração e Especialização, Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, Coimbra, 1996
- KRUGMAN, Paul e OBSTFELD, Maurice – *International Economics: Theory and Policy*, Person International Edition, 8th Edition, 2008
- LABISA, António – *Organismos Internacionais*, Banco de Portugal, 1995
- LABISA, António – *Uma perspectiva histórica da política económica internacional – com notas sobre a participação portuguesa*, Banco de Portugal, Lisboa, 2003
- LARA, António – *A política colonial em África nos séculos XX e XXI: pesadas heranças e saídas possíveis*, in BARATA e PIEPOLI (org.), *África: género, educação e poder*, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Centro de Estudos Africanos, 2005
- LARA, António – *A subversão do Estado*, Universidade Técnica de Lisboa - Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Lisboa, 1987
- LARA, António – *Elementos de Ciência Política*, Universidade Lusíada, 2^a Edição, Lisboa, 1990
- LARA, António – *Imperialismo, Descolonização, Subversão e Dependência*, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Lisboa, 2002
- LEAL, Ernesto - *Nação e Nacionalismos. A Cruzada Nacional D. Nuno Álvares Pereira e as Origens do Estado Novo (1918-1938)*, Edições Cosmos, Lisboa, 1999
- LELART, Michel – *O Sistema Monetário Internacional*, 1^a Edição portuguesa, Terramar, Setembro, 1997
- LHOMME, Jean – *Poder e sociedade económica*, Cujas, Paris, 1966
- LIEBMAN, Marcel – *História da revolução russa*, Iniciativas, Lisboa, 1976
- LINDENBERG, Marc e BRYANT, Coralie – *Going Global: Transforming Relief and Development* NGO, Bloomfield, Conn, Kumarian Press, 2001
- LUBAN, David – *Just War and Human Rights*, in CharcosBeitz e outros (orgs.), *International Ethics*, 1985
- LUXEMBURGO, Rosa – *A revolução russa*, Ulmeiro, Lisboa, 1975
- MALLMAN, M. T.; FERNANDES, C.; e ZANCHET, B. - *As políticas públicas de avaliação e docência: impactos e repercussões*, in Maria Isabel da Cunha (Org.), *Formatos Avaliativos e Concepção de Docência*, 1^a edição, Campinas: Autores Associados, 2005
- MALTEZ, José – *Curso de Relações Internacionais*, São João do Estoril: Principia, publicações universitárias e científicas, 1^a Edição, Outubro, 2002
- MALTEZ, José – *A União Europeia como Actor Global – Dimensões Económicas e Normativas da Política Externa Europeia*, 1^a edição, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, colecção Manuais Pedagógicos, Outubro, 2009

- MALTEZ, José – *Princípios de Ciências Políticas – Introdução à Teoria Política*, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, 2ª Edição, Lisboa, 1996
- MANDELA, N – *Longo Caminho para a Liberdade*, Campo de Letras – Editores, Porto, 1994
- MARCHAL, André – *Systèmes et Structures Économiques*, Presses Universitaires de France, Thémis, 1963
- MARQUES, A. Oliveira - *A Restauração e suas Consequências*, in *História de Portugal*, vol. II, Do Renascimento às Revoluções Liberais, Editorial Presença, Lisboa, 1998
- MARQUES, A. Oliveira - *História de Portugal*, 1.º vol., 7.ª edição, Palas Editores, Lisboa, 1977
- MARQUES, Fernando – *Sete Noites, Sete Dias*, in J.M. Brandão de Brito, *Do Marcelismo ao Fim do Império*, Círculo de Leitores, Lisboa, 1999
- MARTINS, Guilherme e VASCONCELOS, Álvaro – *A lógica da Integração Aberta, Base de um Novo Multi-regionalismo*, in *A Integração Aberta, um Projecto da União Europeia e do MERCOSUL*, Instituto de Estudos Estratégicos Internacionais, Lisboa, 1995
- MARTINS, Margarida e MARTINS, Afonso - *Direito das Organizações Internacionais*, volume I, Associação Académica da Faculdade de Direito de Lisboa, 2ª edição, Lisboa, 1996
- MARTÍN, M. e MALGESINI, G. - *Crecimiento Económico: Principales Teorías desde Keynes*, McGraw-Hill, 1994
- MARTINUSSEN, John - *Theoretical origins of development economics*, Society, State & Market. A Guide to Competing Theories of development, Zed Books Ltd, London, 1997
- MATA, Inocência - *Polifonias Insulares: Cultura e Literatura de São Tomé e Príncipe*, Edições Colibri, Lisboa, 2010
- MAZULA, Brazao - *Ética, Educação e Criação de Riqueza – Uma reflexão epistemológica*, Moçambique, Texto Editores, 2008
- McCOOL, Daniel – *Public Policy Theories, Models, and Concepts: in Anthology*, 1994
- MEDEIROS, Eduardo – *A Economia para as Ciências Sociais*, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, 2004
- MEDEIROS, Rodrigo – *Economia Internacional*, 5ª edição revista e actualizada, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Lisboa, 1996
- MENGER, Carl - *Principles of Economics*, 1871
- MEUNIER, S e NICOLAIDIS, K – *The European as a Trade Power*, in *International Relations and the European Union*, Christopher Hill e Michael Smith (Eds.); Oxford, The New European Union Series, 2005
- MIGNET, François - *Histoire de la Révolution française depuis 1789 jusqu'en 1814*, 6ª edição, Bruxelles, 2010
- MONTEIRO, Ramiro - *A África na Política de Cooperação Europeia*, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Lisboa, 2001

- MONTEIRO, Ramiro - *A África na Política de Cooperação Europeia*, 2ª Edição actualizada, O novo acordo de parceria assinada em Cotonu, Benin, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas – Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa, 2004
- MORAVIA, Alberto – *A revolução cultural chinesa*, Europa-América, Lisboa, 1970
- MOREIRA, Adriano – *Ciência Política*, Livraria Bertrand, Lisboa, 1979
- MOREIRA, Adriano – *Teoria das Relações Internacionais*, Livraria Almedina, 3ª Edição, Coimbra, 1999
- MOREIRA, Carlos Diogo – *Planeamento e Estratégias da Investigação Social*, Universidade Técnica de Lisboa – Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Lisboa, 1994
- MOREIRA, Carlos – *Teoria e Práticas de Investigação*, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, 2007a
- MOSCA, João – *Encruzilhadas de África. Ênfase para os PALOP*, Instituto Piaget, Coleção Economia e Política, Direcção de António Oliveira Cruz, Lisboa, 2002
- MOSCA, João - *S.O.S. África*, Instituto Piaget, Lisboa, 2004
- MOSCA, João e ZANZALA, Julien (coord.) – *Economia dos PALOP Seminário Internacional sobre a Economia dos PALOP*, Coleção de Estudos e Documentos, Direcção de António Oliveira Cruz, Instituto Piaget, Lisboa, 2006
- MOZZICAFREDDO, Juan – *A Responsabilidade e a cidadania na Administração Pública. Ética e Administração*, Celta Editora, Oeiras, 2003
- MURTEIRA, Mário – *Economia do Conhecimento*, Quimera, 2003
- MURTEIRA, Mário – *Lições de Economia Política do Desenvolvimento*, Editorial Presença e Instituto de Ciências Sociais, Lisboa, 1983
- MURTEIRA, Mário – *Economia do Mercado Global*, Editorial Presença, Lisboa, 1997
- MYRDAL, G. - *Teoria económica e regiões subdesenvolvidas*, Rio de Janeiro: MEC/IESB, 1960
- NASCIMENTO, Augusto – *Ciências sociais em S. Tomé e Príncipe: a independência e o estado da arte*, Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto, 2005
- NASCIMENTO, Augusto — *Nova História da Expansão Portuguesa. O Império Africano. 1890-1930*, vol. XI, Editorial Estampa, Lisboa, 2001
- NEVES, Carlos e CEITA, Nazaré – *História de São Tomé e Príncipe, Breve Síntese*, DóriaDesign, 1ª Edição, São Tomé, 2004
- NEVES, João César – *Dois milhões de anos de Economia*, Universidade Católica Portuguesa, 3ª Edição, Lisboa, 2004a
- NICOLE, Paul – *A revolução francesa, Europa-América*, 3ª Edição, Mem Martins, 1975
- NISBERT, R - *Historia de la idea de progreso*, Gedisa, Barcelona, 1996
- NKRUMAH, Kwame - *A África deve Unir-se*, tradução de João Fagundes, Lisboa: Ulmeiro, imp., 1977

- NKRUMAH, Kwame - *La Lutte des Classes en Afrique*, 1970
- NKRUMAH, Kwame - *Neocolonialismo: la Última Etapa del Imperialismo*, México: Siglo Veintiuno, 1965
- NKRUMAH, Kwame - *Neocolonialismo – último estágio do imperialismo*, Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1967
- NKRUMAH, Kwame - *Un Líder y un Pueblo*, México: Fondo de Cultura Económica, 1962
- NYE, Joseph - *Soft Power: The Means to Success, in World Politics*, Public Affairs, Nova York, 2004
- NUNES, Cristina Brandão - *A Ética Empresarial e os Fundos Socialmente Responsáveis*, Porto, Vida Económica, 2004
- NUNES, João Paulo - *História de Portugal em Datas*, Círculo de Leitores, Lisboa, 1994
- O CONTRATO SOCIAL - Princípios do Direito Político. J.J. Rousseau. Livraria Martins Fontes Editora Ltda, Tradução de António de Pádua Danesi e Revisão de Edson Darci Heldt, 3ª Edição, São Paulo, 1999
- OLIVEIRA, Jorge Eduardo - *A Economia de S. Tomé e Príncipe*, Instituto de Investigação Científica e Tropical, Cooperação Portuguesa, Imprintécnica – Artes Gráficas, LDA., Lisboa, Setembro, 1993
- OLIVEIRA, Ricardo - *Impacto da China no continente africano*, iniciativa “China no mundo em desenvolvimento”, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas e Instituto do Oriente, 17, 18 e 19 de Junho de 2010
- ORMEROD, Paul - *A Economia Borboleta. Uma nova teoria geral do comportamento socioeconómico*, Mem Martins, Publicações Europa-América, 2000
- PARSONS, Wayne - *Public Policy – An Introduction to the Theory and Practice of Policy Analysis*, 1ª Edição, Edward Elgar Publishing Limited, Cheltenham, 1991
- PASCAL, Boniface, *Dicionário das Relações Internacionais*, Plátano Edições Técnicas, Setembro, 1996
- PASQUINO, Gianfranco - *Curso de Ciência Política*, Pincipia, Publicações Universitárias e Científicas, 1ª Edição, Cascais, Fevereiro, 2002
- PELLETIER, Philippe - *La Japonésie : Géoplique et Géographie Historique de la Insularité* au Japan, Paris, CNRS Editions, 1997
- PEREIRA, André e QUADROS, Fausto - *Manual de Direito Internacional Público*, 3ª edição revista e ampliada, Almedina, Coimbra, 1995
- PEREIRA, Juan (Coordinación) - *Historia de las Relaciones Internacionales Contemporáneas*, Editorial Ariel, Barcelona, 2001
- PERES, Damião - *História dos Descobrimentos Portugueses*, 4.ª edição, Vertente, Porto, 1992
- PERKINS, Dwight - *Economics of Development*, W.W. Norton e Company, 6th Edition, 2006

- PEYRONNET, Caroline e WELPLY, Michael – *A era das revoluções*, Lello e Irmãos, Porto, 1990
- PHILIPPE, Braillard - *Teoria das Relações Internacionais*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1990
- PICASSO, Tomé – *Da Organização da Unidade Africana à União Africana*, Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação, Moçambique, 2003
- PINTO, José - *A Integração Regional e a Cooperação como factores determinantes do Desenvolvimento abrangente e sustentado de África*, in *O Desenvolvimento do Continente Africano na Era da Mundialização*, coordenação de Fátima Roque, Edições Almedina, Julho, 2005
- PIOVESAN, Flavia (coord.) – *Direitos humanos*, Curitiba: Juruá, 2006
- PISCHEL, Eurica – *História da revolução chinesa*, Mem Martins, Europa-América, 1976
- PROSS, A Paul – *Group Politics and Public Policy*, Oxford, Oxford University Press, 1992
- QUEDRAOGO, Paul – *África ante el mito del desarrollo. La propuesta del NEPAD a la luz de la ética Cristiana del desarrollo*, Fundación Sur, Madrid, 2007
- QUERISH, Asif – *International Economic Law*, Sweet and Maxwell, London, 1999
- QUIVY, Raymond e CAMPENHOUDT, Luc Van – *Manual de Investigação em Ciências Sociais*, colecção Trajectos, Grávida, 5ª edição, Fevereiro, 2008
- RAM, R e ZHANG, K – *Foreign Direct Investment and Economic Growth: Evidence from Cross-Country Data for the 1990's*, Economic Development and Cultural Change, 2002
- RAWLS – *Uma Teoria da Justiça*, tradução portuguesa, Presença, Lisboa, 1993
- READER, John - *África Biografia de Um Continente*, Edição de Tito Lyon de Castro, Publicações Europa-América, Mem Martins, Março, 2002
- RENÉ, Dumont - *L'Afrique noire est mal partie*, 1962
- RENOUVIN, P. e DUROSELLE, J. B. - *Introducción a la Historia de las Relaciones Internacionales*, Fondo de Cultura Económica, 2000
- REUTER, Paul - *Direito Internacional Público*, Presença, Lisboa, 1981
- ROBERTSON, Roland - *Globalization: Social Theory and Global Culture*, Séries: Theory, culture & society, London u.a. : Sage, 1992
- ROBSON, Peter - *Teoria Económica da Integração Internacional*, Colecção Jurídica, Coimbra Editora, 1985
- ROCHA, David e SANTOS, Margarida – *O Fundo Monetário Internacional*, Universidade Técnica de Lisboa – Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, 1988?
- ROCHA, J. Oliveira – *Gestão do Processo Político e Políticas Públicas*, Escolar Editora, 2010
- RODINSON, M - *Los racismos políticos*, Nova Terra, Barcelona, 1968

- RODRIK, Dani – *One Economics, Many Recipes: Globalization, Institutions and Economic Growth*, Princeton University Press, 2008
- ROLAND, Oliver – *A experiência africana: da pré-história aos dias atuais*, Jorge Zahar Edição, tradução de Renato Aguiar, revisão técnica, Paulo de Blasis, Rio de Janeiro, 1994
- ROMANA, Heitor – *São Tomé e Príncipe. Elementos para uma análise antropológica das suas vulnerabilidades e potencialidades*, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Lisboa, 1997
- ROQUE, Fátima - *A África, a NEPAD e o Futuro*, Textos Editores, 1ª Edição, Luanda, Fevereiro, 2007
- ROQUE, Fátima - *A África na Era da Globalização: Os Desafios do Desenvolvimento a Longo Prazo*, Revista de Humanidades e Tecnologias, Universidade Lusófona, Lisboa, 2002
- ROQUE, Fátima - *O Desenvolvimento do Continente Africano na Era da Mundialização*, Editora Almedina, Coimbra, 2005
- RUSS, Jacqueline - *Dicionário de Filosofia*, Plátano Editora, Lisboa, 2000
- SACCHETTI, António – *Da Defesa à Segurança na Ordem Internacional*, in *Conjuntura Internacional*, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Dezembro, 1996
- SACHS, Ignacy – *Caminhos para o desenvolvimento sustentável*, Garamond, 2002
- SACHS, Jeffrey – *O Fim da Pobreza: Como acabar com a Miséria Mundial nos próximos 20 anos*, Editora Compainha das Letras, 2006
- SALDANHA, António – *inMacau – O elo China/PALOP’S*, Relatório do Projecto POCI/CPO/57122/2004 FCT, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas e Instituto do Oriente, 2009
- SALVADOR, Tânia - *A Cooperação para o Desenvolvimento – Análise dos Modelos Português e Irlandês*, Edição IPAD, 2005
- SANTOS, José de Almeida - *Luanda d’outros tempos*, 2ª Edição, Angola, Centro de Informação e Turismo de Angola.
- SANTOS, Victor Marques – *A “nova ordem mundial”. O conceito e a perspectiva*, in *Conjuntura Internacional*, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Dezembro, 1996
- SANTOS, Victor Marques – *Introdução à Teoria das Relações Internacionais: referências de enquadramento teórico – analítico*, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Lisboa, 2007
- SARDICA, José Miguel – *Os intelectuais e a formação da nação portuguesa*, Celta Editora, Nova serie, a 20, Lisboa, Abril, 1998
- SCHOLTE, Jan – *Globalization – a critical introduction*, Palgrave, 2000
- SCHULZE, Hagen – *Estado e Nação na História da Europa*, 1ª Edição, Lisboa, Presença, 1997

- SCHUMPETER, Joseph – *Fundamentos do pensamento económico*, Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1968
- SECONDI, Giorgio – *The Development Economics Reader*, Edição Routledge, 2008
- SEIBERT, Gerhard – *Camaradas, Clientes e Compadres: Colonialismo, Socialismo e Democratização em São Tomé e Príncipe*, Documenta Histórica, Vega, 2001
- SEN, Amartya – *O desenvolvimento como liberdade*, trad. De Joaquim Coelho Rosa, Grávida, Lisboa, 2003
- SERÃO, Joaquim – *História de Portugal*, 5ª Edição, Verbo, 1995
- SERVAES, Jan - *Participatory Communication Research with New Social Movements: a Realistic Utopia*, in Servaes, Jan, Jacobson, Thomas, White, Shirley (edição) *Participatory Communication for Social Change*, Sage Publication, London, 1996
- SILVA, Francisco - *Estórias Ao Acaso...Da Vida E Da Terra - Memórias e Reflexão*, São Tomé & Príncipe: Uneas, 2007
- SINGER, Peter – *Um Só Mundo. A ética da globalização*, Grávida, Lisboa, 2004
- SOARES, Andreia – *União Europeia: Que modelo político?*, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Lisboa, 2005
- SOROS, George – *Globalização*, 1ª Edição, Temas e Debates – Actividades Editoriais, Lisboa, Junho, 2003
- SOTO, H – *O Mistério do Capital: porque triunfa o capitalismo no ocidente e fracassa no resto do Mundo*, Editorial Notícias, Lisboa, 2002
- SOUSA, António Rebelo – *Da Teoria Económica à Teoria do Desenvolvimento*, Clássica Editora, 1980
- SOUSA, António Rebelo – *Manual de Economia do Desenvolvimento*, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, 2010
- SOUSA, António Rebelo – *De um novo conceito de desenvolvimento no quadro da economia internacional*, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Lisboa, 2008
- SOUSA, Fernando - *Dicionário de Relações Internacionais*, 2ª Edição revista e aumentada, Edições Afrontamento, colecção Dicionário, 2005
- SOUSA, Nilson - *Crise Económica*, Quilombo, São Paulo, 1982
- SOUZA, N. - *Desenvolvimento Económico*, 4ª Edição, Atlas, São Paulo, 1999
- STEWART, Frances - *Adjustment and Poverty: Options and Choices*, Routledge, Londres, 1995
- STIGLITZ, Joseph E. e CHARLTON, Andrew – *Administração – Comércio Exterior*, 1ª, Campus Editora, 2006
- STIGLITZ, Joseph – *Globalização: A Grande Desilusão*, Terramar, Lisboa, 2002
- STIGLITZ, Joseph – *Making Globalization Work*, W.W, Norton & Company, 2007
- SWEEZY, Paul e BARAN, Paul - *Monopoly Capital: An Essay on the American Economic and Social*, 1966

- SUBIRATS J. – *Análisis de Políticas Públicas y Eficacia de la Administración*, INAP, Madrid, 1989
- TARP, Finn - *Stabilization and Structural Adjustment – Macroeconomic Frameworks for Analyzing the Crisis in Sub-Saharan Africa*, Routledge, London, 1993
- TAYLOR, Arthur – *As Grandes Doutrinas Económicas*, Coleção saber, Publicações Europa-América, 11ª Edição, Mem Martins, Março, 2001
- TAYLOR, I - *Zimbabwe and the Death of NEPAD*, in Bond, P (ed.) (2002), *Fanon's Warning: A civil society reader on the New Partnership for Africa's Development*, New Jersey: Africa World Press, Inc., 2002
- TEIXEIRA, Aurora e TAVARES-LEHMANN, Ana – *Investimento Directo Estrangeiro, Capital Humano e Inovação – uma aplicação ao caso português*, Vida Económica, Outubro, 2007
- THOENING, J. e MENY, Y. – *Las Políticas Públicas*, 1ª Edição, Ariel, Barcelona, 1992
- TIMBERGEN – *International Economic Integration*, 2ª Edição, Amsterdam, Elsevier, 1965
- TODARO, M. Smith – *Economic Development*, Pearson Addison Wesley, 10th Edition, 2008
- TOFFLER, Alvin - *A Terceira Vaga*, Lisboa, Edição Livros do Brazil, 1984
- TORRES, A – *Horizontes do Desenvolvimento Africano: No Limiar do Século XXI*, Editora Vega, 2ª Edição, 1999
- TOSTENSEN, Arne e VAA, Mariken – *Associational life in African cities: popular responses to the urban crisis*, Stockholm: Nordiska Afrikainstitutet, 2001
- TRINDADE, Augusto José Pereira – *Desenvolvimento Económico, Integração Regional e Ajuda Externa em África*, Universidade Técnica de Lisboa – Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Lisboa, 2006
- VAN DE WALLE, N – *Reforma Económica em África, 1980 – 2000: Padrões e Condicionamentos*, in *Globalização, Desenvolvimento e Equidade*, Fundação Calouste Gulbenkian e Publicações D. Quixote, Lisboa, 2001
- VARGEM, Alex - *A Política Externa Brasileira para a África no Governo Lula*, Ponto e Vírgula, 2008
- VEDUNG, Evert – *Evaluation Research*, in Guy Peters and Jon Pierre, *Handbook of Public Policy*, Sage Publication, London, 2006
- VEIGA, José Eli da - *Desenvolvimento sustentável, que bicho é esse?*, Autores Associados, 1ª Edição, 2008
- VENÂNCIO, José - *O Facto Africano*, Lisboa, Veja, 2000
- VENIR, J. – *The Customs Unions Issue*, New York, Carnegie Endowment for International Peace, 1950
- VITORIANO, José Manuel; DA CRUZ, Mara Arlete; DE LUCENA, Maria Margarida – *História da África Ocidental*, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Lisboa, 1998

- VOUELLE, Michel – *A revolução francesa, Europa-América*, 1ª Edição, Presença, Lisboa, 1986
- WALLE, Nicolas – *Reforma Económica em África, 1980-2000: Padrões e Condicionais*, in *Globalização, Desenvolvimento e Equidade*, Fundação CalosteGusbenkian, Publicações Dom Quixote, Lisboa, 2001
- WALRAS, Léon – *Études d'Économie Politique Appliquée* (théorie de la production de la Richesse Sociale), Paris, 1898
- WEBER, Henri – *A revolução cultural chinesa*, Delfos, Lisboa, 1974
- WEINER, David e VINING, Aidan – *Policy Analysis: Concepts and Practices*, Englewood Cliffs, N. J.: Prentice-Hall, Inc., 1989
- WOLMANN, Hellmut – *Policy Evaluation and Evaluation Research*, in Frank Fisher, G. Miller e Mara Sidney (Edição), *Handbook of Public Policy Analysis*, New York: Taylor e Francis group, 2007
- WUYTS, Marc – *Economic Crisis and Third World Countries: Impact and Response*, Conferência da Organização das Nações Unidas, Research Institute of Social Development, Kingston, Jamaica, 1989

Relatórios e Artigos

- AFRICANECONOMICOUTLOOK– Perspectivas Económicas: Promoção do Emprego Jovem, Relatório para os Países da CPLP, Edição: AfDB/OECD/UNDP/UNECA, 2012
- AFRICA'S IMPRESSIVE GROWTH, The Economist, 6 de Janeiro de 2011
- AGÊNCIA DA NEPAD – Relatório de Actividades: Julho – Dezembro de 2010, Janeiro, 2011
- AMIN, Samir – *A critique of the World Bank Report entitled – Accelerated Development in Sub-Saharan Africa Development/Afrique et Développement*, Dakar, vii, 1/2, 1982
- AMORIM, Celso - *O Brasil e o "renascimento africano"*, in Folha de São Paulo de 25 de Maio de 2003
- AMORIEM, Celso - *Política Externa Brasil – África*, in Folha de S. Paulo de 25 de Maio de 2003
- AKERMAN, Joan – *Structures et cycles économiques – L'aspect structurel*, Revue Économique, 1954
- ALMEIDA, João - *Hegemonia Americana e Multilateralismo*, Instituto Português de Relações Internacionais, Abril, 2009
- ALMEIDA, Polido – *Ensaio de Geopolítica*, ISCSP-IICT, 1994.
- AMARO, Rogério – *Desenvolvimento – um conceito ultrapassado ou em renovação? Da teoria à prática*, Cadernos de Estudos Africanos N. 4, Janeiro-Julho de 2003, ISCTE, Lisboa, 2003

- APRESENTAÇÃO DE AUDITORES do Concurso de Política Externa Nacional (CPEN) no Instituto Diplomático – MNE – Lisboa: *União Europeia que futuro: potência elou mera união de Estados?!*, Lisboa, 2006
- ALVES, Ana Cristina – *Macau – O elo China/PALOP’S*, Relatório do Projecto POCI/CPO/57122/2004 FCT, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas e Instituto do Oriente, 2009
- ARNALDO, José – *Mitos e subsídios*, Secretária-Geral de Energia e Alta Tecnologia do Ministério de Relações Exteriores do Brasil, O Globo de 6 de Maio de 2010
- ASSOCIAÇÃO SÃO-TOMENSE DE BENEVOLÊNCIA, *O fenómeno banho*, Fevereiro, 2011
- BADI, MbuyiKabunda– *Diário Liberdade, Entrevista com Professor Badi*, terça-feira, 09 de Março de 2010
- BANCO AFRICANO DE DESENVOLVIMENTO, Relatório da Equipa Nacional 8 (EN 8), São Tomé, 30 de Julho de 2002
- BANCO CENTRAL DE de São Tomé e Príncipe, Relatório de Actividade das Seguradoras, Ano 2008
- BANCO MUNDIAL, *Para uma Saúde Melhor em África: As Lições da Experiência*, Washington, D.C., série O Desenvolvimento na Prática, oitavo, 1994
- BANCO MUNDIAL, *African Development Indicators – 1994-95*, quarto, Washington, D.C., 1995
- BANCO MUNDIAL - *O Desafio do Desenvolvimento o Banco Mundial*, 1991
- BANCO MUNDIAL, *Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial: 1997*, quarto, Washington, D.C., 1997
- BANCO MUNDIAL, *African Development Indicators, 2000*, quarto, Washington, D.C., 2000
- BANCO MUNDIAL, *Reforming Public Institutions and Strengthening Governance: a World Bank Strategy*, quarto, Washington, D.C., Novembro, 2000b
- BANCO MUNDIAL, *World Bank African Database CD-ROM*, Washington, D.C., 2005
- BANCO MUNDIAL, *World Bank African Database CD-ROM*, Washington, D.C., 2001
- BANQUE AFRICAINE DE DÉVELOPPEMENT, São Tomé e Príncipe, Document de Stratégie par Pays (axe sur les resultats), 2005-2009, Fonds Africain de Développement, 2005
- BENACHENHOU, A. – *La Coopération Sud-Sud: Le Plan de Lagos et l’indépendance de l’Afrique*, in « AfricaDevelopment/Afrique et Développement », Dakar, VII, 1/a, 1982
- BERTRAND, Laporte et LIMA, Helder - *Impact budgétaire de l’adhésion à la CEMAC, à l’OMC et de la participation à l’APE « Afrique Centrale » pour São Tomé et Principe*, Rapport d’étape, Novembro, 2007

- BERTRAM, Geoff - *Introduction. The MIRAB model in the twenty-first century*, Asia Pacific Viewpoint, Vol. 47, No. 1, April, 2006
- BOND, P - *Thabo Mbeki and Nepal: Breaking or Shining the Chains of Global Apartheid*, the Review of African Political Economy, Agosto, 2000
- BRITO, Brígida, et al - *Desenvolvimento comunitário. Das teorias às práticas. Turismo, ambiente e práticas educativas em São Tomé e Príncipe*, Lisboa, Centro de Estudos Africanos (CEA ISCTE), 2009
- BRITO, Brígida – *S. Tomé e Príncipe, um pequeno estado em contacto com o mundo*, in Janus, O mundo e a justiça, O Público e Universidade Autónoma de Lisboa, 2004
- CARDOSO, Manuela – *São Tomé e Príncipe – à procura de um modelo*, Centro de Estudos Africanos – Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa – Lisboa, Janeiro, 2004
- CARRILHO, Maria - *A Nação e as questões de Segurança e Defesa: 3º Inquérito à Opinião Pública*, Colecção Defesa Nacional, N. 8, 1993
- CEA– Commission Économique pour l’Afrique, Développement accéléré en Afrique au sud du Sahara. Évaluation des secrétariats de l’OUA, de la CEA et de la BAD, Tripoli, NU, E/ECA/CM., 1982
- CEA – Commission Économique pour l’Afrique, La CEA et le développement de l’Afrique 1983-2008 : Étude prospective préliminaire, Adis Abeba, 1983
- CEA - *Definir a prioridade de integração regional em África*, Rapport du troisième Forum pour le développement de l’Afrique (ADF III), 2002
- CEITA, Guadalupe - *Do Pan-Africanismo à União Africana*, Um homem de África mostra os caminhos do continente negro (suporte papel)
- CHABAL, P. - *Nova parceria para o desenvolvimento: Análise e perspectiva*, O Mundo em Português, nº 40 (1), 2003
- CHIKEZIE, C - *Can NEPAD harness the African diaspora’s resources?*, African Agenda, Vol. 5, no. 2 and 3, Third World Network, 2002
- COMISSÃO ECONÓMICA PARA ÁFRICA – *Rapport du troisième Forum pour développement (ADF III)*, Définir les priorités de L’intégration régionale, Março, 2002
- CPLP – Comunidade de Países de Língua Portuguesa, *Estudo sobre as Metas do Desenvolvimento do Milénio dos Países da CPLP*, (coord.) Fundação para o Desenvolvimento da Comunidade, Abril, 2011
- CRESCIMENTO ECONÓMICO CHINÊS, Expresso, de 5 de Março de 2011
- DAHLBERG, Ingetraut - *O futuro das linguagens de indexação*, in Conferência Brasileira de Classificação Bibliográfica, Anais, IBICT, v.1, Rio de Janeiro, 12-17 de Setembro de 1976
- DAHLBERG, Ingetraut - *Teoria do conceito: Ciência da Informação*, v. 7, n. 2, 1978
- DAHLBERG, Ingetraut - *A referent-oriented, analytical concept theory of Interconcept*- International Classification, v. 5, n. 3, 1978.

- DAVIES, Martyn – *How China is influencing Africa's Development*, OCDE Development Centre, Abril, 2010
- ESTÊVÃO, João António - *As economias africanas: Uma visão global*, Lisboa: ISEG, 1992
- FERREIRA, Manuel Ennes, – *Pobreza Absoluta e Ajustamento Estrutural na República Democrática de São Tomé e Príncipe*, in Revista Crítica de Ciências Sociais, n. 33, Outubro, 1991
- FIELDING, David - *Why is Africa so poor?: a structural model of growth and income inequality*, Oxford: Centre for Study of African Economies, 2001
- FMI - RELATÓRIO DA AVALIAÇÃO DO PROGRESSO DOS PLANOS ESTRATÉGICOS DE REDUÇÃO DA POBREZA (PERP) e dos Acordos no Âmbito do Programa de Financiamento para Redução da Pobreza e Crescimento (PRGF), Gabinete de Avaliação Independente do Fundo Monetário Internacional, Departamento de Avaliação de Operações do Banco Mundial, República de Moçambique, Julho de 2004
- FMI - FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL, Relatório Nacional nº 07/267 de Julho de 2007
- FMI - RELATÓRIO Global de Estabilidade Financeira e Previsões Económicas e Financeiras, 2011
- FMI - World Economic and Financial Surveys, *Regional Economic Outlook: Sub-Saharan Africa. Back to High Growth?*, Abril, 2010
- FRAGA, Maria da Conceição – *A Integração Regional*, in ELO – Cooperação e Desenvolvimento, n. 23, Ano 5, Novembro/Dezembro, 1995
- FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL, Gabinete de Avaliação Independente, *Avaliação sobre a Ajuda à África Subsariana*, Março de 2007
- GOMES, Aliu – *Ilusão de Povo Africano: de organização da unidade africana a carta africana dos direitos e dos povos*, Revista Eletrônica do Curso de Direito Da UFSM, Vol. 3 N.1, Março de 2008
- GOMEZ, TELLO – *Subversión en África. El fracaso de la Organización de la Unidad Africana*, África (IDEA), nº 298, outubro 1966
- GONÇALVES, Arnaldo – *A China na OMC: compromissos da adesão*, in Janus, O que está a mudar no trabalho humano?, O Público e Universidade Autónoma de Lisboa, 2008
- GONÇALVES, Arnaldo – *A China na OMC: avaliação dos parceiros comerciais*, in Janus, O que está a mudar no trabalho humano?, O Público e Universidade Autónoma de Lisboa, 2008^a
- HERNÁNDEZ, Raúl e GODENAU, Dirk - *Insularidad: ¿Un concepto de relevancia analítica?*, Revista de Estudos Regionais, n. 45, 1996
- INSTITUTO HEIDELBERG - *Paz e segurança*, Indicador de Tensões Civis, 2009

- JAUCH, Herbert - *NEPAD - Uma nova Parceria entre o Cavaleiro e o Cavalo?*, Instituto de Pesquisa e Recursos Laborais – IPRL, Março, 2003
- KANBUR, Ravi - *O Mecanismo Africano de Avaliação dos Pares (MAEP): Uma Avaliação de Conceito e Plano*, Cornell University, Janeiro, 2004
- LEITÃO, Luís - *EUA e UE – estratégias diferentes na “guerra contra o terrorismo”*, in Janus, Conjuntura Internacional, O Público e Universidade Autónoma de Lisboa, 2005
- LOPES, Carlos – *Quem ajuda quem?*, in Janus, A convulsão internacional, O Público e Universidade Autónoma de Lisboa, 2003
- LUCAS, Jr. – *Why doesn't capital flow from rich to poor countries?*, American economic Review, 1990
- MBIKUSITA-Lewanika - *Can NEPAD work for African people, including women?*, Workshop paper, 2002
- McELROY, J e MORRIS, L – *African Island Development Experiences: a Cluster of Models*, in Bank of La Valletta Review, n. 26, Malta, 2002
- MORAIS, Henrique – *China: impressões e surpresas*, in Janus, A nova diplomacia, O Público e Universidade Autónoma de Lisboa, 2006
- MORAIS, Henrique – *Dez anos de mudanças nas relações económicas*, in Janus, Religiões e Política Mundial, O Público e Universidade Autónoma de Lisboa, 2007
- MOREIRA, Adriano – *A China na África*, in Diário de Notícias de 28 de Agosto de 2007
- MOREIRA, Adriano – *O regresso da China*, in Diário de Notícias de 14 de Dezembro de 2010
- MORRISSON, Christian - *The Political Feasibility of Adjustment*, Policy Brief, no. 13, OCDE, 1996
- MORSE, J. – *Approaches to qualitative-quantitative methodological triangulation*, Nursing Research, 40 (1), 1991
- MOURÃO, Fernando - *O processo de Integração e grupos de Interesse diferenciado*, UA, CEDEAO/ECOWAS, COMESA, SADC, CPLP, ZOPACAS, 2002
- MUEKALIA, Domingos - *Africa and China's Strategic Partnership*. African Security Review, v. 13, n. 1, 2004
- MUNDO HOJE - Anuário Estatístico; Económico e Geopolítico Mundial, São Paulo, Ensaio, 1995
- NAVIOS CHINESES COM ARMAS PODE SEGUIR PARA ANGOLA, Diário de Notícias de 21 de Abril de 2008
- NEPAD – Relatório do Presidente do Comité de Chefes de Estado e de Governo de Orientação da NEPAD, Assembly/AU/7 (XVI), 2011
- NETO, Conceição – *Entre a Tradição e a Modernidade: os Ovimbundu do Planalto central à luz da história*, in Ngola, Revista de Estudos Sociais, N.1, Luanda, 1997

- NGUGI, T - *AU: Let us remind them lest they forget*, The Namibian, Thursday, July 18, 2002
- NUNES, Sérgio – *Rússia: do comunismo ao capitalismo*, in Janus, Aliança de Civilizações: um caminho possível?, O Público e Universidade Autónoma de Lisboa, 2009
- OCDE - RELATÓRIO do Centro de Estudos de Desenvolvimento da OCDE e Banco Africano de Desenvolvimento, 2009
- OCDE - Répartition Géographique des Ressources Mises à la Disposition des Pays en Développement, Fevereiro, 2011
- OHIORHENUAN, J. - *NEPAD and dialectics of African under-development*, in New Agenda: South African Journal of Social and Economic Policy, Issue no. 7, South Africa: Institute for African Alternatives, 2002
- O LEGADO TEÓRICO DE J.M. KEYNES - Episteme, Revista Multidisciplinar da Universidade Técnica de Lisboa, Ano II, n.º 5-6, 2000
- ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE – Relatório Bienal do Director Regional, Actividades da OMS na Região africana, 2008-2009, Brazzaville, 2010
- PAÍSES AFRICANOS QUEREM MAIOR REPRESENTAÇÃO NO FMI, Lusa, 18 Agosto de 2010
- PINTO, Maria Céu – *Os EUA e a promoção da democratização do Médio Oriente*, in Janus, Religiões e Política Mundial, O Público e Universidade Autónoma de Lisboa, 2007
- PINTO, Pedro – *Brasil, potência emergente do século XXI*, in Janus, Aliança de Civilizações: um caminho possível? O Público e Universidade Autónoma de Lisboa, 2009
- PNUD, Human Development Report, Oxford University Press, Nova Iorque, 2000
- PNUD, Relatório do Desenvolvimento Humano, 2006
- PNUD, Relatório do Desenvolvimento Humano, *Aprofundar a democracia num mundo fragmentado*, 2002
- PNUD, Relatório do Desenvolvimento Humano, Lisboa, de 1992 a 2007/2008
- PNUD, Relatório do Desenvolvimento Humano, Objectivos de Desenvolvimento do Milénio: Um Pacto entre as Nações para Eliminar a Pobreza Humana, Queluz, Edição Mensagem, 2003
- PNUD, Relatório do Desenvolvimento Humano, Cooperação Internacional numa Encruzilhada: Ajuda, Comércio e Segurança num Mundo Desigual, Queluz, Edição Mensagem, 2005
- PNUD - *Relatório Nacional sobre o Desenvolvimento Humano em São Tomé e Príncipe*, A problemática da terra e o desenvolvimento humano sustentável, 2008

- PNUD, Relatório do Desenvolvimento Humano - Combater as Alterações Climáticas: Solidariedade Humana num Mundo Dividido, Queluz, Edição Mensagem, 2007/2008
- PNUD, Relatório de Desenvolvimento Humano, *Ultrapassar Barreiras: Mobilidade e desenvolvimento*, 2009
- POPE, Catherine e MAYS, Nick – *Reaching the parts other methods cannot reach: an introduction to qualitative methods in health and health service research*, in British Medical Journal, n. 311, 1995
- RAPOPORT, Anatole – *Da Guerra*, in Carl von Clausewitz, tradução de Teresa Barroso, Edição Martins Fontes, São Paulo, 1979
- OMC – Organización Mundial del Comercio, *Informe sobre el comercio mundial*, 2007
- Relatório da OXFAM International sobre a pobreza no mundo, 2002
- RELATÓRIO DO ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA OS REFUGIADOS – ACNUR – Junho, 2009
- RELATÓRIO DO FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL, Março de 2007
- RELATÓRIO SOBRE OS OBJECTIVOS DO DESENVOLVIMENTO DO MILÉNIO, Departamento de Assuntos Económicos e Sociais (DESA) das Nações Unidas, Agosto de 2008
- REPORT ON THE NEPAD WIP Conference Discussions, Benoni, South Africa, Janeiro, 2002
- RIBEIRO, José – *A globalização, os EUA e a Ásia*, in Janus, Religiões e Política Mundial, O Público e Universidade Autónoma de Lisboa, 2007
- ROBERTO, Carlos – *China – Japão: a corrida pela liderança mundial*, in Janus, Aliança de Civilizações: um caminho possível?, O Público e Universidade Autónoma de Lisboa, 2009
- ROBERTO, Carlos – *China – Japão: a luta pela hegemonia regional*, in Janus, Aliança de Civilizações: um caminho possível?, O Público e Universidade Autónoma de Lisboa, 2009a
- ROTBERG, Eugene – *The World Bank. A Financial Appraisal*, Washington, The World Bank, 1981
- SAMIR, Amim - *Le Développement Inégal. Essai sur les Formes Sociales du Capitalisme Périphérique*, 1973
- SAMUELSON, Paul e WILLIAM, D. - *Economics*, ch. 1, C. Society's Technogical Possibilities, section, 2004
- SANTOS, Loureiro – *EUA: objectivos políticos sem meios militares adequados*, in Janus, A nova diplomacia, O Público e Universidade Autónoma de Lisboa, 2006

- SEIBERT, Gerhard – *Adjudicação de blocos petrolíferos rodeada de Irregularidades*, Expresso África, de 5 de Abril de 2006
- SEIBERT, Gerhard – *São Tomé e Príncipe: Instabilidade Política e Crise Económica num Micro-Estado Insular*, Research School CNWS, Universidades de Leiden, Holanda, Comunicação apresentada na Universidade de Coimbra, Novembro, 1998
- SILVA, Amado – *A cooperação internacional para o desenvolvimento*, in Janus, A convulsão internacional, O Público e Universidade Autónoma de Lisboa, 2003
- SILVA, Newton José, et. al., – *Modelo teórico de análise de políticas públicas e desenvolvimento: um exemplo de aplicação na piscicultura*, Economia Agrícola, São Paulo, v. 54, n. 2, Jul./Dez., 2007
- TOMÉ, Luís – *EUA e UE – estratégia diferentes na “guerra contra o terrorismo”*, in Janus, A guerra e a paz nos nossos dias, O Público e Universidade Autónoma de Lisboa, 2005
- TOMÉ, Luís – *A dissimetria dos EUA e a Guerra Assimétrica*, in Janus, A guerra e a paz nos nossos dias, O Público e Universidade Autónoma de Lisboa, 2005a
- TORRES, A – *A crise do desenvolvimento Africano nos anos 80*, in Revista Estudos de Economia, Vol. VI, n.º 3, Abr.-Jun., (Ed. do ISEG), 1986
- TORRES, A – *Economia do Desenvolvimento e interdisciplinaridade: da heterodoxia desenvolvimentista à ortodoxia neoclássica*, Ensaio de Homenagem a Manuel Jacinto Nunes, ISEG/UTL, 1996
- UNCTAD – *The Economic Development in Africa*, Report, 2010
- UNIÃO AFRICANA – *Relatório da União Africana, Painel de Alto nível sobre o Darfur (AUPD)*, Conselho de Paz e Segurança, 207ª Reunião dos Chefes de Estado e de Governo, Abuja, Nigéria, 29 de Outubro de 2009
- UNICEF – *Relatório sobre a situação da infância*, 2009
- WILLIAMSON, John – *What Whashington Means by Policy Reform*, in John Williamson, Ed., *Latin American Adjustment: How Much Has Happened?*, Washington: Institute for International Economics, 1990
- WILSON, Dominic; KELTON, Alex e AHMED, Swarnali – *Goldman Sachs Global Economics, Commodities and Strategy Research, BRICs Monthly*, Issue No: 10/03, Maio, 2010
- XAVIER, Constantino – *A Índia e a iniciativa quadrilateral*, in Janus, O que está a mudar no trabalho humano, O Público e Universidade Autónoma de Lisboa, 2008

Acesso electrónico

- ADESÃO DA REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE à Organização das Nações Unidas, disponível em <http://www.un.org/es/members/#s>, consulta de Fevereiro de 2011

- AFRICOM – *The Coalition of African Communities* – Philadelphia, 2011, disponível em <http://www.africom-philly.org/about.php>, Maio 2011
- ANDRADE, José H. Fichel – *A protecção dos direitos humanos e dos povos na África*, disponível em: http://www.dhnet.org.br/direitos/sip/a_pdf/andrade_protecao_dh_povos_africa.pdf, acesso em 8 de Março de 2008
- ANP-STP, Agência Nacional de Petróleo – Encerramento do 1º Leião de Blocos, 17 de Novembro de 2010; disponível em rede em <http://www.anp-stp.gov.st/pt/noticias/> - consulta de Junho, 2012
- A REVOLUÇÃO RUSSA DE AGOSTO [registo vídeo]: CalbeNews Network; Lisboa; Lusomundo (distrib.), 1991
- BANCO DE PORTUGAL - *Evolução das Economias dos PALOP e de Timor Leste*, 2008, disponível em www.bportugal.pt, Fevereiro de 2011
- BERNARDINO, Luís - *A Importância Geoestratégica do AFRICOM para os EUA em África*, Jornal de Defesa Nacional, Portugal, de 23 Fevereiro de 2008, disponível em http://www.jornaldefesa.com.pt/conteudos/view_txt.asp?id=563
- BUSH, George - Discurso do Presidente dos Estados Unidos da América, Whitehouse, Novembro de 2003, disponível em: <http://www.whitehouse.gov/news/releases/2003/11/20031106-2.html>.
- COMUNICADO CONJUNTO dos Ministros dos Negócios Estrangeiros da Rússia, China e Índia, Harbin, Outubro, 2007, disponível em: <http://meaindia.nic.in/pressrelease/2007/10/24js01.htm>, consulta de 24 de Outubro de 2007
- CONCORD - *Os membros da UE continuam a falhar na Ajuda Pública ao Desenvolvimento*, AidWatch 2010 Campaign, Junho, 2011, disponível em: <http://www.plataformaongd.pt/conteudos/File/ComunicacaoSocial/Comunicado%20Lanamento%20Relatrio%20Aidwatch%20-%20CONCORD.pdf> de Julho de 2011
- INDICADORES ECONÓMICOS, in Infopédia [em linha], Porto, Porto Editora, 2003-2011. [Consult. 2011-04-12], Disponível em [http://www.infopedia.pt/\\$indicadores-economicos](http://www.infopedia.pt/$indicadores-economicos)
- <http://www.africaneconomicoutlook.org/>, consulta de Novembro de 2010 - OCDE/BAD - Relatório de Progresso dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, 2010
- KHOR, Matin – *Why Developing Countries Cannot Afford New Issues in the WTO Seattle Conference*, Rede do Terceiro Mundo, Novembro, 1999, disponível em <http://www.ifg.org/newissues.html> de Maio de 2011
- MNEC – Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação, *Acordo de Cotonou Revisto*, Moçambique, 22 de Junho, 2010, também disponível em - http://www.minec.gov.mz/index.php?option=com_content&task=view&id=348&Itemid=1 de Maio de 2011

- OCDE/BAD - Perspectivas Económicas na África, 2011- disponível em <http://www.africaneconomicoutlook.org/po/outlook/external-financial-flows/growth-of-aid-to-africa/> de Junho de 2011
- OCDE/BAD - Taxa de crescimento Abril, 2011, disponível em: <http://www.africaneconomicoutlook.org/en/data-statistics/table-2-real-gdp-growth-rates-2001-2011/>, consulta de Abril, 2011
- CASTRO, Wando - *Presidenciais 2011: Relatório & Contas (Parte II)*, 2 - Sobre outros aspectos importantes, de 10 de Agosto de 2011, disponível em: <http://bocapito.blogspot.com/> de 12 de Agosto de 2011
- CHINA, *Economic and Trade Cooperation. Information Office of the State Council of People's Republic of China*, Pequim, 2010, disponível em: <http://www.scio.gov.cn/zfbps/wjbps/2010/> de Julho de 2011
- COMISSÃO EUROPEIA - *La révision de l'accord de partenariat de Cotonou*, 2010, disponível em http://ec.europa.eu/europeaid/where/acp/overview/cotonou-agreement/index_fr.htm# de Maio de 2011
- CRAVINHO, João Gomes - *A União Europeia e o Aprofundamento da Democracia em África*, Comunicação, Instituto de Estudos Estratégicos Internacionais, ECDPM-IPAD, disponível em: http://www.ieei.pt/files/Paper_JoaoCravinho_final.pdf de Janeiro de 2010
- DEUSTCHE WELLE ÁFRICA - *Vai haver mais "banho" na segunda volta das presidenciais em São Tomé e Príncipe*, de 26 de Julho de 2011, disponível em <http://www.dw-world.de/dw/article/0,,6575221,00.html>
- DINIZ, Maria Gabriela - *A Parceria entre China e África e os Impactos sobre Direitos Humanos e Intervenção Humanitária*, Universidade Católica de Minas Gerais. Também disponível em - <http://gedi.objectis.net/eventos-1/ilsabrazil2008/artigos/deri/araujodiniz.pdf>, consulta de 11 de Março de 2011
- DOGONYARO, Sundry - *Cimeira Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável*, disponível em - <http://www.worldsummit2002.org/texts/SundryDogonyaro.pdf>, consulta de Fevereiro de 2011
- FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL - www.imf.org, várias consultas, Fevereiro e Março de 2011
- KADAFI - *Proposta para o renascimento de África*, Panapress de 1 de Novembro de 2004, disponível em www.panapress.com/freenewspor.asp?code=por014795&dte=01/11/2004
- KALDOR - *Política de Segurança da União Europeia*, 2004, disponível em <http://www.lse.ac.uk/Depts/global/Publications/HumanSecurityDoctrine.pdf>, consulta de Janeiro de 2011
- LAPORTE, Geert - *O Novo Acordo de Parceria ACP-UE: Uma Renovação da Cooperação Internacional?* European Centre for Development Policy Management, Maastricht, Abril, 2010 - disponível em

- http://www.ieei.pt/files/Geert_Laporte_%20Novo_acordo_parceria_ACP-UE.pdf de Maio de 2011
- LYMAN, Princeton - *China's rising role in Africa*, 21 de Julho de 2005, disponível em http://www.cfr.org/publication/8436/#_edn1, acesso em 28 Novembro de 2007
 - MACUANE, José Jaime - *Os Paradoxos do Desenvolvimento à La Carte*, comunicação apresentada na XI Assembleia Geral da CODESRIA, Maputo 6 - 10 de Dezembro 2005, também disponível em rede em <http://www.codesria.org/IMG/pdf/macuane.pdf>, consulta de Janeiro 2011
 - MECANISMO AFRICANO DE AVALIAÇÃO POR PARES, site oficial, <http://www.aprm-international.org/>, consulta de 16 de Fevereiro de 2011
 - NEPAD - A Nova Parceria para o Desenvolvimento da África (versão portuguesa), Outubro de 2001, disponível em rede em <http://library.fes.de/pdf-files/bueros/angola/hosting/nepad.pdf>, de Janeiro de 2010
 - NETO, Ricardo - *Air Nigéria voa para São Tomé. Escala nos Camarões e Gabão*, Jornal Visão de Sábado, 17 de Agosto de 2011, também disponível em - <http://clientes.cstome.net/visaosabado/economia60.htm> de 18 de Agosto de 2011
 - ORGANIZAÇÃO para COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO, Comité de Ajuda ao Desenvolvimento – Relatório de Ajuda Pública ao Desenvolvimento – Perspectivas Económicas, 2010, disponível em - <http://www.africaneconomicoutlook.org/po/outlook/external-financial-flows-to-africa/official-development-assistance-oda/>, Dezembro, 2010
 - PINTO, Maria das Graças – *Análise de Políticas Públicas: Conceitos Básicos*, disponível em: <http://www.clebertoledo.com.br/blogs>, Novembro, 2010
 - REVISTA “O PARVO” - *Levantamento de avultadas somas num dos bancos*, Edição número 750 de 22 Julho de 2011, também disponível em - <http://clientes.cstome.net/oparvo/Galinha%20ovo.htm>
 - REVISTA “O Parvo” - *STP longe de atingir o objectivo de milénio sobre higiene e saneamento*, de 12 de Agosto de 2011, também disponível em - <http://clientes.cstome.net/oparvo/STP%20Longe.htm>
 - RTP África, *Reporter*, de 1 de Agosto de 2011
 - SALUM, Marta - *África: culturas e sociedades*, Série Formas de Humanidade, Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, Julho, 2005; também disponível em - http://www.arteafricana.usp.br/textos_didaticos/002/africa_culturas_e_Sociedade de Fevereiro de 2011)
 - SANTOS, Ana Morgado e CAETANO, José Manuel - *Os acordos de cooperação económica entre a União Europeia e os países ACP*, Relações Internacionais, número 22, Lisboa, Junho, 2009 – também disponível em <http://www.scielo.oces.mctes.pt/pdf/ri/n22/n22a07.pdf> de Maio de 2011

- SEABRA, Pedro - *O Brasil no mundo: o caminho a percorrer*, Instituto Português de Relações Internacionais e Segurança, Setembro, 2010, disponível em http://noticias.sapo.pt/eleicoes_no_brasil/1095493.html, de 11 de Abril de 2011
- SEIBERT, Gehard - *Novos elementos para a história da introdução do cacau em África*, Instituto de Investigação Científica Tropical, 2007, disponível em rede <http://www2.iict.pt/?idc=102&idi=12770>, consulta de Junho de 2012
- SEIBERT, Gerhard - *4 de Janeiro, dia do Rei Amador*, Conferencia CACAU – Casa das Artes Criação Ambiente e Utopias, 17 de Janeiro de 2011, disponível em <http://www.telanon.info/cultura/2011/01/04/5987/dia-do-rei-amador/> - de Janeiro de 2011
- SITE oficial da União Africana, <http://www.africa-union.org/>, várias consultas entre 2009 e 2011
- SITE oficial da União Europeia, <http://europa.eu/>, várias consultas entre 2009 e 2011
- SITE oficial da NEPAD - <http://www.nepad.org>, várias consultas entre 2009 e 2011
- SITE oficial do PNUD - <http://www.undp.org>, várias consultas entre 2009 e 2011
- SOUSA, Luíz - Discurso do Governador do Banco Central de São Tomé e Príncipe a respeito do acordo de paridade cambial entre a Dobra e o Euro, disponível em <http://www.telanon.info> de 30 de Dezembro de 2009
- SOUSA, Luíz - Banco Central prevê crescimento económico acima de 5% em 2011. Alocução disponível em <http://www.telanon.info> de 29 de Dezembro de 2010
- STIGLITZ, Joseph - *Project Syndicate - The catalyst Tunisian*, Project Syndicate, 9 de Fevereiro de 2011, disponível em: <http://www.project-syndicate.org/commentary/stiglitz135/English>
- STOCKHOLM INTERNATIONAL PEACE RESEARCH INSTITUTE - *Operações de Paz em África no ano de 2009*, Julho de 2010, também disponível em rede, <http://www.cepen.org/2010/10/o-paradigma-da-seguranca-em-africa/> - consulta de Maio de 2011
- TELA NON – *Contradição na cifra do crescimento económico previsto para 2011*, de 11 de Janeiro de 2011, disponível em <http://www.telanon.info/economia/2011/01/10/6026/contradicao-na-cifra-do-crescimento-economico-previsto-para-2011/>
- TELA NON - *Evaristo Carvalho confirma “Banho de Boca de Urna” como eixo central da campanha da ADI na segunda volta*, 1 de Agosto de 2011
- TELA NON – *Ministério Público Anuncia Bloqueio na Investigação do Alegado Escândalo dos 30 Mil Barris de Petróleo*, Tela Non de 24 de Fevereiro de 2001, disponível em <http://www.telanon.info/politica/2011/02/24/6355/ministerio->

publico-anuncia-bloqueio-na-investigacao-do-alegado-escandalo-dos-30-mil-barris-de-petroleo/

- VADELL, Javier – *O Banco Mundial: dos empréstimos para o ajuste aos empréstimos para políticas de desenvolvimento*, *Análise Economia e Comércio / Desenvolvimento*, Outubro, 2004, também disponível em -
http://www.pucminas.br/imagedb/conjuntura/CNO_ARQ_NOTIC20050802163237.pdf?PHPSESSID=60ba68df8313748d1f3d19b5a0e1e461, Março de 2011
- VEIGA, Abel – *Procura-se 40 mil chapas de zinco que saíram do porto de São Tomé*, *Tela Non*, Agosto de 2011, disponível em
<http://www.telanon.info/politica/eleicoes-presidenciais/2011/08/16/8240/procura-se-40-mil-chapas-de-zinco-que-sairam-do-porto-de-sao-tome/>
-

Outras

- ACORDO CONSTITUTIVO DO BANCO MUNDIAL – Assembleia da República de Portugal, Resolução n.º 4/89, de 24 de Fevereiro de 1989
- ACORDO DE COTONOU - Decisão 2005/599/CE do Conselho de 21 de Junho de 2005 relativa à assinatura, em nome da Comunidade Europeia, do Acordo que altera o Acordo de Parceria entre os Estados de África, das Caraíbas e do Pacífico e a Comunidade Europeia e os seus Estados-Membros, assinado em Cotonou, em 23 de Junho de 2000
- ACTO CONSTITUTIVO DA UNIÃO AFRICANA, versão portuguesa, Lomé, Togo, 11 de Julho de 2000
- ADE – *Estudo sobre as vantagens e os inconvenientes da adesão de São Tomé e Príncipe à CEMAC*, Relatório Final, Carta-Contrato N. 2007/142104, Belgium, Dezembro, 2008
- AFDC – Association for Forest Development and Conservation, *New Partnership for Africa's Development*, Joanesburgo, 2002
- AFRICAN UNION – *Action Plan for Boosting Intra-African Trade*, Drfat zero, original: English, Addis Abeba, Ethiopia, January, 2012
- ALMEIDA, Eugénio Luís da Costa – *A União Africana e a emergência de estados-Directores no Continente Africano: O caso de Angola*, tese de doutoramento, Universidade Técnica de Lisboa – Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Lisboa, 2009
- A REVOLUÇÃO FRANCESA, 200 anos depois: colóquio Lusíada, Departamento de História, Lisboa, U.L., 1992
- BENTO, Alexandre – *Monografia sobre a Cadeira de Políticas Públicas e avaliação do programa da cadeira de Políticas Públicas*, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Novembro, 2003

- BOLETIM DE INFORMAÇÃO POPULAR, Comissão do Fórum Nacional de São Tomé e Príncipe, Junho, 2004
- BOLETIM do Centro Regional de Informação das Nações Unidas, *Confiantes em que os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio são realizáveis*, Chefes de Estado e de Governo adoptam Documento Final, N.º 59, Bruxelas, Outubro, 2010,
- BOLETIM - Observatório de África da Fundação Portugal África, n.9, Novembro - Dezembro, 2007
- BOLETIM - Observatório de África da Fundação Portugal África, n. 11, Março/Abril, 2008
- BONFIM, Feliciano – *S. Tomé e Príncipe Realidades Sociais, Económicas e Opções de Desenvolvimento para o Século XXI*, Dissertação de Mestrado, Instituto Superior de Economia e Gestão, Universidade Técnica de Lisboa, 2001
- CARDIM, Maria Engrácia - *Implementação de políticas públicas nas áreas da formação, da educação e da segurança social: do discurso às práticas*, Tese de Doutoramento – Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, 2006
- CARTA da Organização das Nações Unidas, Diário da República de Portugal, I Série A, n.º 117/91, mediante o aviso n.º 66/91, de 22 de Maio de 1991
- CONSELHO EUROPEU - A Estratégia da UE para África rumo a um Pacto Euro-Africano a fim de acelerar o desenvolvimento de África [COM(2005) 489final - ao Parlamento Europeu e ao Comité Económico e Social, de 12 de Outubro de 2005
- CONSTITUIÇÃO da República Democrática de São Tomé e Príncipe, 2003
- COSTA, Pinto - Discurso ao Conselho Nacional do MLSTP/PSD, 23 de Outubro de 2010
- DECLARAÇÃO DE ARGEL, ASSEMBLY OF HEADS OF STATE AND GOVERNMENT, Thirty-Fifth Ordinary Session of OAU/Third Ordinary Session of AEC, 12-14 July 1999 AHG/Decl. 1 (XXXV), Algiers, Algeria
- DECLARAÇÃO DE LISBOA, Cimeira UE-África, Lisboa, 8 e 9 de Dezembro de 2007
- DECLARAÇÃO SOBRE O DIREITO AO DESENVOLVIMENTO, Assembleia Geral das Nações Unidas, Resolução n. 41/128 de 4 de Dezembro de 1986
- DECRETO-LEI DELIMITAÇÃO DOS BLOCOS ZEE, 57/2009 - Diário da República número 90 de 31 de Dezembro de 2009
- DECRETO-LEI QUE CRIA A AGÊNCIA NACIONAL DE PETRÓLEO, 5/2004 - Diário da República número 13 de 30 de Dezembro de 2004
- DICIONÁRIO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, Fundação Gétúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1986
- ECOSOC – Estudo das Condições Económicas e Sociais em África, Conselho Económico e Social da Organização das Nações Unidas, Comissão Económica para África e Comissão da União Africana, Quadragésima-primeira Sessão da Comissão Económica para a África, Março - Abril, Adis Abeba, Etiópia, 2008

- EMPIS, Maria Carvalhosa - *A Fixação de Profissionais de Saúde nos Países em Desenvolvimento: o Problema da Sustentabilidade no Projecto «Saúde para Todos» em São Tomé e Príncipe*, dissertação de mestrado, Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa, Novembro, 2010
- ESTRATÉGIA DO SECTOR PETROLÍFERO NA RDSTP, Conselho de Ministros de 16 de Abril 2008
- ESTRATÉGIA EUROPEIA EM MATÉRIA DE SEGURANÇA - *Uma Europa Segura num Mundo Melhor*, versão portuguesa, Bruxelas, 2003
- EXPORTAÇÃO MUNDIAL CHINESA, Administração-geral das Alfandegas da China, 2010
- EYZAGUIRE, Pablo – *Small states in São Tomé, West Africa*, tese de Doutoramento, Faculty of Graduate School of Yale University, Maio, 1986
- FMI - FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL, Comunicado de Imprensa nº09/141(P) de 24 de Abril de 2009
- FOFANG, Gana - *La Diplomatie du développement*, Ministério dos Negócios Estrangeiros, Cooperação e Comunidades de São Tomé e Príncipe, 20 de Abril de 2009
- GABINETE DE ASSUNTOS AFRICANOS (GAA) - Departamento de Estado dos Estados Unidos da América, *Cronologia dos 50 anos EUA-África, Meio século de laços oficiais, quatro séculos e meio de compromisso*, 2008
- GUIA DO INVESTIDOR PARA SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE, Universidade de Columbia, Nova Iorque, Agosto, 2008
- HARPER, Douglas- *Online Etymology Dictionary - Economy*, November, 2001
- INE - INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA de São Tomé e Príncipe, 2001, 2005, 2006 e 2007 (previsão).
- INVESTIMENTOS INDIANOS EM ÁFRICA, *Voz de América*, VOAnews, de 2 de Abril de 2010
- KONARÉ, Alpha - Comunicação do Presidente da Comissão Africana pelo lançamento do Conselho de Paz e de Segurança da União Africana, Addis Abeba, 25 de Maio de 2004
- LEI BASE DA SEGURANÇA MARÍTIMA, 13/2007 - Diário da República número 44 de 11 de Setembro de 2007
- LEI BASE DO AMBIENTE, 10/1999
- LEI DA REVISÃO CONSTITUCIONAL, 1/2003 de 29 de Janeiro
- LEI DA REVISÃO CONSTITUCIONAL, 1/80, Diário da República n.º 7, de 7 de Fevereiro de 1980
- LEI DA REVISÃO CONSTITUCIONAL, 1/87 de 31 de Dezembro de 1987
- LEI DA REVISÃO CONSTITUCIONAL, 2/82 de 31 de Dezembro de 1982
- LEI ELEITORAL – Assembleia Nacional da República Democrática de São Tomé e Príncipe, Lei número 11 de 1990
- LEI FUNDAMENTAL, Diário da República n. 1 de 17 de Julho de 1975
- LEI FUNDAMENTAL, Diário da República n. 39 de 15 de Dezembro de 1975

- LEI-QUADRO DAS OPERAÇÕES PETROLÉFERAS, 16/2009 - Diário da República número 90 de 31 de Dezembro de 2009
- LEI-QUADRO DAS RECEITAS PETROLÍFERAS - Diário da República número 13 de 30 de Dezembro de 2004
- LEI TRIBUTÁRIA DO PETRÓLEO, 15/2009 - Diário da República número 90 de 31 de Dezembro de 2009
- LOPES, José – *Introdução à Teoria da Integração Económica*, Curso Professado no ano lectivo de 1963/1964, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas Ultramarina
- MAEP - O Mecanismo Africano de Avaliação pelos Pares, A Organização e os Processos, NEPAD/HSGIC-3-2003/APRM/Guideline/O&P, 9 March 2003
- MAEP - O Mecanismo Africano de Avaliação pelos Pares, Conferência dos Chefes de Estado e de Governo, Trigésima-oitava Sessão da Organização da Unidade Africana, Durban, África do Sul, 8 de Julho de 2002
- MENEZES, Aires - *O desenvolvimento com petróleo e as relações com Portugal. Cenários prospectivos do impacto socio-económico do ciclo do petróleo em São Tomé e Príncipe*, Instituto de Estudos Estratégicos Internacionais e European Centre for Development Policy Management, Universidade de Aveiro, Aveiro, 2 de Maio de 2005
- MINISTÉRIO DA SAÚDE – *Plano estratégico nacional para segurança transfusional 2006-2010*, São Tomé e Príncipe, Maio, 2006
- MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DE ANGOLA - *NEPAD é desconhecida por muitos africanos*, disponível em <http://www.mirex.gv.ao/sadc/noticia21.htm>, consulta de Fevereiro de 2011
- MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS, COOPERAÇÃO E COMUNIDADES de São Tomé e Príncipe, Nota nº. Refª. /1303 - MNECC-GM/2009
- MISSION DE LA BANQUE AFRICAINE DE DÉVELOPPEMENT, São Tomé e Príncipe, Aide Mémoire, mai, 1997
- MNECC - MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS, COOPERAÇÃO E COMUNIDADES de São Tomé e Príncipe, *Relatório Final de Reestruturação do MNECC*, 2009
- MNEC – Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação, Comissão Nacional da SADC, *A Nova Parceria para o Desenvolvimento de África*, Moçambique, 2002
- MODELO CONTRATO PARTILHA PRODUÇÃO, Lei número 8/2004 - Diário da República número 13 de 30 de Dezembro de 2004
- MUCAVELE, Firmino – *A Nova Parceria para o Desenvolvimento de África: As oportunidades para os investimentos brasileiros*, comunicação apresentada no Fórum Brasil-África, Cooperação e Comercio, Fortaleza, Brasil, 9 a 10 de Junho, 2003

- NEW PARTNERSHIP FOR AFRICA'S DEVELOPMENT – NEPAD, Declaration on Democracy, Political, Economic and Corporate Governance, 2001
- NUBLAT, Johanna - *Dados do Ministério das Relações Exteriores do Brasil*, Folha de São Paulo, Brasília, 19 de Outubro de 2009
- ONU – *África e os Objectivos do Desenvolvimento do Milénio*, Departamento de Informação Pública das Nações Unidas, DPI/2458, Junho de 2007
- OUA – Conferência dos Chefes de Estados e de Governo da Organização da Unidade Africana, AHG/235 (XXXVIII), Durban, África do Sul, 8 de Julho de 2002
- OUA – Organization de l'Unité africaine, Plan d'action de Lagos pour le développement économique de l'Afrique, 1980-2000, Genebra, 1980
- OUA – Organization de l'Unité africaine, Declaration sur la situation économique en Afrique, AdisAbeba, Doc. AHG/DECL. I (xxi), 1985
- OTAN – Organização do Tratado do Atlântico Norte, Tratado do Atlântico Norte de 24 de Agosto de 1949
- OZAWA, T – *Foreign Direct Investment of Research and Development*, Transnational Corporatuins, 1992
- PARCERIA ESTRATÉGICA ÁFRICA – UNIÃO EUROPEIA, Conselho da União Europeia, Secretariado-Geral, versão portuguesa, Junho, 2008
- PARCERIAS ESTRATÉGICAS - África do Sul/UE, segunda cimeira União Europeia/África do Sul, Cidade do Cabo, 11 DE Setembro de 2009
- PARLAMENTO EUROPEU - *Segunda revisão do acordo de parceria ACP-CE* (Acordo de Cotonu), P7_TA(2010)0004 , resolução de 20 de Janeiro de 2010
- PLANO ESTRATÉGICO DE DESENVOLVIMENTO NACIONAL, São Tomé e Príncipe, Maio, 2009
- CALZUOLA, Glauco – *Seminário Acordo de Cotonou: inovações e desafios*, Fundação Friedrich Ebert / Ministério do Planeamento, Luanda, Angola, 28 de Setembro de 2003
- PROCESSO DE BARCELONA, Parceria Euro Mediterrânica, 1995
- PROGRAMA DO XI Governo Constitucional de São Tomé e Príncipe
- PROGRAMA DO XII Governo Constitucional de São Tomé e Príncipe
- PROGRAMA DO XIII Governo Constitucional de São Tomé e Príncipe
- PROGRAMA DO XIV Governo Constitucional de São Tomé e Príncipe
- RAINHA, Luís Filipe - *Abertura política e crescimento económico: uma análise comparada dos casos de Cabo Verde e São Tomé e Príncipe*, dissertação de Mestrado em Desenvolvimento e Cooperação Internacional, Instituto Superior de Economia e Gestão, Maio, 2002
- REFERENDO NACIONAL, Diário da República n.º 13, de 20 de Setembro de 1990

- REIS, Victor Manuel – *Desenvolvimento e Investimento Directo Estrangeiro em Cabo Verde: contributo Português*, tese de Doutoramento, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, 2005
- RESOLUÇÃO 1373 do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas, de 28 de Setembro de 2001
- RESOLUÇÃO n. 41/128 da Assembleia Geral das Nações Unidas, de 4 de Dezembro de 1986
- RESOLUÇÃO do Parlamento Europeu, de 24 de Março de 2009 – *Um ano após Lisboa: a parceria UE-África em acção*, publicado no Jornal Oficial do mesmo dia, C 117 E/7.
- RESOLUÇÃO n. 1911 do Conselho de Segurança, 6.267ª reunião, 28 de Janeiro de 2011
- RGPH, 2001 - Projecto: Nº 051583 - Apoio a criação de um mecanismo de seguimento e avaliação da Estratégia Nacional de Redução da Pobreza assinado entre o Governo de São Tomé e Príncipe e o PNUD
- RIBEIRO, C. - *Relações Político-Comerciais Brasil-África (1985-2006)*, Tese de Doutoramento em Ciência Política, Universidade de São Paulo, 2007
- ROQUE, Fátima - *Apostamentos para um Cursos de Mestrado, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias*, 2001
- SEIBERT, Gerhard – *Comrades, Clients and Cousins: Colonialism, Socialism and Democratization in São Tomé and Príncipe*, Leiden University, The Netherlands, 1999
- SEMEDO, Felisberto – *O Mecanismo Africano de Revisão de Pares (MARF) no quadro da NEPAD: Oportunidade e desafio para os Estados Africanos*, dissertação de Mestrado, Instituto Superior de Economia e Gestão, Maio, 2010
- SERRA, António - *Políticas Económicas de Desenvolvimento*, Cap. 9 – Os Programas de Ajustamento: Características, resultados e críticas, Apostamentos do Mestrado em Desenvolvimento e Cooperação Internacional, Instituto Superior de Economia e Gestão, 2002
- SILVA, Luíz Inácio - *Discurso do Presidente do Brasil à II Cúpula América do Sul-África*, Isla Margarita, 26 de Setembro de 2009
- SILVA, Luíz Inácio - *Discurso do Presidente do Brasil na abertura da XIII Cimeira da União Africana*, Sirte, Líbia, 1 de Julho de 2009
- SOARES, Cláudia - *Dissertação de Mestrado em Sistemas Sócio-Organizacionais de actividades económicas para o desenvolvimento sustentável: um só conceito para diversas interpretações*, Instituto Superior de Economia e Gestão, Fevereiro, 1999
- SOUSA, Antonio Paquete – *Reflexão Sobre a Migração em S. Tomé e Príncipe*, Serviço de Migração e Fronteiras, Março, 2004
- STIGLITZ, Joseph - *Towards a New Paradigm for Development: Strategies, Policies, and Processes*, Prebisch Lecture at UNCTAD, 1998, 19 de Outubro, Genebra

- TERMOS DE REFERÊNCIA - *Seminário sobre Coordenação da Ajuda Pública ao Desenvolvimento*, PNUD, São Tomé e Príncipe, Outubro 2008
- THE DURBAN DECLARATION IN TRIBUTE TO THE ORGANIZATION OF AFRICAN UNITY ON THE OCCASION OF THE, LAUNCHING OF THE AFRICAN UNION, Durban, South Africa, 10 July 2002
- TOMÁS, Ana – *A Imprensa Regional e o Desenvolvimento Socio-económico do Ribatejo*, Monografia, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, 2003
- TORRES, A - *Problemas do desenvolvimento: texto de apoio*, UTL-ISEG, Lisboa, 1995
- TRANSFORMAÇÃO DA NEPAD EM AGÊNCIA DE PLANIFICAÇÃO, OJE de 16 de Agosto de 2010
- TRIBUNAL CONSTITUCIONAL/Supremo Tribunal de Justiça - Acta de Assembleia de Apuramento Geral - República Democrática de São Tomé e Príncipe, 12 de Agosto de 2010
- UNCTAD – *The Development Dialogue in the 1980s. Continuing Paralysis or New Consensus*, Nova Iorque, Nações Unidas, 1985
- UNIÃO AFRICANA – *Projecto de Agenda*, Conferência da União Africana, (Assembly/AU/1 (XVI) Rev.6), Décima-sexta Sessão Ordinária, Adis Abeba, Etiópia, 30 – 31 de Janeiro de 2011
- UA -*Carta Africana sobre a Democracia, as Eleições e a Governança* adoptada pela oitava sessão ordinária da Conferência, realizada em Addis Abeba, Etiópia a 30 de Janeiro de 2007
- UA – Quarta Sessão Ordinária da Conferência dos Ministros da Educação, Relatório da Reunião dos Ministros, COMEDAF IV, Mombaça, Agosto, 2007
- VALLADÃO, Alfredo - *Estados Unidos – Europa – América-Latina. Ângulo, Triângulo ou Polígono?*, Fórum Euro-Latino-Americano, Lisboa 21-22, Maio 1998

ANEXOS

Anexo 1 - Acto Constitutivo da União Africana

Anexo 2 - *ALGIERS DECLARATION*

Anexo 3 - The Durban Declaration in Tribute to the Organization of African Unity on the Occasion of the Launching of the African Union

Anexo 4 - O Mecanismo Africano de Avaliação por Pares

Anexo 5 - Declaração de Lisboa – Cimeira UE-África

Anexo 6 - A visão dos são-tomenses perante os desafios da União Africana e suas perspectivas de desenvolvimento – Questionário: ensaio

Anexo 7 - A visão dos são-tomenses perante os desafios da União Africana e suas perspectivas de desenvolvimento – Questionário: aplicado

Anexo 8 - A visão dos são-tomenses perante os desafios da União Africana e suas perspectivas de desenvolvimento - Guião de entrevista (versão portuguesa)

Anexo 9 - A visão dos são-tomenses perante os desafios da União Africana e suas perspectivas de desenvolvimento - Guião de entrevista (versão francesa)

ACTO CONSTITUTIVO DA UNIÃO AFRICANA

Cópia certificada

Assinatura

Conselheiro Jurídico da OUA

☞

ACTO CONSTITUTIVO DA UNIÃO AFRICANA

Nós, Chefes de Estado e de Governo dos Estados Membros da Organização da Unidade Africana (OUA);

1. Presidente da República Popular e Democrática da Argélia
2. Presidente da República de Angola
3. Presidente da República do Benin
4. Presidente da República do Botswana
5. Presidente da República do Burkina Faso
6. Presidente da República do Burundi
7. Presidente da República dos Camarões
8. Presidente da República de Cabo Verde
9. Presidente da República Centro Africana
10. Presidente da República do Chade
11. Presidente da República Federal Islâmica das Comores
12. Presidente da República do Congo
13. Presidente da República da Côte d'Ivoire
14. Presidente da República Democrática do Congo
15. Presidente da República do Djibouti
16. Presidente da República Árabe do Egipto

17. Presidente do Estado da Eritreia
18. Primeiro-Ministro da República Federal Democrática da Etiópia
19. Presidente da República do Gabão
20. Presidente da República da Gâmbia
21. Presidente da República do Gana
22. Presidente da República da Guiné
23. Presidente da República da Guiné Bissau
24. Presidente da República da Guiné Equatorial
25. Presidente da República do Quênia
26. Primeiro-Ministro do Lesoto
27. Presidente da República da Libéria
28. Líder da Revolução de 1 de Setembro da Grande Jamahiriya Árabe Líbia Popular e Socialista
29. Presidente da República do Madagáscar
30. Presidente da República do Malawi
31. Presidente da República do Mali
32. Presidente da República Islâmica da Mauritânia
33. Primeiro-Ministro da República das Maurícias
34. Presidente da República de Moçambique
35. Presidente da República da Namíbia
36. Presidente da República do Niger
37. Presidente da República Federal da Nigéria
38. Presidente da República do Ruanda
39. Presidente da República Árabe Saharaoui Democrática
40. Presidente da República de São Tomé e Príncipe
41. Presidente da República do Senegal
42. Presidente da República das Seychelles
43. Presidente da República da Sierra Leone

44. Presidente da República da Somália
45. Presidente da República da África do Sul
46. Presidente da República do Sudão
47. Rei da Swazilândia
48. Presidente da República Unida da Tanzânia
49. Presidente da República do Togo
50. Presidente da República da Tunísia
51. Presidente da República do Uganda
52. Presidente da República da Zâmbia
53. Presidente da República do Zimbabwe

INSPIRADOS pelos nobres ideais que guiaram os Pais Fundadores da nossa Organização continental e gerações de Pan-Africanistas na sua determinação de promover a unidade, a solidariedade e a coesão, assim como promover a cooperação entre os povos e entre os Estados da África;

CONSIDERANDO os princípios e os objectivos enunciados na *Carta da Organização da Unidade Africana* e no Tratado de criação da Comunidade Económica Africana;

EVOCANDO as heróicas lutas levadas a cabo pelos nossos povos e os nossos países para a independência política, dignidade humana e emancipação económica;

CONSIDERANDO que, desde a sua criação, a *Organização da Unidade Africana* desempenhou um papel determinante e valioso na libertação do Continente, na afirmação de uma identidade comum e na realização da unidade do nosso Continente, e que forneceu um quadro único para a nossa acção colectiva em África, como nas nossas relações com o resto do mundo;

RESOLVIDOS a fazer face aos multifacetados desafios com que o nosso Continente e os nossos povos se confrontam, face às mudanças sociais, económicas e políticas que se operam na África e no mundo;

CONVENCIDOS da necessidade de acelerar o processo de implementação do Tratado de criação da Comunidade Económica Africana, com vista a promover o desenvolvimento sócio-económico da África e enfrentar, de forma mais efectiva, os desafios da mundialização;

GUIADOS pela nossa visão comum de uma África unida e forte, e pela necessidade de construir uma parceria entre os governos e todos os segmentos da sociedade civil, em particular as mulheres, os jovens e o sector privado, a fim de consolidar a solidariedade e coesão entre os nossos povos;

CIENTES do facto de que o flagelo de conflitos em África constitui um importante impedimento para o desenvolvimento sócio-económico do Continente, e da necessidade de

promover a paz, segurança e estabilidade, como um pré-requisito para a implementação da nossa agenda de desenvolvimento e de integração;

RESOLVIDOS a promover e proteger os direitos humanos e dos povos, consolidar as instituições e cultura democráticas, e a promover a boa governação e o Estado de direito;

DETERMINADOS TAMBÉM a tomar todas as medidas necessárias para reforçar as nossas instituições comuns e dotá-las dos poderes e recursos necessários para lhes permitir desempenharem efectivamente as suas missões;

EVOcando a Declaração que adoptámos durante a Quarta Sessão Extraordinária da nossa Conferência em Sirte, Grande Jamahiriya Árabe Líbia Socialista e Popular, em 9/9/99, pela qual decidimos estabelecer a União Africana, em conformidade com os objectivos fundamentais da *Carta da Organização da Unidade Africana* e do Tratado de criação da Comunidade Económica Africana.

ACORDAMOS NO SEGUINTE:

Artigo 1

Definições

Neste Acto Constitutivo:

“Acto”, significa o presente Acto Constitutivo;

“AEC”, significa a Comunidade Económica Africana;

“Conferência” significa a Conferência dos Chefes de Estado e de Governo da União;

“Carta”, significa a Carta da OUA;

“Comité”, significa um Comité Técnico Especializado;

“Conselho”, significa o Conselho Económico, Social e Cultural da União;

“Tribunal”, significa o Tribunal de Justiça da União;

“Comissão”, significa o Secretariado da União;

“Conselho Executivo”, significa o Conselho de Ministros da União;

“Estado Membro”, significa um Estado Membro da União;

“OUA”, significa a Organização da Unidade Africana;

“Parlamento”, significa o Parlamento Pan-Africano da União;

“União”, significa a União Africana criada pelo presente Acto Constitutivo.

Artigo 2

Estabelecimento

É constituída pelo presente a União Africana em conformidade com as disposições do presente Acto.

Artigo 3

Objectivos

São objectivos da União:

- a) Realizar maior unidade e solidariedade entre os países e povos da África,
- b) Respeitar a soberania, integridade territorial e independência dos seus Estados Membros,
- c) Acelerar a integração política e sócio-económica do Continente,
- d) Promover e defender posições africanas comuns sobre as questões de interesse para o Continente e os seus povos,
- e) Encorajar a cooperação internacional, tendo devidamente em conta a *Carta das Nações Unidas* e a Declaração dos Direitos do Homem,
- f) Promover a paz, a segurança e a estabilidade no Continente,
- g) Promover os princípios e as instituições democráticas, a participação popular e a boa governação,
- h) Promover e proteger os direitos do homem e dos povos, em conformidade com a *Carta Africana dos Direitos do Homem e dos Povos* e outros instrumentos pertinentes relativos aos direitos do homem,
- i) Criar as necessárias condições que permitam ao Continente desempenhar o papel que lhe compete na economia mundial e nas negociações internacionais,
- j) Promover o desenvolvimento duradouro nos planos económico, social e cultural, assim como a integração das economias africanas,
- k) Promover a cooperação em todos os domínios da actividade humana, com vista a elevar o nível de vida dos povos africanos,
- l) Coordenar e harmonizar as políticas entre as Comunidades Económicas Regionais existentes e futuras, para a gradual realização dos objectivos da União,
- m) Fazer avançar o desenvolvimento do Continente através da promoção da investigação em todos os domínios, em particular em ciência e tecnologia,

n) Trabalhar em colaboração com os parceiros internacionais relevantes na erradicação das doenças susceptíveis de prevenção e na promoção da boa saúde no Continente.

Artigo 4

Princípios

A União Africana funciona em conformidade com os seguintes princípios fundamentais:

- a) Igualdade soberana e interdependência entre os Estados Membros da União;
- b) Respeito das fronteiras existentes no momento da acessão à independência;
- c) Participação dos povos africanos nas actividades da União;
- d) Estabelecimento de uma política comum de defesa para o Continente Africano;
- e) Resolução pacífica dos conflitos entre Estados Membros da União através dos meios apropriados que sejam decididos pela Conferência da União;
- f) Proibição do uso da força ou da ameaça do uso da força entre os Estados Membros da União,
- g) Não ingerência de qualquer Estado Membro da União nos assuntos internos de outro;
- h) Direito da União intervir num Estado Membro em conformidade com uma decisão da Conferência em situações graves nomeadamente, crimes de guerra, genocídio e crimes contra a humanidade;
- i) Coexistência pacífica dos Estados Membros da União e seu direito de viver em paz e em segurança e de procurar ajuda, através da Conferência da União, assim como o direito de a União intervir para restaurar a paz e a segurança;
- j) Direito dos Estados Membros de pedirem a intervenção da União, com vista à restauração da paz e segurança;
- k) Promoção da autonomia colectiva no quadro da União;
- l) Promoção da igualdade dos géneros;
- m) Respeito pelos princípios democráticos, pelos direitos humanos, pelo Estado de direito e pela boa governação;
- n) Promoção da justiça social para assegurar o desenvolvimento económico equilibrado;
- o) Respeito pela santidade da vida humana, condenação e rejeição da impunidade, dos assassinatos políticos, e dos actos de terrorismo e actividades subversivas;
- p) Condenação e rejeição de mudanças inconstitucionais de governos.

Artigo 5

Órgãos da União

1. São Órgãos da União:

- a) A Conferência da União;
- b) O Conselho Executivo;
- c) O Parlamento Pan-Africano;
- d) O Tribunal de Justiça;
- e) A Comissão;
- f) O Comité de Representantes Permanentes;
- g) Os Comités Técnicos Especializados;
- h) O Conselho Económico, Social e Cultural;
- i) As instituições financeiras.

2. Outros Órgãos que a Conferência decida estabelecer.

Artigo 6

Conferência

1. A Conferência é composta pelos Chefes de Estado e de Governo, ou seus representantes devidamente credenciados.

2. A Conferência é o Órgão Supremo da União.

3. A Conferência reúne-se pelo menos uma vez por ano em sessão ordinária. A pedido de qualquer Estado Membro e mediante aprovação de uma maioria de dois terços dos Estados Membros, a Conferência reúne-se em Sessão Extraordinária.

4. O mandato do Presidente da Conferência deve ser exercido, por um período de um ano, por um Chefe de Estado ou de Governo eleito após consultas entre os Estados Membros.

Artigo 7

Decisões da Conferência

1. A Conferência adopta as suas decisões por consenso ou, na falta deste, por uma maioria de dois terços dos Estados Membros da União. Contudo, as questões de procedimento, incluindo a questão de se saber se uma questão é ou não de procedimento são decididas por maioria simples.

2. Uma maioria de dois terços dos Membros constituem o quórum de qualquer sessão da Conferência.

Artigo 8

Regulamento Interno da Conferência

A Conferência adopta o seu próprio Regulamento Interno.

Artigo 9

Poderes e Funções da Conferência

1. São funções da Conferência:

- a) Determinar as políticas comuns da União;
- b) Receber, analisar e tomar decisões sobre relatórios e recomendações dos outros órgãos da União;
- c) Considerar os pedidos de adesão à União;
- d) Criar qualquer órgão da União;
- e) Assegurar o controlo da implementação das políticas e decisões da União e zelar pela sua aplicação por todos os Estados Membros;
- f) Adoptar os orçamentos da União;
- g) Dar directivas ao Conselho Executivo sobre a gestão de conflitos, de situações de guerra e outras emergências, e sobre a restauração da paz;
- h) Nomear e demitir os Juizes do Tribunal de Justiça;
- i) Designar o Presidente da Comissão e seu (s) adjunto (s) e Comissários da Comissão e determinar as suas funções e o seu mandato.

3. A Conferência pode delegar quaisquer dos seus poderes e funções em qualquer órgão da União.

Artigo 10

Conselho Executivo

1. O Conselho Executivo é composto pelos Ministros dos Negócios Estrangeiros ou outros Ministros ou Autoridades que forem designados pelos Governos dos Estados Membros.

2. O Conselho Executivo reúne-se pelo menos duas vezes por ano em sessão ordinária. Poderá igualmente reunir-se extraordinariamente a pedido de qualquer Estado Membro após aprovação por dois terços de todos os Estados Membros.

Artigo 11

Decisões do Conselho Executivo

- 1.O Conselho Executivo aprova as suas decisões por consenso, ou, na falta deste, por maioria de dois terços dos Estados Membros da União. Contudo, as questões de procedimento, incluindo a questão de se saber se uma questão é ou não de procedimento são decididas por maioria simples.
2. Dois terços do total dos Membros da União constituem o quórum em qualquer reunião do Conselho Executivo.

Artigo 12

Regulamento Interno do Conselho Executivo

O Conselho Executivo adopta o seu próprio Regulamento Interno.

Artigo 13

Funções do Conselho Executivo

- 1.O Conselho Executivo deve coordenar a tomada de decisão sobre políticas em áreas de interesse comum para os Estados Membros, incluindo o seguinte:
 - a) Comércio externo;
 - b) Energia, Indústria e Recursos Minerais;
 - c) Alimentação, recursos agrícolas e animais, produção pecuária e florestas;
 - d) Recursos hídricos e irrigação;
 - e) Protecção ambiental, acção humanitária, resposta e alívio em caso de calamidades, e ciência e tecnologia;
 - f) Transportes e Comunicações;
 - g) Seguros;
 - h) Educação, saúde, cultura e desenvolvimento de recursos humanos;
 - i) Ciência e tecnologia;
 - j) Questões de nacionalidade, residência e imigração;
 - k) Segurança social, incluindo a formulação de políticas de cuidados materno-infantis, assim como de políticas relacionadas com os incapacitados e diminuídos;
 - l) Instituição de um sistema de medalhas, prémios, africanos.

2.O Conselho Executivo é responsável perante a Conferência. Analisa as questões a ele submetidas e faz a supervisão da implementação das políticas formuladas pela Conferência.

3.O Conselho Executivo pode delegar todas ou algumas das funções enunciadas no parágrafo 1 deste Artigo nos Comités Técnicos Especializados estabelecidos no âmbito do Artigo 14 deste Acto.

Artigo 14

Comités Técnicos Especializados

Criação e Composição

1. São estabelecidos os seguintes Comités Técnicos Especializados que são responsáveis perante o Conselho Executivo:

- a) Comité de Economia Rural e questões agrícolas;
- b) Comité de questões de Moeda e Finanças;
- c) Comité de Comércio, Alfândegas e questões de Imigração;
- d) Comité de Indústria, Ciência e Tecnologia, Energia, Recursos Naturais e Meio Ambiente;
- e) Comité de Transportes, Comunicações e Turismo;
- f) Comité de Saúde, Trabalho e Assuntos Sociais;
- g) Comité de Educação, Cultura e Recursos Humanos;

2. A Conferência pode, se considerar apropriado, reestruturar os Comités existentes ou estabelecer outros.

3. Os Comités Técnicos Especializados são compostos por Ministros ou Oficiais Sêniores Responsáveis pelos sectores que estão nas suas respectivas áreas de competência.

Artigo 15

Funções dos Comités Técnicos Especializados

Cada Comité, na sua respectiva área de competência:

- a) Prepara projectos e programas da União e submete-os ao Conselho Executivo;
- b) Garante a supervisão, seguimento e avaliação da implementação das decisões adoptadas pelos Órgãos da União;
- c) Garante a coordenação e harmonização de projectos e programas da União;
- d) Submete ao Conselho Executivo, por sua própria iniciativa ou a pedido do Conselho Executivo, relatórios e recomendações sobre a implementação das disposições deste Acto; e

e) Realiza quaisquer outras funções a ele atribuídas com o objectivo de garantir a implementação das disposições deste Acto.

Artigo 16

Reuniões

Salvo directivas dadas pelo Conselho Executivo, cada Comité reúne-se sempre que necessário e prepara o seu Regulamento Interno que submete à aprovação do Conselho Executivo.

Artigo 17

Parlamento Pan-Africano

1. Com vista a garantir a plena participação dos povos africanos no desenvolvimento e na integração económica do Continente, é estabelecido um Parlamento Pan-Africano.

2. A composição, poderes e organização do Parlamento Pan-Africano serão definidos num Protocolo a ele aferente.

Artigo 18

Tribunal de Justiça

1. É estabelecido um Tribunal de Justiça da União.

2. O estatuto, composição e funções do Tribunal de Justiça serão definidos num Protocolo específico

Artigo 19

Instituições Financeiras

A União Africana é dotada das seguintes instituições financeiras cujos estatutos e regulamentos são definidos em Protocolos a elas referentes:

- a) O Banco Central Africano
- b) O Fundo Monetário Africano
- c) O Banco Africano de Investimento

Artigo 20

Comissão

1. É estabelecida uma Comissão que é o Secretariado da União.

2. A Comissão é composta pelo (a) Presidente, pelo (a) (os) (as) seu (s) sua (s) Vice-Presidente (s) e os Comissários. Eles (as) são assistidos (as) pelo pessoal necessário ao normal funcionamento da Comissão.

3. A estrutura, funções e regulamentos da Comissão são determinados pela Conferência.

Artigo 21

Comité de Representantes Permanentes

1. É estabelecido um Comité de Representantes Permanentes. Ele é composto por Representantes Permanentes junto da União ou outros Plenipotenciários dos Estados Membros.

2. Compete ao Comité de Representantes Permanentes a responsabilidade de preparar o trabalho do Conselho Executivo e agindo no quadro das instruções do Conselho. Ele pode estabelecer Sub-Comités ou Grupos de Trabalho que considera necessários.

Artigo 22

O Conselho Económico, Social e Cultural

1. O Conselho Económico, Social e Cultural é um órgão consultivo constituído pelas diferentes camadas sócios-profissionais dos Estados Membros da União.

2. As atribuições, poderes, composição e organização do Conselho Económico, Social e Cultural são definidos pela Conferência.

Artigo 23

Imposição de Sanções

1. A Conferência determina as sanções apropriadas a serem impostas a qualquer Estado Membro que não pague as suas contribuições para o Orçamento da União, como se segue: privação do direito de usar da palavra em reuniões, de votar, de apresentar candidatos para qualquer posição ou posto na União ou de beneficiar de qualquer actividade ou benefício daí resultante.

2. Além disso, qualquer Estado Membro que não cumpra com as decisões e políticas da União pode ser sujeito a outras sanções tais como negação de laços de transportes e comunicações com outros Estados Membros e outras medidas de natureza política e económica a serem determinadas pela Conferência.

Artigo 24

Sede da União

1. A Sede da União será em Adis Abeba, na República Federal Democrática da Etiópia.

2. Podem ser estabelecidos outros Escritórios da União, conforme a Conferência determinar, mediante recomendação do Conselho Executivo.

Artigo 25

Línguas de Trabalho

São Línguas de Trabalho da União e de todas as suas instituições, se possível, as línguas africanas, o Árabe, o Francês, o Inglês e o Português.

Artigo 26

Interpretação

O Tribunal resolve todas as questões de interpretação resultantes da aplicação ou implementação do presente Acto. Até ao seu estabelecimento, essas questões são submetidas à Conferência da União, que decide por uma maioria de dois terços.

Artigo 27

Assinatura, Ratificação e Adesão

1. Este Acto é aberto à assinatura, ratificação e adesão dos Estados Membros da OUA, em conformidade com os seus respectivos procedimentos constitucionais.
2. Os instrumentos de ratificação são depositados junto do Secretário-Geral da OUA.
3. Qualquer Estado Membro da OUA que deseje aderir a este Acto após a sua entrada em vigor deverá depositar o instrumento de adesão junto do Presidente da Comissão.

Artigo 28

Entrada em Vigor

O presente Tratado entrará em vigor trinta (30) dias após o depósito dos instrumentos de ratificação por dois terços dos Estados Membros da OUA.

Artigo 29

Admissão

1. Qualquer Estado Africano pode, a qualquer momento, notificar o Presidente da Comissão da sua intenção de aderir a este Acto e ser admitido como Membro da União.
2. O Presidente do Conselho, depois de receber a notificação, envia cópias da mesma a todos os Estados Membros. A admissão é decidida por maioria simples dos Estados Membros. A decisão de cada Estado Membro é transmitida ao Presidente do Conselho, que, depois de receber o número necessário de votos, comunica a decisão de admissão ao Estado Membro interessado.

Artigo 30

Suspensão

Aos governos que ascendam ao poder através de meios inconstitucionais, não é permitido participar nas actividades da União.

Artigo 31

Renúncia à Qualidade de Membro

1. Qualquer Estado que deseje retirar-se da União fá-lo-á por notificação ao Presidente da Comissão, que disso informará os Estados Membros. Um ano após a notificação, se a mesma não tiver sido retirada, o presente Acto deixará de se aplicar a esse Estado que, assim, deixa de fazer parte da União.

2. Durante o período de um ano referido no parágrafo 1 deste Artigo, o Estado Membro que queira retirar-se da União conformar-se-á com as disposições deste Acto e será obrigado a cumprir com as suas obrigações no quadro deste Acto até a data da sua retirada.

Artigo 32

Emendas e Revisão

1. Qualquer Estado Membro pode apresentar propostas de emenda ou de revisão do presente Acto.

2. As propostas de emenda ou de revisão são submetidas ao Presidente da Comissão, que envia cópias das mesmas aos Estados Membros, dentro de trinta dias subsequentes à data de recepção.

3. A Conferência da União, mediante parecer do Conselho Executivo da União, analisa essas propostas no prazo de um ano subsequente à notificação dos Estados Membros, em conformidade com as disposições do parágrafo 2 deste Artigo.

4. As emendas ou revisões são adoptadas pela Conferência da União por consenso, ou, na falta deste, por maioria de dois terços, e são submetidas à ratificação por todos os Estados Membros, em conformidade com os seus procedimentos constitucionais respectivos. Elas entram em vigor trinta (30) dias após o depósito dos instrumentos de ratificação, junto do Presidente da Comissão, por uma maioria de dois terços dos Estados Membros.

Artigo 33

Arranjos Transitórios e Disposições Finais

1. Este Acto substitui a *Carta da Organização da Unidade Africana*. Contudo, a Carta continuará em aplicação por um período transitório de um ano ou qualquer outro período que seja determinado pela Conferência após a entrada em vigor deste Acto, com o objectivo de permitir à OUA/AEC adoptar as medidas necessárias referentes à devolução do seu património e obrigações à União Africana e a todas as questões a isso referente.

2. As disposições do presente Acto derogam e substituem quaisquer disposições do Tratado de criação da Comunidade Económica Africana que com ele sejam inconsistentes ou lhe sejam contrárias.

3. Após a entrada em vigor deste Acto, serão tomadas todas as medidas apropriadas para implementar as suas disposições e para garantir o estabelecimento dos órgãos previstos no presente Acto, em conformidade com as directivas ou decisões que sejam adoptadas a este respeito pelas Partes ao Acto, durante o período transitório como atrás estipulado.

4. Até ao estabelecimento da Comissão, o Secretariado Geral da OUA será o Secretariado interino da União.

5. Este Acto, redigido em quatro (4) textos originais em Árabe, Inglês, Francês e Português, todos fazendo igualmente fé, devem ser depositados junto do Secretário- Geral da OUA e, após a sua entrada em vigor, junto do Presidente da Comissão, que enviará uma cópia verdadeira e certificada do Acto ao Governo de cada Estado Signatário. O Secretário-Geral da OUA e o Presidente da Comissão notificarão todos os Estados Signatários das datas do depósito dos instrumentos de ratificação ou adesão e registarão os mesmos junto do Secretariado das Nações Unidas, após a entrada em vigor deste Acto.

EM FÉ DE QUE, NÓS ADOPTAMOS O PRESENTE ACTO.

Feito em Lomé, Togo, a 11 de Julho de 2000

ACTO CONSTITUTIVO DA UNIÃO AFRICANA

ADOPTADO PELA TRIGÉSIMA-SEXTA SESSÃO ORDINÁRIA DA CONFERÊNCIA DOS CHEFES DE ESTADO E DE GOVERNO¹⁰ – 12 DE JULHO DE 2000 - LOMÉ, TOGO

1. **República Popular e Democrática da Argélia**
2. **República de Angola**
3. **República do Benin**
4. **República do Botswana**
5. **República do Burkina Faso**
6. **República do Burundi**
7. **República dos Camarões**
8. **República de Cabo Verde**
9. **República Centro Africana**
10. **República do Chade**
11. **República Federal Islâmica das Comores**
12. **República do Congo**
13. **República da Côte d'Ivoire**
14. **República Democrática do Congo**
15. **República do Djibouti**
16. **República Árabe do Egipto**

17. Estado da Eritreia
18. República Federal Democrática da Etiópia
19. República da Guiné Equatorial
20. República do Gabão
21. República da Gâmbia
22. República do Gana
23. República da Guiné
24. República da Guiné Bissau
25. República do Quênia
26. Reino do Lesoto
27. República da Libéria
28. Grande Jamahiriya Árabe Líbia Popular e Socialista
29. República do Madagáscar
30. República do Malawi
31. República do Mali
32. República Islâmica da Mauritânia
33. República das Maurícias
34. República de Moçambique
35. República da Namíbia
36. República do Niger
37. República Federal da Nigéria
38. República do Ruanda
39. República Árabe Saharaoui Democrática
40. República de São Tomé e Príncipe
41. República do Senegal

42. República das Seychelles
43. República da Sierra Leone
44. República da Somália
45. República da África do Sul
46. República do Sudão
47. Reino da Swazilândia
48. República Unida da Tanzânia
49. República do Togo
50. República da Tunísia
51. República do Uganda
52. República da Zâmbia
53. República do Zimbabwe

**LIST OF COUNTRIES WHICH HAVE SIGNED, RATIFIED/ACCEDED TO THE
CONSTITUTIVE ACT OF THE AFRICAN UNION**

(as at February, 2001)

**LISTE DES PAYS QUI ONT SIGNE, RATIFIE/ADHERE A L'ACTE CONSTITUTIF DE
L'UNION AFRICAINE**

(date: février 2001)

LISTA DOS PAISES QUE ASSINARAM, RATIFICARAM, ADERIRAM O

ACTO CONSTITUTIVO DA UNIÃO AFRICANA

(até Fevereiro de 2001)

NO.	COUNTRY / PAYS	DATE OF/DE SIGNATURE	DATE OF/DE RATIFICATION/ ACCESSION	DATE DEPOSITED/ DATE DE DEPOT
1.	Algeria	12/07/00		
2.	Angola			
3.	Benin	12/07/00		

4.	Botswana			
5.	Burkina Faso	12/07/00		
6.	Burundi	"		
7.	Cameroon			
8.	Cape Verde	12/07/00		
9.	Central African Rep.	"	17/12/00	18/01/01
10.	Chad	"		
11.	Comoros	01/02/01		
12.	Congo			
13.	Côte d'Ivoire	10/01/01		
14.	Democratic Rep. of Congo			
15.	Djibouti	12/07/00	04/12/00	10/01/01
16.	Egypt	22/01/01		
17.	Equatorial Guinea	12/07/00		
18.	Eritrea			
19.	Ethiopia	12/07/00		
20.	Gabon	"		
21.	Gambia	"		
22.	Ghana	"		
23.	Guinea			
24.	Guinea-Bissau	12/07/00		
25.	Kenya			
26.	Lesotho	12/07/00		
27.	Liberia	"		
28.	Libya	"	25/10/00	29/10/00
29.	Madagascar	"		
30.	Malawi	"		
31.	Mali	"	11/08/00	21/08/00
32.	Mauritania			
33.	Mauritius			
34.	Mozambique	23/11/00		
35.	Namibia	27/10/00		
36.	Niger	12/07/00		
37.	Nigeria	08/09/00		
38.	Rwanda	07/12/00		
39.	Saharawi Arab Democratic Republic	12/07/00	27/12/00	02/01/01
40.	Sao Tome & Principe	16/12/00		
41.	Senegal	12/07/00	28/08/00	31/08/00
42.	Seychelles	11/09/00		
43.	Sierra Leone	12/07/00		
44.	Somalia	18/01/01		
45.	South Africa	08/09/00		

46.	Sudan	12/07/00	22/11/00	25/01/01
47.	Swaziland			
48.	Tanzania	15/12/00		
49.	Togo	12/07/00	30/08/00	14/09/00
50.	Tunisia	14/12/00		
51.	Uganda			
52.	Zambia	12/07/00		
53.	Zimbabwe			

Ref.: CAB/LEG/23.15

ADOPTED BY: The African Heads of State and Government, in Lome, Togo on 11th July 2000.

ENTRY INTO FORCE: 30 days after the deposit of the instruments of ratification by two-thirds of the Member States of the OAU.

Anexo 1 referente ao Capítulo IV - Dinâmicas de desenvolvimento africano: a UA e a NEPAD -
ALGIERS DECLARATION

AHG/Decl.1 (XXXV)
Algiers Declaration

ASSEMBLY OF HEADS OF STATE AND GOVERNMENT

Thirty-Fifth Ordinary Session of OAU/Third Ordinary Session of AEC

12-14 July 1999 AHG/Decl. 1 (XXXV)

Algiers, Algeria

ALGIERS DECLARATION

We, the Heads of State and Government of the Member States of the Organisation of African Unity, meeting in Algiers, Algeria, from 12 to 14 July 1999, solemnly declare as follows:

The end of the Second Millennium represents for Africa, the demise of an era characterised by colonisation and its tragic trail of domination, plunder and negation of the African personality. We welcome this development and affirm our resolve to strive towards ensuring that Africa and Mankind as a whole are never again subjected to such an experience so demeaning to the human dignity.

Through huge sacrifices and heroic struggles, Africa has broken the colonial yoke, regained its freedom and embarked upon the task of nation building. This achievement constitutes for us a source of profound and legitimate pride, as these struggles have not only crystallised the determination of our peoples, who made the greatest sacrifices to assert their existence and their legitimate rights, but also have contributed significantly in inculcating in the peoples and nations of the continent the universal principles of the right of peoples to be the architect of their own destiny, the right to self-determination and independence, as well as the principle of the sovereign equality of states and their right to development.

It is therefore with the most profound respect that we bow to the memory of all the martyrs of Africa whose supreme sacrifice has paved the way for the continent to regain its freedom and dignity. We pay tribute to the sons and daughters of our continent who laid down their lives for its political and economic emancipation, and for the restoration of its identity and civilisation, under conditions of extreme adversity.

This is evidenced by the legacy of conflict situations which like many time bombs, exist here and there on the Continent, coupled with problems arising from an economic infrastructure geared exclusively to satisfying the needs of the colonial metropolis, problems emanating from a political/administrative organisation rooted in authoritarianism and ethnic divisions, widespread illiteracy and extreme marginalization of the African peoples - so many problems whose magnitude has been exacerbated by the climate of the cold war and the negative impact of a basically unfair international economic system.

All these problems constitute an unwieldy heritage whose cumulative effects have been, and continue to be, for the most part, the root cause of the numerous conflicts, crises, poverty and under-development weighing heavily on the overwhelming majority of the peoples of Africa.

We do not intend, by the aforesaid, to shirk our own responsibility for the problems and difficulties still bedevilling our countries and the continent in general; rather, we wish to underscore the immensity of the effort exerted by our respective countries, individually and collectively, to overcome the problems inherited from colonisation, ensure peace and stability on the continent, consolidate the hard-won national sovereignty, establish stable state institutions and promote an equitable and fair economic and social development in our countries.

Inspired by its intrinsic ancestral values, Africa was able to muster the strength and determination to assert its existence and take up all these challenges. Equally inspired by this same spirit and these same values, we commit ourselves to face up to the new and formidable challenges which today confront our continent.

We are deeply convinced that the Organisation of African Unity has played an irreplaceable role in the affirmation of political identity and the realisation of the unity of our continent. We hail the pioneering work of our Founding Fathers, and commit ourselves to further this accomplishment, and to continue to make the OAU the vital instrument of our collective action both within Africa and in our relations with the rest of the world.

Convinced that respect for the principle of inviolability of the borders inherited at independence contributed decisively to the preservation of peace and stability on our continent, we reaffirm its validity and permanence as a fundamental norm applicable in the settlement of border disputes.

We hail Africa's concerted action in ensuring that the process of decolonization of the continent is brought to a successful conclusion. In this regard, we reiterate our support for the speedy implementation of the UN-led Peace Plan in the Western Sahara in cooperation with the OAU.

We also reaffirm our determination to promote the use of peaceful means in the resolution of conflicts, in conformity with the principles of sovereign equality, non-interference, non-recourse to threats or the use of force, and of the independence, sovereignty and territorial integrity of States.

In this respect, we believe that the OAU Mechanism for Conflict Prevention, Management and Resolution is a valuable asset for our continent which must be nurtured and consolidated. This Mechanism which symbolizes the concrete resolve of our continent to fully assume its responsibilities, does not exonerate the United Nations Organisation from its obligations under the UN Charter as far as the maintenance of international peace and security is concerned.

We believe that youth and women's commitment and participation can contribute towards creating an enabling environment which conduces towards a culture of peace and tolerance.

To that end, we reiterate our commitment to the Global Plan of Action on Youth and the African Platform for Action, which is an integral part of the Global Platform for Action for the Advancement of Women as an appropriate framework for creating a more egalitarian society.

We also reaffirm our determination to work relentlessly towards the promotion of the Rights and Welfare of the Child, and our commitment to combat all forms of child exploitation, and, in particular, put an end to the phenomenon of child soldier.

We believe that human rights have undergone major positive changes since the independence of African countries. The liberation movements of our peoples, the efforts of our countries and of the OAU to codify and implement these rights, as well as the current dynamic process of establishing new democratic spaces in Africa have contributed to a very large extent to these changes. The African Charter on Human and Peoples' Rights and the Protocol on African Court on Human and Peoples' Rights as well as the Declaration and the Plan of Action, recently adopted in Mauritius, eloquently testify to Africa's contribution to the promotion and protection of the noble cause of Human Rights. We, however, recognise that much remains to be done to bring these developments to the level of our own expectations and the legitimate aspirations of our peoples. We are aware of these limitations and are determined not to relent in our efforts to transcend them.

In this Spirit, we reiterate our commitment to the protection and promotion of human rights and fundamental freedoms. We emphasise the indivisibility, universality and inter-dependence of all human rights, be they political and civil or economic, social and cultural, or even individual or collective. We call upon the international community to ensure that they are not used for political purposes.

We are convinced that the increase in, and expansion of the spaces of freedom and the establishment of democratic institutions that are representative of our peoples and receiving their active participation, would further contribute to the consolidation of modern African States underpinned by the rule of respect for the fundamental rights and freedoms of the citizens and the democratic management of public affairs.

Despite the hopes generated by the end of the cold war and the attendant prospects of peace, development and integration in the world economy, we note that the Post-cold war era is fraught with new and grave uncertainties, serious risks of marginalization and new challenges that pose, numerous threats to our continent.

On the occasion of the Algiers summit, the last Summit of this Millennium, we would like to highlight the most important of these new challenges.

First, globalisation is undoubtedly the most widespread of these challenges. Ushered in with promises of progress and prosperity for all, it has today aroused fears, in that it poses serious threats to our sovereignty, cultural and historical identities as well as gravely undermining our development prospects. We believe that globalisation should be placed within the framework of a democratically conceived dynamics, and implemented

collectively to make it an institution capable of fulfilling the hope for a concerted development of mankind and prosperity shared by all peoples.

Secondly, we note with grave concern, the growing marginalisation of the United Nations and its role under the Charter for the maintenance of international peace and security and the promotion of international cooperation for development. We declare that the unilateral use of force in international relations, outside the duly conferred mandate of the United Nations Security Council, opens the way to practices inimical to world peace and security.

We reaffirm our commitment to respect for the major role and responsibilities of the United Nations and its Security Council in the maintenance of international peace and security. In this connection, we, once again, call for a genuine democratisation of international relations based on the active participation and a balanced consideration of the legitimate concerns of all nations. We call, in particular, for the democratisation of the United Nations and its Security Council, and the recognition of Africa's legitimate place within this organ.

The need for democratisation equally applies to other international institutions including, particularly, the International Monetary Fund and the International Bank for Reconstruction and Development.

Thirdly, we believe that the nuclear disarmament issue and the elimination of other weapons of mass destruction remain a challenge and a crucial urgent problem facing the international community, and to which a definitive and lasting solution can be found only through general and comprehensive disarmament under strict and effective international control. Africa has always demonstrated its readiness to bring its contribution to bear on

this process, as evidenced by the conclusion and implementation of the Pelindaba Treaty. This important step taken by Africa should be complemented by the establishment of a zone free of nuclear weapons in the Middle East taking into account the inter-dependence between the security in both regions.

We believe that illegal movement, proliferation and trafficking of light weapons constitute another threat to the peace and security of the continent, and we commit ourselves to combat this scourge and lend our support to the regional and international mechanisms charged with preventing and combating this phenomenon.

Fourthly, we underscore the fact that new forms of threat to the stability of societies and the life of individuals such as terrorism, drug trafficking, and organised crime also dangerously affect Africa and we call for a collective effort to address them. To this end, we call for the creation of appropriate mechanisms for the eradication of the phenomena of corruption, as well as arms and drug trafficking.

Indeed, terrorism, which is a transnational phenomenon, represents today a serious challenge to the values of civilisation and a flagrant violation of human rights and fundamental freedoms. It also poses serious threats to the stability and security of states and their national institutions as well as to international peace and security. While reiterating our profound attachment to the struggle waged by peoples for freedom and self-determination, in conformity with the principles of international law, we call for an effective and efficient international cooperation which should be given concrete expression, under the auspices of OAU, through a speedy conclusion of a Global International Convention for the Prevention and Control of Terrorism in all its forms and

the convening of an International Summit Conference under the auspices of the UN to consider this phenomenon and the means to combat it. Africa wants to make its full contribution by adopting its own Convention on this matter.

Fifthly, we note that the current trends in the World Economy do not augur well for Africa or for the great majority of developing countries.

Thus, despite the tremendous efforts invested by our countries to reorganise and restructure their economies at a very high social cost, our economies are increasingly facing a serious deterioration of the terms of trade, a decline in international development co-operation, a continuous fall in official development aid, an exacerbation of the external debt problem and the resurgence of protectionism on the part of the developed countries.

We, for our part, strongly believe that the promotion of economic co-operation and integration for the establishment of the African Economic Community as provided for under the Abuja Treaty will help consolidate

the efforts being deployed by our countries to revive and develop their economies and to address the major problems facing Africa, notably problems of refugees and poverty, illiteracy and pandemics including the

AHG/Decl.1 (XXXV)
Algiers Declaration

scourge of AIDS, as well as environmental problems, namely water and desertification related issues and threats to bio-diversity.

At the dawn of the Third Millennium, we the Heads of State and Government of Member States of the Organisation of African Unity solemnly affirm our determination to fully assume our responsibilities to take up all these challenges. We recognise, however, that the solutions to these challenges depend, to a large extent, on the collective will and the pooling of efforts and resources of the entire International community.

In this connection, we call for a mutually beneficial and genuine international partnership; a partnership based on a balance of interests and mutual respect; a partnership, the most crucial and immediate ingredients of which are the genuine democratisation of international relations, the renewal of multilateralism and consolidation of its instruments, the reorganisation of international cooperation based on sustained inter-dependence and the decline in national egoism, and lastly the establishment of a security system designed and functioning with the participation and involvement of all nations.

While expressing satisfaction at the various co-operation initiatives and approaches in favour of Africa, we reaffirm our readiness and willingness to promote, with all our partners, a genuine partnership devoid of any selfish calculations for influence; a partnership that respects the unity of the continent and aims at the development of Africa, rather than using it as a mere reservoir of raw materials and market for manufactured goods; a partnership that enables Africa to achieve its integration, ensure its development for the benefit of its peoples and occupy its rightful place on the international scene for the mutual and inclusive benefit of the International Community as a whole.

Together, let us enter the Third Millennium with a genuine spirit of co-operation, with restored human dignity and a common hope in an interdependent future for mankind. In this process, Africa, which is prepared to be the master of its destiny, will shoulder its share of responsibility.

AFRICAN UNION UNION AFRICAINE

THE DURBAN DECLARATION IN TRIBUTE TO THE ORGANIZATION OF AFRICAN UNITY ON THE OCCASION OF THE LAUNCHING OF THE AFRICAN UNION

We, the Heads of State and Government of the Assembly of the African Union, meeting in our inaugural session in Durban, South Africa, have adopted the following declaration in tribute to the Organisation of African Unity:

1. Thirty nine years ago, the Heads of State and Government of the then independent African Countries gathered in Addis Ababa Ethiopia to found the Organization of African Unity.
2. The main objectives for establishing the organisation were, inter alia, to rid the continent of the remaining vestiges of colonisation and apartheid; to promote unity and solidarity among African States; coordinate and intensify cooperation for development; for the defence of sovereignty, territorial integrity and consolidation of the independence of African States, as well as promoting international cooperation within the framework of the United Nations.
3. The common identity and unity of purpose engendered by the OAU became a dynamic force at the service of the African people in the pursuit of the struggle for the total emancipation of the African Continent in the political, economic and social fields. Nowhere has that dynamic force proved more decisive than in the African struggle for decolonisation. Through the OAU Coordinating Committee for the Liberation of Africa, the Continent worked and spoke as one with undivided determination in forging an international consensus in support of the liberation struggle. Today, we celebrate a fully decolonised Africa and Apartheid has been consigned to the ignominy of history.
4. Pursuant to one of the major objective of its Charter, the OAU has strived to address Africa's problem of poverty and under development and adopted strategies in this regard, including the 1980 Lagos Plan of Action and the Final Act of Lagos which continue to be the blue print for Africa's integration and development.
5. In June 1991, the Treaty establishing the African Economic Community was signed and is now in force. The Treaty seeks to build the African Economic Community through a Common Market built on the Regional Economic Communities. Today, Regional Economic Communities are consolidating and proving to be engines for integration. ECCAS, SADC, COMESA, UMA, ECOWAS, IGAD and CENSAD are making great effort at economic development and integration as well as at promoting peace through conflict resolution in their region. We remain committed to continental and global cooperation including the strengthening of Afro-Arab cooperation.

6. In the political realm, the OAU Declaration on the Political and Socioeconomic Situation in Africa and the Fundamental Changes taking place in the World of 1990, underscored Africa's resolve to seize the initiative, to determine its destiny and to address the challenges to peace, democracy and security. The Mechanism for Conflict Prevention, Management and Resolution that was established in 1993 was a practical expression of that determination to begin in earnest, the task of promoting peace and stability in Africa.
7. Through the Mechanism, the OAU has managed to address constructively many of the conflicts which have and continue to afflict our Continent. The Mechanism has made a fundamental difference, not only in its political significance of our determination to strive for peace, but more so in the practical framework it has provided for the continent to address conflicts and conflict situations.
8. The OAU has been on the vanguard in the promotion of the observance of human and people's rights. The OAU Charter on Human and People's Rights and the Grand Bay Declaration and Plan of Action on Human Rights are among the instruments adopted by the Organization to promote human rights. Underlying these instruments is a determination to ensure that Africa responds to the challenge of observing, promoting and protecting human rights and the rule of Law.
9. The OAU has also responded to the yearning of the African people for greater political freedoms inherent in democratic government. To this effect, it was at the forefront in galvanizing governments around a new determination to progressively place the people at the centre of decision making. The Charter on Popular Participation adopted in 1990 was a testimony to this new determination.
10. Today, Africa is firmly on the road to democratisation. In our Algiers decision on unconstitutional changes of Government and our Lome Declaration on the Framework for an OAU Response to Unconstitutional Changes adopted in 1999 and 2000 respectively, we reiterated our determination to see Africa governed on the basis of democracy and by governments emanating from the will of the people expressed through transparent, free and fair elections.
11. Similarly, in our 2000 Solemn Declaration on the Conference on Security, Stability, Development and Cooperation, we agreed on fundamental principles to govern our cooperation in security, and development and in the promotion of Democracy and Good Governance in the Continent.
12. Through the OAU, Africa has been able to respond to the many other challenges it faces. Whether in the protection of the environment, in fighting international terrorism, in combating the scourge of the HIV/AIDS pandemic, malaria and tuberculosis or dealing with humanitarian issues such as refugees and displaced persons, landmines, small and light weapons among others, Africa has found collective action through the OAU.
13. We, the Heads of State and Government meeting in the inaugural session of the Assembly of our African Union, honour the founding leaders of the OAU and pay tribute to their tenacity, resilience and commitment to African Unity. They stood firm in the face of the divisive manipulations of the detractors of Africa and fought for the integrity of Africa and the human dignity of all the peoples of the continent. In the same vein, we pay tribute to all the Secretaries General and all the men and women who served the OAU with dedication and commitment.
14. As we hail the achievements of the OAU, we rededicate ourselves more resolutely to its principles and objectives and to the ideals of freedom, unity and development which the founding leaders sought to achieve in establishing the Organization thirty-nine years ago. As we bid farewell to the OAU, we rededicate ourselves to its memory as a pioneer, a liberator, a unifier, an organizer, and the soul of our continent. We pledge to strive more resolutely in pursuing the ultimate goals of the OAU and in furthering the cause of Africa and its people under the African Union.

15. We reiterate our continuing commitment to the objectives of the African Union which was initiated at the fourth extraordinary session of the OAU Assembly of Heads of State and Government in the Great Socialist People's Libyan Arab Jamahiriya and as embodied in our 9.9.99 Sirte Declaration. We further rededicate ourselves to the objectives on the New Partnership of Africa's Development (NEPAD), as a programme of the African Union for strengthening inter-African cooperation and integration in a globalising world and to overcome the prevalence of poverty and strive for a better quality of life for all the peoples of Africa.

16. We commit ourselves to urgently establish all institutional structures to advance the agenda of the African Union and call on all Member States to honour their political and financial commitments and to take all the necessary actions to give unwavering support to all the Union's initiatives aimed at promoting peace, security, stability, sustainable development, democracy and human rights in our continent.

17. In order to ensure the involvement of our peoples and their civil society organisations in the activities of the Union, we recommit ourselves to the early establishment of the Pan African Parliament and the Economic, Social and Cultural Council (ECOSOCC) as envisaged in the Constitutive Act of our Union.

18. We welcome and recognise the important contribution of the youth, women, business community, parliamentary representatives and civil society and call upon these stakeholders to continue participating fully as partners in the regeneration of the African Continent through the programmes of the African Union. We reaffirm, in particular, the pivotal role of women in all levels of society and recognise that the objectives of the African Union cannot be achieved without the full involvement and participation of women at all levels and structures of the Union.

19. We note the importance of continuing to cooperate with Africa's partners as well as regional and continental organisations in the furtherance of the objectives of the African Union.

20. As we enter a new era in the history of our continent, we commit ourselves to the principles and objectives that we set out in the Constitutive Act of our Union in order to ensure that our peoples live in peace and prosperity. We also rededicate ourselves to implementing all programmes, policies and decisions of the African Union.

Durban, South Africa, 10 July 2002

Anexo 4 referente ao Capítulo IV - Dinâmicas de desenvolvimento africano: a UA e a NEPAD -
O Mecanismo Africano de Avaliação por Pares (APRM/MAAP)

CONFERÊNCIA DOS CHEFES
DE ESTADO E DE GOVERNO
Trigésima-Oitava Sessão da
Organização da Unidade Africana
8 de Julho de 2002

Durban, ÁFRICA DO SUL

AHG/235 (XXXVIII)
Anexo 2

A NOVA PARCERIA PARA O DESENVOLVIMENTO DE ÁFRICA
(NEPAD)
O MECANISMO AFRICANO DE AVALIAÇÃO DOS PAES
(APRM/MAAP)

A NOVA PARCERIA PARA O DESENVOLVIMENTO DE ÁFRICA (NEPAD)
O Mecanismo Africano de Avaliação dos Pares (APRM/MAAP)

1. O Mecanismo Africano de Avaliação dos Pares (APRM/MAAP), é um instrumento aceite voluntariamente pelos Estados Membros da União Africana, como um Mecanismo Africano de autoavaliação regular.

Mandato do MAAP

2. O mandato do Mecanismo Africano de Avaliação pelos Pares é de assegurar que as políticas e práticas dos Estados participantes estejam em conformidade com os valores políticos, económico e de governação colegial acordados, e de códigos e normas contidos na Declaração sobre Democracia, Governação Política, Económica e Colegial. O APRM/MAAP, é o instrumento mutuamente aceite para a auto-avaliação regular dos governos membros participantes.

Objectivo do MAAP

3. O MAAP tem como objectivo primordial, encorajar a adopção de políticas, normas e práticas que conduzam à estabilidade política, a um alto crescimento económico, ao desenvolvimento duradouro e a rápida integração económica a nível sub-regional e continental, através do intercâmbio de experiência e do reforço de melhores e bem sucedidas práticas, incluindo a identificação das deficiências e a avaliação das necessidades do reforço das capacidades.

Princípios do APRM/MAAP

4. Todo o exercício de avaliação levado a cabo no âmbito da autoridade do Mecanismo, deverá ser tecnicamente competente, credível e livre de manipulação política. Estas disposições constituem no seu todo os princípios fundamentais de orientação do Mecanismo.

Participação no processo Africano de Avaliação dos Pares

5. A participação no processo será aberto a todos os Estados Membros da União Africana. Após a adopção da Declaração sobre Democracia, Governança Política, Económica e Colegial pela União Africana, os países que desejarem participar no MAAP deverão informar o Presidente do Comité de Implementação dos Chefes de Estado e de Governo da NEPAD. Isto requererá o compromisso de submeter às avaliações periódicas dos pares, bem como de facilitar tais análises, e serem orientadas por critérios previamente acordados de uma boa governação política, económica e colegial.

Liderança e Estrutura Gestionária

6. Propõe-se que as operações do MAAP sejam dirigidas e geridas por um Painel composto por 5 ou 7 Personalidades Eminentes. Os membros do Painel deverão ser africanos que se tenham destacado pessoalmente em carreiras, consideradas pertinentes ao trabalho do APRM/MAAP. Além disso, os membros do Painel devem ser indivíduos de grande reputação moral manifestamente devotados aos ideais do Panafricanismo.

7. Os candidatos ao Painel serão indicados pelos países participantes, seleccionados pelo Comité de Ministros e nomeados pelos Chefes de Estado e de Governo dos Países Participantes. Em aditamento aos critérios acima referidos, os Chefes de Estado e de Governo assegurarão que o Painel tenha competência nos domínios de governação política, gestão macro-económica e em finanças públicas, e governação colegial. A composição do painel reflectirá também um equilíbrio regional, igualdade dos géneros e a diversidade cultural.

8. Os membros do Painel servirão por um período de 4 anos e serão substituídos segundo o critério de rotação.

9. Os Chefes de Estado e de Governo dos países participantes nomearão o Presidente do Painel de entre os seus membros. O Presidente servirá por um período máximo de 5 anos. Os critérios para a nomeação ao posto de Presidente, serão os mesmos para os membros

do Painei, excepto o facto de que o candidato deverá serum indivíduo com antecedentes de liderança comprovada numa das seguintes áreas: Governo, administração pública, desenvolvimento e sector privado.

10. O Painei exercerá a função de supervisor do processo de avaliação, particularmente para assegurar a sua integridade. A sua missão e tarefas serão delineadas numa carta, que irá igualmente definir os mecanismos de informação aos Chefes de Estado e de Governo dos países participantes. A Carta assegurará a independência, objectividade e integridade do Painei.

11. O Secretariado poderá contratar, com a aprovação do Painei, os serviços de peritos e instituições africanos que considerar competentes e apropriados para trabalhar como seus agentes, no processo de avaliação dos Pares.

12. O Painei contará com a assistência de um Secretariado competente, com a capacidade técnica de efectuar o trabalho de análise que apoie o processo de avaliação dos Pares e esteja em conformidade com os princípios do MAAP. O Secretariado terá as seguintes funções: manter uma base exaustiva de dados de informações sobre os desenvolvimentos político e económico em todos os países participantes; preparar documentos de base para os Grupos de Avaliação dos Pares; propor indicadores de desempenho; e acompanhar o desempenho de cada país.

Periodicidade e Tipos de Avaliação dos Pares

13. Na altura da adesão formal ao processo de avaliação dos Pares, cada Estado deverá definir claramente, um Programa de Acção calendarizado para a implementação da Declaração sobre Democracia, Governação Política, Económica e Colegial, incluindo avaliações periódicas.

14. Haverá quatro tipos de Avaliação:

- a primeira, trata-se de uma avaliação de base efectuada em oito meses, do país que se tornar membro do processo do APRM;

- depois haverá uma avaliação periódica, de dois em dois anos ou de quatro em quatro anos;
- além disso, um país poderá, por razões próprias, solicitar uma avaliação que não faça parte das avaliações periódicas mandatadas; e
- por último, os sinais de iminência de crises políticas, ou económicas num país membro, constituirão também motivo suficiente para avaliação. Uma avaliação do género poderá ser realizada a pedido dos Chefes de Estado e de Governo participantes, num espírito de ajuda ao respectivo governo.

O Processo do APRM/MAAP

15. O processo implicará avaliações periódicas das políticas e práticas dos Estados participantes para verificar os progressos feitos no processo de materialização dos objectivos mutuamente acordados, e a observância dos valores de governação política, económica e colegial, dos códigos e normas, tal como expressos na Declaração sobre Democracia, Governação Política, Económica e Colegial.

16. O processo de Avaliação dos Pares levará os países a analisar seriamente o impacto das políticas internas, não apenas na estabilidade política interna e no crescimento económico, mas também nos países vizinhos. Isto promoverá o sentido de responsabilidade mútua, assim como a observância das melhores práticas.

17. Considerando que os países africanos se encontram em diferentes níveis de desenvolvimento, um país, ao aderir ao Mecanismo, será objecto de uma avaliação (avaliação de base), e o mesmo terá de elaborar um calendário (Programa de Acção), para efectuar progressos na materialização das normas e objectivos previamente acordados, tendo em conta as circunstâncias particulares desse Estado.

Fases do Processo de Avaliação dos Pares

18. A Fase Um envolverá um estudo de governação política, económica e colegial, e do desenvolvimento da situação no país a ser avaliado, apoiado principalmente nos

documentos de base actualizados, preparados pelo Secretariado do MAAP e no material fornecido por instituições nacionais, sub-regionais, regionais e internacionais.

19. Na Fase Dois, o Grupo de Avaliação efectuará uma visita ao país interessado onde a ordem de prioridades da missão será: a realização do maior número de consultas possível com o governo, oficiais, partidos políticos, parlamentares e representantes de organizações da Sociedade Civil (incluindo os órgãos de comunicação social, universidades, sindicatos, comércio, associações de profissionais).

20. A Fase Três tratar-se-á da preparação do relatório do Grupo, que será feito com base em materiais informativos elaborados pelo Secretariado do MAAP, e na informação fornecida no país por fontes oficiais e não-oficiais, durante uma série de consultas e interações com as partes interessadas. O relatório deve ser avaliado em função dos compromissos aplicáveis de governação política, económica e colegial, assumidos e o Programa de Acção.

21. O projecto de relatório do Grupo é, primeiramente, discutido com o respectivo Governo. Esta discussão servirá para assegurar a precisão da informação e conceder ao governo a oportunidade de reagir às constatações do Grupo e apresentar os seus pontos de vista sobre a forma como resolver as dificuldades identificadas. As respostas do Governo serão anexadas ao relatório do Grupo.

22. O relatório do Grupo poderá requerer uma revisão em alguns pontos em que forem identificados alguns problemas. Haverá vontade por parte do Governo de tomar as decisões e medidas necessárias por forma a corrigir o que for identificado como errado? Que recursos são necessários para corrigir a situação? Que recursos poderá o Governo dispor, e quanto será necessário das fontes externas? Havendo os necessários recursos, quanto tempo levará a rectificação do processo?

23. A Fase Quatro, tem início quando o relatório é submetido aos Chefes de Estado e de Governos participantes, através do Secretariado do MAAP. A análise e a adopção do relatório final pelos Chefes de Estado e de Governos participantes, incluindo as suas decisões a este respeito, marcam a conclusão desta fase.

24. Se, por ventura, o Governo do país em questão demonstrar claramente a sua vontade de solucionar os problemas identificados, caberá depois aos governos participantes proporcionar assistência que puderem assim como exortar os governos e agências doadoras no sentido de prestarem igualmente assistência ao país avaliado. Porém, se o Governo não manifestar essa vontade política necessária, os Estados participantes deverão primeiro fazer o possível, para envolvê-lo num diálogo construtivo, oferecendo neste processo a assistência técnica e outra apropriada. Se o diálogo provar ser ineficaz, os Chefes de Estado e de Governos participantes informarão esse Governo da sua intenção colectiva de prosseguir com medidas apropriadas, numa determinada data. O intervalo deverá servir para o Governo se concentrar e aproveitar mais essa oportunidade para resolver os problemas identificados, no âmbito de um processo de diálogo construtivo. As medidas apropriadas deverão ser sempre utilizadas como um último recurso após ter-se esgotado todas as outras considerações.

25. Decorrido seis meses da análise do relatório, pelos Chefes de Estado e de Governo dos Países Membros participantes, o mesmo deverá ser apresentado formal e publicamente em estruturas-chave aos níveis regional e sub-regional, tais como o Parlamento Pan-africano, a Comissão Africana sobre Direitos do Homem e dos Povos, o previsto Conselho de Paz e Segurança e o Conselho Económico, Social e Cultural (ECOSOC), da União Africana. Esta é a quinta fase e última do processo.

Duração da Avaliação dos Pares

26. O período de duração do processo de avaliação dos Pares de cada país não deverá ser superior a seis (6) meses, com início a partir do arranque da Fase Um até

à data em que o relatório é submetido para consideração dos Chefes de Estado de Governo.

Financiamento do Mecanismo de Avaliação pelos Pares

27. O financiamento para o Mecanismo será feito através das contribuições fixadas dos Estados Membros participantes.

Avaliação do MAAP

28. A Conferência dos países participantes fará a avaliação do MAAP, uma vez de cinco em cinco anos, com vista a torná-lo mais dinâmico.

Declaração de Lisboa – Cimeira UE-África
(Lisboa, 8-9 de Dezembro de 2007)

A Cimeira de Lisboa, que reúne a União Europeia e a África, proporcionou-nos uma oportunidade única para juntos abordarmos os desafios comuns com que hoje se confrontam os nossos continentes, no ano em que celebramos o 50.º aniversário da integração europeia e o 50.º aniversário do início da independência de África.

Reunimo-nos tendo bem presentes os ensinamentos e as experiências do passado, mas também na certeza de que o nosso futuro comum exige uma abordagem audaciosa que nos permita enfrentar com confiança as exigências do nosso mundo cada vez mais globalizado.

Desde a nossa primeira reunião, em 2000 no Cairo, muita coisa mudou. Em África, assistimos à criação da União Africana, que proporciona um novo quadro continental para abordar as questões africanas e se tornou uma voz respeitada do continente, bem como do seu instrumento económico, a NEPAD. Na Europa, a UE cresceu em número de membros e em esfera de acção, aprofundando o seu processo de integração e adquirindo novas responsabilidades no mundo. À escala mundial, temos hoje uma consciência mais clara da nossa interdependência vital e estamos decididos a congregar esforços para enfrentar os principais desafios políticos do nosso tempo, como a energia e as alterações climáticas, as migrações ou as questões de género.

Como testemunho das nossas ambições, e de tudo o que hoje partilhamos e partilhámos no passado, estamos decididos a construir uma nova parceria política estratégica para o futuro, ultrapassando a tradicional relação doador-receptor e partindo de valores e objectivos comuns, na via da paz, da estabilidade e do Estado de direito, do progresso e do desenvolvimento.

Desenvolveremos esta parceria de iguais, baseada no empenhamento efectivo das nossas sociedades, de modo a alcançar resultados significativos no contexto dos nossos compromissos fundamentais, a saber: a realização dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio; a constituição de uma sólida arquitectura de paz e segurança em África; o reforço do investimento, do crescimento e da prosperidade através da integração regional e do estreitamento dos laços económicos; a promoção da boa governação e dos direitos humanos; e a criação de oportunidades para moldar a governação mundial num quadro aberto e multilateral. Estamos decididos a dar a esta nova parceria estratégica os meios e instrumentos necessários que lhe permitam pôr em prática a Estratégia Conjunta e o Plano de Acção que hoje aprovámos, e criámos para tal um mecanismo de acompanhamento abrangente e eficaz, capaz de assegurar resultados na concretização destes objectivos e de nos dar a ver esses resultados por ocasião da Terceira Cimeira, que terá lugar em 2010.

Estamos convictos de que esta Cimeira será lembrada como um momento de reconhecimento da maturidade e da transformação operada no nosso diálogo de continentes, inaugurando novas vias e oportunidades para agir colectivamente em prol do nosso futuro comum.

Anexo 6 referente ao Capítulo VII - A visão dos são-tomenses perante os desafios da União Africana e suas perspectivas de desenvolvimento – Questionário: ensaio

Atenção 1:

- a) A prova é constituída por três partes. A primeira – constituída por 10 perguntas - de resposta sucinta, valerá 0,8 valores cada; segunda e terceira são de reflexão/desenvolvimento e classificadas com 5 e 7 valores.

- 1 – Como se chama o Presidente da Comissão Africana? _____
- 2 – Como se chama a capital política de Marrocos? _____
- 3 – Como se chama a moeda sul-africana? _____
- 4 – Entre os anos 30 e 45 do século passado existiam apenas três (3) Estados em África com a “soberania limitada”, a saber: Egipto, _____ e _____.
- 5 – Como se chama o mais recente estudo estratégico desenvolvido pelos africanos? _____
- 6 – Cite três nomes de individualidades africanas que, de uma forma ou de outra, lutaram para a independência do continente. _____; _____ e _____.
- 7 – Como se chama a cidade africana onde esteve sedeada a OUA? _____
- 8 – Em que década se pode afirmar dizer que a economia africana começou o descalabro? _____.
- 9 – O que entende pela sigla “BRIC”? _____
- 10 – Em que meses e anos teve lugar a Conferencia de Berlim que ditou a colonização efectiva de África? _____

Atenção 2:

- b) Quatro sugestões: (1) Tenha o cuidado de fundamentar as suas opiniões; (2) Se utilizar alguma citação, não exagere na sua dimensão e não se esqueça de incluí-la entre aspas, nem das referências adequadas; (3) Não exagere, também, na dimensão do comentário; (4) Procure utilizar uma escrita suficientemente legível.
-

1. Considere a seguinte informação estatística sobre as economias da África Subsaariana, para cinco anos seleccionados:

Indicadores	1970	1980	1990	2000	2005
Produto Interno Bruto (PIB) – milhões de dólares	64271.0	273026,8	302890.3	341645.8	621878,7
População (milhões de habitantes)	289.6	385.0	514.4	662.9	743.1
Taxa de crescimento do PIB (%)	7.8	4.2	1.1	3.5	5.7
Taxa de crescimento da população (%)	2.7	3.1	2.9	2.5	2.3
Investimento bruto (em percentagem do PIB)	22.5	24.8	17.7	17.8	19.4
Poupança interna bruta (em percentagem do PIB)	19.6	25.9	18.8	19.1	17.6
Exportações (em percentagem do PIB)	21.9	31.9	27.2	32.1	32.7
Importações (em percentagem do PIB)	24.7	30.8	26.1	30.8	34.7
Ajuda pública ao desenvolvimento (milhões de dólares)	1.172,70	7,623,1	17839.0	13194.1	32620.2
Investimento directo estrangeiro (milhões de dólares)	831.4	188.3	1210.0	6796.9	16558.9

World Bank (2007). *World Development Indicators 2007 CD-Rom*. Washington: The World Bank

Ainda que a informação seja referente apenas a cinco anos, o que dificulta uma verdadeira análise de tendência, ela permite ter uma percepção de alguns caracteres fundamentais do processo de desenvolvimento económico na África Subsaariana, desde 1970. Com base nos conhecimentos adquiridos ao longo desta Disciplina, faça uma análise da situação que essa informação descreve, dos problemas fundamentais que se colocam e, em função disso, do tipo de modificações que lhe parecem necessárias para dinamizar o processo de desenvolvimento económico.

2 – Considere as seguintes citações:

«Apesar de todos os esforços desenvolvidos pelos seus líderes, a África continua a ser o continente menos desenvolvido. 20 dos 30 países menos desenvolvidos do mundo são africanos. A África é sensível aos efeitos desastrosos de doenças naturais e endémicas dos tipos mais cruéis e é vítima da exploração colonial resultante do colonialismo, racismo e *apartheid*. De facto, a África foi directamente explorada durante o período colonial e nas duas últimas décadas; esta exploração tem sido conduzida através de forças externas neocolonialistas, que procuram influenciar as políticas económicas e as orientações dos países africanos»

[OAU (1981) – *Lagos Plan of Action for the Economic Development of Africa, 1980-2000*. Addis Ababa, Reprint by the OAU, p.5].

«A principal contribuição do AAF-SAP é a sua natureza holística, na qual o quadro macroeconómico, as medidas e orientações de política e as estratégias de execução tomam em consideração as relações dinâmicas existentes entre todos os principais elementos relacionados com o ajustamento com transformação. Consequentemente, a dicotomia entre ajustamento estrutural e desenvolvimento de longo prazo é eliminada. O quadro alternativo também enfatiza a mobilização total e a utilização eficiente dos recursos domésticos e a necessidade de estabelecer um ambiente que permita o desenvolvimento sustentável e a adopção de uma abordagem pragmática entre os sectores público e privado. Acima de tudo, no centro do quadro alternativo encontra-se a dimensão humana – o reconhecimento de que é só através da motivação e da capacitação das pessoas, assim como da garantia da distribuição equitativa do rendimento que o desenvolvimento pode ter lugar numa base sustentável. Um programa de ajustamento que marginalize as pessoas está condenado ao fracasso.»

[Economic Commission for Africa (1989) – *The African Alternative Framework to Structural Adjustment Programme for Socio-Economic Recovery and Transformation (AAF-SAP)*. Addis Ababa, United Nations Economic Commission for Africa, p. iii].

«O empobrecimento do continente africano foi acentuado principalmente pelo legado do colonialismo, a Guerra-Fria, o funcionamento do sistema económico internacional e pelas inadequações e falhas nas políticas seguidas por muitos países na era pós-independência. (...) Os líderes africanos aprenderam com as suas próprias experiências que a paz, segurança, democracia, boa governação, direitos humanos e uma gestão económica saudável são condições para o desenvolvimento sustentável. Eles estão a assumir o compromisso de trabalhar, individual e colectivamente, para promover esses princípios nos seus países e sub-regiões e no continente.»

[NEPAD Secretariat (2001) – *The New Partnership for Africa's Development (NEPAD)*. Abuja, pp. 4 e 16].

As três citações propostas foram extraídas de documentos que materializam o percurso da reflexão africana sobre as causas do fracasso de desenvolvimento do continente desde a década de 1970 e as propostas de relançamento do processo de desenvolvimento. Tendo em atenção os documentos utilizá-las, quer no que se refere à explicação das causas da crise, como nas contribuições para a construção de um modelo de desenvolvimento para o continente.

“A visão dos são-tomenses perante os desafios da União Africana e suas perspectivas de desenvolvimento para São Tomé e Príncipe”

Tenho como objectivo desenvolver um estudo de Análise da Estratégia de Desenvolvimento da União Africana numa perspectiva de aplicação à realidade de São Tomé e Príncipe. Entretanto, este trabalho realiza-se no âmbito da tese de Doutoramento em Ciências Sociais, na Especialidade de Desenvolvimento Sócio-Económico no Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (ISCSP). Salienta-se ainda que este estudo tem fins meramente pedagógicos e académicos e mantêm-se o anonimato e a confidencialidade das respostas dadas pelos inquiridos. Isto é, os dados recolhidos servirão apenas ao tratamento estatístico. Nesse sentido gostaria de poder contar com a sua colaboração, respondendo (marcando com um “x” as seguintes questões):

I - Caracterização social

1 – Sexo: M ____ F ____.

2 – Idade: 18-25____; 26-35____; 36 ou mais____.

3 – Estado civil: Solteiro/a____; Casado/a____; Viúvo/a____.

4 – Grau de escolaridade: 1º a 3º Ciclo____; Secundário____; Bacharel____; Licenciatura____; Mestrado____; Doutoramento____.

5 – Funções que exerce: Estudante____; Administrativo____; Doméstico____; Outro____.

6 – Já trabalhou em alguma organização internacional: Sim____; Não____.

7 – Já viajou para algum outro país africano: Sim____; Não____.

II - Percepções sobre a História de África

1 -Conheço a História da África: Muito bem____; Bem____; Pouco____; Não me interessa____.

2 -Tudo o que sei sobre África aprendi: dos jornais____; da televisão____; da rádio____; na escola____.

3 -Os fósseis mais antigos do mundo foram achados no Egito: Verdadeiro____; Falso_____.

4 –A conferencia de Berlim que ditou a colonização efectiva de África decorreu entre: a) 1960 a 1961 _____; b) 1884 a 1885 _____; c) 1974 a 1975_____.

5 - Um desses países não foi potência colónia: a) Portuga____; Espanha _____; França _____; México _____.

6 – A Libéria por exemplo, nunca foi colonizada. Verdadeiro ____; Falso____; NS/NR_____.

7 – Em tempos, a República Democrática do Congo se chamou: República Bendita____; Assunção _____; Zaire _____.

8 – A capital da Zâmbia chama-se: Lusaka____; Varsóbia Zambiana____; Zamzibar ____.

9 – A capital política de Zâmbia chama-se: Lusaka ____; Rio Douro____; Addis Abeba _____.

10 – Plano de Acção de Lagos é o primeiro estudo de diagnóstico da temática africana pós-independência e elaborado pelos próprios africanos. Verdadeiro _____; Falso ____; NS/NR_____.

11 – Entre os anos 30 e 45 do século passado existiam apenas três (3) Estados em África com a “soberania limitada”, a saber: Egito, _____ e _____.

12 – Cite se souber duas individualidades africanas que, de uma forma ou de outra, lutaram para a independência do continente. _____ e_____.

13 –Em que década se pode afirmar dizer que a economia africana começou o descalabro? 1980____; 1990____; Não sei_____.

14 – A economia de todos os países africanos representa, no seu conjunto, 1% do comércio internacional. Verdadeiro _____; Falso ____; Talvez _____.

15 –A economia mais saudável em África a Sul do Sahara é a de: Cabo Verde____; Mauritânia____; Africa do Sul____; Angola____; Tunísia; Espanha.

III - Percepções sobre a União Africana

1– A União Africana é a sucessora da OUA. Verdadeiro____; Falso_____.

2 –A União Africana foi instituída em Durban, África do Sul, em: 1963____; 1975____; 2002____; 2007, em Lisboa_____.

3 – A União Africana está sediada em: Lomé___; Casablanca___; Addis Abeba___; Patrícia___; Sham el-Sheik___; NS/NR___.

4 – O Presidente da União Africana chama-se: Muammar Qadhafi___; Thabo Mbeki___; Jakaya Kikwetw___; ou Abdulaye Wade (Senegal)___.

5 –O Presidente da Comissão da União Africana chama-se: Inonge Mbikisa Lewanika (Zâmbia)___; Alpha Oumar Konaré (Mali)___; Jean Ping (Gabão)___.

6 – Escreva um nome de 1 dos 8 comissários da União Africana:_____.

7 – Quanto a integração regional, São Tomé e Príncipe é membro de: a) União Magrebe Árabe___; Comunidade Económica da África Ocidental___; Comunidade Económica dos Estados da África Central___; Parceiro Estratégico dos EUA___.

8 – Já ouviu falar da Nova Parceria para o Desenvolvimento Africano (NEPAD)? Sim___; Não___.

9 –NEPAD foi adoptada pelos Estados Africanos em: Outubro de 2001___; Julho 2008___; Abril 1981___; Assembleia-geral da ONU, 2000___.

10 – A NEPAD definiu 11 objectivos específicos para o desenvolvimento do continente. Podia citar um?_____.

11 – Por não haver outros produtos competitivos, o petróleo assume um papel determinante no peso das relações diplomáticas entre os países africanos e os parceiros de cooperação. Sim, sem dúvida___; a vezes ___; não, é apenas mais um___.

12 – Na actualidade, os actores de cooperação mais influentes em África são: (1) República da China, EUA e União Europeia___; (2) R.C. (Taiwan),EUA e Índia ___ ou (3) Polónia, República da China e Azerbaijão___.

13 –Em sua opinião, os acordos de parceria entre a África e os países e blocos económicos desenvolvidos apenas penalizam, ainda mais, o continente africano? Concordo___; Discordo___; NS/NR___.

14 – Pretende-se criar um Governo Central Africano. Concordo___; Discordo___; Indiferente___.

15 – Se concordar que há dificuldades em hierarquizar as causas do subdesenvolvimento no continente africano, como enumeraria (de 1 a 6) as questões abaixo: as questões fronteiriças___; a corrupção___; a existência do petróleo___; o índice de analfabetismo existente___; os factores extra africanos___.

16 – Acredita nos líderes africanos? Sim___; Não___.

17 – Acha que existem dissimetrias entre os países membros da UA que podem condicionar uma estratégia conjunta? Sim___; Não___; Talvez___.

18 – As decisões tomadas no seio da UA me chegam com facilidade. As vezes___; Sempre___; Nunca___.

19 – Em sua opinião, julga que a UA está distanciada dos Povos que representa? Totalmente distanciada___; Está bem assim___; Nem por isso___; Não sei___.

20 – Face as dificuldades interna dos países membros, os orçamentos da UA são financiados pelos parceiros de cooperação. Julga que isso condiciona as estratégias de desenvolvimento do continente? Sim___; Não___; NS/NR___.

21 – Conheço o papel que São Tomé e Príncipe desempenha na UA: Sim___; Não___.

22 – Acredita que o desenvolvimento de São Tomé e Príncipe passa induscutivelmente pelas estratégias da UA para o continente? Verdadeiro___; Falso___; Talvez___; Nunca___.

23 – Pode dizer-se que a economia africana a partir de um determinado momento desligou-se da realidade permanecendo nesse universo virtual de formalismo e romantismo económico distanciando-se da realidade e dos procedimentos “sui generis” sobre a produção, a distribuição, o consumo, a acumulação e a divisão. Verdadeiro___; Falso___; NS/NR___.

24 – As notícias relacionadas com a UA me chegam através da: Rádio___; Televisão___; Internet___; Jornal___; Outros___.

25 – Em sua opinião, África está preparada para fazer face a Globalização? Sim___; Não___; Talvez___.

26 – No conto geral, a minha visão sobre a UA é: Muito bom___; Bom___; Suficiente___; Insuficiente___; Medíocre___.

Muito obrigado pela sua colaboração.

- Guião de Entrevista -

- Temas abordados: União Africana, Nova Parceria para o Desenvolvimento de África e Insularidade – São Tomé e Príncipe -

Número	Secção – Questão
A	Chamo-me Esterline Gonçalves Género, de nacionalidade são-tomense e tenho como objectivo desenvolver um estudo de Análise da Estratégia de Desenvolvimento da União Africana numa perspectiva de aplicação à realidade de São Tomé e Príncipe. Entretanto, este trabalho realiza-se no âmbito da tese de Doutoramento em Ciências Sociais, na Especialidade de Desenvolvimento Sócio-Económico no Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (ISCSP). Salienta-se ainda que este estudo tem fins meramente pedagógicos e académicos e mantêm-se o anonimato e a confidencialidade das respostas dadas pelos inquiridos. Isto é, os dados recolhidos servirão apenas ao tratamento estatístico. Nesse sentido gostaria de poder contar com a sua colaboração, respondendo as questões abaixo.
0	Secção I – Questões sobre a União Africana
1	Os temas relacionados com a União Africana não costumam merecer destaque em São Tomé e Príncipe. Não se estuda a União Africana nas Escolas. Pouco se fala do papel da mesma, sua importância, perspectivas e outros. Que justificação encontra para esta situação?
1 - Resposta	
2	A União Africana é a sucessora da OUA. A sucessão nasce, segundo os decisores africanos, pela necessidade de dotar a instituição de valências para fazer face a uma nova conjuntura africana e internacional. Na sua opinião, em que medida a União Africana tem cumprido este papel?
2 - Resposta	
3	A RASD é um Estado-membro da União Africana. Todavia, alguns Estados membros não lhe reconhecem esse estatuto. Até que ponto este assunto contribui para o bom funcionamento da União Africana?
3 - Resposta	
	As estruturas das Organizações Internacionais em muito reflectem os caminhos a serem

4	trilhados para o cumprimento dos objectivos da mesma. Em sua opinião, a União Africana teria dado passos maiores do que a maioria dos seus membros ou será apenas o reflexo do estilo de liderança em diferentes fases da vida da União?
4 - Resposta	
5	Desde a institucionalização da União Africana, a instituição tem vindo a trabalhar no sentido de cumprir com os objectivos traçados na sua carta constitutiva. Um desses objectivos é de representar os cidadãos africanos. Que comentário pode fazer da participação/contributo dos cidadãos para o fortalecimento da União?
5 - Resposta	
6	Não descorando outros mecanismos para o efeito, pensa-se que são vários os países membros da União Africana que não se dispõem por exemplo de qualquer representação junto a União nem desta nesses mesmos países. Em que medida é relevante para que os cidadãos se sentem representados?
6 - Resposta	
7	Um dos objectivos da União Africana é de falar a uma só voz em todas os domínios de interesse africano. Contudo, vários episódios transmitem aos cidadãos uma ideia contrária. Será este o reflexo da falta de consolidação da União como tal, da incapacidade de se impor perante as ambições dos diferentes Estados ou simplesmente o cumprimento do respeito a soberania, integridade territorial e independência dos seus Estados Membros?
7 – Resposta	
8	Assiste-se na União Africana uma dissimetria a nível de desenvolvimento, da democracia, da boa governação, etc. Em que medida a União poderá ajustar essas dissemelhanças?
8 - Resposta	
9	Por razões desconhecidas, certos blocos regionais e países economicamente mais fortes têm preferido abordagens directas, isto é, bilateral, com a União Africana em detrimento do multilateralismo?
9 – Resposta	
10	Em sua opinião, acha que o modelo da União Africana vai ao encontro das especificidades de cada Estado membro ou deve ser os Estados a se adaptarem as estruturas da União?
10 – Resposta	
11	Pensa-se que a UA não está totalmente consolidada. Como vê a ideia de se criar os Estados Unidos de África?

11 – Resposta	
0	Secção II – Questões sobre a NEPAD
1	<p>A NEPAD é um programa da União Africana que materializa a visão holística desenvolvida pelos líderes Africanos numa moldura de parceria entre os países Africanos com o objectivo de promover o desenvolvimento sustentável de África.</p> <p>A forma como é feita a divulgação da NEPAD em São Tomé e Príncipe contribui para esse objectivo (isto é, por parte dos são-tomenses)?</p>
1 – Resposta	
2	<p>Em traços gerais, poder-se-ia dizer que o objectivo da NEPAD é o de conferir uma nova dinâmica ao desenvolvimento de países membros da União África, através da redução dos fossos existentes nos sectores prioritários, permitir que o continente Africano alcance os níveis de desenvolvimento atingidos nos países desenvolvidos. Que projecto desenvolvido pela NEPAD em São Tomé e Príncipe conhece?</p>
2 – Resposta	
3	<p>Diz-se entretanto que a NEPAD é um bom instrumento para o desenvolvimento do continente africano, dentre outros, por ter sido concebido pelos próprios africanos que conhecem a realidade do continente. Encontra na NEPAD respostas bastantes que vão de encontro das especificidades insulares de São Tomé e Príncipe?</p>
3 – Resposta	
4	<p>A NEPAD é visto como a estratégia inovadora. Mas, de facto, o que terá a NEPAD em comparação com o “Plano de Acção de Lagos” desenvolvidos igualmente pelos africanos na década de 1980?</p>
4 – Resposta	
5	<p>O suporte financeiro da NEPAD é estendido aos parceiros extra africanos no sentido de promover a paz, a estabilidade, a democracia, óptima gestão económica e desenvolvimento centrados no povo. Em que medida se possa falar de um desenvolvimento autónomo ou mesmo da certeza de desenvolvimento?</p>
5 – Resposta	
6	<p>A UA/NEPAD definiram que os países membros devessem respeitar todo um conjunto de procedimentos com vista a restaurar e manter a estabilidade macro-económica através da definição de padrões de metas para as políticas fiscais e monetárias bemcomo a introdução de quadros institucionais apropriados para o alcance desses padrões. Em que medida, em sua opinião, o acordo de cooperação económica assinado entre São Tomé e</p>

	Príncipe e a União Europeia ajuda para esse fim?
6 – Resposta	
7	São Tomé e Príncipe faz parte da CEEAC, uma estrutura de integração económica regional igualmente delineada pela União Africana. Acha que a realidade “geo-social” do país se adequa a uma integração económica?
7 – Resposta	
8	Dizem as estatísticas haver uma maior articulação comercial entre São Tomé e Príncipe e países extra CEEAC. Nessas condições, até que ponto pode-se falar de uma integração económica?
8 – Resposta	
9	Ainda no quadra da integração económica, São Tomé e Príncipe está melhor servido em ligação aérea e marítima com a Europa do que com os membros africanos e vizinhos. Que comentário lhe sugere fazer?
9 – Resposta	
10	Há, na sua opinião, articulação entre os projectos do Fundo Monetário Internacional /Banco Mundial com a NEPAD para o desenvolvimento de São Tomé e Príncipe?
10 – Resposta	
0	Secção III – Questões sobre São Tomé e Príncipe
1	Atendendo as especificidades geo-sociais de São Tomé e Príncipe, qualquer plano de desenvolvimento digno do nome deverá ter em conta essas mesmas especificidades. Sendo país independente há 35 anos, acredita-se que o mesmo conheceu vários planos de desenvolvimento. Todavia, o objectivo de desenvolvimento segue estando adiado. A que se deve?
1 – Resposta	
2	Em sua opinião, quais seriam as fundamentais causas do subdesenvolvimento de São Tomé e Príncipe?
2 – Resposta	
3	Admitindo hipótese de que a instabilidade política seja uma das causas do subdesenvolvimento de São Tomé e Príncipe, questiona-se se a mesma terá influencia (1) do estilo individual dos seus dirigentes, do sistema político definido na constituição e/ou das influências externas?
3 – Resposta	

4	Nos últimos quatro Índice de Desenvolvimento Humano do PNUD, São Tomé e Príncipe ocupou as posições 127, 123, 128 e 131 respectivamente. Que leitura merece essas oscilações?
4 – Resposta	
5	Não obstante as especificidades de cada país, São Tomé e Príncipe conhece os efeitos reais das causas geo-sociais/insularidade que penalizam tanto as importações como as exportações. O cacau por exemplo, o produto mais exportado, depois das privatizações das roças, viu cair vertiginosamente a produção e qualidade, deixando de ter o então peso a nível da competitividade; contrastado com as importações que, pelas mesmas razões da insularidade, fazem com que os preços no mercado interno sejam elevados. Que leitura faz deste assunto no quadro do desenvolvimento sócio-económico do país?
5 – Resposta	
6	A respeito dos Objectivos do Desenvolvimento do Milénio, passados 9/10 dos 15 anos propostos, prevê-se que São Tomé e Príncipe cumpra, dos 8, um total de 3 ou 4 objectivos. Uma vez que o seu cumprimento depende essencialmente dos esforços conjugados de todos os são-tomenses, a questão que se coloca é de saber a razão deste balanço aparentemente negativo?
6 – Resposta	
7	São Tomé e Príncipe conta com uma considerável dependência de ajudas externas. Os Orçamentos Geral do Estado evidenciam anualmente essa dependência em mais de 85%. Em que medida pensa que o Governa deveria proceder para inverter este cenário?
7 - Resposta	
8	A privatização das raças é uma das recomendações do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial. Que papel desempenha São Tomé e Príncipe nessas organizações?
8 – Resposta	
9	Como vê a aplicação da estratégia da NEPAD às características específicas de São Tomé e Príncipe?
9 - Resposta	
10	Que tipo de modelo de desenvolvimento acha melhor adequar as especificidades de São Tomé e Príncipe?
10 – Resposta	

Muito obrigado pela colaboração.

- Guide pour l'Entrevue -

- Sujets abordés : l'Union Africaine, Nouveau Partenariat pour le Développement de l'Afrique et l'Insularité – Sao Tome et Principe -

Itens	Section – Question
A	Je m'appelle Esterline Gonçalves Género, je suis são-toméen et j'ai pour but de développer une étude d'Analyse de la Stratégie de Développement de l'Union Africaine dans une perspective de l'appliquer à la réalité de Sao Tome et Principe. Néanmoins, ce travail s'enchaîne dans le cadre de la thèse de Doctorat en Sciences Sociales, en Spécialité de Développement Socio-économique à l'Institut Supérieur de Sciences Sociales et Politiques (ISCSP). Il faut encore faire ressortir que cette étude a des fins simplement pédagogiques et académiques et il maintient l'anonymat et la confidentialité des réponses données par des enquêtés. Ça veut dire que les données rassemblées serviront seulement pour le travail statistique. Dans ce sens, j'aimerais pouvoir compter avec votre collaboration en répondant les questions ci-dessous.
0	Section I – Questions sur l'Union Africaine
1	Les sujets liés à l'Union Africaine ne méritent pas normalement une prééminence à São Tome et Principe. On n'étudie pas l'Union Africaine dans les écoles. On parle rarement de la même, son importance, ses perspectives et autres. Avez-vous une justification pour cette situation?
1 - Réponse	
2	L'Union Africaine est un héritage de l'OUA. Cette succession naît, selon les décideurs africains, par le besoin de doter l'institution de plus de valeurs pour faire face à la nouvelle conjoncture africaine et internationale. Dans quelle mesure l'Union Africaine a-t-elle accompli son rôle?
2 - Réponse	
3	L'Union Africaine reconnaît la RASD comme État membre. Néanmoins, quelques États membres ne le reconnaissent pas ce droit, en s'alignant au Maroc. Jusqu'à quel point ce sujet intervient dans le bon fonctionnement de l'Union Africaine?
3 - Réponse	
	Les structures des Organisations Internationales démontrent clairement les chemins à

4	être parcourues pour l'accomplissement des objectifs qu'elles ont tracé. A votre avis, l'Union Africaine aurait donné un pas majeur que la majorité de ses membres ou bien c'est seulement le réflexe du style de leadership dans les différentes phases de la vie de l'Union?
4 - Réponse	
5	Dès l'institutionnalisation de l'Union Africaine, l'institution travaille dans la sens d'accomplir les objectifs tracés dans sa carte constitutive, comme de représenter les citoyens africains. Avez-vous un commentaire à faire sur la participation/ la contribution des citoyens au nom de l'Union?
5 - Réponse	
6	N'en ignorant pas d'autres mécanismes pour l'effet, c'est possible de remarquer que plusieurs États membres de l'Union Africaine n'ont aucune représentation près de l'Union ni aucune représentation de l'Union dans ces mêmes pays. Dans quelle mesure les citoyens ont le sentiment qu'ils sont vraiment représentés?
6 - Réponse	
7	Un des objectifs de l'Union Africaine est de parler d'une seule voix dans toutes les domaines d'intérêt africain. Néanmoins, plusieurs situations transmettent aux citoyens une idée contraire. Est-ce que c'est un réflexe de manque de consolidation de l'Union et, par la même, de l'incapacité de s'imposer devant les ambitions d'intégrité territoriale et l'indépendance de ses États membres?
7 – Réponse	
8	Nous assistons au sein de l'Union Africaine une dissymétrie au niveau de développement, de la démocratie, de la bonne gouvernance, etc Dans quelle mesure l'Union peut ajuster ces dissymétries?
8 - Réponse	
9	Pour des raisons méconnues, certains blocs régionaux et pays économiquement plus forts ont préféré d'abordages directs, c'est-à-dire, d'abordages bilatéraux avec les pays de l'Union Africaine au détriment du multilatéralisme?
9 – Réponse	
10	A votre avis, pensez-vous que le modèle de l'Union Africaine répond aux spécificités de chaque État membre ou ça doit être les États à s'adapter aux structures de l'Union?
10 – Réponse	

11	Nous pensons que l'UA n'est pas totalement consolidée. Comment voyez-vous l'idée de se créer les États Unis d'Afrique?
11 – Réponse	
0	Setion II – Questions sur le NEPAD
1	Le NEPAD est un programme de l'Union Africaine qui matérialise la vision holistique développée par les chefs Africains dans un cadre de partenariat entre les pays Africains avec l'objectif de promouvoir le développement durable d'Afrique. La manière comme est faite la divulgation du NEPAD à Sao Tome et Principe contribue à l'exécution de cet objectif de la part des são-toméens?
1 – Réponse	
2	De façon générale, il se pourrait dire que l'objectif du NEPAD est de donner une nouvelle dynamique au développement de pays membres de l'Union Afrique à travers la réduction des asymétries existants dans les secteurs prioritaires, de permettre que le continent Africain obtient les niveaux de développement atteints dans les pays développés. Quels sont les projets du NEPAD développés à Sao Tome et Principe?
2 – Réponse	
3	Néanmoins, on dit que le NEPAD est un bon instrument pour le développement du continent africain, parmi d'autres, pour avoir été conçue par les Africains eux-mêmes qui connaissent la réalité du continent. Peut-on trouver au sein du NEPAD des réponses bien conçues qui répondent aux spécificités insulaires de Sao Tome et Principe?
3 – Réponse	
4	LeNEPAD est perçu comme une stratégie innovatrice. Mais, de fait, qu'est-ce que peut-on trouver au NEPAD en comparaison avec le « Plan d'Action de Lagos » développé également par les Africains dans la décennie de 1980?
4 – Réponse	
5	Le support financier du NEPAD est élargi aux partenaires non africains dans le but de promouvoir la paix, la stabilité, la démocratie, la bonne gestion économique et le développement centrés dans le peuple. Dans quelle mesure peut-on parler d'un développement indépendant ou même d'une certitude de développement?
5 – Réponse	

6	L'UA/NEPAD/CEEAC ont défini que les pays membres devaient respecter tout un ensemble de procédures en vue de restaurer et de maintenir la stabilité macroéconomique à travers la définition de normes d'objectifs pour les politiques fiscales et monétaires et l'introduction de cadres institutionnels appropriés pour atteindre ces normes. Dans quelle mesure l'accord de coopération économique signé entre Sao Tome et Principe et l'Union Européenne aide à cette fin?
6 – Réponse	
7	São Tomé e Príncipe fait partie de la CEEAC, une structure d'intégration économique régionale également délinéée par le NEPAD/Union Africaine. Peut-on dire que la réalité «geo-social » du pays s'ajuste à une intégration économique?
7 – Réponse	
8	Les statistiques disent qu'il y a un plus grand échange commercial entre Sao Tome et Principe et les pays en dehors de la CEEAC/NEPAD/UA. Jusqu'à quel point peut-on parler d'une intégration économique?
8 – Réponse	
9	Toujours dans le cadre de l'intégration économique, Sao Tomé et Principe est mieux placé au niveau de liaison aérienne et maritime avec l'Europe en comparaison avec les pays membres africains et voisins. Quel commentaire suggèrez-vous dans ce cas?
9 – Réponse	
10	A votre avis, il y a une coordination entre les projets du FMI/BM avec le NEPAD?
10 – Réponse	

0	Section III – Questions sur Sao Tomé et Principe
1	En prenant en compte les spécificités geo-sociales de Sao Tome et Principe, tout plan de développement digne de ce nom devra tenir compte ces spécificités. En étant le pays indépendant il y a 35 ans, nous croyons qu'il a connu plusieurs plans de développement. Néanmoins, l'objectif de développement est toujours reporté. Quelle est la raison?
1 – Réponse	
2	A votre avis, quelles seraient les principales causes du sous-développement de Sao Tome et Principe?
2 – Réponse	

3	En acceptant l'hypothèse que l'instabilité politique est une des causes du sous-développement de Sao Tome et Principe, on s'interroge si la même aura une influence (1) sur le style individuel de leurs dirigeants, du système politique défini par la Constitution et/ou d'influences externes?
3 – Réponse	
4	Dans le tableau des derniers quatre Indices de Développement Humain du PNUD, Sao Tome et Principe occupe les positions 127, 123, 128 et 131. Quelle lecture mérite ces oscillations?
4 – Réponse	
5	Cependant les spécificités de chaque pays, Sao Tome et Principe connaît les effets réels des causes geo-sociales/insularité qui pénalisent tant les importations que les exportations. Le cacao par exemple, le produit le plus exporté depuis les privatisations des entreprises agricoles, a vu tomber vertigineusement la production, et la qualité a arrêté d'avoir son poids au niveau de la compétitivité ; ajouté au fait que les importations, pour les mêmes raisons d'insularité, font que les prix dans le marché interne soient élevés. Quelle lecture faites-vous de ce sujet au développement socio-économique du pays?
5 – Réponse	
6	Concernant les Objectifs du Développement du Millénaire, après avoir passé 9/10 des 15 ans proposés, on prévoit que Sao Tome et Principe accomplisse 3 ou 4 des 8 objectifs définis. Vu que son accomplissement dépend essentiellement des efforts conjugués de tous les sao-toméens, la question qui se pose ici est de savoir quelle est la raison de cet équilibre apparemment négatif?
6 – Réponse	
7	Sao Tome et Principe vit sur une considérable dépendance d'aides externes. Les Budgets Généraux de l'État prouvent annuellement cette dépendance en plus de 85%. Dans quelle mesure pensez-vous que le Gouvernement devrait procéder pour inverser ce scénario?
7 – Réponse	
8	La privatisation des entreprises agricoles est une des recommandations du FMI et de la BM. Quel rôle Sao Tome et Principe joue dans ces organisations ?
8 – Réponse	
9	Comment voyez-vous l'application de la stratégie du NEPAD en tenant en compte les caractéristiques spécifiques de Sao Tome et Principe ?

9 – Réponse	
10	Quel type de modèle de développement pensez-vous qu'il s'ajuste mieux aux spécificités de Sao Tome et Principe ?
10 – Réponse	